

EDIÇÃO QUADRIMESTRAL,
ANO 24, Nº 60 MAI/AGO 2022
E ISSN 1807-0337

SOCIOLOGIAS 60

DOSSIÊ

Covid-19 e Sociedade



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

E-ISSN 1807-0337

SOCIOLOGIAS

www.seer.ufrgs.br/sociologias

revsoc@ufrgs.br

SOCIOLOGIAS

[SSN 1807-0337] Revista quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, destinada a promover intercâmbio entre cientistas sociais nacionais e internacionais.

Sociologias is a four-monthly journal published by the Graduate Program in Sociology - UFRGS, aiming to promote interaction between Brazilian and foreign social scientists
Ano 24, n. 60, mai/ago. 2022, Porto Alegre, PPGS/UFRGS.



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitor: Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora: Patrícia Helena Lucas Pranke

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Hélio Ricardo do Couto Alves

Vice-Diretor: Alex Niche Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenadora: Leticia Maria Schabbach

Coordenador-Substituto: Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

Editor

Alex Niche Teixeira

Editor Adjunto

Enio Passiani

Editora Emérita

Maíra Baumgarten

Editora Assistente

Cinara Lerrer Rosenfield

Editores Assessores

Adriano Premebida

Alexandre Almeida de Magalhães

Clarissa Eckert Baeta Neves

Jalcione Almeida

Marília Luz David

Priscilla Ribeiro dos Santos

Rochelle Fellini Fachinetto

Assessoria Editorial

Regina Vargas

Equipe Técnica

Projeto gráfico: Rodrigo Rosa

Editoração Eletrônica: Carolina Fernandes

Revisão e padronização: Liana Fernandes

Revisão técnica: Regina Vargas

Conselho Editorial

Alicia Itati Palermo, UNL (Argentina)

Alberto Riella, Universidad de la República (Uruguai)

Arnaud Sales, Université de Montréal (Canadá)

Carlos Benedito Martins, UnB (Brasil)

César Barreira, UFCE (Brasil)

Darío Salinas, Universidad Iberoamericana (México)

Elisa Reis, UFRJ (Brasil)

Fernanda Sobral, UnB (Brasil)

Francesco Ramella, University of Torino (Itália)

Ilse Scherer-Warren, UFSC (Brasil)

Jean Louis Laville, CNAM (França)

Julio Mejía Navarrete, UNMSM (Perú)

Li Peilin, Chinese Academy of Social Sciences (China)

Luis Suárez Salazar, ISRI (Cuba)

Margaret Abraham, Hofstra University (EUA)

Maria Lucia Maciel, UFRJ (Brasil)

Maria de Nazareth Wanderley, UFPE (Brasil)

Paulin J. Hountondji, Université Nationale du Bénin (Benin)

Paulo Henrique Martins, UFPE (Brasil)

Pedro Hespanha, Universidade de Coimbra (Portugal)

Sabelo J. Ndlovu-Gatsheni, University of South Africa (África do Sul)

Sergio Costa, Freie Universität Berlin (Alemanha)

Sujata Patel, Universidade de Hyderabad (Índia)

Revista eletrônica, de acesso aberto, disponível em: www.seer.ufrgs.br/sociologias e em suas bases indexadoras.

PPGS - IFCH/UFRGS

E-mail: revsoc@ufrgs.br

Publicação quadrimestral / Triannual publication

SOCIOLOGIAS60

ISSN 1807-0337 versão eletrônica

Edição quadrimestral, ano 24, nº 60, 2022



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Versão digital disponível em:

SciELO (Scientific Electronic Library Online): <http://www.scielo.br/soc>

Redalyc.org: <https://www.redalyc.org/revista.oa?id=868>

Portal de Periódicos da UFRGS: <http://www.periodicos.ufrgs.br/>

SEER UFRGS: <http://www.seer.ufrgs.br/sociologias>



Indexadores:

CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades

DOAJ - Directory of Open Access Journals

SocINDEX with Full Text - EBSCO

RESIE. Base de datos sobre Educación - IISUE, UNAM

LAPTOC - Latin American Periodicals Tables of Contents

Latindex (Directorio)

IBICIT - Oasisbr

Periódicos CAPES

PKP Index

Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

REDIB - Red Iberoamericana de innovación y conocimiento científico

SciELO Brasil

SEER - UFRGS

Web of Science - Scielo Citation Index

Bibliotecário: Maycke Young de Lima - CRB 10/1920

Sociologias / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. - v. 1, n. 1 (jan./jun. 1999). - Porto Alegre: UFRGS. IFCH, 2007. - Quadrimestral. Continua: Cadernos de Sociologia. - ISSN 1517-4522.

1. Sociologia. 2. Ciências sociais. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Programa de Pós-Graduação em Sociologia.*

SOCIOLOGIAS de PPGS/UFRGS está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Baseado no trabalho disponível em www.seer.ufrgs.br/sociologias.

Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em www.seer.ufrgs.br/sociologias.



2022, PPGS/UFRGS

Apoio:



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



SUMÁRIO

TABLE OF CONTENTS

9

EDITORIAL

EDITORIAL

DOSSIÊ

DOSSIER

Covid-19 e Sociedade

Covid-19 and Society

Organizadora: Priscilla Ribeiro dos Santos

18

As sociologias da pandemia: contribuições sobre a Covid-19 e sociedade

The sociologies of pandemics: contributions on Covid-19 and society

Priscilla Ribeiro dos Santos e Alex Niche Teixeira

32

A governança global da Covid-19 e as ações emergenciais de países de renda baixa e média

Global governance of Covid-19 and emergency actions by low- and middle-income countries

Letícia Schabbach

62

Estadísticas y gestión política del primer año de pandemia de COVID-19 en Argentina

Statistics and political handling of the first year of COVID-19 pandemic in Argentina

Claudia Daniel, Natalia Romero Marchesini e Cecilia Lanata-Briones

98

Pela Ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia

For Science, against scientists? Science denial and the disputes over health policies during the pandemic

Daniel Edler Duarte e Pedro Rolo Benetti

140

Os trabalhadores em meio à Covid-19 no Brasil: flexibilidade, precariedade e mobilização internacional

Workers amid Covid-19 in Brazil: precarious work and international mobilization

Iuri Tonelo, Leonardo Mello e Silva e Ricardo Framil Filho

170

Limpar o mundo em tempos de Covid-19: trabalhadoras domésticas entre a reprodução e a expropriação social

Cleaning the world in times of COVID 19: domestic workers between social reproduction and expropriation

Alessandra Teixeira e Priscila dos Santos Rodrigues

198

Desde la distancia. Elementos para una sociología del contacto en un contexto de pandemia

From a distance. Elements for a sociology of contact in a pandemic context

Gabriel Ruiz Romero e Daniel Castaño Zapata

ARTIGOS

ARTICLES

228

Entre a ciência e a política: Donald Pierson e a busca por uma sociologia científica no Brasil

Between Science and politics: Donald Pierson and the quest for a scientific sociology in Brazil

Marcos Chor Maio e Thiago da Costa Lopes

268

Culturas de participação de jovens: o caso das regiões fronteiriças em Portugal

Cultures of youth participation: the case of border regions in Portugal

Nicolas Martins da Silva, Sara Pinheiro e Sofia Marques da Silva

302

Efeitos da raça/cor e gênero do/a pesquisador/a na pesquisa empírica: impactos na classificação racial de respondentes de um survey

Effects of the researcher's race/color and gender on empirical research: impacts on the racial classification of survey respondents

Bruna Cristina Jaquette Pereira e João Paulo Siqueira

330

Tensiones entre el movimiento indígena y el Estado a la luz de la trayectoria de las Bartolinas en Bolivia

Tensions between the indigenous movement and the State in light of the trajectory of the Bartolinas in Bolivia

Claudia Cecilia Arce Cuadros

362

Catherine MacKinnon e o sexo como dominação

Catherine MacKinnon and sex as domination

Luis Felipe Miguel

390

Monitoração eletrônica e recidivismo criminal: uma análise da literatura

Electronic monitoring and criminal recidivism: an analysis of the literature

Andréa Maria Silveira

INTERFACES

INTERFACES

416

Agências de mulheres nas independências: das lutas bolivarianas aos levantes brasileiros

Women's agencies in independence fights: from Bolivarian struggles to Brazilian uprisings

Elizabeth Ruano Ibarra e Viviane Resende

RESENHAS

BOOK REVIEWS

442

Política do vivente

Politics of the living

MBEMBE, Achille. Políticas da inimizade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2020a. 216 p.

Kaciano Barbosa Gadelha e Francisco Rômulo do Nascimento Silva

458

Michel Maffesoli e as definições do contemporâneo

Michel Maffesoli and the definitions of contemporariness

MAFFESOLI, Michel. Être postmoderne. Paris: Les Éditions du Cerf, 2018. 248p.

Tania Maria Rechia Schroeder, Claudia Barcelos de Moura Abreu, Fabio Lopes Alves

<http://doi.org/10.1590/15174522-124786>

Aos vírus que virão

Alex Niche Teixeira* 

Enio Passiani* 

Em sua edição de número 60 *Sociologias* apresenta importante contribuição ao debate sobre os impactos da pandemia para as sociedades, particularmente para o Sul global e para os segmentos desprivilegiados da população. Muito se tem publicado sobre o tema no Brasil e mundialmente – e muito resta ainda a discutir e refletir sobre a questão. Em especial, resta refletir sobre se a humanidade terá de fato aprendido as lições que essa crise proporcionou ou se a inércia de um sistema predador e de um individualismo entranhado e crescente obstará as imprescindíveis mudanças.

Algumas poucas certezas, a experiência da crise já nos deixou: o seu caráter global e o despreparo dos Estados-nação para lidar com pandemias que virão, a iniquidade dos efeitos e, por outro lado, a capacidade da ciência de buscar e encontrar solução de forma urgente, a consciência de que estamos, toda a humanidade, interconectados, pelo menos no que tange aos resultados causados pelo modo predominante de estar no mundo e de governá-lo. A certeza, enfim, da urgência de

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

produzirem-se mudanças sistêmicas, radicais, para que o planeta e as espécies viventes que o habitam – humana inclusive – possam seguir vivendo.

Um relatório produzido pela Academia Britânica sobre os efeitos sociais de longo prazo da pandemia de Covid-19 (que, estima-se, podem estender-se por mais de uma década) coletou evidências dessas repercussões na sociedade britânica em diversas áreas a partir de uma série de estudos e análises produzidos pela comunidade de pesquisa em Ciências Sociais, Humanas e Artes. O relatório categorizou essas evidências segundo três dimensões de impacto social: saúde e bem-estar; comunidades, cultura e pertencimento; conhecimento, emprego e competências (British Academy, 2021b). O documento, que é acompanhado de um relatório complementar (*Shaping the COVID decade* – British Academy, 2021a), pretende-se uma ferramenta conceitual e metodológica para orientar pesquisa futura e a formulação de políticas focadas na abordagem/enfrentamento desses efeitos, a maior parte dos quais, reconhece-se, são nada mais do que a agudização de tendências já existentes de vulnerabilização de determinados grupos sociais e localidades (British Academy, 2021b). Iniciativas como essa dão conta da importância do engajamento das Ciências Sociais na gestão de crises desse tipo, que afetam indiscriminadamente toda a sociedade, mas com resultados desiguais sobre diferentes grupos, seja política e economicamente, seja na dimensão subjetiva da vida social, produzindo, por exemplo, formas diversas de sonhar que variam segundo o pertencimento social, fenômeno não contemplado pelo relatório da Academia Britânica tampouco pelo dossiê que ora apresentamos ao leitor e à leitora, mas que, por outro lado, inegavelmente nos inspirou a refletir sobre este outro, até certo ponto, inusitado efeito da pandemia.

Em tempos de pandemia, como diz a filósofa Judith Butler, “ar, água, abrigo, vestimenta e acesso à saúde são fontes de angústia individual e coletiva. Mas isso tudo já estava ameaçado pela mudança climática”. Viver ou não uma vida aceitável, mais do que uma questão existencial, é uma questão econômica urgente diante das consequências fatais das desigualdades sociais (Butler, 2021). Os liames que unem esses problemas sociais tendem a se propagar e fortalecer, com impactos imprevisíveis se suas causas não forem atacadas.

Achille Mbembe defende uma mudança rumo a uma “política planetária” que deve estar associada a uma política da vida, a uma política da Terra. Tal política precisa envolver “toda a criação” – todas as pessoas indistintamente, todas as invenções ou obras da humanidade, todos os animais, plantas, micro-organismos, minerais e os corpos mistos (o que somos) – isto é, todo o universo físico e, também, “as energias espirituais e biológicas consistentes com a definição de mundo vivo” (Mbembe, 2022).

O aprendizado com a pandemia passa, portanto, por identificar os fatores causadores dos impactos sociais; a partir disso, por construir caminhos para a mudança e alianças capazes de desestabilizar o sistema vigente de modo a possibilitar as mudanças necessárias. Produzir conhecimento sobre as diversas dimensões dos impactos sociais e sobre os atores responsáveis pela produção/ agravamento dos fatores de impacto é um passo inicial.

O dossiê “Covid-19 e Sociedade”, organizado por Priscilla Ribeiro do Santos, apresenta esforços nesse sentido, com artigos que examinam a gestão e os impactos da pandemia sob diferentes perspectivas. Ele vem somar-se a outras iniciativas das Ciências Sociais no Brasil com o mesmo propósito e, esperamos, estimular novos debates e propostas na perspectiva

de aprofundar o conhecimento e divisar caminhos que, oxalá, possam levar futuramente a uma política planetária.

A seção **Artigos** desta edição apresenta contribuições sob variadas perspectivas da pesquisa sociológica. Abrindo a seção, em trabalho envolvendo pensamento social no Brasil, Marcos Chor Maio e Thiago da Costa Lopes examinam a dimensão política expressa na obra de Donald Pierson, figura proeminente na institucionalização das ciências sociais no Brasil entre as décadas de 1930 e 50. Os autores argumentam que, embora a produção de Pierson estivesse focada em uma agenda acadêmica e o intelectual, em seu discurso, fizesse uma defesa cabal da separação entre ciência e política, sua obra traz, subjacentes, valores sociais e imbricação com questões candentes da agenda política da época. Assim, a adequada compreensão dos esforços empreendidos por Pierson para estabelecer as fronteiras do que denominou de *sociologia científica* requer uma análise desses pressupostos que sustentavam sua visão sobre a natureza da ciência e da sociedade e que teriam suas raízes em uma visão reformista e liberal-democrática do mundo.

Desde o contexto de Portugal, Sofia Marques da Silva, Nicolas Martins da Silva e Sara Pinheiro examinam as culturas de participação de jovens estudantes do ensino secundário e residentes em regiões de fronteira, marcadas por desigualdades econômicas, sociais e culturais. Por meio de pesquisa empírica que envolveu mais de 3.900 jovens de 38 diferentes municípios, as autoras e o autor observam a pouca diversidade de espaços de participação disponíveis aos jovens, com predomínio de atividades esportivas, o que impacta os níveis de participação e de envolvimento comunitário das pessoas jovens e diferenças nas formas de participação entre os gêneros.

Bruna Cristina Jaquetto Pereira e João Paulo Siqueira apresentam resultados de pesquisa empírica que buscou

identificar os impactos da raça/cor ou do gênero da pessoa que conduz uma entrevista em pesquisas sobre a autodeclaração de raça/cor de participantes. Os resultados apontam um efeito complexo tanto da raça/cor da pessoa pesquisadora quanto de seu gênero na forma como as pessoas entrevistadas designam a si mesmas.

A relação entre movimentos sociais e Estado é examinada por Claudia Cecilia Arce Cuadros, tomando por caso de estudo a Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias 'Bartolina Sisa', da Bolívia, conhecidas como as *Bartolinas*, e as dinâmicas conflitivas do movimento camponês indígena com o Estado boliviano. A autora argumenta que as *Bartolinas* emergiram na cena política ao aproveitar uma ruptura no movimento camponês indígena e promover sua própria autorrepresentação num contexto político de disponibilidade para sua participação. O movimento logrou a criação de um instrumento político que lhe permitiu ascender às instituições estatais, embora com poder restrito de incidência. Para Arce Cuadros, o deslocamento das organizações e a maior centralidade, na última década, do instrumento político criado atualizaram o dilema da autonomia do movimento camponês.

A sexualidade como expressão da dominação masculina é discutida por Luís Felipe Miguel ao analisar a obra da jurista feminista Catharine MacKinnon, com foco na recusa contundente da pensadora em relação à noção liberal de "consentimento" que, segunda ela, não pode ser aceita sem a consideração de suas condições de produção, as quais, muitas vezes, encobrem uma postura de resignação ante uma cultura introjetada de padrões de dominação. Identificando um componente de radicalidade no pensamento de MacKinnon, e discutindo a imprecisão do rótulo "feminismo radical", Miguel desenvolve uma apresentação crítica das ideias de MacKinnon,

buscando esclarecer as potencialidades e os limites do rechaço à noção liberal do “consentimento”. Perpassando a obra de MacKinnon em diálogo com diversas autoras e correntes do pensamento feminista, Miguel conclui que, apesar de lançar luzes sobre aspectos importantes da dominação, a feminista faz uma discussão excessivamente simplificada sobre a autonomia na agência social.

No último artigo da seção, Andréa Maria Silveira analisa a relação entre *monitoração eletrônica* e *reincidência criminal* por meio de uma revisão da produção sobre o tema, publicada no período de 2001 a 2021, com vistas a identificar os fundamentos teóricos que sustentam a defesa de um potencial efeito de redução do recidivismo pelo uso da monitoração eletrônica. Os resultados apontam um número reduzido de estudos abrangentes, cujos resultados são divergentes e não permitem sustentar a tese de que a monitoração eletrônica reduz a recidiva criminal.

Na seção **Interfaces**, Elizabeth Ruano Ibarra e Viviane Resende desenvolvem uma abordagem histórica comparativa focada nos movimentos de independência do colonialismo ibérico sob uma perspectiva da agência de mulheres – estas geralmente ignoradas na historiografia hegemônica sobre os processos de independência. Comparando trajetórias políticas de mulheres que lutaram por libertar seus países do jugo da coroa espanhola e de brasileiras que se engajaram no processo de independência do Brasil da coroa portuguesa, as autoras buscam dar visibilidade ao poder de agência dessas mulheres, alcançado por meio de transgressões do sistema patriarcal vigente, e “ampliar as possibilidades de compreensão, principalmente sobre a produção dos apagamentos no campo científico”. E convidam “a repensar nosso envolvimento pessoal

com a ação política feminista em sociedades pretensamente democráticas, porém esmagadoras da diversidade”.

A seção **Resenhas**, por sua vez, apresenta análises de duas obras que, postas lado a lado, bem ilustram o abismo entre perspectivas do Norte e do Sul globais ou de sociedades colonizadoras, desenvolvidas e de alta renda e aquelas colonizadas, que jamais logram libertar-se da exploração e dos estigmas.

Na resenha elaborada por Kaciano Barbosa Gadelha, que lamentavelmente já não verá seu trabalho publicado, em coautoria com Francisco Rômulo do Nascimento Silva, imergimos numa primorosa discussão do ensaio *Politiques de l'inimitié*, de Achille Mbembe, de 2016, publicada em 2020 no Brasil pela n-1 edições, com o título *Políticas da inimizade*. A resenha discute o ensaio em diálogo com outras obras do intelectual camaronês, apresentando sua visão de um mundo caracterizado como uma “sociedade de inimizade”. Segundo os autores, “a obra *Políticas da inimizade* rascunha um mundo marcado pelo desejo por zoneamentos, fortificações, bodes expiatórios, partilha assimétrica de anátemas, conchaves e excomunhões de todas as espécies”.

Já a resenha apresentada por Tania Maria Schroeder, Claudia Barcelos de Moura Abreu e Fabio Lopes Alves analisa o livro *Être postmoderne*, do sociólogo francês Michel Maffesoli, publicada em 2018 pela editora *Éditions du Cerf* (Paris), ainda não publicado em língua portuguesa. No livro resenhado, Maffesoli defende a ideia de que a humanidade vive um momento de superação dos valores modernos e a emergência de valores pós-modernos, reafirma noções desenvolvidas em trabalhos anteriores, de uma “sociedade de tribos” e de uma cultura de compartilhamento. Segundo Schroeder, Abreu e Alves, a pós-modernidade, na visão de Maffesoli, sucede a modernidade e seus imaginários (valores que estruturam a vida coletiva), rompendo com o racionalismo, o produtivismo e o desencantamento do mundo característicos da modernidade. A resenha destaca na obra uma visão otimista – segundo as autoras e autor, “diferentemente do individualismo que marcou a economia moderna, as tribos e as comunidades ressurgem nos

compartilhamentos de casas, de carros, de escritórios etc. ‘Estar com’ é uma marca fundamental de um societal participativo, colaborativo, mutualista”.

Dois modos de olhar o mundo e o futuro, informados por contextos e trajetórias radicalmente diversos.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura, almejando que a edição estimule o debate para aprofundamento das análises sobre os temas aqui apresentados.

Os Editores

Referências

1. BRITISH ACADEMY. *Shaping the COVID decade: Addressing the long-term societal impacts of COVID-19*. Londres: The British Academy, 2021a.
2. BRITISH ACADEMY. *The COVID decade: Understanding the long-term societal impacts of COVID-19*. Londres: The British Academy, 2021b
3. BUTLER, Judith. Creating an Inhabitable world for humans means dismantling rigid forms of individuality. *Times2030*. [online]. 21 abril 2021. Disponível em: <https://time.com/5953396/judith-butler-safe-world-individuality/>
4. MBEMBE, Achille. How to develop a planetary consciousness. Entrevista com Nils Gilman e Jonathan Blake. *Noêma* [online]. 11 jan. 2022. Disponível em: <https://www.noemamag.com/how-to-develop-a-planetary-consciousness/>



DOSSIÊ

Covid-19 e Sociedade

Coordenado por
Priscilla Ribeiro dos Santos

<http://doi.org/10.1590/18070337-126449>

As sociologias da pandemia: contribuições sobre a Covid-19 e sociedade

Priscilla Ribeiro dos Santos* 

Alex Niche Teixeira* 

Resumo

A pandemia da Covid-19 é um evento global sem precedentes, cujos efeitos se prolongarão no tempo nas mais diversas esferas da vida em sociedade. Este dossiê visa superar a descrição dos acontecimentos e avançar na análise empírica sobre os efeitos da pandemia pelo enfrentamento das incertezas, teóricas e metodológicas que atravessam distintas agendas de pesquisas. Apresentamos artigos que, de forma plural e complementar, discutem o papel do Estado na gestão da crise sanitária, a (re)produção de desigualdades, os usos da ciência e as mudanças socioculturais no contexto pandêmico.

Palavras-chave: Covid-19, sociedade, pandemia, sociologia.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

The sociologies of pandemics: contributions on Covid-19 and society

Abstract

The Covid-19 pandemic is an unprecedented global event whose effects will extend over time in the most diverse spheres of life in society. This dossier aims to go beyond description of events and advance the empirical analysis of the effects of the pandemic by facing the theoretical and methodological uncertainties that cross different research agendas. It presents articles that, in a plural and complementary way, discuss the role of the State in the tackling the health crisis, the (re)production of inequalities, the uses of science and sociocultural changes in the pandemic context.

Keywords: Covid-19, society, pandemics, sociology.

Pandemias são acontecimentos singulares e imprevisíveis, cujos efeitos se prolongam ao longo do tempo. Como e quem estabelece o início e o término de uma pandemia? Como se dá o enquadramento da doença, tanto em termos sociais, quanto biológicos? São questões atuais que têm mobilizado diferentes áreas do conhecimento. Para além dos efeitos biológicos, epidemias têm efeitos sociais, culturais, econômicos e políticos. Não à toa, as epidemias deixaram de ser objeto exclusivo de epidemiologistas e médicos e passaram a ter maior interesse por parte dos cientistas sociais. Se, em condições não extraordinárias, o tempo biomédico e o tempo social apresentam distintas dinâmicas, é durante epidemias ou pandemias que eles convergem em algum ponto (Hochman, 2021).

Diferentemente de outras epidemias, pela primeira vez, a transmissão de um novo coronavírus ocorreu simultaneamente em diversos continentes, demonstrando o alcance e a intensidade de nossas conexões e interdependências. O contágio se expandiu rapidamente, sinalizando que os efeitos de curto prazo seriam intensos e se prolongariam ao longo do tempo em escala global. Após dois anos da notificação do primeiro caso, alcançamos a triste marca de cinco milhões de óbitos oficialmente registrados. Porém, segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS), considerando a subnotificação em diversos países e as mortes causadas por efeitos indiretos da crise sanitária, é possível que o total de mortos da Covid-19 chegue a 15 milhões (Grimley *et al.*, 2022). Frente a isso, toda reflexão, individual ou coletiva, sobre os efeitos da pandemia pode servir como singela homenagem àqueles(as) que perderam a vida.

Devido à sua magnitude e singularidade, a pandemia é vista como “um acontecimento crítico global que marca uma inflexão histórica” (Bringel; Pleyers, 2020, p.11). Sendo assim, refletir sobre suas causas implica compreender a conjuntura na qual o capitalismo mostra sua face mais devastadora pelo esgotamento dos recursos naturais e pela emergência climática e ambiental. Exatamente nesse sentido, Latour (2020) concebe a pandemia da Covid-19 não como mera crise, mas como uma mutação ecológica duradoura e irreversível. Ainda que as dúvidas sobre o futuro superem as certezas, os efeitos da Covid-19 se estenderão e novas epidemias são ameaças reais e iminentes. Por isso, questionar regimes de normalidade e reinventar nossa experiência dependem menos da pandemia em si e mais das disputas políticas acerca do futuro que queremos.

Os debates intelectuais e políticos têm oscilado entre o otimismo e o pessimismo em relação aos efeitos da pandemia (Bringel; Pleyers, 2020). Entre os otimistas, prevalece a ideia de que pandemia teria gerado aprendizagens positivas, novas formas de solidariedade e de ação coletiva. Já para os pessimistas ganha ênfase a denúncia do agravamento de processos que já estavam em curso, a exemplo do aprofundamento das desigualdades, da deterioração das condições de vida e do fortalecimento

dos dispositivos de controle. Ainda que ambos os argumentos sejam válidos, Bringle e Pleyers (2020) alertam para o caráter contraditório do atual momento histórico, uma vez que a pandemia pode tanto representar perigos e riscos, quanto oportunidades.

Enquanto a pandemia avançava, coube aos cientistas sociais produzir reflexões críticas que desafiassem a ideia de volta à normalidade. Diante da insegurança, do prolongado isolamento, do medo da morte iminente e da perda de afetos, a reflexão, o diálogo e a escrita sociológica se tornaram refúgios. A organização de dossiês, a articulação de redes internacionais de pesquisa, a realização de webinários, a escrita de boletins e a publicação de livros e artigos demonstram a vitalidade das Ciências Sociais no Brasil e seu interesse em contribuir ao debate público sobre as implicações da pandemia para a vida em sociedade. Ademais, tais iniciativas só foram possíveis pelo engajamento e pela resiliência dos(as) pesquisadores(as) brasileiros(as) que, mesmo diante da concomitância de um contexto adverso de ataques às humanidades, de desvalorização e de desfinanciamento da ciência, mobilizaram teorias e metodologias para compreender os desafios do tempo presente. Este dossiê soma-se a esses esforços. Com a seleção dos manuscritos, nosso intuito foi superar a descrição dos acontecimentos e avançar na análise empírica sobre os efeitos da pandemia pelo enfrentamento das incertezas, teóricas e metodológicas, que atravessam distintas agendas de pesquisas. Mais do que buscar respostas, nos unimos àqueles(as) que buscam qualificar as perguntas de modo a colocar à prova nossos conceitos, teorias, métodos e técnicas (Brasil Jr. *et al.*, 2021).

Diferentes enquadramentos teóricos têm sido mobilizados para compreender sociologicamente os efeitos da pandemia. Rodrigues e Costa (2021) resgatam a teoria social de Niklas Luhmann para compreender os impactos da pandemia sobre os sistemas sociais, entendendo a crise sanitária como uma rede de perturbações que afeta a estabilidade dos sistemas e dos subsistemas sociais em escala global. De acordo com o autor alemão, os sistemas se comportam como unidades autônomas, auto-organizadas e autorreferenciadas, que se diferenciam e operam de acordo com uma

lógica própria. Quando sistemas sociais passam a funcionar cada vez mais acoplados estruturalmente uns aos outros, como no caso da sociedade global, mudanças estruturais em um sistema podem provocar perturbações nos demais. Na tentativa de minimizar os ruídos e manter a estabilidade, os sistemas do entorno se adaptam e se reestruturam (Luhmann, 2016).

Dadas a complexidade e a multidimensionalidade da pandemia, uma das vantagens da abordagem sistêmica seria compreender como cada sistema social foi impactado e quais efeitos essa rede de perturbações provocou nos demais sistemas do entorno (Rodrigues; Costa, 2021, p. 333). Ainda que, inicialmente, o sistema de saúde tenha sido o primeiro a sofrer perturbações pela velocidade do contágio e pela letalidade do vírus, os demais sistemas como o econômico, o político, o educacional e o de ciência também foram afetados. No entanto, seria graças à capacidade de adaptação às perturbações e às mudanças que, em um contexto excepcional, o funcionamento dos diversos sistemas não foi posto em xeque.

Os dois primeiros anos da pandemia geraram curvas de aprendizado, tanto para os indivíduos quanto para as instituições. Assim como aprendemos novas práticas e readequamos antigas, também as instituições tiveram de se adaptar rapidamente às mudanças e mobilizar o estoque de capacidades acumuladas ao longo do tempo para modificar e produzir políticas públicas em um contexto atípico. Mesmo países de renda média elevada, que poderiam estar mais preparados para os impactos da crise sanitária em seus sistemas de saúde e de proteção social, foram afetados e tiveram de construir respostas rápidas nas mais diversas áreas (Greer *et al.*, 2021).

Na América Latina, por exemplo, onde o avanço do neoliberalismo nos tempos recentes reduziu o papel do Estado na promoção de bem-estar à população, a chegada de um vírus letal se associou ao agravamento da pobreza e das desigualdades, afetando indivíduos e grupos de formas muito distintas. Na ausência de vacinas e de tratamentos farmacológicos eficazes, sob orientação da OMS, o distanciamento social e o uso de máscaras foram as principais medidas adotadas para tentar frear o contágio durante o primeiro ano. Porém, a suspensão de grande parte das atividades

econômicas provocou o aumento do desemprego e a perda de renda entre a população mais pobre. Em países cujo peso do setor informal na economia é maior, a exemplo do Brasil, os efeitos socioeconômicos da crise sanitária foram ainda mais drásticos pelo aumento da pobreza, do desemprego e da insegurança alimentar e nutricional.

Ainda que o vírus tenha atingido todos os países, as formas pelas quais indivíduos e grupos foram afetados variaram drasticamente de lugar a lugar (Barria Assenjo *et al.*, 2021). Por mais que haja um efeito equalizador de generalização das ameaças à vida na sociedade de risco (Beck, 2010), situações de riscos, intersecções de classe, raça e gênero se sobrepõem, agravando ainda mais o quadro de desigualdades. Cada país teve de enfrentar a associação de um vírus mortal com seus legados históricos e com uma conjuntura internacional desfavorável, caracterizada por retrocessos democráticos, realinhamento da extrema-direita, propagação de *fake news*, desmantelamento dos serviços públicos, racismo estrutural e acirramento da violência contra a população negra. Enfim, trata-se de um fenômeno complexo e não localizado, cujos efeitos têm variado em virtude de uma multiplicidade de fatores.

Compreender o nexos entre a ação governamental e a evolução da crise sanitária possibilita identificar as diferentes trajetórias da pandemia. A forma como os governos a enfrentaram variou internacionalmente, sendo que o tempo de resposta, o escopo e a abrangência das medidas foram dissonantes e, por vezes, até contraditórias entre os governos nacionais e os subnacionais. Até o momento, as investigações empreendidas buscaram explicar o desempenho dos governos na mitigação dos efeitos da pandemia pela análise de múltiplos fatores, tais como: as capacidades institucionais prévias em cada área de política pública, a coordenação de ações entre os diversos níveis de governos, a capacidade regulatória, o papel das lideranças políticas, a experiência acumulada no combate a epidemias, a pressão de grupos de interesse, a adesão da população às medidas de distanciamento e ao uso de máscaras, o apoio à democracia, entre outros (Greer *et al.*, 2021; Hale *et al.*, 2021; Abrucio *et al.*, 2020; Gonzalez-Bustamante,

2020). Contudo, identificar quais fatores importam mais na explicação das diferentes trajetórias da pandemia irá orientar as agendas de pesquisas nas Ciências Sociais sobre o tema nos próximos anos.

Outras pesquisas buscam lançar luz sobre o processo de tomada de decisões em políticas públicas, considerando o contexto de informações escassas, no qual o tempo importa para a contenção do contágio e a prevenção de mortes. Para Lipsky (2020), por exemplo, a política da Covid-19 consiste em uma política da crise, uma vez que as lideranças políticas passam a tomar decisões de alto risco em condições de ameaça, incerteza e urgência. Interessado nas causas, nos padrões de resposta e nas mudanças em políticas públicas, o autor questiona por que alguns governos não implementam políticas para prevenir crises ou mitigar seus potenciais efeitos.

Epidemias como a da SARS, do Zika vírus e do Ebola alertaram governos quanto à necessidade de desenvolver estratégias de gerenciamento e prevenção dos riscos associados às emergências de saúde global. Estratégias preventivas envolvem a antecipação de danos previsíveis e iminentes. No caso das epidemias, os riscos não se esgotam em efeitos e danos ocorridos, mas reúnem um componente futuro, que poderá mobilizar a atenção da sociedade e dos governos de acordo com a percepção socialmente construída acerca das ameaças. No entanto, a adoção de medidas preventivas envolve custos financeiros e políticos que nem todos os governantes estão dispostos a pagar. Lipsky (2020) argumenta que tanto a imprevisibilidade das crises, quanto o reduzido apoio dos eleitores e *policymakers* aos elevados custos de prevenção dificultam a ação dos governos, sendo que estes têm optado por enfrentar custos ainda maiores quando as crises eclodem. Diante da ausência de medidas preventivas eficazes para frear o contágio de uma infecção viral com alta transmissibilidade, os custos da pandemia rapidamente se mostraram elevadíssimos.

Com base nos estudos sobre a formação de agenda em políticas públicas, Felipe Brasil e colaboradores (2021) entendem a pandemia da Covid-19 como um evento focalizador, cujas características podem

potencializar mudanças nas políticas públicas. O foco da investigação dos autores foi a criação do Auxílio Emergencial como solução aos efeitos socioeconômicos da crise no Brasil. Tal como um evento focalizador, a pandemia permitiu a rápida inclusão do tema na agenda governamental e a seleção de uma alternativa viável para o problema da perda de renda, em que pese a tentativa por parte do Governo Federal de minimizar a gravidade do vírus. Ao resgatar as contribuições de John Kingdon e Thomas Birkland, os autores definem eventos focalizadores como acontecimentos repentinos, raros e imprevisíveis que despertam o interesse por parte da sociedade e dos governos. Eventos de grande magnitude, como desastres e crises, rapidamente modificam a percepção e a definição dos problemas que demandam resposta governamental.

A cobertura midiática cumpre importante papel não apenas na atenção e na mobilização da opinião pública, mas na construção simbólica do quadro de singularidade dos eventos pelo compartilhamento acelerado de informações, imagens, estatísticas e indicadores. No Brasil, por exemplo, a magnitude e a dramaticidade da crise foram diariamente construídas nos telejornais por números e representações gráficas sobre a evolução do contágio e por imagens dramáticas que registravam o esvaziamento das cidades, a superlotação dos hospitais e a abertura de covas coletivas em diversas cidades. Adicionalmente, a ação deliberada do Governo Federal de não mais coletar e compilar os dados de contágio e mortes por Covid em maio de 2020 motivou a criação de um “consórcio de veículos de imprensa”, o qual passou a fazer diariamente a coleta direta dos dados junto aos estados da federação (Consórcio, 2022).

Ainda que os usos sociais e políticos de indicadores possam variar em virtude dos objetivos e interesses em jogo nas arenas decisórias de políticas públicas, os números da pandemia dão magnitude a um fenômeno até então sem precedentes. Além disso, a publicização de dados de painéis de monitoramento serviu para a informação sobre a alta transmissibilidade e letalidade do vírus de modo a incentivar a adesão às medidas de distanciamento social, ao uso de máscaras e, posteriormente,

à vacinação, sobretudo, em localidades onde a retórica negacionista e antivacina orientou as ações dos governos. O artigo de Claudia Daniel, Natalia Marchesini e Cecilia Lanata-Briones, neste dossiê, aborda o papel das estatísticas durante a pandemia.

Este dossiê apresenta artigos que, de forma plural e complementar, discutem o papel do Estado na gestão da crise sanitária, a (re)produção de desigualdades, os usos da ciência e as mudanças socioculturais no contexto pandêmico.

Com “A governança global da Covid-19 e as ações emergenciais de países de renda baixa e média”, Letícia Schabbach, por meio de análise de regressão logística, examina a chance de um país com as características mencionadas ser aprovado no Programa de Resposta à Crise do Banco Mundial, a partir das capacidades estatais preexistentes. O programa, lançado em abril de 2020 com vigência até junho de 2021, previa a possibilidade de países receberem recursos financeiros para ações emergenciais de enfrentamento à Covid-19 mediante a apresentação de projetos. Entre os resultados, foi evidenciado que as chances de aprovação de projeto aumentam quanto maiores sejam a média anual de projetos anteriormente aprovados junto à instituição financeira e a renda *per capita* do país.

No artigo “Estadísticas y gestión política del primer año de pandemia de Covid-19 en Argentina”, Claudia Daniel, Natalia Marchesini e Cecilia Lanata-Briones discutem a importância que adquiriram as estatísticas da Covid-19 na gestão política da emergência sanitária estabelecida a partir de março de 2020, salientando, de um lado, as mediações técnicas, médico-legais e burocráticas em torno da produção da dados, mas também como o uso desses dados funciona para conferir legitimidade à autoridade política.

As controvérsias e disputas em torno das políticas de saúde, especialmente marcadas pelo fenômeno do negacionismo, são abordadas por Daniel Edler Duarte e Pedro Benetti em “Pela Ciência, contra os cientistas?” Tendo como foco as divergências por parte das autoridades no Brasil sobre as formas de tratamento e os efeitos das estratégias de distanciamento social frente à Covid-19, os autores analisam os usos da

ciência durante a pandemia. A discussão situa-se no campo de estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade e contribui para desvelar o jogo de poder epistêmico indissociável da “batalha ideológica” que configura o debate contemporâneo sobre pós-verdade.

Com o artigo “Os trabalhadores em meio à Covid-19 no Brasil: flexibilidade, precariedade e mobilização internacional”, Iuri Tonelo, Leonardo Mello e Silva e Ricardo Framil Filho direcionam o enfoque para as relações de trabalho no contexto da pandemia, partindo do argumento de que a crise pandêmica exacerbou as tendências recentes de transformação nas esferas da produção e da regulação trabalhista, com especial impacto para relações de emprego e trabalho nas plataformas digitais que operam sob a lógica do “trabalho sob demanda”. A análise ampara-se em trabalho empírico de pesquisa com entregadores de diferentes estados brasileiros durante a paralisação nacional por eles promovida em julho de 2020, e aponta as formas emergentes de sua organização coletiva, as quais envolveram articulações internacionais estabelecidas para além dos arranjos tradicionais de representação sindical.

Em “Limpar o mundo em tempos de Covid-19: trabalhadoras domésticas entre a reprodução e a expropriação social”, Alessandra Teixeira e Priscila dos Santos Rodrigues propõem uma reflexão sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil no marco da recente crise pandêmica provocada pelo novo coronavírus. O esforço analítico ampara-se em perspectivas teóricas que reposicionam as intersecções das opressões de classe, gênero e raça como elementos estruturantes do capitalismo. Partindo da constatação de que a crise econômica aprofundada pela pandemia tornou ainda mais agudas as hierarquias raciais e de gênero, tributárias da experiência da colonialidade e da escravidão, as autoras apresentam uma proposição teórica inovadora para a compreensão do trabalho doméstico remunerado, ao situá-lo no encontro de duas “condições de possibilidade” do capitalismo contemporâneo: a reprodução social e a expropriação.

Por fim, em “Desde la distancia”: elementos para una sociología del contacto en un contexto de pandemia”, Gabriel Ruiz Romero e Daniel

Castaño Zapata discutem a reconfiguração das interações sociais motivada pelo distanciamento físico imposto pela pandemia da Covid-19. Com base no trabalho de campo à distância, os autores exploram a perda da dimensão háptica nas relações afetivas e/ou amorosas e concluem que, no contexto pandêmico, foi possível identificar as condições de possibilidade dessas interações, revelando-as não apenas como intersubjetivas, mas também definidas por outros agentes que determinam sua ecologia.

Os artigos aqui apresentados foram selecionados a partir de uma chamada extraordinária que superou positivamente nossa expectativa inicial. A qualidade das reflexões oferecidas demonstra o vigor e a relevância da Sociologia na tentativa de contribuir com a compreensão desta mais nova dimensão – as pandemias globais – que sobrecarrega os desafios dos tempos que vivemos. Esperamos que a leitura seja tão proveitosa quanto o foi sua preparação.

Priscilla Ribeiro dos Santos é Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e atualmente realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. ✉ pciasantos@gmail.com

Alex Niche Teixeira é Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor associado do Departamento de Sociologia do IFCH, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã, da UFRGS. ✉ alex.teixeira@ufrgs.br

Referências

1. ABRUCIO, Fernando Luiz *et al.* Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 663-677, 2020.
2. BARRIA-ASENJO, Nicol A. *et al.* Deglobalize Covid-19: the pandemic from an off-center perspective. *Sociedade e Estado*, v. 36, n. 3, p. 967-987, 2021.
3. BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34, 2010.
4. BRASIL, Felipe G.; CAPELLA, Ana Cláudia N.; FERREIRA, Leandro T. Eventos focalizadores e a pandemia da COVID-19: a renda básica emergencial na agenda governamental brasileira. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 3, p. 644-661, 2021. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200619>
5. BRASIL JR., Antonio; BITTENCOURT, Andre; HOELZ, Maurício. Apresentação: Dossiê Especial Sociologia e Antropologia. *Sociologia e Antropologia*, v. 11, n. esp., p. 5-6, 2021.
6. BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Introducción: la pandemia y sus ecos globales. In: BRINGEL, B.; PLEYERS, G. (ed.). *Alerta global*. Políticas, movimientos sociales y futuros en disputa en tiempos de pandemia. Buenos Aires: CLACSO, 2020. p. 9-34.
7. CONSÓRCIO de veículos de imprensa completa dois anos. *Folha de S. Paulo*, 8 jun. 2022. Disponível em: <https://folha.com/y6vaxc2i>
8. GREER, Scott L. *et al.* (ed.). *Coronavirus politics: the comparative politics and policy of Covid-19*. Ann Harbor: University of Michigan Press, 2021. <https://doi.org/10.3998/mpub.11927713>
9. GRIMLEY, Naomi *et al.* Número real de mortes por covid no mundo pode ter chegado a 15 milhões, diz OMS. *BBC News Brasil*, 5 maio 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61332581>
10. GONZÁLEZ-BUSTAMANTE, Bastián. Evolution and early government responses to COVID-19 in South America. *World Development*, v. 137, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105180>
11. HALE, Thomas *et al.* Variation in government responses to COVID-19. BSG-WP-2020/032. Version 12.0. *BSG Working Paper Series*, University of Oxford, jun. 2021. Disponível em: <https://www.bsg.ox.ac.uk/research/research-projects/covid-19-government-response-tracker>
12. HOCHMAN, Gilberto. Quando e como uma doença desaparece. A varíola e sua erradicação no Brasil, 1966/1973. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 9, n. 21, p. 103-128, 2021. <https://doi.org/10.20336/rbs.787>
13. LATOUR, Bruno. Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise. *Bruno Latour*, 29 maio 2020. Disponível em: http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-03-20-PORTUGAIS_2.pdf

14. LIPSCY, Phillip Y. COVID-19 and the politics of crisis. *International Organization*, v. 74 s. 1, 2020, p. E98-E127. <https://doi.org/10.1017/S0020818320000375>
15. LUHMANN, Niklas. *Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral*. Petrópolis: Vozes, 2016.
16. RODRIGUES, Léo P.; COSTA, Éverton G. da. Impacto da pandemia de Covid-19 ao sistema social e seus subsistemas: reflexões a partir da teoria social de Niklas Luhmann. *Sociologias*, v. 23, n. 56, p. 302-335, 2021. <https://doi.org/10.1590/15174522-102859>

Recebido: 1º ago. 2022.

Aceito: 7 ago. 2022.

<http://doi.org/10.1590/18070337-121620>

A governança global da Covid-19 e as ações emergenciais de países de renda baixa e média

Leticia Maria Schabbach* 

Resumo

A Síndrome Respiratória Aguda Grave denominada Covid-19 representa um fato social dramático que tem impactado profundamente as instituições e populações de todo o mundo. Trata-se de um evento focalizador (Birkland, 1998; Kingdon, 2014) de escala global, ao qual os governos nacionais têm respondido com ações emergenciais de eficácia variável e contingenciadas pela escassez de recursos. No início de 2020 o Banco Mundial (WB) lançou o Programa de Resposta à Crise (PRC), vigente entre abril de 2020 e junho de 2021. A fim de receber os recursos financeiros, os países necessitavam encaminhar projetos voltados a ações emergenciais de enfrentamento à Covid-19. Nesse contexto, o artigo examina a influência das capacidades estatais preexistentes como fator explicativo das razões de chance de um país ter projeto de cooperação aprovado, utilizando-se como *proxy* a média anual de projetos aprovados, desde o ingresso no WB até 2019, e como variáveis de controle: localização na região africana, existência de casos de Covid-19, índice global de segurança em saúde e renda nacional *per capita*. Os resultados da regressão logística evidenciaram que as chances de aprovação de projeto Covid-19 pelo Banco Mundial aumentam quanto maiores forem a média anual de projetos anteriormente aprovados pela instituição financeira e a renda *per capita* do país. Enquanto o primeiro achado confirma a hipótese central, o segundo explicita uma relação causal positiva da variável preditora com a dependente, em sentido distinto do esperado.

Palavras-chave: Covid-19, governança global, financiamento externo de políticas públicas, Banco Mundial, capacidades estatais.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Global governance of Covid-19 and emergency actions by low- and middle-income countries

Abstract

The Severe Acute Respiratory Syndrome called Covid-19 represents a dramatic social fact that has profoundly impacted institutions and populations around the world. It is a focusing event (Birkland, 1998; Kingdon, 2014) on a global scale, to which national governments have responded with emergency actions that show varying degrees of effectiveness and are contingent on scarce resources. In early 2020, the World Bank (WB) launched the Crisis Response Program (PRC), in force between April 2020 and June 2021. In order to receive the grant, countries needed to apply proposing a project aimed at emergency actions to tackle Covid-19. In this context, the article examines the influence of pre-existing state capacities as an explanatory factor for the odds of a country receiving a grant to carry out a cooperation project, using the annual average of approved projects as a proxy, from date of membership of the WB until 2019, and as control variables: location in the African region, existence of Covid-19 cases, global health security index and national *per capita* income. The logistic regression results showed that the chances of approval of a Covid-19 project by the World Bank increase the higher the annual average of projects previously approved by the financial institution and the country's *per capita* income. While the first finding confirms the central hypothesis, the second explains a positive causal relationship between the predictor and the dependent variable, differently than expected.

Keywords: Covid-19, global governance, external funding of public policies, World Bank, State capabilities.

Introdução

Causadora de uma crise sanitária sem precedentes, a exigir estratégias amplas, consistentes e rápidas de enfrentamento, a Covid-19 é uma doença provocada pelo Coronavírus (vírus com formato de coroa) denominado SARS-CoV-2. A Organização Mundial da Saúde (doravante WHO, conforme designação em inglês) tomou conhecimento da enfermidade em 31 de dezembro de 2019, quando o escritório da República Popular da China foi informado da existência de um conjunto

de casos de pneumonia viral de causa desconhecida, na cidade de Wuhan (WHO, 2020c).

Os três primeiros meses de 2020 detonaram o gatilho das contaminações registradas, tendo elas ultrapassado sobejamente os limites do razoável e tendo atingido, com velocidade brutal, todas as regiões mundiais, o que atribuiu à Covid-19 características de pandemia (Rezende, 1998; Ujvari, 2009). De fato, naquele trimestre a expansão do contágio e da mortalidade pelo vírus, a partir dos indicadores monitorados pela WHO (2020a), foi surpreendente: a) em janeiro: o primeiro caso (no dia 04) e a primeira morte (no dia 12) foram registrados na China; no final do mês já se acumulavam 9.853 contágios, 213 óbitos e 16 países; no dia 30 a WHO (2020d) classificou a doença com uma emergência internacional de saúde pública; b) em 31 de março, a prevalência atingiu 846.475 casos (acréscimo de 8.491% em relação ao constatado no final de janeiro), 40.497 mortes (mais 18.913%) e 203 países (mais 1.169%), quantidade equivalente a 79% dos locais monitorados pela organização (54 países não apresentaram quaisquer registros naquele período).

De acordo com a WHO (2020b), a maioria dos infectados é acometida por uma doença respiratória leve ou moderada, porém idosos e pessoas com comorbidades (tais como: doenças cardiovasculares ou respiratórias crônicas, diabetes, câncer etc.) são mais propensas a desenvolver um quadro clínico grave e vir a falecer. A vacinação é a principal medida imunobiológica preventiva, por meio da redução das pessoas suscetíveis ao agente transmissor. A vacina tornou-se acessível no final de 2020, após um período de testes clínicos e da produção em larga escala por laboratórios internacionais. Contudo, a WHO manteve, à época, a recomendação das medidas profiláticas anteriores. Na ausência de vacinas, o isolamento social representou medida necessária à desaceleração da propagação viral, além de evitar o uso de suporte ventilatório e a internação em unidades de terapia intensiva (Rafael *et al.*, 2020). A WHO (2020b) também recomendava que as pessoas se mantivessem distantes pelo menos um metro umas das outras, usassem máscara adequada (orientação cancelada pela organização apenas

em junho de 2020), lavassem as mãos e as higienizassem com álcool. Greer, King e Fonseca (2021, p. 5) denominam esse período como a primeira fase da pandemia, aquela das “intervenções não farmacêuticas”.

Uma nova fase iniciou em 2021, marcada pelas campanhas globais de vacinação¹ que reduziram os contágios e os óbitos, até alcançarem a almejada reversão da curva pandêmica, em agosto de 2021 (WHO, 2020a). Todavia, um novo surto sobreveio em outubro de 2021, associado ao surgimento da variante “Omicron SARS-CoV-2” e ao afrouxamento das medidas profiláticas em muitos locais.² Desde a sua classificação como “de preocupação” pela WHO, essa cepa espalhou-se rapidamente e se tornou dominante em janeiro de 2022, quando superou a variante Delta em número de casos (Omicron now outpacing..., 2022).³ Contudo, a despeito de sua maior transmissibilidade e possibilidade de reinfeção, a Ômicron é menos grave, provoca menos hospitalizações (Vidal, 2022) e carrega, portanto, menor risco de morte.

Além da variabilidade genética (as distintas recombinações do vírus SARS-CoV-2) e temporal da pandemia (as suas diferentes fases), percebe-se uma heterogeneidade espacial, inter- e intra- países. Conforme Greer, King e Fonseca (2021), a disseminação da doença seguiu o seguinte caminho: Ásia, Europa, Américas e África. Para mais, em cada território nacional, a Covid-19 ampliou a visibilidade de problemas preexistentes e produziu efeitos que reforçaram assimetrias sociais – por exemplo, o risco de contrair

¹ O primeiro programa de vacinação iniciou em oito de dezembro de 2020, na Inglaterra, quando uma idosa de 90 anos recebeu a 1ª dose da vacina Pfizer/BioNTech (“Idosa de 90 anos...”, 2020). Em 29 de dezembro de 2021 já tinham sido homologadas e administradas em 206 países cerca de 13 diferentes vacinas, com predomínio (em quantidade de doses) da “Pfizer/BioNTech”, da “Moderna Biotech” e da “The Janssen/Ad26.COV.2.S”.

² Em nosso último acesso à página de monitoramento da WHO (2020a), em 29 de dezembro de 2021, havia, em todo o mundo, 281.808.270 casos confirmados e 5.411.759 mortes por Covid-19, além de 11 países sem registros.

³ Diferindo significativamente do vírus original, as variantes de “preocupação” (que causam mudanças significativas, circulam amplamente, afetam diversos grupos sociais, são encontradas em vários países, provocam moléstias com configurações clínicas mais graves, diminuem a resposta imunológica corporal, e/ou reduzem a eficácia das intervenções conhecidas) monitoradas pela WHO (2021b) são: Alpha; Beta; Gamma, Delta e Ômicron.

o vírus, de desenvolver a doença de forma mais ou menos grave, de morrer por ou de resistir a ela.⁴ São desigualmente distribuídos, também, os efeitos devastadores da crise sanitária nas condições de vida das populações. Dessa forma, à dimensão biológica somam-se as de ordem social, política, econômica, institucional e cultural, fazendo com que existam, em cada sociedade, múltiplas Covid-19 e variadas formas de enfrentá-la.

A pandemia representa um choque exógeno (Greer *et al.*, 2021) ou um evento focalizador (Birkland, 1998; Kingdon, 2014; Brasil *et al.*, 2021), por ter surgido de forma intempestiva e a exigir respostas emergenciais, enérgicas, abrangentes e eficazes, em nível mundial e nacional, tanto para reverter as curvas de contágio quanto para mitigar os seus impactos negativos. Esse tipo de evento desperta a atenção do público e da mídia, aterrissa na agenda dos governos e dos *policymakers*, ganha prioridade e exige decisões imediatas, com pouca margem de manobra e previsibilidade. Ademais, funciona como um gatilho para mudanças no processo das políticas públicas, no qual as comunidades de políticas (dentro e fora dos governos) costumam influenciar o debate em torno das soluções (Birkland, 1998; Kingdon, 2014; Brasil *et al.*, 2021).

Todavia, conforme Fukuyama (2020), para serem bem-sucedidas, as ações emergenciais dependem da existência de recursos adequados, de um Estado capaz, de um governo legítimo e de líderes assertivos e propositivos. Dentre esses requisitos está “a capacidade geral de um Estado para realizar objetivos transformativos em várias esferas” (Skocpol, 1985, p. 17, tradução nossa), que tomamos nesse momento como definição preliminar do conceito de capacidades estatais, aplicável a um país, uma região, um estado ou um município.

Ações emergenciais demandam a coordenação dos esforços em torno da formulação e da implementação de alternativas que minimizem os efeitos

⁴ No tocante à distribuição de vacinas, de um total de 226 países, 24% (em sua maioria africanos e de menor renda) não atingiram o mínimo de 10% de pessoas vacinadas previsto pela WHO para setembro de 2021. (WHO, 2021a, Covid-19 vaccines, Vaccine Equity; Agência Brasil, 2021). Essa e outras desigualdades que circundam a Covid-19 são de extrema relevância; entretanto, não há espaço para aprofundá-las neste artigo.

dramáticos da Covid-19 na vida social, a despeito da alarmante volatilidade da moléstia e de seu agente patogênico viral. Elas ultrapassam a área da saúde, abrangendo, também, setores como: economia, trabalho, assistência social, alimentação, segurança etc. Na medida em que as intervenções dependem de recursos financeiros frequentemente escassos, a busca por financiamento torna-se um imperativo, o que chama a atenção sobre os programas de apoio lançados por organismos internacionais como os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD). Eles incentivam os governos dos países-membros a elaborarem, enviarem e negociarem propostas de cooperação.

Assim, considerando-se as características da crise sanitária global, bem como o ritmo e a amplitude das respostas emergenciais implementadas pelos diferentes Estados nacionais, busca-se neste artigo examinar se há uma relação de causalidade entre as capacidades estatais dos países de renda baixa ou média⁵ e a obtenção de financiamento para projetos de enfrentamento à Covid-19, no âmbito do Programa “Resposta à Crise” (PCR) do Banco Mundial, doravante “WB” (The World Bank, 2020a, 2020b).

Para tanto, realizou-se uma análise de regressão logística com variáveis elaboradas a partir de fontes de dados secundários, na qual, além de um *proxy* de capacidades estatais (média anual de projetos aprovados pelo WB), foram incluídas as seguintes variáveis de controle: localização na região africana, existência de casos de Covid-19, índice global de segurança em saúde e renda nacional *per capita*.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo está dividido em mais três seções. A primeira discorre sobre a epidemia da Covid-19 enquanto um tema de governança global, situando a WHO e o WB em uma configuração multipolar de atores, relações, regras e fluxos. Após, discute-se a importância das características político-institucionais dos países como condicionantes de suas respostas à crise sanitária, em

⁵ Países de renda baixa ou média, assim classificados pelo WB (2014), são o foco da atuação dos BMD, além disso, em termos metodológicos, precisou-se contar com dois grupos de unidades de análise relativamente homogêneos quanto às variáveis de interesse. Os critérios utilizados pelo banco para classificar os países são apresentados adiante.

específico, a relação entre suas capacidades estatais e a proposição de ações, a prospecção de recursos e a efetiva implementação das ações emergenciais de enfrentamento à pandemia. A terceira seção, na sequência, apresenta a metodologia e os resultados do modelo estatístico multicausal.

A governança global da Covid-19 e os organismos internacionais

Devido à sua “planetariedade” (Therborn, 2020), a Covid-19 é um problema de governança global. O substantivo “governança” refere-se a “um processo de interação – mais ou menos institucionalizada – entre entidades públicas e/ou privadas, em última análise visando a realização de objetivos coletivos” (Lange et al., 2013, p. 4, tradução nossa). Lange e colaboradores (2013) esclarecem que, enquanto o verbo “governar” aplica-se ao governo (*government*) ou às instituições estatais formais, a expressão governança associa-se às novas dinâmicas de gerir sociedades, por exemplo, os formatos “não hierárquicos” como as redes de políticas públicas. Quando a esse termo é acrescido o adjetivo “global”, vislumbra-se uma conformação ampla de atores, instituições, iniciativas e interações, que ultrapassa as fronteiras nacionais. Segundo Dias e Matos (2012), ali existem normas, regras, princípios, recomendações e procedimentos de tomada de decisão.

A partir da literatura sobre políticas públicas, destaca-se a perspectiva relacional da noção de governança global, pois há uma mútua influência ou conectividade entre os âmbitos internacional e nacional, ou seja, o que acontece externamente incide no *policymaking* e *policy decision making* de cada país, e vice-versa (Cerny, 2001; Faria, 2018). Ademais, em meio a um ambiente global de mercados financeiros e fluxos de capitais, de desenvolvimento tecnológico e desregulação, os atores políticos compõem um “pentágono de ouro” (em substituição ao triângulo de ferro do período fordista) (Cerny, 2001). Nessa imagem são acopladas duas pontas aos três vértices anteriores (políticos, burocratas e grupos de interesse), que passam a ser ocupadas pelos seguintes atores: a) os órgãos financeiros, de comércio

e de representação política mundial (Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, instituições financeiras internacionais, G8 e G20); b) as organizações internacionais não governamentais, uma espécie de sociedade civil globalizada.

Entre os principais atores da governança global da Covid-19, têm-se, do lado externo, a WHO, as empresas fabricantes de medicamentos e vacinas, as comunidades científicas e os organismos internacionais; e, dentro de cada país, os diferentes níveis de governo, os órgãos públicos e privados da área da saúde, os profissionais de saúde, as universidades e centros científicos, as organizações não governamentais (ONG) e movimentos sociais, as comunidades, os coletivos e as pessoas.

Nessa trama de relações, as organizações internacionais (OI) atuam na difusão de conhecimento, na construção de redes epistêmicas e na cooperação internacional, sendo elas de três tipos (Faria, 2018): as intergovernamentais (como os BMD e a WHO), as ONG internacionais e as empresas multinacionais. Para Seitenfus (1997, p. 26-27) as OI são “associações voluntárias de Estados estabelecidas por acordo internacional, dotadas de órgãos permanentes, próprios e independentes, encarregados de gerir interesses coletivos e capazes de expressar uma vontade juridicamente distinta de seus membros”.

Na relação com os Estados nacionais, as OI valem-se de diferentes instrumentos, tais como: (a) disseminação discursiva; (b) determinação de padrões; (c) instrumentos financeiros; (d) funções coordenativas; e (e) assistência técnica (Faria, 2018). Bernardo (2016) as considera agentes de transferência e de difusão de políticas públicas, a influenciar os países conveniados na resolução de problemas.

Como principal agência da governança global em saúde, desde a sua fundação em 1946, a WHO é uma organização descentralizada, composta por seis escritórios regionais e 194 países. Ela conta com contribuições compulsórias e/ou voluntárias dos países-membros, de organizações privadas e de indivíduos. Atualmente, 80% dos seus recursos provêm de contribuições voluntárias, situação que se tornou um problema em meio à

crise sanitária, a qual vem exigindo dessa OI uma atuação em três frentes principais: a) coleta e notificação de dados epidemiológicos; b) discussão e divulgação de orientações científicas e técnicas; c) desenvolvimento e acesso a diagnósticos, terapêuticas e vacinas (Kavanah *et al.*, 2021).

Os BMD, por sua vez, são conglomerados que representam players importantes na governança global e na produção de políticas públicas internacionais.⁶ Os principais produtos desses bancos são os empréstimos (*loans*) e as concessões (*grants*) para financiar propostas encaminhadas pelos governos ou instituições públicas dos países-membros. Estes, por sua vez, precisam formular e enviar projetos alinhados às condições estabelecidas por cada instituição financeira. O ciclo das propostas abrange várias etapas, dentre elas: identificação, preparação, apreciação, negociação/aprovação, implantação/apoio e concretização/avaliação. Os projetos aprovados são chamados de “compromissos”, cuja implementação/monitoramento fica a cargo de cada país beneficiado (Steffen, 2017). Bernardo (2016) destaca que, além das exigências contratuais feitas aos clientes, o WB, em específico, difunde políticas por meio de boas práticas divulgadas em conferências e fóruns.

Um dos mais importantes BMD, o Grupo Banco Mundial, com sede em Washington, nos Estados Unidos, é composto por cinco instituições, sendo as duas primeiras as mais conhecidas: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), a Corporação Financeira Internacional (IFC), a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID). O WB possui 189 países-membros, funcionários em 170 países e escritórios em mais de 130 localidades. A gestão cotidiana é realizada na própria sede por diretores executivos (Oomman, 2006).

O Banco foi fundado em 1944, juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ambos resultantes da Conferência de Bretton Woods. Inicialmente tinha como missão auxiliar na reconstrução da Europa e do

⁶ Baumann (2017) estima que existam 35 dessas instituições no mundo, que, em geral, atuam em setores e regiões específicas.

Japão no período pós Segunda Guerra, todavia, ao longo de sua história, os objetivos foram sendo alterados, convergindo para o propósito atual de redução da pobreza e de promoção do desenvolvimento dos países parceiros, por meio de soluções sustentáveis.

Até a década de 1980, o WB não financiava diretamente projetos de saúde. A partir daí, a temática ganhou centralidade e permanece prioritária até hoje.⁷ Entre as décadas de 1990 e 2000, a questão da pobreza é retomada (após um primeiro enfoque em 1970), inicialmente como política residual e, em seguida, com viés multidimensional. Em 2000, dois dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio lançados pela Organização das Nações Unidas (ONU) referiam-se à saúde: redução da mortalidade infantil e melhoria da saúde das gestantes. Em paralelo, essa década consolida a *expertise* do WB nos programas de transferência de renda, para os quais passou a exigir, dentre as condicionalidades, a elaboração de Planos Estratégicos para Redução da Pobreza, os PRSP (Harman, 2010). Na década de 2010, paralelamente aos investimentos em educação e saúde, novos temas entram em cena (capacidade local de engajamento cívico, gênero, violência, migrações, juventude e desenvolvimento rural), além da concessão de empréstimos em resposta à crise financeira internacional de 2008 (Steffen, 2017). Em 2012 aparecem, entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, a saúde e o bem-estar.

Em meio à crise sanitária global, em 11 de fevereiro de 2020, o WB lançou o Programa “Resposta à Crise” (PRC), com vigência entre abril de 2020 e junho de 2021, voltado aos países em desenvolvimento que encaminhassem projetos. Esse Programa destinou 157 bilhões de dólares para concessões voltadas aos efeitos econômicos e sociais da Covid-19, em quatro grandes áreas: a) salvar vidas (interromper a transmissão,

⁷ A instituição publicou, em 1974, o primeiro relatório que relacionou a saúde ao desenvolvimento (Eger, 2021). Posteriormente, dois relatórios da década de 1980 destacaram a necessidade de aumento das despesas em saúde frente a uma “crise de governança” social, econômica e política na região africana. Também nesse período foram aprovados os quatro primeiros projetos de HIV/Aids, epidemia que se tornou uma questão prioritária do WB, até, pelo menos, a metade dos anos 2010 (Harman, 2010).

oferecer serviços de saúde – medicamentos, terapias e vacinas; e garantir o acesso das famílias vulneráveis a cuidados médicos); b) proteger pessoas pobres e vulneráveis e trabalhadores informais (prover emprego, renda e suprimento alimentar; e auxiliar microempresas e governos locais); c) garantir o crescimento sustentável dos negócios e a criação de empregos (preservar empregos e garantir que as empresas, especialmente as pequenas e médias, possam enfrentar a crise); d) fortalecer políticas públicas, instituições e investimentos, em estreita colaboração com o FMI (com ênfase na gestão eficaz das instituições públicas e no auxílio a uma recuperação resiliente dos países) (The World Bank, 2020a, 2020b).

A pandemia e as respostas dos Estados nacionais

A chegada do Coronavírus aos diferentes territórios e/ou o monitoramento em tempo real do avanço mundial das contaminações (o acesso imediato a informações sobre curvas de contágio, letalidade e mutações do SARS-CoV-2)⁸ exigiu, já no primeiro trimestre de 2020, respostas urgentes não só das OI, mas de todos os sistemas políticos nacionais. Naquele momento, a Covid-19 “tinha governos de todo o mundo lutando para lidar com um vírus para o qual muito permanecia desconhecido cientificamente, mas que estava provocando devastação pelas desigualdades existentes nas sociedades e expondo lacunas nos sistemas de saúde pública e nas estruturas de políticas sociais.” (Greer *et al.*, 2021, p. 3, tradução nossa).

De acordo com Brasil, Capella e Ferreira (2021), a capacidade de intervenção dos governos depende da *expertise* sobre as soluções viáveis, da existência de estruturas (como instituições, burocracias e instrumentos) e do aprendizado sobre políticas públicas. Nessa linha, Greer, King e Fonseca (2021) consideram como fatores condicionantes do sucesso das respostas,

⁸ Os veículos mais conhecidos que possibilitam a qualquer pessoa acompanhar instantaneamente a evolução da Covid-19, além da própria WHO, são os sites de duas universidades norte-americanas – John Hopkins e Washington; do *Worldometer* (plataforma colaborativa alimentada por programadores, pesquisadores e voluntários); e do *Nextstrain* (plataforma colaborativa que apresenta o mapeamento genético do vírus a partir da análise de casos ao redor do mundo) (Coronavírus..., 2020).

a “capacidade política” dos países para produzir ações emergenciais (como testagem e rastreamento dos contágios), coordenar federativamente as iniciativas subnacionais, promover políticas sociais etc.

Conforme Jarman (2021), ao longo de 2020 as medidas não farmacêuticas colocaram uma forte pressão sobre os governos nacionais, desafiando as instâncias de *decision making*, a infraestrutura, as políticas públicas, as finanças, a força de trabalho, as comunicações etc. Os *policymakers* precisavam, rapidamente, e sem terem tempo para consultas externas, inventar e implementar novas políticas, além de comunicar decisões. Para a autora, lidar com uma crise dramática em andamento testa todos os aspectos de um sistema político, como, por exemplo, as capacidades de: a) governança (o processo de formular e implementar decisões que afetam toda a sociedade, e de coordenar, vertical e horizontalmente, as ações); b) vigilância (um processo político e logístico de coletar, analisar e divulgar dados relevantes em saúde pública, a fim de informar a decisão e controlar a velocidade da doença); c) coerção (o uso da autoridade legal para produzir e reforçar regras para evitar/reduzir as consequências pandêmicas, que, muitas vezes demandaram mudanças de comportamento de indivíduos e organizações, a exemplo do *lockdown*); d) política social (a habilidade de coordenar a área de saúde e de serviços sociais, de prover crédito suplementar, educação e moradia, seja garantindo a continuidade de políticas sociais prévias, seja implantando novas).

Portanto, embora estejam enfrentando um evento focalizador de abrangência global, as características político-institucionais e as capacidades estatais dos países são fatores a considerar na governança da Covid-19, inclusive quando eles necessitam captar recursos externos. Como pontua Jarman (2021, p. 51, tradução nossa): “Os governos enfrentaram enormes problemas logísticos, pois lutaram para: mobilizar pessoas e recursos em torno de testes; rastrear contatos, isolamento e tratamento; adquirir equipamentos e medicamentos especializados; apoiar o desenvolvimento de vacinas”.

O conceito de capacidades estatais não possui significado unívoco. Relacionando-o à autonomia do Estado, ou à possibilidade de formular e

perseguir objetivos que não são meros reflexos dos interesses de grupos sociais, classes ou sociedades, Skocpol (1985, p. 9, tradução nossa) o define como: “as ‘capacidades’ de Estados para implementar metas oficiais, especialmente sobre a oposição real ou potencial de grupos sociais poderosos ou em meio a circunstâncias socioeconômicas recalcitrantes”.

Gomide e Pereira (2018), por sua vez, salientam a habilidade de o governo dirigir e controlar recursos humanos, financeiros, informacionais e físicos com vistas a cumprir com sua missão. Os autores citam Painter e Pierre (2005), para quem são necessários recursos para se fazer escolhas coletivas e estabelecer orientações estratégicas.

Capacidades estatais abrangem múltiplas dimensões, dentre elas: coerciva/militar; fiscal; administrativa/de implementação; transformativa ou de industrialização; relacional/territorial; legal; política (Cingolani, 2013). Gomides e Pires (2014), Pires e Gomide (2016) e Gomide e Pereira (2018) defendem uma perspectiva dualista de diferenciação das capacidades estatais, que engloba: a) a dimensão técnico-administrativa – derivada da existência e funcionamento de burocracias competentes e profissionalizadas, dotadas de infraestrutura, recursos organizacionais, financeiros e tecnológicos para conduzir as ações de governo de forma coordenada; b) a dimensão político-relacional – associada às habilidades e procedimentos de inclusão, de forma articulada, de múltiplos atores (sociais, econômicos e políticos) nos processos decisórios sobre políticas públicas, visando a construção de consensos mínimos e de coalizões de apoio aos programas governamentais.

As múltiplas dimensões do conceito podem ser operacionalizadas por diferentes indicadores, seja como variáveis de saída (estimando-se os fatores que influenciam as capacidades dos Estados, por exemplo, a qualidade técnica da burocracia), seja como preditores (verificando-se a influência de *proxies* de capacidades estatais sobre a implementação e os resultados de políticas públicas). Neste artigo, em específico, utilizou-se um *proxy* de capacidade estatal para explicar o sucesso na obtenção de recursos financeiros junto ao WB para ações emergenciais

à Covid-19, no período compreendido entre o início (abril de 2020) e o final da vigência do PRC (junho de 2021). Este indicador será apresentado adiante.

Supõe-se que a participação dos Estados nacionais em programas internacionais de financiamento, bem como o seu êxito na obtenção dos recursos postulados, dependa das capacidades preexistentes, sejam elas técnico-burocráticas (por exemplo, a *expertise* na prospecção das fontes de recursos, o entendimento do problema e de suas características contextuais, o conhecimento sobre as soluções viáveis, a habilidade de elaborar projetos que atendam às exigências dos órgãos de fomento, bem como de propor indicadores de monitoramento etc.), ou político-relacionais (a negociação com os BMD e o êxito frente à concorrência, o reconhecimento internacional da posição ocupada pelo país etc.). Além disso, a elaboração e o encaminhamento de projetos produzem aprendizado, aspecto fundamental para futuras proposições. Dessa forma, a obtenção de recursos aprimora as capacidades estatais, gerando um círculo virtuoso. Nesse ponto, é interessante citar Steffen (2017), quando afirma que a capacidade estatal é um fator decisivo para a distribuição de recursos financeiros e assistência técnica do WB para políticas sociais dos governos latino-americanos e caribenhos, de um lado, porque as condições econômicas não explicam todas as alocações; de outro, porque as capacidades institucionais dos países credores potencializam os resultados positivos dos projetos patrocinados, qualificando a eficácia da ajuda e melhorando a imagem pública da OI.

Metodologia e resultados

A fim de examinar se as capacidades estatais dos proponentes aumentam a probabilidade de sucesso nos projetos de cooperação, realizou-se regressão logística que permitiu delinear as razões de chances de os países terem seus projetos Covid-19 aprovados, em comparação

com os que não tiveram.⁹ O modelo foi estimado no *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS®).

As unidades de análise são 134 países de renda média (internamente divididos em: média alta e média baixa) ou de renda baixa classificados pelo WB no ano fiscal de 2019, cuja renda *per capita* era menor do que US\$ 12.535,00).¹⁰ Diferentemente do grupo de alto rendimento, esse conjunto de países é prioritário para a instituição. Além disso, sua escolha permitiu garantir certa homogeneidade quanto às variáveis de interesse na comparação entre dois grupos: países com projeto Covid-19 encaminhado e aprovado e países sem tal atributo.

Na próxima seção são apresentadas as variáveis do estudo.¹¹

A variável de saída

A variável a ser explicada refere-se à Existência de projeto(s) Covid-19 aprovado(s) pelo WB, para o financiamento de ações emergenciais de enfrentamento à pandemia. Trata-se de uma *dummy* com dois valores: 1 = com projeto Covid-19 aprovado; 0 = sem projeto Covid-19 aprovado.

Para a sua elaboração, acessou-se, em novembro de 2021, o site do WB na aba “O que fazemos” e no item “Projects”. Em seguida, com a palavra de busca “Covid 19”, foram baixados, em planilha Excel, 265 projetos ativos e concluídos, com exclusão das desistências (*dropped*) e dos projetos

⁹ Para maiores detalhes sobre a regressão logística, consultar: Fernandes *et al.* (2020).

¹⁰ O WB organiza os países-membros e 28 economias com população maior de 30.000 habitantes em grupos por: região geográfica, renda e categorias operacionais. As classificações são atualizadas em julho de cada ano. Com base no método Atlas, existiam, em 2019, quatro grupos de renda: a) Baixa – Igual ou menor do que US\$ 1.035; b) Média baixa - Entre US\$ 1.036 e US\$ 4.045; c) Média alta – Entre US\$ 4.046 e US\$ 12.535; d) Alta – Maior que US\$ 12.535. Na pesquisa, do total de países foi excluída, além dos de renda alta, a Venezuela, por não constar na classificação atual, e porque na de 2014 (a última da qual participou) ela figurava entre os países de renda alta. (vide: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>). As classificações dos países nos diferentes critérios podem ser consultadas em: <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/378834-how-does-the-world-bank-classify-countries>.

¹¹ Em Apêndice consta um quadro com todas as variáveis, suas características, fontes dos dados e estatísticas descritivas.

em preparação (*pipeline*).¹² Desse *corpus* inicial foram excluídos projetos: a) cujos objetos não se enquadravam no PRC; b) sem informação sobre o valor financiado; c) que não se referiam a países (um da Ásia Central e dois mundiais); d) que foram encaminhados por países classificados, em 2019, como de alta renda. Chegou-se, por fim, a um total de 193 projetos Covid-19, que totalizaram US\$ 25.935.328.899,00 e um valor médio de US\$ 134.379.942,48 por proposta. O total de documentos aprovados em 2020 (119, ou 62%) ultrapassou o de 2021 (74, ou 38%) – a maioria deles (74%) abrangia objetivos relacionados com a área de saúde, tais como: fortalecer os sistemas nacionais de saúde pública, aprimorar as capacidades de prevenir, detectar e responder à Covid-19; apoiar o governo para aquisição, gestão e implantação de vacinas.

Os 193 projetos Covid-19 financiados pelo WB beneficiaram 94 países de renda baixa ou média (70% das 134 unidades de análise), desses, 34% tiveram um projeto aprovado, 31% dois projetos, 28% três projetos, 2% quatro projetos e 3% cinco projetos.

A distribuição por regiões mundiais, na Tabela 1, mostra que a maior quantidade de projetos (87) provinha da África Oriental ou da África Ocidental (somadas), contudo, o maior valor médio por projeto foi verificado no Leste Asiático e Pacífico, de US\$ 465.503.735,13.

Uma exigência metodológica dos modelos multicausais é garantir que os valores dos fatores explicativos tenham sido observados antes dos efeitos (variável de saída). Assim, em nossa pesquisa todos os dados que compuseram a variável preditora principal e as de controle, a seguir apresentadas, foram registrados antes do período de vigência do PRC (abril de 2020 a junho de 2021).

¹² A coluna “*Project Status*” contém as seguintes categorias: *Active* (ativo); *Closed* (concluído); *Dropped* (desistência); *Pipeline* (proposta). Nos projetos classificados nas duas últimas categorias não constavam as datas de aprovação em “*Board Approval Date*”. Além disso, não há informações adicionais sobre qualquer processo de avaliação, ou seja, não foi possível auferir se eles chegaram a ser avaliados pelo Conselho do WB. Dessa forma, casos de *dropped* e *pipeline* foram descartados do estudo. Ressalta-se que os dados disponíveis não permitem uma análise de fluxo, que percorra o caminho desde o envio até a aprovação ou a rejeição da proposta.

Tabela 1. Distribuição dos projetos Covid-19 por região mundial, quantidade e valor médio, 2020/2021

Região	Quantidade	Valor médio por projeto, em US\$
África Oriental ou África Ocidental	87	68.216.105,38
Europa e Ásia Central	26	73.002.409,00
Leste Asiático e Pacífico	24	465.503.735,13
Oriente Médio e Norte da África	21	110.442.831,29
Sul da Ásia	19	162.514.380,00
América Latina e Caribe	16	99.469.930,13
Total	193	135.079.838,02

Fonte: Elaboração própria com base em: <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects-list?os=0>

A variável preditora principal: capacidades estatais (média anual de projetos aprovados pelo WB)

A fonte de dados secundários para a elaboração do proxy de capacidade estatal foi a mesma da variável de saída: o site do WB, na seção “Projects”. Considerando-se a quantidade de projetos enviados e aprovados (ativos e concluídos), com exclusão das desistências e dos projetos em elaboração, no período entre 01 de janeiro de 1946 e 31 de dezembro de 2019 foram cadastrados 17.384 projetos de diferentes temáticas (sendo 1.821 ativos e 15.563 encerrados), que beneficiaram 180 países. Desses, um conjunto de 14.127 projetos correspondia às 134 unidades de análise de nossa pesquisa.

Para o cálculo dessa variável contínua, utilizou-se como denominador o tempo (em anos) de filiação no WB até 2019 e como numerador o total de projetos aprovados ao longo do intervalo de 73 anos.

As variáveis de controle

Como variáveis de controle que informam características adicionais das unidades de análise e são condizentes com os propósitos da pesquisa, foram elaboradas duas *dummy*¹³ e duas contínuas, a seguir detalhadas.

REGIÕES AFRICANAS (REFERÊNCIA: ÁFRICA ORIENTAL OU ÁFRICA OCIDENTAL)

Esta variável *dummy* refere-se à região de origem dos 134 países que compõem a base de dados, tomando-se como valor de referência (1) o pertencimento às regiões da África Oriental ou da África Ocidental que, somadas, apresentaram a maior quantidade de projetos Covid-19, conforme já referido. Os países das demais regiões receberam o valor zero. A fonte também foi o site do WB.

EXISTÊNCIA DE CASOS DE COVID-19

Na fonte consultada, a página da WHO, Covid-19 Dashboard, os dados – contágios novos e acumulados, mortes novas e acumuladas – são reportados à WHO e diariamente atualizados, acompanhando a velocidade de propagação da doença. Para os propósitos da pesquisa, obteve-se o total acumulado de contágios em 31/03/2020.

O monitoramento mundial da Covid-19 provavelmente tenha influenciado a decisão dos governos nacionais de enviarem projetos a organizações internacionais, visando financiar respostas emergenciais. Contudo, existe um grau desconhecido de subnotificações¹⁴, ainda mais quando se trata de um período anterior ao ápice da doença, qual seja, o

¹³ Field (2009, p. 688) não se opõe à utilização de variáveis não contínuas em análises de regressão. Para mais, concordamos com Okura (2008) quando diferencia as variáveis ordinais das nominais ou qualitativas. Nas primeiras percebe-se uma ordem entre as categorias, mas as distâncias absolutas entre elas são desconhecidas. Conforme a autora, trata-se de uma variável quantitativa, porque cada nível da escala pode ser comparado ao outro, em termos da magnitude maior ou menor de certa característica. As variáveis ordinais são usuais em pesquisas nas Ciências Sociais, que é, justamente, o nosso caso.

¹⁴ Greer, King e Fonseca (2021) fazem uma crítica consistente aos indicadores Covid-19 elaborados pela WHO.

primeiro trimestre de 2020. Salienta-se, também, que em 30 de janeiro de 2020 a WHO declarou ser a doença uma pandemia, logo após, as informações passaram a ser divulgadas diariamente, com ampla cobertura midiática. Isso fez com que a população e os líderes políticos de todos os países adquirissem alguma noção da magnitude do problema e de seu impacto social.

Sendo assim, inicialmente foram elaboradas taxas de óbitos por Covid-19 por 100.000 habitantes. Todavia, a distribuição dos valores não foi linear, devido aos casos discrepantes (*outliers*) e à presença significativa de zeros (sem registro). Mesmo com a utilização de procedimentos para normalizar os valores (logaritmização, distribuição dos valores por faixas, exclusão dos *outliers*), não foi possível corrigir satisfatoriamente a elevada dispersão dos dados. Dessa forma, optou-se por utilizar uma variável *dummy*, em que o valor 1 significa a existência de, ao menos, um caso de contágio por SARS-CoV-2 nos três primeiros meses de 2020, e zero a ausência de notificações.

ÍNDICE GLOBAL DE SEGURANÇA EM SAÚDE (GHSINDEX)

O GHSIndex é um indicador composto que avalia as capacidades globais de segurança em saúde de 195 países. Ele é gerenciado pelo Johns Hopkins Center for Health Security, a Nuclear Threat Initiative e a Economist Intelligence Unit, e pode ser facilmente obtido na página GHS Index.¹⁵ O índice avalia os sistemas nacionais de saúde e os fatores de risco, podendo assumir valores distintos dentro de um *continuum* de condições desfavoráveis (0) e favoráveis (100). O seu cálculo envolve 71 questões agrupadas em 37 indicadores, que, por sua vez, podem ser sintetizados em seis dimensões: a) prevenção, detecção e relatório (vigilância sanitária); b) resposta rápida; c) sistema de saúde; d) compromisso com normas internacionais; e) ambiente de risco; f) vulnerabilidade a ameaças biológicas.

¹⁵ <https://www.ghsindex.org/>.

REDA NACIONAL *PER CAPITA*

A renda nacional *per capita* é calculada a partir da renda nacional bruta (valor adicionado de todos os produtores residentes mais os impostos sobre produtos não incluídos e as receitas líquidas de renda primária no exterior), convertida em dólares americanos pelo método Atlas do WB, e dividida pela população do país na metade do ano. A fonte de coleta foi a base de dados sobre indicadores do WB.¹⁶

Por fim, os valores ausentes (*missing*) de banco de dados da pesquisa foram preenchidos pela média dos valores das respectivas variáveis, bem como realizou-se teste de multicolinearidade entre as variáveis independentes, verificando-se que nenhum coeficiente de correlação de Pierson ultrapassou 0,6.

Como hipóteses de pesquisa, considerou-se que a variável preditora principal (“Média anual de projetos aprovados pelo WB”) e as variáveis de controle “Regiões africanas” e “Existência de casos de Covid-19” aumentam as chances de um país encaminhar e receber aprovação de projeto voltado à Covid-19 pelo WB. Em contrapartida, as variáveis de controle “Índice Global de Segurança em Saúde” e “Renda nacional *per capita*”, por se referirem à magnitude dos sistemas de saúde e à condição econômica, agem no sentido contrário, ou seja, quanto mais elevados forem os seus valores, menores as chances de os países encaminharem projetos ao WB visando financiar ações emergenciais.

Em linhas gerais, presume-se que nem o contexto econômico nacional, tampouco as características da pandemia conseguem explicar todas as variações da alocação de recursos do WB aos países solicitantes, devendo ser acrescidas na equação as capacidades estatais preexistentes para a obtenção de financiamento externo.

¹⁶ <https://data.worldbank.org>

Resultados

Conforme Fernandes *et al.* (2020), na ausência de um coeficiente de determinação similar ao R² da regressão linear, as medidas mais utilizadas na regressão logística para determinar o poder preditivo do modelo são o pseudo-R² de Cox e Snell e o pseudo-R² de Nagelkerke. Nesse sentido, os valores da Figura 1 demonstram que as variáveis preditoras do modelo explicam 31% (Cox & Snell RSquare) e 43% (Nagelkerke RSquare) das razões de chances de um país ter projeto(s) Covid-19 aprovado(s) pelo WB (variável de saída).

Figura 1. Sumário do modelo de regressão logística

Model Summary			
Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	115,048 ^a	,303	,430

a. Estimation terminated at iteration number 5 because parameter estimates changed by less than ,001.

Fonte: Elaboração própria por meio do SPSS®.

Fontes de dados: em Apêndice.

Analisando-se, na Figura 2, os valores da significância (Sig), percebe-se que três variáveis de controle foram excluídas do modelo: Regiões africanas, Existência de casos de Covid-19, Índice Global de Segurança em Saúde. Isso revela que o fato de pertencer ou à África Oriental ou à África Ocidental, ter maior prevalência de casos de Covid-19 e melhor situação em termos de segurança em saúde não produz qualquer efeito sobre as chances de um país obter aprovação em projeto(s) de enfrentamento à Covid-19 pelo WB.

Em contrapartida, a variável independente principal e a de renda foram as únicas que, considerando os 134 países, parecem ter influenciado as

chances de aprovação de projeto(s) Covid-19 pelo WB, a considerar os valores de Sig e Exp(B) da Figura 2. Os países com maior média anual de projetos aprovados ao longo dos anos de pertencimento ao WB tiveram 1,76 vezes mais chances de terem aprovados o(s) seu(s) projeto(s) Covid-19 no âmbito do PCR. Enquanto isso, com coeficiente (ExpB) inferior à variável anterior, os países com renda nacional *per capita* mais elevada possuíam uma (1) vez mais chances de ter projeto Covid-19 aprovado pelo WB, comparativamente aos demais.

Figura 2. Coeficientes das variáveis da regressão logística

Variables in the Equation		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 ^a	Regiões_africanas	-,210	,607	,120	1	,729	,810
	Covid	-,104	,660	,025	1	,874	,901
	Indice_saúde	-,014	,030	,215	1	,643	,986
	Renda	,000	,000	14,772	1	,000	1,000
	Proj_WB	,566	,183	9,562	1	,002	1,762
	Constant	2,410	,977	6,092	1	,014	11,135

a. Variable(s) entered on step 1: Regiões_africanas, Covid, Indice_saúde, Renda, Proj_WB.

Fonte: Elaboração própria por meio do SPSS®.

Fontes de dados: em Apêndice.

Portanto, a influência da variável preditora principal foi comprovada no estudo, ao mesmo tempo em que se encontrou uma relação positiva não prevista entre a renda *per capita* e a variável de saída.

Considerações finais

A atual pandemia pode ser considerada um evento focalizador (Birkland, 1998; Kingdon, 2014) extremo, devido a suas características: a) é mais abrangente e trouxe consequências muito mais amplas do que os eventos focais anteriormente estudados, como: desastres naturais, acidentes nucleares, crises etc.; b) apresenta maior longevidade (dois anos até o

momento de escrita deste artigo); c) difere de muitas pandemias pelas características de alta transmissibilidade, velocidade de contágio e letalidade do SARS-CoV-2; d) a cobertura midiática e o monitoramento em tempo real, tanto pelo público quanto por *policymakers*, dos indicadores de contágio, mortalidade, curvas pandêmicas, médias móveis etc., forneceu à crise sanitária uma maior visibilidade ou “tangibilidade” (Brasil; Capella, 2020, p. 655), propiciada por múltiplas informações produzidas por comunidades epistêmicas internacionais.

A Covid-19 exigiu ações rápidas de controle, tratamento e prevenção em uma escala nunca antes experimentada pelos organismos internacionais, governos, setores e comunidades. De parte dos Estados nacionais, as respostas à crise não foram uniformes, estando condicionadas por fatores estruturais, político-institucionais e pela própria conjuntura pandêmica, eminentemente oscilante.

Este artigo analisou algumas dessas respostas, com base nos projetos de ações emergenciais que foram aprovadas e receberam financiamento pelo Banco Mundial entre abril de 2020 e junho de 2021, dentro do Programa Resposta à Crise. Os resultados da análise de regressão logística comprovaram a hipótese central de que as capacidades estatais prévias (medidas pelo *proxy* da “média anual de projetos aprovados pelo WB”, desde a inserção do país no rol de estados-membros) são preditoras das razões de chances de obter financiamento externo para as políticas de enfrentamento à Covid-19. Quanto à variável de controle “renda nacional *per capita*”, a relação de causalidade apresentou uma direção positiva, oposta à esperada, demonstrando que países com renda relativamente mais alta (dentre os 134 países de renda baixa ou média que compõem as unidades de análise do estudo) têm maiores chances de obterem sucesso em seus projetos de cooperação do que os de renda inferior, lembrando que os países em desenvolvimento são o foco de atuação do WB. Para mais, essa instigante relação positiva entre a aprovação de projetos de financiamento pela instituição financeira e a variável de renda (a qual não apresentou alta colinearidade com o *proxy* de capacidades estatais,

atingindo um coeficiente de correlação de Pierson de -0,144), merece ser aprofundada em futuros trabalhos.

O resultado nulo em relação à localização do país no continente africano, que sempre foi uma região de atuação prioritária do WB (Eger, 2021), pode ter a ver com o fato de que lá a pandemia chegou mais tarde, ou, ainda, com uma possível defasagem temporal das notificações epidemiológicas dos contágios e mortes em África, gerando um maior volume de subnotificações em relação ao resto do mundo. No tocante à exclusão dentre os resultados do índice de segurança global em saúde talvez seja devido aos padrões de referência utilizados no cálculo desse indicador, que se aproximam dos sistemas de saúde dos países desenvolvidos e se afastam dos encontrados em países de renda baixa ou média, que foram o foco da pesquisa.

Por fim, como uma tentativa de se interpretar o resultado nulo da Existência de Covid-19, que refuta a hipótese de que a magnitude da doença impulsionaria os países de renda baixa ou média a buscarem financiamento junto ao WB, à questão das subnotificações subjacentes aos indicadores produzidos e monitorados pela WHO (Greer *et al.*, 2021) acrescentam-se algumas características da própria doença, tais como: a alta transmissibilidade e a rapidez de propagação do Coronavírus, ao lado da ampla cobertura midiática da pandemia. Dessa forma, a divulgação, em tempo real, da evolução dos novos casos e da mortalidade por Covid-19, provavelmente tenha induzido alguns países a se anteciparem ao clímax da crise sanitária em seus territórios, a fim de garantirem o necessário financiamento às requeridas ações profiláticas.

Em suma, os resultados do estudo, comprobatórios ou não das hipóteses prévias, revelam a necessidade de se prosseguir com as pesquisas sobre os fatores relacionados com a governança global da Covid-19 que não se restrinjam aos aspectos econômicos ou epidemiológicos, mas que incorporem, também, as relações entre os Estados nacionais e as organizações internacionais. A pandemia explicitou desigualdades preexistentes e produziu novas, bem como lançou luz sobre as diferenças em torno das

capacidades estatais dos países em desenvolvimento, as quais são uma condição necessária ao enfrentamento do “maior desafio global do século XXI até agora” (Pires Brito *et al.*, 2020, p. 59). Esperamos que este artigo tenha contribuído com o desvelamento de algumas dessas assimetrias, bem como que os pontos aqui levantados estimulem futuras investigações.

Leticia Maria Schabbach é Doutora em Sociologia e professora associada do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atuando nos Programas de Pós-graduação em Sociologia (coordenadora) e de Pós-graduação em Políticas Públicas.

✉ leticiams65@gmail.com

Referências

1. AGÊNCIA BRASIL. Diretora da OMS diz que mundo está entrando em quarta onda de Covid-19. *UOL Notícias*, 22 nov. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2021/11/22/diretora-da-oms-diz-que-mundo-esta-entrando-em-quarta-onda-de-covid-19.htm?cmpid=copiaecola>
2. BAUMANN, Renato. Os novos bancos de desenvolvimento: independência conflitiva ou parcerias estratégicas? *Revista de Economia Política*, v. 37, n. 2 (147), p. 287-303, 2017.
3. BERNARDO, Gláucia J. Organizações internacionais como agentes de transferência e difusão de políticas públicas. *Conjuntura Global*, vol. 5 n. 2, p. 233-252, 2016.
4. BIRKLAND, Thomas A. Focusing events, mobilization, and agenda setting. *Journal of Public Policy*, v. 18, n. 1, p. 53-74, 1998.
5. BRASIL, Felipe G.; CAPELLA, Ana C. N. Janelas escancaradas: o potencial da pandemia na mudança de políticas públicas. In: GROSSI, M. P.; TONIOL, R. (org.). *Cientistas sociais e o Coronavírus*. 1. ed. São Paulo: ANPOCS; Tribo da Ilha, 2020. p. 690-693.
6. BRASIL, Felipe G.; CAPELLA, Ana C. N.; FERREIRA, Leandro T. Eventos focalizadores e a pandemia da COVID-19: a renda básica emergencial na agenda governamental brasileira. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 3, p. 644-661, 2021.
7. CERNY, Phil. From “iron triangles” to “golden pentangles”? Globalizing the policy process. *Global Governance*, v. 7, n. 4, p. 397-410, 2001.
8. CINGOLANI, Luciana. The state of State capacity: a review of concepts, evidence and measures. *Working Paper Series on Institutions and Economic Growth*: IPD WP13. United Nations University; Maastrich Graduate School of Governance (UNU-Merit), out. 2013. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/unm/unumer/2013053.html>
9. CORONAVÍRUS: os sites em tempo real que mostram dados de mortes, curvas de contágio e mutações. *BBC News Brasil*, 21 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51987873>
10. DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas, 2012.
11. EGER, Talita J. *A gestão de uma epidemia: estabilidade e mudança no campo do HIV/Aids no Brasil (1980-2013)*. 2021. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
12. FARIA, Carlos A. P. de. As organizações internacionais como difusoras de políticas públicas. Monções: *Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 7, n. 13, p. 29-49, 2018.
13. FERNANDES, Antônio A. T.; FIGUEIREDO FILHO, Dalson B.; ROCHA, Enivaldo C. da; NASCIMENTO, Willber da S. Leia este artigo se você quiser aprender regressão logística. *Revista de Sociologia Política*, v. 28, n. 74, p. 2-20, e006, 2020.

14. FIELD, Andy. *Descobrimos a estatística usando o SPSS*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
15. FUKUYAMA, Francis. The pandemic and political order: it takes a State. *Foreign Affairs*, 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2020-06-09/pandemic-and-political-order>
16. GOMIDE, Alexandre de A.; PEREIRA, Ana K. Capacidades estatais para políticas de infraestrutura no Brasil contemporâneo. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 5, p. 935-955, set/out. 2018.
17. GOMIDE, Alexandre de A. PIRES, Roberto R. C. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: GOMIDE, A.; PIRES, R. (org.). *Capacidade estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2014. p. 15-28.
18. GREER, Scott L.; KING, Elizabeth J.; FONSECA, Elize M. da. Introduction: explaining pandemic response. In: GREER, S. L. et al. (ed.). *Coronavirus politics: the comparative politics and policy of Covid-19*. Ann Arbor: University of Michigan, 2021. p. 3-33.
19. HARMAN, Sophie. *The World Bank and HIV/Aids: setting a global agenda*. Nova York: Routledge, 2010.
20. IDOSA de 90 anos é a primeira a ser vacinada contra Covid-19 no Reino Unido. *G1*, 8 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2020/12/08/idosa-de-90-anos-e-a-primeira-a-ser-vacinada-contr-covid-no-reino-unido.ghtml>
21. JARMAN, Holly. State responses to the C-19 pandemic: governance, surveillance, coercion, and social policy. In: GREER, S. L.; KING, E. J.; FONSECA, E. M.; PERALTA SANTOS, A. (ed.). *Coronavirus politics: the comparative politics and policy of Covid-19*. Ann Arbor: University of Michigan, 2021. p. 51-64.
22. KAVANAH; Matthew M.; SINGH, Renu; PILLINGER, Mara. Playing politics: the World Health Organization's response to COVID-19. In: GREER, S. L. et al. (ed.). *Coronavirus politics: the comparative politics and policy of Covid-19*. Ann Arbor: University of Michigan, 2021. p. 34-50.
23. KINGDON, John W. *Agendas, alternatives and public policies*. 2. ed. Londres, 2014.
24. LANGE, Philipp; DRIESSEN, Pieter P.J.; SAUER, Alexandra; BORNEMANN, Basil; BURGER, Paul. Governing towards sustainability: conceptualizing modes of governance. *Journal of Environmental Policy & Planning*, v. 15, n. 3, p. 403-425, 2013.
25. OKURA, Roberta I. S. *Modelos de regressão para variáveis categóricas ordinais com aplicações ao problema de classificação*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências). São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Matemática e Estatística Aplicada, 2008.
26. OMICRON now outpacing Delta as globally dominant COVID-19 strain, WHO says. *Global News*, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://globalnews.ca/news/8505377/omicron-delta-dominant-covid-19-who-update/>

27. OOMMAN, Nandini. *HIV/AIDS Monitor. Overview of the World Bank's Response to the HIV/AIDS epidemic in Africa, with a focus on the multi-country HIV/AIDS Program (MAP)*. Center for Global Development: Washington; London, 2006. Disponível em: <https://www.cgdev.org/page/overview-world-bank%E2%80%99s-response-hivaids-epidemic-africa-focus-multi-country-hivaids-program-map>
28. PAINTER, Martin; PIERRE, Jon. Unpacking policy capacity: issues and themes. In: PAINTER, M.; PIERRE, J. *Challenges to state policy capacity*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 1-18.
29. PIRES, Roberto R. C.; GOMIDE, Alexandre de A. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 58, p. 121-143, jun. 2016.
30. PIRES BRITO, Sávio B.; BRAGA, Isaque O.; CUNHA, Carolina C.; PALÁCIO, Maria Augusta V.; TAKENAMI, Iukary. Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI. *Vigilância Sanitária em Debate*, v. 8, n. 2, p. 54-63, 2020.
31. RAFAEL, Ricardo de M. R.; NETO, Mercedes; CARVALHO, Marina M. B. de; DAVID, Helena M. S.; ACIOLI, Sonia; FARIA, Magda G. de A. Epidemiologia, políticas públicas e pandemia de Covid-19: o que esperar no Brasil? *Revista de Enfermagem UERJ*, v. 28, p. 1-6, 2020.
32. REZENDE, Joffre M. de. Epidemia, endemia, pandemia, epidemiologia. *Revista de Patologia Tropical*, v. 27, n. 1, p. 153-155, 1998.
33. SEITENFUS, Ricardo A.S. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
34. SKOCPOL, Theda. Introduction. Bringing the State back in: strategies of analysis in current research. In: EVANS, P. B.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (ed.). *Bringing the State back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 3-37.
35. STEFFEN, Mariana W. *Bancos multilaterais de desenvolvimento como atores de política social: o caso do Banco Mundial na América Latina e Caribe (2008-2014)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
36. THE WORLD BANK (WB). How the World Bank Group is helping countries address COVID-19 (coronavirus). Overview. *The World Bank*, 11 fev. 2020a. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2020/02/11/how-the-world-bank-group-is-helping-countries-with-covid-19-coronavirus>
37. THE WORLD BANK (WB). The World Bank Group's Response to the COVID-19 (coronavirus) Pandemic. *The World Bank*, 17 nov. 2020b. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/who-we-are/news/coronavirus-covid19>
38. THE WORLD BANK (WB). How are the income group thresholds determined? *The World Bank*, [2014]. Disponível em: <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/378833-how-are-the-income-group-thresholds-determined>
39. THERBORN, Göran. Opus Magnum: how the pandemic is changing the world. *Thesis Eleven*, 20 junho 2020. Disponível em: <https://thesiseleven.com/2020/07/06/opus-magnum-how-the-pandemic-is-changing-the-world/>

40. UJVARI, Stepan C. *A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos*. São Paulo: Contexto, 2009.
41. VIDAL, Luiza. Ômicron: o que já se sabe sobre a variante do vírus. *UOL – VIVA BEM*, 10 jan. 22. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2022/01/10/o-que-ja-se-sabe-sobre-a-variante-omicron-da-covid-19.htm>
42. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Coronavirus (COVID-19) – Dashboard. [website]. WHO, [2020a]. Disponível em: <https://covid19.who.int>
43. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). [Página institucional]. Coronavirus disease (COVID-19). Health topics. Genebra: WHO, 2020b. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_1
44. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Novel Coronavirus (2019-nCoV). Situation Report - 1. Genebra: WHO, 21 janeiro 2020c. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200121-sitrep-1-2019-ncov.pdf?sfvrsn=20a99c10_4
45. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Novel Coronavirus (2019-nCoV). Situation Report - 11. Genebra: WHO, 31 janeiro 2020d. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200131-sitrep-11-ncov.pdf?sfvrsn=de7c0f7_4
46. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). [Página institucional]. Vaccines, treatment & tests. Coronavirus disease (COVID-19) pandemic. Genebra: WHO, [2021a]. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>
47. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Tracking SARS-CoV-2 variants*. Genebra: WHO, 31 maio 2021b. Disponível em: <https://www.who.int/en/activities/tracking-SARS-CoV-2-variants/>

Recebido: 16 jan. 2022

Aceito: 23 jun. 2022

APÊNDICE 1

Variáveis do modelo de regressão logística

Quadro 1. Variáveis do modelo de regressão logística: características e fontes de dados

Grupos de variáveis	Nome da variável (e no banco de dados)	Tipo	Período	Valores	Fontes
Variável de saída	Existência de projeto(s) Covid-19 aprovado(s) pelo WB (Proj_Covid)	Dummy	01/04/2020 a 30/06/2021	1 – Com projeto Covid 19: 94 (70%) 0 – Sem projeto Covid 19: 40 (30%)	WB - Projects https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects-list?os=0
Variável preditora principal	Capacidades estatais (Média anual de projetos aprovados pelo WB) (ProjWB)	Contínua	01/01/1946 a 31/12/2019	Vlr. Min.:0,00 Vlr. Max.:10,44 Média: 1,95 Desvio-padrão: 2,13	WB - Projects https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects-list?os=0
Variáveis de controle	Regiões africanas (Regiões_africanas)	Dummy	2019	1 – África Oriental ou África Ocidental: 46 (34%) 0 – Não é África Oriental ou África Ocidental: 88 (66%)	WB - Classificação dos países por região https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects-list?os=0
	Existência de casos de Covid-19 (Covid)	Dummy	01/01/2020 a 31/03/2020	1 – Com casos de Covid-19: 114 (85%) 0 – Sem casos de Covid19: 20 (15%)	WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard https://covid19.who.int/data
	Índice Global de Segurança em Saúde (Índice_saúde)	Contínua	2019	Vlr. Min.:17,9 Vlr. Max.:68,9 Média: 33,92 Desvio-padrão: 9,93	Nuclear Threat Initiative; Center for Health Security at the Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health; Economist Impact, https://www.gfsindex.org/
	Renda nacional per capita (GNI per capita, Atlas method, current US\$) (Renda)	Contínua	2019	Vlr. Min.:240,00 Vlr. Max.:12.090,00 Média: 4.009,47 Desvio-padrão: 3.041,46	WB Indicators https://data.worldbank.org/indicator

Fonte: Elaboração própria.

<http://doi.org/10.1590/18070337-121417>

Estadísticas y gestión política del primer año de pandemia de Covid-19 en Argentina

Claudia Daniel* 

Natalia Romero Marchesini** 

Cecilia T. Lanata-Briones*** 

Resumen

La pandemia de Covid-19 estimuló la generación y amplia circulación de estadísticas sanitarias. Este artículo examina el rol que adquirieron las estadísticas del Covid-19 en la gestión política de la emergencia sanitaria en la Argentina, un país que se caracterizó por adoptar medidas tempranas, un confinamiento social estricto inicial y posteriores flexibilizaciones que significaban todo un desafío de coordinación en una sociedad en crisis. La investigación adoptó una estrategia metodológica cualitativa apoyada en el análisis sistemático de una variedad de fuentes: normativa, informes gubernamentales, prensa y registros en video de las conferencias de prensa presidenciales. Por un lado, el artículo explora la trama institucional de elaboración de esas estadísticas, deteniéndose en algunos puntos de esa cadena como las clasificaciones estadísticas, y subraya la serie de tensiones a las que estuvo expuesta. Por otro lado, muestra cómo las estadísticas fueron utilizadas para conferir legitimidad a las decisiones de la autoridad política, escenificadas en verdaderos rituales de cuantificación, a la vez que resultaron un medio a través del cual esa autoridad fue ejercida. Además de atribuir significado a la experiencia compartida, los indicadores estadísticos formaron parte de un dispositivo de coordinación de la acción a distancia y desde el centro que restringía los márgenes de acción discrecional de las autoridades subnacionales y operaba como un mecanismo externo e impersonal de regulación en una sociedad convulsionada por una situación tan excepcional como la pandemia.

Palabras clave: estadísticas, Covid-19, Argentina, gestión pública, sociología de la cuantificación.

* Centro de Investigaciones Sociales (CIS-CONICET/IDES), Buenos Aires, Argentina.

** Universidad Nacional de La Plata, La Plata, Provincia de Buenos Aires, Argentina.

*** University of Warwick, Coventry, Reino Unido.

Statistics and political management during the first year of the Covid-19 pandemic in Argentina

Abstract

The Covid-19 pandemic triggered the generation as well as the ample circulation of health statistics. This article examines the role that Covid-19 statistics acquired in the management of the Argentine health emergency. Argentina adopted lockdown measures early and initially had a strict social confinement with subsequent relaxations that became a coordination challenge in a society in crisis. This research followed a qualitative methodological strategy supported by systematic analysis of regulations, government reports, press articles, and presidential press conferences. On the one hand, the article explores the institutional structure behind the elaboration of Covid-19 statistics, focusing on statistical classifications, and underlines the tensions to which it was exposed. On the other hand, it shows how statistics were used to bestow legitimacy to the decisions of the political authority, staged in true rituals of quantification, as they were a means through which that authority was exercised. In addition to attributing meaning to a shared experience, statistical indicators became a device for coordinating action at a distance and from the center, restricting the margins of discretionary action of the subnational authorities and operating as an external and impersonal mechanism of regulation in a society disrupted by an exceptional situation.

Keywords: statistics, Covid-19, Argentina, political management, sociology of quantification.

Introducción¹

Tras registrarse alrededor de 4.000 muertes y más de 100.000 casos confirmados en varios países, el 11 de marzo de 2020 la Organización Mundial de la Salud (OMS) caracterizó la expansión del virus SARS-CoV-2 (en adelante Covid-19 o coronavirus) como una pandemia. Las estadísticas disponibles confirmaban el desplazamiento del

¹ La investigación en que se basa este artículo fue realizada en el marco del proyecto PISAC COVID-19 No 40: “El sostén público a la supervivencia de los hogares y unidades económicas en la urgencia. Iniciativas, mediaciones y alcances de la asistencia en perspectiva comparada”, apoyado por Agencia I+D+i de Argentina. Queremos agradecer los comentarios de los evaluadores anónimos de la revista por sus útiles aportes para mejorar una versión anterior de este trabajo.

nuevo coronavirus a vastas áreas geográficas asumiendo la problemática una escala mundial. En este escenario, comenzaron a circular modelos epidemiológicos, curvas y cifras estadísticas de contagios y de muertes, de mayor o menor sofisticación. En todo el mundo, los gobiernos volcaron recursos para monitorear en tiempo “real” la evolución de la pandemia en cada país. En paralelo, surgieron iniciativas para sostener ese seguimiento a nivel global desde diverso tipo de organizaciones (desde la OMS a agrupamientos de perfil más académicos como Our World in Data, de la Universidad de Oxford), facilitadas por las herramientas tecnológicas disponibles para recolectar, sistematizar y procesar grandes cúmulos de datos. La regularidad diaria que adquirió la divulgación de datos sobre las muertes ocasionadas por esta enfermedad, por ejemplo, sería impensable fuera del escenario excepcional de una pandemia.

También es inédita la intensidad de la exposición de la población a los números; en pocos momentos como este las sociedades concentran tanto su atención en los números públicos (Daniel, 2013). Cuando los indicadores estadísticos alcanzan tal centralidad en la esfera pública, actúan como un agente más de la vida social gracias a su poder de síntesis y dramatización (Besson, 1995; De Santos, 2010). Algunos analistas utilizaron el término “infodemia” para caracterizar de modo general este escenario, dado el conjunto amplio, difuso y muchas veces contradictorio de información que circuló durante la pandemia. En sociedades superpobladas de datos, la cuestión fundamental pasa por encontrar su significado.

Desde la perspectiva de la sociología de la cuantificación, Emmanuel Didier (2020) aportó la noción de *quantonemics – an epidemic of quantification* – proponiendo un punto de partida común para comprender el fenómeno, mientras que Andrea Mennicken (2020) se refirió también a la expansión, aceleración e intensificación de la cuantificación en tiempos de Covid-19. Sin duda, el discurso estadístico fue un protagonista central en la atribución de sentido a la crisis generada por la pandemia, contribuyó a establecer sus ritmos, e incluso imprimirle cierta temporalidad, como sugirieron Alexandre Camargo, Eugênia Motta y Victor Mourão (2021).

Las estadísticas circularon ampliamente para ofrecer una “fotografía” de los acontecimientos en curso, mientras los cálculos de los modelos epidemiológicos delineaban posibles escenarios futuros que los gobiernos buscaron evitar, modificar o simplemente paliar.

El propósito de nuestra investigación fue identificar el rol que adquirieron las estadísticas sanitarias del Covid-19 en la gestión política de la emergencia sanitaria en Argentina durante su primer año (de marzo de 2020 a marzo de 2021). La estrategia metodológica implementada consistió en seleccionar, sistematizar y analizar diversos tipos de fuentes. En primer lugar, llevamos adelante un relevamiento de la normativa asociada a la gestión de la pandemia, poniendo énfasis en 27 resoluciones gubernamentales que referían en sus considerandos a números, estadísticas o indicadores relativos a la pandemia. En segundo lugar, registramos el contenido de más de 300 reportes diarios de la situación epidemiológica publicados por el Ministerio de Salud de la Nación. En tercer lugar, construimos una base de datos con artículos de prensa publicados por cuatro diarios nacionales de circulación masiva (Clarín, Infobae, La Nación y Página 12) en la que identificamos los números protagonistas de las narrativas, los fines con los que eran movilizados esos números, las representaciones y clasificaciones sociales que habilitaban, los posicionamientos valorativos que tenían como soporte a los números, entre otras observaciones; además de permitirnos realizar un seguimiento de las polémicas públicas que rodearon a los números oficiales durante el primer año de pandemia en el país. Por último, nos enfocamos en 19 conferencias de prensa del Presidente de la Nación en las que anunciaba las medidas adoptadas a toda la población.

En síntesis, buscamos amplitud en la estrategia de reconstrucción de la circulación excepcionalmente intensa de esos números y pusimos atención a la variedad de dispositivos de presentación y popularización de los mismos, ya que es innegable el papel del lenguaje estadístico en la construcción de una narrativa sobre la crisis sociosanitaria. Según Camargo, Motta y Mourão (2021), los circuitos numéricos de la pandemia son inseparables de la producción de la pandemia como experiencia

colectiva, evidenciando su papel en la tarea de dar sentido al momento extraordinario vivenciado. Por tanto, parece también razonable pensar que en este marco los números tuvieron efectos en la experiencia colectiva, en la percepción subjetiva del riesgo al que cada individuo estuvo expuesto, en el modo de vivenciar la incertidumbre propia de estas situaciones que irrumpen y trastocan totalmente la vida ordinaria. Es pertinente remarcar que la dimensión subjetiva y microsociológica excede al presente análisis. Sin duda, los procesos de retroalimentación entre números y agencia social son sumamente interesantes de analizar. Sin embargo, consideramos que ello merece un abordaje específico que permita dar cuenta de las diferentes apropiaciones de los números y sus efectos en la percepción subjetiva y los comportamientos sociales (por ejemplo, de adhesión o no a los protocolos de cuidado establecidos) durante la crisis generada por el Covid-19.

A partir del corpus construido, y atendiendo a la cronología de la evolución de la propagación del Covid-19 en Argentina, establecimos una periodización que intenta capturar los distintos ritmos que adquirió la crisis sociosanitaria en el país, mientras pone el foco en las estadísticas que fueron tomando protagonismo. Por consiguiente, consideramos las siguientes tres etapas: la primera comprende los meses de marzo y abril de 2020, y está marcada por la perplejidad e incertidumbre que generó en la sociedad la situación de emergencia sanitaria. Recordemos que el 3 de marzo se reportó el primer caso confirmado en el país y el 7 de marzo la primera muerte por Covid-19; pocos días después, el 19 de marzo el presidente decretó el aislamiento social preventivo y obligatorio (ASPO) en todo el territorio, suspendiendo casi por completo las actividades sociales y económicas, excepto las consideradas esenciales; esto significó que el Estado argentino adoptaba una estrategia de confinamiento estricto para contener la expansión del virus con el objetivo de evitar la saturación del sistema de salud, que entonces la diferenció de otros Estados de la región (Azerrat *et al.*, 2021). Empiezan a circular públicamente estadísticas que refieren, predominantemente, al número de contagios y de muertes, la cantidad de personas varadas en el exterior y *rankings* comparativos entre países.

La segunda etapa comprende un período más extenso que transcurre entre mayo y septiembre de 2020 en el que la situación extraordinaria alcanza cierta estabilidad con la implementación de protocolos para un conjunto de actividades económicas y sociales, sin que se trate de un lapso exento de tensiones y cambios. Se implementa una segmentación geográfica en pos de desarrollar una “nueva normalidad” en aquellos lugares donde había menor transmisión comunitaria del virus. Los números que se despliegan deben comprenderse de manera integral: a la cantidad de casos, recuperados y muertes asociadas al Covid-19, se suman la tasa de reproducción o R_0 , la tasa de letalidad, el porcentaje de positividad, la cantidad de camas ocupadas en terapia intensiva, entre otros.

Por último, recortamos un tercer momento que localizamos luego de superado el pico de casos en septiembre de 2020 y extendimos hasta marzo de 2021 con el advenimiento de la segunda ola de contagios masivos, e incluye la recepción y distribución de la primera tanda de vacunas. Durante la segunda y tercera etapa, el escenario se vio alterado en ciertos momentos por umbrales numéricos que se traspasaron con dramatismo y obligaron a replantear las medidas sociosanitarias adoptadas para enfrentar al Covid-19, pero con el nuevo horizonte de futuro que abría la disposición de vacunas.

En la siguiente sección, subrayamos la relevancia del enfoque de la sociología de la cuantificación para comprender el rol político de los números en las sociedades contemporáneas, en general, y en la experiencia de la pandemia de Covid-19, en particular. A continuación, exploramos la infraestructura en la que se asentó la elaboración de estadísticas oficiales del Covid-19 en Argentina, priorizando la relaciones entre los actores involucrados, los legados institucionales y ciertos eslabones de la cadena de elaboración de las estadísticas, como las operaciones de clasificación. Luego, analizamos el uso de indicadores estadísticos en la gestión de la pandemia en tanto tecnologías de gobierno. Finalmente, examinamos los significados transportados por los números en la configuración de verdaderos rituales de cuantificación promovidos por la estrategia comunicacional del Poder

Ejecutivo Nacional (PEN). El artículo concluye con un balance de nuestros hallazgos de investigación y una reflexión para futuras exploraciones.

La pandemia y el poder de los números en el escenario contemporáneo

La escala global de la pandemia no implica que ésta constituya un evento uniforme u homogéneo en todos los países (Segata *et al.*, 2021). Por el contrario, la pandemia ha sido homogeneizada por las métricas de riesgo epidemiológico (Mennicken, 2020) de uso internacional. El enfoque de la sociología de la cuantificación permite desnaturalizar ese fenómeno, habilitando, a su vez, un análisis más restringido a nivel nacional. A pesar de no constituir un campo de estudio unificado y plenamente establecido, como mostraron varios trabajos (Diaz-Bone; Didier, 2016; Mennicken; Espeland, 2019; Camargo; Daniel, 2021), la sociología de la cuantificación viene expandiéndose desde las últimas décadas, reunida alrededor del análisis de las formas de concebir y aprehender el mundo a través de números. Su interés se centra en el proceso por el cual cuestiones antes pensadas en términos cualitativos devienen objetos de cuantificación, y los factores que influyen y condicionan ese proceso.

Nutridos por distintas disciplinas de las ciencias sociales, los estudios de este campo abarcan no sólo los procesos de producción, circulación y apropiación de estadísticas, indicadores y representaciones gráficas, sino también y primordialmente los analizan en relación con los fenómenos sociales y políticos que desencadenan. Una premisa fundamental que rige estos estudios es que la cuantificación – o cualquier aspecto de ella – es un objeto válido de estudio en sí mismo. Dentro de las diversas facetas de este objeto, las estadísticas no son un mero instrumento de producción de conocimiento ya que ellas no sólo reflejan la realidad, sino que también contribuyen a definirla (Desrosières, 2004).

Una de las vertientes más desarrolladas de este campo es la de los estudios que se concentraron en la producción de estadísticas oficiales en

su vínculo con las instituciones estatales y la acción pública. Estos trabajos se focalizan tanto en los números del gobierno como en el gobierno de los números en diferentes campos de aplicación o, como señala Nikolas Rose (1991), poseen un interés en analizar “cómo el dominio de los números está compuesto políticamente y el dominio de la política está compuesto numéricamente” (Rose, 1991, p. 675).

A partir del trabajo de uno de sus pioneros, Paul Starr (1987), los sistemas estadísticos nacionales pasaron a entenderse como fenómenos históricos, políticos y sociales. A su entender, estos sistemas descansan en dos tipos de estructuras, una social y otra cognitiva. La primera involucra las relaciones sociales, económicas y políticas de las agencias estatales con otros actores e instituciones (empresas privadas, organizaciones no gubernamentales, grupos profesionales, organismos internacionales y otros actores involucrados en la producción de estadísticas) que inciden en la configuración de las mediciones. La estructura cognitiva de los sistemas estadísticos abarca los procesos de estructuración de la información: las decisiones, las prácticas, los presupuestos, los sentidos y las reglas que operan en la clasificación y cuantificación de los fenómenos.

Además, las estadísticas oficiales constituyen compromisos cognitivos para la sociedad en su conjunto (Starr, 1987). Las mediciones utilizadas estructuran las percepciones de sus miembros y se convierten en parámetros que guían acciones y decisiones. Por ejemplo, en el contexto de la pandemia de Covid-19, la mayoría de los/as ciudadanos/as aprendieron que si el número R (el número de reproducción de casos) es inferior a uno entonces los casos positivos disminuirán con el correr del tiempo (Miller, 2021). También, durante la experiencia de la pandemia, muchas decisiones de política sanitaria que influyeron directamente en el comportamiento diario de miles de millones de personas estuvieron estrechamente determinadas por el número R.

En este sentido, siguiendo a Nikolas Rose y Peter Miller (1992), las estadísticas operan como tecnologías de gobierno “a distancia”, ya que habilitan a actuar desde un centro de cálculo (tal como una oficina de

gobierno) sobre los deseos, inclinaciones y acciones de otros que están espacialmente distantes y organizativamente diferenciados. Tal es así que permiten orientar, coordinar, hasta incluso moldear, conductas y prácticas, así como influir en la subjetividad. Los números pueden ser pensados como dispositivos que permiten establecer una comunicación entre personas a pesar de las grandes distancias sociales, geográficas y políticas que existan entre ellas. Según Theodore Porter (1995), la cuantificación ofrece un lenguaje y una disciplina compartidos que trasciende las diferencias que amenazan proyectos sociales colectivos o en competencia. En situaciones de conflicto o disputas políticas, de opinión experta dividida o de desconfianza, los números ofrecen una forma valiosa de autoridad que Porter caracteriza como “objetividad mecánica”. Detrás de la cuantificación, la objetividad mecánica supone seguir reglas estandarizadas basadas en el uso de números, generando una confianza en ellos que se ubica por encima de la confianza en las personas.

Entre sus aportes más recientes, la sociología de la cuantificación analizó un conjunto de instrumentos que se han vuelto centrales en los modos de gobierno neoliberal contemporáneos: el *benchmarking* y los *rankings*. Se trata de números que son utilizados para medir el desempeño de países e instituciones, evaluar estrategias de desarrollo, orientar políticas públicas, es decir, que tienen una incidencia notable en asuntos económicos y políticos, como destacó Lorenzo Fioramonti (2014), que conducen e impulsan la gobernanza tanto global como nacional. Para Cris Shore y Susan Wright (2015), en las últimas décadas, la reducción de procesos complejos en simples indicadores numéricos y *rankings*, a los fines de la administración y el control, fue importada desde el mundo corporativo por gobiernos neoliberales y aplicada a la gestión pública. En particular, el *benchmarking* es una tecnología mediante la cual las actividades de diversos agentes se encuentran sometidas a una evaluación constante, comparativa y cuantitativa.² Esta tecnología habilita un modo de gobernar

² El término *benchmarking* proviene del verbo inglés *to benchmark*, que significa evaluar por comparación con un modelo o un estándar externo.

las conductas de los individuos sin recurrir a medios coercitivos, sino a través de premios e incentivos. Al interior de las organizaciones, los agentes están en permanente competencia entre sí, los mecanismos previos de cooperación tienden a ser reemplazados por el espíritu competitivo y la cultura del resultado (Bruno; Didier, 2013).

En la medida en que índices de referencia numéricos, calificaciones y *rankings* son elaborados por agencias internacionales, consultores, empresas, auditores y organizaciones no gubernamentales, la proliferación de estos números ha desdibujado la distinción entre autoridad pública y privada en la gobernanza neoliberal (Fioramonti, 2014). En oposición al incremento del poder de los números de expertos y tecnócratas, Isabelle Bruno, Emmanuel Didier y Julien Prévieux (2014) postulan la emergencia del *statactivism* al analizar la experiencia de movimientos sociales que ejercen presión sobre los gobiernos utilizando números para denunciar y fortalecer sus demandas. Al hacerlo, también desplazan la producción de números hacia nuevos grupos e instituciones que vienen a disputar la definición de la “realidad” generando nuevas estadísticas.

Clasificar y contar: la trama social y cognitiva de la producción de números en pandemia

En esta sección prestaremos atención a las tramas institucionales, a las cadenas de elaboración de la información³ y, específicamente, a las clasificaciones de casos sospechosos y de muertes por Covid-19, para mostrar en qué medida la cuantificación es una empresa colectiva de objetivación de la realidad. Es fundamental considerar a las estadísticas como emergentes de

³ En el desarrollo del proceso estadístico, es decir, la secuencia de actividades de producción – diseño, recolección, procesamiento – y difusión de estadísticas se entablan un conjunto de relaciones sociales. Los potenciales efectos de esas relaciones en las estadísticas oficiales producidas también ameritan ser considerados. Sin embargo, resultó complejo registrar y estudiar esas interacciones y dinámicas internas, las rutinas burocráticas que involucran a tantos actores diversos, dada la restricción a la libre circulación que recayó sobre la ciudadanía, en general, durante el ASPO y que como investigadoras sociales nos impedían realizar investigaciones de corte más etnográfico.

tramas institucionales, redes técnicas y sociales con múltiples participantes, cuyas decisiones y acciones se encadenan de tal modo que presentan como resultado final un número, como el de contagios o de muertes diarias por Covid-19. Es decir, esas cifras remiten a la organización social del entramado que las produce, tanto como responden a cierta estructura cognitiva, en los términos de Starr (1987).

En relación con la primera, la división del trabajo estadístico involucra distintas burocracias y niveles de gobierno, al sector privado y al público, y a una diversidad de agentes profesionales. De su interacción no es posible derivar, ni asumir, su cooperación, ya que muchas veces se trata de actores con intereses contrapuestos o culturas profesionales en competencia. En efecto, incluso las organizaciones internacionales desempeñan un papel importante en la configuración de estadísticas, aunque su actuación muchas veces se encuentra atravesada por debates y críticas. En particular, la OMS promovió permanentemente orientaciones a los Estados para la construcción de clasificaciones que permitieran la detección, el registro y el seguimiento de casos de Covid-19 (OMS, 2020). El gobierno argentino siguió muy de cerca estas recomendaciones, aún en momentos en que el accionar de la OMS era criticado y se ponía en duda su credibilidad como voz experta y autorizada en el manejo de la emergencia sanitaria. Si bien no tuvieron un fuerte respaldo internacional, las críticas efectuadas por el entonces presidente de Estados Unidos, Donald Trump, por ejemplo, actualizaron antiguas controversias en torno a los mecanismos por medio de los cuales se establece la agenda global en salud (Belardo; Herrero, 2020).

Pese a ello, en contextos atípicos y extraordinarios, como el de una pandemia, en los que los gobiernos buscan reducir la incertidumbre en la toma de decisiones, seguir las directrices de las autoridades internacionales se convierte en una estrategia para minimizar las críticas y aumentar el apoyo público a sus medidas. Como indican Davis *et al.*, (2012), la utilización de determinados indicadores puede ganar credibilidad por su asociación con organismos expertos especialmente destacados. Ahora bien, basar las decisiones de gobernanza sólo en criterios difundidos públicamente por

estas agencias internacionales excluye la posibilidad de considerar datos que sólo conocen los responsables de la toma de decisiones y la adaptación de los indicadores a las particularidades nacionales.

En segundo lugar, la noción de organización cognitiva refiere a las formas más o menos permanentes en las que son estructurados los instrumentos y datos estadísticos. Los esquemas de clasificación forman parte de esa estructura cognitiva, que involucra también los presupuestos asumidos por el trabajo estadístico, los métodos de medida y las reglas de presentación e interpretación de la información (Starr, 1987).

En Argentina, la elaboración de las cifras oficiales utilizadas para dar cuenta de la situación de la pandemia de Covid-19 se apoya en el Sistema Integrado de Información Sanitaria Argentino que cuenta con un módulo específico, el Sistema Nacional de Vigilancia de la Salud (SNVS), para la carga, revisión, monitoreo, análisis y difusión de información sobre los problemas de salud ocasionados por el coronavirus.

El Ministerio de Salud de la Nación incorporó el Covid-19 al régimen legal de las enfermedades de notificación obligatoria que existe desde 1960 (Ley N°15.465) en todas sus etapas, desde la sospecha del caso hasta el seguimiento de su evolución. Asimismo, dispuso su notificación en forma inmediata y completa al SNVS, que es la plataforma de registro a partir de la cual se hace el seguimiento de determinados eventos para intervenir en su prevención, investigación, control y tratamiento. Tomando los datos allí registrados, la Dirección de Epidemiología e Información Estadística confecciona los informes diarios publicados en la página web oficial del Ministerio de Salud de la Nación. La carga de los datos involucra una gran diversidad de actores: médicos/as que asisten pacientes en establecimientos de salud de gestión pública o privada, profesionales de laboratorios que estudian muestras, epidemiólogos/as que realizan tareas de investigación vinculadas al Covid-19 en instituciones sanitarias, autoridades sanitarias provinciales y municipales, de los laboratorios y de los establecimientos de salud de gestión pública y privada. Asimismo, articula tres niveles: operadores/as locales, provinciales y nacionales. El reporte diario de los

casos de Covid-19 implicó todo un desafío para el circuito de producción de información sanitaria que descansaba en un sistema de vigilancia epidemiológica preexistente que no fue modificado, sino que se vio expuesto a una mayor y creciente exigencia.

Las condiciones en las que se venía sustentando el sistema de registro de las enfermedades y las muertes de la población influyeron en la capacidad del sistema de vigilancia epidemiológica de brindar información certera y oportuna para la gestión de la crisis sanitaria provocada por el Covid-19. Ante la urgencia de la demanda de datos generada tanto por parte de autoridades nacionales como por la OMS, uno de los desafíos que se presentó fue procesar la “tensión” entre la descentralización del registro y la centralización de la información.

El sistema de salud argentino presenta un esquema complejo comparado incluso con otros países de la región latinoamericana (Maceira, 2020); está compuesto por tres subsectores independientes (el público, el privado y el de la seguridad social) que, si bien conviven, se encuentran débilmente coordinados o articulados entre sí – situación que agudiza problemas de equidad, accesibilidad y eficiencia global del sistema (Belardo, 2020; Cetrángolo; Goldschmit, 2018; Maceira, 2020). La estructura mixta y fragmentada del sistema de salud argentino (una fragmentación que los especialistas observan tanto desde el punto de vista organizacional y territorial como financiero), impuso desafíos al circuito de elaboración de estadísticas, obligado a saldar la distancia institucional y geográfica entre los lugares de registro y el centro de consolidación de los datos, e imponer normas comunes de registro ante una variedad de efectores que acarreaban históricos problemas de gobernanza o conducción desde la autoridad central.

Otras exigencias impuestas sobre el sistema de vigilancia epidemiológica tuvieron que ver con la velocidad de actualización de los datos estadísticos y cuanto se ajustaban o no a representar la dinámica de propagación del virus en el país. En términos técnicos, esto tenía que ver con las posibilidades de subregistro y con la precisión de los datos reportados diariamente en los informes. En distintas oportunidades, la prensa local denunció que las cifras

oficiales del coronavirus “reflejaban” escenarios “pasados” debido a demoras en la carga de los datos (Costa, 2020; Fitz Patrick; Crucianelli, 2020).

Las dilaciones en el proceso de elaboración de la información no sólo parecían no corresponderse con los tiempos de urgencia que se vivían, sino que en buena parte diluían la racionalidad de las decisiones tomadas en materia de gestión sanitaria, justificadas con números que expresaban la situación de varias semanas atrás. Sin embargo, con relación a las demoras es importante tener en cuenta que, detrás de cada número, se producía el encuentro muchas veces sincrónico de miles de cargadores/as – no siempre entrenados/as en esta tarea – en un sistema que pasó a gestionar millones de datos en un período breve de tiempo, generando una sobrecarga, que muchas veces superaba su capacidad de respuesta.

Demoras y otras complicaciones en el registro suelen ser directamente proporcionales al aumento del nivel de tensión al que queda expuesto el sistema sanitario a lo largo de la evolución de una pandemia. La responsabilidad de la carga recae en los efectores de salud, en ciertos momentos, desbordados. Desde el punto de vista de algunos expertos/as, las tardanzas y cierto subregistro resultaban, en algún punto, inevitables en el marco de una pandemia (Hartmann, 2020). En su opinión, los retrasos tenían más que ver con el nivel de arraigo de la “cultura de notificar” entre los actores del sistema sanitario argentino – más débil en las instituciones privadas que en los hospitales públicos –, que con una intención del gobierno de subnotificar u ocultar los casos o las muertes vinculadas al Covid-19.

Por otro lado, junto a las tensiones de orden sistémico, aparece otra cuestión potencialmente controversial vinculada a la estructura cognitiva del sistema de información que es la de las clasificaciones estadísticas: ¿cómo se considera una muerte por Covid-19 al momento de su recuento? El registro de las muertes ocasionadas durante la pandemia de Covid-19 supone una convención de equivalencias que implica, entre otros aspectos, la homogeneización de criterios a la hora de establecer una clasificación. Las clasificaciones son andamiajes fundamentales de la infraestructura de la información estadística; su elaboración implica un modo de organizar y

dar sentido a la realidad. Como parte de los procedimientos estadísticos, las clasificaciones implican operaciones de simplificación de la realidad: cuando se habla de “personas fallecidas”, por ejemplo, se reducen innumerables detalles a fin de permitir descripciones accesibles y comparaciones rápidas (Desrosières, 2004; Starr, 1987).

En Argentina, se considera a la muerte como resultante de una enfermedad clínicamente compatible con Covid-19 en una persona en la que se sospecha la enfermedad o que está confirmada, independientemente de su estado de salud previo. Por tanto, la clasificación está estrechamente ligada a las definiciones (también consensuadas intersubjetivamente) de “caso sospechoso” y “caso confirmado”.⁴ Pero, el país mostró dificultades para detectar casos, asociadas a limitaciones presupuestarias del Estado, que tienen a su vez efecto en los conteos. Básicamente, los reportes dependen, en gran medida, de la capacidad de llevar a cabo estrategias de rastreo y testeos. Además, esos “casos” se definen por criterios epidemiológicos que han ido cambiando con el transcurso de la pandemia.

La ampliación de la definición de “caso sospechoso” se encontraba estrechamente ligada al aumento de los casos confirmados y las muertes. En ese sentido, era posible advertir dos momentos del proceso de clasificación. El primero, relativo a una clasificación centrada en definir con antelación qué se consideraba un caso positivo o confirmado. El segundo, centrado en la idea de considerar permanentemente nuevos criterios epidemiológicos para alcanzar una mayor precisión en aquella definición. Esta distinción, que alterna entre criterios establecidos a priori y otros que se van desarrollando en paralelo a la evolución de la pandemia, dotó de cierto dinamismo al proceso de clasificación.

Al principio de la cuarentena, un caso se determinaba como sospechoso si la persona tenía antecedente de viajes al exterior o era contacto estrecho con una persona que hubiese viajado. Luego, se tenía en cuenta si poseía

⁴ La forma en que Argentina clasifica una muerte por Covid-19 difiere, por ejemplo, de la de Inglaterra (Lanata-Briones; Daniel; Romero Marchesini, en prensa).

alguno de los síntomas de Covid-19, como fiebre, tos, dolor de garganta, dificultad respiratoria, o alteración del gusto y olfato. Posteriormente, se sumó como criterio para definir un caso sospechoso si la persona tenía alguno de esos síntomas y se encontraba en un conglomerado donde circulaba el virus. Además, se consideraba como caso sospechoso si una persona tenía uno o más de esos síntomas y pertenecía al personal de salud o personal esencial, como las fuerzas de seguridad; o si pertenecía a comunidades cerradas, como geriátricos o cárceles. También se advirtió que un caso sospechoso podría considerarse cuando una persona hubiera tenido un contacto estrecho con alguien confirmado con coronavirus o con síntomas de coronavirus.

El componente organizador de la estadística comprendida como una actividad de taxonomía, creador de un lenguaje común, es tan característico como su componente cuantificador y presenta importantes efectos políticos. La complejidad de la construcción de las definiciones de “casos sospechosos” generó, por ejemplo, tensiones entre diferentes autoridades políticas que desafiaban las incorporaciones de algunos criterios dado que, como señalamos previamente, existían problemas vinculados a las capacidades estatales para el rastreo, aislamiento y seguimiento de los casos, que no siempre eran compartidas y gestionadas de manera uniforme por todo el arco político (Daniel; Romero Marchesini, en prensa).

Por último, cabe subrayar que las clasificaciones utilizadas en las estadísticas oficiales son compromisos cognitivos poderosos. Una vez que el gobierno decide utilizar determinada clasificación para contar, esos términos entran al lenguaje de la administración, desbordan hacia las conversaciones cotidianas y atraviesan decisiones privadas y gubernamentales. Así, las convenciones de equivalencia sobre las que se apoyan las estadísticas resultan reutilizables para la acción, como veremos en la siguiente sección.

Gobierno y cuantificación en tiempos de crisis sanitaria

Desde mediados de marzo de 2020, el PEN dictó una serie de decretos de necesidad y urgencia como formas de intervención excepcionales ante la emergencia sanitaria. De allí en más, y con magnitudes continuamente superadas, la cantidad de casos y fallecimientos por Covid-19, indicadores como el tiempo de duplicación de casos, tasas de incidencia y letalidad, se hicieron presentes en la normativa como parte de las justificaciones jurídicas de las medidas que se iban adoptando. El propósito de buena parte de esos decretos era establecer un conjunto de reglas para tutelar las actividades económicas, sociales, deportivas, artísticas, religiosas y/o culturales, entre otras, de la sociedad, que con el correr del tiempo llegaron a convertirse en una especie de reglamentación general o “protocolización” de la vida cotidiana.

Si bien los decretos constituyen un recurso constitucional, lo novedoso de ellos era que las decisiones quedaban apoyadas en indicadores estadísticos a los que se atribuía, además, la capacidad de regular el modo de intervención de los poderes públicos en los distintos niveles o jurisdicciones políticas. Frente al riesgo de una gran dispersión de estrategias sanitarias, el PEN apuntó a homogeneizar criterios desde el centro (el nivel nacional) para el manejo de la crisis, con la intención de no fragmentar la gestión de la pandemia (teniendo como espejo lo acontecido en Brasil). Durante una de sus conferencias, el presidente Alberto Fernández señaló la importancia de “contar con un marco regulatorio nacional común que permita enfrentar la pandemia, minimizar el número de contagios y garantizar la atención hospitalaria” (Casa Rosada, 2021).

El ASPO decretado por el presidente establecía la permanencia de las personas en sus lugares de residencia con la posibilidad de administrar salidas, efectuando desplazamientos mínimos e indispensables para satisfacer necesidades básicas (Argentina, 2020b), pero afectando el goce de derechos

fundamentales.⁵ Transcurridas algunas semanas y dadas las características federales del país, se facultó a gobernadores/as de las provincias a decidir excepciones a su cumplimiento (Argentina, 2020c).

Esas flexibilizaciones del confinamiento estricto debían regirse por los criterios establecidos por la autoridad nacional para permitir actividades y quedaban sujetas a los resultados arrojados por indicadores estadísticos en la unidad territorial: consideraban el tiempo de duplicación de casos confirmados de Covid-19 (que no debía ser inferior a 15 días), atendían a las capacidades de los centros de salud para dar respuesta a la potencial demanda sanitaria (en función del recuento de la ocupación de camas de terapia intensiva y respiradores ocupados) y tomaban en cuenta que la unidad territorial no fuera clasificada por la autoridad sanitaria nacional como un espacio de “transmisión comunitaria” sostenida del virus (esto implicaba, además de la puesta en juego de clasificaciones, llevar adelante un registro de contagios y su cuantificación, así como el rastreo de sus “contactos estrechos” de manera diferencial, de acuerdo a la densidad poblacional de cada jurisdicción). De ese modo, buena parte de los indicadores estadísticos elaborados para hacer legible la pandemia, se volvieron, al mismo tiempo, los parámetros ordenadores de la gestión de la crisis.

Desde el punto de vista del gobierno nacional, y en la medida que las decisiones políticas de impedir o habilitar actividades que forman parte de la vida social corriente afectaban los intereses de distintos grupos sociales,

⁵ La Corte Interamericana de Derechos Humanos, según se cita en los considerandos del decreto 641/2020, estableció que “las medidas que puedan afectar o restringir el goce y ejercicio de los derechos deben ser limitadas temporalmente, legales, ajustadas a los objetivos definidos conforme a criterios científicos, razonables, estrictamente necesarias y proporcionales y acordes con los demás requisitos desarrollados en el derecho interamericano de los derechos humanos” (CIDH, 2020). Las estadísticas ocuparon el lugar de los criterios científicos exigidos. Recordemos, además, que la pandemia habilitó la creación de espacios institucionales *ad hoc* (por sobre los existentes que ya se venían ocupando de los asuntos de salud pública) como el consejo de expertos que asesoró, desde el principio, al presidente argentino. Inicialmente, este consejo estaba conformado por infectólogos y epidemiólogos, con ausencia de otros perfiles profesionales que no fueran médicos, como los provenientes de la antropología, la sociología, la economía o el saber jurídico. Consideramos que esta composición del consejo influyó en que su enfoque centrara toda la atención en los problemas del sistema hospitalario.

recurrir a indicadores estadísticos significaba acudir a justificaciones externas e impersonales. Tal es así que resultaba una estrategia apropiada para evitar potenciales conflictos interjurisdiccionales (con los gobiernos subnacionales de la propia alianza u opositores) e incluso eludir confrontaciones abiertas con los grupos sociales afectados directamente por las medidas restrictivas. Acudir a esos indicadores estadísticos ponía de manifiesto, además, la confianza del poder central en la capacidad de esos números como transmisores y operadores “impersonales” de la ejecución de ciertas órdenes.

Con la pretensión de centralizar y armonizar la gestión de la emergencia sanitaria en el territorio, las autoridades políticas nacionales definieron parámetros epidemiológicos lo que implicaba trasladar a las autoridades de distintos niveles de gobierno un pedido, no imperativo, de cuantificación sobre lo acontecido en sus jurisdicciones. El Decreto N° 677/20 (Argentina, 2020d) exigía que las autoridades sanitarias locales remitieran semanalmente a la autoridad sanitaria nacional un “Informe de Seguimiento Epidemiológico y Sanitario Covid-19” que debía contener toda la información que ésta les requiera para evaluar la trayectoria de la enfermedad en su jurisdicción y la capacidad del sistema sanitario para atender a la población. Si las autoridades locales detectaban un signo de alerta epidemiológico o sanitario, debían comunicarlo de inmediato a la autoridad sanitaria nacional.

Cada jurisdicción, aunque con límites fijos, tenía la libertad de adaptar las decisiones a sus particularidades institucionales, pero sus acciones quedaban orientadas por ciertos indicadores que así devinieron en criterios de acción y, más tarde, de evaluación de la acción. Los números que se desplegaron en las distintas escalas del territorio involucraban herramientas creadas desde la autoridad política central para dar seguimiento a determinadas situaciones, pronosticar tendencias y ponderar las metas fijadas en cada ámbito de acción. Si bien las herramientas estadísticas se consideraban indispensables para contar con datos relevantes para la toma de decisiones y la rendición de cuentas en el ejercicio del gobierno, ellas representaban un recurso para la política no sólo como meras proveedoras de información. Servían también para limitar los niveles de discrecionalidad de las decisiones

políticas. Las elecciones debían guiarse más por parámetros considerados objetivos que por la discreción política de los gobernantes.⁶

Cada nivel o jurisdicción de gobierno (desde el nacional hasta el municipal) se convirtió así en un “centro de cálculo” (Latour, 1987; Senra, 2005). Con singular fuerza, la pandemia introdujo métricas a la gestión local de los municipios, una tendencia que se había visto impulsada por el gobierno nacional anterior, de la alianza Cambiemos (2015-2019), pero cuya adhesión dependió entonces fuertemente del color político del municipio. Sin embargo, el escenario de la pandemia de Covid-19 volvió el recurso de la cuantificación transversal a las diferentes gestiones locales. Hacia el siguiente nivel jurisdiccional (provincial), la circulación de métricas también promovió que las autoridades compartieran una orientación cognitiva afín, independientemente de su signo político, y facilitó que los acuerdos programáticos en torno de la gestión de la crisis sanitaria se vieran asentados en consensos cognitivos.

Los parámetros para la acción establecidos por el PEN se vieron traducidos en la noción popular – o menos técnica – de “semáforo epidemiológico”.⁷ Se trataba de un mecanismo de coordinación de la acción a distancia y desde el centro, que distribuía, al mismo tiempo, responsabilidades entre las partes (es decir, las autoridades políticas de cada nivel), sobre todo al momento de repartir el costo político de un potencial resultado adverso para la estrategia desplegada de contención del coronavirus.

Bajo el dispositivo del “semáforo epidemiológico” fueron caracterizados escenarios de transmisión del virus, a partir del análisis de variables como la razón de casos (definida como el cociente entre el número de casos confirmados acumulados en los últimos 14 días y el número de casos confirmados acumulados en los 14 días previos) y la incidencia de casos

⁶ Starr (1987) destaca que las estadísticas suelen ser adoptadas en distintos contextos para rutinizar decisiones y convertirlas en “pilotos automáticos”. Como explica este autor, ellas pueden ser utilizadas para limitar los niveles de discrecionalidad de las decisiones políticas. Una regla estadística es, además, un dispositivo para hacer que las decisiones parezcan impersonales.

⁷ En términos oficiales, se trata del “Monitoreo de Indicadores de Riesgo Epidemiológico y Sanitario por Covid-19” (Mires-Covid-19).

(definida como el número de casos confirmados acumulados de los últimos 14 días por 100.000 habitantes). Si ambas variables se encontraban por encima de los límites preestablecidos, el semáforo se ponía en rojo, lo que ameritaba tomar medidas restrictivas inmediatas dada la magnitud del riesgo. Si una de esas variables – fuera la razón de casos o el cálculo de la incidencia – se encontraba por encima de los límites establecidos el semáforo pasaba a amarillo, y debían considerarse estrategias de abordaje para mitigar la circulación del virus. Mientras que, si ambos indicadores se encontraban por debajo de los límites establecidos el semáforo cambiaba a verde, por lo que no resultaba necesario imponer restricciones de movilidad (Argentina, 2021). A cada nivel de riesgo le cabía una medida (y sólo esa medida) y, en este sentido, se delimitaban las acciones a seguir. Los indicadores estadísticos quedaban involucrados como instrumentos del ejercicio del control, al menos, de los márgenes de acción, mientras que buscaban indirectamente promover conductas en la ciudadanía.

Las regulaciones basadas en indicadores que definían el nivel de riesgo epidemiológico y sanitario eran presentadas por el PEN como una estrategia para ordenar y brindar previsibilidad a las autoridades políticas (Casa Rosada, 2021), puesto que el curso de acción quedaba preestablecido. Al definir las acciones que debían adoptar las autoridades locales ante el riesgo creciente, el poder central operaba restringiendo las opciones de gerenciamiento local de la pandemia. Además, el dispositivo buscaba brindar previsibilidad para la ciudadanía que contaba así con una guía externa, dado que estos indicadores le permitirían reconocer en qué nivel de riesgo epidemiológico se encontraba su localidad de residencia y ajustarse a las actividades habilitadas, por lo que era una manera de conocer anticipadamente las restricciones a ser impuestas en cada momento. Asimismo, desde el ángulo de la ciudadanía, esa proliferación de indicadores habilitaba valoraciones respecto de la capacidad de las autoridades locales de contención, administración y gestión de la emergencia sanitaria.

Usos rituales de la cuantificación

Durante la gestión de la crisis sanitaria generada por la pandemia de Covid-19 el gobierno entabló una comunicación asidua y regular con la ciudadanía respecto de las medidas que iba adoptando, sus modalidades de implementación y las sanciones previstas a su transgresión. Aunque esas decisiones políticas quedaban plasmadas en decretos y disposiciones gubernamentales, su comunicación a la población resultaba fundamental para el involucramiento y el compromiso de ésta. El PEN adoptó una estrategia comunicacional que tuvo como particular escenario las conferencias de prensa presidenciales. En esta sección nos ocuparemos de examinar el papel del lenguaje estadístico en esas instancias que tenían como interlocutor al conjunto de la sociedad, considerando que en esos eventos las estadísticas se convirtieron en potentes herramientas de significación de la realidad.

Durante el primer año de la pandemia, el presidente Alberto Fernández brindó 19 conferencias de prensa, que solían hacerse desde la residencia presidencial de Olivos.⁸ Solo en tres de ellas se abstuvo de hacer referencias a cifras o gráficos estadísticos. Podemos decir que, a partir de la conferencia del 10 de abril de 2020, el presidente inauguró un uso ritual de la presentación de estadísticas. Las escenas de las siguientes conferencias reiteraron formatos y dispositivos de presentación de la información (aunque los datos se actualizaban). Mediante el uso de representaciones gráficas, Fernández explicaba a la sociedad la evolución de las diferentes variables sanitarias. A pesar de que las conferencias de prensa presidenciales no tenían una regularidad específica, se repitieron casi igual a sí mismas como una ceremonia ritual, mantuvieron una retórica y una estética similar, mientras acudían al mismo repertorio de recursos estadísticos.

⁸ Durante este mismo período existieron conferencias de prensa diarias encabezadas por las autoridades y funcionarios/as de alto rango del Ministerio de Salud de la Nación en las que se divulgaban las estadísticas sanitarias. No nos ocupamos aquí de analizarlas porque nos interesa recuperar la palabra presidencial y el uso que hizo el primer mandatario de las estadísticas como recurso en su discurso hacia la sociedad.

Entre los aspectos fijos o rituales, incluimos la forma de representación gráfica y la intención pedagógica del dispositivo utilizado para comunicar a la población el estado de situación en relación con la propagación del virus. Ahora bien, aunque la noción de ritual estadístico nos parezca apropiada para caracterizar el evento político que analizamos, es importante remarcar que la referencia a las cifras resultó polivalente. Aunque los números presentes en el discurso presidencial imputaban sentido a la realidad de la pandemia, y así contribuían a configurar la experiencia colectiva, transportaron en realidad significaciones diversas.

En los primeros discursos de la serie de conferencias presidenciales analizadas, los números aparecieron como una forma de dar cierta magnitud, y a la vez imputar relevancia, al problema (desde muchas aristas desconocido) que empezaba a enfrentar la sociedad y el gobierno argentino: objetivar en números la extensión del virus en el mundo suponía mostrarlo como un fenómeno global, dimensionar el desafío que planteaba ese “enemigo invisible” a las naciones. Las magnitudes fueron utilizadas como recurso para instalar una nueva preocupación en la sociedad argentina. Las cifras buscaban imprimir gravedad al evento, independientemente del alcance del número de casos a nivel local (muy exiguo todavía).

En este escenario, el presidente Fernández también establecía el propósito colectivo en términos del lenguaje numérico: le proponía a la sociedad argentina un esfuerzo conjunto para “aplanar la curva”. Ello significaba disminuir el ritmo de contagios de Covid-19 para ejercer menor presión sobre el sistema de salud y evitar su colapso. En una de sus conferencias, Fernández recordaba la meta propuesta de la siguiente manera: “el objetivo que nos fijamos que es que ningún argentino carezca de atención médica” (Casa Rosada, 2020e). Cuando parecía que esa meta se alejaba, se reforzaba la noción del número como ordenador colectivo, como expresión del objetivo común: “yo les pido que este dato no lo olviden porque acá está el cuello de botella [refiriéndose a la ocupación de camas de unidad de terapia intensiva]” (Casa Rosada, 2020e). La convocatoria de la autoridad política era a incidir en esos escenarios futuros advertidos por

los epidemiólogos a través de sus modelos epidemiológicos (Camargo *et al.*, 2021). La capacidad de generar una orientación común a la sociedad, de involucrarla en esta lucha, dependía en buena medida de construir una orientación cognitiva afín. Las estadísticas se instalaron como esos principios cognitivos comunes de apreciación (y de evaluación) de la realidad. En este sentido, contribuyeron a construir la experiencia colectiva de la pandemia (Segata *et al.*, 2021).

Además, en algunos de sus discursos, el presidente Fernández respaldó la idea de que, en paralelo a la lucha contra el virus, había otra pelea que dar “contra la psicosis” y la desinformación (Casa Rosada, 2020a). El escenario de excepción y desconcierto sólo podría ser ordenado a partir de ciertas métricas. La información estadística precisa (pero también confiable, útil y oportuna) se ofrecía como un recurso valioso no sólo para el gobernante, sino para la ciudadanía, en general, en miras a disipar la profunda incertidumbre tan propia de estos escenarios de trastocamiento total de la vida ordinaria. De allí que en el discurso presidencial la referencia al número tuviera como propósito explícito, no sólo concientizar, sino también ordenar lo (que se experimentaba como) caótico y transmitir algunas certezas a la ciudadanía. Pero, el trabajo más importante es el que procuraba realizar sobre las emociones.

Como sugiere Federico Neiburg, “la proximidad difusa de la muerte en forma de un virus, cuyo comportamiento preciso se desconoce, acentúa las incertidumbres que configuran el comportamiento individual y colectivo” (Neiburg, 2020, s/p.). En el plano colectivo, mientras pretendía construir cierto clima de certeza, la cuantificación era un medio para poner en alerta a la población acerca del peligro que enfrentaba. En el plano individual, buscaba afectar la percepción subjetiva del riesgo al contagio; la sensación de tranquilidad o peligro pasó a estar, en parte, forjada a través de esos números. En este sentido, hablándole a la sociedad argentina, el presidente mostraba – durante la conferencia del 31 de julio de 2020 – cifras relativas a casos confirmados de Covid-19 “para que se den cuenta cómo está circulando el virus [...] entiendan lo riesgoso que significa circular hoy en

día [...] es un dato para que todos entendamos” (Casa Rosada, 2020d). La experiencia de riesgo y de cuidado comenzaba a ser modulada a través de ese instrumento de cuantificación. Con la extensión de la pandemia en el tiempo, las cifras siguieron apareciendo como un llamado de atención a la sociedad: “estos datos no nos permiten relajarnos” decía el presidente (Casa Rosada, 2020f) en un momento de escalada hacia el pico de la primera ola de contagios.

Ahora bien, desde el inicio de la pandemia en Argentina, las cifras ayudaron a delinear un escenario que reclamaba la intervención del poder político: “no podemos dejar que ese número crezca sin que nosotros hagamos algo”, seguía sosteniendo el presidente hacia junio 2020 (Casa Rosada, 2020c). Pero en marzo, con apenas algunos casos de Covid-19, cuando esa acción pública se planteó por primera vez como necesaria (y se ponía en conocimiento de la población los alcances del ASPO), la intervención del Estado nacional requería guardar ciertas formas: por un lado, necesitaba distanciarse de parecer una decisión antojadiza o caprichosa del presidente y, por el otro, de ser percibida por la sociedad como una decisión improvisada (Casa Rosada, 2020a). Las estadísticas contribuyeron a cuidar esas formas y acudieron en los dos sentidos a justificar la toma de decisiones políticas.

Una de las funciones más marcadas que cumplieron los números en las conferencias de prensa presidenciales de los meses de mayo, junio y julio de 2020 fue la de imputar sentido a una decisión política: la de extender aún más el confinamiento como estrategia de lucha frente a la expansión del nuevo coronavirus. Se trataba de un esfuerzo por convencer a las y los ciudadanos de cooperar y cumplir con las restricciones a la circulación y a sus actividades. En la búsqueda de conducir la crisis sanitaria, y para encolumnar voluntades, se volvía sumamente importante que el esfuerzo colectivo propuesto por las autoridades políticas y sanitarias nacionales no fuera considerado en vano por la población. Pero, con el correr del tiempo el sentido de ese esfuerzo estuvo cada vez más en disputa y colisionaba con la aspiración presidencial de que sus decisiones contaran con legitimidad y amplia aceptación.

En la búsqueda por lograr adhesión social a las medidas restrictivas, las estadísticas constituían recursos para convencer a la sociedad sobre las “virtudes” de la estrategia elegida (el aislamiento social obligatorio) o, en términos más instrumentales, se presentaban como demostraciones de la eficacia del curso de acción seguido. Se trataba de una decisión tomada por el presidente en un contexto de abierta incertidumbre, sin garantías de éxito, sobre la base de cierto posicionamiento valorativo que no se desprendía de los números, pero que necesitaba ser presentado como si fuera así. Se pretendía que fuera tomada por la ciudadanía como una respuesta “objetivamente” derivada de (y confirmada por) los números.

Ya ha sido señalado que, en las democracias contemporáneas, ante la dificultad de tomar decisiones controvertidas, es bastante habitual que las autoridades políticas acudan a modelos de certeza o narrativas de cuantificación (Saltelli *et al.*, 2020). Tal es así que la justificación que brindan las estadísticas se ha convertido en un producto político muy valorado. Asediados por la crisis, la principal preocupación de los tomadores de decisiones en la pandemia era cómo legitimar sus decisiones para hacerlas válidas a los ojos del conjunto de la sociedad. Incluso si tales justificaciones resultaban erróneas, la apariencia de rigor, precisión y confianza en esos números podrían (al menos por un tiempo) ayudar a respaldar las medidas adoptadas.

El uso ritual de la cuantificación se hizo evidente en tanto el presidente Fernández acudía a los números en la validación y revalidación casi quincenal de la estrategia elegida para enfrentar al coronavirus. Junto con la evolución de la pandemia, se sumaba el desafío político de mantener esa decisión frente a la adversidad y las críticas.⁹ Pasadas las primeras semanas de apoyo y consenso, las órdenes de confinamiento establecidas por el PEN pasaron a

⁹ El clima político era tensionado desde distintos sectores. Por ejemplo, ciertos grupos económicos ejercían presión para mantener la apertura de todas las actividades económicas. Su postura fue sintetizada en la frase “No hay salud sin economía” que congregó el apoyo de figuras políticas del partido opositor al gobierno, de economistas profesionales y periodistas. La conflictividad de estos tiempos quedó en evidencia en la creciente cantidad de eventos de protesta. Según Natalucci *et al.* (2020), entre el 20 de marzo y el 7 de junio de 2020, se registraron 471 manifestaciones de protesta en todo el país.

estar amenazadas por el rechazo de la oposición política, el incumplimiento de la ciudadanía y la inestabilidad de la situación sanitaria. Durante los meses de mayo y junio, comenzaron a surgir expresiones públicas de rechazo a la cuarentena. Un grupo de intelectuales, periodistas y referentes políticos de la oposición denunciaron al gobierno nacional por imponer lo que ellos denominaron una “infectadura”, término nuevo formado por la conjunción entre las palabras infección y dictadura. Este término buscaba sintetizar la queja por la restricción a la libertad de circulación, el descontento por las consecuencias sociales y económicas de la decisión de adoptar un confinamiento estricto y el desacuerdo con los principios que guiaban al reducido grupo de especialistas que formaba el comité asesor del presidente para la gestión de la pandemia. Más tarde, llegaron a acusar al gobierno de “terrorismo sanitario”.

Es en este escenario de tensiones con distintos sectores sociales y económicos, y agrupamientos políticos que es necesario enmarcar el reconocimiento oficial de que los datos estadísticos operaban en el marco de una disputa política por la orientación del curso a seguir; en esta línea, Alberto Fernández sostenía “he dado todos estos datos para terminar con esta discusión. No me van a torcer el brazo” (Casa Rosada, 2020b). En esa disputa, la estadística era presentada como el dato “duro” en contraposición al carácter “blando” de la opinión de sus contrincantes (los planteos de la oposición política y las críticas a la extensión considerada por ellos injustificada del confinamiento). El argumento presidencial se apoyaba en la creencia de que los datos, concebidos como reflejos directos de la realidad, quedaban “por encima de cualquier discurso de ocasión” (Casa Rosada, 2020e).

Se atribuía al número la autoridad necesaria para zanjar tal disputa, mientras se confiaba en su capacidad de persuadir a la sociedad de un determinado comportamiento colectivo. Pero ¿cuántas muertes justifican o no un encierro prolongado?, ¿cuál sería el umbral aceptable de muertes toleradas? Los números son capaces de eliminar el carácter moral e ideológico de los problemas abordados – desde ese punto de vista, los

despolitizan. Mientras el gobierno confiaba en la capacidad de esos números en “demostrar” la racionalidad de su decisión, es muy probable que fueran los marcos valorativos de los/as ciudadanos/as y su percepción subjetiva del riesgo los que más incidían en la evaluación de la estrategia adoptada por el gobierno nacional para lidiar con la pandemia.

Por último, resta remarcar que en las escenas de las conferencias de prensa que analizamos el presidente solía estar acompañado por algunos/as gobernadores/as, tanto del oficialismo como de la oposición; el predominio de la presencia de las autoridades de las jurisdicciones que conforman el Área Metropolitana de Buenos Aires en cierta etapa (entre mayo y agosto) no debería desplazar de la escena a la figura de los/as gobernadores/as del resto de las provincias del país (presentes en marzo, julio y octubre).

El federalismo argentino imprimió desafíos particulares a la gestión diaria de la pandemia y estableció la necesidad de alcanzar trabajosos acuerdos interjurisdiccionales. En este sentido, se buscaba que la presencia de los/as gobernadores/as transmitiera su apoyo político a las decisiones presidenciales. Pero, en tanto las estadísticas de casos, fallecidos o camas ocupadas en unidades de terapia intensiva operaron como principios cognitivos comunes, su presencia allí daba constancia también de un acuerdo cognitivo. Esto se vio expresado en el agradecimiento público del presidente al promediar la conferencia del 14 de agosto de 2020: “yo agradezco a cada gobernador y gobernadora... yo siento que estamos hablando el mismo idioma... tenemos exactamente la misma preocupación... estamos viendo del mismo modo la realidad...” (Casa Rosada, 2020e).

La estadística era el lenguaje común en que la pandemia podía ser hablada y aprehendida. Los acuerdos alcanzados no eran solo programáticos, también eran consensos cognitivos. Las autoridades allí presentes, independientemente del signo político, compartían una orientación cognitiva afín.

Reflexiones finales

Como en otras pandemias, la del Covid-19 ha estimulado la generación de estadísticas, pero tal vez lo singular a subrayar sea la gran amplitud y celeridad de la circulación de esos números. A nivel global, sociedad civil y gobierno pasaron a estar pendientes de un listado de indicadores estadísticos de publicación diaria, a los que se confiaba la capacidad de monitorear la pandemia en tiempo “real”. La evolución de la pandemia se vio acompañada por una narrativa estadística para expresarla, dimensionarla y actuar sobre ella.

Este trabajo nos permitió empezar a poner al descubierto la complejidad de la trama de la producción de datos sobre la evolución del Covid-19 en la Argentina, que como en otros casos suele quedar oscurecida. Es que de esa opacidad depende, en buena medida, la estabilidad de cualquier cadena de generación de información estadística. A partir del análisis de los decretos y de las conferencias de prensa del presidente Fernández, dimos cuenta cómo las estadísticas son un recurso que confiere legitimidad a la autoridad política a la vez que se convierten en un mecanismo a través del cual la autoridad es ejercida.

Los indicadores estadísticos adoptaron el doble rol de volver legible la pandemia y de conducir la gestión de la emergencia de manera impersonal y “a distancia” desde el centro. En este sentido, las estadísticas representan un recurso para la política en tanto proveedoras de información, en tanto fuente de legitimación de sus decisiones y en tanto mecanismo de subordinación de otros actores a reglas impersonales. Con la instauración del “semáforo epidemiológico”, por ejemplo, los indicadores estadísticos se convirtieron en instrumentos para ejercer control, mientras que procuraban guiar las acciones de gobiernos locales y la conducta del conjunto de la sociedad.

Las conferencias de prensa presidenciales se asemejaron a verdaderos rituales estadísticos. En ellas, las estadísticas demostraron ser potentes herramientas de significación de la realidad. Por un lado, la cuantificación fue un medio para poner en alerta a la población acerca del peligro que

enfrentaba, al mismo tiempo que pretendía construir cierto clima de certeza. Por otro lado, las estadísticas se utilizaron como recursos para convencer a la sociedad sobre las “virtudes” del aislamiento social a la vez que se presentaban como demostraciones de la eficacia del curso de acción adoptado.

Este trabajo es una primera aproximación al papel que cumplieron las estadísticas durante la pandemia de Covid-19 en la Argentina. Siguiendo los lineamientos de la sociología de la cuantificación, restan todavía múltiples dimensiones por examinar. Durante el primer año de la pandemia, la producción oficial de estadísticas no contempló las características socioeconómicas de las personas registradas que contrajeron la enfermedad o fallecieron por Covid-19 como para permitir poner en primer plano las inequidades sociales y territoriales que están en la base de la expansión del virus en la Argentina. Un estudio de las implicancias de la información (no) relevada, por ejemplo, se encuentra pendiente. De la misma manera, valdría la pena encarar el análisis de cómo ésta era presentada diariamente por las autoridades ministeriales. Por otra parte, la proliferación de vacunas alteró la dinámica de la pandemia. La relación entre estadísticas y gobernanza tras este cambio radical aún no ha sido explorada para el caso argentino.

Asimismo, poco se sabe aún respecto de cómo diferentes países gestionaron la pandemia. Al margen de las estadísticas de casos, muertes, hospitalizaciones, ¿qué otras estadísticas comenzaron a producir los Estados en la región y en el mundo? ¿Qué papel tuvieron las estadísticas en el diseño de las políticas sanitarias? ¿Cómo mutó ese rol a lo largo de las diferentes etapas de la pandemia? ¿Cómo evolucionó la confianza de la sociedad en las estadísticas del Covid-19? ¿Existieron polémicas alrededor de esos números? Comparaciones internacionales que respondan a estos interrogantes darían cuenta de similitudes y diferencias en las estrategias de gobierno de los números y de los números del gobierno. Cierta acumulación de estudios en esta dirección ayudaría a consolidar la noción de que la generación de cuantificaciones, en principio para simplificar el mundo y hacerlo legible, al mismo tiempo lo modifica y lo vuelve otro mundo porque una estadística realista puede siempre contribuir a engendrar lo real.

Claudia Daniel es Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires e Investigadora Adjunta del Conicet en el Centro de Investigaciones Sociales (CIS-CONICET/IDES).
✉ cdaniel@ides.org.ar

Natalia Romero Marchesini es Doctoranda en Ciencias Sociales y Doctoranda en Estudios Sociales Interdisciplinarios entre Europa y América Latina por la Universidad Nacional de La Plata. Investigadora en el Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (IdIHCS/UNLP-CONICET).
✉ nromeromarchesini@gmail.com

Cecilia T. Lanata-Briones es Doctora en Historia Económica por la London School of Economics and Political Science, Profesora Asistente en la Universidad de Warwick e Investigadora Adjunta del Centro Interdisciplinario para el Estudio de Políticas Públicas.
✉ cecilia.lanata-briones@warwick.ac.uk

Referencias

1. ARGENTINA, PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. *Decreto 287/2021*. Medidas generales de prevención. DECNU-2021-287-APN-PTE. Buenos Aires: Presidencia de la Nación, 30 abr. 2021. Disponible en: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/243849/20210501>
2. ARGENTINA, PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. *Decreto 260/2020*. Emergencia sanitaria. DECNU-2020-260-APN-PTE - Coronavirus (COVID-19). Disposiciones. Buenos Aires: Presidencia de la Nación, 12 mar. 2020a. Disponible en: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/335000-339999/335423/norma.htm>
3. ARGENTINA, PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. *Decreto 297/2020*. Aislamiento social, preventivo y obligatorio. DECNU-2020-297-APN-PTE - Disposiciones. Buenos Aires: Presidencia de la Nación, 19 mar. 2020b. Disponible en: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/335000-339999/335741/norma.htm>
4. ARGENTINA, PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. *Decreto 408/2020*. Aislamiento social, preventivo y obligatorio. DECNU-2020-408-APN-PTE - Prórroga. Buenos Aires: Presidencia de la Nación, 26 abr. 2020c. Disponible en: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/335000-339999/336732/norma.htm>
5. ARGENTINA, PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. *Decreto 677/2020*. Distanciamiento social, preventivo y obligatorio y aislamiento social, preventivo y obligatorio. DECNU-2020-677-APN-PTE. Buenos Aires: Presidencia de la Nación, 16 ago. 2020d. Disponible en: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/340000-344999/341149/norma.htm>
6. AZERRAT, J. Martín; RATTO, María C.; FANTOZZI, Anabella. ¿Gobernar es cuidar? Los estilos de gestión de la pandemia en América del Sur: los casos de Argentina, Brasil y Uruguay. *Trabajo y Sociedad*, v. 22, n. 36, p. 145-173, 2021.

7. BELARDO, Marcela. Covid-19 y el sistema de salud en Argentina (lo que nos revela la pandemia). In: GOREN, N.; FERRÓN, G. (Comp.). *Desigualdades en el marco de la pandemia: reflexiones y desafíos*. Buenos Aires: EDUNPAZ; Editorial Universitaria, 2020. p. 23-32.
8. BELARDO, Marcela; HERRERO, María B. COVID-19: la OMS en el ojo de la tormenta. *Hamartia*, 5 ago. 2020. <https://www.hamartia.com.ar/2020/04/21/oms-tormenta/>
9. BESSON, Jean-Louis (org.). *A ilusão das estatísticas*. San Pablo: UNESP Editora, 1995.
10. BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel. *Benchmarking*. L'État sous pression statistique. Paris: La Découverte, 2013.
11. BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel; PREVIEUX, Julien. *Statactivisme. Comment lutter avec des nombres*. Paris: La Découverte, 2014.
12. CAMARGO, Alexandre de P. R.; DANIEL, Claudia. Social studies of quantification and its implications in sociology. *Sociologias*, v. 23, n. 56, 42-81, 2021. <https://doi.org/10.1590/15174522-109768>
13. CAMARGO, Alexandre de P. R.; MOTTA, E. D. S. M. G. y Mourão, V. L. A. (2021). Números emergentes: temporalidade, métrica e estética da pandemia de Covid-19. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 26, n. 2, p. 311-332. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2021v26n2p311>
14. CASA ROSADA – REPÚBLICA ARGENTINA. Coronavirus COVID-19: Nuevas medidas – Anuncio del presidente Alberto Fernández. *Youtube*, 21 mayo 2021. [video]. Disponible en: <https://youtu.be/AWBEWBHOnSE>
15. CASA ROSADA – REPÚBLICA ARGENTINA. COVID-19: Conferencia luego de la reunión del presidente con los gobernadores. *Youtube*, 20 mar. 2020a. [video]. Disponible en: https://youtu.be/os_GccxDJWA
16. CASA ROSADA – REPÚBLICA ARGENTINA. COVID-19: Aislamiento obligatorio – Anuncio del presidente Alberto Fernández. *Youtube*, 8 mayo 2020b. Disponible en: https://youtu.be/fB_GfGX_Ucc
17. CASA ROSADA – REPÚBLICA ARGENTINA. COVID-19: Anuncio de Alberto Fernández, Axel Kicillof y Horacio Rodríguez Larreta desde Olivos. *Youtube*, 25 jun. 2020c. [video]. Disponible en: <https://youtu.be/4wVtdOyaSRM>
18. CASA ROSADA – REPÚBLICA ARGENTINA. Anuncio del presidente Alberto Fernández junto a Axel Kicillof y Horacio Rodríguez Larreta. *Youtube*, 31 jul. 2020d. [video]. Disponible en: <https://youtu.be/N5GsJ55R9aE>
19. CASA ROSADA – REPÚBLICA ARGENTINA. Anuncio del presidente Alberto Fernández junto a Axel Kicillof y Horacio Rodríguez Larreta. *Youtube*, 14 ago. 2020e. [video]. Disponible en: https://youtu.be/_FlilXXU2Uk
20. CASA ROSADA – REPÚBLICA ARGENTINA. Coronavirus COVID-19: Anuncio extensión Aislamiento Social, Preventivo y Obligatorio. *Youtube*, 16 sep. 2020f. [video]. Disponible en: <https://youtu.be/z3JdSedXPR0>

21. CETRÁNGOLO, Oscar; GOLDSCHMIT, Ariel. Organización y financiamiento de la provisión pública de salud en un país federal: el caso argentino. *Serie Documentos de Trabajo del IIEP*, 2018. Disponible en: http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/download/docin/docin_iiep_024
22. CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS – CIDH. Covid-19 y derechos humanos: los problemas y desafíos deben ser abordados con perspectiva de derechos humanos y respetando las obligaciones internacionales. *Corte IDH*, 9 abr. 2020. Disponible en: https://www.corteidh.or.cr/tablas/alerta/comunicado/declaracion_1_20_ESP.pdf
23. COSTA, José Maria. Coronavirus en la Argentina: ¿Récord de muertos o “blanqueo” de las estadísticas? *La Nación*, 12 ago. 2020. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/coronavirus-argentina-record-muertos-blanqueo-estadisticas-nid2419225/>
24. DANIEL, Claudia. *Números públicos*. Las estadísticas en Argentina (1990-2010). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.
25. DANIEL, Claudia; ROMERO MARCHESINI, Natalia. De números y controversias. Las estadísticas oficiales del Covid-19 en el escenario de la crisis sociosanitaria argentina. *Revista Ensamble*, en prensa.
26. DAVIS, Kevin E.; KINGSBURY, Benedict; MERRY, Sally E. Indicators as a technology of global governance. *Law & Society Review*, v. 46, n. 1, p. 71-104, 2021. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5893.2012.00473.x>
27. DE SANTOS, Martin. Los fact-totems y la imaginación estadística: la vida pública de una estadística en la argentina de 2001. *Apuntes de Investigación del CECYP*, n. 18, p. 147-180, 2010.
28. DESROSIÈRES, Alain. *La política de los grandes números*. Historia de la razón estadística. Barcelona: Melusina, 2004.
29. DIAZ-BONE, Rainer; DIDIER, Emmanuel. The sociology of quantification. Perspectives on an emerging field in the social science. *Historical Social Research*, v. 41, n. 2, p. 7-26, 2016. <https://doi.org/10.12759/hsr.41.2016.2.7-26>
30. DIDIER, Emmanuel. Politique du nombre de morts. *AOC, Analyse Opinion Critique*, 16 abr. 2020. Disponible en: <https://aoc.media/opinion/2020/04/15/politique-du-nombre-de-morts/>
31. FEIERSTEIN, Daniel. *Pandemia. Un balance social y político de la crisis del Covid-19*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2021.
32. FIORAMONTI, Lorenzo. *How numbers rule the world: the use and abuse of statistics in global politics*. Londres: Zed Books, 2014.
33. FITZ PATRICK, Mariel; CRUCIANELLI, Sandra. Muertos por coronavirus: por el retraso en la carga de datos, las cifras de hoy son una foto vieja. *Infobae*, 23 ago. 2020. Disponible en: <https://www.infobae.com/politica/2020/08/23/muertos-por-coronavirus-por-el-retraso-en-la-carga-de-datos-las-cifras-de-hoy-son-una-foto-vieja/>

34. HARTMANN, Irene. Coronavirus en Argentina: ¿Por qué puede haber demoras en el registro de los muertos? *Clarín*, 7 abr. 2020. Disponible en: https://www.clarin.com/sociedad/coronavirus-argentina-puede-demoras-registro-muertos_0_Py1A3ulwb.html
35. LANATA-BRIONES, Cecilia T.; DANIEL, Claudia; ROMERO MARCHESINI, Natalia. Contar muertes en pandemia. Apuntes para una comparación de las experiencias de Argentina e Inglaterra frente al Covid-19. *Revista Andes*, en prensa.
36. LATOUR, Bruno. *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.
37. MACEIRA, Daniel. Caracterización del Sistema de Salud Argentino. Debate en el contexto Latinoamericano. *Revista Estado y Políticas Públicas*, año VIII, n. 14, p. 155-179, 2020. Disponible en: https://revistaeypp.flacso.org.ar/files/revistas/1590800112_155-179.pdf
38. MENNICKEN, Andrea. Uncertainty, risk and the politics of numbers in post-pandemic societies. *CRASSH*, 8 dic. 2020. [Seminario, University of Cambridge].
39. MENNICKEN, Andrea; ESPELAND, Wendy N. (2019). What's new with numbers? Sociological approaches to the study of quantification. *American Review of Sociology*, v. 45, p. 223-245, 2019. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073117-041343>
40. MILLER, Peter. (2021). Afterword. Quantifying, mediating and intervening: the R number and the politics of health in the Twenty-First Century. In: MENNICKEN, A., SALAIS, R. (ed.). *The new politics of numbers. Executive politics and governance*. Londres: Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-030-78201-6_14
41. NATALUCCI, Ana et al. *La protesta en cuarentena*. Análisis de una base cuantitativa sobre protestas sociales en el marco del Proyecto Monitor Laboral. Buenos Aires: CITRA, 2020. https://citra.org.ar/wp-content/uploads/2020/12/2020_DOCUMENTO_Metodo-CITRA-volumen-6.pdf
42. NEIBURG, Frederico. Vidas, economía e emergência. *Boletim Ciências Sociais e Coronavírus*, n. 22, 2020. Disponible en: http://anpocs.com/images/stories/boletim/boletim_CS/Boletim_n22.pdf
43. ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). El rastreo de contactos en el marco de la COVID-19: orientaciones provisionales. *Organización Mundial de la Salud*, 10 mayo 2020. Disponible en: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/332083>
44. ORTELLI, Ignacio. Polémica por la carga de datos: hay demoras de varias semanas en la actualización de los muertos por coronavirus. *Clarín*, 14 ago.2020. Disponible en: https://www.clarin.com/politica/polemica-carga-datos-demoras-varias-semanas-actualizacion-muertos-coronavirus_0_KbDNwJ44Y.html
45. PORTER, Theodore. *Trust in numbers: the pursuit of objectivity in science and public life*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
46. ROSE, Nikolas. Governing by numbers: figuring out democracy. *Accounting, Organizations and Society*, v. 16, n. 7, p. 673-692, 1991. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(91\)90019-B](https://doi.org/10.1016/0361-3682(91)90019-B)

47. ROSE, Nikolas; MILLER, Peter. Political power beyond the State: problematics of government. *The British Journal of Sociology*, v. 43, n. 2, 173-205, 1992. <https://doi.org/10.2307/591464>
48. SALTELLI, Andrea et al. (2020). Five ways to ensure that models serve society: a manifesto. *Nature*, v. 582, n. 7813, p. 482-484, 2020. https://openresearch-repository.anu.edu.au/bitstream/1885/219031/1/01_Saltelli_Five_ways_to_ensure_that_2020.pdf
49. SEGATA, Jean; SCHUCH, Patrice; DAMO, Arlei S.; VÍCTORA, Ceres. (2021). A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. *Horizontes Antropológicos*, v. 27, n. 59, p. 7-25, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832021000100001>
50. SENRA, Nelson de C. *O saber e o poder das estatísticas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
51. SHORE, Cris; WRIGHT, Susan. Governing by numbers: audit culture, rankings and the new world order. *Social Anthropology*, v. 1, n. 23, p. 22-28, 2015. <https://doi.org/10.1111/1469-8676.12098>
52. STARR, Paul. The Sociology of official statistics. In: ALONSO, W.; STARR, P. *The politics of numbers*. Nueva York: Russell Sage Foundation, 1987.

Recibido: 7 ene. 2022.
Aceptado: 10 ago. 2022.

Pela Ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia

Daniel Edler Duarte* 

Pedro Rolo Benetti** 

Resumo

Políticas de controle da pandemia de Covid-19 têm sido alvo de disputas no Brasil, com autoridades divergindo sobre formas de tratamento e os efeitos das estratégias de distanciamento social. Análises recentes caracterizam tais disputas como uma “batalha ideológica” de Bolsonaro contra “argumentos racionais” de especialistas e da OMS. Além disso, críticos caracterizam Bolsonaro como um representante do “populismo científico” que produz *fake news* para sustentar pautas negacionistas. Neste artigo, dialogamos com o campo de estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) para analisar os usos da ciência durante a pandemia. Demostramos que Bolsonaro não nega enunciados científicos *in toto*, mas busca legitimar suas políticas de saúde a partir das controvérsias públicas sobre a ciência. Ao explorar os meandros da produção de fatos científicos, o que Bolsonaro faz é questionar as credenciais da OMS e acusar opositores de politizarem pesquisas sobre formas de contenção da pandemia. Em outras palavras, Bolsonaro e seu entorno avançam uma imagem transcendental da Ciência, que reifica a divisão moderna entre o saber científico e a cultura, para criticar a contaminação ideológica de algumas instituições científicas no período de pandemia. Tal postura revela o jogo de poder epistêmico intrínseco ao debate contemporâneo sobre pós-verdade, no qual ideologia, esoterismo e desrazão são atribuídos sempre ao enunciado do outro.

Palavras-chave: negacionismo, *fake news*, pandemia, ciência, populismo científico.

* Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

For Science, against scientists? Science denial and the disputes over health policies during the pandemic

Abstract

The politics of Covid-19's pandemic control in Brazil has been engulfed in disputes, with local authorities disagreeing about alternatives of health treatment and the effects of social distancing strategies. Recent analyses have characterized such disputes as Bolsonaro's "ideological battle" against "rational arguments" of specialists and the WHO. Also, critics have described Bolsonaro as a representative of "scientific populism" who produces fake news to support his anti-science politics. In this article, we engage with the field of Science and Technology Studies (STS) to observe the multiple uses of science during the pandemic. We argue that Bolsonaro does not deny scientific statements in toto but seeks to legitimize his government's health politics based upon public controversies about science. Bolsonaro explores the interstices of the making of scientific facts to question WHO's credibility and to accuse his adversaries of politicizing scientific research during the pandemic. Thus, Bolsonaro sustains a transcendental image of science, which reifies the modern separation between science knowledge and culture, to criticize the ideological contamination of certain institutions. This posture reveals the epistemic dispute intrinsic to contemporary debates on post-truth, which postulates that ideology, esoterism, and anti-reason are always attributes of others.

Keywords: denialism, fake news, pandemic, science, scientific populism.

Introdução

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a Covid-19 configurava uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). A organização reconheceu que ainda havia pouca informação sobre o vírus, mas optou por recomendar que os países implementassem estratégias de controle previstas no Regulamento Sanitário Internacional, incluindo "isolar e tratar casos, rastrear contatos e promover medidas de distanciamento social adequadas ao risco" (OMS,

2020, p. 1).¹ No Brasil, as políticas de saúde logo se tornaram alvo de disputa. Autoridades públicas divergiram sobre a magnitude do risco e, fundamentalmente, sobre formas de tratamento e os efeitos da quarentena. Enquanto diversos estados aprovaram decretos emergenciais para suspender atividades não essenciais e monitorar aglomerações, o governo federal diminuiu a importância da crise sanitária e defendeu ações menos restritivas.

Em seu primeiro pronunciamento acerca da Covid-19, Bolsonaro (2020a) optou por caracterizá-la como uma “gripezinha” cujos efeitos só seriam preocupantes em populações idosas e em indivíduos com doenças crônicas e comorbidades. O mais indicado seria então uma política de mitigação focada em grupos prioritários (Fernandes, 2020). Não haveria a necessidade de fechamento de escolas ou do comércio, e as autoridades de saúde deveriam atentar para o monitoramento e o tratamento experimental de sintomas. Enquanto a população desenvolveria “imunidade de rebanho”, aqueles com maior risco ficariam seguros até que vacinas fossem disponibilizadas.

O ponto central da controvérsia naquele período se dava em torno da eficácia do distanciamento social e de suas consequências no médio prazo. Segundo o presidente, ao seguir protocolos da OMS para ESPIs, alguns governadores e prefeitos estavam aderindo à histeria e adotando medidas que não apenas restringiam liberdades individuais, mas prejudicavam a economia, o que geraria uma crise social nos meses seguintes (Mazui, 2020). Em contraposição, o governo federal pautou as respostas iniciais ao coronavírus em duas estratégias. Por um lado, defendeu o isolamento vertical, que permitia o funcionamento de grande parte dos serviços e do setor produtivo, e, por outro, os indivíduos que contraíssem a doença seriam tratados com uma combinação de (hidroxi)cloroquina (CQ/HCQ) e azitromicina (AZ) que, apesar de não ter eficácia comprovada, seria a

¹ No original: “isolate and treat cases, trace contacts, and promote social distancing measures commensurate with the risk”. É nossa a tradução desta e de todas as demais citações de trabalhos em inglês.

melhor solução disponível e cujos baixos custos permitiriam aplicação em larga escala.

Análises acerca das disputas do governo federal com lideranças locais e a OMS têm caracterizado as diferentes respostas à pandemia como uma “batalha ideológica” do presidente contra “argumentos racionais” (Caponi, 2020, p. 210). Nessa perspectiva, Bolsonaro representa a negação do conhecimento científico e alimenta conflitos políticos com *fake news* sobre formas alternativas de tratamento (Henriques; Vasconcellos, 2020), o que o torna “a maior ameaça às respostas do Brasil à Covid-19” (The Lancet, 2020, p. 1461).² Essa literatura posiciona o presidente como mais um prócer da era da pós-verdade, cujas políticas “erodem o núcleo central do Iluminismo: a ideia de que pensamento crítico, debate aberto e evidências promoverão o florescimento humano e a boa governança” (Holman, 2020, p. 372).³

Neste artigo, argumentamos que, ao contrário das críticas apontadas acima, a postura de Bolsonaro, em muitos momentos, não nega diretamente a relevância do discurso científico e da formulação de políticas públicas pautadas em evidências. Não se trata exatamente de um jogo “Ciência versus Ideologia” (Carvalho, 2020, p. 13), mas da disputa pelo sentido das políticas de saúde a partir das controvérsias públicas sobre a ciência. Em outras palavras, ao invés de questionar a autoridade da epistemologia científica, Bolsonaro se vale de um discurso ambíguo. Por um lado, aposta em uma estratégia empregada há décadas por grupos de interesse para influenciar o debate público: “combater a ciência com ciência — ou ao menos com as lacunas e incertezas na ciência existente” (Oreskes; Conway, 2010, p. 13).⁴ Por outro, o presidente e seu entorno avançam uma imagem transcendental da ciência, que reifica a divisão moderna entre o saber científico e a cultura (Latour, 1993), para criticar a politização de algumas instituições científicas no período de pandemia. O negacionismo

² No original: “the biggest threat to Brazil’s COVID-19 response”.

³ No original: “erodes the very core of the enlightenment: the idea that critical thinking, open debate, and evidence will promote human flourishing and good governance”.

⁴ No original: “to fight science with science – or at least with the gaps and uncertainties in existing science”.

de Bolsonaro, portanto, não opera no sentido de substituição da ciência no lugar da portadora da verdade, mas sim de sua purificação. Ou seja, os “profissionais da negação” (Danowski, 2018) não são aqueles que desorganizam as coordenadas entre ciência e ideologia, mas os que demandam uma ciência realmente apartada de qualquer articulação social. Como coloca Alyne Costa (2021, p. 307), negacionistas “só podem ter sucesso se explorarem a imagem de uma ciência desinteressada que deve ser protegida das deturpações decorrentes da ignorância e de interesses mesquinhos”.

Partirmos então das controvérsias em torno das posturas de Bolsonaro durante a pandemia para avançar uma análise sobre como o saber científico é produzido, suas múltiplas relações com o poder, e os usos do discurso científico no campo político. Para tanto, a primeira parte do artigo se debruça sobre a literatura recente em torno da pós-verdade e do “populismo científico”, mapeando alguns dos conceitos mobilizados pela crítica à postura do governo federal. Em seguida, nos afastamos de parte desse diagnóstico e apontamos que a análise da forma como Bolsonaro se apropria da epistemologia científica permite uma compreensão mais apurada das estratégias discursivas que sustentam suas políticas de saúde. Na segunda parte, observamos de perto como esta estratégia se desenvolveu em dois campos de disputa: a introdução de medidas de distanciamento social e a promoção do tratamento com cloroquina. Demonstramos que, em ambos os casos, Bolsonaro e seus apoiadores não questionaram a relevância da *expertise* ou a validade da ciência, mas buscaram sustentar seus argumentos com referências aos marcadores tradicionais da autoridade científica. Isso não quer dizer que seja impossível encontrar teorias da conspiração (Kalil *et al.*, 2021) ou a defesa de “epistemologias alternativas” (Mede; Schäfer, 2020), mas indica que a relação de Bolsonaro com o negacionismo é mais complexa do que as críticas mais apressadas fazem parecer. Por fim, como aponta Costa (2021, p. 307), o que o negacionismo nega não é exatamente a ciência, mas “determinadas práticas e enunciados dos quais se duvida que sejam verdadeiramente científicos”. Membros do governo acusam alguns cientistas e instituições de corromper

a ciência por suas inclinações pessoais ou políticas e, dessa forma, reificam o ideal da Ciência neutra e desinteressada.

Ao lançar luz sobre os fundamentos do discurso enunciado por representantes do governo federal, podemos entender melhor seus efeitos para além das disjuntivas verdade/mentira ou ciência/cultura. Na conclusão, argumentamos que, independentemente da legitimidade conferida (ou não) pelas instituições que definem os parâmetros aceitáveis para a prática científica, existem resultados concretos que decorrem dos cursos de ação implicados na defesa das posições tidas como negacionistas. Ou seja, discursos “negacionistas” produzem consequências no mundo que nos exigem um esforço de compreensão do seu funcionamento, mais do que sua simples refutação.

Populismo científico, negacionismo e pós-verdade: as chaves de interpretação das respostas de Bolsonaro à pandemia

A pandemia de Covid-19 intensificou uma tendência já observada no debate público de interpretação dos movimentos de extrema-direita que ascenderam ao poder na última década sob o signo de sua relação com a *verdade*. Os líderes desses movimentos têm sido identificados como populistas que combatem as elites políticas e intelectuais com o objetivo de libertar o povo das narrativas enganosas que garantem a autoridade, a legitimidade e a manutenção dos privilégios dessas mesmas elites (Mudde, 2017; Mede; Schäfer, 2020). Nesse processo, ganha destaque a contestação ao papel da imprensa tradicional na difusão de informações e das universidades como espaços privilegiados de produção de conhecimento. Há crescente adesão ao diagnóstico de que a crise da democracia liberal passa por uma relação problemática de certas forças políticas com instituições que desempenham papel central na produção e validação de enunciados reputados como verdadeiros (Bucci, 2019; Giusti; Piras, 2021). Não por acaso, em oposição às medidas de mitigação da pandemia propostas por

Bolsonaro, vemos acusações de que “a ciência está sob ataque” (Hallal, 2021) e de que a recomendação de tratamentos ineficazes constituiria um “populismo pandêmico” (Muggah; Lago, 2020).

As teses do populismo científico e da *alt-science* (Mede; Schäfer, 2020; Oliveira, 2020; Casarões; Magalhães, 2021) partem, em geral, de dois pressupostos. Em primeiro lugar, identificam uma desconfiança de governantes em relação à autoridade e ao papel político de especialistas, o que leva à denúncia de que cientistas fariam parte de um grupo conspiracionista que trabalha contra os interesses do povo, ou que simplesmente ignora os interesses desse, gastando dinheiro público em projetos que servem para avançar as próprias carreiras, gerar descobertas inúteis e responder a demandas de cunho ideológico ou comercial (Ylä-Anttila, 2018). Em segundo lugar, esta literatura argumenta que líderes populistas questionam a validade do método científico e avançam uma “eu-pistemologia”, ou a ideia de que a experiência não mediada do indivíduo vale mais que evidências produzidas a partir de testes reprodutíveis e falseáveis (van Zoonen, 2012). Nessa perspectiva, há um reforço do antagonismo entre o povo, que carrega os atributos virtuosos do senso comum e do conhecimento autêntico, e as elites, organizadas em torno de algumas instituições e interesses escusos, que “nutrem uma epistemologia artificial e depreciam a epistemologia simples, naturalística e confiável das pessoas comuns” (Mede; Schäfer, 2020, p. 481).⁵

Não raro, a essas teses se somam análises acerca do impacto das mídias sociais na inédita capacidade de disseminação de notícias falsas (Da Empoli, 2019) e na criação de simulacros do debate público, ou bolhas informacionais homofílicas em que argumentos contraditórios são cada vez mais difíceis de encontrar (Pariser, 2011). Além disso, essa nova estrutura de comunicação social seria usada por líderes de extrema-direita para estratégias de *firehosing* e *hedging narrativo* (Cesarino, 2021), ou a emissão rápida e massiva de mensagens que apontam em múltiplas direções (diferentes públicos interagem com diferentes mensagens) e permitem a

⁵ No original: “cherish an artificial epistemology and disparage the simple, naturalistic, and reliable epistemology of ordinary people”.

produção, teste e adaptação de narrativas. Para Cesarino, dessa estrutura caleidoscópica do discurso decorre a construção de realidades pulverizadas e o esvaziamento do sentido universal e incontestável do processo de construção da verdade. O resultado é um “caos epistêmico” (Zuboff, 2021), que se traduz na perda de confiança e legitimidade das instituições modernas que servem de âncora para ciência.

No Brasil, costuma-se apontar Olavo de Carvalho como ator central dessa crise epistêmica (Perez Oliveira, 2020). A denúncia de que o saber científico no país estaria impregnado pela manipulação do “marxismo cultural” leva à negação de qualquer evidência produzida nas universidades e laboratórios e confirmada pelo sistema de peritos. A solução para superar a corrompida estrutura cognoscente que *a priori* determina a produção científica seria a ação emancipatória de pensadores verdadeiramente livres, isto é, aqueles capazes de se insurgir contra a mediação metodológica ideologizada e construir “saberes pautados na observação direta e independente” (Carvalho *apud* Perez Oliveira, 2020, p. 84). Contrapondo o empirismo cartesiano ao relato testemunhal, Olavo de Carvalho afirma que a legitimidade do saber está na autoridade moral e pessoal daquele que o enuncia. O corpo do cientista é contextualizado e sociologizado, sendo relevante, portanto, o ponto de partida de sua representação da realidade.⁶

Nesse sentido, não é surpreendente que muitas das críticas ao governo federal que partem de órgãos científicos e da imprensa tradicional, instituições cuja credibilidade está em questão, argumentem que Bolsonaro teria no negacionismo seu modo de fazer política (Bucci, 2019; Mello, 2020). No contexto da pandemia, vemos a constatação de que o país se encontraria polarizado entre negacionistas e aqueles que avançam políticas de saúde baseadas em evidências (Duarte; César, 2020; Fonseca *et al.*, 2021). Silva e Ventura (2020, p. 74), por exemplo, argumentam que, na retórica populista

⁶ Há um relevante debate sobre o questionamento ao programa metodológico cartesiano no negacionismo bolsonarista e nos movimentos identitários de esquerda. Para Perez Oliveira (2020), embora os direcionamentos políticos sejam opostos, a insatisfação com o observador cartesiano incorpóreo, destacado do meio estudado, é comum ao discurso de Olavo de Carvalho e aos argumentos acerca do “lugar de fala” que ganharam tração entre progressistas.

de Bolsonaro, “questões técnicas, como o uso de drogas sem efetividade comprovada e a adoção de medidas de quarentena, têm sido politizadas em meio a teorias da conspiração e *fake news*”.⁷ Em linha análoga, Caponi (2020, p. 22) afirma que as estratégias de Bolsonaro estão pautadas no “ódio, [n]a irracionalidade e [n]o discurso anticientífico [...] que se impõe[m] à racionalidade, à argumentação, à solidariedade e ao diálogo informado e cientificamente fundamentado”. Em resumo, Bolsonaro tem sido descrito como um “presidente autoritário com pouca consideração em relação à ciência” (Duarte, 2020, p. 290).⁸

Seria de se esperar, portanto, que o sucesso político de Bolsonaro estivesse refletido no descrédito da epistemologia científica e na sustentação de políticas públicas embasadas apenas por convicções pessoais ou religiosas. Contudo, estudos recentes têm problematizado esse diagnóstico. Pesquisas de opinião indicam que o índice de confiança na ciência entre brasileiros subiu durante a pandemia e chegou a 89% (acima da média mundial) (Andrade, 2020). Ainda, para 91% da população, cientistas são a fonte de conhecimento mais confiável sobre a Covid-19. Isso não quer dizer que apenas 9% da população esteja ao lado de Bolsonaro no questionamento às recomendações da OMS e às evidências em torno do isolamento social e do tratamento com cloroquina.⁹ Ciência é um conceito polissêmico e “negacionismo científico” também (Diethelm; McKee, 2009). O que esses números indicam é que as estratégias discursivas do governo federal e de seu círculo de apoiadores em relação às evidências científicas produzidas sobre a Covid-19 são mais diversas do que fazem crer os diagnósticos acerca do relativismo da “eu-pistemologia” ou da negação da capacidade da ciência de produzir conhecimentos especializados e se aproximar da verdade.

⁷ No original: “technical issues such as the use of drugs with no proven effectiveness and the adoption of quarantine measures have been highly politicized amid conspiracy theories and fake news”.

⁸ No original: “authoritarian president that has very little regard for science”.

⁹ A avaliação do desempenho de Bolsonaro no combate à pandemia variou ao longo dos meses, mas a aprovação (avaliação ótima, boa ou regular) manteve, ao longo do primeiro ano de pandemia, um patamar mínimo de 50%. (“Datafolha...”, 2021).

Buscando trazer mais complexidade ao debate sobre negacionismo, Diethelm e McKee (2009, p. 2) o definem como “o emprego de argumentos retóricos que dão a aparência de debate legítimo onde esse não ocorre, uma abordagem que tem como objetivo último rejeitar proposições sobre as quais existam consensos científicos”.¹⁰ Segundo os autores, existem cinco estratégias discursivas comumente mobilizadas: a identificação de conspirações; o uso de falsos *experts*; a seletividade ou ênfase em pesquisas isoladas que contrariam o consenso científico; a criação de expectativas impossíveis para as pesquisas científicas; e o uso de falácias lógicas e deturpações. Análises que buscam mapear o debate público nas redes sociais apontam que muitas dessas estratégias não são estranhas ao círculo político de Bolsonaro e revelam o esforço por parte do governo de se apropriar dos signos de autoridade epistêmica da ciência (Oliveira *et al.*, 2021; Ruediger, 2021). Em levantamento de interações da base governista no *Twitter*, Oliveira *et al.* (2021, p. 170) argumentam que, embora algumas das fontes citadas e disseminadas sejam de conhecidos veículos de desinformação, as principais notícias que animavam bolsonaristas circularam em grandes jornais e buscavam acumular credenciais científicas, de modo que a estratégia de comunicação do governo federal

se apropria da autoridade científica de formas diferentes para fortalecer seus argumentos. Não há oposição à ciência, nem negação da validade do conhecimento científico. [...] [está em curso um] projeto de ocupação do campo científico e a busca por autoridade através do uso de linguagem e padrões científicos.¹¹

De modo semelhante, estudo da DAPP/FGV (Ruediger, 2021, p. 9) aponta que os grupos descritos como negacionistas têm “recorrido ao repertório e a fontes científicas e/ou pseudocientíficas em busca de legitimidade epistêmica”.

¹⁰ No original: “the employment of rhetorical arguments to give the appearance of legitimate debate where there is none, an approach that has the ultimate goal of rejecting a proposition on which a scientific consensus exists”.

¹¹ No original: “appropriates scientific authority in different ways to strengthen the argument. It did not oppose science, nor did it deny the validity of scientific knowledge. [...] project to occupy the scientific field and sought authority through the use of scientific language and standards”.

Ao investigar “os usos sociais do estatuto de autoridade científica”, o estudo conclui que “reivindicações de cientificidade” são incorporadas nas disputas discursivas sobre o caminho das políticas públicas de saúde durante a pandemia.

Apesar dos avanços proporcionados à análise do discurso negacionista, a definição de Diethelm e McKee (2009) apresenta uma limitação central: reproduz a distinção entre “boa ciência”, aquela apartada de laços sociais e que segue o *éthos* mertoniano,¹² e “má ciência”, cujas dinâmicas internas são contaminadas por interesses políticos ou econômicos. Esta mesma limitação se faz presente na literatura que contrapõe controvérsias “autênticas”, que se nutrem supostamente apenas de incongruências epistemológicas e metodológicas, e “fabricadas”, que decorrem da falsificação do debate científico de modo a avançar pautas estranhas ao campo (Oreskes; Conway, 2010; Ceccarelli, 2011, Weinell, 2019).¹³

Nesse sentido, quando comparada às críticas ao “populismo científico”, a abordagem de Diethelm e McKee (2009) oferece mais subsídios à análise do discurso negacionista, mas esta não escapa da simplificação herdada do enquadramento dicotômico e assimétrico da prática científica. Uma vez que os autores reiteram a possibilidade de uma ciência autônoma e negam que esta seja um empreendimento inerentemente social, eles não renunciam à premissa da antinomia entre poder político e saber científico que assenta um dos mitos de origem das sociedades ocidentais modernas (Latour, 1993). Nessa perspectiva, onde há interesse pessoal, motivação política e ambição de poder, não pode haver verdade pura, saber científico neutro e universal. O pressuposto dessas críticas é que Bolsonaro e suas motivações ideológicas estão de um lado e as instituições científicas e suas propostas politicamente desinteressadas de outro. No entanto, como veremos ao longo do artigo, é justamente a ideia de que determinados cientistas são capazes de produzir um saber científico livre de amarras ideológicas e

¹² Robert Merton definiu o *éthos* da ciência moderna a partir de quatro eixos: universalismo, comunismo (no sentido de uma ciência aberta em que as descobertas são compartilhadas), desinteresse e ceticismo organizado. Para mais, ver: Merton (1973).

¹³ Para uma crítica mais específica ao debate sobre “controvérsias fabricadas”, ver: Fuller (2013).

econômicas que Bolsonaro explora para desconstruir a autoridade epistêmica de seus críticos.

Na próxima seção, demonstramos que não há o abandono da epistemologia científica em prol de outras formas de acesso à verdade ou de justificação das políticas públicas, de modo que não é de se estranhar que o apoio político a Bolsonaro e a confiança na ciência possam conviver. Como destacamos a seguir, não são campos necessariamente antagônicos. Na parte final do artigo nos debruçamos sobre o risco de mobilizar o ideal da Ciência moderna na crítica ao negacionismo de Bolsonaro.

A disputa pela verdade: a “ciência” de Bolsonaro

Como nos lembram Aradau e Huysmans (2018, p. 50-51), ao observar o processo de validação do conhecimento científico, “a questão crítica não é simplesmente epistemológica ou metodológica, mas o engajamento com a forma pela qual a credibilidade é construída atualmente – como o conhecimento é autorizado ou desacreditado”.¹⁴ Ou seja, o ponto central é a produção de confiança no processo de acumulação de conhecimento qualificado, o que dá autoridade e legitimidade ao cientista. Como leigos não são capazes de avaliar os meandros das pesquisas e a precisão dos diferentes estudos para tomar posição acerca das controvérsias, seu engajamento com a ciência se dá a partir de mecanismos de deferência epistêmica. Nesse sentido, o que está em jogo é a capacidade de determinadas instituições de se colocarem como porta-vozes legítimos do saber científico.

Nesta seção, analisamos dois campos de disputa pela construção da credibilidade científica. Especificamente, observamos o debate entre medidas de distanciamento social e isolamento vertical, e as controvérsias acerca do uso da cloroquina. Em ambos os casos, demonstramos que é possível identificar a exploração de brechas nos processos de produção de fatos científicos e o esforço sistemático em desacreditar determinados

¹⁴ No original: “the critical issue is not simply epistemological or methodological but an engagement with how credibility of knowledge is assembled today – how knowledge is accredited and discredited”

atores hegemônicos do campo, como já mapeado pela literatura (Diethelm; Mckee, 2009; Oreskes; Conway, 2010; Oliveira, 2020; Casarões; Magalhães, 2021; Cesarino, 2021), mas também a promoção de um ideal de ciência livre de laços sociais.

Ao buscar a complexificação da compreensão sobre o negacionismo do círculo político bolsonarista, foi necessário captar a maneira pela qual certos atores se relacionaram com enunciados tidos como científicos e as instituições emissoras dos mesmos. Foi preciso também entender de que forma alegações de cientificidade foram construídas, o que nos levou a analisar a produção científica mobilizada nos discursos bolsonaristas, bem como a posição de instituições que tiveram papel central nas duas controvérsias analisadas, como a Associação Brasileira de Medicina (ABM) e o Conselho Federal de Medicina (CFM). Além dos posicionamentos oficiais, registrados em notas técnicas e demais tipos de manifestação pública, recorreremos a outros três grupos de fontes: (1) falas retratadas nos meios de comunicação tradicionais; (2) manifestações em mídias sociais e (3) discursos de atores políticos e científicos registradas nos primeiros trabalhos acadêmicos que discutem as posições do governo diante da crise sanitária. Essa seleção não pretende abarcar o caráter caleidoscópico dos discursos bolsonaristas (Cesarino, 2021), mas trazer para o centro um grupo de evidências que permanece negligenciado por grande parte da crítica. Essa escolha não implica a coleta de meras evidências anedóticas, uma vez que estudos mais sistemáticos reconhecem a incidência e relevância ilustrativa dos discursos aqui trabalhados (Oliveira *et al.*, 2021; Ruediger, 2021). Assim, reconhecemos que o discurso político ativo não forma uma totalidade coerente, cuja fonte emissora é passível de apreensão objetiva (Foucault, 1999). Antes, ele se manifesta em pontos distintos da vida social e política, o que requer – em particular no caso de um objeto do tempo presente – esforço analítico para determinar seu sentido.

Disputas acerca das políticas de contenção do contágio e controle social

Em cenários endêmicos de novas zoonoses, nos quais não há instrumentos específicos de proteção e diagnósticos precoces para tratamento, medidas pré-patogênicas (etiqueta respiratória, uso de máscaras, hábitos de higiene e redução do contato físico) se tornam os procedimentos centrais de prevenção (Chu *et al.*, 2020). Diversos estudos apontam que o isolamento de indivíduos infectados, quarentenas preventivas e medidas de distanciamento social têm graus diferentes de eficácia na redução da taxa de retransmissão do vírus e, logo, na curva de contágio. Em outras palavras, não há uma medida única que deva ser adotada em todos os momentos e lugares, mas diferentes estratégias que se mostram mais ou menos adequadas dependendo do grau de disseminação da doença e das condições do sistema de saúde de rastrear novos casos e oferecer tratamento (Wilder-Smith; Freedman, 2020). Nesse sentido, as respostas a serem implementadas dependem de estimativas de incidência, prevalência e duração da Covid-19. Hellewell *et al.* (2020), por exemplo, argumentam que, se as autoridades de saúde forem capazes de rastrear e isolar 80% dos casos iniciais, a taxa de contágio cai 90%, o que dispensaria medidas mais restritivas de circulação. Quando já se atingiu o grau de transmissão comunitária, há convergência na recomendação de medidas de supressão, ou seja, de redução do contato físico (Ferguson *et al.*, 2020). No entanto, incertezas acerca dos registros médicos (i.e., subnotificação) e da precisão dos variados testes empregados, induzem projeções de contágio que variam muito (Koerth *et al.*, 2020), alimentando controvérsias sobre a magnitude do problema e os melhores métodos de gestão da pandemia.

Ao questionar estudos que sustentam políticas de distanciamento social, Bolsonaro propôs que estratégias de mitigação deveriam ter caráter limitado geográfica e demograficamente. Na prática, as recomendações do presidente levariam a ações mais flexíveis de controle da circulação, de modo que o fechamento do comércio e demais serviços só seria adotado

em algumas cidades com surtos crescentes de contágio e, mesmo nessas, em bairros específicos. Além disso, o equilíbrio entre segurança sanitária e econômica exigiria uma estratégia de “isolamento vertical” (Fernandes, 2020). Pautado nas evidências empíricas de “intervenções baseadas no risco” (Smith; Spieglehalter, 2020), o governo federal argumentava que as medidas restritivas deveriam se adequar à vulnerabilidade prevista de cada grupo populacional (Ministério da Saúde, 2020a). Enquanto indivíduos saudáveis estariam protegidos com medidas básicas de higiene, aqueles mais vulneráveis seriam foco de cuidados especiais, incluindo quarentenas, medicações profiláticas e monitoramento permanente das condições de saúde. De fato, uma série de modelos experimentais de estratégias de “estratificar e proteger” encontraram evidências em favor de quarentenas focalizadas (Acemoglu *et al.*, 2020; McKeigue; Colhoun, 2020) e pelo menos um trabalho (Meunier, 2020), bastante citado por detratores de medidas radicais de distanciamento social no Brasil (Pontes; Lima, 2020), aponta que países que adotaram medidas menos restritivas tiveram experiências semelhantes no que tange à evolução da pandemia.

Buscando alternativas ao *lockdown*, Bolsonaro e seus apoiadores fizeram ainda repetidas menções ao trabalho de Michael Levitt, professor da faculdade de medicina de Stanford e prêmio Nobel de química (“Bolsonaro cita fala...”, 2020; Terra, 2020). Levitt publicou artigo em que argumenta que a curva de infecção seria não exponencial – ao contrário do que defendiam muitos epidemiologistas e a OMS –, o que teria implicações significativas para políticas de supressão (Levitt *et al.*, 2020).¹⁵ Em resumo, para Levitt, o achatamento da curva de transmissão dos vírus se daria de forma natural a partir das primeiras semanas epidemiológicas, e não em função de medidas de controle social.

Segundo o presidente, a adoção de intervenções baseadas no risco se justificava, fundamentalmente, pelos efeitos econômicos do *lockdown*, já que a interrupção das cadeias produtivas causaria o fechamento de

¹⁵ Para reações ao artigo e à atuação de Levitt como intelectual público durante a pandemia, ver: Pachter (2020).

empresas e aguda recessão, acarretando, no médio prazo, no aumento da pobreza e da fome. Nas palavras de Bolsonaro, “as consequências [de medidas de distanciamento social], vão ser muito mais danosas do que o próprio vírus. Não podemos ter um remédio que no final das contas a dose vai ser tão grande que o número de problemas vai ser muito maior que o vírus em si” (Carvalho; Della Colletta, 2020). As propostas do governo federal reconheciam, portanto, que não era possível interromper novas transmissões, mas apenas frear a curva, gerando uma situação de “contágio controlado”. No cenário ideal, testagens em massa e o rastreamento de contatos de infectados permitiriam uma gestão mais eficiente da pandemia. Aos poucos, os níveis de imunização atingiriam patamares altos e novas transmissões tenderiam a zero (McKeigue; Colhoun, 2020).

Indo além, o deputado Osmar Terra, aliado do governo em defesa de ações menos restritivas, alegava que muitas das medidas de controle de contágio propostas pela OMS não seriam viáveis no Brasil. Mesmo que o governo promovesse uma quarentena radical, sua capacidade de assegurar o distanciamento social era limitada por questões culturais e pela arquitetura das grandes cidades. Em suas palavras: “Não existe isolamento social no Complexo do Alemão, não existe no Complexo da Maré. Isso é uma construção teórica só para a classe média achar que está protegida. Não tem resultado. Não tem possibilidade, não tem estudo científico mostrando impacto” (“Em debate, Osmar Terra...”, 2020).

Corroborando o argumento de Terra, há evidências na literatura de saúde pública de que estratégias amplas de contenção do vírus não são de fácil implementação. Essas precisam ser monitoradas e garantidas pelas forças policiais, gerando riscos de violação dos direitos humanos (Wilder-Smith; Freedman, 2020). Além disso, quarentenas também teriam impacto na mortalidade de outras doenças. Estudos evidenciam que o isolamento aumenta a incidência de doenças psicossociais, o sedentarismo gera riscos de doenças cardíacas, e o confinamento contribui para o crescimento de casos de violência doméstica (Abel; McQueen, 2020; VanderWeele, 2020). Como apontam Walker *et al.* (2020, p. 5), “enquanto a supressão terá sempre

mais impacto na morbidade e mortalidade da Covid-19, a intensidade das intervenções precisa ser equilibrada e não deve negligenciar os riscos mais amplos à saúde que podem decorrer da atenção total a uma única doença”.¹⁶

É importante notar que o *trade-off* apontado por Bolsonaro (gestores públicos têm que escolher entre maior controle do contágio ou melhor desempenho econômico) não é consensual. Indicadores econômicos parecem corroborar a narrativa do presidente, e há evidências de que recessões e o aumento da pobreza causam o aumento da mortalidade no longo prazo (Hone et al, 2019). Contudo, há pesquisas sobre impactos econômicos de pandemias que apontam que os prejuízos podem ser minorados com a aplicação adequada de medidas de distanciamento social (Baldwin; di Mauro, 2020). Analisando o cenário de diferentes cidades dos EUA durante a “gripe espanhola” em 1918, Correia, Luk e Verne (2020) concluem que o uso de intervenções não farmacológicas está associado a melhores resultados econômicos posteriores. Observando os efeitos da ampla quarentena implementada em Toronto, em 2003, Gupta, Moyer e Stern (2005) chegam a resultados semelhantes. Para os autores (2005, p. 392-393): “não é apenas por interesse humanitário que profissionais da saúde devem se manter agressivos em suas respostas a novas infecções, mas também pelo interesse econômico coletivo. Apesar de custos iniciais assustadores, quarentenas salvam tanto vidas quanto dinheiro”.¹⁷

Frente às incertezas sobre os impactos econômicos, pesquisas apontam que a questão chave para decidir sobre a resposta mais adequada de combate à pandemia é a identificação da taxa de mortalidade da doença, o que pode variar em diferentes locais e períodos. Nesse sentido, John Ioannidis (2021) foi especialmente influente para aqueles que defendiam medidas

¹⁶ No original: “while suppression will always have the greatest impact on COVID-related morbidity and mortality, the intensity of interventions required needs to be balanced against the wider health risks that diverting all attention to a single disease could entail”.

¹⁷ No original: “it is not only in our humanitarian interest for public health and healthcare officials to remain aggressive in their response to newly emerging infections, but also in our collective economic interest. Despite somewhat daunting initial costs, quarantine saves both lives and money”.

mais flexíveis. Ioannidis compilou estimativas de taxas de mortalidade apresentadas em 36 estudos e apontou que o cálculo inicial de mortalidade divulgado pela OMS, que embasou propostas mais severas de distanciamento social, estava superestimado. Ao invés de 3,4% de mortalidade, o autor argumenta que as taxas variaram entre 0,1% e 0,9%, sendo a média corrigida para pessoas abaixo de 70 anos de 0,04%. Esse tipo de discrepância nos dados levou Bolsonaro a declarar que a OMS “está deixando muito a desejar. Fala-se tanto em foco na ciência, o que menos tem de ciência é a OMS, parece que não acerta nada” (Schuch, 2020). Nesse cenário, caberia ao governo discernir entre fontes confiáveis e aquelas que produzem ciência com viés ideológico. Como coloca Terra, “A OMS está muito politizada. O cara que é o diretor geral da OMS é do Partido da Liberação do Tigré da Etiópia... Eles são marxistas, leninistas e maoístas... Eu quero falar com o CDC lá dos Estados Unidos..., o maior centro científico do mundo” (Almeida Filho, 2020).

Em seu estudo, Ioannidis alerta que é necessário cautela, já que os dados acerca da dimensão da Covid-19 são pouco confiáveis. A falta de testes faz com que não saibamos se a subnotificação se dá por um fator de 3 ou 300. Na ausência de dados consolidados, o autor argumenta que demoraremos algum tempo até poder ter certeza se a opção por intervenções baseadas no risco foi “brilhante ou catastrófica” (Ioannidis, 2020). Portanto, o processo de análise estatística que permitiria aferir a validade de diferentes medidas de contenção da Covid-19 foi, ao menos nos primeiros meses da pandemia, atravessado por controvérsias. Em um primeiro nível, havia dificuldades na coleta e sistematização de informações em tempo real, e permaneciam dúvidas sobre as taxas de falso positivo e falso negativo dos testes realizados. Uma vez que dados sobre infecções e mortes eram processados, novas incertezas apareciam. Havia também controvérsias sobre a análise de impacto de diferentes intervenções implementadas. O número de variáveis entrelaçadas é enorme e a possibilidade da realização de estudos mais conclusivos (i.e., RCTs com grupos de controle) durante a pandemia é

bastante limitada.¹⁸ Ocorrem, simultaneamente, mudanças de hábito (uso de máscara, álcool gel e contato físico), implementação de campanhas de conscientização e a adoção de diferentes níveis de quarentena que, por sua vez, guardam graus diferentes de execução e conformidade. Nesse sentido, a capacidade de epidemiologistas e estatísticos de produzirem modelos precisos sobre os diferentes cenários é reduzida. Pequenas diferenças nas estimativas de taxas de transmissão do vírus, um fato comum em modelos de novas epidemias, podem levar, em um período de vários meses, a projeções que variam entre alguns milhares e alguns milhões de infectados, ou, como colocam Koerth *et al.* (2020), “um número com o qual podemos conviver, ou que transforma um país para sempre”.¹⁹

Bolsonaro não estava sozinho ao sugerir que o *lockdown* tem efeitos colaterais que não devem ser ignorados. O governo também não apelou para um discurso religioso, promovendo bases de legitimação política por fora da ciência ou contra a ciência. O que o presidente fez foi engajar no debate público sobre as diferentes formas de contenção da pandemia afirmando que a ciência estava ao seu lado. Em suas palavras, “a desinformação mata mais até que o próprio vírus. O tempo e a ciência nos mostrarão que o uso político da Covid [...] trouxe-nos mortes que poderiam ter sido evitadas” (Bolsonaro 2020b).

¹⁸ RCT é a sigla em inglês para *randomized control trial* (experimentos randomizados com duplo-cego e grupos de controle) que são apontados pela literatura como o padrão-ouro na produção de evidências sobre os efeitos de tratamentos médicos. Uma busca pelo termo “covid 19” na base PubMed mostra que, até 15 de dezembro de 2020, foram publicados mais de 82 mil artigos sobre o tema. No entanto, apenas 131 RCTs. Ou seja, apesar da proliferação de estudos sobre a pandemia, pesquisas metodologicamente robustas ainda eram escassas (Shyr *et al.*, 2021).

¹⁹ No original: “a number we routinely live with, and one that changes a country forever”.

Politização dos tratamentos: “quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda, tubaína”²⁰

Em março de 2020, o Ministério da Saúde publicou nota técnica promovendo a cloroquina para tratamento de pacientes com diagnóstico positivo de Covid-19. Nesta nota, o ministério reconhece a ausência de estudos que comprovem os benefícios do tratamento e informa que todos os pacientes devem assinar um termo de consentimento no qual consta que: “não há, até o momento, estudos suficientes para garantir certeza de melhora clínica dos pacientes com Covid-19” (Ministério da Saúde, 2020b). A nota reconhece ainda que o tratamento pode gerar efeitos colaterais, mas afirma que, “em razão da insuficiência de alternativas terapêuticas” e “considerando que... é um tratamento de baixo custo, de fácil acesso e também [que a droga é] facilmente administrada”, seu uso deve ser liberado para médicos dos sistemas público e privado (Ministério da Saúde, 2020b).

Apesar de experimental, o ministério argumentava que o tratamento com CQ/HCQ+AZ inibiria “a replicação de SARS COV, por meio da glicosilação terminal da Enzima Conversora de Angiotensina 2, produzida pelos vasos pulmonares, que pode afetar negativamente a ligação vírus receptor” (Ministério da Saúde, 2020b). Em outras palavras, a cloroquina impediria o vírus de entrar em novas células e se multiplicar. No entanto, pesquisas que agregam resultados de diferentes estudos de impacto do tratamento de pacientes de Covid-19 com CQ/HCQ+AZ reforçam que não há benefícios para a melhora das condições de saúde dos pacientes (Singh et al., 2020). Segundo revisão publicada por Singh et al. (2020), “meta-análises não apresentam benefício para depuração viral, mas um aumento significativo de mortes foi observado com o uso de hidroxicloroquina em pacientes de Covid-19 quando comparado com o grupo de controle”.²¹ RCTs realizados nos EUA (Boulware et al.,

²⁰ Citação de declaração de Bolsonaro (Uribe; Carvalho, 2021).

²¹ No original: “meta-analysis showed no benefit on viral clearance, although a significant increase in death was observed with hydroxychloroquine in patients with Covid-19, compared to the control”.

2020), no Canadá (Skipper *et al.*, 2020) e em Barcelona (Mitjà *et al.*, 2020), apesar de aplicarem métodos distintos, chegaram a resultados semelhantes: não há efeito observável na redução dos sintomas da doença. Até mesmo um dos estudos citados na nota do Ministério da Saúde aponta que, após revisão sistemática de 17 artigos, “a eficácia e a segurança da hidroxicloroquina... em pacientes com Covid-19 é incerta e seu uso de rotina para esta situação não pode [ser] recomendado até que os resultados dos estudos em andamento possam avaliar seus efeitos de modo apropriado” (Riera; Pacheco, 2020, p. 2).

Questionado sobre as incertezas acerca da eficácia da CQ/HCQ e os riscos para pacientes já debilitados pela Covid-19, Bolsonaro repetidamente depositou o ônus da prova científica naqueles que defendem cautela com tratamentos experimentais: “Não é o meu entendimento, porque eu não sou médico. É o entendimento de muitos médicos do Brasil e de outras entidades de outros países que entendem que a cloroquina pode e deve ser usada... apesar de saberem que não tem uma confirmação científica da sua eficácia” (Maia, 2020).

Pasternak e Orsi (2020a) mapearam as controvérsias científicas em torno da cloroquina e apontaram estudo realizado pelo microbiologista Didier Raoult como base para políticas de incentivo ao tratamento. Este estudo apontava que indivíduos tratados com uma combinação de CQ/HCQ+AZ apresentaram melhoras clínicas ou cura virológica após seis dias (Million *et al.*, 2020). No entanto, desde a publicação seus autores foram acusados por parte da comunidade científica de manipular a metodologia (Rosendaal, 2020). Conforme apontam Pasternak e Orsi, este tratamento não tem sequer plausibilidade biológica. Para os autores (2020b):

Nem todos os estudos científicos nascem iguais. O Ministério da Saúde... [se baseia] em evidências fracas, de má qualidade ou inadequadas... [Em] um ambiente de políticas públicas de saúde mais racional e menos conflagrado, as autoridades já teriam reconhecido que a recomendação de CQ/HCQ... tornou-se insustentável frente aos resultados científicos publicados.

De fato, muitos dos céticos em relação aos efeitos da CQ/HCQ afirmam que a busca por tratamentos eficazes é prejudicada pela proliferação de estudos pouco criteriosos e cujos resultados são ilusórios. Como apontam Jones, Woodford e Platt-Mills (2020, p. 1) a maioria dos testes clínicos realizados na busca de tratamentos para a Covid-19 “carecem de características essenciais [no desenho de pesquisa] e o poder necessário para oferecer estimativas acuradas sobre o efeito dos tratamentos”.²² O que é pior, alguns desses testes ainda representam graves riscos para os pacientes. Estudo realizado em Manaus identificou efeitos colaterais severos, e indicou que o uso pouco criterioso poderia levar à morte. Frente a esse resultado, Marcus Lacerda e sua equipe concluíram que seria melhor interromper os testes clínicos (Borba *et al.*, 2020). Contudo, os pesquisadores foram criticados por administrar dosagens muito altas, o que deturparia os resultados. Experimentos posteriores com dosagens menores mostraram que os efeitos colaterais eram realmente menos significativos (Wessel, 2020). Em meio aos questionamentos sobre a qualidade e segurança do estudo clínico, os pesquisadores foram acusados por Eduardo Bolsonaro (2020) de fazer “militância médica de esquerda”, administrando doses altas apenas para “desqualificar a cloroquina”.

Contribuiu para esta controvérsia o fato de que, em maio de 2020, a OMS recomendou a interrupção de tratamentos e pesquisas com cloroquina pautada em um artigo que foi posteriormente retirado da *Lancet* por acusação de fraude. A pesquisa de Mehra *et al.* (2020) afirmava que, após análise de 96 mil pacientes, a cloroquina não apenas não causava melhora clínica, como ainda aumentava o risco de arritmia cardíaca. Os resultados, no entanto, não foram disponibilizados para os revisores e não puderam ser confirmados. O fato de o maior estudo contrário à cloroquina ter se revelado “não científico”, gerou reações por parte dos defensores do governo. Estes acusaram os detratores da cloroquina de “impedir acesso a medicamentos por radicalismo ideológico – e fazer isso em nome da ciência – [configurando] crime contra a humanidade” (Motta, 2020).

²² No original: “*lack essential design features and power necessary to provide accurate treatment effect estimates*”.

As dúvidas lançadas sobre os estudos de Didier Raoult, Marcus Lacerda e Mehra et al, além da falta de pesquisas mais extensas sobre o tema, alimentaram disputas na comunidade médica brasileira e entre associações científicas sobre os riscos e benefícios da cloroquina. Em agosto de 2020, Bolsonaro organizou em Brasília o evento “Brasil vencendo a Covid-19” em que recebeu uma carta assinada por 10 mil médicos em defesa do tratamento com diferentes remédios, incluindo CQ/HCQ. Durante o evento, Bolsonaro declarou: “se a hidroxiclороquina não tivesse sido politizada, muitas mais vidas poderiam ter sido salvas” (Palácio do Planalto, 2020).

Para o presidente, exige-se da cloroquina um nível de rigor científico que não foi cobrado de outros tratamentos implementados em casos de emergência no passado.

Eu sempre ouvia do Mandetta, ‘não tem comprovação científica’. Ora bolas, eu sei que não tem. Como sempre citei na história militar, a guerra na Coreia, a guerra do Pacífico, onde os soldados chegavam feridos e não tinha ninguém mais para doar sangue para ele, e acabaram botando na veia dele água de coco. E deu certo. Se tivesse que esperar uma comprovação científica, o que no futuro podia se ver que muitas vidas poderiam ter sido salvas com água de coco. Aqui a cloroquina é a mesma coisa (Palácio do Planalto, 2020).

A lógica de Bolsonaro reproduz o conteúdo da nota do Ministério da Saúde, publicada em março de 2020, que recomendava o uso compassivo da cloroquina e apenas em casos graves. Ou seja, frente à falta de informações sobre o vírus, à urgência representada pela pandemia e à ausência de opções terapêuticas, valeria a tentativa de tratamento com a droga. O Conselho Federal de Medicina (CFM) corroborou a posição do ministério e decidiu que os médicos devem ter autonomia para prescrever tratamentos a seus pacientes. No entanto, o caráter experimental deve ser destacado, os riscos de efeitos colaterais devem ser mencionados e a anuência do paciente deve ser clara (CFM, 2020). Em contraposição ao CFM, a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) publicou comunicado criticando o uso de CQ/HCQ em casos de Covid-19. Para a SBI (2020), sem evidências científicas sobre

sua eficácia e segurança, “é urgente e necessário que... a hidroxicloroquina seja abandonada”. Diretores de alguns dos principais centros de pesquisas biomédicas do país e a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia também publicaram comunicados recomendando a interrupção do uso da CQ/HCQ (ENSP, 2020; SBPT, 2020). Indo além, a SBPT criticou profissionais da saúde que se valiam das redes sociais para recomendar tratamentos à despeito das recomendações de órgãos técnicos. Segundo a nota, “redes sociais não são textos médicos e, com frequência, transmitem informações infundadas, impulsionadas por interesses obscuros” (SBPT, 2020). Em resposta, a Associação Médica Brasileira (AMB) chancelou o protocolo do Ministério da Saúde e apoiou a postura adotada pelo CFM. A nota da AMB (“Hidroxicloroquina...”, 2020) acusou ainda algumas entidades profissionais de ideologizarem o debate e abandonarem os parâmetros científicos que deveriam pautar sua conduta:

O *derby* político em torno da hidroxicloroquina deixará um legado sombrio para a medicina brasileira... Muitos sairão da pandemia apequenados, principalmente médicos e entidades médicas que escolherem manipular a ciência para usá-la como arma no campo político-partidário.

Através dessa breve descrição das controvérsias em torno da cloroquina, podemos ver que muitos dos argumentos em defesa da droga não estão relacionados a teorias de conspiração nem a trata como “panaceia” ou “bala de prata” capaz de pôr fim à pandemia, como descrevem alguns autores (Mantovani; Caponi, 2020; Pimentel, 2020). Apesar de incertezas sobre seus efeitos terem alimentado críticas a Bolsonaro, cuja defesa do tratamento foi desqualificada como uma “*performance* médica populista” que revelaria o compromisso do presidente com uma “*alt-science*” (Casarões; Magalhães, 2021, p. 197), membros do governo federal assumem que os benefícios da cloroquina não são (ainda) comprovados cientificamente. Ao ponderar que resultados preliminares em testes clínicos sugeriam a eficácia do tratamento e, dada a situação de urgência, configurariam razão

suficiente para investir em estoques de cloroquina, o que Bolsonaro fez foi explorar as controvérsias científicas em curso.²³

Nesta seção, nos valem da descrição de duas disputas em torno de formas de contenção da pandemia para argumentar que diagnósticos que dão conta de um jogo entre razão e ideologia são incapazes de capturar a complexidade do problema. Como pudemos ver, as estratégias discursivas de Bolsonaro e seu entorno também apelam para os modos de justificação próprios da ciência e, fundamentalmente, buscam demonstrar que seus detratores não fazem jus aos postulados de uma ciência que prima pela técnica e pela idoneidade. Dessa forma, a reprodução do ideal de Ciência desinteressada tem servido mais para Bolsonaro contestar a credibilidade da OMS e de cientistas que o desafio do que ao esforço da crítica.

Pela ciência, contra os cientistas? Outro olhar sobre o negacionismo

Na seção anterior demonstramos que o governo Bolsonaro não é marcado por uma recusa cética do valor do conhecimento científico e sua capacidade de aumentar o bem-estar coletivo durante a pandemia. Também não põe em dúvida a competência dos especialistas, em geral, em provar a existência de relações de causalidade que devem informar políticas públicas baseadas em evidências. No entanto, bolsonaristas argumentam que, em muitos momentos, a produção científica é enviesada por motivações políticas. Ao invés de se mostrarem abertos a debater os limites de suas pesquisas e pesarem os custos e benefícios de diferentes formas de supressão

²³ Contudo, não se deve perder de vista que Bolsonaro explora também a temporalidade das controvérsias. A pandemia é um evento *sui generis* e tem sido acompanhada por uma produção científica cuja escala e velocidade são inéditas. Em meio à sucessão de hipóteses e testes realizados com graus diferentes de rigor, conclusões científicas são mais plurais, mas também mais provisórias. Hipóteses de tratamento e de medidas pré-patogênicas que se mostravam plausíveis nos primeiros meses de pandemia, foram descartadas pelo sistema de peritos e não fazem mais parte do consenso científico. Em outras palavras, se algumas das ponderações de Bolsonaro em torno da cloroquina ou do isolamento vertical encontravam, de fato, evidências provisórias para sua sustentação no início de 2020, isso não quer dizer que os argumentos sejam igualmente válidos (ou tenham igual aceitação por seus pares) meses depois.

do contágio, alguns cientistas estariam corrompendo a ciência para manipular a opinião pública e avançar seus interesses políticos ou econômicos.

Desse modo, em que pesem as críticas acerca da popularização da “eu-pistemologia”, mesmo entre os bolsonaristas parte da comunidade científica mantém o papel de produtora e legitimadora de conhecimento especializado. Os discursos de Bolsonaro “acionam elementos próprios de signos científicos, como jalecos, textos acadêmicos publicados em espaços de prestígio e reforço pela titulação de quem produz conteúdo, como uma forma de validar seus argumentos” (Oliveira *et al.*, 2020, p. 104). Como explica Lynch (2020, p. 55), “longe de ser uma oposição à ‘ciência’, [este tipo de estratégia] faz uso seletivo dos emblemas e idiomas da autoridade científica... O problema não é anti-ciência *per se*, mas a substituição do debate nuançado por reivindicações ‘científicas’ muito gerais”.²⁴ Dessa forma, o que está em disputa não é uma dicotomia entre consensos técnicos e puro charlatanismo, mas a produção de representações científicas da Covid-19, formas de mensuração, protocolos de tratamento e metodologias de testes de novas drogas. Ao explorar os meandros da produção de fatos científicos, Bolsonaro nega que já tenhamos chegado a uma “*verdadeira verdade*” sobre a pandemia (Henriques; Vasconcellos, 2020, p. 37) e traz para o escrutínio público o sistema de peritos e modos de validação de conhecimento. Nesse sentido, Bolsonaro mimetiza seus críticos e argumenta que, para se manter como a portadora do saber, a ciência precisa ser resguardada dos cientistas-ideólogos.

Debates sobre as demarcações modernas entre os domínios da política e o espaço da ciência, da técnica e dos fatos precedem em muito preocupações com a “pós-verdade” e o “populismo científico”. Latour (1987), por exemplo, propõe que teorias e cientistas bem-sucedidos – com mais credibilidade científica – não são necessariamente aqueles capazes de entender e descrever o funcionamento do mundo, mas sim os que

²⁴ No original: “far from being an opposition to ‘science,’ makes selective use of emblems and idioms of scientific authority... the problem is not anti-science *per se*, but the collapse of more nuanced debate into over-generalized ‘scientific’ claims”.

somam mais “aliados” às suas redes, traduzindo (forçando, moldando, seduzindo e organizando) o interesse de outros e, assim, se tornando seus representantes. Ciência, nessa perspectiva, é uma ferramenta poderosa de convencimento que, ao agregar práticas de laboratório, dados, vírus, técnicas de visualização e mensuração, políticos e instituições, é capaz de produzir enunciados de difícil contestação (Latour; Woolgar, 1986). Dessa forma, a legitimidade dos diferentes enunciados é aferida por sua capacidade de construir redes no laboratório e fora deste, agregando mais elementos e aumentando a *realidade* dos fatos.

Em sua busca por descrições mais realistas da ciência, Latour propõe observar a rotina dos laboratórios, acompanhando tarefas diárias de coleta e processamento de informações, desenho de gráficos e tabelas e, finalmente, a formulação e comprovação de hipóteses. Quando lemos publicações científicas temos acesso apenas a versões purificadas desse longo caminho. Todo o processo de composição sociotécnica, a forma como o enunciado foi realmente construído, é apagado. Cabe então ao pesquisador reabrir esses processos e explorar os esforços e controvérsias que marcaram a construção dos enunciados. Afinal, a “ciência não fala com uma voz única” (Nature, 2017, p. 134).²⁵

Ao abrir a caixa-preta, não encontramos apenas discussões no laboratório, erros honestos e a acumulação progressiva de evidências que desbancam hipóteses mais antigas em prol de novas formulações. Se dentro dos laboratórios já é possível identificar os determinantes sociais da produção científica, quando observamos o debate público é impossível descartar as redes de aliados que sustentam ou enfraquecem os enunciados em disputa. A construção de hipóteses sobre temas contemporâneos como as causas das mudanças climáticas, os efeitos do uso prolongado de tabaco e formas mais eficazes de conter um contágio não se resumem ao resultado de experimentos. O conhecimento científico acerca desses temas se equilibra necessariamente nas relações instáveis entre aspectos técnicos, políticos, legais, econômicos e morais. Em outras palavras, a credibilidade dos fatos

²⁵ No original: “science does not speak with a single voice”

científicos não decorre nem de descobertas sobre a verdade da natureza, nem simplesmente de discursos ou construções sociais, mas é o resultado contingente de composições sociotécnicas. O conhecimento científico é, portanto, uma realização socio-histórica atravessada por relações de poder, não um dado epistemológico.

A pandemia de Covid-19 é um momento privilegiado para a observação da ciência como um processo de composição. Todos os dias, jornais e as redes sociais discutem novos achados, desbancam hipóteses que pareciam plausíveis, comemoram evidências de artigos recém-publicados e tentam fazer sentido das disputas entre enunciados contraditórios. De fato, “nunca a ciência foi tão evidentemente um processo, mais músculo que osso” (Burdick, 2021).²⁶ Nesse cenário, a construção da credibilidade científica requer a mobilização de enormes contingentes de atores (políticos, jornalistas, cientistas), saberes (epidemiologia, microbiologia, infectologia, sociologia), instrumentos (de coleta de dados, mensuração, visualização) e instituições (OMS, associações científicas, corporações de classe, ministérios). É na conturbada dinâmica de agregação desses múltiplos entes que se constitui a autoridade sobre o fenômeno representado. As controvérsias, as confusões, os erros e as orientações políticas, morais e financeiras da produção científica não são a negação da ciência, mas parte inerente da própria construção do fato científico. Portanto, o que caracteriza a “boa” ciência não é sua pureza de técnicas e princípios, como argumentam Diethelm e McKee (2009) e Oreskes e Conway (2010), mas justamente o oposto.

Assim, não há uma controvérsia política (governo *versus* oposição) que coloniza a produção científica (negacionismo *versus* razão pura), mas um emaranhado de enunciados que se sustentam justamente na composição entre interesses políticos e econômicos, nas diferentes técnicas de mensuração, formas de registro e traduções do vírus. O que vimos nos primeiros meses de pandemia foi que o governo federal mostrou habilidade em navegar pelos múltiplos enunciados em disputa de forma a avançar suas propostas por políticas mais brandas de controle do contágio. Ou seja, o

²⁶ No original: “*never has science been so evidently a process, more muscle than bone*”.

bolsonarismo opera com sucesso nas brechas entre a prática científica do dia a dia e a idealização de uma Ciência desinteressada.

Desse modo, o negacionismo de Bolsonaro é uma espécie de desejo de ser mais científico que a ciência, ao menos em sua forma real (Costa, 2021). Seu fundamentalismo é pela purificação, não pela relativização. Ao identificar os múltiplos condicionantes sociais que povoam os enunciados que sustentam políticas radicais de quarentena e condenam o tratamento com cloroquina, Bolsonaro é capaz de se colocar com o último bastião do desejo modernista de separação entre verdade e política. O negacionismo é, portanto, a busca de produção de uma verdade pura quando as fronteiras entre ciência e sociedade já se mostram por demais porosas (Costa, 2021).

Conclusão

Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder. “Libertemos a pesquisa científica das exigências do capitalismo monopolista”, é talvez um excelente *slogan*, mas não será jamais nada além de um *slogan* (Foucault, 2019, p. 231).

Críticos do governo federal apontam que Bolsonaro seria culpado por disseminar “*fake science*” e que caberia à sociedade resgatar a verdade, pois esta, “mais do que nunca, não pode ser tratada como uma opção. Para o pesadelo dos terraplanistas, precisamos da ciência para salvar vidas, inclusive as deles.” (Lima, 2020). A esses argumentos, contrapomos evidências de que Bolsonaro não constrói sua narrativa necessariamente a partir da negação da ciência. Ao explorar as controvérsias na produção de fatos científicos, o que Bolsonaro faz é questionar as credenciais da OMS e acusar opositores de politizarem pesquisas sobre formas de contenção da pandemia. Em outras palavras, Bolsonaro presta um tributo ainda maior à ciência (Costa, 2021) e condena aqueles que supostamente a deturpam. Tal postura “assimétrica” é característica do jogo de poder epistêmico intrínseco ao debate contemporâneo sobre *fake news* e pós-verdade, no qual política, esoterismo e desrazão são atribuídos sempre ao enunciado do outro.

Esse jogo de poder alimentou diferentes modos de governo da pandemia. Enquanto a oposição apontava para a necessidade da combinação entre políticas de supressão das cadeias de contágio, investimento na expansão das redes de UTI e programas emergenciais de transferência de renda, as estratégias do governo federal configuraram uma antibiopólitica que delegou aos indivíduos a decisão pela exposição ao risco, enquanto buscou preservar uma política fiscal contracionista. Nessa perspectiva, não caberia ao Estado organizar respostas comuns à pandemia e se responsabilizar por práticas de cuidado coletivo, mas apenas indicar bons comportamentos e regular as ações do setor privado (Jones; Hameiri, 2021). Mais que isso, há evidências de que Bolsonaro contribuiu ativamente para a disseminação da Covid-19 em determinados grupos objetivando que o país atingisse rapidamente os supostos patamares da imunidade de rebanho e retornasse à normalidade (Ventura; Reis, 2021). Nesse sentido, o “negacionismo” de Bolsonaro não é uma afronta à Ciência moderna, mas a recusa em considerar os limites extraeconômicos ao crescimento econômico, mesmo que apenas no intervalo de uma quarentena. Semelhante à dinâmica do debate sobre mudanças climáticas, nega-se que a solução da pandemia passe pela suspensão de nosso modo de vida ou pela recuperação do papel do Estado como promotor de políticas públicas de larga escala. Aceita-se políticas de mitigação, correção ou aperfeiçoamento, mas não medidas que coloquem em xeque os pilares atuais do desenvolvimento capitalista (Danowski, 2012).

O desafio, portanto, não é a restauração das velhas hierarquias epistemológicas e estruturas de autoridade que colocavam a ciência acima da política, ou “retraçar as fronteiras entre ciência e política” (Roque, 2021), mas buscar dentro dos imbróglios da produção científica formas de levantar preocupações sociais relevantes. Se a ciência continuar sendo vista como portadora de uma verdade revelada, caberá a cada indivíduo escolher entre narrativas dogmáticas mensuráveis apenas pelas habilidades retóricas daqueles que as anunciam. E é nesse campo que Bolsonaro tem mostrado bom desempenho. Dada a segmentação das esferas de comunicação e a

enorme velocidade de produção de conteúdo nas plataformas digitais, os esforços de gerar contrapontos para enunciados específicos, como a eficácia do isolamento vertical e da cloroquina, são incapazes de acessar grupos bolsonaristas e enfraquecer suas convicções. Iniciativas como as agências de “checagem de fatos” produzem mais enunciados em meio à cacofonia existente e são efetivas como vieses de confirmação para aqueles que já depositam sua confiança na OMS e nos especialistas alavancados pela mídia tradicional, mas têm efeito limitado nos demais (Ball, 2018). Além disso, muitas dessas iniciativas reforçam a divisão elitista entre os “detentores de conhecimento” e o “resto” que está na origem da crise recente da democracia liberal (Marres, 2018).

Nesse sentido, a recuperação da autoridade das instituições tradicionais de produção científica talvez passe por seguir as trilhas de Latour, apostando na explicitação dos múltiplos elementos da mediação que compõem os enunciados de verdade. O fato de as plataformas digitais terem reduzido o custo de produção e disseminação desses enunciados não quer dizer que todos são iguais e que não temos como optar por um em detrimento dos outros. Como vimos, o fato científico pode ser uma produção, mas é uma produção robusta, que articula muitos entes. Para Latour (1987), ao apresentar a ciência como um empreendimento sociotécnico que mobiliza enormes contingentes de saberes e atores, criamos dispositivos sistêmicos de reflexividade crítica e uma melhor capacidade de avaliação dos mecanismos de produção dos diferentes enunciados. Ou seja, ao explicitar o processo de construção de consensos, incluindo controvérsias, erros, testes, limitações históricas, influências do mercado e da política, demonstramos também que nem toda verdade é construída da mesma forma. Qualquer observador que queira se contrapor a um fato científico deve ser capaz de escrutinar os diversos elementos que o compõe (os profissionais, discursos, diagramas, estatísticas, saberes compartilhados). De certa maneira, os enunciados de fatos científicos são porta-vozes de inúmeros elementos conjugados, e é dessa composição que advém sua autoridade. Como Latour (1987, p. 72) nos lembra: “pode ser fácil

duvidar da palavra de uma pessoa. Mas duvidar da palavra de um porta-voz requer um esforço muito mais extenuante, pois agora é uma pessoa... contra uma multidão".²⁷ Contra o negacionismo, precisamos, portanto, de uma ciência que se mostre mais social.

Daniel Edler Duarte é Doutor em Politics and International Studies pela King's College London e pesquisador de pós-doutorado no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

✉ danielledler@usp.br.

Pedro Rolo Benetti é Doutor em Ciência Política e Professor Adjunto no Departamento de Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

✉ pedro.benetti@uerj.br

AGRADECIMENTOS

Agradecemos os comentários recebidos sobre versões preliminares do texto apresentadas no GT "Ciência, tecnologia e sociedade" do 45º encontro nacional da ANPOCS, no seminário da Rede IPS Brasil e no seminário interno do grupo de estudos "Autoritarismo, Discursos e Mídia", constituído no âmbito do departamento de sociologia da USP. Agradecemos ainda as críticas e sugestões enviadas pelos(as) pareceristas e que nos ajudaram a refinar aspectos importantes do argumento. A pesquisa para este artigo foi financiada pela FAPESP (processo 2020/05628-1).

²⁷ No original: "It may be easy to doubt one person's word. Doubting a spokesperson's word requires a much more strenuous effort however because it is now one person... against a crowd".

Referências

1. ABEL, Thomas; MCQUEEN, David. Editorial. The COVID-19 pandemic calls for spatial distancing and social closeness: not for social distancing! *International Journal of Public Health*, v. 65, n. 231, p. 1-1, 2020. <http://doi.org/10.1007/s00038-020-01366-7>
2. ACEMOGLU, Desmond et al. A multi-risk SIR model with optimally targeted lockdown. *Cemmap Working Paper*, CWP14/20, 2020.
3. ALMEIDA FILHO, Naomar. Previsões terraplanistas sobre a Covid-19 no Brasil têm validade? *Abrasco*, 27 abr. 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/especial-coronavirus/previsoes-terraplanistas-sobre-a-covid-19-no-brasil-tem-validade-artigo-de-naomar-de-almeida-filho/47384/>
4. ANDRADE, Rodrigo. Laços em recuperação. *Revista Pesquisa FAPESP*, n. 292, p. 48-51, 2020.
5. ARADAU, Claudia; HUYSMANS, Jef. Assembling credibility: Knowledge, method and critique in times of 'post-truth'. *Security Dialogue*, v. 50, n. 1, p. 40-58, 2019. <https://doi.org/10.1177/0967010618788996>
6. BALDWIN, Richard; DI MAURO, Beatrice (ed.). *Mitigating the COVID economic crisis: act fast and do whatever it takes*. Bruxelas: CEPR, 2020.
7. BALL, James. *Post-truth: how bullshit conquered the world*. Londres: Biteback Publishing, 2018.
8. BOLSONARO cita fala de Nobel de Química para criticar isolamento. *R7*, 30 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-cita-fala-de-nobel-de-quimica-para-criticar-isolamento-30052020>
9. BOLSONARO, Eduardo. *Estudo clínico realizado em Manaus pra desqualificar....* 17 de abril, 2020. Twitter: @BolsonaroSP. Disponível em: <https://twitter.com/bolsonarosp/status/1251132537373630469>
10. BOLSONARO, Jair. *Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão*. Brasília: Presidência da República, 24 mar., 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-em-cadeia-de-radio-e-televisao-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro>
11. BOLSONARO, Jair. *No Reino Unido, o Departamento de Saúde estima....* 9 ago. 2020b. Twitter: @JairBolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1292522930279260160>
12. BORBA, Mayla et al. Effect of high vs low doses of chloroquine diphosphate as adjunctive therapy for patients hospitalized with Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 (SARS-CoV-2) Infection. A Randomized Clinical Trial. *JAMA Network Open*, v. 3, n. 4, e208857, 2020. <http://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2020.8857>
13. BOULWARE, David et al. A randomized trial of hydroxychloroquine as postexposure prophylaxis for Covid-19. *NEJM*, n. 383, p. 517-525, 2020. <http://doi.org/10.1056/NEJMoa2016638>

14. BUCCI, Eugênio. *Existe democracia sem verdade factual?* Cultura política, imprensa e bibliotecas públicas em tempos de *fake news*. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.
15. BURDICK, Alan. The pandemic and the limits of science. *The New York Times*, 16 mar. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/03/16/health/coronavirus-pandemic-lessons.html>
16. CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, p. 209-223, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.013>
17. CARVALHEIRO, José. Os coletivos da Covid-19. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, p. 7-23, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.002>
18. CARVALHO, Daniel; DELLA COLLETTA, Ricardo. Sem apresentar provas, Bolsonaro diz desconfiar do número de vítimas do coronavírus em SP. *Folha de São Paulo*, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/sem-apresentar-provas-bolsonaro-diz-desconfiar-do-numeros-de-vitimas-do-coronavirus-em-sp.shtml>
19. CASARÕES, Guilherme; MAGALHÃES, David. The hydroxychloroquine alliance: how far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug. *Brazilian Journal of Public Administration*, v. 55, n. 1, p. 197-214, 2021. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200556>
20. CECCARELLI, Leah. Manufactured scientific controversy: science, rhetoric, and public debate. *Rhetoric and Public Affairs*, v. 14, n. 2, p. 195-228, 1990. <http://dx.doi.org/10.1353/rap.2010.0222>
21. CESARINO, Letícia. Tratamento precoce: negacionismo ou alt-science? *Blog do Labemus*, 27 jul. 2021. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2021/07/27/tratamento-precoce-negacionismo-ou-alt-science-por-leticia-cesarino/>
22. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA – CFM. *Processo-Consulta CFM Nº 8/2020–Parecer CFM nº 4/2020*. Conselho Federal de Medicina, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/pareceres/BR/2020/4>
23. CHU, Derek et al. Physical distancing, face masks, and eye protection to prevent person-to-person transmission of SARS-CoV-2 and COVID-19: a systematic review and meta-analysis. *The Lancet*, v. 395, n. 10242, p. 1973-1987, 2020. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31142-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31142-9)
24. CORREIA, Sergio; LUK, Stephan; VERNE, Emil. Pandemics Depress the Economy, Public Health Interventions Do Not: Evidence from the 1918 Flu. *SSRN*, 5 jun. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3561560>
25. COSTA, Alyne. Negacionistas são os outros? Verdade, engano e interesse na era da pós-verdade. *Principia*, v. 25, n. 2, p. 305-334, 2021.
26. DA EMPOLI, Giuliano. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2019.
27. DANOWSKI, Deborah. *Negacionismos*. São Paulo: n-1 edições, 2018. (Série “Pandemia” de cordéis).

28. DANOWSKI, Deborah. O hiperrealismo das mudanças climáticas e as várias faces do negacionismo. *Sopro*, n. 70, p. 2-11, 2012.
29. DATAFOLHA: 51% reprovam desempenho de Bolsonaro na pandemia; 21% aprovam. *G1*, 14 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/14/datafolha-51percent-reprovam-desempenho-de-bolsonaro-na-pandemia-21percent-aprovam.ghml>
30. DIETHELM, Pascal; MCKEE, Martin. Denialism: what is it and how should scientists respond? *The European Journal of Public Health*, v. 19, n. 1, p. 2-4, 2009. <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckn139>
31. DUARTE, André; CÉSAR, Maria Rita. Denial of Politics and Denialism as a Policy: pandemic and democracy. *Educação & Realidade*, v. 45, n. 4, e109146, 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-6236109146>
32. DUARTE, Tiago. Ignoring scientific advice during the Covid-19 pandemic: Bolsonaro's actions and discourse. *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*, v. 3, n. 1, p. 288-291, 2020. <https://doi.org/10.1080/25729861.2020.1767492>
33. EM DEBATE, Osmar Terra nega eficácia do isolamento e Mandetta defende estratégia. *G1*, 9 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/09/seculo-21-comecou-com-o-coronavirus-diz-ex-ministro-mandetta.ghml>
34. ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA – ENSP. *Nota sobre o uso da cloroquina/hidroxicloroquina para o tratamento da Covid-19*. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 21 maio 2020. Disponível em: <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/48989>
35. FERGUSON, Neil et al. Report 9: Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID-19 mortality and healthcare demand. *Imperial College COVID-19 Response Team*, 2020. Disponível em: <https://spiral.imperial.ac.uk:8443/bitstream/10044/1/77482/14/2020-03-16-COVID19-Report-9.pdf>
36. FERNANDES, Augusto. Bolsonaro defende isolamento vertical e diz que quer “abrir tudo”. *Correio Braziliense*, 14 maio 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/14/interna politica,854859/bolsonaro-defende-isolamento-vertical-e-diz-que-quer-abrir-tudo.shtml>
37. FONSECA, Elize et al. Political discourse, denialism and leadership failure in Brazil's response to COVID-19. *Global Public Health*, v. 18, n. 8-9, p. 1251-1266, 2021. <https://doi.org/10.1080/17441692.2021.1945123>
38. FOUCAULT, Michel. Sobre a prisão. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. p. 213-233.
39. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.
40. FULLER, Steve. Manufactured scientific consensus: a reply to Ceccarelli. *Rhetoric and Public Affairs*, v. 16, n. 4, p. 753-760, 2013. <https://doi.org/10.14321/rhetpublaffa.16.4.0753>

41. GIUSTI, Serena; Piras, Elisa (ed.). *Democracy and fake news: information manipulation and post-truth politics*. Londres: Routledge, 2021.
42. GUPTA, Anu; MOYER, Cheryl; STERN, David. The economic impact of quarantine: SARS in Toronto as a case study. *Journal of Infection*, v. 50, n. 5, p. 386-393, 2020. <https://doi.org/10.1016%2Fj.jinf.2004.08.006>
43. HALLAL, Pedro. SOS Brazil: science under attack. *The Lancet*, v. 394, n. 10272, p. 373-374, 2020. [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(21\)00141-0](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(21)00141-0)
44. HELLEWELL, Joel et al. Feasibility of controlling COVID-19 outbreaks by isolation of cases and contacts. *Global Health*, v. 8, n. 4, p. 488-496, 2020. [https://doi.org/10.1016/s2214-109x\(20\)30074-7](https://doi.org/10.1016/s2214-109x(20)30074-7)
45. HENRIQUES, Cláudio; VASCONCELOS, Wagner. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, p. 25-44, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.003>
46. HIDROXICLOROQUINA: AMB defende autonomia do médico. *Associação Médica Brasileira*, 19 jul. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.amb.org.br/hidroxycloquina-amb-defende-autonomia-do-medico/>
47. HOLMAN, Bennett. STS, Post-truth, and the Rediscovery of Bullshit. *Engaging Science, Technology, and Society*, v. 6, p. 370-390, 2020. <https://doi.org/10.17351/ests2020.265>
48. HONE, Thomas et al. Effect of economic recession and impact of health and social protection expenditures on adult mortality: a longitudinal analysis of 5565 Brazilian municipalities. *The Lancet Global Health*, v. 7, n. 11, p. 1575-1583, 2019. [https://doi.org/10.1016/s2214-109x\(19\)30409-7](https://doi.org/10.1016/s2214-109x(19)30409-7)
49. IOANNIDIS, John. A fiasco in the making? As the coronavirus pandemic takes hold, we are making decisions without reliable data. *Stat*, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://www.statnews.com/2020/03/17/a-fiasco-in-the-making-as-the-coronavirus-pandemic-takes-hold-we-are-making-decisions-without-reliable-data/>
50. IOANNIDIS, John. The infection fatality rate of COVID-19 inferred from seroprevalence data. *Bulletin World Health Organization*, v. 99, n. 1, p. 19-33F, 2021. <https://doi.org/10.2471/blt.20.265892>
51. JONES, Christopher; WOODFORD, Ashley; PLATTS-MILLS, Timothy. Characteristics of COVID-19 clinical trials registered with Clinical Trials. gov: cross-sectional analysis. *BMJ Open*, v. 10, e041276, 2020. <http://dx.doi.org/10.1136/bmjopen-2020-041276>
52. JONES, Lee; HAMEIRI, Shahr. COVID-19 and the failure of the neoliberal regulatory state. *Review of International Political Economy*, p. 1-26, 2021. <https://doi.org/10.1080/09692290.2021.1892798>
53. KALIL, Isabela et al. Politics of fear in Brazil: Far-right conspiracy theories on COVID-19. *Global Discourse*, v. 11, n. 3, p. 409-425, 2021.

54. KOERTH, Maggie; BRONNER, Laura; MITHANI, Jasmine. Why it's so freaking hard to make a good Covid-19 model. *FiveThirtyEight*, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://fivethirtyeight.com/features/why-its-so-freaking-hard-to-make-a-good-covid-19-model/>
55. LATOUR, Bruno. *We have never been modern*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
56. LATOUR, Bruno. *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.
57. LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *Laboratory Life: The Construction of Scientific Facts*. Princeton: Princeton University Press, 1986.
58. LEVITT, Michael; SCAIEWICZ, Andrea; ZONTA, Francesco. Predicting the Trajectory of Any Covid-19 Epidemic From the Best Straight Line. *medRxiv* [pre-print], 30 de junho, 2020. <https://doi.org/10.1101/2020.06.26.20140814>
59. LIMA, Flavia. "Fake science" ou fantasia do real. *Folha de São Paulo*, 15 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2020/03/fake-science-ou-fantasia-do-real.shtml>
60. LYNCH, Michael. We have never been anti-science: reflections on science wars and post-truth. *Engaging Science, Technology, and Society*, v. 6, p. 49-57, 2020. <https://doi.org/10.17351/ests2020.309>
61. MAIA, Gustavo. Bolsonaro diz que vai discutir com Teich protocolo do uso da cloroquina contra Covid-19. *O Globo*, 13 mai. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-vai-discutir-com-teich-protocolo-do-uso-da-cloroquina-contr-covid-19-1-24424494>
62. MANTOVANI, Rafael; CAPONI, Sandra. As pestes na história: contágio desigual entre classes, sofrimento, balas de prata e messias. *Dilemas*, n. 87, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-87>
63. MARRES, Noortje. Why we can't have our facts back. *Engaging Science, Technology, and Society*, v. 4, p. 423-443, 2018. <https://doi.org/10.17351/ests2018.188>
64. MAZUI, Guilherme. Bolsonaro volta a falar em "histeria" e diz que ações de governadores sobre isolamento prejudicam a economia. *G1*, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/17/bolsonaro-volta-a-falar-em-histeria-e-diz-que-aco-es-de-governadores-sobre-isolamento-prejudicam-a-economia.ghtml>
65. MCKEIGUE, Paul; COLHOUN, Helen. Evaluation of "stratify and shield" as a policy option for ending the COVID-19 lockdown in the UK. *medRxiv*, pre-print, 30 abr. 2020. <https://doi.org/10.1101/2020.04.25.20079913>
66. MEDE, Niels; SCHÄFER, Mike. Science-Related Populism: Conceptualizing Populist Demands Toward Science. *Public Understanding of Science*, v. 29, n. 5, p. 473-491, 2020. <https://doi.org/10.1177/0963662520924259>
67. MEHRA, Mandeep *et al.* RETRACTED: Hydroxychloroquine or chloroquine with or without a macrolide for treatment of COVID-19: a multinational registry analysis. *The Lancet*, 2020. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31180-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31180-6)

68. MELLO, Patrícia C. *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
69. MERTON, Robert. The normative structure of science. In: STORER, N. (org.). *The Sociology of Science: theoretical and empirical investigations*. Chicago: The University of Chicago Press, 1973. p. 267-278.
70. MEUNIER, Thomas. Full lockdown policies in Western Europe countries have no evident impacts on the COVID-19 epidemic. *medRxiv*, pre-print, 2020. <https://doi.org/10.1101/2020.04.24.20078717>
71. MILLION, Matthieu et al. Early treatment of COVID-19 patients with hydroxychloroquine and azithromycin: a retrospective analysis of 1061 cases in Marseille, France. *Travel Medicine and Infectious Disease*, v. 35, n. 101738, p. 1-9, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.tmaid.2020.101738>
72. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Boletim Epidemiológico*, n. 7. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2020a. Disponível em: <https://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/06/2020-04-06---BE7---Boletim-Especial-do-COE---Atualizacao-da-Avaliacao-de-Risco.pdf>
73. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Nota Informativa Nº 5/2020-DAF/SCTIE/MS*. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, 27 de março, 2020b. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Nota-Informativa_05-2020_DAF_SCTIE_Cloroquina.pdf.pdf (acessado em 4 de junho de 2021)
74. MITJÀ, Oriol et al. Hydroxychloroquine for early treatment of adults with mild Coronavirus Disease 2019: a randomized, controlled trial. *Clinical Infectious Diseases*, ciaa1009, 2020. <https://doi.org/10.1093/cid/ciaa1009>
75. MOTTA, Roberto. URGENTE: A revista científica *The Lancet* RETIRA DE... 4 jun. 2020. Twitter: @rmotta2. Disponível em: <https://twitter.com/rmotta2/status/1268635602536271872>
76. MUDDE, Cas. Populism: an ideational approach. In: ROVIRA KALTWASSER, C. et al. (ed.). *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 27-47.
77. MUGGAH, Robert; LAGO, Miguel. Os custos do populismo pandêmico. *Open Democracy*, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/pt/custos-do-populismo-pandemico-brasil/>
78. NATURE. Beware the anti-science label. *Nature*, n. 545, p. 133-134, 2017. <https://doi.org/10.1038/545133b>
79. OLIVEIRA, Thaiane. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, v. 22, n. 1, p. 21-35, 2020. <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.03>
80. OLIVEIRA, Thaiane; EVANGELISTA, Simone; ALVES, Marcelo; QUINAN, Rodrigo. “Those on the Right Take Chloroquine”: The Illiberal Instrumentalisation of Scientific Debates during the COVID-19 Pandemic in Brazil. *Javnost – The Public*, v. 28, n. 2, p. 165-184, 2021. <https://doi.org/10.1080/13183222.2021.1921521>

81. OLIVEIRA, Thaiane; QUINAN, Rodrigo; TOTH, Janderson. Antivacina, fosfoetanolamina e Mineral Miracle Solution (MMS): mapeamento de fake sciences ligadas à saúde no Facebook. *RECIIS*, v. 14, n. 1, p. 90-111, 2020. <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i1.1988>
82. ORGANIZAÇÃO MUNIDAL DA SAÚDE – OMS. Novel Coronavirus (2019-nCoV). Situation report 11. OMS, 31 jan. 2020. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200131-sitrep-11-ncov.pdf?sfvrsn=de7c0f7_4
83. ORESKES, Naomi; CONWAY, Erik. *Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming*. Nova York: Bloomsbury Press, 2010.
84. PACHTER, Lior. The lethal nonsense of Michael Levitt. *Bits of DNA*, 21 set. 2020. Disponível em: <https://liorpachter.wordpress.com/2020/09/21/the-lethal-nonsense-of-michael-levitt/>
85. PALÁCIO DO PLANALTO. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante o Encontro Brasil Vencendo a Covid-19. *Palácio do Planalto*, 24 ago. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-o-encontro-brasil-vencendo-a-covid-19-palacio-do-planalto>
86. PARISER, Eli. *The filter bubble: how the new personalized web is changing what we read and how we think*. Londres: Penguin, 2011.
87. PASTERNAK, Natalia; ORSI, Carlos. Novos estudos demolem base biológica do uso de HCQ na COVID-19. *Questão de Ciência*, 22 jul. 2020a. Disponível em: <https://www.revistaquestaodeciencia.com.br/artigo/2020/07/22/novos-estudos-demolem-base-biologica-do-uso-de-hcq-na-covid-19>
88. PASTERNAK, Natalia; ORSI, Carlos. É hora de fechar de vez o circo da cloroquina. *Questão de Ciência*, 18 jul. 2020b. Disponível em: <https://www.revistaquestaodeciencia.com.br/artigo/2020/07/18/e-hora-de-fechar-de-vez-o-circo-da-cloroquina>
89. PEREZ OLIVEIRA, Rodrigo. O negacionismo científico olavista: a radicalização de um certo regime epistemológico. In: KLEM, B.; PEREIRA, M.; ARAÚJO, V. (org.). *Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro*. Vitória: Milfontes, 2020. p. 81-100.
90. PIMENTEL, Ana. Efeitos colaterais: As controvérsias relacionadas com a circulação da cloroquina no Brasil. *Dilemas*, n. 67, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-67>
91. PONTES, Mauro; LIMA, Julio. Brazil's COVID-19 response. *The Lancet*, v. 396, n. 10254, p. 1, 2020. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31919-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31919-X)
92. RIERA, Rachel; PACHECO, Rafael. Hidroxicloroquina e Cloroquina para Infecção por Covid-19. *Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde do Hospital Sírio-Libanês*, 20 mar. 2020. Disponível em: https://oxfordbrazilebm.com/wp-content/uploads/2020/03/RS_rapida_hidroxi_cloroquina_COVID19.pdf

93. ROQUE, Tatiana. A queda dos experts. *Revista Piauí*, n. 176, 2021 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/queda-dos-experts/>
94. ROSENDAAL, Frits. Review of: "Hydroxychloroquine and azithromycin as a treatment of COVID-19: results of an open-label non-randomized clinical trial", Gautret *et al.* 2010, DOI:10.1016/j.ijantimicag.2020.105949. *International Journal of Antimicrobial Agents*, v. 56, n. 1, p. 106063, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.ijantimicag.2020.106063>
95. RUEDIGER, Marco Aurélio. (Coord.). *(Pseudo) ciência e esfera pública: reivindicações científicas sobre Covid-19 no Twitter*. Policy paper. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2021.
96. SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFECTOLOGIA – SBI. Informe n. 16 da Sociedade Brasileira de Infectologia Sobre: Atualização Sobre a Hidroxicloroquina no Tratamento Precoce da Covid-19. *SBI*, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://infectologia.org.br/wp-content/uploads/2020/07/atualizacao-sobre-a-hidroxicloroquina-no-tratamento-precoce-da-covid-19.pdf>
97. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA – SBPT. Posicionamento da SBPT acerca da profilaxia e tratamento da COVID-19. *Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia*, 29 jun. 2020. Disponível em: <https://sbpt.org.br/portal/sbpt-profilaxia-tratamento-covid-19/>
98. SCHUCH, Matheus. Bolsonaro volta a criticar OMS e diz que entidade "não acerta nada". *Valor Econômico*, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/06/18/bolsonaro-volta-a-criticar-oms-e-diz-que-entidade-nao-acerta-nada.ghtml>
99. SHYR, Yu; BERRY, Lynnie; HSU, Chih-Yuan. Scientific Rigor in the Age of COVID-19. *JAMA Oncology*, v. 7, n. 2, p. 171-172. 2021. <http://doi.org/10.1001/jamaoncol.2020.6639>
100. SINGH, Awadhesh *et al.* Hydroxychloroquine in patients with COVID-19: A Systematic Review and meta-analysis. *Diabetes & Metabolic Syndrome: Clinical Research & Reviews*, v. 14, n. 4, p. 589-596, 2020. <https://doi.org/10.1016%2Fj.dsx.2020.05.017>
101. SKIPPER, Caleb *et al.* Hydroxychloroquine in Nonhospitalized Adults With Early COVID-19. A Randomized Trial. *Annals of Internal Medicine*, v. 173, n. 8, p. 623-632, 2020. <https://doi.org/10.7326/m20-4207>
102. SMITH, George; SPIEGELHALTER, David. Shielding from covid-19 should be stratified by risk. *BMJ*, n. 369, p. 1-2, 2020. <https://doi.org/10.1136/bmj.m2063>
103. TERRA, Osmar. O desabafo de Levitt. *Facebook*, 13 ago. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=740955556690591>
104. THE LANCET. Editorial - COVID-19 in Brazil: "So what?". *The Lancet*, v. 395, n. 10235, p. 1461. 2020. [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(20\)31095-3](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(20)31095-3)
105. URIBE, Gustavo; CARVALHO, Daniel. Quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda, Tubaína, diz Bolsonaro. *Folha de São Paulo*, 19 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/bolsonaro-diz-que-novo-protocolo-sobre-cloroquina-sera-assinado-nesta-quarta-feira.shtml>

106. VAN ZOONEN, Liesbet. I-Pistemology: Changing truth claims in popular and political culture. *European Journal of Communication*, v. 27, n. 1, p. 56–67, 2012. <https://doi.org/10.1177%2F0267323112438808>
107. VANDERWEELE, Tyler. Challenges Estimating Total Lives Lost in COVID-19 Decisions Consideration of Mortality Related to Unemployment, Social Isolation, and Depression. *JAMA*, v. 324, n. 5, p. 445-446, 2020. <http://doi.org/10.1001/jama.2020.12187>
108. SILVA, Jameson; VENTURA, Deisy. Between Science and populism: the Brazilian response to COVID-19 from the perspective of the legal determinants of Global Health. *Brazilian Journal of International Law*, v. 17, n. 2, p. 67-84, 2020. <https://doi.org/10.5102/rdi.v17i2.6687>
109. VENTURA, Deisy; REIS, Rossana. An unprecedented attack on human rights in Brazil: the timeline of the federal government's strategy to spread COVID-19. *Bulletin Rights in the Pandemic*, n. 10, 2021.
110. WALKER, Patrick *et al.* The impact of COVID-19 and strategies for mitigation and suppression in low- and middle-income countries. *Science*, v. 369, n. 6502, p. 413-322, 2020. <https://doi.org/10.1126/science.abc0035>
111. WESSEL, Lindzi. "It's a nightmare." How Brazilian scientists became ensnared in chloroquine politics. *Science*, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://www.sciencemag.org/news/2020/06/it-s-nightmare-how-brazilian-scientists-became-ensnared-chloroquine-politics>
112. WILDER-SMITH, Annelies; FREEDMAN, David. Isolation, quarantine, social distancing and community containment: pivotal role for old-style public health measures in the novel coronavirus (2019-nCoV) outbreak. *Journal of Travel Medicine*, v. 27, n. 2, p. 1-4, 2020. <https://doi.org/10.1093/jtm/taaa020>
113. YLÄ-ANTTILA, Tuukka. Populist knowledge: "Post-truth" repertoires of contesting epistemic authorities. *European Journal of Cultural and Political Sociology*, v. 5, n. 4, p. 356-388, 2018.
114. WEINEL, Martin. Recognizing counterfeit scientific controversies in science policy contexts: a criteria-based approach. In: CAUDILL, D. *et al.* (org.). *The third wave in science and technology studies: future research directions on expertise and experience*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019. p. 53-70.
115. ZUBOFF, Shoshana. The coup we are not talking about. *The New York Times*, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/01/29/opinion/sunday/facebook-surveillance-society-technology.html>

Recebido: 26 nov. 2021

Aceito: 8 jul. 2022

<http://doi.org/10.1590/18070337-117000>

Os trabalhadores em meio à Covid-19 no Brasil: flexibilidade, precariedade, e a mobilização internacional

Iuri Tonelo* 

Leonardo Mello e Silva** 

Ricardo Framil Filho** 

Resumo

O artigo trata dos trabalhadores de entrega em plataformas digitais no Brasil sobre o pano de fundo da pandemia da Covid-19 iniciada em 2020. Argumenta-se que a crise pandêmica exacerbou tendências recentes na organização do trabalho e propõe-se um quadro interpretativo que enfatiza as transformações em curso nas esferas da produção e da regulação trabalhista, com ênfase para as relações de emprego e trabalho nas plataformas digitais que operam sob a lógica do “trabalho sob demanda”. Dessa perspectiva, são apresentados os resultados de pesquisa conduzida com entregadores em diferentes estados do país durante paralisação nacional da categoria, em julho de 2020, o que permitiu traçar um perfil dos trabalhadores no setor. Finalmente, são discutidas as formas de organização coletiva emergentes entre esses trabalhadores, em particular articulações internacionais estabelecidas por fora das estruturas tradicionais de representação sindical.

Palavras-chave: trabalho, plataformas digitais, Covid-19, precarização, uberização.

* Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

** Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Workers amid Covid-19 in Brazil: flexibility, precarious work and international mobilization

Abstract

The article deals with delivery workers on digital platforms in Brazil against the backdrop of the Covid-19 pandemic that started in 2020. We argue that the pandemic crisis has exacerbated recent trends in work organization and propose an interpretive framework that emphasizes the ongoing transformations in the spheres of production and labor regulation, with an emphasis on employment and labor relations in digital platforms operating under the logic of “work on demand”. From this perspective, we present the results of a survey conducted with delivery workers in different states of the country during the national strike of the category, in July 2020, which allows us to draw a profile of workers in the sector. Finally, we discuss emerging forms of collective organization among these workers, in particular international articulations established outside the traditional structures of trade union representation.

Keywords: labor, digital platforms, Covid-19, precarious work, uberization.

Introdução

Muito embora este seja um processo ainda em pleno desenvolvimento e cujas consequências de longo prazo só poderão ser avaliadas de forma definitiva com maior distanciamento histórico, parece seguro afirmar que o surgimento da Covid-19, enfermidade que se difundiu como surto global por meio da disseminação do novo coronavírus (ou Sars-Cov-2) durante o primeiro semestre de 2020, será no futuro visto como um dos mais importantes acontecimentos das primeiras décadas do século XXI, tendo provocado deslocamentos econômicos, políticos e sociais de relevo por todo o mundo. De fato, certos comentadores já tratam a pandemia como um “acontecimento de época”, isto é, como um evento capaz de acelerar de tal forma a ruptura com arranjos previamente estabelecidos que marca a transição irreversível para um novo período. Como apontaram Smith e Fallon (2020, p. 237), dessa perspectiva, a pandemia da Covid-19

pode ser comparada aos “momentos críticos ou pontos de inflexão que rompem com o *status quo*, resultando em novas realidades uma vez que a poeira assente”.¹

Por outro lado, analistas diversos têm argumentado que as desigualdades e violências que emergiram em meio à pandemia não foram um raio em céu azul; na realidade, elas expressam tensões profundamente enraizadas nas sociedades contemporâneas (Lauda-Rodriguez *et al.*, 2020; Carlos, 2020). Nessa linha, Cook *et al.* (2020) foram precisos ao considerar que a crise corrente demonstrou a centralidade continuada do trabalho no mundo contemporâneo. Segundo os autores, o contexto oferece à sociologia do trabalho e áreas correlatas a oportunidade para “estabilizar e expandir os campos de visão existentes”, reconsiderando ou revisitando pressupostos estabelecidos à luz dos deslocamentos em curso.

Neste artigo, exploramos as questões em tela com base no estudo de um caso cujas características têm despertado interesse significativo em anos recentes e cuja relevância foi reforçada pela crise – os trabalhadores empregados por plataformas digitais (em geral, na forma de aplicativos de celular) vinculadas a grandes empresas de entrega de refeições, trabalhadores considerados “essenciais” e que não puderam se afastar do trabalho durante a pandemia. Para isso, utilizamos dados obtidos por meio de questionário aplicado a 253 entregadores em julho de 2020 pelo Observatório da Precarização do Trabalho e a Reestruturação Produtiva. A pesquisa foi realizada em meio à paralisação da categoria, a qual esteve articulada com protestos semelhantes em outros países. Recorremos, adicionalmente, a evidências obtidas por meio da observação e interação com trabalhadores engajados nesse movimento, além de documentos ligados às iniciativas de organização coletiva da categoria.

¹ Os autores tratam da política internacional. Argumento parecido pode ser encontrado, para citar alguns exemplos ilustrativos, nos estudos sobre a educação (Gurukkal, 2020), no debate sobre o futuro da automação do trabalho por meio da Inteligência Artificial (Coombs, 2020), na reflexão sobre as relações entre a sociedade humana e o meio-ambiente (Silva; Arbilla, 2020) etc. Visões mais abrangentes, de caráter generalizante e com tom crítico, podem ser encontradas em Santos (2020) e Agamben *et al.* (2020), entre outros.

Sem perder de foco o caso dos entregadores, o argumento de fundo é que lidamos com uma crise multidimensional que, atravessada por divisões e hierarquias diversas, não pode ser compreendida sem que se tenha em vista as forças globais que a alimentam. Nesse sentido, as seções a seguir analisam, respectivamente, as relações de emprego e a organização do trabalho nas plataformas digitais, com ênfase à lógica do chamado “trabalho sob demanda”, que se sugere como paradigma geral de regulação do trabalho em meio à pandemia. Em seguida, demonstra-se que essa lógica tem afinidade com reformas trabalhistas aprovadas no Brasil nos últimos anos e que, ademais, tem se afirmado de forma explícita em propostas legislativas e governamentais apresentadas durante a pandemia. Estabelecidos os contextos econômico-produtivo e institucional do caso investigado, o artigo passa à análise dos dados obtidos e à caracterização da categoria dos entregadores ou motofretistas em aplicativos e plataformas digitais, em particular no que diz respeito às suas experiências em relação ao trabalho e ao emprego. Isso abre o caminho para que, na seção seguinte, sejam feitas considerações sobre a paralisação internacional dos entregadores, realizada em julho de 2020. Busca-se, por esse caminho e em referência ao caso dos entregadores, a articulação entre três principais dimensões: a experiência do trabalho em meio a transformações estruturais de vulto; os enquadramentos do trabalho e da proteção social nesse contexto; o surgimento de novas formas de ação sindical e trabalhista entendidas de forma ampla. Finalmente, a conclusão retoma elementos apresentados durante a exposição e sintetiza as descobertas da pesquisa.

O trabalho e o emprego nas plataformas digitais

Há evidências de que a pandemia da Covid-19 funcionou como uma espécie de laboratório de experimentação para o mundo do trabalho. Robinson (2020) argumentou que as transformações costumeiramente associadas à globalização foram aceleradas pela pandemia do novo coronavírus, o que teria colocado em movimento uma nova rodada de

reestruturação produtiva, sugerindo a emergência de um marco capitalista pós-pandêmico baseado em uma avançada digitalização da sociedade e economia globais. Um componente importante desse processo é o chamado capitalismo de plataforma, fenômeno fortemente relacionado ao uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs), destacadamente por plataformas digitais que intermedeiam relações comerciais, de prestação de serviços e de contratação de trabalhadores.

A expressão “capitalismo de plataforma” é empregada para se contrapor às versões mais apologéticas do modelo, cujas variações mais conhecidas são: economia-compartilhada, parceria, empreendedorismo e economia colaborativa. Outras denominações incluem ainda: *digital economy* e *gig economy* (De Stefano, 2016; Kalil, 2019). Há nuances entre elas, mas explorá-las com o devido pormenor e de forma exaustiva afastaria dos propósitos mais diretos deste artigo. Segundo Tom Slee (2017), o termo “economia de compartilhamento” (*sharing economy*) foi cunhado em 2011, mas seu uso se intensifica e começa a ganhar eco no *mainstream* a partir de 2013-14, período imediatamente posterior à grande recessão internacional de 2008. Desde cedo, o fenômeno foi associado às noções de “sustentabilidade” e de novas práticas de consumo, com base na sugestão de que o compartilhamento de produtos e serviços em plataformas digitais permitiria reduzir custos e evitar desperdícios.

Muito embora essas ideias continuem em voga, os discursos corporativos se mostraram vulneráveis no que toca à questão o trabalho. Nesse ponto, o termo “uberização” (Abílio, 2020, 2017; Antunes, 2018), referência à marca-símbolo desse processo, a companhia norte-americana *Uber Technologies*, mas associado ao capitalismo de plataforma em geral (Srnicsek, 2017), assumiu sentido eminentemente crítico a suas relações laborais, tendo em vista os esforços das empresas para distanciar as tarefas realizadas sob sua guarida tanto de um enquadramento trabalhista (tratando os usuários como “parceiros” ou “empreendedores”) quanto de uma atividade propriamente econômica (o serviço de transporte de passageiros podendo ser tratado como simples “carona”, por exemplo). Na prática, porém, é difícil esconder

que empresas como a Lift, nos Estados Unidos, e em seguida a própria Uber, internacionalmente, encontraram uma maneira de burlar a legislação trabalhista para criar negócios que disfarçam uma forte exploração laboral como economia de compartilhamento.

Ainda que o capitalismo de plataforma não seja uma ruptura com a relação capital-trabalho típica do capitalismo, ele introduz novidades, às quais faz-se mister dedicar uma atenção mais detida. As plataformas funcionam como um centro irradiador de externalizações (redes de clientes e fornecedores), operando como intermediadores entre os consumidores finais e os produtores, mas podem também organizar o processo de produção de bens e serviços e contratar trabalhadores (em geral, com vínculos instáveis e remuneração por hora).

No exemplo da empresa Uber, a plataforma funciona como intermediadora entre os usuários de transportes e os motoristas, fornecendo o instrumento de alocação de encontros – o aplicativo conectado aos telefones celulares, tanto dos motoristas quanto dos passageiros. Nesse caso, o elemento operatório (o trabalho) está vinculado a um contrato que prevê a realização não de tarefas repetitivas por determinado período (como no taylorismo), mas sim aleatórias, de acordo com a demanda. Há, aqui, afinidade evidente com recentes legislações trabalhistas que incorporam a lógica de um “contrato” que define um trabalho de caráter aleatório e eventual, vinculando a remuneração não a uma jornada (onde muitas tarefas – semelhantes ou diferentes – podem ser realizadas numa unidade de tempo), mas diretamente à tarefa realizada (uma corrida em determinado tempo).

Nesse sistema de produção de serviços (no caso da Uber, os transportes; no caso dos aplicativos de entregadores de refeições, as entregas por meio de *delivery*), a visão tradicional de uma relação de emprego parece se esfumar, já que não faria sentido a manutenção de uma posição ocupacional para a qual não haveria correspondência entre a prestação de um serviço fixo que se repete no tempo e o contratante desse serviço. Na esfera laboral, assim, essas tecnologias introduzem um componente de normalização do

trabalho precarizado e intermitente, que antes era “atípico” (a informalidade, o vínculo sem reconhecimento de uma relação de emprego via carteira de trabalho) e agora pode se tornar “típico”. Há um debate internacional dentro do universo jurídico sobre as relações de trabalho no modelo Uber: a questão gira exatamente em torno do reconhecimento do vínculo trabalhista entre empresa (a plataforma) e seus trabalhadores, e o seu camuflar sob o termo “empreendedorismo” ou “prestação de serviços”.

Esse caráter aparentemente não-mediado por instituições (sindicatos, associações patronais, convenções coletivas, leis trabalhistas, e sequer pelo contrato de trabalho tal como tradicionalmente compreendido) torna o modelo do trabalho por plataforma sedutor para o tipo de empresa que busca se desvencilhar dos custos fixos e enxugar todas as fontes de deseconomias, isto é, os direitos trabalhistas e a massa salarial tidas como inflexíveis. Nesse sentido, a suposta independência do trabalhador por-conta-própria é a mais completa dependência em relação aos gostos e preferências de um mercado que, sob o verniz de uma simples intermediação mercantil, passa a ser submetido a uma administração de novo tipo – aquela operada pelos algoritmos, controlados pelas empresas, que intermedeiam os contatos e a concorrência nas plataformas (no caso em vista, o encontro do motofretista com o seu pedido e com o destino, mas também do cliente com o produto comprado e assim por diante), algoritmos cuja opacidade dificulta a supervisão democrática.

Como se sabe, as plataformas digitais não inauguraram as estratégias de externalização nas quais persiste um “forte controle dos processos produtivos”, tendência há muito identificada nas redes globais de produção (Yeung; Coe, 2015, p. 47). Não obstante, elas aprofundam e radicalizam essas tendências. Um exemplo disso é a terceirização, componente absolutamente essencial desse modo de organização do trabalho, uma vez que ele se sustenta em um modelo em que as subcontratações arcam com o ajuste das variações dos negócios: a força de trabalho funciona como *buffer*, no sentido de que se lança mão dela apenas no momento necessário (sem arcar com os custos de contratação, manutenção e tributação). Entrar no

jogo da plataforma digital implica aceitar uma disponibilidade absoluta da força de trabalho: ser demandado a qualquer hora e a qualquer lugar. As TICs viabilizam esse estado de atenção e prontidão permanentes, o que fornece uma percepção particular do tempo: a jornada não é mais regulada pelo relógio, nem pelo cronômetro, mas pela “escolha” do trabalhador.

No entanto, se a forma de contratação é atípica, isso não significa a ausência de controle sobre o trabalho. O aplicativo opera por meio de algoritmos que ditam o ritmo, por exemplo, do motofretista ou entregador (Mazzotti, 2017). Esse é o elemento novo, automático, que deve ser acrescentado ao modelo conhecido oriundo do universo industrial. Nisso, é relevante a participação do próprio cliente, por meio da atribuição de “pontos” (ranqueamento) atribuídos ao trabalho do entregador. Com isso, ela exerce uma enorme pressão no ritmo de trabalho, comprimindo o tempo entre uma entrega e outra, exigindo velocidade, prontidão e afabilidade, ou seja, riscos: risco de acidente, mas também de não estar à altura da “cordialidade” esperada pelo cliente. O julgamento do destinatário do serviço conta. Acontece, aqui, algo que pode ser comparado à “gestão” participativa presente nos círculos de qualidade, grupos de expressão, células de produção e trabalho em grupo em geral do mundo industrial e manufatureiro, na qual qualquer pretensão de envolvimento real é confrontada com o constrangimento de metas e *performance* exigidas pela empresa (Aguiar, 2017; Lapa, 2014; Durand, 2003). Desse modo, em uma relação de trabalho atravessada por forte competição por metas e por prêmios, a apartação do trabalhador improdutivo pode significar uma sentença de morte laboral, da mesma forma que o cancelamento por parte do cliente, no caso dos entregadores de mercadorias. Se, no caso da indústria, o envolvimento do trabalhador podia ainda estar associado à qualidade do produto, no caso do serviço de entrega o único critério de julgamento do trabalho é o arbítrio do consumidor, além das exigências de cumprimento dos pedidos no tempo certo. Sumariamente, a forma atípica da relação contratual reforça a lógica do controle do trabalho.

Além disso, as plataformas permitem uma análise das *performances*, instrumento de avaliação que pode ser utilizado como forma de pressionar a força de trabalho no sentido de sua disciplinarização e conformidade à ordem de produção. Também nesse quesito as semelhanças com a organização fabril pós-reestruturação produtiva são notáveis, no que se refere aos seus efeitos de controle – o pavor de ter o nome “sujo” e, com isso, entrar em uma lista de indesejáveis.² A avaliação pelos pares, procedimento comum no trabalho dito em grupo da manufatura celular, reaparece em um formato mais cerrado e difuso, pois a não-conformidade (termo técnico empregado nas fábricas organizadas segundo os preceitos da filosofia da “qualidade”) agora se situa não apenas dentro da relação de trabalho, mas também *fora* dela (o consumidor do produto – no caso, um serviço – também julga).

No caso das plataformas digitais, existe um forte esquema de controle das *performances*, que é utilizado não só para orientar as demissões, mas também para oferecer benefícios mínimos para quem é “disciplinado” no aplicativo – por exemplo, pedidos considerados melhores pelos entregadores – em detrimento de quem não trabalha todos os dias ou é mais irregular, sendo que nesse último caso pode-se chegar à exclusão dos “improdutivos”. Punições indicam que o momento da decisão fatal pode estar se aproximando: relatos incluem ficar dois dias sem entrega, para no dia seguinte ser “premiado” com o pedido de entrega de vinte garrafas de dois litros de Coca-Cola em uma bicicleta (depoimento de um entregador, São Paulo, 1/07/2020). Mesmo com um mercado de trabalho pró-empregador (abundância da oferta de trabalho), é notável como isso não torna desnecessário um supercontrole do processo,

² O pavor de ter o nome sujo é a situação que ocorre em fábricas onde a performance é exibida num painel “público” dentro da seção para que todos possam ver e “julgar” por si mesmos qual é a posição relativa de cada trabalhador em relação ao seu colega, quando se trata de alcançar metas ou objetivos de produção (Mello e Silva, 2004, p. 241). Esse procedimento de gestão, incômodo moralmente para aqueles que estão sob escrutínio, já foi inclusive questionado pela Justiça do Trabalho, por conta da queixa de representantes dos trabalhadores que veem nele uma forma obtusa de se obter produtividade, às custas do equilíbrio psíquico necessário. Ele foi muito utilizado em manufaturas sob a dominância dos métodos chamados toyotistas, nos anos 1990 e depois. O pavor de ter o nome sujo está ligado ao fato de que o trabalhador menos “performativo” (leia-se: menos produtivo) corre o risco de ser alijado da equipe e, no limite, desligado da firma.

destinado a minar as resistências dos trabalhadores, já que aquele, em regra, responde a uma ascensão da influência dos sindicatos, com a consequente restituição da prerrogativa patronal diante da ameaça de rigidez na barganha coletiva (a famosa *flânerie* operária analisada por Coriat, 1978, traduzindo o “fazer cera” de Taylor, 1995). Ora, no momento, os sindicatos estão na defensiva, e a ação coletiva da base, bastante fragilizada – especialmente em tempos de pandemia. Essa é uma das razões pelas quais as iniciativas mobilizadoras dos motofretistas ou entregadores, que serão analisadas a seguir, ganham relevância.

Finalmente, o contínuo alimentar de dados com informações próprias, ou da própria *performance* (que ademais, deixa de ser objeto de deliberação do agente mesmo e passa a ser possível por meio do acompanhamento de tempos e percursos efetuado pelo próprio dispositivo digital, de maneira que se torna difícil burlar o sistema) passa a ser um instrumento de dominação permanente – quanto mais completo, mais perigoso – a ser usado em qualquer circunstância mais conveniente para o empregador. Dessa maneira, estar sempre conectado, *online*, não é uma escolha, mas uma necessidade posta pelo próprio trabalho exercido pelos entregadores, seja pela necessidade da remuneração, seja pelas exigências implícitas ou explícitas do sistema. A servidão ao meio técnico digital (que se materializa, na ponta, pelo telefone celular) se torna circular: fundamental para obter uma renda, é também a fonte de mais subordinação, tanto pelo mercado quanto pelo processo de trabalho (tempos, ritmos, pausas etc.).

A crise da Covid-19, convém dizer, acelerou a adoção de tecnologias digitais de mediação do trabalho anteriormente estabelecidas (como o trabalho remoto e as próprias plataformas digitais, por exemplo), o que se deu em diferentes setores de atividade e deverá ter consequências relevantes nos próximos anos, inclusive no que diz respeito às questões do controle, vigilância e resistência nos locais de trabalho. Vislumbra-se, assim, uma “transição pandêmica” definida pela exacerbação de tendências no mundo do trabalho que já se desenhavam antes da crise (Pirone, 2021; Hodder, 2020; Verdin; O’Reilly, 2021). Se é verdade que a opacidade dos algoritmos

dificulta a supervisão democrática, não se trata de terreno inescrutável. Como se verá a seguir, as transformações analisadas têm motivado respostas regulatórias, inclusive no que diz respeito à administração da força de trabalho, e são objeto de resistência trabalhista (Joyce; Moore, 2020), o que se acentuou durante a pandemia.

Plataformas digitais e o futuro da regulação do trabalho

As considerações até aqui apresentadas sugerem que há uma afinidade entre a flexibilização da relação contratual e as formas de controle do trabalho que emergem nas plataformas digitais (Abílio, 2017). Em relação ao objeto mais imediato da pesquisa, será utilizada a designação: trabalho sob demanda por meio de aplicativos (TSDA),³ expressão que descreve bem a situação dos entregadores. Convém reconhecer, no entanto, que as transformações em curso vão além das plataformas digitais, de modo que as definições utilizadas devem se integrar a um quadro de análise mais geral, como propuseram Abílio, Amorim e Grohmann (2021, p. 28), que associaram o trabalho sob demanda à uberização, fenômeno amplo caracterizado pela “consolidação e gerenciamento de multidões de trabalhadores como trabalhadores *just-in-time*”.

Não por acaso, no âmbito regulatório, as movimentações do parlamento brasileiro em termos de uma proposta para estabelecer um “contrato com valor por hora” funcionam como um complemento perfeito para aquele tipo de organização do trabalho, em linha com o regime geral de flexibilização que marca as reformas trabalhistas de viés liberal em anos recentes. O caso do Projeto de Lei (PL) n° 3748/20 é emblemático, pois visa à criação de um novo contrato de trabalho que acolha a figura da “prestação de serviço” por demanda contratada por plataformas (exatamente o tipo de trabalho que fazem hoje os entregadores por aplicativos),⁴ a concorrer com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

³ Essa é a designação proposta por Kalil (2019).

⁴ Significativamente, o pronunciamento do advogado da Uber foi de que os termos do Projeto eram “equilibrados” (Barros, 2020).

O PL admite, por um lado, a necessidade de inserir direitos válidos para todos os outros trabalhadores formais – tais como repouso semanal; férias com adicional de 1/3; décimo-terceiro salário (pagos de forma proporcional ao tempo de trabalho); licença-maternidade; afastamento remunerado em caso de incapacidade por doença ou acidente de trabalho. Por outro lado, ela sanciona a remuneração por hora trabalhada. Isso não é o mesmo que o pagamento por quilometragem (como é feito hoje, e que conta ainda com um adicional de 30% de tempo de espera segundo uma tabela fixa de valores), mas, uma vez que ela não remunera o tempo à disposição do aplicativo, mas apenas o efetivamente dedicado às corridas, é pouco provável que essa alternativa modifique substancialmente a prática corrente, a não ser pelo fato de que limita a gestão da própria corrida pelos entregadores por meio da aceleração ou diminuição da velocidade.

Em suma, a ideia norteadora é afastar-se da relação salarial típica e remunerar apenas o tempo *efetivamente* trabalhado, sem qualquer compromisso contratual entre empregadora e empregado para além do curtíssimo prazo. Com o propósito de legitimar o trabalho “por demanda” ou o “contrato por hora” no interior de um regime protetivo que contém os direitos básicos da condição assalariada no país, o PL mina por dentro a correspondência entre jornada e remuneração, esgarçando os limites à flexibilidade que a lei até então bem ou mal lograva conter, abrindo as comportas da uberização do trabalho para o conjunto da classe trabalhadora no Brasil.

Essa proposta acompanha um processo mais geral de desregulamentação do marco legal do regime de trabalho no país, que tem na Lei nº 13.467, chamada de Reforma Trabalhista do Governo Temer (2016-2018), o passo que permitiu a extensão da jornada de 8h diárias e 44h semanais para 12h diárias com 36h de descanso, além da possibilidade de “fatiar” as férias de 30 dias em até três vezes e, por fim, a regulamentação do trabalho intermitente (um novo parágrafo para o Artigo 443 da CLT), reconhecido como um novo tipo de contrato. Daí a correlação que se estabelece, na discussão corrente, entre o trabalho intermitente (Oliveira, 2018; Krein, 2018), o “trabalho sob demanda” e o “contrato por hora”. O

outro *front* de desregulamentação é a instituição da Pessoa Jurídica (PJ) na relação de trabalho, que concorre com o tipo de formalização trabalhista tradicionalmente reconhecida no país: o contrato regido pela CLT, no qual estão contidos os chamados “direitos”, inclusive os previdenciários. Também neste ponto, é evidente a afinidade com a lógica das plataformas digitais, que costumam caracterizar os trabalhadores contratados como “empreendedores”. A expansão das empresas de aplicativo, que alcançam, como se viu acima, milhões de trabalhadores, ocorre no quadro desse pano de fundo de ofensiva política das “reformas”. Nesse sentido, o tipo de contrato (flexível) e o tipo de trabalho (intermitente, inconstante, variável) estão relacionados coerentemente.

O contexto da pandemia ilustrou de forma dramática como as contrarreformas de viés liberal constituem ainda ameaça urgente, o que ficou patente no caso brasileiro. Embora a chamada “minirreforma trabalhista” proposta pelo governo de Jair Bolsonaro tenha sido barrada pelo Senado em abril, o que foi consequência de disputas entre os poderes executivo e legislativo em meio a acusações de que o governo estaria aproveitando a crise sanitária para aprovar sem escrutínio a supressão de direitos trabalhistas (Lemos, 2020), os planos para a criação de uma “carteira de trabalho verde e amarela”, que instituiria uma categoria rebaixada de vínculo trabalhista, voltaram a ser noticiados recentemente. Desta vez, o centro da proposta seriam os contratos por hora: um mesmo trabalhador ofereceria seus serviços a diferentes empregadores, que pagariam apenas pelas horas trabalhadas, em proporção ao salário-mínimo. Segundo noticiou a imprensa, “Guedes e sua equipe consideram que o emprego mudou e vai mudar ainda mais no pós-covid, exigindo a simplificação dos contratos e a redução dos encargos e enfrentamento da CLT” (Fernandes, 2020). Eis, aqui, a pandemia como laboratório de experimentação para o futuro da regulação do trabalho.

Os entregadores no Brasil: um trabalho precarizado, jovem, masculino e negro

As seções anteriores indicaram que transformações estruturais aceleradas pela pandemia impactaram o debate sobre a regulação do trabalho, que surge como um importante campo de disputa. Essa regulação, ainda que frequentemente assuma ares de generalização, não é compreensível se desconectada das experiências concretas dos trabalhadores submetidos aos deslocamentos em vista. Nessa linha, os entregadores motofretistas são a categoria emblemática do fenômeno da uberização do trabalho, juntamente com os motoristas de aplicativo da própria Uber e de suas concorrentes diretas. Mas o termo logo passou a ser associado também a operações parecidas – em suma, todas aquelas em que se observem as características do TSDA, sem contrato fixo (e, portanto, sem proteção social ou direitos do trabalho), e em que o próprio trabalhador é quem arca com os custos de obtenção e manutenção dos instrumentos de trabalho (o carro, a moto, a bicicleta etc.). Em termos mais amplos, a expressão designa todo o tipo de atividade que se realiza a partir de demandas pontuais por meio de um empregador, que funciona como uma agência prestadora de serviços (de entrega em domicílio, de tarefas domésticas, de beleza, de segurança, de consultoria, de aulas, de reparos e manutenção, e de uma infinidade de outros serviços) alocadora dessas capacidades, de acordo com as necessidades do cliente. Como se argumentou na seção anterior, a hipótese de fundo no debate sobre o assunto é que características encontradas no trabalho dos motofretistas e similares indicam tendências mais gerais de reorganização do trabalho contemporâneo.

Nas passagens que se seguem, serão analisados os dados de pesquisa realizada pelo Observatório da Precarização do Trabalho e a Reestruturação Produtiva⁵, que cobriu 253 trabalhadores de entrega em aplicativos em diferentes regiões do país, categoria emblemática dos processos aqui

⁵ Grupo de investigação sobre a situação de precarização do trabalho e os impactos da reestruturação produtiva na atualidade (<http://www.esquerdadiario.com.br/Observatorio-de-precariozacao>).

discutidos. A pesquisa foi efetuada em um momento particular: o movimento de paralisação da categoria, realizado em 1º de julho de 2020. Formulários com perguntas sobre as condições de trabalho, emprego e saúde do entregador foram respondidos pelos trabalhadores, o que permite traçar um perfil geral da categoria no Brasil.

Os questionários foram preenchidos eletronicamente, por meio de uma “nuvem” criada pelos pesquisadores que conceberam o instrumento (ver nota 5, abaixo), mas coletados presencialmente. Constou de dez perguntas objetivas. Isso permitiu a sua pronta tabulação. O acesso aos respondentes dependeu do engajamento na manifestação do dia 1/07, pois o questionário foi entregue e recolhido no mesmo dia, e a abordagem foi ombro a ombro, sem filtragem prévia. Nesse sentido, ele foi aleatório, porém limitado pela circunstância da participação no movimento – não pretendeu, portanto, acompanhar qualquer fidelidade sociográfica da categoria como critério determinante. No entanto, os 253 questionários foram distribuídos nacionalmente, embora de maneira desigual, entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Bahia e Rio Grande do Norte, abrangendo neles os centros urbanos (por exemplo: em São Paulo, as cidades de Osasco, Guarulhos, Campinas e o ABC; no Rio, a capital e Niterói), mais o Distrito Federal (Brasília). Devido à rapidez do processo ligada à oportunidade que a ocasião facultava, não foi feita uma apuração exata da taxa de recusa, mas estima-se que tenha sido baixa (a maioria dos abordados concordou em participar).

Pode-se destacar vários aspectos dessa espécie de fotografia do grupo social dos motofretistas entregadores, incluindo-se aqui tanto os *motoboys* quanto os *bikeboys*. A estratificação entre uns e outros não é desimportante para se entender esse universo ocupacional: os segundos tendem a ser compostos por trabalhadores mais precarizados do que os primeiros, uma vez que as barreiras à entrada desses são mais elevadas (é necessário dispor do veículo próprio, uma motocicleta, de custo por vezes proibitivo para aqueles).

Tabela 1. Distribuição dos questionários por estados da federação e regiões

Estados e regiões	Nº de questionários respondidos	%
São Paulo capital (inclui Guarulhos e ABC)	43	17%
São Paulo - Osasco	19	8%
São Paulo - Campinas	20	8%
Rio de Janeiro	32	13%
Rio de Janeiro - Niterói	16	6%
Minas Gerais	37	15%
Paraná	2	1%
Rio Grande do Sul	42	17%
Mato Grosso do Sul	3	1%
Bahia	3	1%
Rio Grande do Norte	27	11%
Brasília	9	4%
TOTAL	253	100%

Obs.: os arredondamentos acarretaram um somatório ligeiramente acima de 100%.

Optamos por inserir os números inteiros, contudo.

Fonte: Elaboração própria.

Os trabalhadores que fizeram parte da pesquisa são do sexo masculino em sua ampla maioria (96%), e jovens: 82% têm idade até 24 anos. Enquanto na Europa, Ásia e América Latina o pertencimento étnico da força de trabalho está fortemente associado à população imigrante (no caso da América Latina, de países mais pobres da região para os centros metropolitanos de cidades como Buenos Aires, por ex.), no Brasil a predominância é de negros (autodeclarados pretos e pardos) quando comparados com a população autodeclarada branca: 67% contra 31%. Significativamente, no dia da paralisação, alguns entregadores faziam alusões ao movimento norte-americano “Vidas Negras Importam” (*Black Lives Matter*), estampando dizeres em suas mochilas de trabalho que faziam referência aos protestos em curso naquele país.

As condições de trabalho atestam uma condição bastante precária e vulnerável, pela ausência de mecanismos de proteção, o que abre grande margem à exploração pelos empregadores. Com respeito à jornada diária,

34,7% declararam um trabalho que dura entre 10 e 12 horas, e 32,4% declararam uma duração até mesmo maior, entre 12 e 15 horas, enquanto um percentual de 9,8% declarou uma jornada de mais de 15 horas por dia. Essa ampla prontidão se explica não apenas pelas condições do mercado de trabalho (desemprego, alta disponibilidade para atividades informais e multiatividade), como também pelo modo como o trabalho é ajustado às necessidades do seu executor, dada a enorme flexibilidade horária e semanal que ele possibilita. Por isso, as longas jornadas são vistas como uma oportunidade de eventualmente compensar perdas com outras atividades ou então aumentar o ganho quando não há outra.

É preciso dizê-lo: longe de constituir um “bico”, isto é, uma atividade eventual ou transitória, o trabalho como entregador era a atividade principal há mais de 2 anos para 31% dos entrevistados; entre 1 e 2 anos para 28%; entre 6 e 12 meses para 16%; e de 3 a 6 meses para 15%. Aqueles que no momento da enquete realizavam a atividade há menos de 3 meses somavam apenas 8%. Além disso, reforçando a ideia de um provisório que se torna permanente, a pesquisa mostrou que 75% deles trabalha apenas com os aplicativos; somente 25% compatibilizam o trabalho de entregador com outra atividade, o que sugere que esse é suficientemente absorvedor de energia vital para não deixar muito espaço para outras possibilidades no interior de um mesmo ciclo (cuja duração – diária, semanal, quinzenal – pode ser variável, de acordo com os arranjos privados).

A relativa estabilidade na atividade contrasta, porém, com a enorme rotatividade intersetorial, isto é, entre empresas contratantes, uma vez que o entregador pode facilmente pular de uma para outra, passando por períodos (provavelmente curtos) de inatividade – ou ainda trabalhar simultaneamente em mais de um aplicativo, como atestou também a pesquisa: segundo os entrevistados, 69% afirmaram trabalhar na iFood,⁶ 54% na UberEats,

⁶ A iFood, empresa brasileira cuja controladora, Movile, tem sede em Campinas (SP), é uma das maiores empregadoras do setor. Trata-se de empresa de capital fechado e, portanto, seu balanço patrimonial não está disponível publicamente. Mas é possível enxergar um claro movimento de transnacionalização a partir de 2012, com operações no Vale do Silício norte-americano, bem como o aporte de investimentos de fundos globais. A iFood compete diretamente com outros gigantes na América Latina, o que coloca o país no mapa global do setor.

53% na Rappi, 20% na Loggi, 9% na Bee Delivery, 5% na James Delivery e 16% disseram trabalhar em outras empresas (o total ultrapassando os 100% porque o questionário permitia resposta múltipla nesse quesito, denunciando a disponibilidade a múltiplos empregadores numa mesma jornada). Este fato – a maioria dos entregadores trabalhando para mais de uma empresa de aplicativo – é resultado do trabalho intermitente: como podem ficar muito tempo sem pedidos, os entregadores buscam driblar os vazios de demanda (que são também vazios de remuneração) com a ligação a mais de um aplicativo de entrega de refeições. Mas também é a reação aos “bloqueios indevidos” (termo nativo), isto é, ao cancelamento sumário em uma plataforma (forma “uberizada” de demissão, sem qualquer explicação ou justificativa), o que faz com que eles se protejam ligando-se a mais de um “patrão” ao mesmo tempo.

Os dois fatos se complementam na explicação do multiemprego do entregador: trabalho intermitente e medo do bloqueio ou cancelamento sumário (arbítrio patronal) faz com que o trabalhador busque segurar as alternativas à mão. É a insegurança funcionando como uma ferramenta de gestão do trabalho, pois o receio de perda da renda conduz a uma superdedicação e extensão do tempo disponível para as plataformas. Funciona aqui a tentação de ganhar mais, trabalhando mais, a partir de uma modulação pensada como própria, e por isso mesmo mais administrável e controlável pelo sujeito (“fazer seu próprio horário”). A própria forma como o sistema está concebido (oferecendo uma oportunidade ao executante) leva a uma gestão pela incitação permanente, que se alimenta de uma ideologia da liberdade individual, muito sedutora quando se trata de uma população mais jovem.

Relativamente à remuneração, é necessário distinguir os entregadores *motoboys* dos entregadores de bicicletas. Com relação aos primeiros, 16,7% declaram ganhar até R\$ 1 mil; 21,8% entre R\$ 1 mil e R\$ 1,5 mil; 16,2% entre R\$ 1,5 mil e R\$ 2 mil; 13,9% entre R\$ 2 mil e R\$ 2,5 mil, e 26,9% mais de R\$ 2,5 mil. Uma parcela de 4,4% declarou receber menos de R\$ 500, ou seja, menos da metade do salário-mínimo. A maioria dos

motoboys (54,6%) ganha até R\$ 2 mil. Enfim, mesmo tendo em conta os gastos de reprodução, tais como alimentação, combustível, desgaste do veículo etc., sugere-se uma fixação nessa atividade, pois a renda auferida dificilmente seria muito maior com a adição de outros “bicos”. A figura do entregador vai assim, aos poucos, se constituindo como um emprego relativamente “normal” dentro do panorama das novas ocupações do mercado de trabalho.

Com relação aos entregadores-ciclistas, o panorama é um pouco diferente. Com respeito à remuneração, 49% declararam um ganho mensal de até R\$ 1 mil. Comparando-se a mesma faixa percentual aproximada para ambas as categorias, o entregador-ciclista tem como renda mensal (bruta) a metade do ganho do entregador-motoboy. Tal percepção de ganhos menores para os ciclistas é confirmada quando nos movemos para a faixa de rendimento de até R\$ 2 mil (um valor que não chega a dois salários-mínimos),⁷ em que está concentrada a grande maioria (88%) deles (74% declararam receber até R\$ 1,5 mil). Adicionalmente, a distância percorrida diária nesse grupo, declarada pela grande maioria (90%) dos respondentes do questionário, chega a 100km, enquanto a estimativa para os *motoboys* é de 52 km, em média.

Os números de distância percorrida/dia sugerem uma intensificação do trabalho que, quando contrastada com a os registros remuneratórios, desenharam um quadro de exploração e desgaste. Os altos números de acidentes com as motos e bicicletas dos entregadores corroboram esse último aspecto: pouco mais da metade (51%) declarou já ter sofrido algum tipo de acidente. À condição de vulnerabilidade econômica soma-se o perigo iminente de sérios agravos à saúde, com traumatismos às vezes fatais. Trata-se de uma categoria que convive com o risco permanente, o que não deixa de conferir um certo aspecto de heroísmo, devidamente explorado na representação que os próprios agentes – jovens e fortemente influenciados por uma cultura do desafio – fazem de seu trabalho.

⁷ O valor do salário-mínimo no Brasil, em setembro de 2020, era de R\$ 1.045,00. Pelo câmbio de 29/09/20, equivalia a U\$ 185,25.

Com a Covid-19, muito desse trabalho foi rapidamente alçado à mira dos observadores, que, sem dificuldade, identificaram aí uma parcela dos chamados “serviços essenciais” em meio à pandemia (juntamente com os profissionais de saúde e os trabalhadores de supermercados e transportes, por exemplo). Parte da reivindicação dos entregadores de aplicativos em seus protestos foi endereçada aos empregadores no sentido de fornecer equipamentos de proteção individual, já que o contato direto com pessoas – os clientes – é quase incontornável. Esse tipo de pauta aproxima o movimento de uma reivindicação típica dos trabalhadores formais, representados por sindicatos.

Estando, portanto, no “olho do furacão” da pandemia, é impossível ficar indiferente aos riscos envolvidos em um tal “trabalho essencial”: o resultado da enquête mostrou que 37% dos entregadores declararam conhecer pessoas que tiveram sintomas de Covid-19, sendo que, dentro desse universo, 73% foram confirmados por meio de testes. A exposição à doença está posta inequivocamente. Além disso, uma vez que os locais de moradia desses trabalhadores estão situados majoritariamente nas periferias, o risco só aumenta. Um círculo vicioso de pobreza, riscos à saúde e condições precárias de trabalho que gira acelerado. É essa população de trabalhadores “essenciais” que forma parte do contingente da força de trabalho mobilizada em tempos de pandemia: saída de um mercado de trabalho congenitamente desestruturado e com forte pressão da informalidade.

A experiência da primeira paralisação internacional dos entregadores

O funcionamento do trabalho sob demanda, especialmente na modalidade de disponibilidade permanente à plataforma de distribuição de tarefas, parece radicalizar a ruptura com a noção tradicional de “empresa” fisicamente localizada. Os novos modelos de negócio – embora possam comercializar bens tangíveis – contém um componente *desterritorializado*, graças ao emprego das TICs e de novas relações contratuais. No entanto,

como notaram Van der Linden e Breman (2020, p. 178), refletindo sobre as transformações do capitalismo em meio à crise pandêmica, o fato de que parece haver um retorno do “capital mercantil”, dedicado a relações puramente comerciais (“comprar barato para vender caro”) não leva à diminuição do controle sobre a produção (e, portanto, sobre o trabalho); os conglomerados que hoje se dedicam a esse tipo de prática “são usualmente capazes de fazê-lo enquanto intensificam, em vez de relaxar, seu controle sobre a cadeia de produção”.

De fato, como revelam os dados apresentados na seção anterior, a precarização do trabalho, a terceirização, a flexibilização do emprego, a individualização contratual dos “autônomos”, entre outras tendências do trabalho contemporâneo não estão ligadas à operação de grandes empresas transnacionais apenas por relações comerciais difusas, como as atividades de fornecedoras sobre as quais elas podem alegar exercer pouca influência. No caso dos aplicativos de entrega, empresas e marcas globalmente estabelecidas são diretamente responsáveis pelo emprego e agenciamento de trabalhadores precarizados, o que oferece a trabalhadores em diferentes localidades ao redor do mundo alvos comuns e demandas compartilhadas, situação que, desde os anos ao redor da virada do século, tem despertado interesse nos estudos do trabalho como terreno fértil para o surgimento de um novo internacionalismo operário (Wills, 1998; Evans, 2010) baseado em conexões “translocais” que desafiam os enquadramentos sindicais tradicionais.

Vale a pena, portanto, lançar o olhar para as respostas coletivas dos trabalhadores empregados pelas plataformas digitais. Evidentemente, quando tratamos de categorias como a dos motofretistas, há obstáculos relevantes. Em geral, aos entregadores empregados por plataformas e aplicativos não se reconhece sequer o vínculo empregatício e a condição de trabalhador, o que significa que frequentemente lhes é negado o direito à organização sindical e, conseqüentemente, à negociação coletiva tal como estabelecida pelos arranjos usuais de relações industriais. As fronteiras institucionais entre o trabalho reconhecido e o não reconhecido podem ser desafiadas,

e há exemplos de sindicatos que as contestam, mas é preciso reconhecer que essas divisões podem também ser reforçadas pelo engessamento das estruturas de representação vigentes.

Uma análise que abarque todas as dimensões da mobilização desses trabalhadores, portanto, não deve ficar excessivamente presa às estruturas institucionais existentes (como os chamados Sindicatos Globais, por exemplo), uma vez que iniciativas por fora dos sindicatos estabelecidos, ainda que não necessariamente avessas a eles, são prováveis em categorias excluídas da representação sindical tradicional. Como um passo nesse sentido, será analisado a seguir o evento da paralisação internacional ocorrida em 1 de julho de 2020, uma emblemática demonstração do potencial de mobilização dos motofretistas-entregadores desde uma perspectiva de baixo para cima. É relevante, em especial, que uma categoria tipicamente “nova” tenha se auto-organizado em diferentes países para lutar por direitos e apresentar demandas às empresas.

Passemos então a uma breve análise dessa paralisação internacional. A partir da unidade crescente na base da categoria, estabeleceu-se uma série de contatos primeiramente entre entregadores do Brasil e da Argentina, difundidos depois para outros países latino-americanos, com vistas a desenvolver uma paralisação internacional. Isso acabou incluindo distintas organizações, entre as quais podem ser citadas a La Red de Trabajadorxs Precarizadx (Argentina), a Raiders Unidos (Chile), Glovers Unidos (Ecuador), Treta no Trampo (Brasil), Entregadores Antifascistas (Brasil), Repartidorxs Unidxs (Costa Rica), Motociclistas Unidos (México), Ni un Repartidor Menos (México), e Agrupación Trabajadores de Reparto (Argentina). Foi essa articulação latino-americana que desencadeou a iniciativa da greve de julho, utilizando-se bastante de redes como Instagram e WhatsApp, em um processo de auto-organização que conseguiu, em alguns casos, exercer poder de atração sobre os sindicatos desses países.

O caso da La Red argentina mencionada acima é, sem dúvida, uma das experiências mais bem-sucedidas, na medida em que a iniciativa conseguiu organizar trabalhadores em muitos estados do país, com peso em Buenos

Aires, mas também em Mar Del Plata, La Plata, Córdoba, Rosario, Neuquén, Tucumán e Mendoza. Além de tomar parte na convocação da paralisação internacional de 1º de julho, organizou um encontro em agosto de 2020 em que estiveram presentes mais de 100 entregadores de todo o país, colocando em primeiro plano a denúncia da situação de trabalho dos entregadores frente à pandemia da Covid-19, além de demandas econômicas e sociais que terminaram por fazer um questionamento mais amplo da uberização do trabalho. Nela, uma entregadora afirmou, no que é uma fala bastante significativa de uma demanda compartilhada também entre os entregadores no Brasil, que “votamos realizar uma grande campanha pela incorporação à Lei de Contrato de Trabalho, com um projeto que incorpore a nossa atividade” (“Repartidores y trabajadores...”, 2020).

Trata-se, nesses casos, de manifestações de auto-organização dos trabalhadores. O fato de que nem sempre essas lutas são reconhecidas como legitimamente sindicais pelo Estado ou pelos empregadores, e que elas frequentemente tenham sido construídas por fora das burocracias sindicais estabelecidas, em nada altera sua relevância. A convivência entre os sindicatos tradicionais e formas emergentes de organização trabalhista nem sempre é pacífica, mas o central é que pautas tipicamente sindicais continuam a aparecer. Como há muito argumentou Anderson (1967, p. 265), “os sindicatos são, essencialmente, a representação *de facto* da classe trabalhadora no local de trabalho”. Portanto, a ação sindical não pode ser reduzida às estruturas de representação sindical institucionalmente reconhecidas em momentos e contextos específicos, que representam tão somente a consolidação de arranjos temporários. Efetivamente, as demandas da paralisação do 1º de julho no Brasil, por exemplo, emergiram das particularidades do trabalho cotidiano dos entregadores – especificamente, estiveram ligadas ao aumento da remuneração (valor e taxa mínima); ao controle do trabalho (fim dos bloqueios, desligamentos e sistema de pontuação); e à saúde e segurança no trabalho (taxa para a compra de Equipamento de Proteção Individual). Com ou sem a presença de sindicatos propriamente ditos, essa é uma pauta essencialmente sindical.

Enfim, se o conflito entre o capital e o trabalho não pode ser suprimido nas experiências dos entregadores, tampouco desaparece a ação sindical como potencial implícito, o que indica a relevância continuada da proteção social ao trabalho como horizonte para a organização coletiva. Caso as estruturas de representação tradicionalmente estabelecidas aos níveis local, nacional ou global sejam impermeáveis a esses movimentos, é razoável a expectativa de que novas organizações sejam criadas, o que parece ser confirmado, por exemplo, pelo surgimento de iniciativas como a *Alliance of App-Based Transport Workers* (IAATW) e a *Global Digital Workers Conference*, que em junho de 2020 fundou a *Transnational Workers Network* (TWN) (Gonsales, 2020). Trata-se, sobretudo, de um processo aberto e indeterminado, cuja evolução dependerá do desfecho de disputas concretas, de modo que uma sensibilidade a novas experiências de contestação deve ser acompanhada da cautela em relação a conclusões apriorísticas, o que sugere um lugar privilegiado para a investigação sociológica da ação sindical (conceptualizada de forma ampla) em meio às transformações aceleradas pela crise pandêmica.

Conclusão

Este artigo analisou, tendo como pano de fundo os deslocamentos provocados pela Covid-19 no mundo do trabalho no Brasil, a organização produtiva e o processo de trabalho em plataformas digitais, os impactos disso sobre as relações de emprego, a regulação e a proteção social ao trabalho; e a experiência do trabalho sob demanda propriamente dita, por meio do caso de trabalhadores empregados em aplicativos de entrega, inclusive no que diz respeito à organização coletiva. Como resultado, observou-se o reforço da lógica da precarização e da flexibilidade com pendor patronal, ao mesmo tempo em que ocorreram episódios de mobilização dos trabalhadores, que buscaram se organizar, inclusive ao nível internacional, e angariar apoio por meio de campanhas de solidariedade.

Em conjunto, as conclusões apresentadas sugerem tendências que se amparam em uma lógica mais geral de (não) regulação do trabalho.

No caso do Brasil, país no qual uma ampla margem de trabalho informal convive constitutivamente com o mercado de trabalho segundo a norma estatutária da CLT, o espaço para o desenvolvimento de atividades flexíveis é bastante vasto e foi aproveitado pelo TSDA, sobretudo durante a pandemia da Covid-19. Ao mesmo tempo, a incorporação a uma regulação do trabalho típica das plataformas digitais, ainda que sob o véu de uma nova formalidade, é ameaça real para um conjunto cada vez mais amplo de trabalhadores. Em uma ponta, o rebaixamento das proteções sociais ao trabalho aproxima o emprego “típico” da lógica uberizada e, na outra, a difusão do enquadramento de trabalhadores como “microempreendedores”, “autônomos” ou “parceiros” (como no desenho do *crowdworking*) parece dar ares de legitimidade e formalidade a relações contratuais até então vistas como indiscutivelmente precárias e informais.

Não obstante, é patente a fragilidade dessa situação: sem a formalização da atividade como emprego propriamente dito, não se pode cobrar um piso da categoria, de maneira que o salário percebido é diretamente proporcional às horas em serviço para a empresa contratante. A associação com um trabalho de tipo autônomo, independente ou “empreendedor”, finalmente, justificaria o distanciamento dessa atividade da subordinação que é condição necessária para a caracterologia de um direito que protege a parte mais fraca. Em suma, a precarização não advém da atividade em si mesma – a qual, ademais, poderia ser organizada de outro modo –, mas da forma como o serviço é incorporado em uma lógica de externalização e de extensão da cadeia de fornecedores que exige a empresa dos custos fixos, fazendo com que ela se concentre em seu *core business*. Em sociedades como a brasileira, onde o peso da informalidade sempre deu o tom do mercado de trabalho, essa problemática ocupa uma posição muito sensível no debate público. A extensão e difusão da lógica das plataformas só piora esse cenário, introduzindo mais um elemento que reforça a exclusão da relação salarial protegida.

Ainda assim, as experiências de organização coletiva dos entregadores empregados em arranjos de trabalho sob demanda têm demonstrado que

esse enquadramento tem sido contestado “a partir de baixo” – o que os entregadores exigem é que se reconheça seu estatuto de trabalhadores empregados por uma empresa, o que passa pela formação de identidades coletivas “de categoria” e, inclusive, a apresentação de demandas tipicamente trabalhistas, ou mesmo sindicais. Nesse sentido, as conclusões do artigo iluminam elemento que ocasionalmente escapa às caracterizações recentes sobre o tipo de trabalho organizado sob plataformas: o de que ele incide não sobre uma nova classe de trabalhadores precários, em completa ruptura com a “velha” classe operária industrial-fordista, e cuja morfologia social diferenciada atestaria o seu afastamento em relação à experiência da geração anterior; ao contrário, o sentimento de usura física e mental do modo “enxuto” de lidar com a força de trabalho antes aproxima do que divide as duas gerações. Se é verdade que elas estão separadas por instrumentos, espaços e contratos em tudo diferentes, elas acabam por se encontrar na luta por *direitos do trabalho*.

Iuri Tonelo é Doutor em Sociologia, professor substituto no departamento de Sociologia da Universidade Federal do Pernambuco e pesquisador no Programa de Pós-graduação em Sociologia da mesma instituição, com apoio da FACEPE.

✉ iutonelo@gmail.com

Leonardo Mello e Silva é Doutor em Sociologia e professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

✉ leomello@usp.br

Ricardo Framil Filho é doutorando em Sociologia na Universidade de São Paulo e pesquisa trabalho, movimentos sociais e globalização.

✉ framilfilho@gmail.com

Referências

1. ABÍLIO, Ludmila C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020.
2. ABÍLIO, Ludmila C. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. *Passa Palavra*, 19 fev. 2017. Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/02/110685>
3. ABÍLIO, Ludmila C.; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias* v. 23, n. 57, p. 26-56, 2021. <https://doi.org/10.1590/15174522-116484>
4. AGAMBEN, Giorgio et al. *Sopa de Wuhan*: pensamiento contemporaneo en tiempos de pandemias. Buenos Aires: ASPO, 2020.
5. AGUIAR, Thiago. *Maquiando o trabalho*. Opacidade e transparência numa empresa de cosméticos global. São Paulo: Annablume, 2017.
6. ANDERSON, Perry. The limits and possibilities of trade union action. In: BLACKBURN, R.; COCKBURN, A. (org.). *The incompatibles*: trade union militancy and the consensus. Middlesex: Penguin Books, 1967. p. 263-280.
7. ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
8. BARROS, Carlos J. Nem CLT, nem autônomo: o projeto de lei que quer 'regurar' a relação de aplicativos com trabalhadores. *UOL*, 14 de jun. de 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/bbc/2020/07/14/nem-clt-nem-autonomo-o-projeto-de-lei-que-quer-regurar-a-relacao-de-aplicativos-com-entregadores.htm>
9. CARLOS, Ana F. A. (org.). *COVID-19 e a crise urbana*. São Paulo: GESP/FFLCH-Universidade de São Paulo, 2020.
10. COOK, Maria L.; DUTTA, Madhumita; GALLAS, Alexander; NOVAK, Joerg; SCULLY, Ben. global labour studies in the pandemic: notes for an emerging agenda. *Global Labour Journal*, p. 74-88, v. 11, n. 2, 2020.
11. COOMBS, Crispin. Will COVID-19 be the tipping point for the Intelligent Automation of work? A review of the debate and implications for research. *International Journal of Information Management*, v. 55, e102182, 2020.
12. CORIAT, Benjamin. *L'Atelier et le chronomètre*. Paris: Christian Bourgois, 1978.
13. DE STEFANO, Valerio. The rise of the "just-in-time workforce": on-demand work, crowdwork, and labor protection in the "gig-economy". *Comparative Labor Law & Policy Journal*, v. 37, n. 3, p. 471-504, 2016.
14. DURAND, Jean P. A refundação do trabalho no fluxo tensionado. *Tempo Social*, v. 15, n. 1, 2003.
15. EVANS, Peter. Is it labor's turn to globalize? Twenty-first Century opportunities and strategic responses. *Global Labour Journal*, v. 1, n. 3, p. 352-379, 2010.

16. FERNANDES, Adriana. Em estudo por Paulo Guedes, Carteira Verde Amarela simplifica a contratação. *O Estado de S. Paulo*, 3 de jul. de 2020. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/em-estudo-por-paulo-guedes-carteira-verde-amarela-simplifica-a-contratacao,70003352560>
17. GONSALES, Marco. Trabalhadores plataformizados do mundo, uni-vos. *Esquerda Diário*, 4 de jul. 2020. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Trabalhadores-plataformizados-do-mundo-uni-vos>
18. GURUKKAL, Rajan. Will COVID 19 turn higher education into another mode? *Higher Education for the Future*, v. 7, n. 2, p. 89-96, 2020.
19. HODDER, Andy. New technology, work and employment in the era of COVID-19: reflecting on legacies of research. *New Technology, Work and Employment*, v. 35, n. 3, p. 262-275, 2020.
20. KALIL, Renan B. *Capitalismo de plataforma e Direito do Trabalho: crowdwork e trabalho sob demanda por meio de aplicativos*. 2019. Tese (Doutorado em Direito do Trabalho) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
21. KREIN, José D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018.
22. LAPA, Thais. *Processo de trabalho, divisão sexual do trabalho e práticas sociais das operárias na indústria eletroeletrônica no contexto da flexibilidade produtiva*. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 2014.
23. LAUDA-RODRIGUEZ, Zenaida; MILZ, Beatriz; SANTANA-CHAVES, Igor M.; TORRES, Pedro H. C.; JACOBI, Pedro R. Editorial N° 03/2020 The COVID-19 epoch: interdisciplinary research towards a new just and sustainable ethic. *Ambiente & Sociedade*, v. 23, p. 1-12, 2020. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoceditorialvu2020L3ED>
24. LEMOS, Iara. Senado barra minirreforma trabalhista de Bolsonaro. *Folha de S.Paulo*, 17 de abr. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/lideres-do-senado-fecham-acordo-para-nao-votar-a-mp-do-emprego-verde-e-amarelo.shtml>
25. MAZZOTTI, Massimo. Algorithmic life. *Los Angeles Review of Books*, 22 jan. 2017. Disponível em: <https://lareviewofbooks.org/article/algorithmic-life/>
26. MELLO E SILVA, Leonardo. *Trabalho em grupo e sociabilidade privada*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
27. MOORE, Phoebe.; JOYCE, Simon. Black box or hidden abode? The expansion and exposure of platform work managerialism. *Review of International Political Economy*, v. 27, n. 4, p. 926-948, 2020.
28. OLIVEIRA, Roberto V. de. Brazilian labour reform in historical perspective. *Global Labour Journal*, v. 9, n. 3, p. 319-338, 2018.
29. PIRONE, Maurilio. Pandemic transition: Techno-politics and social reproduction struggles. *Human Geography*, v. 14, n. 2, p. 288-291, 2021.

30. REPARTIDORES y trabajadores precarizados de todo el país se reunieron para definir medidas de lucha. *El Ciudadano*, 11 de ago. de 2020. Disponível em: <https://www.elciudadanoweb.com/repartidores-y-trabajadores-precarizados-de-todo-el-pais-se-reunieron-para-definir-medidas-de-lucha/>
31. ROBINSON, William I. Global capitalism post-pandemic. *Race & Class*, v. 62, n. 2, p. 3-13, 2020.
32. SANTOS, Boaventura de S. *La cruel pedagogía del virus*. Buenos Aires: CLACSO, 2020.
33. SILVA, Cleyton M. da; ARBILLA, Graciela. COVID-19: challenges for a new epoch. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, v. 53, e20200270, 2020.
34. SLEE, Tom. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Elefante, 2017.
35. SMITH, Nicholas R.; FALLON, Tracey. An epochal moment? The COVID-19 pandemic and China's international order building. *World Affairs*, v. 183, n. 3, p. 235-255, 2020.
36. SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity, 2017.
37. TAYLOR, Frederick W. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo: Atlas, 1995.
38. VAN DER LINDEN, Marcel; BREMAN, Jan. The return of merchant capital. *Global Labour Journal*, v. 11, n. 2, p. 178-182, 2020.
39. VERDIN, Rachel; O'REILLY, Jacqueline. *A gender agenda for the future of work in a digital age of pandemics: jobs, skills and contracts*. Düsseldorf: Hans-Böckler-Stiftung: Wirtschafts- und Sozialwissenschaftliches Institut (WSI), 2021.
40. WILLS, Jane. Taking on the CosmoCorps? Experiments in transnational labor organization. *Economic Geography*, v. 74, n. 2, p. 111-130, 2008.
41. YEUNG, Henry Wai-chung; COE, Neil M. Toward a dynamic theory of global production networks: GPN Theory. *Economic Geography*, v. 91, n. 1, p. 29-58, 2015.

Recebido: 29 jul. 2021

Aceito: 8 jul. 2022

<http://doi.org/10.1590/18070337-121566>

“Limpar o mundo” em tempos de Covid-19: trabalhadoras domésticas entre a reprodução e a expropriação social

Alessandra Teixeira* 

Priscila dos Santos Rodrigues* 

Resumo

O objetivo do artigo consiste em pensar o trabalho doméstico remunerado no Brasil em meio à crise pandêmica associada ao novo coronavírus, à luz de perspectivas teóricas que reposicionam, sobre novas bases epistêmicas, as intersecções das opressões de classe, gênero e raça enquanto elementos estruturantes do sistema capitalista. Dados estatísticos mostram o impacto da Covid-19 e da crise econômica subsequente no aprofundamento da desvalorização, precarização e no empobrecimento de trabalhadoras domésticas, em sua maioria mulheres negras, pouco escolarizadas e com baixo acesso a políticas sociais. A pandemia, em suas graves consequências tornou latentes as hierarquias raciais e de gênero, tributárias da experiência da colonialidade e da escravidão, prolongadas e mantidas em permanente reinvenção no contexto brasileiro. Por fim, o artigo, apoiando-se na proposição teórica inovadora de Nancy Fraser a respeito da categoria “expropriação”, propõe aplicá-la em combinação à noção de “reprodução social”, encetada pelo feminismo marxista há mais de quatro décadas, para situar o trabalho doméstico remunerado no encontro dessas duas “condições de possibilidade” do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: trabalhadoras domésticas, feminismo marxista, racismo, capitalismo, divisão sexual do trabalho.

* Universidade Federal do ABC, Santo André, SP, Brasil.

“Cleaning the world” in times of Covid-19: domestic workers between social reproduction and expropriation

Abstract

The aim of this article is to think about paid domestic work in Brazil in the midst of the pandemic crisis associated with the new coronavirus, in light of theoretical perspectives that reposition, on new epistemic bases, the intersections of class, gender and race oppressions as structural elements of the capitalist system. Statistical data show the impact of Covid-19 and the subsequent economic crisis in deepening the devaluation, precariousness, and impoverishment of domestic workers, mostly black women with poor schooling and limited access to social policies. The pandemic, in its serious consequences, made latent racial and gender hierarchies tributaries of the experience of coloniality and slavery, prolonged and maintained in permanent reinvention in the Brazilian context. Finally, the article draws on Nancy Fraser’s innovative theoretical proposition about the category “expropriation”, proposing that it could be applied in combination with the notion of “social reproduction”, as conceived by Marxist feminism four decades ago to situate paid domestic work at the convergence of these two “conditions of possibility” of contemporary capitalism.

Keywords: domestic workers, Marxist Feminism, racism, capitalism, sexual division of labor.

Introdução¹

Em 2015, com a publicação da Lei complementar nº 150 que veio a regulamentar a Emenda Constitucional 72/2013 (difundida como “PEC das domésticas”), as trabalhadoras domésticas adquiriram enfim o estatuto de cidadãs plenas no país, através do reconhecimento jurídico de seus direitos trabalhistas e previdenciários, equiparando-se derradeiramente à condição dos/as demais trabalhadores/as que gozavam desses direitos desde a década de 1940. A expectativa de que essas trabalhadoras teriam enfim sua cidadania reconhecida, através da efetivação de seus direitos,

¹ O título do artigo faz uma alusão à expressão de Françoise Vergès em *Um feminismo decolonial*, quando se refere às trabalhadoras da limpeza que abrem as cidades todos os dias se ocupando “incansavelmente da tarefa de limpar o mundo” (Vergès, 2020, p. 24).

chocou-se, contudo, com um cenário de crescente crise econômica, política e social nos anos subsequentes, o que, aliado à regressão gradativa de direitos e garantias no país, à qual se assistiria a partir da reforma trabalhista em 2017 (Lei 13.467/2017), pareceu adiar indefinidamente a efetiva equidade jurídica e social tão duramente conquistada por essas mulheres no plano legal.

A partir de março de 2020, com o avanço da pandemia de Covid-19 e seu especial agravamento no país, levando a uma interminável crise sanitária e social, não apenas a expectativa de realização da cidadania plena a essas trabalhadoras se distanciou, como se tornou a cada dia mais anacrônica. De primeira vítima fatal do novo coronavírus no país – uma trabalhadora doméstica no município do Rio de Janeiro – à explosão de denúncias de cárcere privado e sujeição à condição análoga à escravidão, as trabalhadoras domésticas estão entre os grupos sobre os quais recaíram os maiores ônus econômicos e sociais advindos da pandemia, e sobre suas vidas (e de suas famílias) enormes flagelos, resultado de uma profunda divisão sexual e racial do trabalho nunca devidamente enfrentada e debelada em nossa sociedade.

A crise, nos seus aspectos econômico, político e sanitário, potencializa a vulnerabilidade sistêmica de grupos com menor capacidade de absorção dos impactos econômicos sobre as condições de reprodução da vida e com maior exposição à morte. Essa lógica se reflete na exploração do trabalho doméstico, tipicamente feminino, negro, com escolaridade concentrada no ensino fundamental incompleto, marcado por altos níveis de informalidade, baixo acesso à proteção sindical e à seguridade social e com os níveis de remuneração mais baixos no mundo.

Para este artigo, interessa-nos discutir como esse cenário de exclusão e vulnerabilidade a que trabalhadoras domésticas se veem expostas no Brasil não pode ser entendido como resultado de um fenômeno episódico, pontual, mas sim como um processo duradouro, sistêmico, edificado por bases materiais e à luz das dinâmicas próprias de marginalização da economia capitalista, no qual o entrelaçamento das opressões de gênero,

raça e classe é um imperativo contínuo e indispensável ao capital. No caso brasileiro, compreender a caracterização do trabalho doméstico (sub)remunerado a partir de seu caráter de permanente reinvenção do legado escravista, numa sociedade atravessada pela colonialidade e pelo racismo estrutural, é pressuposto para que se reconheça sua localização estratégica no entrecruzamento dos processos de “reprodução social” e “expropriação”, entendidos como “condições de possibilidade de fundo” do capitalismo contemporâneo, nos termos propostos por Nancy Fraser (2015; Fraser; Jaeggi, 2020).

Para tanto, pretendemos recuperar o debate sociológico sobre o emprego doméstico, reconhecendo de antemão a secundarização teórica que esse fenômeno recebeu ao longo do tempo, tanto pelos estudos sobre trabalho – centrados, em regra, em análises marxistas não inclinadas a reconhecê-lo como produtivo – quanto pelos estudos de gênero (ou de mulheres), que privilegiaram, a partir de uma análise centrada na noção de divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico não remunerado exercido pela mulher na família. Importante exceção a esses dois campos é a pesquisa pioneira de Heleieth Saffioti (1978), “Emprego doméstico e capitalismo”, na qual a autora, em continuidade ao seu trabalho sobre a mulher na sociedade de classes (Saffioti, 1976), e sem perder seu alinhamento à tradição marxiana, investiga as conexões entre classe e gênero imbricadas nesse fenômeno, para constituir-lo, segundo seus dizeres, num caso de “superexploração econômica”.

Referido estudo seminal de Saffioti (1978) será colocado em conversação com as teorias feministas marxistas que o sucedem, que emergiram no contexto estadunidense e europeu a partir dos anos 1980, notadamente a teoria da reprodução social (Vogel, 1983; Arruzza, 2018; Bhattacharya; 2019). O esforço de tais empreendimentos teóricos em compreender o trabalho doméstico a partir de uma teoria da totalidade social (Vergès, 2020), é aclamado neste artigo por sua vantagem em fornecer uma grade de inteligibilidade para processos de expropriação e subordinação social que ultrapassem analíticas das desigualdades, que têm apresentado, em regra,

dificuldade em demonstrar como as categorias gênero, classe e raça atuam de forma unificada sob o capitalismo. É certo que tanto as teorias dualistas ou triplas – que veem a subordinação das mulheres (patriarcado), o racismo e o capitalismo como sistemas interdependentes interagindo continuamente – quanto as teorias interseccionais – que se caracterizam pelo caráter descritivo das experiências de subordinação em seus entrecruzamentos – pouco esclarecem sobre os processos que levam à produção desses eixos de dominação no capitalismo (Fraser; Jaeggi, 2020).

Contudo, embora teorias feministas de inspiração marxista (e socialista) tenham o grande mérito de buscar referida articulação entre os diferentes eixos de subordinação, assim como de investigar os mecanismos constitutivos que os precedem, elas são deficitárias no que se refere a conferir à categoria raça e aos dispositivos de racialização o mesmo estatuto que atribuem aos marcadores de classe e de gênero. Reconhecendo as insuficiências dessas teorias na interpretação dos efeitos do colonialismo e da escravidão moderna nas dinâmicas de exploração das mulheres racializadas² que desempenham o trabalho doméstico e de cuidado, aquelas “que limpam os espaços de que o patriarcado neoliberal precisa para funcionar” (Vergès, 2020, p. 18), buscamos trazer a discussão sobre os efeitos perenizadores da escravidão moderna que incidem sobre tais mulheres, sem perder de vista uma interpretação sobre o capitalismo. Também encontramos aqui uma autora pioneira, Lélia Gonzalez, cujos ensaios podem ser considerados uma espécie de vanguarda do pensamento decolonial latino-americano e do feminismo decolonial, destacando-se sua contribuição para a compreensão de processos históricos que produzem figurações específicas sobre os papéis atribuídos a mulheres negras presentes no imaginário social no Brasil, fortemente atravessado pelo racismo e sexismo (Gonzalez, 1984).

² Optamos pela categoria “racialização” ao invés de “raça”, na esteira das proposições de estudos decoloniais, por ela conferir melhor inteligibilidade aos processos de hierarquização e subordinação de sujeitos no contexto da colonialidade moderna, evidenciando a funcionalidade que a categoria “raça” desempenhou como operador desses processos de classificação e de sujeição.

O artigo apresenta, ainda, detalhado levantamento de dados referente ao quadro socioeconômico, sanitário e ocupacional, especialmente relativo ao trabalho de cuidado e doméstico, a partir da eclosão da crise causada pela Covid-19. Foram pesquisadas informações decorrentes de debates e conferências sobre a temática como webinários, seminários etc., e matérias veiculadas na imprensa em geral, além de diversos relatórios de organismos internacionais e nacionais, levantamentos estatísticos produzidos por órgãos e agências oficiais, institutos de pesquisa e organismos da sociedade civil. São eles: “Trabalhadoras remuneradas do lar na América Latina e no Caribe frente à crise do Covid-19” (CEPAL; ONU Mulheres; OMT, 2020), “*Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus*” (DIEESE, 2020), “Disasters and inequality in a protracted crisis: towards universal, comprehensive, resilient and sustainable social protection systems in Latin America and the Caribbean” (CEPAL, 2021), “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua” (IBGE, 2021), “Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua” (IPEA, 2019), “Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil” (IPEA, 2020), “Hacer del trabajo doméstico un trabajo decente” (OIT, 2021), “World Inequality Report 2022” (Chancel et al., 2021) e “Global Economic Prospects” (The World Bank, 2021). Iniciamos a exposição com a apresentação e a análise de referidos dados.

Quem continua a limpar o mundo pandêmico: a sobreexploração do trabalho doméstico (sub)remunerado e a Covid-19

As pessoas dizem que o trabalho doméstico não auferia lucro àquele que emprega [...]. Mas aí eu fico imaginando o que seria das mulheres, principalmente né, que estão no mercado de trabalho sem uma trabalhadora doméstica em casa. Mesmo que ela não tenha aquela trabalhadora mensalista né, aquela trabalhadora que vai um ou dois dias na sua casa para limpar, pra organizar, pra cozinhar, ou seja, tarefas que geralmente as pessoas, as trabalhadoras que

são mensalistas, que são distribuídas em uma semana, as que fazem dois dias fazem a tarefa de duas semanas [...]. E nesse momento de pandemia se agravou muito [...]. Muitas perderam os seus postos de trabalho, se agravou porque as que ficaram, ficaram mas na condição de não estar indo pra casa, ou seja, de ter que permanecer no local de trabalho sob o argumento de que é pra proteger a saúde delas e da família pra qual ela trabalha, mas parece que a gente não tem família. Porque quando o empregador faz uma pergunta dessas ele não está pensando no bem-estar do trabalhador, ele está pensando no bem-estar deles [...]. (Luiza Batista Pereira – Coordenadora Geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas [FENATRAD], agosto de 2020).³

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimam cerca de 67 milhões de trabalhadoras domésticas adultas no mundo em 2021.⁴ O Brasil ocupa o posto de país com o maior contingente da categoria na comparação com os demais países. São aproximadamente 6,2 milhões de trabalhadoras domésticas, das quais 92% são mulheres, razão pela qual nos referimos à categoria pelo gênero feminino. Desse universo, mais de 65% se autodeclararam negras, 72% trabalham sem carteira assinada, 40% contribuem para a previdência social e 52% são chefes de família (DIEESE, 2021).

Com a propagação do novo coronavírus, o exercício da profissão veio acompanhado do alto risco de exposição ao vírus no deslocamento para o trabalho e no interior das residências onde trabalham, via de regra, inacessíveis à fiscalização quanto ao uso de equipamentos de proteção individual e, sobretudo no modelo informal, de jornadas exaustivas e abusos morais e sexuais agravados pela companhia em tempo integral de moradores em quarentena. Situações nas quais as trabalhadoras são “convidadas” a morar no local de trabalho sob o pretexto de diminuição dos riscos de contágio e redução dos custos do empregador com vale-transporte, explicitam a vulnerabilidade de

³ Debate promovido pelo Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJUP) acerca da Situação das Trabalhadoras Domésticas no contexto da Covid-19, em agosto de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6ybW1ucA1pU>. Acesso em 30 mar. 2021.

⁴ Ver: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>. Acesso em 20 dez. 2021.

mulheres que, temendo perder o emprego, submetem-se a acordos que levantam a questão de se os direitos trabalhistas recém-conquistados foram suspensos com a pandemia.

De antemão, queremos chamar a atenção para os riscos de uma associação automática da vulnerabilidade sistêmica de grupos com menor capacidade de absorção dos impactos econômicos aos efeitos econômicos desproporcionais da crise sanitária, uma vez que, quando tomados de forma isolada e unívoca, podem embasar a tese de que a retomada de postos de empregos domésticos nos níveis anteriores à Covid-19 virá como consequência da recuperação da saúde financeira dos segmentos dos empregadores. Isso porque o recorte restrito à oscilação da renda do empregador mascara as condições que estruturam as relações de trabalho, reduzindo o potencial explicativo do lugar ocupado pelo trabalho doméstico remunerado no centro da acumulação capitalista. Os dados são taxativos. Das 1,6 milhões de trabalhadoras domésticas que perderam seus trabalhos, 400 mil tinham carteira assinada e 1,2 milhões não tinham vínculo formal de trabalho (DIEESE, 2021).

Junto ao aumento de contratos encerrados, episódios de resgate de trabalhadoras domésticas em situação análoga à escravidão em bairros de classe média cresceram significativamente (Matos, 2021), confirmando hierarquias sociais e raciais herdadas do passado colonial brasileiro. Afora casos identificados após denúncias formais, o receio de engrossar o contingente de pessoas desempregadas num cenário de incertezas e de austeridade econômica, fez com que muitas trabalhadoras domésticas enfrentassem a árdua tarefa de praticar o isolamento social no local de trabalho. Para muitas mulheres, a pandemia representou a perda de contato com entes queridos, afastamento da rotina de cuidado de filhos/as e netos/as, perda do repouso no próprio lar e do direito à subjetividade. Os três depoimentos a seguir, extraídos de reportagem realizada pelo *Jornal O Globo* em 13 de julho de 2020, ilustram esses desafios.

Aceitei porque achei que seria um mês. Mas a coisa foi piorando, e fui ficando. Tinha dia em que eu chorava. Uma vez por mês, deixava para meu genro na portaria um dinheiro para a despesa dos meus netos — diz D.A., de 52 anos, doméstica desde os 10.

Tinha hora para acordar, mas não para dormir. Quando voltei para casa, pensei: “Vou dormir três dias seguidos!”. Não consegui. Estava emocionada de chegar em casa, abraçar minhas filhas. *Me senti gente* (grifo nosso).

A empregadora de S.N., 42, pediu que ela passasse a voltar para casa só duas vezes ao mês. Alegou não poder bancar corridas de aplicativo diariamente e preferiu que ela não usasse transporte público. Desde março, S.N. vê os dois filhos, menores de idade, a cada 15 dias. Cozinha e congela comida para eles até o próximo encontro. Diz não ter tido opção. Quando ofereceu o “trato”, a patroa disse que ela não era obrigada a topa, mas buscaria outra pessoa em caso negativo (Martins, 2020).

Em resposta, “notas de repúdio, protestos e pressão política nas autoridades continuaram como prática cotidiana de luta” (Brites, 2021, p. 113), sobretudo através da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), que estabeleceu redes de solidariedade visando a arrecadação de cestas básicas e usou de forma inovadora distintas mídias sociais para intensificar a interação juntos as trabalhadoras domésticas, independentemente de terem vínculo sindical. Em junho de 2020, a FENATRAD e mais de 40 organizações parceiras lançaram a campanha “Cuida de Quem te Cuida! Trabalho doméstico não é atividade essencial!” para chamar a atenção da opinião pública a respeito da situação da categoria orientando empregadores a adotarem precauções como fornecimento de luvas, máscaras e álcool-gel e a liberarem as funcionárias de seus serviços sem prejuízo dos salários ou, não sendo possível a dispensa em razão da natureza do trabalho, disponibilizassem transportes por aplicativos (Matos, 2021, p. 60). O Sindicato soube usar a comunicação virtual por meio das redes sociais para impulsionar uma campanha reforçando o pedido pela aprovação da Emenda nº 12 ao PL 1011/2020. De autoria da deputada federal Benedita da Silva (PT), o texto incluiu as trabalhadoras domésticas

como prioridade no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (Freitas; Mantovani, 2021).

Estudo divulgado em 2021, realizado pelo Plano Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD/CONTÍNUA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao período de setembro a novembro de 2020, sinalizou a redução do contingente de trabalhadoras domésticas: menos 1,6 milhões de pessoas em relação ao mesmo período do ano anterior, perante uma redução de 563 mil pessoas na categoria dos empregadores/as. Em oposição, o número de pessoas empregadas no setor público (inclusive servidores, estatutários e militares) obteve um incremento estimado de 500 mil profissionais (IBGE, 2021). No plano internacional, as informações são igualmente alarmantes. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021, p.6), o período compreendido entre o último trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2020, assistiu à redução de postos de trabalho doméstico remunerado em algo em torno de 5% a 20% na maioria dos países europeus alcançados e de aproximadamente 50% na região da América Latina e Caribe.

Cumpre lembrar que, no Brasil, a classe já sofria os efeitos de uma crise econômica, caracterizada por crescimento lento do Produto Interno Bruto (PIB), altas taxas de desemprego e elevação do emprego informal e de contratação por meio das novas modalidades de trabalho permitidas pela Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), como demonstrado no estudo “Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus”, realizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020).

A despeito das conquistas históricas de direitos alcançadas pela categoria desde a formalização da primeira associação, em 1936, a liderança Luiza Batista – cuja fala iniciou esta seção – é incisiva ao postular que a situação das trabalhadoras domésticas nunca foi de igualdade, fato constatado, por exemplo, pela extensão da jornada do trabalho doméstico e pelo lucro indireto auferido pelo empregador. Relatório publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019) apresenta indicadores relativos

às médias de horas acumuladas no tempo da jornada de trabalho, cor/raça e categoria profissional (mensalistas e diaristas). Trabalhadoras contratadas como mensalistas registraram jornadas semanais médias de cerca de 38 horas, número superior à média de 37 horas semanais das mulheres localizadas em outras ocupações profissionais, ao passo que diaristas apresentaram médias em torno de 24 horas por semana. Pelo menos um terço das diaristas classificou sua jornada de trabalho como insuficiente. Neste grupo, o número de mulheres autodeclaradas negras que indicou interesse de trabalhar mais horas foi de 35%, ante 27% de brancas, sustentando a hipótese, segundo o estudo, de “dificuldades adicionais para estas mulheres, particularmente para as negras, de conseguirem novos domicílios para trabalhar, em especial em contextos de crise” (IPEA, 2019, p.31).

Ou seja, a pandemia não só expôs problemas sociais latentes como interagiu com desigualdades implícitas na dinâmica comercial e financeira do capitalismo neoliberal neste início de século. Tais reflexões apontam o desafio de evitarmos a armadilha de interpretar o fenômeno exclusivamente pelo viés das consequências imediatas, ou seja, daquilo que nos é aparente, sem a contrapartida da contextualização dos mecanismos estruturais que lhe dão sustentação. Sob esse prisma, recorreremos a dados recém-divulgados por agências nacionais e internacionais para investigar em que medida tendências já conhecidas do sistema capitalista e crise sanitária estão mutuamente imbricadas no caso analisado, assim como seus desdobramentos na configuração de cenários a médio e longo prazo.

Segundo o relatório *Global Economic Prospects*, lançado pelo Banco Mundial em junho de 2021, mais de 97 milhões de pessoas foram lançadas à pobreza no ano da propagação da pandemia (The World Bank, 2021). Mesmo projetando para 2021 uma diminuição na ordem de 21 milhões de indivíduos nessa situação, uma recuperação semelhante aos índices pré-pandêmicos não preencheria a lacuna relacionada ao novo coronavírus, em razão do incremento elevado da taxa de pobreza que será sentido nos próximos anos como sequela dos anos iniciais da Covid-19. Em dados

percentuais, a projeção da redução da pobreza extrema de 2,9% de 2020 a 2021 não supera o índice de declínio da pobreza de 3,3% esperado no cenário pré-pandêmico.

Na América Latina e Caribe os efeitos devastadores da pandemia e sua má gestão – em outubro de 2021 a região respondia por 18,5% das infecções e 30,3% das mortes decorrentes da Covid-19 em todo o mundo – foram projetados na estimativa de encolhimento do Produto Interno Bruto (PIB) (CEPAL, 2021, p. 9). A diminuição de 6,8% do PIB em 2020 estimada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe reflete-se na adição de 22 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza, perfazendo o total de 209 milhões ou 33,7% da população latino-americana (CEPAL, 2021, p. 9).

De acordo com o *World Inequality Report* (Relatório Mundial da Desigualdade), coordenado por Chancel et al. (2021), com relação às respostas dos países no sentido de mitigar os danos da pandemia, os resultados imediatos sugerem a correlação entre capacidade de absorção dos prejuízos causados pela crise sanitária e provisão de serviços assistenciais públicos, assegurando o direito à aposentadoria, habitação, educação, saúde, dentre outros. Para os países não identificados com esse modelo, o diagnóstico aponta um quadro de perda da renda do trabalho pelas famílias, acréscimo dos níveis de endividamento, inflação impulsionada pela alta dos preços dos alimentos, acesso reduzido à saúde pública e à educação e gastos privados por serviços de saúde. Compõem o perfil dos indivíduos atingidos mais severamente pela pandemia: trabalhadores do mercado informal, grupos vulneráveis com rendimentos e níveis de educação mais baixos, destacando-se mulheres e parcelas da população que já se encontravam à margem em face de desigualdades não superadas na constituição interna do sistema capitalista (Chancel et al., 2021, p. 47).

É nesse horizonte de interrogações que o surto pandêmico e sua repercussão no mercado do trabalho doméstico merecem ser analisados. Informe global publicado pela Organização Internacional do Trabalho

(OIT, 2021), assentado em dados de 2020, revelam que apenas metade das trabalhadoras domésticas estavam cobertas por ao menos um tipo de seguridade social frente a 6% com cobertura integral. O auxílio desemprego, o menos comum, e a licença maternidade, a mais comum, estão presentes em 25% e 74,1% dos países, nessa ordem. Uma em cada cinco trabalhadoras é contemplada por política de seguridade social relacionada ao campo de atuação. Na comparação com os demais trabalhadores, a categoria profissional está mais sujeita a trabalhar mais horas e recebe 56,4% do salário médio mensal (OIT, 2021, p. 4).

Igualmente expressivo é o indicador de elevação da vulnerabilidade das trabalhadoras do setor, girando em torno de 81,2% de mulheres excluídas do acesso efetivo a proteções sociais e trabalhistas. Não bastassem os riscos, as discriminações e as inúmeras violências a que estão expostas, ainda ganham em média 37,6% do salário mensal dos trabalhadores assalariados formais. O relatório publicado em comemoração aos dez anos da adoção da Convenção nº 189 da OIT, sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, de 2011, sintetiza as motivações da informalidade em três pontos: a não incorporação da categoria nas leis trabalhistas e de seguridade social, mecanismos escassos para garantir o cumprimento das leis existentes e ferramentas de proteção insuficientes (OIT, 2021, p. 5).

A pandemia e a crise que se seguiu vêm provocando um efeito cascata nas condições de vida das trabalhadoras domésticas: as informais são mais afetadas do que aquelas localizadas no mercado formal e essas, por sua vez, são mais prejudicadas na comparação com o conjunto de trabalhadores/as assalariados/as. Quanto mais pobres e quanto mais negras, mais as mulheres são afetadas pela crise da reprodução social, o que inclui as trabalhadoras domésticas, sujeitas a jornadas de trabalho exaustivas e mal remuneradas, maior dependência da recuperação de outros setores da economia e com baixo acesso à proteção sindical e à seguridade social.

Para além da divisão sexual do trabalho: a noção de “superexploração” do trabalho doméstico remunerado

No início da década de 1970, feministas marxistas recuperaram a noção de divisão sexual do trabalho colocada pelo feminismo socialista desde o século XIX, identificando nele, e no seu duplo – a não remuneração do trabalho feminino no âmbito do lar e da família, chamado então de trabalho *doméstico* – a base da exploração das mulheres no capitalismo. Superando a dicotomia de “teorias dualistas” que entendiam a subordinação da mulher no capitalismo como resultado da combinação de dois mecanismos, a opressão de classe (econômica) e a de gênero (advinda de um modelo ideológico, o patriarcado), essas autoras começam a trilhar o percurso para a compreensão da exploração da mulher como um elemento situado no coração do processo de acumulação capitalista, perspectiva que será mais bem desenvolvida pelas teóricas da reprodução social alguns anos depois. Em 1972, no mesmo ano da eclosão do *International Wages for Housework Campaign* (Movimento Internacional por salários para o trabalho doméstico), Selma James e Mariarosa Dalla Costa publicam o clássico *The Power of women and the subversion of the community*, dialogando criticamente com vertentes marxistas que viam o trabalho doméstico como improdutivo e um resquício das relações feudais sob o capitalismo.

Enquanto o referido debate, ancorado na noção de divisão sexual do trabalho e nos *insights* que dela decorreriam, permitiu às pesquisadoras e militantes feministas do período construir uma grade de inteligibilidade a respeito da origem da opressão das mulheres sob o capitalismo e sua localização no contexto do lar e da família, pouco se problematizou, a partir dessa categoria, acerca do fenômeno do trabalho doméstico remunerado. Em outros termos, a categoria sociológica divisão sexual do trabalho parecia não dar conta por si desse fenômeno, pungente sobretudo em sociedades que vivenciaram a escravidão moderna e as reinvenções de seu legado. O feminismo ocidental da segunda onda, forjado ainda na esteira dos discursos e pressupostos modernos e iluministas, não tinha muito a dizer,

nesse momento, sobre o trabalho precário e estigmatizado que as mulheres racializadas desempenhavam há décadas nos lares de mulheres brancas.

No Brasil, nesse mesmo período, a despeito do expressivo contingente de mão de obra feminina empregada no setor terciário e do peso relativo das atividades domésticas na economia da época, o trabalho doméstico remunerado despertava escasso interesse acadêmico no campo da Sociologia. Nesse cenário, destaca-se a pesquisa precursora realizada por Heleieth Saffioti, “Emprego doméstico e capitalismo” (1978), na qual a socióloga se lançou ao desafio de estudar tal fenômeno a partir do universo empírico das relações entre trabalhadoras domésticas e suas empregadoras na cidade de Araraquara, tomando de empréstimo conceitos centrais do léxico marxiano e reflexões suscitadas por intelectuais e movimentos feministas atuantes nos anos 1960 e 1970. Saffioti fomenta um debate que já vinha sendo problematizado na escola marxista: se o trabalho doméstico remunerado configura valor de uso, se produtivo ou improdutivo. Além de dialogar com uma literatura produzida quase que na sua totalidade por países de língua inglesa, é significativa a sua ponderação quanto ao fato de o recorte daquele momento recair principalmente sobre o trabalho doméstico realizado por donas de casa em detrimento de trabalhadoras pagas para realizá-lo em residências que não as suas.

As contribuições de Saffioti para a elucidação de um fenômeno central à compreensão das relações sociais no Brasil são resumidas aqui em dois elementos: na sua tentativa de entender a localização do trabalho doméstico no desenvolvimento histórico do capitalismo, e no conceito de “superexploração” desse trabalho quando exercido remuneradamente. Saffioti (1978) defende que o capitalismo teve a capacidade de conjugar desigualdades existentes em formações sociais anteriores com formações sociais específicas e definidoras do seu modo de produção. A particularidade do trabalho doméstico, segundo ela, residiria no seu posicionamento na economia pré-capitalista, na qual manteria uma relação de subordinação com o modo de produção propriamente capitalista. Realizado desproporcionalmente por mulheres em razão da divisão sexual do trabalho,

a incorporação dessa mão de obra, segundo as características imanentes do setor arcaico, seria marcada pela permanência de reminiscências do passado que destoam das promessas de universalização da igualdade formal e da distribuição equitativa das riquezas socialmente produzidas. Nessa relação de coexistência, o capitalismo tem a vantagem de se beneficiar da absorção de segmentos subalternizados aos quais resta a alternativa de lutarem sistematicamente por meios de sobrevivência, transitando entre formas de trabalho capitalistas e não capitalistas.

Por esse ângulo, o trabalho doméstico pago, desempenhado por mulheres empobrecidas e racializadas, é interessante ao funcionamento da ordem econômica capitalista por concentrar (e oferecer) um contingente de mão de obra maior do que o sistema é capaz de absorver. Em contextos de crise da realização da mais-valia, o sistema produtivo expulsa as trabalhadoras domésticas para atividades não organizadas nos moldes capitalistas, aproveitando-se, ainda, da baixa qualificação e da histórica discriminação direcionada à categoria. Enquanto isso, o sistema ganha fôlego para se recompor desimpedido do constrangimento de distribuir equitativamente os prejuízos do período de escassez produtiva para o conjunto da sociedade. Os registros dos dados estatísticos referentes à crise sanitária da Covid-19 estão a sustentar e conferir atualidade à premissa levantada pela autora. É assim, por exemplo, quando uma das principais alternativas para diminuir o risco de contágio, o isolamento social, evidencia o aparente paradoxo de um sistema que desvaloriza sistematicamente o trabalho doméstico.

Saffioti apresenta dados coletados sobre a participação de mulheres ocupando a posição de empregada doméstica na População Economicamente Ativa (PEA), embasando-se em levantamento do IBGE, de 1972. O pressuposto de que nos modos de produção pré-capitalistas prevaleciam práticas de escravidão e servilismo e, por extensão, de não assalariamento, teve respaldo no achado de que as empregadas domésticas ganhavam, à época, em torno de 60% do salário-mínimo, enquanto as mulheres de uma forma geral recebiam, em média, 61% do salário pago aos homens (Saffioti, 1978).

No que diz respeito à questão do valor, Saffioti entende que o produto da tarefa executada pela mão de obra doméstica não tem como finalidade o processo de comercialização de mercadorias do qual se obtém o lucro, pois estão atrelados à renda pessoal de quem contrata os serviços. Trata-se de uma relação voltada ao fornecimento de serviços consumidos no instante em que são realizados, da troca de dinheiro por trabalho, portanto, livres do compromisso da obtenção de lucro e/ou da necessidade de dispêndio de capital para sua concretização (Saffioti, 1978).

A defesa de seu argumento faz jus ao tamanho do desafio teórico sobre o qual se lançara. Sim, reconhece a socióloga, há relação entre renda e acumulação de capital, todavia, adverte, o levantamento empírico de que 30% da PEA feminina dependia do mercado de trabalho doméstico demonstrava que é a existência de um número de trabalhadoras maior do que o sistema é capaz de absorver (o chamado exército industrial de reserva) o fator chave do processo de acumulação de capital. Os salários pagos à categoria permanecem inferiores ao mínimo necessário para uma vida digna, sobretudo em países em que o fenômeno da má distribuição das riquezas socialmente produzidas é mais acentuado. Desse estado de coisas compreendemos por que o trabalho doméstico remunerado é alvo de “superexploração”. Sem a subtração do tempo produtivo e a exaustão física e emocional de corpos das trabalhadoras domésticas não seria factível ao sistema “criar as condições para sua reprodução” (Saffioti, 1978, p. 196).

A importância do estudo de Saffioti, para além do fato de ter demonstrado a pertinência do fenômeno do trabalho doméstico remunerado como problema de investigação sociológico, reside também em ter apontado as insuficiências das categorias de análises empregadas, tanto do marxismo mais ortodoxo quanto do feminismo marxista àquele momento, para elucidar a natureza da subordinação dessas trabalhadoras no processo de acumulação capitalista, que transcende o que os marcadores de gênero e de classe sugeriam.

A partir dos anos 1990, o emprego doméstico passa a ocupar lugar destacado, sobretudo no campo dos estudos sobre mulheres e nos estudos feministas, nas ciências humanas e sociais como um todo (Ávila, 2008;

Brites, 2021; Bruschini, 2007; Hirata, 2010; Kofes, 2001; Melo, 2002) e também em abordagens articuladas aos estudos pós-coloniais e decoloniais (Bernardino-Costa, 2007). Confiantes do acúmulo gerado por essas linhas de pesquisa e por dados recentes que explicitam as contradições de uma ordem social que opera em detrimento de condições dignas de trabalho para grupos e povos subjugados, o que nos motiva são as possibilidades inauguradas por elementos presentes no conceito de “superexploração”, nos termos inovadores de Heleieth Saffioti. Conceito revitalizado, nos dias atuais, na caracterização dos domínios que dão os insumos indispensáveis à sociedade capitalista, que constituem, nos dizeres de Nancy Fraser (2015; Fraser; Jaeggi, 2020) “panos de fundo” e “condições de possibilidade” para que o sistema capitalista opere em suas diferentes fases e sob diferentes regimes de acumulação. É, assim, de duas dessas condições, a “reprodução social” e a “expropriação” que trataremos na próxima seção, buscando compreendê-las como ferramentas analíticas capazes de elucidar o lugar e o papel que o trabalho doméstico remunerado desempenha na atualidade.

Reprodução social, racialidade e expropriação

Em 1983, a socióloga Lisa Vogel, expoente do feminismo marxista, publica o clássico *Marxism and the oppression of women. Toward a unitary theory*, lançando as bases da Teoria da Reprodução Social, que pode ser sintetizada na demonstração da relação indissociável entre trabalho produtivo e reprodutivo, e no argumento de que ambos pertencem a um processo integrado. Vogel elucida a conexão entre a luta de classes e a opressão das mulheres, já que a apropriação do excedente pelo capitalista se dá pela exploração do trabalho de reprodução da força de trabalho (em amplo sentido).

A reprodução da força de trabalho (e por extensão do próprio capital) ocorre não apenas no aspecto biológico, mas se refere também a todas as atividades que permitem aos trabalhadores se regenerarem e retornarem à produção (alimentação, repouso, cuidados materiais) – o sentido, aliás, que Marx atribui originalmente à noção de reprodução cotidiana da força de trabalho.

Há ainda um terceiro sentido que se atribui à reprodução social, que é o das atividades que mantêm e regeneram aquelas que não estão na produção – as crianças, os idosos, os doentes ou mesmo os desempregados (Bhattacharya, 2019). Essas atividades, que constituem o campo da proteção social, também compõem a esfera sociorreprodutiva, levando algumas autoras a recorrerem à noção de “reprodução societal” para designar o dimensionamento dessa esfera.

Referida concepção estendida da reprodução social, além de denunciar a auspiciosidade com que, sob o capitalismo, se produziu a crença da separação da esfera reprodutiva da esfera produtiva como “natural”, levando assim à desvalorização da primeira, permite reconhecer também a heterogeneidade com que as atividades sociorreprodutivas ocorrem e são exercidas, ao longo do tempo e do espaço, e as desigualdades que a ela se agregam. Tais atividades se configurarão de modo diverso segundo regimes políticos e econômicos distintos, podendo ser, por exemplo: comodificadas sob um modelo liberal e neoliberal ou organizadas e reguladas pelo Estado sob o socialismo ou a socialdemocracia (Fraser; Jaeggi, 2020). Também se diferenciarão segundo os sujeitos que delas se encarregam, de acordo com suas localizações de classe e de estatuto, desempenhando o marcador racial aqui importância central ao lado do gênero. Poderão ser exercidas, por exemplo, por redes de parentesco, por empresas, por voluntárias, ou, o modelo que debatemos aqui, por trabalhadoras domésticas no domicílio dos empregadores, modelo que autoras como Helena Hirata (2010) denominam “divisão sexual do trabalho por delegação”.

No Brasil, segundo dados do IPEA (2019) o trabalho doméstico remunerado é exercido sobrejamente por mulheres (92%), em sua grande maioria mulheres negras (63%) e com baixa renda e escolaridade. É uma atividade marcada por histórica e profunda desvalorização social e econômica, pelo estigma, e pela desproteção legal e jurídica (78% não possuíam carteira assinada em 2019, antes da pandemia), não obstante a importância e indispensabilidade e a expressividade dessa atividade no país:

segundo a PNAD de 2019, as trabalhadoras domésticas representavam 10% de toda população ocupada no Brasil acima de 14 anos, que corresponde a um contingente de 6,7 milhões de pessoas. Nenhuma outra categoria profissional é tão representada por aqui.

Levando em conta o quadro de “superexploração” a que essas mulheres estavam submetidas na década de 1970, retratado por Saffioti (1978), e confrontando-o com os dados de 2019 (de antes da pandemia) e as informações produzidas durante a pandemia e já apresentadas, nota-se a perenidade do diagnóstico elaborado pela autora, não obstante as mudanças sociais, econômicas e políticas pelas quais o país atravessou no período. A recalcitrância desse quadro, e mais precisamente, a inalterabilidade do perfil socioeconômico e sobretudo racial dessas trabalhadoras, nos conduz a uma busca por suportes teórico-analíticos que possam fornecer subsídios consistentes à compreensão do papel que a racialidade desempenha nesse processo de exploração e subordinação, para além da repetida constatação empírica da prevalência das mulheres racializadas entre as trabalhadoras domésticas no país.

É Lélia Gonzalez (1984) quem nos convoca a empreender um esforço analítico sobre essa realidade que leve em conta, além de marcadores socioeconômicos, aspectos históricos e aportes psicanalíticos que, na sua interpretação, alçam o racismo no país a um estado de “neurose cultural brasileira”. Tentando elucidar esse “lugar” naturalizado da dominação e de violência simbólica, a autora recorre a uma das figurações mais poderosas sobre a qual o mito da democracia racial se assentou no país, a trivalente personagem que a mulher negra encarna: a “mulata”, a “doméstica” e a “mãe preta”. Enquanto a “mulata” refere uma exaltação objetificada, consagrada apenas no curto período do carnaval, a “doméstica” pereniza o lugar social da subordinação e da discriminação ao qual o racismo brasileiro confina a mulher negra, atualizando o papel que já foi da “mucama” e, por vezes, personificando-se também na “mãe preta”, quando o trabalho doméstico engloba o cuidado da prole dos patrões.

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”) (Gonzalez, 1984, p. 230).

A advertência de Gonzalez remete à necessidade de chamar a atenção da intelectualidade e da militância, àquele momento, sobre a permanente reinvenção de formas de violência simbólica que o *racismo* engendra na experiência nacional e que remetem ao processo de formação cultural brasileira, forjado a partir da experiência da escravidão, o qual precisa ser perscrutado numa seara que não se situa apenas na dileta arena da “luta de classes”.

Quarenta anos depois, é a partir do pensamento de uma filósofa neomarxista, identificada com a *New Left* estadunidense e com o feminismo socialista, Nancy Fraser (2015; Fraser; Jaeggi, 2020), que encontramos a proposição mais profícua e original sobre a importância e a funcionalidade que a opressão racial desempenhou e continua a desempenhar para a acumulação capitalista, e como ela se comunica a outras formas de opressão. Fraser propõe uma interpretação estendida do capitalismo, não restrita a um sistema econômico, e sim a uma “ordem social institucionalizada”.

Fraser (2015; Fraser; Jaeggi, 2020), inspirada no marxismo negro, dá o nome de “expropriação” ao processo de confisco do trabalho de indivíduos destituídos de plenos direitos, cuja marca inequívoca, afirma, é a raça. O capitalismo recorre tanto à “exploração” dos trabalhadores que vendem a sua força de trabalho em troca de salários, especialmente nos países do Norte Global, quanto ao excedente obtido às custas da expropriação de sujeitos racializados, situados tanto no centro quanto na periferia do capitalismo, em sociedades atravessadas pela experiência da colonialidade e da escravidão moderna.

O que diferencia e dá condições à expropriação são fundamentalmente razões de ordem econômica e política. Economicamente, os sujeitos expropriados sob o capitalismo não recebem sequer o suficiente para sua reprodução cotidiana, em diferença ao que ocorre com os sujeitos explorados. Politicamente, relações de poder hierárquico e diferenciais de *status*, forjadas em arranjos institucionais, bloqueiam o exercício da plena cidadania a esses sujeitos, o que os expõe à subjugação e à violência, perpetradas inclusive pelo Estado. Fraser compreende, ademais, a expropriação como uma das “condições de possibilidade do capitalismo”, que pode revelar a “história de fundo”, não oficial, do capitalismo. Além da expropriação, a autora identifica outras três condições: a “reprodução social”, a “separação entre domínio da natureza e domínio econômico” e a “cisão entre economia e política”.

Ao tratar as “condições de fundo”, Fraser alarga o raio de investigação dos elementos históricos subjacentes ao empreendimento capitalista, extrapolando os limites de categorias centradas nas relações contratuais localizadas na esfera da produção. A armadilha teórica – uma das facetas encobertas pelo capitalismo – está em situar as “condições de fundo” à parte do modo de funcionamento do processo produtivo, deixando escapar o papel emblemático dessas pré-condições num modelo marcado pela tendência sistêmica a crises que, não por acaso, se situam contemporaneamente nos domínios socio-reprodutivo, ambiental/ecológico e político (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 51).

Fraser avança na direção de uma concepção atualizada e expandida do capitalismo, finalmente integrando à análise o modo de funcionamento de um complexo socio-histórico indispensável ao impulso e à manutenção do movimento incessante do capital: o trabalho reprodutivo não pago ou mal remunerado, o uso indiscriminado e gratuito dos recursos naturais e a subjugação de sujeitos racializados. Embora a exploração de trabalhadores assalariados e o confisco de recursos e de capacidades de indivíduos situados fora ou nos limites da relação contratual sejam fenômenos paralelos num mundo organizado pelo capital, a “exploração”, na clássica formulação capital-trabalho, não pode ser confundida com a

“expropriação” historicamente direcionada a grupos integrados como mão de obra precarizada e, portanto, passíveis de espoliação contínua e subtração de suas energias vitais, seja em momentos de crise ou de “normalidade”.

O que propomos neste artigo é, primeiramente, assumir que a noção de “expropriação”, tal como concebida por Fraser, fornece subsídios importantes para compreender a subordinação e inferiorização de *status* a que as trabalhadoras domésticas, em sua maioria mulheres racializadas, estão expostas desde há muito no Brasil. Para além, ainda, compreendemos que essas mulheres ocupam uma posição estratégica no modo de acumulação capitalista (e racializado) contemporâneo por se localizarem precisamente no entrecruzamento de duas “condições de possibilidade do capitalismo”, estrategicamente mantidas como não aparentes, mas fundamentais para o processo de acumulação: a expropriação e a reprodução social.

Assim, se em Saffioti o trabalho doméstico pode ser finalmente relacionado ao modelo capitalista, ainda que numa lógica pré-capitalista, a partir dos *insights* teóricos apresentados por Fraser, dos quais nos (re) apropriamos aqui, permite-se dar um passo adiante. Ao compreendê-lo a partir de uma (renovada) teoria crítica do capitalismo, atenta às linguagens e lutas sociais do presente, potencializa-se o exercício analítico sobre a articulação dos marcadores de gênero, raça e classe na compreensão desse fenômeno, desvendando sua estratégica e renovada funcionalidade para os processos de acumulação.

O fato de as trabalhadoras domésticas se localizarem no encontro dessas duas “condições de fundo”, além de implicar condições elevadas de subjugação, proporciona, ao mesmo tempo, um potencial disruptivo às suas lutas e demandas. Isso porque, o conflito contemporâneo, favorecido pela crise sanitária e econômica, não só reforça a faceta do sistema capitalista de distribuição desproporcional dos recursos responsáveis pela manutenção da vida, como expõe as vísceras de um sistema cuja lógica de exploração do trabalho opera em níveis de escalas simultaneamente “constitutivas”, porque arquitetadas visando a extração de mais-valia, e “sobrepostas”, pois situadas nas fronteiras em que as opressões étnico-raciais e de gênero se agudizam.

Considerações finais

A pandemia tornou latentes e expôs as fronteiras institucionais do capitalismo em que os mapas analíticos de gênero e raça se sobrepõem como fundamentais para compreender, ontológica e epistemologicamente, a centralidade da categoria trabalho na configuração dos efeitos desproporcionais da crise econômica associada à crise sanitária.

Se a crise do cuidado (e da reprodução social) tem exposto mais e mais as mulheres racializadas a verdadeiros processos de expropriação, agravados pela pandemia da Covid-19, ela também constitui uma oportunidade histórica única, no Brasil, para desvendar tais processos. Deliberadamente ocultados e camuflados pela ficção da igualdade jurídica no país, forjada no interior da arquitetura liberal desde a passagem do trabalho escravo para o livre, tais processos de subjugação e exploração a que essas mulheres se viram expostas também estiveram constantemente revigorados pelo mito da democracia racial, durante todo o século XX.

Desde o início deste século, contudo, as fissuras nesse projeto de expropriação começaram a aparecer, o que a EC 72/13 (PEC da Domésticas) pôde evidenciar, mas não de todo romper. As lutas sociorreprodutivas desta segunda década, aliadas às lutas antirracistas e decoloniais que também se acirram no contexto mundial pandêmico, são portadoras potenciais de uma radical interpelação ao capitalismo atual, que vive sua fase mais abissalmente desigual e antidemocrática de que se teve notícia. E são as trabalhadoras domésticas aquelas que estão na fronteira de ambas as lutas.

Alessandra Teixeira é Doutora em Sociologia (USP) e professora da Universidade Federal do ABC, no Centro de Engenharias e Ciências Sociais Aplicadas (CECS) e no Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais.

✉ alessandra.teixeira@ufabc.edu.br

Priscila dos Santos Rodrigues é mestrande em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC.

✉ priscila.r@ufabc.edu.br

Referências

1. ARRUZZA, Cinzia. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. *Cadernos Cemarx*, n. 10, 2018, p. 13-38.
2. ÁVILA, Maria Betânia et al. *Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico*. Recife: SOS Corpo, 2008.
3. BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Sindicato das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, 2007.
4. BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, n. 32, p. 101-113, 2019.
5. BRITES, Jurema G. Trabalhadoras domésticas e a mobilização digital durante a pandemia da Covid-19. In: PINTO, C. P. et al. *Os sindicatos das trabalhadoras domésticas em tempo de pandemia: memórias da resistência*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2021. p. 105-121.
6. BRUSCHINI, Maria Cristina A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, 2007.
7. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL. *Disasters and inequality in a protracted crisis: towards universal, comprehensive, resilient and sustainable social protection systems in Latin America and the Caribbean* (LC/CDS.4/3). Santiago: CEPAL, 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47376/3/S2100467_en.pdf
8. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL; ONU MULHERES; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. *Trabalhadoras remuneradas do lar na América Latina e no Caribe frente à crise do COVID-19*. Santiago: CEPAL, 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/45725-trabalhadoras-remuneradas-lar-america-latina-caribe-crise-covid-19>
9. CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel; ZUCMAN, Gabriel. *World Inequality Report 2022*. [S. l.]: World Inequality Database, 2021. Disponível em: <https://wir2022.wid.world/>
10. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. *Brasil: a inserção das mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: DIEESE, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.pdf>
11. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus. *Estudos e Pesquisas*, n. 96. São Paulo: DIEESE, 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestico.html>
12. FRASER, Nancy. Por trás do laboratório secreto de Marx. Por uma concepção expandida do Capitalismo. *Revista Direito e Práxis*, v. 6, n. 10, p. 704-728, 2015.

13. FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.
14. FREITAS, Isabel; MANTOVANI, Denise. Trabalhadoras domésticas na pandemia: visibilidade na mídia e formas de resistência. In: PINTO, C. P. et al. *Os sindicatos das trabalhadoras domésticas em tempo de pandemia: memórias da resistência*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2021, p. 72-103.
15. GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223-244, 1984.
16. HIRATA, Helena. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Revista Tecnologia e Sociedade*, v. 6, n. 11, 2010. <http://dx.doi.org/10.3895/rts.v6n11.2557>
17. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua*. Trimestre móvel set./nov. de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2020_nov.pdf
18. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua*. Texto para discussão 2528. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35231&Itemid=444
19. IPEA. *Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil*. Nota Técnica n. 75 (Disoc). Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10077>
20. KOFES, Suely. *Mulher, mulheres*. Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
21. MARTINS, Elisa. Casos de abusos a trabalhadoras domésticas crescem durante a pandemia da covid. *Jornal O Globo*, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/casos-de-abusos-trabalhadoras-domesticas-crescem-durante-pandemia-da-covid-19-24529311>
22. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
23. MATOS, Myllena C. de. Luta jurídica contra a violação de direitos. In: PINTO, C. P. et al. *Os sindicatos das trabalhadoras domésticas em tempo de pandemia: memórias da resistência*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2021. p. 52-71.
24. MELO, Hildete P. de. Trabalhadoras domésticas. *Revista do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher*, v. 4, n. 4, 2002.
25. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. *Hacer del trabajo doméstico un trabajo decente*. Avances y perspectivas una década después de la adopción del Convenio sobre las trabajadoras y los trabajadores domésticos, 2011, n. 189. OIT, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_802556.pdf

26. SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978.
27. SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
28. THE WORLD BANK. *Global economic prospects*. A world group flagship report. Washington: The World Bank, 2021. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/world-bank-global-economic-prospects-june-2021>
29. VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
30. VOGEL, Lise. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Nova Brunswick: Rutgers University Press, 2013.

Recebido: 14 jan. 2022.

Aceito: 8 jul. 2022.

<http://doi.org/10.1590/18070337-112451>

Desde la distancia: elementos para una sociología del contacto en un contexto de pandemia

Daniel Castaño Zapata* 

Gabriel Ruiz Romero* 

Resumen

Exploramos en este texto la reconfiguración de relaciones sociales bajo la imposición del distanciamiento físico en el contexto de la pandemia del Covid-19. Específicamente, analizamos la pérdida de la dimensión háptica de las relaciones socioeróticas y la transformación sociocultural que esto conlleva. Basados en un trabajo de campo desde la distancia, exploramos cómo el cuerpo propio y el de aquellos con quienes tenemos vínculos sociales afectivos se ha vuelto siniestro, esto es, al tiempo familiar y extraño. Sostenemos, finalmente, que la suspensión momentánea del fondo común histórico y cultural de las relaciones socioafectivas permitió identificar las condiciones de posibilidad de las mismas, revelándolas no sólo como intersubjetivas sino definidas por otros agentes que determinan la ecología de dichas relaciones.

Palabras clave: tacto, amor, cuerpo, siniestro, distanciamiento social, pandemia.

* Universidad de Medellín, Medellín, Colombia.

From a distance: elements for a sociology of contact in the context of a pandemic

Abstract

We explore, throughout the paper, the reconfiguration of social relations under the imposition of physical distancing in the context of the Covid-19 pandemic. Specifically, we analyze the loss of the haptic dimension of socio-erotic relationships and the socio-cultural transformation that this entails. Based on a fieldwork at a distance, we explore how our own body and the one of those with whom we are emotionally and socially tied have become sinister, that is, familiar and strange at the same time. Finally, we argue that the momentary suspension of the historical and cultural common ground of socio-affective relationships has allowed to identify the conditions of their possibility of them, revealing them not only as intersubjective but also defined by other agents that determine the ecology of these relationships.

Keywords: touch, love, body, sinister, social distancing, pandemic.

“Reconocerme en la mano que me toma al caminar”

(*Estamos, estarás*, Gabo Ferro y Luciana Jury, 2014)

“El tacto no es sólo físico; es simultáneamente semántico”.

(Le Breton, 2009, p. 179)

Introducción: la pérdida del logos

El jueves 30 de enero de 2020, de 13.30 a 18.35 horas, hora de Ginebra (CEST), el Comité de Emergencias convocado por el director general de la OMS en virtud del Reglamento Sanitario Internacional (RSI 2005) se reunió para tratar sobre el brote del nuevo coronavirus (2019-nCoV) en la República Popular China y los casos exportados a otros países (OMS, 2020).

A lo largo del tiempo transcurrido desde ese primer pronunciamiento, los ciudadanos del mundo hemos sido receptores de varias medidas de contención del virus, entre las que sobresale la demanda de distanciamiento

social. Esto ha conllevado una inevitable reconfiguración de los ritos y costumbres que implicasen la cercanía y, en particular, el contacto con el otro. Lo cercano empezaba a devenir distante... y extraño.

En este texto nos interesa explorar algunas consecuencias sociológicas de la reconfiguración de relaciones sociales bajo la imposición del distanciamiento físico como forma predominante y/o legítima del relacionamiento social. Entendemos dicha distancia, en tanto relación no táctil con otros cercanos, como una transformación de la relación social misma y de la cultura que en ella se encarna. Partimos de la premisa que afirma que toda relación social es una relación sensual (Le Breton, 2002), y más concretamente, que todo orden social es un orden sensorial (Howes, 2014).

En un bello texto firmado por Levi R. Bryant (2020) se plantea que uno de los principales problemas en el proceso de comprensión de toda situación límite es la propia imposibilidad de una reflexión consumada; la ausencia de lo que Bryant llama “la trascendental unidad de la apercepción”, es decir, la incapacidad de realizar una interpretación consciente, acabada, de la (nueva) realidad que empezamos a vivir. El texto de Bryant se basa en el concepto heideggeriano de *Dasein*, entendido como la apertura o “el claro de luz (*clearing*) dentro del cual las cosas aparecen o se manifiestan” (Bryant, 2020), mostrando con ello que el ser de las cosas está determinado por su pertenencia a una totalidad de significados que es el mundo mismo. A partir de ello, Bryant reflexiona sobre la pandemia del Covid-19 y señala que con ella hemos empezado a extraviar el marco habitual desde el cual miramos e interpretamos el mundo. Los marcos referenciales que empleábamos para dilucidar nuestra vida cotidiana y actuar en consecuencia comenzaban a dejar de ser útiles.

Así, como resultado de la disolución del sentido de continuidad de la vida diaria, de sus ritos y de sus interacciones fundamentales, Bryant postula que con la pandemia hemos perdido nuestra capacidad de reconocer el mundo como *nuestro*, lo cual significa que hemos perdido el *logos* de nuestro mundo, la gramática con la que en él nos movíamos. Son, así, nuestras “formas básicas de sociabilidad humana” las que se han ido difuminando

con la pandemia (Katila *et al.*, 2020, p. 2). Esta repentina alteración de las modalidades más naturalizadas de nuestra forma de ser sociales se impuso de golpe mediante disposiciones gubernamentales, algunas de carácter coercitivo, y recomendaciones sanitarias que apelaban, por la fuerza o el convencimiento, a la práctica del distanciamiento físico como nueva norma de relacionamiento social. En este sentido, un comunicado de los Centros para el Control y la Prevención de Enfermedades (CDC) indicaba que

[...] para practicar el distanciamiento social o físico: manténgase al menos a 2 metros de otras personas. No se reúnan en grupos. Manténgase alejado de lugares concurridos y evite reuniones. Además de los pasos diarios para prevenir Covid-19, *mantener el espacio entre usted y los demás* es una de las mejores herramientas que tenemos para evitar estar expuestos a este virus y ralentizar su propagación a nivel local y en todo el país y el mundo (CDC, 2020. Énfasis añadido)

Inmersos en este tipo de recomendaciones y/o prohibiciones legales, de manera abrupta y con sensación de incredulidad, asistimos a la modificación de la vida cotidiana y de las prácticas de interacción afectivas tal y como las conocíamos. En este contexto, la dimensión háptica, táctil, de la sociabilidad se mostró, por su ausencia, en todo su esplendor. Ese espacio vacío de la sociabilidad lo hemos sentido a nivel global y básicamente ninguno de nosotros ha escapado – en mayor o menor medida – a él. Si empleamos, entonces, la primera persona del plural, no es aquí una declaración de principios frente a la rigurosidad formal que a veces exige la academia – y el consecuente uso de la tercera persona en los artículos científicos – sino porque en este caso no somos solo terceros concernidos sino implicados directos en esa pérdida repentina del logos del mundo.

Es por esto que en este trabajo involucramos, en primer lugar, nuestra propia experiencia y la de personas cercanas (siendo conscientes de que el propio significado actual de este adjetivo es puesto en cuestión en este texto) como fuente primaria. Para el tema que nos ocupa y el contexto en el que escribimos, se nos hace fundamental ir a las intimidades reales de la vida en la cual participamos. No se trata, así, de una observación

participante en el sentido clásico antropológico del término, sino de una “participación íntima” (Tahhan, 2013, p. 47) que se instala en el umbral entre la objetividad y la subjetividad en tanto somos participantes de (el cambio de) una relación con el mundo (Merleau-Ponty, 1993).

En adición a nuestra experiencia auto-etnográfica, la información presentada en esta investigación fue construida a partir de numerosos testimonios recolectados entre nuestras redes afectivas y profesionales. No hablamos sólo de entrevistas, sino de conversaciones con colegas, amigos y conocidos (sostenidas por teléfono, a través de plataformas como *Teams* y *Zoom* o de chats en *WhatsApp*), casi desde el inicio de las medidas de restricción (que en Colombia comenzaron a finales de marzo), pero en particular entre los meses de junio y agosto de 2020. Se trata, en definitiva, de una vuelta de tuerca de lo que Tony Robben (2008, p. 55) denomina “un trabajo de campo desde la distancia” y que se impone cuando por alguna razón no es posible el acercamiento al campo donde tienen lugar las interacciones que deseamos estudiar. En nuestro caso, trabajamos desde la distancia no solo porque ello esté determinado por la imposibilidad de acercamiento, sino que la distancia es el propio campo relacional que aquí se estudia.¹

En la línea trazada por David Hakken (1999), nos sumergimos en un trabajo que pueda analizar una forma deslocalizada de relación afectiva, pero aún así socialmente significativa. Cuando Hakken escribió ese texto fundamental para la etnografía de lo que él allí llamó el ciberespacio (hablamos de *Cyborgs@Cyberspace*, publicado por primera vez en 1999), lo

¹ Como se verá en el texto, los testimonios provienen en su mayoría de personas vinculadas al mundo universitario. Esto se debe a que los autores pertenecemos desde hace años a ese mundo y por ello nuestras redes socioafectivas están ancladas en gran medida a ese espacio. Por otra parte, es básicamente casual que todos los testimonios finalmente citados en el artículo sean de mujeres. Esto no responde a una perspectiva de género del trabajo sino al hecho de que a pesar de haberle planteado las mismas preguntas a todas las personas entrevistadas para nuestra investigación, fueron mujeres las que más se extendieron en sus respuestas y, por ello, el material testimonial seleccionado terminó teniendo ese distintivo. Esto último, que sean mujeres las que más amplíen sus respuestas en este tema, podría ameritar un estudio más profundo, pero no es ese nuestro propósito aquí.

presentaba como el trabajo de un etnógrafo que miraba al futuro. En el año 2020, y en muchos sentidos de forma repentina (aunque toda la estructura tecnológica – e incluso social – que lo posibilitaría ya estaba desde antes), ese futuro estudiado allí se instaló en tanto vida cotidiana presente. Este trabajo, por ello, recoge una de las proposiciones generales de aquel libro, según la cual el trabajo de investigación en “proto-ciberespacios provee información útil tanto para pensar como para orientar la construcción cultural” que tiene allí lugar (Hakken, 1999, p. 4).

Es por lo anterior que nuestro interés en las exploraciones e interacciones que tuvimos para fundamentar este trabajo fue identificar y analizar algunas trayectorias e interpretaciones de las nuevas dinámicas de la dimensión háptica de la existencia social, así como las negociaciones locales para lograr rituales de interacción en la época del Covid-19. En pocas palabras, nos preguntamos por la crisis de la centralidad del contacto físico como expresión del afecto y como elemento de reconocimiento mutuo en las relaciones sociales. Esta exploración la hicimos inmersos en el tipo de interacción que explorábamos, es decir, lo hicimos a través de la pantalla. Se habla de las dificultades que esto conlleva para el trabajo de investigación (la dificultad de establecer la confianza que permite la cercanía, por ejemplo), pero cuando hay ya una confianza previa, la distancia puede ser también una aliada, no sólo porque ella misma es objeto de estudio – como es aquí el caso –, sino porque desde la distancia puede expresarse aquello que quizá no se articularía en una conversación cara a cara. Como nos dijo una de nuestras informantes: “[...] no creo que te hubiera dicho frente a frente todas estas historias. Pero por medio de una pantalla es diferente” (A. Estudiante universitaria, 25 años. Entrevista a través de WhatsApp, agosto 2020).

Hemos hablado de manera general de interacciones y relaciones sociales, ahora podemos precisar que nos enfocamos en la relación afectiva y/o amorosa. Se trata de un tipo de relación en la cual las conductas individuales buscan crear las condiciones para una proximidad física y psicológica entre los actores, bien sea que dicha proximidad se fundamente en el cuidado y la cercanía con el otro, buscando el sostenimiento duradero

del vínculo afectivo (como sería el caso de las relaciones con familiares y amigos cercanos), o que involucre la sexualidad como elemento vinculante. Esta aclaración es importante ya que, si bien toda relación social es una relación sensible, no toda relación sensible es una relación amorosa. De manera que, al momento de preguntarnos por las consecuencias que el distanciamiento tiene en la forma de las interacciones humanas, no nos ocupamos en este texto de la virtualización de transacciones sociales no amorosas (como las de orden comercial, por ejemplo), sino de aquellas cuya estructura *a priori* supone el contacto físico afectivo.

Ya una pandemia reciente afectó también las relaciones socioafectivas. Hace 40 años, el Síndrome de Inmunodeficiencia Adquirida (SIDA), producido por el Virus de Inmunodeficiencia Humana (VIH), alteró con fuerza la consideración social de las relaciones sexuales y amorosas (con una profunda carga moralista y homófoba. Basta decir que la primera forma de nombrar la enfermedad fue *Gay-Related Immune Deficiency*). Estas relaciones se volvieron objeto central del escrutinio sanitario y las recomendaciones sobre formas de distanciamiento tanto social como íntimo empezaron a estar a la orden del día. La sexualidad, elemento vinculante socioafectivo por excelencia (Freud, 1986), se vio alterada y su asociación con la muerte dejó de ser sólo simbólica, emergiendo en su pesada literalidad. La pandemia del SIDA, que se prolonga hasta nuestros días, es así un antecedente de lo que aquí llamaremos, con Ingold (1991), un proceso de interagentividad que transformó la estructura representacional con que comprendíamos las relaciones sociales.

Finalmente, las reflexiones que aquí presentamos no tienen una condición contextual apenas aplicable al momento de la pandemia en cuestión. Creemos, por el contrario, que el análisis desarrollado tiene un carácter primario. La suspensión momentánea del fondo común histórico y cultural en el que se despliegan las relaciones socioafectivas nos permite identificar sus condiciones más profundas, su ser-ahí, su ser-en-el-mundo. Analizamos estas relaciones como involucramientos entre organismos enclavados en una cultura. Creemos, entonces, que la actual pandemia, en

tanto ruptura o contratiempo, es una ventana de observación al ser mismo de nuestras relaciones, lo cual nos ayuda a comprenderlas (a ellas y a sus agentes) como entidades encarnadas (Taylor, 1993).

Lo anterior nos sirve además para desarrollar una reflexión respecto de la vida social como proceso de interagentividad – en lugar de una intersubjetividad – en tanto campo de despliegue de relaciones entre diversos agentes, no sólo entre sujetos humanos (Ingold, 1991). En la medida en que toda relación está enmarcada en un contexto, al relacionarnos con el otro lo hacemos a través de (o desde) otros agentes del mundo que condicionan o determinan la relación. El virus, en este sentido, no sería algo externo que altera nuestra relación con los otros (y con nosotros mismos) sino que es él parte integrante de esa relación. Nos relacionamos con los otros a través de (o desde) el virus mismo. Se trata, en este caso, de una agente que, como hemos dicho, transforma el logos mismo del espacio relacional.

“Pero así no”: lo siniestro

El tacto es *motor* de la interacción humana (Katila *et al.*, 2020) en la medida en que constituye un mecanismo de establecimiento de vínculos intensivos (DeLanda, 2006). Es por esto que juega un rol central no sólo en la experiencia individual del mundo (Enfield, 2009), sino también en la construcción cultural que fundamenta la existencia social (Fulkerson, 2012). Sin embargo, como un elemento dado por sentado en toda práctica de establecimiento de vínculo social, el tacto fue un convidado de piedra en buena parte los análisis sociales sobre la construcción, reproducción y sentido de las relaciones sociales (Merleau-Ponty, 1993; Goffman, 1967), reduciendo su protagonismo a aquellas de tipo erótico (Simmel, 2014). Pero el espacio del tacto es, en realidad, más amplio y por ello está instalado en un lugar central dentro de los rituales occidentales de socialización (Dunbar, 2010).

Sucede así que la fenomenología que subyace en las relaciones sociales, en sentido amplio, es estructuralmente la misma que gobierna las relaciones

eróticas: “la misma lógica [del erotismo], aunque en una versión atenuada, también genera y gobierna la amplia clase de ‘ocasiones sociales propiamente dichas’, y esta homología exige agrupar las ocasiones eróticas y sociales bajo una misma rúbrica, que propongo llamar lo ‘socioerótico’” (Weitman, 1998, p. 72). Lo anterior se debe a que el proceso de vinculación social es fundamentalmente afectivo, así como una experiencia corporal sensible en la cual el tacto cumple un rol central (Kaufmann, 2010), no solo como medio de vinculación social sino, incluso, como *sentido* mismo del vínculo (Crossley, 1995).

Sin embargo, la lectura que en el contexto de la pandemia por el Covid-19 han hecho las organizaciones de salud y los gobiernos del mundo sobre el rol de dicha experiencia corporal en la creación del vínculo social está lejos de considerarlo el fundamento de la sociabilidad. Así, por ejemplo, en la tercera conferencia de prensa ofrecida por la OMS se señaló la decisión de reemplazar el uso de la expresión distancia social por distancia física. La razón de ello era que la distancia física no tiene por qué suponer falta de relacionamiento social, debido a que “[...] la tecnología en este momento ha avanzado tanto que podemos mantenernos conectados de muchas maneras sin estar físicamente en la misma habitación o en el mismo espacio con las personas” (OMS, 2020b).

Estar conectados (mediados por la tecnología) es equivalente aquí a estar relacionados. Aunque hay quienes sostienen que en tales conexiones el tacto sigue estando “mediado digitalmente” (Jewitt; Mackley, 2018, p. 2), consideramos que el desanclaje corporal de un tipo de sociabilidad en el que la telepresencia es la forma de encuentro, constituye – por su propia naturaleza – una relación *inháptica*, es decir, una en la que el cuerpo no es la “condición humana del mundo” (Le Breton, 2009, p. 12) sino que es, de hecho, lo que nos separa del mundo. Si el tacto es “el sentido de lo cercano” (Le Breton, 2009, p. 146), las relaciones telemáticas representan necesariamente un distanciamiento que no es sólo físico sino – y quizá principalmente – social.

Dice David Le Breton (2009, p. 145) que la privación del tacto es “una privación del goce del mundo” porque al prescindir de él perdemos incluso

la percepción de nuestro propio cuerpo, ya que éste se hace sensorialmente perceptible al tocar y ser tocados. De allí el epígrafe de este texto, en tanto nos reconocemos en la mano que nos toma. Sin embargo, esta dimensión háptica de la experiencia sensorial del mundo ha sido puesta en cuestión a partir de la relación inversamente proporcional que se ha establecido entre salud y sociabilidad corporal. En efecto, en algo son coincidentes todos los discursos dominantes político-sanitarios desplegados en el contexto de la pandemia: a mayor interacción mayor riesgo de contagio.² Las consecuencias sociales de este desplazamiento metonímico entre contacto y peligro han sido notoriamente más agudas en el campo de las interacciones no instrumentales, las que Simmel (2014) denomina afectivas o lúdicas. Éstas, si no han sido anuladas, han debido adaptarse a una digitalización (esto es, una separación) forzosa. En este sentido,

la crisis ha estimulado una aceleración en la digitalización de algunos rituales interpersonales de cuidado, sociabilidad y afecto. Los grupos familiares digitales reemplazan las relaciones de proximidad física a través de elementos simbólicos alternativos de proximidad, como la implicación emocional verbalizada, la atención a un enfoque común y la participación en rutinas grupales. Además, el carácter espacial de la copresencia es reemplazado digitalmente por el carácter temporal de la simultaneidad (Romania, 2020, p. 61).

Cuando en Colombia ya había avanzado el proceso de confinamiento y distanciamiento físico, uno de nosotros debió acompañar a su padre en un periodo de hospitalización debido a una intervención quirúrgica a la que fue sometido. Las restricciones de bioseguridad implicaban acompañar al familiar en la habitación con un uso constante de guantes descartables de látex, tapabocas, gorro de tela quirúrgica y una bata anti fluidos. Ante la

² Hablamos de discursos dominantes para señalar que existen también otras posiciones que, sin ser negacionistas de la pandemia, advocan por otro tipo de aproximación en su confrontación. Quizá el mejor ejemplo de estos discursos alternos (basados en evidencia y no simplemente especulativos) es la *Great Barrington Declaration*, la cual recomienda una protección enfocada (*Focused Protection*) hacia las poblaciones más vulnerables mientras se estimula que el sector poblacional que tiene menos riesgo reasuma una vida más o menos normal. Para ampliar todo lo relacionado con este enfoque, ver *The Great Barrington Declaration* (2020).

negativa de la enfermera jefe respecto del pedido de que el acompañante pudiera sacarse los guantes y la bata anti-fluidos, el padre (un hombre, para ese momento, de 75 años) intervino en la conversación y dirigiéndose a la enfermera le dijo: “¿Sabe qué pasa señorita? Que él es mi hijo. Y así es como si no fuera él de verdad. Es como una copia. Yo sé que no se puede y que es por mi cuidado, y que... pero así no. Todo por celular, todo con plástico. Y eso no alcanza. A mí no me alcanza” (notas de campo, junio 2020).

Ese “pero así no” sirve para recordarnos que el sentimiento está relacionado con el mundo material sensual del tacto (Highmore, 2016). Ese tacto, que incluso si no se materializa, pero está presente en potencia, como posibilidad, es crucial en el establecimiento, conservación y sentido de las relaciones sociales afectivas. Esta experiencia social del tacto (en tanto actividad vincular intersubjetiva) está determinada por una ecología del tacto, es decir, por las condiciones histórico-sociales en las cuales la experiencia tiene lugar. El contexto actual de relaciones distantes, de telepresencialidad, conlleva así un debilitamiento (incluso una desaparición temporal) de la percepción corporal recíproca, lo que a su vez representa un quiebre en el vínculo entre conocimiento sensorial y afección, en el que se fundamentan los vínculos relacionales humanos (Ingold, 2011).

Las relaciones sociales obedecen, así, a una ecología de los sentidos, de manera que “los modelos sensoriales, en tanto sujetos, al tiempo, caducan y varían” (Bau, 2018, p. 103). Para el caso del tacto, más que de un sentido, se trata de una modalidad de expresión, experiencia y respuesta a valores y jerarquías de tipo social (Classen, 2012). El tacto tiene, pues, una social determinación estructural. Es por esto por lo que los discursos sanitarios del cuidado (propio y del otro) y los políticos de la disciplina social, al modificar el espacio y disposición para los intercambios sociales que supongan contacto físico, modifican también el propio sentido del tacto.

Hablamos, entonces, desde una perspectiva interagente, la cual busca integrar dos dimensiones analíticas: la ecológica (que se interroga por las condiciones materiales e históricas que posibilitan una relación social) y la relacional (que se interroga por la experiencia misma de la

relación social encarnada). Las condiciones sociohistóricas actuales están determinadas por la situación de pandemia y el subsecuente mandato global del distanciamiento físico. Tales condiciones han provocado la emergencia de un nuevo entendimiento de las formas y sentidos relacionales. Una relación social no es solo intersubjetiva, sino que en ella están implicados otro tipo de agentes no humanos (como el virus, por un lado, o los objetos/ acciones para reducir su riesgo, como las mascarillas o las mamparas que nos separan de los dependientes en las tiendas o supermercados). La pandemia ha hecho evidente a esos otros agentes que intervienen en una relación que no es solo intersubjetiva. O mejor: toda relación social intersubjetiva está ecológicamente dispuesta por otros agentes que componen el mundo. De allí que afirmemos con Ingold (1991) que las personas somos centros de intencionalidad y conciencia dentro de campos de relaciones interagentivos, los cuales a su vez son cultivados y transformados por nuestras propias acciones.

Es junio de 2020 y en el mundo (este mundo que ya es otro mundo, que incluso vacilamos en llamar nuestro) estamos encerrados. La prensa mundial da cuenta de la estrategia implementada por una residencia de adultos mayores en Valencia (España) denominada “Abrazos seguros”. La estrategia llegó luego de tres meses de aislamiento absoluto de los ancianos residentes. Consiste en una pared móvil de plástico transparente por la que pueden introducirse los brazos (que también quedan totalmente cubiertos por largas bolsas de plástico transparente), para lograr, así, que dos personas, cada una a un lado de la pared de plástico, se abracen. El diario colombiano *El Tiempo* registró esto bajo una amplia nota que muy gráficamente tituló: “Volver a abrazarse, pero entre plásticos”. Según el director del Centro, cuyo testimonio es recogido por el diario, las visitas de familiares de los adultos mayores siguen un riguroso protocolo de bioseguridad que implica que la visita no sea de más de 30 minutos, y que en toda su duración los familiares y el residente utilicen tapabocas y estén sentados a dos metros de distancia entre ellos. Sin embargo, señala el director de la institución mencionada, “una vez implementadas estas visitas con distanciamiento,

vimos que quedaba vacía una parte fundamental que es el abrazo” (Volver a abrazarse..., 2020). Y entonces surgió la idea descrita.

Media hora, tapabocas, dos metros de distancia, un solo abrazo mediado por una pared de plástico. Todo esto complementado con videoconferencias programadas. ¿Quedaba así cubierto el vacío en esa parte fundamental señalada por el director de la institución? Volver a abrazarse, pero entre plásticos. Tal descripción no parece reflejar la idea que tenemos de un encuentro familiar, afectivo, cercano. Más aún, no parece reflejar la idea que tenemos de un encuentro social, punto. Aquello se asemeja más a una transacción comercial: metros de distancia, cita previa con duración máxima establecida, distancia y cero contacto de piel (Romania, 2020, p.57). Algo ha cambiado en este encuentro entre dos que se quieren y que, además, precisan la cercanía, el contacto afectivo, más en tiempos de incertidumbre como éstos.

Carecemos de información que nos diga lo que sienten esos adultos mayores una vez sus familiares culminan la visita y se van luego del *abrazo entre plásticos*, pero sí sabemos que esto último es una buena representación de lo que Freud (1968) denomina *lo siniestro*, es decir, esa perturbadora sensación de extrañeza y temor generada por lo que otrora fuese familiar o incluso amado. Podemos suponer el abrazo de un hijo, de un nieto, como algo anhelado y amado por un adulto mayor que vive en una residencia (es decir, que vive, *de facto*, en un contexto de aislamiento social). Pero ese mismo abrazo, transformado radicalmente por el plástico interpuesto, no es ya contacto cálido, familiar, sino un contacto que produce lo que con Schelling (2006) podemos nombrar una *extrañeza inquietante*.

Lo siniestro se instala, así, en la percepción del cuerpo, del propio y de aquel que hasta ayer fuera cercano, anhelado. Esos cuerpos pasaron de ser territorios conocidos y queridos a ser superficies también temidas. Hablamos de cuerpos queridos que ahora producen disgusto, entendido éste como “la experiencia de una cercanía que no se quiere [...] una aguda crisis de autoconservación frente a una *otredad inadmisibile*”

(Menninghaus, 2003, p. 1). El disgusto es una sensación paradójica (y en ello está ligada a lo siniestro), puesto que esa otredad inadmisibles que lo produce está constituida por cuerpos queridos que se anhelan cercanos. Es precisamente esta ambivalencia la que resalta Aurel Kolnai (2004): el disgusto encarna la dialéctica entre lo cercano y lo lejano; en él se encuentran la atracción y el rechazo. La atracción que nos sigue produciendo el otro-querido y el rechazo que nos suscita la idea de estar contaminándonos al con-tactarlo.

La idea de que al tocar (al otro o cualquier superficie) podemos estar contaminándonos con una enfermedad potencialmente mortal, nos ha llevado a reconfigurar nuestro propio cuerpo a través de una “transición de las prácticas hápticas” (Katila *et al.*, 2020, p. 2) en la que la palma de nuestras manos (parte del cuerpo central en la experiencia del tacto humano) cede protagonismo a partes del cuerpo menos sensibles (los codos o los nudillos de los dedos al saludar o apretar algún botón). Y cuando las manos o los brazos participan aún de lo que ahora dudamos en seguir llamando contacto, lo hacen mediante el empleo de elementos aislantes (plásticos, látex, tejidos resistentes a elementos microscópicos) que puedan protegernos de lo que se halle en el cuerpo de aquellos a quienes, porque queremos, buscamos en su cercanía.

En el actual contexto, debemos temer más a aquellos que amamos porque son ellos los que pueden infectarnos desde su cercanía afectiva. Se modificó “el fondo de esperanzas” que enmarcaba nuestra experiencia del mundo y tal modificación transforma “un entorno percibido de objetos reales en *otro* entorno” (Garfinkel, 1964, p. 249), uno siniestro que ya no solamente está determinado por dos subjetividades que establecen una relación cognitiva con el mundo, sino que se saben enredadas en nodos relacionales con múltiples agentes. Esa consciencia, y el hecho de que algunos de los agentes involucrados en los nodos relacionales sean no humanos y peligrosos, es lo que nos permite hablar de una interagentividad siniestra en esas nuevas presencias.

“Ahora ya no”: del amor y otras (nuevas) realidades biológicas

Con los codos y con aislantes se toca aquello que no se debe o no se quiere tocar. Esto es problemático en el caso de una relación afectiva, pues esta implica contacto entre los sujetos. La ecología histórica de este tipo de relaciones, al menos para el occidente moderno, ha implicado el entrelazamiento y roce de los cuerpos en rituales y símbolos como el abrazo y el beso (Illouz, 2012). Rituales que, según Weitman (1998), determinan la construcción y mantenimiento de relaciones socioeróticas y suponen la implementación de distintas reglas relacionales de alteridad (que hace sentir codependientes a los sujetos relacionados), de exclusividad (que los hace sentir distinguidos) y de mutualidad (que los hace sentir reconocidos). Estas reglas y rituales constituyen, así, el marco y las condiciones de posibilidad de una relación amorosa; conforman “las esperanzas que componen la actitud de la vida cotidiana [y que] son constitutivas de las comprensiones comunes e institucionales de la organización y de los trabajos prácticos y cotidianos de la sociedad, como son vistos ‘desde adentro’” (Garfinkel, 1964, p. 249).

Sin embargo, ese *desde adentro* no supone un distanciamiento con el *mundo allá afuera*, sino un reconocimiento del carácter intensivo de la relación socioerótica en tanto prácticas y agentes que la componen. En este sentido, la relación misma está determinada y es parte de su contexto ecológico. Y, además, la relación afectiva se da desde y a través del cuerpo, el propio y el del otro, en tanto superficies de despliegue y referencia de los rituales del afecto amoroso.

Porque nada se compara a sentir al otro, cosas que parecen tan simples como sentir su respiración, o el simple hecho de que las cosas se vayan dando en un consenso implícito, diferente a lo que pasó acá [en los encuentros *online*], que para poder hacer algo, explícitamente había que ponerlo en palabras, pedirlo, preguntarlo (A. Estudiante universitaria. 25 años. Entrevista a través de WhatsApp, junio 2020).

Los vínculos socioeróticos se despliegan en rituales de acercamiento. Weitman (1998) hace referencia a la atracción de los amantes, a su magnetismo que los hace acercarse físicamente, que hace que rompan con la distancia que hay entre ellos e ingresen al espacio privado mutuo para i) simbólicamente, dirigirse al otro con modalidades de creciente familiaridad, ii) microecológicamente, moverse en espacios cada vez más cercanos y, iii) tangiblemente, hacer contacto físico (Weitman, 1998, p. 82). En esos pequeños ritos se juega la diferencia entre una relación civil formal y una relación amorosa. Lo amoroso se inicia con un entrelazamiento momentáneo de los cuerpos sintiendo y siendo sentidos (Merleau-Ponty, 2003). Es solo una cuestión de distancia, diría Goffman.

Sin embargo, el discurso médico e higiénico desplegado en la pandemia del Covid-19 venció dicha regla de cercanía y modificó nuestra percepción sobre la *cualidad pura y cristalina del cuerpo del ser querido* (Stendhal, 2011), instalando en su lugar la distancia y la precariedad biológica como sentido primero del cuerpo: haciendo de él un cuerpo orgánico en relación con entidades no humanas que pueden hacerlo peligroso. El cuerpo cristalino deviene opaco; el cuerpo antes conocido, ahora fuente de desconfianza. De allí que donde había abrazos ahora haya mediaciones telemáticas y donde había cuerpos que se tocaban ahora haya cuerpos distantes que se interrogan. Así, se ha instalado una sospecha en cada interacción que involucre la cercanía del cuerpo propio con el del otro, puesto que una “conexión intercorpórea puede resultar en la fuga de materiales no deseados de un cuerpo a otro: virus y bacterias” (Katila *et al.*, 2020, p. 2). En pocas palabras: esta duda puesta en el cuerpo del otro – fundamentalmente en su cercanía – ha modificado de manera imprevista y categórica los rituales de proximidad, redefiniendo la idea de distancia social como moralmente obligatoria.

Vinieron dos amigas a mi casa. Lo cierto es que, dadas las circunstancias, les ofrecí que dejaran sus vehículos en el parqueadero y de ahí salíamos directamente en las bicicletas, para así evitar que entraran a mi casa. Bajé. Yo iba con el tapabocas abajo, cuando vi que se acercaba otra amiga inmediatamente me puse el tapabocas. Cuando llegué donde ella la saludé desde lejos “Hola

¿cómo estás?” y ella me estiró la mano... en ese instante pensé ¿le doy la mano, no le doy la mano? ¿Estará contagiada, me contagiare? En esta nueva normalidad es posible saludarse de otra manera, pero ella ya me estiró la mano... ¿cómo no la voy a saludar? Sería una grosería. Fueron muchos los temores en ese momento y no fui capaz de dejarla con la mano estirada y le di la mano. Sin embargo, cuando ella se dio la vuelta y no me miraba me eché alcohol en las manos y también gel antibacterial. Y en todo el recorrido en bicicleta en lo único que pensé fue en ese saludo y en la imprudencia que cometí al haberle estrechado la mano (B, profesora universitaria, 38 años. Entrevista a través de Zoom, julio 2020).

La molestia, que la acompañó durante todo el recorrido, fue la de haber expuesto su cuerpo a una infección por el cuerpo del otro. El temor por el otro cuerpo (*¿estará contagiada?*) se trasladaba al propio (*¿estará contagiada?*). Dado que los otros (y nosotros en tanto somos los otros del otro) han devenido en potenciales contagiados, en “untadores que hay que evitar a toda costa” (Agamben, 2020), nos recriminamos si no hemos cumplido con esa obligación fundamental de evitar la cercanía y, en especial, el contacto con ellos. Los cuerpos de los otros son ahora amenazas que harán también amenazante al cuerpo propio *si no somos capaces de dejar al otro con la mano estirada*, si no somos capaces de conservar la distancia y el no-contacto físico. Pero, y esta es la pregunta que subyace a todo este análisis, ¿es posible una relación socioerótica sin contacto?

Esta ausencia, la de los acercamientos que pretenden ser ritos iniciáticos, se agudiza aún más en el caso de una relación amorosa. Eso que en 1994 cantaban Ana Belén y Víctor Manuel, “ven, contáminame, mézclate conmigo”, y que en aquel momento significaba construir un nuevo ser que era *mucho más que dos* (nombre del álbum en el cual apareció la canción), hoy suena a advertencia irónica. La *mezcla* con el otro es ahora un acto performativo corporal que es preciso evitar. En la medida en que aún no hemos encontrado un sustituto afectivo apropiado para ello, o dicho con Bryant (2020), no hemos encontrado un logos corporal que instalar en su lugar, experimentamos una inquietud (incluso miedo, como se verá en lo que sigue) ante la cercanía de quien despierta nuestros afectos, emociones y deseos corporales.

Estaba en la calle y vi a una persona que hace mucho no veía, y que me gusta hacer mucho tiempo y que yo sé que le gusto. Y me pasó que... iba solo, lo pude reconocer porque tenía el tapabocas bajado, lo llevaba colgado de una oreja porque estaba caminando y se ve que estaba cansado. Y yo lo vi y dije "¡Uhhh! ¡justo la oportunidad que nunca se había dado!" Y... y no me animé a hablarle. No me animé a decirle nada. *Antes más bien me escondí para que no me viera, porque sencillamente me dio miedo.* No de la situación, sino de que él tuviese... *me dio miedo de él, pero por un asunto de contaminación, de contagio* (C, comunicadora social, 30 años. Entrevista a través de Whatsapp, agosto 2020. Énfasis añadido).

¿Cómo no temerle al otro cuya cercanía es por sí misma productora de miedo? ¿Como experimentar lo que Fulkerson (2012, p. 2) denomina una "conexión mutuamente interactiva" si imaginamos (y sentimos) la presencia del otro como amenazante? ¿Cómo empezar a acercarnos buscando amar *si mucho más que dos* es una posibilidad literalmente contaminante? Dice Marion (2005, p. 49): "estoy allí donde me siento tocado, afectado y alcanzado. Al plantearme (en y como) la pregunta '¿me aman?', me descubro por excelencia en la situación de quien se expone al impacto y al tacto". Es esa exposición, que abre la posibilidad de la relación amorosa, la que no estamos dispuestos a afrontar (al menos no sin mucha aprensión) en el actual contexto de emergencia sanitaria global, o en todo caso, es esa exposición al otro como organismo la que tenemos que reconceptualizar.

En el amor se evidencia entonces que el tacto es un sentido relacional. De allí que reducirlo a su materialidad "sofoca su potencial de sentimiento y conexión" (Tahhan, 2013, p. 45). Es por esto que la caracterización de los encuentros cercanos que se siguen dando en el contexto de la pandemia como simple producto de la indisciplina social, deja a un lado la complejidad y el rol que tales encuentros juegan en la construcción de la estructura social y de la propia subjetividad. Especialmente en el amor, la subjetividad se desenvuelve mutuamente, ya que "las personas [...] son nodos en este desenvolvimiento, y la socialidad es el potencial generativo del campo relacional en el que se sitúan y que se constituye y reconstituye a través de sus actividades" (Ingold, 1991, p. 372). En la ecología relacional,

cuando un cuerpo se acerca a otro, cuando lo toca (de forma consentida y bajo determinados acuerdos y formas sociales), se despliega un fenómeno orgánico, sentimental y conectivo, que no es otro que el de la generación de “las formas institucionales, incluidas aquellas formas que utilizan el nombre de sociedad” (Ingold, 2003, p. 128). En las relaciones cercanas, corporales, las personas ya no somos un yo cerrado sobre sí mismo sino un yo-expandido dentro de un “campo social relacional” (Ingold, 1991, p. 367), más si hablamos del espacio social del amor.

En este sentido, pensar que puede darse el paso, sin solución de continuidad, de la interacción afectiva presencial a una telemática, es pretender pasar por encima de una cuestión fundamental: el hecho de que las relaciones sociales están compuestas por diferentes agentes y dimensiones semióticas y materiales que son mutuamente constitutivas (Hornborg, 2018). Podemos preguntarnos entonces, “¿qué nuevos tipos de relaciones íntimas se crean [en las relaciones mediadas por la pantalla] y qué importancia tienen?” (Hakken, 1999, p. 8). En la medida en que el amor no es simplemente la manifestación de emociones privadas, sino que es constructor fundamental de lo social, estudiar las transformaciones de la aproximación amorosa es estudiar las transformaciones del propio devenir social. Es por esto que podemos decir que en tanto la dimensión sensible de la experiencia socio-amorosa se ha visto radicalmente afectada por el mandato del distanciamiento físico (que se ha desarrollado de la mano de procesos de digitalización de la misma), dicha modificación tiene consecuencias profundas en nuestra concepción misma de lo social.

Con esto no estamos abogando por una visión conservadora de las relaciones humanas, por la necesidad de mantenerlas tal y como han sido. Por el contrario, lo que buscamos es comprender qué tipo de corporalidad es la que emerge cuando el cuerpo físico deja lugar a su proyección telemática en la pantalla. Puede suceder – y sucede – que la experiencia de llevar el encuentro amoroso-sexual a la pantalla – no ya como juego complementario sino como necesidad y tipo de relación prevalente – se sienta, en principio, como una carencia.

Pues... sí cumplió con lo que se esperaba del encuentro [a través de la pantalla] pero en términos de lo que era posible, o sea, salió lo mejor que pudo haber salido, sabiendo que estábamos limitados. Sin embargo, aunque tiene una magnitud importante por el hecho en sí, por haberse dado, aunque parecía que no iba a pasar nunca, y por, en medio de todo, lograr conectarnos con el otro y decirnos cosas a un nivel importante de confianza, no tiene el mismo peso o estatus comparado con el mismo encuentro físicamente (A. Estudiante universitaria, 25 años. Entrevista a través de WhatsApp, agosto 2020).

Así, si lo social es un orden de la presencia y conexiones (DeLanda, 2006), expresado en los rituales del comportamiento y en el orden de las interacciones cara a cara (Goffman, 1967), la digitalización o mediación electrónica de las relaciones o bien no debe ser considerada propiamente social o compone un nuevo tipo de sociabilidad distinto al de la experiencia corporal del mundo. Asistimos, así, a los albores de una nueva formación social (anunciada desde tiempo atrás por la ficción ciberpunk particularmente), o en términos antropológicos, asistimos a la emergencia de un nuevo tipo de cultura (Hakken, 1999; Haraway, 1991), una que escapa a nuestra completa aprehensión y comprensión en la medida en que aún pertenece a lo que con Paul Ricoeur llamaríamos el tiempo cosmológico (el instante) y no al fenomenológico (el presente), que es el tiempo “realmente humano” (Ricoeur, 2009, p. 780).

En términos de Ingold (2000), la presencia de agentes no humanos – como los virus y las pantallas – en las relaciones sociales, implica no solamente el anudamiento de personas y otros agentes como constitutivos de una relación social, sino que supone una ruptura histórica cuyos “requisitos previos no son menos económicos que cognitivos o experienciales (Hornborg, 2018, p. 7). En tanto dichos requisitos cognitivos y experienciales implican la fluida inclusión de los agentes no humanos como co-constitutivos de la relación social, será necesario efectuar una ruptura epistemológica que integre las dimensiones naturaleza-sociedad-tecnología. Esto es, será necesario pasar de la comprensión de lo social como puramente intersubjetivo a su comprensión como interagente. Así, la intersubjetividad comienza a

mediatizarse tecnológicamente, y las máquinas a ser comprendidas como instrumentos que no solo ponen a trabajar a la naturaleza y la controlan dado el caso, sino nuevos agentes constitutivos de la relación social.

El lugar del tacto lo ocupan ahora las palabras. Pero las palabras parecen diluirse más pronto que la memoria del tacto; parecen no devenir directamente en esos *sex-flashbacks* que son prolongación de la propia experiencia corporal del *encuentro físico*.

Desde el simple hecho de que no hay tantos elementos por recordar, no hay tantas cosas a las que darles vueltas... no hay un olor que se te quede en la memoria, un momento cúlmene de complicidad que quede muy marcado, alguna sensación profunda que está más ligada con lo físico, con el tacto... no es un encuentro del que después queden como *sex-flashbacks* (no sé cómo decirle de otro modo)... esa parte inconsciente ligada a las sensaciones que de la nada reaparece después con algún otro estímulo similar (D, diseñadora y estudiante universitaria, 23 años, entrevista a través de Direct Instagram, julio 2020).

Vivir la experiencia erótica en la pantalla en tanto carencia implica que los requisitos cognitivos y experienciales para el devenir de una nueva forma de relación (de cultura) no estén necesariamente a la mano, no pueden darse por sentado. Ello supone que la experiencia relacional mediada no es – aún – una experiencia de sociabilidad, pues para llegar a serlo se precisa que la misma idea de relación humana se transforme, lo cual puede ser lo que esté sucediendo a partir del mandato global de distanciamiento social. Como hemos venido argumentando, las formas inter-corpóreas de sociabilidad humana, especialmente el tacto y el contacto cara a cara, “han sido cruciales para crear, mantener y recuperar relaciones sociales” (Katila *et al.*, 2020, p. 2). Frente a la imposibilidad de éstas – o su devenir siniestro, como dijimos antes – lo que precisa ser repensado es la idea misma que tenemos de relación afectiva humana.

Pero la relación afectiva, el acto de sociabilidad que busca tener lugar a través de la pantalla, también puede representar un espacio de experimentación con un-otro que es uno-mismo. Al exigir poner las palabras en lugar del cuerpo, del tacto, se puede revelar un sujeto-palabra que logra

(porque tiene que) hacer manifiesto aquello que ahora no puede expresar implícitamente con el cuerpo. Así, el sujeto proyectado en la pantalla es un avatar de sí mismo y en tanto tal se revierte de nuevos rasgos, adecuados al estatuto de realidad en el que está inserto, y se puede experimentar a sí mismo de otras formas. La pantalla no es, así, sólo un límite sino también una proyección.

Creo que la virtualidad en medio de todo puede verse como una herramienta. Un contexto con el que es más fácil, más factible, menos peligrosa y menos dañina la ejecución de ciertos actos. Debido a que lo virtual de alguna manera se percibe como menos real que lo físico y por esto, algo que en contextos “normales” (o ajenos al distanciamiento social por la pandemia) se hubiera percibido como nocivo, inmoral o indebido, al ejecutarse virtualmente es como, en otras palabras, cagarla [arruinar la situación], pero cagarla a medias. Y el hecho de que haya sido virtual de alguna manera favorece a convencerse de que aunque pasó algo, realmente no tiene las consecuencias que tendría si hubiera pasado presencialmente (D, diseñadora y estudiante universitaria, 23 años, entrevista a través de Direct – Instagram, julio 2020).

Pero esto también ha llevado a un nivel de explorarse uno mismo y encontrar otro tipo de placeres u otros puntos eróticos propios. Dentro de todo esto, y estando con un chico, que hablando mucho y conversaciones muy subidas de tono hablando de sexo y de cómo queremos devorarnos, de cómo quiero que me toque, de dónde quiero que me toque, de dónde quiero que me bese, de cómo imagino el sexo ... llega con esto un descubrimiento ... pero mediado por esas ganas de intimar con alguien más y lograr sentir ese placer, aunque sea por medio de una pantalla. Hay otro factor interesante ahí y es esta “valentía”, entre comillas, que puede brindar estar detrás de una pantalla. [...] La virtualidad te permite decir cosas (A. Estudiante universitaria, 25 años. Entrevista a través de WhatsApp, agosto 2020).

“Hay que volver a inventar el amor, se sabe”, dice Rimbaud (2012). Si las formas del amor y del erotismo son dependientes de las formaciones sociales existentes, es decir, si la forma en la que amamos y deseamos está determinada por la sociedad en la que vivimos (Illouz, 2012; Bauman, 2005), el nuevo devenir social del mundo del distanciamiento social y las relaciones mediatizadas dejará su impronta en formas emergentes (que

podrán o no llegar a consolidarse como cultura imperante) de amar y desear. Es en este sentido que más arriba señalamos la oportunidad histórica de este caso de estudio para comenzar a comprender que “la vida social se puede comparar con una actividad artesanal, ya que ambas implican un compromiso activo: con el material, en un caso, y con las personas, en el otro; ambos dependen del ajuste fino con las habilidades perceptivas” (Ingold, 1991, p. 373-374).

Transformación de las estructuras relacionales: conclusiones desde el tiempo cosmológico

A lo largo de este texto hemos abordado la idea de que una relación social no sólo implica el compromiso directo de las personas involucradas en ella sino también la representación discursiva y la interpretación de la experiencia del involucramiento para ellos mismos y para los demás (Ingold, 1991). Al expresar, con Bryant (2020), que es el logos del relacionamiento social el que se ha perdido a partir del mandato global de distanciamiento físico/social, hemos expuesto que la ambivalencia de lo siniestro y el disgusto se han instalado en nuestras formas de contacto con los cuerpos amados y deseados. Si el erotismo y la sexualidad, así como el amor, son construcciones culturales cambiantes “que los sujetos utilizan para dar sentido a sus experiencias afectivas individuales” (García Andrade, 2014, p. 39), la modificación de las condiciones materiales y espaciales de dichas relaciones supone cambios no solo en el sujeto sino en las estructuras relacionales, esto es, en las condiciones ecológicas del amor; cambios en lo socioerótico.

Hemos desarrollado la idea de que en el contexto de la pandemia del Covid-19, la vida socioerótica (como expresión de formas relacionales más amplias) está profundamente fundamentada en la interagentividad, lo cual pone en marcha una lógica de co-implicación en la que las condiciones ecológicas sociales dan lugar a prácticas relacionales que se alimentan de y reproducen dichas condiciones ecológicas. En todo este proceso, es central la concepción del cuerpo propio como extensión afectiva que se

acerca (y toca y siente) al cuerpo del otro para construir comunidad. De aquí la importancia que tiene el tacto en los procesos de construcción y sostenimiento de las relaciones socioeróticas. Pero, en la medida en que lo que se ha puesto en cuestión es justamente el tacto en tanto sentido de lo cercano, la pandemia nos ha permitido (podríamos decir, nos ha obligado) a replantear las lógicas relacionales dado que la percepción del cuerpo propio y del otro está atravesada por la dialéctica misma de lo distante y lo cercano, produciendo al tiempo atracción y rechazo.

Como afirma Zulaika (2008), el reto del trabajo antropológico y sociológico en este contexto es el de buscar dar testimonio de los impases de las formas del amor y del deseo que afectan a la sociedad pandémica y que afectarán (o no) a la sociedad pospandémica. Cuando podamos examinar en conjunto esta experiencia, podremos revisar si ha devenido un nuevo cuerpo, en el que el tacto y las funciones hápticas asociadas han dejado lugar a la telepresencialidad, y con él una nueva noción de relación social como un anudamiento interagente. O podremos examinar si, en otro sentido, lo que ahora experimentamos es un simulacro del cuerpo y sus afecciones corporales. Pero no hablamos de una simulación de lo real (del contacto *online* tratando de imitar el contacto físico) sino, como diría Baudrillard (1978), de una simulación que se ha separado de lo real desde el momento en que ella misma es su propio simulacro. Cuando el instante sea presente podremos empezar a saberlo.

Daniel Castaño Zapata es Doctor en Ciencias Sociales. Profesor en la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas y coordinador de la Maestría en Conflicto y Paz de la Universidad de Medellín.

✉ dcastano@udem.edu.co

Gabriel Alberto Ruiz Romero es Doctor en Antropología Social y Profesor en la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidad de Medellín.

✉ gruiz@udem.edu.co

Referencias

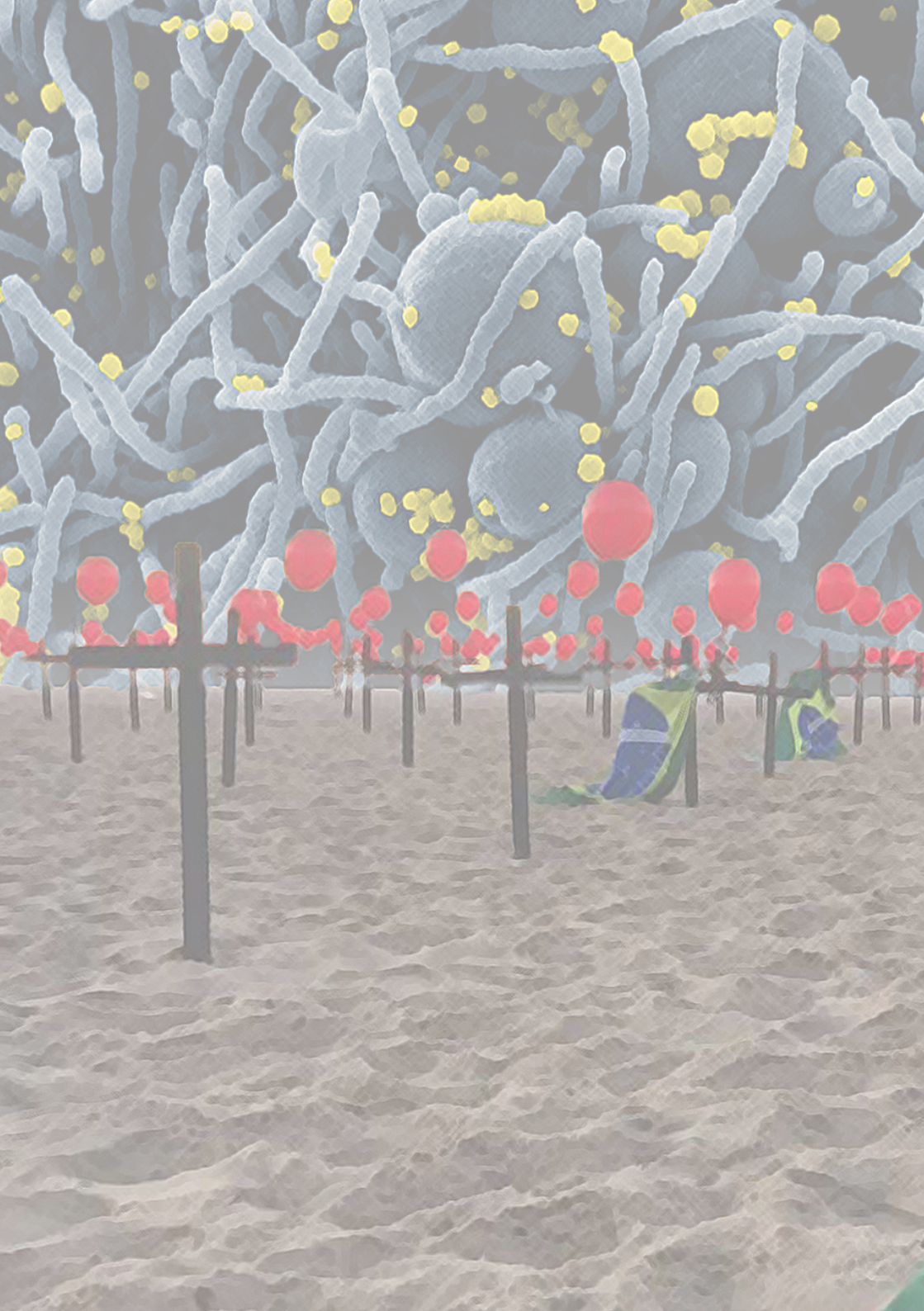
1. AGAMBEN, Giorgio. "Aclaraciones". *Comunizar*, 2020. Disponible en: <http://comunizar.com.ar/giorgio-agamben-aclaraciones/>
2. BAU, Andrea. Elogio de la mano: el tacto, la mano y la piel en el discurso médico de la primera modernidad. *Ingenium*, v. 12, p. 101-126, 2018.
3. BAUDRILLARD, Jean. *Cultura y simulacro*. Barcelona: Kairós, 1978.
4. BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido*. México: FCE, 2005.
5. BRYANT, Levi. A world is ending. Lockdown Theory #12. *Identities*, 3 abr. 2020. Disponible en: <https://identitiesjournal.edu.mk/index.php/IJPGC/announcement/view/21>
6. CLASSEN, Cosntance. *The deepest sense: a cultural history of touch*. Urbane: University of Illinois Press, 2012.
7. CENTROS PARA EL CONTROL Y LA PREVENCIÓN DE ENFERMEDADES – CDC. *Distanciamiento social*, 17 nov. 2020. Disponible en: <https://espanol.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/prevent-getting-sick/social-distancing.html>
8. CROSSLEY, Nick. Body techniques, agency and intercorporeality: on Goffman's relations in public. *Sociology*, v. 29, n. 1, p. 133-149, 1995.
9. DELANDA, Manuel. *A new philosophy of society*. Londres: Continuum, 2006.
10. DUNBAR, Robin. The social role of touch in humans and primates: behavioural function and neurobiological mechanisms. *Neuroscience and Biobehavioral Reviews*, v. 34, n. 2, p. 260-268, 2010.
11. ENFIELD, Nick. Relationship thinking and human pragmatics. *Journal of Pragmatics*, v. 41, p. 60-78, 2009.
12. ESTAMOS, estarás. Intérpretes: Gabo Ferro y Luciana Jury. Compositor: Gabo Ferro. In: EL VENENO de los milagros. Intérpretes: Gabo Ferro y Luciana Jury. Argentina: Oui Oui Records, 2014. Mp3. Faixa 2.
13. FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1968. Vol. 7.
14. FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. Vol. 21.
15. FULKERSON, Matthew. Touch without touching. *Philosophers' Imprint*, v. 12, n. 5, p. 1-15, 2012.
16. GARCÍA ANDRADE, Adriana. El amor como problema sociológico. *Acta sociológica*, v. 66, p. 35-60, 2014.
17. GARFINKEL, Harold. Studies of the routine grounds of everyday activities. *Social Problems*, v. 11, n. 3, p. 225-250, 1964.
18. GOFFMAN, Erving. *Interaction ritual: essays in face-to-face behavior*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1967.

19. HAKKEN, David. *Cyborgs@Cyberspace*. An ethnographer looks to the future. Nueva York: Routledge, 1999.
20. HARAWAY, Donna. *Ciencia, cyborgs y mujeres: La reinención de la naturaleza*. Madrid: Cátedra, 1991.
21. HIGHMORE, Ben. Formations of feelings, constellations of things. *Cultural Studies Review*, v. 22, n. 1, p. 144-167, 2016.
22. HORNBORG, Alf. Relationism as revelation or prescription? Some thoughts on how Ingold's implicit critique of modernity could be harnessed to political ecology. *Interdisciplinary Science Reviews*, v. 43, n. 3-4, p. 253-263, 2018.
23. HOWES, Davis. El creciente campo de los estudios sensoriales. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, v. 15, p. 10-26, 2014.
24. ILLOUZ, Eva. *Por qué duele el amor*. Buenos Aires: Katz, 2012.
25. INGOLD, Tim. Worlds of sense and sensing the world. *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, v. 19, n. 3, p. 313-317, 2011.
26. INGOLD, Tim. A evolução da sociedade. In: FABIAN, A. (ed.). *Evolução: sociedade, ciência e universe*. Bauru: Edusc, 2003. p. 107-131.
27. INGOLD, Tim. *The perception of environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge, 2000.
28. INGOLD, Tim. Becoming persons: consciousness and sociality in human evolution. *Cultural Dynamics*, Londres, v. 4, n. 3, p. 355-378, 1991.
29. JEWITT, Carey; MACKLEY, Kerstin. Methodological dialogues across multimodality and sensory ethnography: digital touch communication. *Qualitative Research*, v. 19, n. 1, p. 90-110, 2018.
30. KATILA, Julia; GAN, Yumei; GOODWIN, Marjorie. Interaction rituals and 'social distancing': New haptic trajectories and touching from a distance in the time of COVID-19. *Discourse Studies*, Londres, v. 22, n. 4, p. 418-440, 2020.
31. KAUFMANN, Jean Claude. *L'étrange histoire de l'amour heureux*. París: Pluriel, 2010.
32. KOLNAI, Aurel. *On disgust*. Chicago: Open Court, 2004.
33. LE BRETON, David. *El sabor del mundo*. Una antropología de los sentidos. Buenos Aires: Nueva Visión, 2009.
34. LE BRETON, David. *La sociología del cuerpo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.
35. MARION, Jean-Luc. *El fenómeno erótico*. Buenos Aires: Cuenco de Plata, 2005.
36. MENNINGHAUS, Winfried. *Disgust, the theory and history of a strong sensation*. Albany: State University of New York Press, 2003.
37. MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenología de la percepción*. España: Planeta-De Agostini, 1993.

38. ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD – OMS. Declaración sobre la segunda reunión del Comité de Emergencias del Reglamento Sanitario Internacional (2005) acerca del brote del nuevo coronavirus (2019-nCoV). *WHO.int*, 30 ene. 2020a. Disponible en: [https://www.who.int/es/news/item/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/es/news/item/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov))
39. ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD – OMS. Coronavirus Press Conference. *WHO.int*, 20 mar. 2020. Disponible en: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/transcripts/who-audio-emergencies-coronavirus-press-conference-full-20mar2020.pdf?sfvrsn=1eafbff_0
40. RICOEUR, Paul. *Tiempo y narración III*. El tiempo narrado. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.
41. RIMBAUD, Arthur. *Una temporada en el infierno*. Buenos Aires: Eudeba, 2012.
42. ROBBEN, Antonius. Un trabajo de campo desde la distancia: las paradojas de una antropología de la guerra al terror. In: BULLEN, M.; DÍEZ, M. (ed.). *Retos teóricos y nuevas prácticas*. Donostia: Ankulegi Antropologia Elkartea, 2008. p. 55-87.
43. ROMANIA, Vincenzo. Interactional anomie? Imaging social distance after COVID-19: a Goffmanian perspective. *Sociologica*, v. 14, n. 1, p. 51-66, 2020.
44. SCHELLING, Friedrich. *Filosofía del arte*. Madrid: Tecnos, 2006.
45. SIMMEL, Georg. *Sociología*. México: FCE, 2014.
46. STENDHAL. *Del amor*. Madrid: Alianza, 2011.
47. TAHHAN, Diana. Touching at depth: the potential of feeling and connection. *Emotion, Space and Society*, Amsterdam, v. 7, p. 45-53, may. 2013.
48. TAYLOR, Charles. 1993. Engaged agency and background in Heidegger. In: GUIGNON, Charles (ed.). *The Cambridge Companion to Heidegger*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 317-336.
49. THE GREAT BARRINGTON DECLARATION. *Great Barrington Declaration*, 2020. Disponible en: <https://gbdeclaration.org/>
50. VOLVER A ABRAZARSE, pero entre plásticos. *El Tiempo*, 18 jun. 2020. Disponible en: <https://www.eltiempo.com/cultura/gente/coronavirus-en-espana-residencia-de-ancianos-permite-abrazos-con-plastico-508278>
51. WEITMAN, Sasha. On the elementary forms of the socioerotic life. *Theory, Culture & Society*, v. 15, n. 3-4, p. 71-110, 1998.
52. ZULAICA, Joseba. 2008. Etnografía del deseo. In: BULLEN, M.; DÍEZ, M. (ed.). *Retos teóricos y nuevas prácticas*. Donostia: Ankulegi Antropologia Elkartea, 2008. pp. 241-278.

Recibido: 25 mar. 2021.

Aceptado: 4 feb. 2022.



**Artigos
Interfaces
Resenhas**

<http://doi.org/10.1590/18070337-110170>

Entre a ciência e a política: Donald Pierson e a busca por uma sociologia científica no Brasil

Marcos Chor Maio* 

Thiago da Costa Lopes* 

Resumo

Este artigo analisa a dimensão política contida na obra do sociólogo americano Donald Pierson no Brasil. Ex-aluno de Robert Park na Universidade de Chicago, Pierson desempenhou um papel importante na institucionalização das ciências sociais no Brasil entre os anos 1930 e 1950. Embora as ambições intelectuais de Pierson estivessem centradas em uma agenda acadêmica e ele defendesse uma estrita separação entre ciência e política, argumentamos que uma compreensão histórica precisa de seus esforços só pode ser alcançada por meio da análise dos pressupostos subjacentes à sua visão sobre a natureza da ciência e da sociedade – pressupostos esses que tinham raízes em uma perspectiva reformista e liberal-democrática do mundo. Para trazer à luz esses valores, examinamos dois momentos-chave na carreira de Pierson: 1) sua pesquisa de doutorado sobre relações raciais na Bahia, realizada em meados da década de 1930; 2) seus esforços para promover o campo da sociologia no Brasil durante a Política da Boa Vizinhança e a Segunda Guerra Mundial, quando foi contratado para lecionar na Escola Livre de Sociologia e Política.

Palavras-chave: História das Ciências Sociais no Brasil, Donald Pierson, Escola de Sociologia de Chicago, desenvolvimento, relações raciais.

* Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Between Science and Politics: Donald Pierson and the quest for a scientific sociology in Brazil

Abstract

This paper analyzes the political dimension embedded in the work of the American sociologist Donald Pierson in Brazil. A former student of Robert Park at the University of Chicago, Pierson played a major role in the institutionalization of the social sciences in Brazil from the 1930s through the 1950s. While Pierson's intellectual ambitions were centered on an academic agenda and he defended a strict division between science and politics, we argue that a proper historical understanding of his endeavor can only be achieved through an analysis of his underlying assumptions about the nature of both science and society – assumptions that were rooted in a reformist, liberal-democratic understanding of the world. To bring to light these values, we examine two key moments in Pierson's career: 1) his doctoral research on race relations in Bahia, done in the mid-1930s; 2) his efforts to promote the field of sociology in Brazil during the Good Neighbor Policy and World War II, when he was hired to teach at the São Paulo School of Sociology and Politics.

Keywords: History of Social Sciences in Brazil, Donald Pierson, Chicago School of Sociology, development, race relations.

Introdução

Donald Pierson, que recebeu seu doutorado na Universidade de Chicago sob a orientação de Robert E. Park, esteve entre os sociólogos estrangeiros que participaram ativamente do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil entre os anos 1930 e 1950. No tempo em que foi professor da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), onde se dedicou ao ensino, à pesquisa e à divulgação científica, Pierson desempenhou relevante papel na abertura de espaços para os cientistas sociais brasileiros no mundo acadêmico e na construção de sua identidade profissional.

A passagem de Pierson pelo Brasil tem sido analisada, com frequência, sob a ótica desse empreendimento. No entanto, as interpretações resultantes de sua participação na história local das ciências sociais tenderam a reproduzir a imagem que o próprio sociólogo elaborou acerca de si: a de um sociólogo-pesquisador, ou homem de ciência, livre de vínculos tanto com a política quanto com a sociedade, dedicado exclusivamente ao avanço do conhecimento científico por meio da profissionalização da atividade acadêmica do cientista social e da rotinização de práticas de produção intelectual pautadas pelo ideal da pesquisa empírica sistemática.¹

Embora as ambições intelectuais de Pierson estivessem centradas em uma agenda acadêmica e, em seu discurso, o sociólogo defendesse uma estrita separação entre ciência e política, reivindicando neutralidade axiológica para a sociologia, argumentamos que sua obra esteve marcada por valores sociais e invariavelmente imbricada com questões então candentes da agenda política, em especial no que dizia respeito a assuntos domésticos e externos dos EUA. Essa dimensão da trajetória de Pierson não tem sido devidamente explorada pela literatura, ainda que tenha o potencial para ampliar nossa compreensão sobre seu papel na história das trocas intelectuais e científicas entre Brasil e EUA em meados do século XX, quando as ciências sociais começaram a dar seus primeiros passos no mundo acadêmico brasileiro.

A preocupação normativa em distinguir as esferas da ciência e da política tem marcado a sociologia desde seus esforços iniciais, no século XIX, para se estabelecer como uma disciplina científica, constituindo, o ensaio de Max Weber (2004) a esse respeito, uma referência paradigmática. Quando o interesse do analista é, entretanto, compreender a historicidade das concepções e práticas que marcaram a trajetória do campo, essas fronteiras não devem ser assumidas como naturais ou dadas de uma vez por todas, mas vistas como constructos contingentes e constantemente negociados,

¹ Avaliações acerca dos esforços de Pierson em torno do estabelecimento da sociologia como ciência no Brasil tenderam a acompanhar seu próprio relato (Pierson, 1987). Ver, por exemplo, Oliveira (1995), Villa Nova (1998) e Brochier (2011).

elaborados com base em valores, visões de mundo e interesses de atores e grupos sociais determinados, inscritos em um tempo e lugar também específicos (Shapin, 1992).

No caso em tela, buscamos examinar que ideais de sociedade informaram tanto o esforço de Pierson em demarcar as fronteiras do que denominou de sociologia científica quanto as abordagens e os enquadramentos teóricos que julgou pertinentes para o estudo da vida social. Nesse sentido, no lugar da tentativa de desvelar possíveis motivações ideológicas inconfessáveis na produção científica do sociólogo, propomo-nos a analisar, a partir de uma perspectiva informada pela história e pelos estudos sociais da ciência contemporâneos, de que maneira seu esforço para instaurar um regime epistêmico específico para a sociologia no Brasil constituiu, ao mesmo tempo, a defesa de determinadas formas de ordenamento do mundo social.²

A fim de evidenciarmos como o pensamento sociológico e o trabalho acadêmico de Pierson estiveram inextricavelmente ligados a visões sobre a ordem social e ao mundo político, analisamos dois momentos-chave de sua trajetória intelectual: (i) sua pesquisa de doutorado sobre relações raciais na Bahia, realizada em meados da década de 1930, nos primórdios da Política de Boa Vizinhaça; (ii) seus esforços para promover o campo da sociologia no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, quando foi contratado para lecionar na Escola Livre de Sociologia e Política.

Na abordagem desses dois momentos, consideramos não apenas os textos publicados por Pierson, entre artigos e livros, mas também sua correspondência com cientistas sociais e intelectuais brasileiros e norte-americanos sob a guarda de diferentes arquivos no Brasil e nos EUA. Essa

² Na tentativa de contornar as antigas querelas entre internalistas e externalistas e as análises mais tradicionais calçadas no exame dos fatores sociais e políticos que exerceriam pressão, desde fora, sobre a atividade científica e a produção do conhecimento, os estudos sociais da ciência têm, contemporaneamente, enfatizado a coprodução da ciência e da sociedade, insistindo na investigação atenta das práticas e dos processos que conformam ambas (Felt *et al.*, 2017). Os trabalhos de cientistas sociais como Bruno Latour (1987) e Michel Callon (1987) contribuíram em grande medida para colocar o debate nesses termos, assim como estudos em história da ciência influenciados pelo denominado Programa Forte, como é o caso, em particular, da conhecida obra de Shapin e Schaffer (1985/2011).

documentação nos permite melhor articular suas concepções sobre a atividade científica e sua análise substantiva sobre a sociedade local às circunstâncias históricas específicas em que foram produzidas. Uma análise interna e sistemática da obra do sociólogo, somada à consideração dos nexos entre texto e contexto, é capaz de evidenciar de que modo valores, visões de mundo e preocupações práticas, ligadas especialmente aos sentidos assumidos pelas relações Brasil-EUA em momentos determinados, contribuíram para dar forma a seu trabalho.

As visões substantivas de Pierson sobre a sociedade brasileira assim como sua definição do campo da sociologia científica não permaneceram inalteradas no período em que esteve no país, sofrendo ajustes e modificações à luz tanto de variações na conjuntura internacional quanto de agendas e diálogos travados com intelectuais locais. A seleção dos dois distintos momentos acima mencionados torna possível assinalar precisamente as contingências a que suas concepções científicas e produção intelectual estiveram presas.

Em seu estudo na Bahia dos anos 1930, apesar do zelo quase missionário com que apresenta a sociologia como uma prática científica rigorosa, protegida de vieses ideológicos, Pierson acaba realizando um diagnóstico da situação racial local informado pelas posições acomodatórias de Robert Park e do líder negro Booker T. Washington no debate político a respeito da integração dos negros à sociedade estadunidense. Como indicaremos na primeira seção, a avaliação positiva de Pierson acerca das relações raciais em Salvador guarda afinidades com a defesa, característica de Washington, da ascensão social como via preferencial para a entrada dos negros no mundo da cidadania nos EUA de maneira não disruptiva. Em sintonia com essa perspectiva, Pierson identifica um processo de incorporação de negros e mulatos à comunidade baiana sem choques ou intervenções abruptas conduzidas pelo Estado mas de acordo com transformações gradativas gestadas organicamente pela própria sociedade. Sua leitura favorável da história social brasileira, pensada como uma progressiva desarticulação do antigo sistema de castas a partir da ascensão dos mulatos, nutria-se,

además, da atmosfera intelectual da Era Roosevelt, tendente a ressaltar aqueles que seriam os aspectos socialmente construtivos das experiências civilizacionais latino-americanas em um momento em que, nos EUA, o capitalismo liberal se encontrava em crise.

Ao se fixar em São Paulo alguns anos mais tarde, em 1939, com a incumbência de lecionar na Escola de Sociologia e Política, Pierson deu início à sua ambiciosa agenda intelectual para transformar as “disciplinas sociais em ciência”. Embora sua defesa reiterada de um *ethos* científico para os cientistas sociais exibisse as fortes marcas do *establishment* acadêmico dos sociólogos estadunidenses, então preocupados em garantir para si um lugar no mundo das ciências, a insistência de Pierson no tratamento da sociologia como uma disciplina axiologicamente neutra, equidistante da ética e da política, atendia igualmente a imperativos diplomáticos salientes da Política de Boa Vizinhança, ligados ao momento delicado que as relações Brasil-EUA atravessavam nos primeiros anos da guerra e à necessidade de desarmar as suspeitas das elites políticas e intelectuais locais acerca das motivações da presença norte-americana no país. No contexto da guerra, muitas vezes lida, no plano ideológico, como um embate entre as forças do totalitarismo e da democracia, a reticência de Pierson em vincular a sociologia a compromissos políticos explícitos repercutia ainda a preocupação, que se tornou conhecida no período a partir dos textos de Robert Merton, com a autonomia da ciência em face dos arroubos das formas autoritárias de exercício do poder político.

A agenda de Robert Park e a perspectiva acomodacionista de Donald Pierson

A dimensão política da produção sociológica de Donald Pierson fica evidente em sua pesquisa de doutorado sobre relações raciais na Bahia, conduzida entre 1935 e 1937 sob a orientação de Robert Park. Sua tese, defendida na Universidade de Chicago em 1939, foi publicada na forma de livro sob o título *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia* em 1942.

O estudo fazia parte de um empreendimento coletivo de pesquisa sob a batuta de Park. No início da década de 1930, após realizar viagens a diversas regiões do globo, Park havia instituído o Seminário sobre Raça e Cultura na Universidade de Chicago. Um de seus objetivos era ampliar o escopo de investigações sobre as relações raciais para além do território norte-americano em uma tentativa de desenvolver uma sociologia comparada dos diferentes arranjos interétnicos que se haviam cristalizado ao redor do mundo por força da colonização europeia (Pierson, 1936c, 1944b; Valladares, 2010; Brochier, 2011; Silva, 2012).

Em Chicago, Park procurou assinalar o propósito exclusivamente acadêmico de suas investigações e circunscrever o campo da sociologia como ciência, distinguindo-a de outras esferas de atividade, como o serviço social e o ativismo político – preocupação que, como veremos adiante, imprimiu uma marca duradoura em Pierson. A determinação de ambos em consolidar a sociologia como um ramo autônomo na produção de conhecimento não nos deve impedir, entretanto, de examinar os aspectos políticos dos seus estudos sociológicos sobre as relações raciais. Com efeito, a agenda de pesquisas de Park, que se propunha a iluminar os mecanismos causais subjacentes a diferentes padrões de interação racial observados pelo mundo, somente ganha plena inteligibilidade quando consideramos o contexto político e intelectual mais amplo em que foi gestada. Referimo-nos à preocupação dos setores reformistas e liberais da sociedade norte-americana com a incorporação da população negra saída da escravidão e dos imigrantes à nação e ao mundo da cidadania. Essa dimensão axiológica dos interesses de pesquisa de Park deve ser levada em conta se quisermos situar as ideias de Pierson em seu contexto histórico e evitar o risco de reificar os conceitos e abordagens que propõe.³

A via pela qual Park passou a se interessar pelo tema das relações raciais, em particular pelo destino da população negra, ilumina pressupostos decisivos da sua forma de conceber sociologicamente o problema antes mesmo de ingressar como professor na Universidade de Chicago. Após a

³ Sobre as perspectivas sociológicas de Park, ver Chapoulie (2011).

formação acadêmica em prestigiosas universidades nos EUA e na Alemanha, e uma carreira de jornalista em diferentes cidades norte-americanas, ele atuou como assessor de comunicação e relações públicas de Booker T. Washington, uma das principais lideranças negras estadunidenses na passagem do século XIX para o século XX.

Diante de um país racialmente cindido – marcado por conflitos, motins e linchamentos, especialmente nos antigos estados confederados –, em que a denominada Reconstrução que se seguiu à Guerra Civil, buscando estender os direitos civis e políticos aos ex-escravos, encontrou a obstinada oposição dos brancos, Washington optou por uma política de acomodação. Silenciando em relação às demandas por igualdade jurídico-política imediata, ele apostou na ascensão econômica da população negra por meio da ampliação da educação profissional para o exercício de atividades manuais e fabris em um momento em que a indústria se desenvolvia em ritmo acelerado nos EUA – programa consubstanciado na fundação de seu Tuskegee Institute, no Alabama, dedicado ao ensino técnico. A autodisciplina, o trabalho metódico e uma fonte de renda estável pavimentariam o caminho para o progresso material, o desarme das prevenções e dos estereótipos raciais sobre a inferioridade dos negros, a obtenção de reconhecimento por parte dos brancos e, eventualmente, o ingresso no mundo da cidadania. A integração dos negros à comunidade norte-americana seria um processo lento e gradual e a efetivação de sua participação política estaria condicionada ao aprimoramento de suas capacidades, aptidões e conduta como homens livres.⁴

O tom conciliatório da liderança de Washington, que se tornou célebre a partir de seu discurso na Exposição Internacional de Atlanta de 1895, angariou a simpatia de políticos e intelectuais brancos tanto no

⁴ A respeito dos debates que marcaram o ativismo negro no período, ver, por exemplo, Moore (2003).

Norte quanto no Sul dos EUA, mas também foi objeto de crítica.⁵ A mais conhecida delas veio do sociólogo e ativista negro W. E. B. Du Bois que, em 1903, em seu conjunto de ensaios *The Souls of Black Folk*, censurou a postura condescendente de Washington em relação à segregação racial que então se institucionalizava no Sul dos EUA e aos retrocessos no esforço de equiparação do estatuto jurídico-político dos negros após a abolição. Du Bois argumentava que a efetiva inserção da população ex-escrava ao mundo da cidadania supunha a luta intransigente pela garantia de direitos, em particular o direito ao voto. Na controvérsia que se instalou nos anos subsequentes, o sociólogo, que foi um dos membros fundadores da National Association for the Advancement of Colored People (NAACP), veio a ser identificado como um crítico contundente da proposta acomodacionista, disputando com Washington a liderança política da comunidade negra.

Esses debates deixaram uma forte impressão em Park, que passou a ter contato estreito com a vida da população negra sulista a partir de suas

⁵ Um dos objetivos da exposição era sinalizar para um público internacional as conquistas econômicas até então obtidas pelos estados sulistas nos EUA. Em seu discurso conhecido como “Compromisso de Atlanta”, dirigido a uma plateia majoritariamente branca, Washington argumentava que os negros poderiam contribuir para o desenvolvimento da região, caso lhes fossem dadas oportunidades de estudo e trabalho. Sua disposição em cooperar com os brancos deveria estar acima de qualquer suspeita: “Do mesmo modo como lhes demonstramos nossa lealdade no passado, no cuidado de seus filhos, na vigília ao leito de suas mães e pais enfermos, muitas vezes acompanhando-os ao túmulo com os olhos marejados, também no futuro, de nossa maneira humilde, estaremos ao seu lado com uma devoção que nenhum estrangeiro pode igualar, prontos a dar nossa vida, se necessário for, em defesa da sua, entrelaçando nossa vida industrial, comercial, civil e religiosa com a sua de modo a tornar um só os interesses de ambas as raças. Em tudo o que é puramente social, podemos ser tão distintos quanto os dedos, ainda assim, podemos agir como uma só mão em todas as coisas essenciais ao progresso mútuo”. Aos que demandavam imediata equiparação de direitos, Washington retorquia: “Os mais sábios de minha raça entendem que a agitação de questões de igualdade social é uma extrema estupidez, e que o avanço no gozo de todos os privilégios, que um dia teremos, deve ser o resultado de uma luta séria e constante, e não produto artificial de pressionamento. Nenhuma raça que tenha algo a contribuir para os mercados do mundo ficará excluída por muito tempo. É importante e correto que tenhamos todos os privilégios da lei, mas é imensamente mais importante que estejamos preparados para o exercício desses privilégios. A oportunidade de ganhar um dólar em uma fábrica neste momento vale infinitamente mais do que a oportunidade de gastar um dólar em um teatro.” (Washington, 1974, p. 586-587).

atividades no *Tuskegee Institute* sob supervisão de Washington, entre 1905 e 1914. A visão gradualista do líder negro influenciou significativamente em sua imaginação sociológica, cuja abordagem para o estudo das relações raciais adotada posteriormente na Universidade de Chicago, e transmitida a seus alunos, tendeu a focar o que considerava processos sociais de longa duração (Morris, 2015). A ênfase da sociologia de Park sobre transformações nos contatos raciais que ocorriam lentamente, em um nível profundo, para além dos acontecimentos mais salientes do dia e independentemente da agência humana, tinha como corolário político a suspeita em relação a intervenções abruptas e medidas legais buscando a alteração imediata do *status quo*, vistas como artificiais. De acordo com Park, tal era o enraizamento das instituições sociais nessas tendências estruturais, que os intentos de agitadores políticos, intelectuais e benfeitores em apressar as mudanças eram considerados inúteis, quando não contraproducentes. Tal perspectiva reverberava não apenas as reservas de Washington em relação ao ativismo negro mais radical, como também a avaliação, endossada por Park, de que o período da Reconstrução teria representado uma forte perturbação no desenvolvimento, em bases orgânicas, das relações raciais no Sul dos EUA. Segundo tal visão, apesar das hierarquias produzidas pela escravidão, negros e brancos vinham, até então, tecendo gradualmente vínculos morais a partir de relações de proximidade na *plantation* (Morris, 2015).

Os princípios acomodacionistas da política de Washington encontraram abrigo no conhecido esquema sociológico de Park para a análise das situações raciais, com frequência referido como o “o ciclo das relações raciais”, inspirado em concepções hauridas da ecologia vegetal em circulação no período. Segundo esse esquema, quando diferentes populações dividiam um mesmo território, disputas por espaço e recursos inevitavelmente vinham à tona. Estas poderiam se processar de modo subconsciente, na forma de “competição”, ou assumir a forma de confrontos abertos, o denominado “conflito”. Na visão de Park, uma vez que os choques não podiam se prolongar indefinidamente, cedo eles davam lugar à formação de arranjos sociais mais ou menos estáveis, seja pela constituição e

cristalização de nichos, ocupações e papéis específicos para cada grupo étnico (“acomodação”) seja pela fusão étnica e cultural dos grupos em disputa (“assimilação”), o que tendia a reduzir o conflito a níveis toleráveis (Park; Burgess, 1921). A noção de assimilação, central na perspectiva de Park, só pode ser verdadeiramente compreendida no contexto do debate público da época sobre a possibilidade de integrar os negros à sociedade norte-americana – sociedade esta implicitamente imaginada pelos sociólogos de Chicago como uma unidade social e política organizada de acordo com os valores da cultura protestante anglo-saxônica (Chapoulie, 2001, p. 315-320). A abordagem parkiana teve implicações decisivas para o estudo desenvolvido por Pierson no Brasil, como veremos à frente.

Ao incluírem a Bahia em sua agenda de pesquisas global, os cientistas sociais de Chicago partiam do entendimento tácito de que havia diferenças significativas entre Brasil e EUA no terreno das relações raciais, particularmente no que dizia respeito ao processo de integração de suas populações, que estaria mais avançado no caso brasileiro. Podemos encontrar evidências desse interesse comparativo, que viria a informar o estudo de Pierson, em uma nota de pesquisa publicada em boletim informativo da Universidade de Chicago à época em que o sociólogo preparava sua viagem ao Brasil: “[o] fato de que a classe de ex-escravos [no Brasil] tenha alcançado uma situação econômica, social e política praticamente de completa igualdade em relação à antiga classe dos senhores oferece notável ponto de contraste com a situação de negros e brancos nos EUA.” (University of Chicago, 1935). Nas palavras de Robert Redfield, que integrou o comitê encarregado de supervisionar o projeto de pesquisa, foi o “resultado surpreendentemente distinto” das interações entre negros e brancos no Brasil vis-à-vis os EUA que despertou a curiosidade intelectual sobre o primeiro (Redfield, 1935). Na opinião de Park e de seus colegas de Chicago, o Brasil aparentemente havia encontrado uma solução politicamente mais satisfatória para os problemas decorrentes dos contatos entre raças e culturas. Em contraste com a experiência norte-americana, atravessada por conflitos exacerbados, o ciclo de relações raciais brasileiro parecia seguir, aos olhos de Park, o curso

idealizado por lideranças como Washington, em que negros e brancos se ajustavam gradualmente entre si sem grandes atritos.

O prisma comparativo envolvendo Brasil e EUA não constituía propriamente uma novidade, tendo sido adotado, implícita ou explicitamente, em diferentes circunstâncias como parte do discurso de atores vinculados a ambos os contextos nacionais acerca de sua respectiva situação racial (Seigel, 2005). Se, por vezes, o atraso civilizacional identificado ao Brasil foi atribuído à sua miscigenação racial, servindo para corroborar, nos EUA, políticas segregacionistas, ao tempo do estudo de Pierson, parte do olhar norte-americano para o país, sobretudo entre acadêmicos e intelectuais reformadores, nutria-se de uma atmosfera intelectual favorável à América Latina, que marcou os anos 1920 e 1930 e que acabou servindo de fermento ideológico à nova postura dos EUA para com a região durante a Era Roosevelt (Pike, 1985). Em meio à crise do capitalismo liberal nos EUA, o imaginário sobre a América Latina assumiu colorações positivas, ainda que por vezes igualmente estereotipadas. Vista como uma região relativamente intocada pelas mazelas da civilização urbano-industrial que as metrópoles norte-americanas representavam, com seu individualismo, os países latino-americanos passaram a ser concebidos como experimentos sociais originais que poderiam contribuir para o reexame, em âmbito doméstico, dos percalços da ordem moderna.

Em prefácio à edição brasileira de seu livro, publicado sob o título de *Branços e Pretos na Bahia: estudo de contacto racial* (1945b), Pierson, ainda que asseverasse que o papel do cientista era descrever e analisar mais do que “aplaudir” ou “condenar”, afirma ter ficado impressionado com a comunidade baiana, “povo cuja sociedade está embebida dos sentimentos que dão sabor e satisfação à vida a tal ponto que – usando a expressão de Sapir – poder-se-ia chamá-la ‘uma taça cheia’” (p. 28). A referência a Sapir, mais precisamente a seu artigo “Culture, Genuine and Spurious”, não é fortuita. Nesse texto, de 1924, o antropólogo contrastava fortemente a cultura autêntica, considerada harmoniosa, integrada e fonte de significados profundos para o indivíduo – de que seriam exemplos os

chamados povos primitivos, como as tribos indígenas americanas –, com a “existência fragmentária” que seria a marca de sociedades orientadas pela ideia de progresso, como a norte-americana, utilitarista, tecnicamente eficaz mas espiritualmente pobre (Sapir, 1924, p. 413-414). A partir dessa visão, bastante simpática à América Latina, Pierson empreende uma análise das relações raciais na Bahia que valoriza particularmente o papel do contato face a face e das relações pessoais e familiares na edificação de uma ordem social menos propensa a formas racializadas de conflito, quando comparada à norte-americana. A seu ver, a tradição patriarcal brasileira, em um ambiente ainda não completamente marcado pela impessoalidade e pela competição econômica características dos centros urbanos, havia pavimentado o caminho para uma forma de estratificação social mais aberta à mobilidade vertical da população negra.

Pierson chegou a Salvador no final de 1935, após uma breve estada na Universidade de Fisk, instituição historicamente negra do sul dos Estados Unidos, e uma breve estada no Rio de Janeiro, onde se reuniu com estudiosos das relações raciais no Brasil, incluindo Arthur Ramos, Gilberto Freyre e Oliveira Vianna.⁶ Sua pesquisa na Bahia foi conduzida, em sua maior parte, a partir da perspectiva sociológica de Park, que parece enxergar o conflito como intrínseco às relações inter-raciais e considerar a assimilação das minorias ao grupo racial dominante como um dos únicos resultados concebíveis – se não o mais desejável – dos um encontro das raças.

Para avaliar o grau de integração do negro à sociedade baiana, cuja cultura dominante é identificada à do colonizador português, Pierson adotou a díade conceitual “casta e classe”, sugerida por Park e então empregada em pesquisas como a de W. Lloyd Warner e seus alunos no sul dos EUA. Entre esses estudos estava um relatório de pesquisa do sociólogo Buford H. Junker, da Universidade de Chicago, sobre o impacto da segregação no sistema educacional em uma comunidade no condado de Houston, Geórgia. A pesquisa chamou a atenção de Park porque indicava “como

⁶ Sobre as circunstâncias que envolvem as viagens nacionais e internacionais de Pierson à época de sua pesquisa, ver Pierson (1987); Silva (2012); Maio e Lopes (2017).

é possível descobrir e definir relações raciais a partir de um estudo de materiais tangíveis” (Park, 1936).

Pierson utilizou os conceitos de classe e casta da mesma forma que foram usados nesses estudos, ou seja, concebeu a classe como um estrato aberto, permeável à mobilidade vertical, em contraste com a casta, considerada um estrato fechado cujos membros eram identificados como tais desde o nascimento, estando sujeitos a sanções se casassem com indivíduos não pertencentes ao grupo (Pierson, 1942/1945b; Warner, 1936; Cox, 1942). Pierson, no entanto, tinha reservas quanto ao uso que Junker fazia da categoria “casta”, conceito que, segundo o sociólogo, não deveria ser aplicado indiscriminadamente às situações da Índia e dos EUA. Para Pierson, apesar da persistência do tabu contra o casamento inter-racial no sul dos EUA, era cada vez mais comum negros se deslocarem para posições anteriormente reservadas aos brancos, o que sinalizava o surgimento de uma ordem social a meio caminho entre o sistema de castas e uma sociedade de classes (Pierson, 1936a). Os comentários de Pierson sobre a obra de Junker se alinhavam com a posição de Park, que, ao invés de utilizar o conceito de “casta” para caracterizar as relações raciais no Sul como fez Warner, sustentava que os negros constituíam uma “minoridade racial” que, embora não socialmente aceita pelos brancos, estava conquistando níveis cada vez mais elevados dentro das fileiras profissionais (Chapoulie, 2001, p. 320-321) – perspectiva que, de alguma forma, refletia a disposição acomodacionista de Park em ver o alcance dos objetivos políticos da comunidade negra nos EUA como um processo gradual, e não disruptivo, de mudança. Nas palavras de Park (1936, p. 3),

você parece ter na Bahia, como nós aqui nos Estados Unidos, uma combinação de um sistema de classes e castas ou uma situação em que a classe está substituindo as castas. Cada raça, incluindo os mestiços, desde que tenha um nome e algum grau de autoconsciência, provavelmente será representada em todas as classes ocupacionais. Mas o grupo racial que tem o *status* superior terá números proporcionalmente maiores nas faixas superiores, e os grupos raciais com *status* inferior terão o número maior nas faixas inferiores.

Ao final de sua pesquisa na Bahia, Pierson concluiu que a cor pouco tinha a ver com a determinação da posição social de uma pessoa em relação a outros marcadores, como riqueza, educação, capacidade intelectual e nível profissional, e que a raça, portanto, não era um fator decisivo de estratificação social em Salvador. Para ele, isso se devia ao fato de a colonização ter desencadeado um processo de miscigenação ininterrupta. Inicialmente estimulado pelos próprios colonizadores portugueses, devido à falta de mulheres de origem europeia na região, o encontro das raças continuou ao longo dos séculos, sem ser interrompido por nenhum outro fator, ao contrário das experiências norte-americana, sul-africana e indiana. O resultado foi uma cultura de miscigenação, em que relações pessoais dentro de famílias multirraciais poderiam mais facilmente forjar laços de solidariedade interétnica.

O processo de abolição havia sido favorecido por essa tendência. No Brasil, argumentava Pierson, o fim da escravidão teria sido o resultado de uma mudança gradual, e não de uma mudança violenta na ordem social, reforçando a tendência de negros e mulatos serem incorporados pela sociedade como um todo. Embora a cor e outros marcadores raciais continuassem a carregar o estigma da escravidão no presente, o sociólogo considerava que suas conotações negativas gradualmente desapareceriam à medida que a mistura racial (no sentido de “branqueamento”) avançasse e um número crescente de mulatos e negros demonstrassem suas habilidades e méritos pessoais e ascendessem na escala socioeconômica – processo que era evidenciado no fato de negros, mulatos e brancos estarem representados em todas as ocupações, ainda que de forma desigual. As descobertas de Pierson levaram à conclusão de que a Bahia, como o Havaí, constituía uma “sociedade multirracial de classes”, que se distanciava tanto da sociedade norte-americana, em que uma classe média negra ainda não era totalmente aceita em pé de igualdade pelos brancos e só poderia ascender dentro de sua própria comunidade, como do caso extremo do sistema de castas indiano.

A pesquisa de Pierson foi, por vezes, acusada de obscurecer os conflitos raciais ou reduzi-los a uma questão de classe, ou seja, as atitudes negativas

em relação aos negros refletiriam preconceito e desprezo por sua condição social e econômica e não necessariamente por sua cor de pele ou outros traços raciais. É verdade que o conteúdo etnográfico de seu trabalho revela uma série de tensões. Pierson escreveu que atritos diários, demonstrações de insatisfação negra e resistência de brancos e mulatos ao casamento com negros foram observados na Bahia. Às vezes, seu relato apontava situações de confronto entre negros, brancos e mulatos que assumiam expressão bastante racializada.⁷ No entanto, seria mais acertado afirmar que a compreensão de Pierson acerca do caráter racial desses conflitos é marcada por ambivalências.

Como se pode observar nos relatos de pesquisa de Pierson aos seus professores, à época em que realizava trabalho de campo na Bahia, o sociólogo nutriu dúvidas e reservas sobre a natureza do preconceito sofrido pela população negra, hesitando em interpretá-lo como uma forma de preconceito de classe (Pierson, 1936b, 1936d).⁸ Diante de um contexto etnográfico complexo e contraditório, Pierson enfatizou as evidências empíricas mais consistentes com suas próprias projeções implícitas sobre o desenvolvimento futuro das relações raciais na Bahia ao escrever as conclusões finais de seu livro. Tais projeções, por sua vez, só podem ser compreendidas à luz dos valores políticos subjacentes ao seu enquadramento teórico.

Em sua dissertação, ao abordar a natureza das atitudes desfavoráveis em relação à população negra predominantes na Bahia, Pierson trabalhou com uma definição estrita de preconceito racial: “uma atitude social que emerge em situações de conflito para ajudar a manter um *status* ameaçado”, atitude que não deveria ser confundida com “aversão”, “hostilidade” ou “tratamento desigual” (Pierson, 1945b, p. 419-455).⁹ Formulado nesses termos, o conceito não parecia se aplicar à Bahia, pois, segundo a interpretação do

⁷ Pierson (1945b, p. 222-228) retratou situações de conflito ao longo de sua obra, particularmente em suas análises de como negros, brancos e mulatos se relacionavam em seu cotidiano.

⁸ Alguns autores apontaram hesitações de Pierson durante seu trabalho de campo. Ver Romo (2010) e Brochier (2011).

⁹ Pierson (1945b) se apegaria a essa definição nos anos seguintes, quando seu trabalho começou a enfrentar críticas crescentes.

sociólogo sobre o passado brasileiro, os grupos brancos dominantes não teriam sido confrontados durante a abolição por uma população negra hostil que representasse “qualquer ameaça séria a [seu] próprio *status*” e, portanto, jamais teriam experimentado sentimentos de desconfiança, apreensão ou ressentimento (Pierson, 1945b, p. 347).

Nos EUA, por outro lado, a abolição teria sido precedida por “uma onda de medo [...] que varreu nosso Sul após a revolta dos negros no Haiti e os distúrbios decorrentes da subsequente aniquilação dos brancos haitianos”, constituindo “um incidente de conflito civil” agravado por “um programa de ‘reconstrução’ imposto pela conquista armada de fora” (Pierson, 1945b, p. 346-347). No sul dos EUA, os negros teriam experimentado uma mudança de *status* que não nasceu dentro das comunidades e não se processou organicamente a partir delas, mas que se deu de forma abrupta e pela força, fomentando o ressentimento entre os brancos e dando origem a um imaginário social repleto de representações a respeito da população negra.

Pierson destacou o caráter gradual, cumulativo e não disruptivo da transformação da sociedade de castas da Bahia em uma “ordem social competitiva” a fim de explicar por que o preconceito contra os negros em Salvador não se manifestava como no sul dos EUA. Ainda que a compreensão do caso da Bahia se dê mediante contraste com a experiência norte-americana, tal comparação só adquire sentido porque ambos os casos são examinados através das lentes fornecidas pelos princípios políticos subjacentes ao marco interpretativo de Park. Segundo essa perspectiva, os processos de mudança envolvendo relações raciais e programas de integração *deveriam* ser conduzidos de forma gradual e à distância do aparato coercitivo do Estado. A controvérsia entre Booker T. Washington e W. E. B. Du Bois no início do século 20 a respeito da forma como a comunidade negra estadunidense deveria conduzir suas lutas acabou repercutindo na análise de Pierson. Seguindo o caminho acomodacionista, Pierson rejeitou o radicalismo político representado pela intervenção do governo federal dos EUA nos estados confederados ao final da Guerra Civil. Por seu turno, a abolição da escravidão no Brasil ia ao encontro, na sua avaliação, dos pressupostos normativos da sociologia de Park, ou seja,

tratava-se da culminação de um processo gradual de mudança nas relações entre negros e brancos, caracterizado pela aceitação da emancipação pela sociedade como um todo e desprovido de qualquer ruptura drástica com a ordem social vigente.

Na visão de Pierson, a ascensão social na Bahia implicava o amplo reconhecimento da comunidade em relação às pessoas de cor bem como o estabelecimento de relações estreitas com as elites brancas. O fenômeno da ascensão recebeu atenção especial do sociólogo em seu estudo dado o contraste com a situação racial tanto nos EUA, onde uma classe média negra vinha se constituindo por meio de um processo de mobilidade social dentro dos estreitos limites da comunidade negra, quanto na Índia, onde estratos sociais intermediários e biologicamente mistos existiam encerrados em si mesmos, impossibilitados de ascender. O fato de a hipótese acerca da ascensão social no caso baiano parecer plausível aos olhos de Pierson se deveu, em grande medida, aos quadros interpretativos desenvolvidos por intelectuais de prestígio como Oliveira Vianna e Gilberto Freyre sobre a história social brasileira.¹⁰

A ênfase de Pierson na mobilidade social em Salvador ligava-se, em última análise, às suas expectativas em relação ao futuro da sociedade local. Tais expectativas, por sua vez, prendiam-se aos pressupostos axiológicos do modelo de Park para a classificação dos diferentes tipos de situação racial, referidos acima. Embora Pierson reconhecesse que a cor ainda representava um estigma social e, portanto, uma desvantagem para a população negra baiana, ele se mostrava otimista, acreditando que se tratava de resquícios da antiga sociedade escravista fadados a desaparecer, e isso, à medida que um contingente maior de pessoas de cor gozasse de mobilidade ascendente. O sociólogo acreditava ser apenas uma questão de tempo até que as classes sociais da Bahia se tornassem menos desiguais na composição racial, acabando por produzir uma estratificação social baseada apenas

¹⁰ Embora Pierson (1945b) pareça ter encontrado em Vianna o respaldo para sua tese de que a população baiana vinha se embranquecendo gradativamente à medida que os mulatos incorporavam os negros e os brancos incorporavam os mulatos, o sociólogo norte-americano buscou apoio em Freyre ao examinar como o processo de ascensão social gradual dos mulatos contribuía para moldar o padrão de relações raciais característico do Brasil.

no “mérito individual” e nas “circunstâncias favoráveis” e não mais na cor ou em qualquer outro traço fora do controle individual (Pierson, 1945b, p. 399-422). Essa perspectiva refletia as aspirações acomodacionistas em torno da integração dos negros à sociedade por meio de um processo gradualista de mobilidade social.

Nesse sentido, a Bahia de Pierson parecia prestes a concretizar os ideais políticos de um regime meritocrático, o que não implicava a inexistência de conflitos ou de desigualdades na distribuição de *status*, vistas pelo sociólogo como inerentes a qualquer forma de sociedade. O que parecia estar em jogo, entretanto, era que a sociedade local, à diferença dos EUA, estava mais próxima de alcançar a democracia enquanto igualdade de oportunidades e livre concorrência entre indivíduos de diferentes grupos raciais (Pierson, 1945b, p. 422). Essa perspectiva política é flagrante em um relatório de pesquisa em que Pierson arrisca uma análise da situação racial da Bahia a partir da díade conceitual “casta e classe”:

o conjunto das relações sociais [...] peculiar à Índia, aos Estados Unidos e ao Brasil, respectivamente, não constitui diferentes tipos de castas, mas diferentes formas de organização social que, para propósitos de uma análise esquemática, podem ser vistas como ocupando posições variadas ao longo de um gradiente cultural, no qual um polo pode ser denominado “casta” e o outro (por falta, talvez, de um termo melhor) “democracia pura” (Pierson, 1936b).

A Bahia que emerge da obra de Pierson é produto de um jogo de contrastes entre imagens de diferentes regiões do globo, como o Sul profundo dos EUA, a Índia e o Havaí; é também um quadro que reflete as apreensões existentes quanto à situação racial nos EUA e a como essa era vista como ameaça aos valores democráticos.

Donald Pierson, a ciência e a esfera pública

A pesquisa de Pierson contribuiu para inserir a Bahia no circuito internacional das ciências sociais. Nos anos seguintes, pesquisadores norte-americanos que viajaram para a região, como Ruth Landes e Franklin Frazier,

contaram com as redes intelectuais tecidas por Pierson e Park (Valladares, 2010; Sansone, 2012). A experiência de pesquisa de Pierson na Bahia resultou também em um convite para atuar como professor de sociologia da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) em fins da década de 1930, momento em que o governo Roosevelt reforçava suas políticas de aproximação cultural com a América Latina e intensificava o intercâmbio diplomático no campo da ciência.¹¹ No Brasil, onde permaneceu até o início dos anos 1950, Pierson contribuiu para a construção do campo das ciências sociais (Limongi, 1989; Vila Nova, 1998). Nesse período, o sociólogo desempenhou importante papel como mediador nas relações de troca acadêmica entre Brasil e EUA, obtendo bolsas de estudo para brasileiros em universidades norte-americanas.

Após se fixar em São Paulo em 1939, Pierson organizou e dirigiu o Departamento de Sociologia e Antropologia Social da ELSP, onde instituiu um seminário sobre Métodos e Técnicas de Pesquisa. Em 1941, junto com os antropólogos Herbert Baldus e Emílio Willems, fundou o primeiro programa de pós-graduação em ciências sociais do Brasil (Seção de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais). No início da década de 1940, conduziu pesquisa sobre alimentação e habitação na cidade de São Paulo e se valeu da ocasião para treinar seus alunos em técnicas e métodos de pesquisa. Em 1945, tornou-se responsável pela seção brasileira do *Institute of Social Anthropology* da *Smithsonian Institution* e, nessa função, obteve financiamento para pesquisas no país. Primeiramente, ele realizou levantamentos em regiões rurais de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e, mais tarde, de 1947 a 1948, liderou um estudo de comunidade em Araçariguama, interior de São Paulo, cujos resultados foram publicados em *Cruz das Almas: uma aldeia brasileira* (Pierson, 1951). No início da década

¹¹ Samuel Lowrie havia sugerido que Pierson o substituisse nas atividades de ensino e pesquisa em São Paulo. Segundo Lowrie, embora Pierson, à diferença de outros candidatos, não dispusesse ainda de uma reputação acadêmica bem estabelecida, ele vinha estudando o Brasil, era conhecido pelos intelectuais do país e estava prestes a publicar sua tese sob a orientação de Park, uma das maiores autoridades em matéria de relações raciais nos EUA (Lowrie, 1939).

de 1950, liderou uma série de pesquisas em diversas localidades do Vale do São Francisco (Pierson, 1949, 1972a, b, c, 1987).

Pierson também atuou como tradutor e editor de revistas científicas como *Sociologia*, além de organizar coleções de livros na área de ciências sociais. Em sintonia com a tradição de pesquisa promovida por Park na Universidade de Chicago, Pierson procurou fomentar no Brasil um tipo de sociologia alicerçada na investigação empírica. Ele também se esforçou para forjar uma identidade profissional para o sociólogo como cientista e pesquisador, desvinculando-o do mundo dos interesses e valores políticos. O impulso de Pierson para delinear o campo da sociologia científica encontra expressão no lema que por vezes utilizou para resumir a essência de suas atividades no Brasil – lema que conferia às suas atividades no país certo ar de missão: “pelo estabelecimento das disciplinas sociais como ciências”.¹²

Pierson estava decidido a formar uma ampla rede de atores interessados nas ciências sociais de modo a garantir a circulação de suas ideias sobre o trabalho sociológico e as condições necessárias para que a disciplina obtivesse o *status* epistemológico de ciência. Sua visão sobre o papel da sociologia e do sociólogo não esteve restrita a seus alunos em São Paulo, como Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Virgínia Leone Bicudo e Hiroshi Saito, mas também alcançou outras cidades e regiões do país, como é possível notar pela correspondência que manteve com nomes como os de Luiz de Aguiar Costa Pinto e Alberto Guerreiro Ramos, egressos das primeiras turmas de cientistas sociais da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (Maio; Lopes, 2015).¹³

Nesta seção, analisamos as ideias de Pierson sobre a conceituação do próprio campo da sociologia, a identidade profissional que ele idealizava

¹² Essa expressão, que sintetiza o desejo de Pierson de forjar uma identidade profissional para o cientista social, aparece reiteradamente em sua correspondência (Pierson, 1944a). Darcy Ribeiro utilizava os mesmos termos para afirmar seu compromisso com o projeto de Pierson. Ribeiro era parte do “círculo de correspondência” montado por Pierson em 1943, juntamente com Oracy Nogueira, Luiz de Aguiar Costa Pinto e outros (Ribeiro, 1943).

¹³ O papel de Pierson nos anos formativos de cientistas sociais como Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Virgínia Leone Bicudo foi notado por diversos autores. Ver Cavalcanti (1996), Arruda (1995), Bomeny (2001), Maio (2010) e Cotrim e Maio (2021).

para seus praticantes e como suas perspectivas estiveram entrelaçadas com os debates sobre a natureza da ciência e da sociedade no final dos anos 1930 e início dos 1940. Não apenas a análise sociológica propriamente dita de Pierson sobre a sociedade brasileira estava enraizada em preocupações políticas historicamente circunscritas. Ao tentar demarcar as fronteiras disciplinares, ele invariavelmente teve que abordar as questões em pauta na época, particularmente as estratégias relativas à diplomacia cultural dos EUA na América Latina e o valor das democracias liberais ocidentais para a ciência em meio à ascensão das denominadas forças totalitárias. A defesa de Pierson da neutralidade axiológica para a sociologia, embora parte de seu discurso normativo sobre a nova ciência que desejava instituir, não nos deve impedir de examinar em que medida seus esforços fundacionais se nutriram de contingências sociais e políticas relacionadas tanto às relações EUA-Brasil quanto ao contexto internacional mais amplo.

Ao tempo em que Pierson estudou na Universidade de Chicago, seus pesquisadores se empenhavam em definir os limites disciplinares da sociologia, diferenciando-a sobretudo do campo do serviço social. Essa preocupação é evidente em Park, que tinha sérias reservas em relação ao tipo de intervenção típico dos “benfeitores” e reformadores em geral, como indicamos anteriormente.

Em seus primórdios, a sociologia praticada em Chicago se confundiu com o próprio movimento por reforma das condições de vida na cidade, um movimento fomentado por setores médios protestantes da sociedade norte-americana em resposta aos problemas sociais aguçados pela explosão populacional e pelo acelerado crescimento urbano-industrial (Coulon, 1995; Valladares, 2005).¹⁴ Entretanto, como indicou Bannister (1987) em seu conhecido estudo, a partir dos anos 1920, uma forte onda de objetivismo tomou conta da disciplina, e parte considerável de seus praticantes passaram a se pautar cada vez mais pelo paradigma das ciências naturais. Entre as ferramentas analíticas, aquelas mais favoráveis

¹⁴ Sobre as estreitas conexões entre a sociologia e o serviço social nos primórdios das ciências sociais nos EUA, ver Lengermann e Niebrugge (2007).

à quantificação, como a estatística, tornaram-se valorizadas.¹⁵ A retórica humanitária e reformadora foi sendo eclipsada por uma linguagem que apresentava a sociologia como uma ciência descritiva e analítica e identificava a tendência a prescrições e avaliações normativas como uma extrapolação do seu âmbito próprio.¹⁶

Em textos que escreveu no Brasil no início da década de 1940, Pierson reiteradamente descreveu as atividades da profissão de sociólogo e as normas que deveriam nortear sua conduta, também distinguindo insistentemente a sociologia de outros ramos do conhecimento interessados na vida social, como o pensamento social, a filosofia social, a ética e o serviço social. Ele argumentava que a sociologia, diferentemente desses outros campos, verificava sistematicamente hipóteses e teorias contra novos fatos descobertos por meio da pesquisa, usando esses últimos para confirmar, modificar ou refutar as primeiras. Ao colocar o sociólogo em contato com as coisas, para além do debate de ideias, a pesquisa levaria ao aprimoramento progressivo da teoria e ao acúmulo de proposições universalmente válidas – e isso, acreditava Pierson, era a melhor maneira de os sociólogos irem além das controvérsias filosóficas entre escolas e tradições nacionais e, com base no terreno neutro da realidade empírica, produzirem consensos epistêmicos relativamente duradouros (Pierson, 1945a).

¹⁵ Mesmo Park, que possuía reservas quanto à quantificação nas ciências sociais, cunhou termos para designar novos campos de investigação que punham em evidência a valorização do modelo das ciências naturais, como a Ecologia Humana. Ele também exortou seus alunos a se distanciarem dos juízos de valor (Camic, 2007). De acordo com Steinmetz (2007), os modelos naturalistas e positivistas nas ciências sociais norte-americanas somente se tornaram hegemônicos no pós-Segunda Guerra.

¹⁶ Alguns autores têm procurado compreender o impulso objetificante da sociologia tendo como referência transformações mais gerais no pensamento e na sociedade norte-americanas, como a preocupação crescente com questões de “eficiência” e “controle social” em meio à sensação de erosão dos valores e das normas compartilhadas (Bannister, 1987), ou o impacto do fordismo sobre a organização da vida social, especialmente no contexto metropolitano, conducente a uma forma de percepção do “social” que enfatizava regularidades e padrões, e sinalizava para a possibilidade de uma apreensão externa, não subjetiva, do “social” (Steinmetz, 2007). No nosso caso, mais do que compreender a gênese dessas visões epistemológicas, buscamos examinar, a partir da trajetória de Pierson e de sua atuação no Brasil, como elas se sustentaram e se modificaram à luz de circunstâncias políticas determinadas.

Na avaliação de Pierson, a sociologia brasileira ainda estava em um estágio pré-científico, em grande parte porque carecia de profissionais com formação em pesquisa, aptos a se utilizarem de uma linguagem conceitual comum e ao trabalho científico coordenado. Em cartas a Luiz de Aguiar Costa Pinto, então professor adjunto de sociologia da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro e um dos primeiros graduados em ciências sociais da instituição, Pierson afirmava que a disciplina, no Brasil, tendia a ser dominado por homens loquazes e amadores, geralmente médicos, engenheiros ou advogados. Nos tratados que escreviam, pontos de vista e teorias heterogêneos eram misturados e os dados eram manipulados livremente sem qualquer respaldo empírico. As declarações de Pierson não destoavam das aspirações intelectuais locais de transformar a sociologia em uma ciência genuína. Como se sabe, os expoentes do esforço de institucionalização das ciências sociais no contexto brasileiro com frequência buscaram marcar sua própria identidade, diferenciando-se das tradições intelectuais do passado. Foi nesse espírito que Pierson afirmou que muito “ecletismo”, “ginástica intelectual” e “falsas demonstrações de erudição” se faziam passar por sociologia no Brasil (Pierson, 1943^a, b, c).¹⁷

Ainda que não usasse do mesmo tom publicamente, em razão sobretudo do contexto diplomático que cercava sua estada no Brasil, como veremos mais à frente, a avaliação de Pierson sobre a produção sociológica local permanecia substancialmente a mesma em seus artigos. Ao examinar a bibliografia publicada no Brasil até 1940, observou tratar-se de estudos vinculados a outras áreas, como história, geografia, economia ou etnologia, ou de comentários acadêmicos sobre a sociedade e a cultura brasileiras. Pierson sustentou que, embora essa literatura oferecesse *insights* valiosos e hipóteses de pesquisa, principalmente em se tratando dos estudos históricos, romances e diários de viagem, a maior parte consistia em dados compilados de forma não sistemática ou em análises de natureza especulativa e normativa (Pierson, 1945c).

¹⁷ Sobre como as ciências sociais tentaram se distanciar da denominada tradição ensaística brasileira, ver Botelho (2010).

Não obstante, Pierson se mostrava otimista quanto ao futuro da sociologia brasileira e acreditava que seu desenvolvimento seguiria um caminho semelhante ao que a área havia tomado nos EUA. Em sua previsão, a mudança social daria um grande impulso à institucionalização da sociologia (Pierson, 1943c). As crescentes industrialização e urbanização acabariam por estimular o amplo interesse da sociedade pela disciplina, dada a necessidade de compreender os problemas sociais oriundos do mundo tradicional, tais como crime organizado, delinquência juvenil, imigração, sofrimento mental e suicídio – todos esses, fenômenos que os sociólogos da Universidade de Chicago relacionavam ao contexto urbano das metrópoles modernas (Pierson, 1946, p. 102). Escrevendo a Costa Pinto, em uma passagem característica da visão pragmática sobre o conhecimento compartilhada pelos sociólogos de Chicago, Pierson observava: “uma vez que o homem só pensa ao enfrentar problemas, vai haver aqui mais pensamento sobre assuntos sociais. E, havendo mais preocupação, haverá, sem dúvida, mais desejo de estudar e pesquisar no nosso campo” (Pierson, 1943c).

A compreensão de Pierson acerca do conhecimento científico guardava afinidades com a tradição filosófica pragmatista norte-americana, da qual seu mentor acadêmico, Park, manteve-se próximo em seus anos formativos.¹⁸ Pierson, no entanto, demonstrava reservas quanto à efetiva aplicação da sociologia no curto prazo. Embora afirmasse que o objetivo de controlar a natureza (nela incluídos os fenômenos sociais) era parte do empreendimento científico da modernidade, ele considerava que os processos sociais só poderiam ser manejados com eficácia quando as ciências sociais alcançassem um nível de desenvolvimento comparável ao da física. Até lá, ainda que sociólogos viessem sendo postos “sob a pressão de alguns governos, aliás, bem intencionados, para resolverem, desde já, seus problemas práticos”, seria presunçoso e desonesto pensar que eles estariam em “condições dar, de maneira certa, todos os conselhos que se desejam” (Pierson, 1946, p. 102).

É sintomático da visão de Pierson acerca do papel do sociólogo o fato de que ele tenha considerado a aplicação do conhecimento como um

¹⁸ Sobre a relação da sociologia de Pierson com o pragmatismo filosófico, ver Vila Nova (1998).

momento distinto e derivado da produção do conhecimento propriamente dita ou do avanço teórico da ciência. Recorrendo a um argumento semelhante àquele usado pelos primeiros professores da disciplina na Universidade de Chicago, como William Thomas, Pierson argumentava que, embora a aplicabilidade fosse um critério relevante na validação do conhecimento científico, os possíveis interesses na aplicação da ciência deveriam ser deixados de fora do processo investigativo. Segundo esse argumento, se os sociólogos orientassem de partida suas pesquisas de acordo com fins práticos, a objetividade dos procedimentos investigativos e, em última análise, a própria possibilidade de obtenção de eventuais resultados práticos advindos do estudo sociológico ficariam comprometidas.¹⁹ No entender de Pierson, a receptividade de um sociólogo a interesses externos ao campo científico era incompatível com seu dever profissional de tentar, por todos os meios, controlar os vieses que sobre ele forçosamente recaíam enquanto membro de uma determinada cultura, época e classe social (Pierson, 1946, p. 90).

A insistência de Pierson em distinguir a produção do conhecimento sociológico de sua aplicação também refletia a preocupação de que os sociólogos se excedessem em suas atividades profissionais tentando definir o uso social de seus resultados de pesquisa. Mesmo que os sociólogos pudessem elucidar os mecanismos subjacentes aos processos sociais, eles deveriam permanecer dentro da esfera estrita da ciência e jamais procurar determinar os fins ou ideais a serem perseguidos por indivíduos e grupos.

Embora o esforço de Pierson em vigiar as fronteiras disciplinares da sociologia guardasse evidentes conexões com o contexto intelectual norte-americano, ele adquiria sentidos particulares nas circunstâncias de sua fixação no Brasil, em que qualquer suspeita sobre o possível caráter político de sua atuação deveria ser afastada.

Pierson foi convidado a integrar o corpo docente da ELSP em 1939, quando a Política da Boa Vizinhança lançada pelo Governo Roosevelt

¹⁹ Para a perspectiva de William Thomas sobre a questão, ver Wegner (1993).

finalmente avançava no terreno das relações culturais.²⁰ Sua contratação, que envolveu a articulação do Departamento de Estado e do cônsul geral de São Paulo, Carol Foster, com membros da elite paulista favoráveis aos EUA, ocorreu em um momento de crescente preocupação, em Washington, com a penetração ideológica e cultural do nazifascismo na América Latina e o que esta poderia representar em termos de ameaça à segurança do hemisfério ocidental considerando-se a guerra iminente na Europa.²¹

No início de 1939, após viagem de reconhecimento de Ben Cherrington, chefe da então recém-fundada Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado, a diferentes cidades sul-americanas por ocasião da Conferência Interamericana de Lima, no Peru, a cidade de São Paulo havia sido considerada local estratégico a partir do qual os EUA poderiam estreitar os laços, no plano científico, intelectual e artístico, com os países da região. Até então, a presença norte-americana no cenário acadêmico brasileiro era tímida em comparação com a atuação de europeus, que contavam com apoio significativo de seus respectivos governos para o desenvolvimento de suas atividades. Em realidade, os EUA ainda hesitavam em dotar o Estado de maior protagonismo em suas relações culturais, agarrando-se à postura tradicional nesse setor, informada pelo credo de que a aproximação entre povos e culturas deveria ser da alçada dos particulares e das instituições da sociedade civil nela interessadas.²²

²⁰ Em 1938, alguns anos após o acordo, celebrado na Conferência Pan-Americana de Buenos Aires, sobre o intercâmbio acadêmico entre as Américas, foi criada, no interior do Departamento de Estado norte-americano, a Divisão de Relações Culturais, que atuou inicialmente tendo como foco especial a América Latina. Passos decisivos na construção dessa política foram analisados por Espinosa (1977).

²¹ Em telegrama ao Departamento de Estado, Foster havia assinalado a importância de os EUA contarem com um professor no Brasil capaz de apoiar “a promoção da cooperação intelectual e cultural entre os dois países” (Foster, 1939).

²² Em 1940, logo após a tomada de Paris pelas tropas de Hitler, Roosevelt instituiu o Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, agência comandada por Nelson Rockefeller e criada emergencialmente por ordem do Conselho de Defesa Nacional com o objetivo de se contrapor à influência nazifascista no continente. Tal medida representou uma mudança significativa na postura dos norte-americanos, de não ingerência estatal, no campo das trocas científicas, intelectuais e artísticas entre as nações, lançando-os mais abertamente no terreno da propaganda pró-EUA (Ninkovich, 1981).

Os anos iniciais de Pierson no país foram, ademais, críticos para as relações Brasil - EUA, dada a apreensão de Washington quanto às atitudes ambivalentes do governo Vargas relativamente às forças em conflito no cenário internacional, o que Moura (2012) classificou como uma política externa de “equilíbrio pragmático”. Além de ministros do governo simpáticos ao nazifascismo, como Francisco Campos e Eurico Gaspar Dutra, e da presença conspícua de professores italianos e franceses no mundo universitário em construção, incidentes diplomáticos envolvendo intelectuais norte-americanos haviam acendido o alerta do consulado de São Paulo para a suscetibilidade dos brasileiros em relação ao que poderia ser percebido como ingerência indevida de estrangeiros nos assuntos domésticos do país.

O caso de Paul Vanorden Shaw, professor de História da Civilização Americana da Universidade de São Paulo, é significativo a esse respeito. Filho de missionário presbiteriano que viera ao Brasil para lecionar no colégio Mackenzie, em São Paulo, ainda no final do século XIX, Shaw havia se formado pelo Departamento de História da Universidade de Columbia e trabalhado como professor de História Latino-Americana no Panamá. Seu ingresso no corpo docente da USP em 1936 foi considerado por Carol Foster, que intermediara as negociações para sua contratação, um passo importante para o desenvolvimento das relações culturais. Shaw não tardou, porém, em despertar a apreensão do corpo diplomático. Adepto de uma postura mais agressiva dos EUA no terreno das trocas acadêmicas com o Brasil, capaz de contrabalançar a influência europeia, ele passou a colaborar com jornais como o *Estado de São Paulo*, escrevendo sobre aspectos sensíveis da conjuntura nacional e internacional e tomando partido da “democracia americana” contra os “totalitarismos” da Europa central. Seus posicionamentos públicos tornaram frágil sua posição na USP e o próprio embaixador norte-americano, Jefferson Caffery, por vezes teve de intervir junto ao ministro Francisco Campos para garantir sua permanência no cargo. Considerado boquirroto pelos diplomatas, Shaw proferiu uma conferência para alunos de Harvard em visita a São Paulo em que traçava

um diagnóstico pessimista sobre as possibilidades de o Brasil se defender em caso de guerra dado o conjunto de seus problemas sociais e econômicos, fala que repercutiu mal entre os brasileiros presentes e que precipitou, em fins de 1940, seu desligamento da universidade.²³

O fato de um norte-americano ter despertado a hostilidade do governo brasileiro não passou despercebido por Pierson. Ainda que considerasse fantasiosa a forma como o Shaw enxergava seu envolvimento nas disputas diplomáticas em curso, Pierson achou por bem, desde o início de suas atividades em São Paulo, adotar uma linha de ação mais discreta. Conforme confidenciou em carta a Park, ele havia optado pelo trabalho científico rigoroso e metódico no lugar de demonstrações ostensivas de apoio aos EUA. A atividade acadêmica, caso realizada a contento, renderia frutos cujo valor seria fatalmente reconhecido pelos brasileiros:

tentei sugerir [ao sr. Shaw] a vantagem, tal como a vejo, de se estabelecer uma base firme e relativamente permanente de cooperação, trazendo pesquisadores e *scholars* americanos já interessados no Brasil como campo para pesquisas, e deixando que eles sobressaíam por conta própria como indivíduos e não como representantes de uma “missão” tomada por uma obstinação santa [*“holy resolve”*] em fazer avançar as cores da cultura americana (Pierson, 1939).

Dada a natureza política das críticas que haviam indisposto Shaw com as autoridades brasileiras, Pierson se mostrava, ademais, aliviado por ter sido desobrigado pela direção da ELSP da tarefa de ministrar, ao lado da Sociologia, aulas de Ciência Política, encarregando-se, em seu lugar, do curso de Antropologia Social. Na mesma carta a seu antigo professor, ele afirmava que fenômenos sociais como as “revoluções” haviam ficado de fora do curso introdutório à Sociologia que planejava para o ano de 1940 (Pierson, 1939).

Ainda que insuflado pelo *ethos* científico que os setores *mainstream* da sociologia nos EUA buscavam vincular à sua atividade profissional, Pierson tendeu a reforçar a rígida demarcação de fronteiras que deveria

²³ Um exame do incidente diplomático a partir da forma como diplomacia cultural norte-americana vinha sendo implementada no Brasil encontra-se em Lopes (2020).

existir entre a ciência e a política à luz do intrincado contexto diplomático em que seu estabelecimento no Brasil se processou. Considerando-se o processo de frágil e incipiente institucionalização das ciências sociais no país, a própria viabilidade de seu projeto acadêmico-intelectual, que detinha valor em si mesmo a seus olhos, dependia do grau em que os EUA lograssem avançar no estreitamento das relações de cooperação com a América Latina.

A questão do financiamento das atividades de Pierson no Brasil, um desafio perene para o sociólogo, evidencia de que modo seus esforços acadêmicos se articulavam à agenda diplomática. Ao chegar a São Paulo, Pierson possuía a expectativa de que uma das grandes instituições filantrópicas dos EUA, como a Fundação Rockefeller, complementasse seus rendimentos oriundos da ELSP. Mas já nos primeiros anos da guerra, momento em que a instituição paulista, mergulhada em grave crise financeira, não pôde mais arcar com os serviços do sociólogo, a continuidade de suas atividades no Brasil pareceu estar continuamente ameaçada.

Depois de se arrastar por mais de um ano nas malhas da burocracia e pôr à prova o valor do trabalho de Pierson para a diplomacia cultural dos EUA, o sociólogo obteve, para os anos de 1942 e 1943, a concessão de recursos extraordinários dos cofres do governo norte-americano administrados pelo escritório de Nelson Rockefeller (Mauck, 1942). Ao fim desse período, o então cônsul em São Paulo, Cecil Cross, escreveu a Washington solicitando que o governo federal realmente considerasse manter o auxílio ao professor da ELSP dada sua contribuição para a “reputação da cultura acadêmica norte-americana” no Brasil (Cross, 1943). Para os anos de 1944 e 1945, Pierson obteve bolsa de professor visitante vinculado ao Departamento de Estado na categoria “*professorial mission*”, criada no interior da Divisão de Relações Culturais daquele órgão, o que lhe permitiu subsidiar sua permanência em São Paulo (Brickell, 1945). Escrevendo a seu antigo professor de Chicago, o antropólogo Robert Redfield, em fins de 1944, Pierson, ainda assim, observava: “nosso problema principal no momento é financeiro. O auxílio a mim mesmo está ainda nas mãos um tanto precárias

de políticos norte-americanos que nem sempre compreendem os interesses e as atividades ligadas à pesquisa” (Pierson, 1944c).

Aos olhos de Pierson, seu projeto acadêmico parecia depender não apenas do aprofundamento das relações diplomáticas Brasil - EUA, mas também de determinadas condições políticas mais gerais das sociedades modernas. O contexto da guerra, muitas vezes lido, no plano ideológico, como uma prova de resistência das democracias contra os regimes totalitários emergentes, contribuiu para reforçar as posições de Pierson relativamente ao ideal de uma ciência social axiologicamente neutra e apartada do mundo da política. Nesse caso, tanto a defesa da prática científica institucionalizada parecia depender da defesa da ordem liberal-democrática quanto esta daquela. Conforme uma das leituras que se tornaram comuns a partir dos trabalhos de Robert Merton, a ordem liberal moderna, promovendo uma distribuição pluralística da autoridade, teria oferecido as condições sociopolíticas e institucionais para que, uma vez reconhecida como uma atividade social legítima em si mesma, a ciência se mantivesse ao abrigo de pressões externas (Merton, 1938, p. 327).

Em artigo de 1938, Merton advertia seus leitores de que, a partir da agitação e da politização permanente e ubíqua da sociedade, regimes totalitários como a Alemanha de Hitler acabavam borrando as fronteiras entre ciência e política e solapando a autonomia relativa da primeira. A ideia de que traços do *ethos* científico como o desinteresse e a impessoalidade constituiriam uma quimera, e de que as descobertas e proposições científicas seriam invariavelmente expressões das filiações nacionais, étnicas ou de classe do cientista, é vista por Merton como reflexo do impulso totalitário em submeter todos os segmentos da estrutura social, inclusive a comunidade científica, à lógica expansionista do poder do Estado, exigindo-lhes lealdade aos princípios do partido. Caso difundida entre os leigos, tal leitura reducionista, que Merton também identifica em variações da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim vigentes na Alemanha, alimentaria a descrença na ciência e o desprestígio do resultado do trabalho científico, considerado como arbitrário (Merton, 1938, p. 328).

Pierson parecia movido por considerações semelhantes em sua reação ao que enxergava como uma extrapolação da esfera de atuação dos sociólogos. Ele deixou muito clara sua posição, em março de 1944, ao criticar Costa Pinto, seu correspondente regular nos círculos sociológicos do Rio de Janeiro, quando este último passou a defender, nos jornais, que os sociólogos deveriam se posicionar em relação à guerra. A *American Sociological Society* havia divulgado um relatório sobre a relação entre o ensino de sociologia nos EUA e a Segunda Guerra Mundial, o que estimulou Costa Pinto a declarar em artigo publicado no jornal *Diário de Notícias* que os professores de sociologia deveriam intervir em um mundo atormentado por convulsões sociais, transmitindo aos seus alunos os valores que inspiravam a “guerra antifascista”, como o das “liberdades fundamentais”, e contribuindo para a reconstrução da ordem mundial com base na aplicação desses princípios (Costa Pinto, 1944). Em uma passagem que parece inspirada em Merton, Pierson advertia Costa Pinto de que os cientistas sociais que assumiam tal postura se arriscavam a se tornar “meros servos e propagandistas de um ‘ismo’ particular e limitado, como infelizmente ocorreu na Alemanha nos últimos anos” (Pierson, 1944a). Em tom weberiano, Pierson afirmava categoricamente que a ciência nunca poderia definir os fins morais e políticos que os indivíduos deveriam perseguir. Conforme argumentava, embora os cientistas sociais não devessem permanecer alheios aos “problemas sociais”, eles deveriam reconhecer os limites do exercício de sua autoridade científica: “não posso concordar [...] em que o papel do cientista social é dizer às pessoas ‘o que é certo e o que é errado’. Essa tarefa pertence à ética e à religião. A ciência é capaz de dizer aos homens o que eles *podem* fazer, nunca o que deveriam fazer [ênfase no original]” (Pierson, 1944a). Em um mundo em que os totalitarismos ameaçavam fazer o poder político penetrar em todas as esferas da vida social, desmanchando fronteiras e desacreditando a ciência, a autocontenção dos sociólogos em sua área própria de atuação parecia, aos olhos de Pierson, a melhor maneira para o fortalecimento da autoridade científica.

No plano epistemológico, Pierson acreditava que garantir a autonomia da atividade científica do sociólogo era importante para salvaguardar a ciência da influência de valores e interesses externos. No nível político, o sociólogo partia da premissa de que, embora especialistas pudessem contribuir para a opinião pública e o governo, esclarecendo o conteúdo e os procedimentos relacionados à implementação de determinada política, eles também deveriam reconhecer que, em última análise, cabia ao conjunto dos cidadãos tomar as decisões políticas sobre o futuro da coletividade. A ciência poderia proporcionar às pessoas os meios, mas não os fins. Em suma, o trabalho do sociólogo profissional, tal como imaginado por Pierson, era corolário de uma forma de organização social que se pretendia democrática, ao estilo do liberalismo político.

A posição acadêmica de Pierson no Brasil somente adquiriu maior estabilidade com sua vinculação profissional, a partir da segunda metade dos anos 1940, ao Institute of Social Anthropology (ISA), do qual passou a atuar como principal representante no país ao lado do antropólogo de origem canadense Kalervo Oberg. Divisão do *Department of American Ethnology* da *Smithsonian Institution*, complexo de museus e centros de pesquisa com sede em Washington e administrado pelo governo norte-americano, o ISA foi fundado em 1943 na esteira da Política de Boa Vizinhança de Roosevelt e dos esforços de estreitamento das trocas científicas entre as Américas, tendo como seu primeiro diretor o antropólogo Julian Steward. Seus objetivos iniciais estiveram relacionados à promoção de atividades de ensino e pesquisa em países latino-americanos com base em acordos de cooperação entre os EUA e instituições locais. A própria atividade que Pierson vinha desenvolvendo em São Paulo teria servido de inspiração para a organização e a expansão das atividades do ISA em países como México, Peru e Colômbia em meados dos anos 1940. Com o patrocínio da agência, cujos recursos provinham do Departamento de Estado, Pierson empreendeu, ao lado de estudantes sob seu treinamento, *surveys* em localidades rurais do estado de São Paulo que resultaram em estudo de maior profundidade em Araçariguama. Também sob os auspícios do ISA, o sociólogo empreendeu o amplo projeto coletivo de pesquisas no Vale do São Francisco (Maio et al., 2013).

Considerações finais

Donald Pierson é conhecido por suas iniciativas acadêmicas no Brasil, especialmente por seus esforços para institucionalizar as ciências sociais em nível universitário. Fixando-se no país alguns anos após a defesa de sua tese sobre as relações raciais na Bahia, ele perseguiu uma agenda intelectual centrada nesses objetivos. Ainda assim, suas atividades como homem de ciência dedicado ao avanço do conhecimento não transcorreram em um vazio de valores sociais e políticos. A definição do campo da sociologia por parte do sociólogo implicava, ao mesmo tempo e necessariamente, pressuposições sobre o modelo de ordem social em que aquela disciplina científica poderia vicejar. Seus esforços para delimitar as fronteiras da sociologia científica, dotando-a de autonomia frente a outras esferas da vida social, tiveram lugar em circunstâncias determinadas cujo exame nos ajuda a compreender a historicidade das ideias e das práticas científicas que advogou. Também a análise das visões sociológicas substantivas que Pierson esposou sobre a sociedade brasileira evidencia de que modo sua produção intelectual esteve inscrita em discussões políticas candentes do período. Uma investigação atenta do contexto em que suas ideias vieram à luz e da forma como o sociólogo procurou, a cada momento, proteger a sociologia de valores e interesses considerados externos à ciência nos permite melhor compreender, em perspectiva histórica, os primeiros passos das ciências sociais no país e o papel das relações Brasil - EUA nesse processo.

Marcos Chor Maio é Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, Pesquisador Titular e professor do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e bolsista de produtividade em pesquisa 1B do CNPq.

✉ marcos.maio@fiocruz.br

Thiago da Costa Lopes é Doutor pelo Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Atualmente desenvolve pesquisa de pós-doutorado na mesma instituição.

✉ lopes_47@hotmail.com

Referências

1. ARRUDA, Maria A. do N. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, S. (ed.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré; Fapesp, 1995. Vol. 2, p. 107-232.
2. BANNISTER, Robert C. *Sociology and scientism: the American quest for objectivity, 1880-1940*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1987.
3. BOMENY, Helena. *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
4. BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social*, v. 22, n. 1, p. 46-66, 2010.
5. BRICKELL, Herschel [Assistant Chief, Division of Cultural Cooperation]. Carta para Julian Steward, 6 abr. 1945, Washington D.C. *National Anthropological Archives*, Institute of Social Anthropology, caixa 9, Donald Pierson, 1942-1945. [Correspondência]
6. BROCHIER, Christophe. De Chicago à São Paulo : Donald Pierson et la sociologie des relations raciales au Brésil. *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, v. 25, n. 2, p. 293-324, 2011.
7. CALLON, Michel. Society in the making: the study of technology as a tool for sociological analysis. In: BIJKER, W. et al. (ed.). *The social construction of technical systems: new directions in the Sociology and History of technology*. Londres: The MIT Press, 1987. p. 83-103.
8. CAMIC, Charles. On edge: Sociology during the Great Depression and the New Deal. In: CALHOUN, C. (ed.). *Sociology in America: a history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007. p. 225-280.
9. CAVALCANTI, Maria L. V. de C. Oracy Nogueira e a Antropologia no Brasil: O estudo do estigma e do preconceito racial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 11, p. 5-28, 1996.
10. CHAPOULIE, Jean-Michel. *La tradition sociologique de Chicago, 1892-1961*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.
11. COSTA PINTO, Luiz. Tendências recentes do ensino das ciências sociais: Sociologia. *Diário de Notícias*, 19 mar. 1944.
12. COTRIM, Aline de Sá; MAIO, Marcos C. O nascimento de uma produção sociológica: os estudos de Hiroshi Saito sobre a imigração japonesa no Brasil (1947-1953). *Contemporânea: Revista de Sociologia*, v. 11, n. 1, p. 201-227, 2021.
13. COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Campinas: Editora Papirus, 1995.
14. COX, Oliver C. The modern caste school of race relations. *Social Forces*, v. 21, n. 2, p. 218-226, 1942.
15. CROSS, Cecil [American Consul General]. Ofício para o Departamento de Estado, Washington D.C., 8 out. 1943. 1 f. NARA, *Record Group 84*, Foreign Service Posts of the Department of State. Consulado de São Paulo, registro geral, 1936-1955. vol. VIII, caixa 65, 1943. [Correspondência]

16. ESPINOSA, José Manuel. *Inter-American beginnings of U.S. cultural diplomacy: 1936-1948*. Washington: Department of State, 1977.
17. FELT, Ulrike et al. *The handbook of science and technology studies*. 4. ed. Cambridge: The MIT Press, 2017.
18. FOSTER, Carol, Carta para Ben Cherrington, Washington D.C. 2f. *National Archives and Records Administration*, College Park, Record Group 84, Foreign Service Posts of the Department of State. Consulado de São Paulo, registros gerais, v. XI, caixa 3, 1936-1955, correspondência, 27 jan. 1939.
19. LATOUR, Bruno. *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.
20. LENGERMANN, Patricia; NIEBRUGGE, Gillian. Thrice told: narratives of Sociology's relation to social work. In: CALHOUN, C. (ed.). *Sociology in America: a history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007. p. 63-114.
21. LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política. In: MICELI, S. (ed.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré; FAPESP, 1989. Vol. 1, p. 217-233.
22. LOPES, Thiago da C. *Em busca da comunidade: ciências sociais, desenvolvimento rural e diplomacia cultural nas relações Brasil – EUA (1930-1950)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.
23. LOWRIE, Samuel. Letter to Carol Foster. *National Archives and Records Administration*, College Park, 1 July 1939. *Record Group 84*, Consulado de São Paulo, registro geral, 1936-1955, caixa 33, 1939.
24. MAIO, Marcos C. Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. *Cadernos Pagu*, n. 35, p. 309-355, 2010.
25. MAIO, Marcos C.; LOPES, Thiago da C. Entre Chicago e Salvador: Donald Pierson e o estudo das relações raciais. *Estudos Históricos*, v. 30, n. 60, p. 115-140, 2017.
26. MAIO, Marcos C.; LOPES, Thiago da C. "For the establishment of the social disciplines as sciences": Donald Pierson e as ciências sociais no Rio de Janeiro (1942–1949). *Sociologia e Antropologia*, v. 5, n. 2, p. 343-380, 2015.
27. MAIO, Marcos C.; OLIVEIRA, Nemuel da S.; LOPES, Thiago da C. Donald Pierson e o Projeto do Vale do Rio São Francisco: cientistas sociais em ação na era do desenvolvimento. *Dados*, v. 56, n. 2, p. 245-284, 2013.
28. MAUCK, Willfred. Memorandum "Supporting material for Revision No. 1 of Project Authorization on 'Aid to Escola Livre de Sociologia e Política in Sao Paulo, Brazil'". 13 nov. 1942. 4f. NARA, Record Group 229, Coordinator's office of Inter-American Affairs, arquivos centrais, caixa 418, pasta "AID to Escola".
29. MERTON, Robert. Science and the social order. *Philosophy of Science*, v. 5, n. 3, p. 321-337, 1938.

30. MOORE, Jacqueline M. *Booker T. Washington, W. E. B. Dubois, and the struggle for racial uplift*. Wilmington: Scholarly Resources, 2003.
31. MORRIS, Aldon. *The scholar denied: W.E.B. Du Bois and the birth of modern sociology*. Oakland: The University of California Press, 2015.
32. MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: mudança na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
33. NINKOVICH, Frank A. *The diplomacy of ideas: U.S. foreign policy and cultural relations, 1938-1950*. Londres: Cambridge University Press, 1981.
34. OLIVEIRA, Lucia L. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.
35. PARK, Robert. Carta para Donald Pierson. *Fundo Donald Pierson*, pasta 62, 5f., p. 3, fev. 11, 1936.
36. PARK, Robert; BURGESS, Ernest W. *Introduction to the science of Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1921. Cap. 8-11.
37. PIERSON, Donald. Algumas atividades no Brasil em prol da Antropologia e outras ciências sociais. In: CORRÊA, M. (ed.). *História da Antropologia no Brasil (1930 - 1960)*. Testemunhos: Emílio Willems e Donald Pierson. Campinas: Unicamp, 1987. p. 30-116.
38. PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/SUVALE, 1972a. Vol. I.
39. PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/SUVALE, 1972b. Vol. II.
40. PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/SUVALE, 1972c. Vol. III.
41. PIERSON, Donald. *Cruz das Almas: a Brazilian village*. Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology. Washington: U. S. Government Printing Office, 1951.
42. PIERSON, Donald. A preliminary survey of the Valley of São Francisco. *Fundo Donald Pierson*, pasta 72, 1949.
43. PIERSON, Donald. É ciência a Sociologia? *Sociologia*, v. 8, n. 2, p. 90-102, 1946.
44. PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em Sociologia*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1945a.
45. PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contacto racial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942/1945b.
46. PIERSON, Donald. *Survey of the literature on Brazil of sociological significance published up to 1940*. Cambridge: Harvard University Press; The Joint Committee on Latin American Studies, 1945c.
47. PIERSON, Donald. Carta para Luiz de Aguiar Costa Pinto. *Fundo Donald Pierson*, pasta 39, 19 abr. 1944a.

48. PIERSON, Donald. Robert E. Park: sociólogo pesquisador. *Sociologia*, v. 6, n. 4, p. 282-294, 1944b.
49. PIERSON, Donald. Carta para Robert Redfield. *Fundo Donald Pierson*, pasta 2, p. 2., 12 ago. 1944c.
50. PIERSON, Donald. Carta para Luiz de Aguiar Costa Pinto. *Fundo Donald Pierson*, pasta 39, 11 jun. 1943a.
51. PIERSON, Donald. Carta para Luiz de Aguiar Costa Pinto. *Fundo Donald Pierson*, pasta 39, 3 jul. 1943b.
52. PIERSON, Donald. Carta para Luiz de Aguiar Costa Pinto. *Fundo Donald Pierson*, pasta 39, 2 ago. 1943c.
53. PIERSON, Donald. Carta para Robert Park. *Fundo Donald Pierson*, pasta 2, p. 5. 12 nov. 1939.
54. PIERSON, Donald. Carta para Robert Park. *Fundo Donald Pierson*, pasta 62, 2f., 9 set. 1936a.
55. PIERSON, Donald. Carta para Robert Park, Robert Redfield, and Louis Wirth. Relatório n. 6. *Fundo Donald Pierson*, pasta 62, 19 dez. 1936b.
56. PIERSON, Donald. Por que eu vim à Bahia. *Revista da Faculdade de Direito da Bahia*, v. 11, n. 1, p. 89-93, 1936c.
57. PIERSON, Donald. Carta para Robert Park, Robert Redfield, and Louis Wirth, Report No. 3. *Fundo Donald Pierson*, folder 62, 1, 19 jun. 1936d.
58. PIKE, Fredrick. Latin America and the Inversion of United States Stereotypes in the 1920s and 1930s: the case of culture and nature. *The Americas*, v. 42, n. 2, p. 131-162, 1985.
59. REDFIELD, Robert. Carta para Charles Johnson. Fisk University Special Collections and Archives, *Julius Rosenwald Fund Archives*, (1-267), 1917-1948, caixa 183, pasta 8, 6 fev. 1935.
60. RIBEIRO, Darcy. Carta para Oracy Nogueira. *Fundo Donald Pierson*, pasta 37, 8 nov. 1943.
61. SANSONE, Livio. Estados Unidos e Brasil no Gantois: o poder e a origem transnacional dos estudos Afro-brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, p. 9-29, 2012.
62. SAPIR, Edward. Culture, genuine and spurious. *American Journal of Sociology*, v. 29, n. 4, p. 413-414, 1924.
63. SEIGEL, Micol. Beyond compare: comparative method after the transnational turn. *Radical History Review*, n. 91, p. 62-90, 2005.
64. SHAPIN, Steven. Discipline and bounding: the History and Sociology of Science as seen through the externalism-internalism debate. *History of Science*, v. 30, n. 4, 1992.

65. SHAPIN, Steven; SCHAFFER, Simon. *Leviathan and the Air-Pump*: Hobbes, Boyle, and the Experimental Life. Nova Jersey: Princeton University Press, 1985/2011.
66. SILVA, Isabela O. P. da. *De Chicago a São Paulo*: Donald Pierson no mapa das Ciências Sociais. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. <https://doi.org/10.11606/T.8.2013.tde-13112015-125454>
67. STEINMETZ, George. American Sociology before and after World War II: the (temporary) settling of a disciplinary field. In: CALHOUN, C. (ed.). *Sociology in America: a history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007. p. 314-366.
68. UNIVERSITY OF CHICAGO. News about members. *Bulletin of the Society for Social Research*, 3. Fisk University Special Collections and Archives, Robert E. Park Collection (Supplement 1), 1923-1943, caixa 15, pasta 1, mar. 1935.
69. VALLADARES, Lícia do P. A visita de Robert Park ao Brasil, o “homem marginal” e a Bahia como laboratório. *Caderno CRH*, v. 23, n. 58, p. 35-49, 2010.
70. VALLADARES, Lícia do P. (ed.). *A Escola de Chicago*: impacto de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte: UFMG; IUPERJ, 2005.
71. VILA NOVA, Sebastião. *Donald Pierson e a Escola de Chicago na Sociologia brasileira*: entre humanistas e messiânicos. Lisboa: Coleção Vega Universidade, 1998.
72. WARNER, W. Lloyd. American caste and class. *American Journal of Sociology*, v. 42, n. 2, p. 234-237, 1936.
73. WASHINGTON, Booker T. The standard printed version of the Atlanta Exposition address, sept. 18th, 1885. In: HARLAN, L. (ed.). *The Booker T. Washington Papers*. Chicago: University of Illinois Press, 1974. Vol. 3, p. 583-587.
74. WEBER, Max. Science as vocation. In: OWEN, D.; STRONG, T. (ed.). *The vocation lectures*. Illinois: Hacket Books, 2004[1917]. p. 1-31.
75. WEGNER, Robert. *Teoria sociológica na Escola de Chicago*: a obra de William Isaac Thomas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

Recebido: 24 dez. 2020.

Aceito: 29 jun. 2022.

<http://doi.org/10.1590/18070337-112385>

Culturas de participação de jovens: o caso das regiões fronteiriças em Portugal[◇]

Sofia Marques da Silva* 

Nicolas Martins da Silva* 

Sara Pinheiro* 

Resumo

Este artigo busca fazer o retrato de culturas de participação de jovens do ensino secundário e residentes em regiões de fronteira em Portugal continental. Essas regiões são, em geral, marcadas por desigualdades económicas, sociais e culturais que se traduzem em menores oportunidades de oferta educativa, emprego e espaços de participação. A partir de uma perspectiva da sociologia da juventude, analisam-se dados de um questionário aplicado a 3968 jovens de 38 municípios com o objetivo de mapear a participação jovem e discutir propostas para outras formas de participação às quais têm menos acesso. Os resultados apontam para algumas diferenças entre sexos e de classe social, revelando que se envolvem mais em atividades desportivas e menos em atividades de participação política e cívica. Conclui-se que os contextos aqui em análise têm uma menor diversidade de oferta de espaços de participação, que se traduz num menor envolvimento de jovens. Este trabalho aponta para a pertinência de se equacionarem modelos de participação centrados em jovens e por eles e elas protagonizados. Contribui-se, com este trabalho, para uma análise do espectro da participação jovem em contextos menos estudados como os rurais e de regiões fronteiriças.

Palavras-chave: juventude, participação, regiões de fronteira, regiões rurais, culturas juvenis.

[◇] Texto em português europeu.

* Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Cultures of youth participation: the case of border regions in Portugal

Abstract

This article seeks to portray the cultures of participation of young people in secondary education and residing in border regions in mainland Portugal. These regions are, in general, marked by economic, social and cultural inequalities which translate into fewer opportunities of educational supply, employment and spaces for participation. From a sociology of youth perspective, data from a questionnaire applied to 3968 young people in 38 municipalities is analysed with the aim of mapping youth participation and discussing proposals for other forms of participation to which they have less access. The results point to some differences between sexes and social class, revealing that they get involved more in sporting activities and less in activities of political and civic participation. We conclude that the contexts analysed here have a lesser diversity of supply of spaces for participation, which translates into a lower involvement of young people. This work points to the pertinence of equating participation models centred on young people and led by them. This work contributes to an analysis of the spectrum of youth participation in less studied contexts, such as rural and border regions.

Keywords: youth, participation, border regions, rural regions, youth cultures.

Introdução

A participação de jovens tem sofrido inúmeras transformações nas duas últimas décadas com a emergência de novos contextos, nomeadamente digitais, e de modos mais informais de envolvimento em torno de causas sociais (Trivelli; Morel, 2020). Contudo, se, a par de uma aparente diminuição da participação e do envolvimento juvenil em formas mais tradicionais de participação, como as associações locais ou os partidos políticos, temos assistido a novas formas de envolvimento jovem em torno de causas, também esses movimentos são mais visíveis em contextos urbanos. Os contextos rurais e de interior parecem estar aparentemente mais arredados dessas novas dinâmicas de participação, ou a sociologia da juventude tem também estudado menos esses/as jovens e

suas experiências. Estudar os interesses juvenis nessa matéria é fundamental para formas de atuação mais contextualizadas. Este artigo busca explicar formas de participação de jovens que estão a crescer em regiões fronteiriças predominantemente rurais e suas propostas em torno de um envolvimento comunitário, cívico e político mais significativo.

O conceito de identidade juvenil fronteira não é fechado em si mesmo, isto é, as próprias regiões de fronteira são heterogêneas na sua relação com regiões vizinhas transfronteiriças ou com o restante território. No entanto, é importante destacar que a relação com o espaço imprime algumas especificidades no modo como jovens experienciam as culturas juvenis globais, ou como tomam decisões sobre os seus percursos educacionais ou profissionais. Este artigo, a partir da discussão em torno das questões da participação, procura realçar algumas das especificidades das experiências de jovens a morar nesses contextos, nomeadamente, o modo como lidam com as oportunidades disponíveis.

A literatura tem apontado para a relevância do estudo das juventudes em regiões fronteiriças que, no caso português, em grande parte estão localizadas no interior e rurais (Tiza, 2010), estendem-se a norte, a nordeste, centro-este e sudeste de Portugal continental e são compostas por 38 municípios. Em geral, as regiões fronteiriças de Portugal continental com Espanha têm menos desenvolvimento económico, menos oportunidades em termos de emprego, de educação, de cultura e de participação, como resultado de distâncias estruturais e históricas do centro de poder (Heggen, 2000; Bæck, 2016). Como outros contextos mais periféricos, os contextos fronteiriços, principalmente interiores rurais, lidam com desafios específicos relacionados com o despovoamento e o isolamento, com impacto sobre os recursos comunitários disponíveis (Lind; Stjernstrom, 2015). Essa situação leva à fuga de jovens para outros contextos (Theodori; Theodori, 2015), nomeadamente urbanos e do litoral, acentuando ainda mais a fragilidade dessas regiões.

Os dados do Pordata (2019) são claros ao demonstrar o despovoamento das regiões e o envelhecimento populacional com foco nessas regiões,

que são aquelas com menor densidade populacional.¹ Em relação à taxa de envelhecimento, a proporção em Portugal é de 161,3 idosos por 100 jovens. Dos 38 municípios fronteiriços, quatro possuem níveis superiores a 600 idosos por 100 jovens e em 27 municípios há taxas que variam entre 200 e 500 idosos por 100 jovens habitantes (Pordata, 2019). Outros dados mostram que dez dos 38 municípios de fronteira não têm, em sua oferta educativa, ensino secundário² (Pordata, 2019), que se insere na escolaridade obrigatória no contexto português (Portugal, 2009). Essa situação obriga a que jovens tenham que se mudar ou passar a residir em outro município para acederem à escolaridade obrigatória.

É nesse contexto que este artigo busca situar formas de participação e envolvimento dos jovens nas regiões fronteiriças de Portugal continental, sinalizando contextos, dinâmicas e oportunidades, bem como suas propostas em termos de participação e maior envolvimento local. Nas últimas duas décadas, estudos que buscam tornar conhecidas realidades de participação e envolvimento de jovens rurais chamam a atenção para a valorização dos aspetos locais e para a necessidade de maior atenção às formas de vida e modelos de participação na comunidade, nem sempre visíveis (Portela; Gerry, 2002; Silva, 2014).

As orientações internacionais, nomeadamente a *Youth Strategy 2030* e a *Estratégia Europeia para a Juventude 2017-2028*, apontam as zonas rurais como contextos a serem desenvolvidos, estimulados e preservados enquanto espaços de produção cultural e de participação (União Europeia, 2018). Constitui um dos objetivos centrais daquela Estratégia “impulsionar a juventude rural”, criando-se “condições que permitam aos jovens desenvolver as suas potencialidades nas áreas rurais” (p. c456/14). Como metas a serem alcançadas, destacamos a necessidade de medidas para garantir que os jovens tenham um papel de liderança nos processos de participação descentralizados, “a fim de apoiar a sua inclusão e beneficiar

¹ A maioria dos municípios fronteiriços – mais especificamente, 20 municípios – tem valores recorde de três a 20 indivíduos por km², sendo a média nacional de 114,5 (Pordata, 2019).

² O ensino secundário, em Portugal, corresponde ao ensino médio, no Brasil.

as comunidades locais” (p. c456/14). Além disso, considera-se urgente o envolvimento de jovens de meios rurais em processos de tomada de decisão.

Reconhecendo o papel dos jovens no desenvolvimento da sociedade (União Europeia, 2018), os processos de participação e cidadania jovem na construção de uma sociedade mais democrática e justa ganharam centralidade (Hoskins, 2006; Ross, 2012), destacando-se a importância do desenvolvimento de experiências de participação para a socialização e engajamento cívico e político dos/as jovens (Barros; Mitozo, 2021). Essa importância dada ao desenvolvimento de estratégias de participação de jovens tem sido visível em diferentes documentos que compartilham entre si o foco nas questões de participação política e cívica para o maior empoderamento juvenil (União Europeia, 2018), a partir da tradução de políticas nacionais e regionais em estratégias que promovam oportunidades de maior envolvimento. Em Portugal, o *Plano Nacional para a Juventude 2018-2021* (2018) encontra-se, como política integrada, alinhado com os documentos anteriormente mencionados, ou seja, torna fundamental a criação de espaços e suporte à participação juvenil. Naquele documento, pode encontrar-se como prioridade a promoção de “práticas de governança multinível, inclusivas, participadas e participativas, com vista ao reforço institucional das políticas de juventude” (Resolução de Conselho de Ministros, 2018, p. 4444-18). Especificidades relacionadas à juventude em ambientes rurais e de interior têm vindo a ser mencionadas em algumas das medidas, ou seja, nas questões de empregabilidade e atratividade do mundo rural, no reconhecimento do papel da juventude na inversão de situações de depopulação. O envolvimento dos jovens, particularmente nas atividades cívicas e de participação, é enquadrado no contexto escolar (criação de clubes, desporto) que, nessas regiões fronteiriças, rurais e interiores, tem um papel central de socialização e promoção da inclusão. Não sendo uma política da juventude, o *Plano Nacional da Coesão Territorial de 2016* inclui preocupações específicas com a juventude e a redução de assimetrias aqui referidas.

Levando em conta as especificidades dos contextos que nos ocupam neste texto, adotamos um conceito de culturas de participação integral que incluía dimensões do envolvimento dos jovens em diferentes atividades relevantes para si mesmos, relacionadas com o lazer, como atividades desportivas, além do envolvimento em atividades cívicas e/ou de participação política, pelo papel que estas desempenham na vida social dos jovens nessas regiões e por serem entendidas como instrumento para o desenvolvimento pessoal e social de jovens (Anderson-Butcher, 2019). Nesse quadro, entende-se por participação o envolvimento consciente, voluntário de jovens (Van Deth, 2014) em atividades que contribuam para o seu desenvolvimento pessoal, social e cultural, atentando também naquilo que são as suas propostas situadas em culturas de participação jovem contextualizadas.

Este artigo, subordinado ao tema participação juvenil em regiões de fronteira, e tendo como pergunta de partida “em que atividades de participação e de lazer se envolvem os jovens das regiões fronteiriças?”, tem como objetivo mapear formas de participação juvenil nesses contextos, procurando entender obstáculos e estímulos à participação, bem como aspirações juvenis em torno da sua participação e envolvimento em atividades de lazer e de participação. Procuramos, também, analisar o modo como o ano de escolaridade, o sexo e a escolaridade dos pais e mães influencia o modo como os jovens participam. Para responder a esses objetivos, recorreremos ao inquérito por questionário como técnica de recolha de dados. Relativamente à análise dos dados, recorreremos à análise estatística das questões de resposta fechada e à análise de conteúdo, contagem por frequência, das questões de resposta aberta.

O artigo estrutura-se da seguinte forma: numa primeira parte, balizamos o quadro teórico em torno das questões de participação e envolvimento de jovens e sua tradução em culturas juvenis; em seguida, são apresentadas as opções metodológicas de suporte a este artigo; em um terceiro momento, os resultados da análise dos dados são apresentados e discutidos, divididos em cinco partes: resultados globais relativos ao envolvimento e participação juvenil nessas regiões; resultados atentando no ano de escolaridade dos

jovens; análise tendo em atenção o sexo dos respondentes; resultados tendo em conta a escolaridade parental e, por último, propostas e perspectivas de jovens para os seus contextos; finalmente, as considerações finais fornecem uma visão geral dos principais resultados.

Especificidades dos contextos: jovens, culturas juvenis e regiões fronteiriças

Uma análise das culturas de participação da juventude nas regiões fronteiriças implica uma reflexão teórica que articule perspetivas em torno do conceito de juventude com as implicações que as regiões fronteiriças, rurais e interiores apresentam. É consensual na literatura compreender a juventude como uma categoria socialmente construída (Furlong; Woodman, 2015) compreendendo diversidade e heterogeneidade (Pais, 1993; Silva, 2011, 2014; Gadea *et al.*, 2017) na construção de biografias juvenis e traços de vida (Pais, 2003).

Uma perspetiva interseccional (Crenshaw, 1989) parece-nos pertinente ao analisar a juventude fronteiriça, interior e rural, prestando atenção a diferentes fatores que influenciam os seus percursos educacionais, escolhas e transições para a idade adulta (Walther, 2006) e que, nesses contextos, são frequentemente organizados em torno de decisões sobre deixar ou permanecer em seus contextos (Castro, 2013). Nossa preocupação em situar a vida juvenil da fronteira se estende à análise de interesses e oportunidades de participação, na medida em que essas são reguladas por dimensões sociais e espaciais (Metzger *et al.*, 2020; Shildrick; Macdonald, 2006).

Especificamente, Machado Pais, ao discutir a construção socio-histórica do conceito de juventude, chama a atenção para a sua pluralidade (Pais, 1990), aspeto relevante para analisar culturas de participação (Menezes *et al.*, 2012). Como alertam Gadea e colegas (2017, p. 264):

Múltiplos mundos sociais desenham múltiplas experiências sobre o *ser jovem*. Daí que a singularização das experiências de vida dos jovens remete à especificidade de contextos e às múltiplas oportunidades e estratégias

elaboradas para o melhor convívio social, chamando a atenção para os processos de mudança nas sociabilidades e nas formas que essas começam a adquirir.

A literatura tem apontado para a necessidade de promover uma sociologia da juventude que também dê conta das culturas juvenis rurais; que, sem essencializá-las, as considere em sua especificidade, mas também em diálogo com culturas globais e mais urbanas (Yndigegn, 2003; Farrugia, 2014; Silva *et al.*, 2021). De facto, reconhece-se que os sujeitos utilizam um conjunto de representações derivadas de seus contextos sociais, culturais e geográficos (Wiborg, 2004; Sampaio; Silva, 2022). Estudos anteriores mostraram como o património imaterial e o património cultural local, bem como a natureza podem desempenhar um papel essencial na conexão que os jovens desenvolvem com os seus contextos (Dax *et al.*, 2002; Silva, 2013, 2014). Por outro lado, a par dessas especificidades, vamos encontrar aspetos que marcam as suas vidas de forma distinta a outros contextos mais urbanos, nomeadamente relacionados com questões de mobilidade e de acesso a oportunidades educativas e de emprego, que levam jovens a considerar sair das suas regiões já de si deprimidas em termos populacionais (Theodori; Theodori, 2015; Bæck, 2016).

Os contextos rurais, comparados com os urbanos, caracterizam-se por um número menor de adultos envolvidos civicamente, politicamente e na comunidade, o que influencia a construção de figuras de referência participativa nesses contextos (Metzger *et al.*, 2020). Por outro lado, a baixa densidade populacional parece ser um fator inibidor da participação cívica dos jovens (Pritzker; Metzger, 2011), pois há menos contatos devido às distâncias geográficas (Metzger *et al.*, 2020). Além disso, os autores têm apontado que, nos contextos rurais, as organizações/associações locais e desportivas são de grande importância para os jovens e para a manutenção da vitalidade da comunidade (Portela; Gerry, 2002; Carmo; Santos, 2011; Ludden, 2011).

O estudo das culturas de participação da juventude nas regiões fronteiriças não pode desconsiderar as desigualdades que caracterizam esses

territórios, nem a importância do lugar na construção dos seus percursos (Dax *et al.*, 2002; Farrugia, 2014). Assim, propõe-se uma análise situada, considerando as possibilidades /os espaços para uma participação juvenil (Dayrell *et al.*, 2010) e prestando atenção às desigualdades, mas também às potencialidades desses contextos.

Participação e envolvimento juvenis

Pancer, Rose-Krasnor e Loiselle (2002) consideram o *engajamento* como meio de participação juvenil que compreende três componentes: a componente comportamental (o ato de participar), a componente afetiva (o gosto em participar) e a componente cognitiva (o conhecimento sobre a atividade na qual se participa). Essa abordagem teórica vai ao encontro da definição proposta pelo *Centre of Excellence for Youth Engagement*,³ no Canadá, destacando-se investigadores como Jeanne Nakamura e S. Mark Pancer, que consideram que o envolvimento juvenil está presente em diversas atividades, nomeadamente no desporto, cultura, política e participação cívica e social.

A participação dos jovens tem sido considerada um motor fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, pacífica e democrática (Checkoway, 2011), assumindo um envolvimento ativo de jovens e sua influência nos processos de participação. Isso significa que a influência nos processos de tomada de decisão (Checkoway; Guttierrez, 2006) contribui para o seu desenvolvimento pessoal, permitindo-lhes exercer seus direitos como cidadãos e contribuir para uma sociedade mais democrática (Levine; Youniss, 2009; Flanagan; Levine, 2010; Checkoway, 2011).

No que diz respeito à participação cívica, esta pressupõe o envolvimento em atividades cujo objetivo é influenciar civicamente a sociedade e contextos fora do círculo mais próximo (Ekman; Amnå, 2012), ou seja, em atividades que têm como objetivo contribuir para o bem comum. No mesmo sentido, Zukin e colegas consideram a participação cívica como atividade focada no

³ Integrado na Queen's University.

bem-estar público, na ajuda a outras pessoas e na resolução de problemas sociais, materializada, por exemplo, em atividades de voluntariado e movimentos associativos (Zukin *et al.*, 2006; Ekman; Amnå, 2012).

A participação política pressupõe influência intencional nas estruturas de governação, inclusive por meio de votação (decisão) e participação na implementação de políticas (Brady *et al.*, 1995). Para Van Deth (2014), a participação política surge como um conceito que engloba o envolvimento em atividades voluntárias relacionadas com o Estado, política e governação, com o objetivo de resolver problemas locais ou sistêmicos. Em relação à participação política, a literatura tem observado uma aparente falta de interesse entre os jovens na política em suas manifestações mais tradicionais – como o voto e a participação em partidos políticos (Ribeiro; Neves; Menezes, 2016).

Explicações relacionadas à diminuição do capital social proposta por Robert Putnam (2000) ou relacionadas a uma sociedade mais individualista (Furlong; Cartmel, 1997) estão mobilizados para tentar explicar essa diminuição do interesse dos jovens em formas mais clássicas de participação política (Putnam, 2000). No entanto, também foi mencionado que existe um conceito estrito de participação política (O'Toole, 2003) que esconde outras formas mais fluidas de envolvimento e participação juvenil (Beck, 2001; Teorell *et al.*, 2007) ou, ainda, de formas mais autônomas de envolvimento e participação política e social (Cornwall, 2009). Daí a importância de considerar diferentes contextos em que ocorrem as experiências de participação dos jovens em sua pluralidade e que por eles são influenciados (Ekman; Amnå, 2012; Menezes *et al.*, 2012).

Breve retrato da participação jovem em Portugal

Estudos realizados no contexto português nas últimas décadas têm demonstrado que são as atividades/organizações desportivas, culturais e de lazer que atraem com maior expressividade os jovens portugueses (Magalhães; Moral, 2008; Lobo *et al.*, 2015). O estudo de Magalhães e Moral

indicou a baixa participação dos jovens portugueses. As duas investigações citadas apresentam uma visão mais pessimista da participação dos jovens, destacando o desinteresse pela participação política. O estudo de Lobo, Ferreira e Rowland (2015) relata que 57,3% dos jovens entrevistados, entre 15 e 24 anos, afirmaram desinteresse, mas que esse também pode indicar menos envolvimento em formas tradicionais de participação e ativismo. Essa percepção sobre uma baixa participação de jovens naquelas formas vai ao encontro das atitudes dos portugueses em relação ao sistema político apontadas nos estudos de Freire, Lobo e Magalhães (2004) e de Cabral (2004), que concluíram existir um escasso envolvimento político dos portugueses, motivado por alguma desconfiança em relação à política. No mesmo sentido, aponta-se o estudo de Pedro Ferreira (2008), que vem destacar a limitada expressão do associativismo na sociedade portuguesa em detrimento da atividade em associações desportivas, em que os jovens afirmam envolver-se mais. Ainda, o estudo de Magalhães e Moral (2008) apontou uma maior tendência de participação de jovens relacionada a associações religiosas, de lazer e desportivas.

Mais recentemente, em 2017, a União Europeia, por meio de uma pesquisa, procurou entender como jovens, em diferentes países, se envolvem em organizações de diversos tipos, como associações voluntárias, de lazer, desportivas e/ou culturais. O relatório resultante dessa pesquisa, que respondida por jovens europeus entre 15 e 30 anos, apresenta algumas conclusões que enriquecem a construção dos retratos da participação juvenil. Os resultados apontam para um aumento, em relação a dezembro de 2014, de 4% dos jovens europeus que afirmam estar envolvidos em atividades de pelo menos uma organização nos últimos 12 meses, correspondendo a um percentual de 53% dos jovens pesquisados. Em Portugal, entre os diferentes tipos de atividades em que os jovens afirmaram envolver-se, destacam-se as atividades em organizações desportivas (28%), o envolvimento em organizações juvenis (20%), organizações culturais (15%). Além dessas, 9% disseram estar envolvidos em uma organização política e 5% em organizações focadas em ação climática (Comissão Europeia, 2018). As conclusões desse

relatório também apontam para um aumento do envolvimento de jovens nos diferentes tipos de atividades mencionadas acima, com exceção das atividades desportivas com maior percentual, em comparação com os resultados do relatório anterior, de 2014. Os documentos que resultaram de investigações em torno das questões da participação de jovens de Portugal continental não levantam o véu sobre as regiões fronteiriças, nosso foco de análise. No entanto, esse retrato não deixa, em nosso entender, de ser importante para compreendermos possíveis especificidades ou alinhamento, nessas regiões, com os resultados gerais da população jovem.

Os contextos empíricos deste estudo, com um espectro menor de oportunidades de participação, nomeadamente cívica e política, levam-nos a enfatizar a relevância de, adicionalmente a contextos mais tradicionais de participação, proporem-se novas formas e contextos em que os jovens se envolvam e que valorizam. Para além disso, as atividades que são propostas ou organizadas por adultos podem ser, para já, a única forma de os jovens se envolverem em atividades significativas para o seu desenvolvimento nesses contextos.

Metodologia

Este artigo baseia-se na contribuição de dados empíricos resultantes da aplicação de uma pesquisa de questionário intitulada: “Inquérito à população escolar: jovens, educação e regiões de fronteira”, desenvolvida no âmbito do projeto de investigação GROW.UP: Crescer em Regiões de Fronteira em Portugal: Jovens, Percursos Educativos e Agendas. Este questionário foi administrado a 3968 jovens estudantes (do 9º ao 12º ano)⁴ de 38 agrupamentos de escola situados nos 38 municípios que compõem a fronteira de Portugal continental com Espanha (ver tabela 1).

Para a administração dos inquéritos por questionário foi selecionada uma escola com ensino secundário por cada município. Nos casos em

⁴ Abrangendo o correspondente ao último ano do ensino fundamental e o ensino médio no Brasil.

que não havia escolas com ensino secundário, foi selecionada uma escola com ensino básico até o 9º ano. Em 29 dos municípios, os questionários foram aplicados na única escola existente no município. Após contacto com as direções das escolas e consentimento informado de encarregados de educação e jovens, os questionários foram administrados a turmas do ensino básico (9ºano) e do ensino secundário (entre o 10º e o 12º ano em turmas de cursos científico-humanísticos e de ensino profissional), sendo que, na maioria dos casos, foram aplicados à totalidade das turmas da escola, pelo que a amostra é representativa dos/as jovens que se encontravam a frequentar esses anos letivos. Os dados foram tratados recorrendo ao programa estatístico IBM SPSS Statistics v25. De acordo com os dados do Censos de 2021, ressalta-se uma quebra populacional em todos os municípios de fronteira de Portugal continental com Espanha, com percentagens que variam entre -1.7% em Vila Real de Santo António (região do Algarve) e -21.8% em Barrancos (região do Alentejo) (INE, 2021).

Os dados quantitativos foram selecionados a partir do questionário que resultou da análise das respostas a uma pergunta de múltipla escolha em que cada jovem apontou as atividades das quais participou (pelo menos uma vez por semana): (i) grupos ligados a partidos políticos; (ii) órgãos políticos locais (assembleias municipais, conselhos municipais de juventude); (iii) movimentos de defesa dos animais e/ou proteção da natureza; (iv) associações com grupos juvenis regionais, nacionais e internacionais; (v) atividades cívicas ou culturais na Espanha; (vi) eventos culturais na região; (vii) atividades de voluntariado; (viii) atividades desportivas e (ix) movimentos cívicos e outras iniciativas cívicas *online*.

Realizou-se uma análise estatística descritiva, com frequências (n) e percentagens (%). Sempre que os/as jovens assinalaram participar, considerou-se a resposta como “sim”, sempre que não assinalaram, considerou-se como “não”. Assim, após análise de valores em falta, assinalámos uma taxa muito baixa de perguntas não respondidas por item (entre 4 a 26 respostas omissas por item – ver tabela 1). Não foi necessário realizar qualquer procedimento para as tratar.

Além desses dados, foi mobilizada uma questão aberta do questionário em que os jovens indicaram as experiências de participação e/ou lazer em que gostariam de estar envolvidos, mas às quais não têm acesso (questão 2.5: *Indica outras experiências de participação, lazer, em que gostasses de te envolver, mas às quais não tens acesso*). As respostas dadas a esta pergunta aberta foram organizadas em diferentes categorias, através da análise de conteúdo, contagem por frequência, tendo-se procedido à contagem de respostas. As respetivas categorias foram organizadas de acordo com as sugestões dos jovens sobre as principais atividades de participação e/ou lazer, tendo sido nossa opção organizá-las em função das regiões, para compreender quais as maiores necessidades dos jovens a nível regional.

Tabela 1. Caracterização demográfica dos participantes.

N = 3968			
		n	%
Idade	13-15 anos	1744	44
	16-18 anos	2075	52.4
	> 18 anos	144	3.6
	Omissos	5	
Sexo	feminino	2141	54
	masculino	1824	46
	Omissos	3	
Ano de escolaridade	9 ^º	1315	33.2
	10 ^º	1107	28
	11 ^º	816	20.6
	12 ^º	722	18.2
	Omissos	8	

Curso	Científico-humanístico	2430	61.9
	Profissional	198	5
	NA (estudantes do 9º ano)	1314	33.3
	Omissos	26	

Resultados e discussão

A análise dos resultados e sua discussão dividem-se em cinco etapas específicas: na primeira, analisaremos os resultados globais dos questionários tendo em conta as atividades nas quais os jovens afirmam participar; na segunda etapa, afunilamos a nossa análise, atentando no ano de escolaridade desses jovens; na terceira, discutimos os resultados tendo em conta o sexo dos/as respondentes; na quarta, analisamos os dados tendo em consideração a escolaridade parental; por último, analisamos as propostas dos/as jovens de atividades de participação, triangulando esses dados com suas respostas no que concerne ao tipo de atividades nas quais afirmam participar. Por se tratar de uma amostra composta por jovens, reconhecemos que poderão existir comportamentos de resistência geracional relativos aos padrões institucionais das práticas políticas e estilos de participação desenvolvidas por adultos. Contudo, os nossos dados e a nossa abordagem não nos permitem explorar essa dimensão.

Distribuição da participação juvenil em regiões fronteiriças: resultados globais

A análise dos resultados globais sobre o envolvimento e participação jovem indicam (ver Figura 1) que 64.8% (n=2567) dos jovens inquiridos participam em atividades desportivas – resultados que se alinham com a tendência a nível nacional e europeia já aqui referida (Magalhães; Moral, 2008; Lobo *et al.*, 2015; Comissão Europeia, 2018). Esses resultados revelam uma concentração dos jovens numa única tipologia de atividade

e que pode ser a que existe de modo mais organizado nas suas regiões. Esses estudos têm apontado para uma importância do desporto e dos equipamentos desportivos em ambientes rurais, possibilitando uma maior vitalidade entre jovens e contextos.

Com uma distância significativa relativamente às atividades desportivas, mas ocupando o segundo lugar nas indicações dos jovens, está o seu envolvimento em eventos culturais da região com 23.2% (n=920), o que corrobora a visão de que eventos culturais têm um grande impacto na vitalidade dessas regiões e na promoção do envolvimento desses jovens (Portela; Gerry, 2002). O estudo que citamos vem mesmo referir que



essas atividades se destacam, pois promovem um vínculo ao lugar, sendo que o lugar assume uma grande importância nesses mesmos contextos, o que parece potenciar o envolvimento emocional de jovens em torno das tradições locais e formas de cultura local (Portela; Gerry, 2002).

Figura 1. Percentagem de jovens que indicam participar em cada atividade elencada no questionário

Fonte: Dados da pesquisa.

Em terceiro e quarto lugares surgem, respetivamente, as atividades de voluntariado, com 15.7% (n=623), e a participação em associações e grupos juvenis 12.4%. Apesar de ser relevante salvaguardar que, pela sua natureza, as atividades desportivas e eventos culturais podem mobilizar um maior número de jovens, não deixa de ser significativo refletir que as atividades apontadas com menor expressividade incluem aquelas ligadas a órgãos políticos locais, como Assembleias Municipais e/ou Conselhos Municipais de Juventude, que representam as formas mais tradicionais de participação política. Poderão ter uma menor oportunidade de participar, já que alguns desses órgãos se concentram nas cidades e vilas, o que exigiria mobilidade, e também porque a própria estrutura e dinâmica é distinta já que mais esporádica e, por isso, menos apontada pelos jovens à questão por nós realizada.

Focando a análise nas atividades de participação cívica – nomeadamente, associações e grupos juvenis regionais, nacionais, internacionais; movimentos de defesa dos animais e/ou proteção da natureza; atividades de voluntariado e movimentos cívicos e outras iniciativas cívicas *online* –, os resultados apontam para uma relativa participação em atividades de voluntariado (conforme apresentado acima), destacando-se, por um lado, o envolvimento menos expressivo dos jovens em movimentos de defesa dos animais e/ou proteção da natureza (7,8%). Por outro lado, o percentual de jovens que afirmam participar em movimentos de participação cívica *online* (6,6%) indica um menor envolvimento em formas menos tradicionais de participação cívica (Norris, 2002), embora essas possibilitem “novas formas de mobilização e participação cívica aos cidadãos” (Portela, 2016, p.22). Mesmo que esses valores possam ser pouco expressivos quando comparados com outro tipo de envolvimento jovem naquelas regiões, dão conta da diversidade de contextos e interesses juvenis.

As atividades de participação relacionadas com grupos ligados a partidos políticos e/ou assembleias municipais, ou conselhos municipais da

juventude apresentam resultados abaixo dos 4% (ver gráfico 1), o que está em consonância com o estudo desenvolvido por Magalhães e Moral (2008) e por Lobo, Ferreira e Rowland (2015), que apontam para envolvimento residual em atividades políticas como a pertença a partidos políticos. Os resultados dos questionários parecem ir ao encontro da ideia de um declínio da participação política convencional entre jovens e que pode indicar uma visão mais cética em torno da política (Ribeiro *et al.*, 2016; Wattenberg, 2016). Poderá ser relevante analisar se essa tendência de afastamento da política na sua vertente mais tradicional e formal poderá ser explicada pelo facto de as suas opiniões juvenis poderem, frequentemente, não estar representadas na tomada de decisões (Dahl *et al.*, 2018).

As questões de participação são entendidas como uma forma de desenvolver a cidadania ativa em jovens (Hoskins, 2006; Ross, 2012), em diferentes níveis, como local, nacional e europeu, entendendo esses diferentes níveis como necessários para a construção de uma cidadania efetiva. Portanto, o maior envolvimento dos jovens em atividades políticas é um desafio atual, tanto numa escala europeia quanto no nível dos órgãos e associações políticas nacionais e locais, nas diferentes áreas em que os jovens podem desenvolver suas atividades de participação.

Culturas de participação e ano de escolaridade

Iniciando pela análise das atividades que se enquadram na participação cívica, nomeadamente a participação por parte dos jovens em associações e grupos juvenis regionais, nacionais e internacionais; em movimentos de defesa dos animais e/ou proteção da natureza; em atividades de voluntariado e também em movimentos cívicos e outras iniciativas cívicas *online*, verifica-se que 1681 jovens afirmam participar nesse tipo de atividade pelo menos uma vez por semana (ver tabela 2). O número mais elevado de jovens que afirma participar se encontra no 9º ano de escolaridade (n=525); de seguida são os jovens do 10º ano (n=475) quem mais participa em atividades cívicas; no

11º ano de escolaridade os jovens participam em menor número (n=338), subindo ligeiramente no 12º ano de escolaridade (n=343).

Considerando o número total de respondentes ao nosso inquérito por questionário (N=3968), compreende-se que o número de jovens que afirmam exercer atividades de participação política, nomeadamente, grupos ligados a partidos políticos e órgãos políticos locais, como assembleias municipais ou conselhos municipais da juventude, perfaz um total de 259 jovens (n=259). Percebe-se, assim, que as gerações jovens apresentam uma tendência muito baixa de participação política, assumindo-se um ligeiro aumento em jovens que se encontravam a frequentar o 11º ano (n=73), entre 24.3% e 33.6% nas duas atividades de participação política, face a um total de n=53, 23.7% e 15.9% nas respetivas atividades de participação política, para a frequência dos jovens no 9º ano de escolaridade. Esses dados vêm corroborar a ideia da “curva crescente” (Magalhães; Moral, 2008), em que a um aumento de idade se associa uma maior tendência de participação política. Essa ideia parece apoiada pela percepção de que as pessoas jovens não encontram na política respostas aos seus desejos mais imediatos, o que também é consistente com um crescente amadurecimento dos e das jovens para um “sujeito político”, desenvolvendo assim seus interesses para uma visão de mundo mais ampla.

Tabela 2. Frequências e percentagens de participação dos jovens por ano de escolaridade

Tipo de participação	9º ano/%	10º ano/%	11º ano/%	12º ano/%
Participação Cívica				
Associações e grupos juvenis regionais, nacionais, internacionais	130/26.6	145/29.7	106/21.7	108/22.1
Movimentos de defesa dos animais e/ou proteção da natureza	125/40.5	79/25.6	60/19.4	45/14.6
Atividades de voluntariado	188/ 30.2	177/ 28.5	124/ 19.9	133/ 21.4
Movimentos cívicos e outras iniciativas cívicas <i>online</i>	82/ 31.4	74/ 28.4	48/ 18.4	57/ 21.8
Total	525	475	338	343
			1681	

Participação Política					
Grupos ligados a partidos políticos	36/ 23.7	39/ 25.7	37/ 24.3	40/ 26.3	
Órgãos políticos locais (Assembleias Municipais Conselhos Municipais da Juventude)	17/ 15.9	22/ 20.6	36/ 33.6	32/ 29.9	
Total	53	61	73	72	259
Atividades Desportivas	919/ 35.8	734/ 28.6	498/ 19.4	413/ 16.1	2564

Fonte: Dados da pesquisa.

A participação em atividades desportivas é a que apresenta números mais elevados, observando-se que um grande número de jovens (2564) participa, pelo menos uma vez por semana, em atividades dessa natureza. Desses, 35.8% encontram-se no 9º ano escolar; seguindo-se 28.6% que estão no 10º ano; 19.4%, no 11º ano; e 16.1% no 12º ano. Analisando-se os diferentes anos escolares, verifica-se que, apesar de existir um decréscimo, de acordo com o avançar da escolaridade, os resultados apresentam-se constantes, o que parece demonstrar uma unanimidade de participação em torno desse tipo de atividade, corroborando outros estudos, como o relatório produzido pela Comissão Europeia (2018), que demonstra uma maior expressão de envolvimento em organizações desportivas por parte dos jovens (Comissão Europeia, 2018).

O maior número de jovens participantes em atividades desportivas pode explicar-se pelo facto de essas atividades estarem mais presentes nos seus quotidianos e nas suas regiões, quer pelo interesse desses jovens na sua prática, quer pelo facto de esses municípios/regiões desenvolverem uma maior oferta de atividades desportivas. Portela e Gerry (2002) afirmam que as organizações desportivas se constituem como um meio atrativo para os jovens participarem na comunidade local.

Culturas de participação e sexo

Quando desagregados os dados, tendo em consideração o sexo, verificamos que as jovens do sexo feminino apresentam valores de participação mais elevados em todas as atividades, com exceção da participação em grupos ligados a partidos políticos e atividades desportivas. Contudo, a diferença entre raparigas e rapazes nessas duas tipologias de envolvimento é reduzida (as raparigas participam em 2.9% nas atividades ligadas a partidos políticos face a 4.9% dos rapazes e nas atividades desportivas participam em 55.7% face a 75.5% dos rapazes que indicam participar). As jovens do sexo feminino apresentam valores mais elevados em atividades de voluntariado (19.1% face a 11.7% dos rapazes) e percentagens mais elevadas 13.9% em associações ou grupos juvenis, face a 10.6% dos rapazes que afirma participar nessas mesmas atividades (ver tabela 3).

Tabela 3. Atividades em que jovens do sexo feminino e masculino afirmam participar

	Sexo				
	Feminino	%	Masculino	%	n
<i>Participação Cívica</i>					
Associações e grupos juvenis regionais, nacionais, internacionais	297	13.9%	193	10.6%	490
Movimentos de defesa dos animais e/ou proteção da natureza	178	8.3%	130	7.1%	308
Atividades de voluntariado	409	19.1	214	11.7	623
Movimentos cívicos e outras iniciativas cívicas <i>online</i>	133	6.2%	129	7.1%	262
<i>Participação Política</i>					
Grupos ligados a partidos políticos	62	2.9%	89	4.9%	151
Órgãos políticos locais (Assembleias Municipais; Conselhos Municipais da Juventude)	57	2.7%	50	2.7%	107
<i>Atividades Desportivas</i>	1192	55.7%	1375	75.5%	2567

Fonte: Dados da pesquisa.

Focando a atenção nos resultados obtidos no que diz respeito à participação política entre jovens do sexo feminino e jovens do sexo masculino, esses resultados estão alinhados com diversos estudos que afirmam que os rapazes se envolvem mais facilmente em formas institucionalizadas de participação política e que envolvam contacto com políticos, pertencer a um partido político (Pfanzelt; Spies, 2019) ou participar em discussões políticas (Marien *et al.*, 2010), enquanto as jovens se envolvem mais facilmente em atividades políticas mais informais, embora as diferenças tendam a diminuir (Ribeiro *et al.*, 2014), o que pode justificar esses resultados. Relativamente à participação em atividades desportivas, diferentes estudos corroboram os resultados apresentados, destacando que os rapazes se envolvem mais em atividades desportivas do que as raparigas (Messner, 2009). Esses resultados poderão ser motivados pelo facto de existir um maior número de ofertas de atividades desportivas para rapazes do que para raparigas ou, ainda, uma visão estereotipada do género, que leva a um menor investimento das famílias e da comunidade em atividades desportivas para raparigas em comparação com as ofertas para os rapazes.

Em suma, tal como temos vindo a discutir, compreende-se que raparigas e rapazes participam maioritariamente em atividades desportivas seguindo-se as atividades de participação cívica, com percentagens mais significativas.

Culturas de participação e escolaridade parental

A socialização e o *habitus* familiares (Segalen, 1999; Singly, 2011) podem ter influência no modo como os jovens organizam as suas formas de participação e se envolvem mais ou menos na sua comunidade. Quando analisamos os dados em termos da escolaridade do pai e da mãe (ver tabela 4), verificamos que a participação dos jovens em atividades de natureza cívica aumenta de acordo com o grau de escolaridade da mãe e do pai, apresentando taxas de participação mais elevadas quando ambos têm o ensino secundário. A escolaridade da mãe com ensino secundário parece estar relacionada com uma maior adesão a atividades em “associações e

grupos juvenis regionais, nacionais e internacionais”, o mesmo acontecendo com o envolvimento em atividades de “voluntariado”.

No que respeita às atividades de participação política, esta também aumenta consoante as habilitações académicas de mães e pais, nomeadamente, jovens com mães e pais com o ensino secundário participam em maior percentagem (44.7% e 29.2% respetivamente) quer nos grupos ligados a partidos políticos, quer nos órgãos políticos locais; seguem-se, com 29.8% e 25%, respetivamente, jovens que participam e que têm mães e pais com ensino superior.

Os resultados, assim, parecem indicar uma relação entre a escolaridade de pais e mães e a participação dos jovens nas diferentes atividades, sendo importante considerar o perfil sociodemográfico dos jovens que participaram neste estudo. Com efeito, dos 3968 jovens que responderam ao inquérito por questionário, 21.8% das mães e 14% dos pais têm ensino superior, sendo de destacar que 33.2% das mães e 23.6% dos pais possuem o ensino secundário. Cabe referir que, nesta questão, porque de escolha múltipla, os jovens puderam selecionar mais do que uma opção como atividade na qual participavam pelo menos uma vez por semana, pelo que existem jovens que participam em mais do que uma atividade.

Tabela 4. Participação dos jovens por atividade e escolaridade da mãe e do pai

Escolaridade	Ensino Básico (Até ao 6º Ano)		Ensino Básico (Até ao 9º Ano)		Ensino Secundário		Ensino Superior	
	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais
Participação Cívica								
Associações e grupos juvenis regionais, nacionais, internacionais (n)/%	55/ 11.9%	115/ 25.7%	96/ 20.8%	105/ 23.5%	188/ 40.8%	148/ 33.1%	122/ 26.5%	79/ 17.7%
Movimentos de defesa dos animais e/ou proteção da natureza (n)/%	49/ 17.9%	69/ 25.9%	53/ 19.3%	67/ 25.2%	104/ 38%	90/ 33.8%	68/ 24.8%	40/ 15%
Atividades de voluntariado (n)/%	81/ 14.2%	141/ 25.8%	121/ 21.2%	147/ 26.9%	223/ 39%	163/ 29.9%	147/ 25.7%	95/ 17.4%

Movimentos cívicos e outras iniciativas cívicas online (n)/%	43/ 17.8%	61/ 26.4%	54/ 22.3%	61/ 26.4%	87/ 36%	65/ 28.1%	58/ 24%	44/ 19%
Participação Política								
Grupos ligados a partidos políticos (n)/%	7/ 14.9%	10/ 20.8%	5/ 10.6%	12/ 25%	21/ 44.7%	14/ 29.2%	14/ 29.8%	12/ 25%
Órgãos políticos locais (n)/%	7/ 14.9%	10/ 20.8%	5/ 10.6%	12/ 25%	21/ 44.7%	14/ 29.2%	14/ 29.8%	12/ 25%
Atividades desportivas (n)%	369/ 15.9%	632/ 28.4%	501/ 21.6%	578/ 26%	843/ 36.3%	637/ 28.7%	608/ 26.2%	375/ 16.9%

Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito à participação política, estudos indicam um “possível efeito da escolarização dos pais na socialização política do indivíduo”, ou seja, jovens com pais e mães mais escolarizados apresentam “percentagens acima da média de identificação partidária” (Lobo *et al.*, 2015, p. 63). Assim, os resultados que obtivemos do envolvimento jovem em atividades de participação cívica e política podem dever-se também em parte pela baixa escolaridade de uma grande parte dos pais e mães dos jovens que constituem a nossa amostra.

Por fim, nas atividades desportivas, parecem existir diferentes níveis de envolvimento nas atividades pelos jovens quando é analisada a escolaridade das mães e pais. Note-se que, de uma forma geral, os jovens que mais praticam atividades desportivas têm pais e mães com um nível de escolaridade superior. No entanto, é nos pais e mães com escolaridade até ao ensino secundário que a taxa de jovens a praticar atividades desportivas é mais elevada, e que por sua vez decresce quando comparada ao ensino superior.

Propostas e perspetivas de jovens sobre oportunidades de participação

Quando questionados em que atividades gostariam de se envolver e participar e que não têm disponíveis nas suas regiões, os jovens destacam

algumas, como desportos radicais, atividades de participação cívica ou, ainda, atividades de cariz cultural, como cinema ou grupos de teatro. Foram agrupadas as respostas dos jovens por categorias. O quadro 1 apresenta as categorias mais preenchidas por região.

Analisando a zona Norte, entende-se que os jovens sugerem atividades de participação cívica, como os movimentos de voluntariado e defesa animal e também partidos políticos, atividades de organizações políticas e atividades desportivas e culturais. Na região Centro de Portugal, os jovens também apontam para atividades de voluntariado e movimentos de defesa dos animais, como atividades de participação cívica, indicando igualmente atividades desportivas e culturais. A região Sul do país não foge a esse cenário.

Quadro 1. Perceção dos jovens sobre experiências de participação e lazer

Região	Principais atividades de participação/lazer sugeridas pelos jovens
Norte	Desportos radicais Cinema Torneios de videojogos Eventos culturais (concertos variados) Organizações políticas (partidos políticos) Participação cívica (voluntariado, movimentos de defesa dos animais etc.) Centros comerciais
Centro	Cinema Desporto Participação cívica (voluntariado, movimentos de defesa dos animais etc.) Grupos de teatro Artes marciais
Alentejo	Desportos radicais Participação cívica (voluntariado, movimentos de defesa dos animais etc.) Centros comerciais Atividades políticas Desportos femininos Aulas de dança
Algarve	Desportos radicais Centros comerciais Participação cívica (voluntariado; movimentos de defesa dos animais etc.) Cinema Eventos culturais (concertos variados)

Fonte: Dados da pesquisa.

Em todas as regiões, os jovens expressam interesses comuns, distribuídos no envolvimento em atividades fora do contexto escolar, sejam elas de participação cívica e política, mais institucionalizadas, ou de lazer. Triangulando esses dados com as respostas mencionadas acima, mais precisamente os resultados gerais do mapeamento de formas de participação juvenil nesses contextos, verifica-se uma baixa participação cívica e política que os resultados parecem apontar (ver Figura 1), paralelamente a uma forte aspiração desses jovens de se envolverem em atividades desse tipo (ver Quadro 1). Tudo isso parece apontar para uma menor diversidade de espaços que estimulem o envolvimento cívico e político desses jovens. Aliás, os dados do Pordata (2019) vêm demonstrar que, nessas regiões, existe um menor número de infraestruturas e de oferta de atividades de cariz cultural, cívico e político, o que pode influenciar o modo como esses jovens se envolvem e no tipo de atividades em que participam na sociedade.

Com efeito, os resultados triangulados demonstram que existem necessidades de lazer e de participação expressas pelos jovens, que são menos escutadas, como é o caso particular das atividades de participação cívica ou, ainda, de atividades de participação política. Para além disso, a expressividade de jovens que, em todas as regiões, destacam o cinema como atividade de lazer da qual gostariam de usufruir vem reforçar não só as desigualdades que caracterizam esses contextos (Pordata, 2019), mas também um modo menos centrado nas aspirações juvenis de implementação de atividades e na criação de ofertas, sugerindo, assim, a relevância da implementação de modelos de participação centrados nas aspirações dos jovens e envolvendo-os nessas dinâmicas.

Considerações finais

Seguindo uma tendência nacional, nas regiões fronteiriças, o envolvimento dos jovens em atividades de participação cívica e política é baixo quando comparado com outras atividades em que se envolvem, como o desporto. Essa situação pode ser explicada pelo que temos apontado, utilizando diferentes contribuições, referente ao envolvimento dos jovens

em formas menos tradicionais de participação política e cívica e pelo facto de que, nesses contextos, há também menos oportunidades e espaços e até mesmo socialização para o envolvimento nessas formas de participação cívica e política. Esses seriam aspetos a serem explorados no futuro.

O envolvimento em atividades desportivas, que neste estudo apresentaram as percentagens mais elevadas quando comparadas com outras atividades, parece desempenhar um papel importante na ocupação dos tempos de juventude e, possivelmente, contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e social (Anderson-Butcher, 2019; Opstoel *et al.*, 2020), sendo uma forma de envolvimento associada ao bem-estar individual e ao prazer associado à sua prática. Por outro lado, também é importante referir que, ao incluir uma dimensão inter-relacional, a participação desportiva pode levar a uma maior consciência cívica e uma maior participação cívica (Anderson-Butcher, 2019).

Dado o contexto deste estudo, as atividades em que os jovens se envolvem podem constituir práticas que estimulem as suas conexões com as respetivas comunidades. Elas podem ter, pela natureza dos contextos, até mesmo um papel mais significativo no desenvolvimento da juventude e suas experiências quando comparadas com o impacto que atividades semelhantes podem ter sobre os jovens de origens urbanas (Ludden, 2011; Ferris *et al.*, 2013). Nesse sentido, em estudos futuros será relevante tentar entender melhor, com casos de escolas de contextos urbanos ou semiurbanos.

Acreditamos que, neste artigo, se contribui para uma reflexão em torno das culturas de participação juvenil em contextos ainda pouco explorados, como são os rurais e de fronteira, chamando a atenção para a particularidade desses contextos e o modo como essa pode influenciar as formas de participação dos jovens. Por exemplo, a proximidade com o local e a valorização das culturas locais pelos jovens (Portela; Gerry, 2002), o que pode influenciar o modo como eles se envolvem, nomeadamente em eventos culturais da região. Mais ainda, urge ressaltar que as propostas que os jovens enunciam para os seus contextos, entre as quais algumas de atividades de participação cívica, trazem para a reflexão um possível questionamento sobre a apatia de jovens na participação em atividades

desse tipo. Nesse sentido, para reflexão futura e mais aprofundada, poderia ser pertinente analisar o modo como esses jovens aspiram a atividades, numa análise paralela às ofertas existentes no seu contexto, possibilitando perceber fundamentadamente as culturas de participação, numa perspetiva que atente não só naquilo em que os jovens participam, mas também procurando perceber o modo como as ofertas e as ausências constituem oportunidades ou barreiras, respetivamente, para a participação juvenil.

Sofia Marques da Silva é Doutora em Ciências da Educação, professora associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e membro efetivo do Centro de Investigação e de Intervenção Educativas (CIIE-FPCEUP) da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

✉ sofiamsilva@fpce.up.pt

Nicolas Martins da Silva é doutorando em Ciências da Educação no Centro de Investigação e de Intervenção Educativa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (CIIE-FPCEUP), Porto, Portugal.

✉ nicolassilva@fpce.up.pt

Sara Pinheiro é Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Porto e pesquisadora assistente no Centro de Investigação e de Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (CIIE-FPCEUP), Porto, Portugal.

✉ sarapinheiro@fpce.up.pt

Financiamento

Bolsa de doutoramento: Este trabalho foi apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e pelo Fundo Social Europeu, no âmbito do Programa Operacional de Capital Humano (POCH) de Portugal 2020, especificamente ao abrigo das Bolsas de Doutoramento FCT (referência: SFRH/BD/143733/2019).

Projeto de investigação: GROW.UP, Grow Up in Border Regions in Continental Portugal: Jovens, Percursos Educativos e Agendas. Financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020) de Portugal 2020, e Fundação Ciência e Tecnologia, IP (FCT) (referência: PTDC/CED-EDG/29943/2017).

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer aos jovens, escolas e municípios que pacientemente nos ajudaram com esta investigação.

Referências

1. ANDERSON-BUTCHER, Dawn. Youth sport as a vehicle for social development. *Kinesiology Review*, v. 8, n. 3, p.180-187, 2019. <https://doi.org/10.1123/kr.2019-0029>
2. BÆCK, Unn-Doris. Rural location and academic success - remarks on research contextualisation and methodology. *Scandinavian Journal of Educational Research*, v. 60, n. 4, p. 435-448, 2016. <https://doi.org/10.1080/00313831.2015.1024163>
3. BARROS, António T.; MITOZO, Isabele B. A percepção e o discurso de jovens brasileiros sobre os partidos ecológicos. *Dados*, v. 64, n. 1, p. 1-52, 2019. <https://doi.org/10.1590/dados.2021.64.1.226>
4. BECK, Ulrich. Freedom's children. In: BECK, U.; BECK-GENSHEIM, E. (ed.). *Individualisation*. Londres: Sage, 2001.
5. BRADY, Henry E.; VERBA, Sydney; SCHLOZMAN, Kay. Beyond ses: a resource model of political participation. *The American Political Science Review*, v. 89, n. 2, p. 271- 294, 1995. <https://doi.org/10.2307/2082425>
6. CABRAL, Manuel V. Confiança, mobilização e representação política em Portugal. In: FREIRE, A.; LOBO, M. C.; MAGALHÃES, P. (org.). *Portugal a Votos – as eleições legislativas de 2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004. p. 301- 331.
7. CARMO, Renato M.; SANTOS, Sofia. Mobilidade espacial e confiança. In: CARMO, R. (org.). *Entre as cidades e a serra. Mobilidades, capital social e associativismo no interior algarvio*. Lisboa: Editora Mundos Sociais; CIES, ISCTE-IUL, 2011. p. 45-69.
8. CASTRO, Elisa G. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.
9. CHECKOWAY, Barry. Community development, social diversity, and the New metropolis. *Community Development Journal*, v. 46, p. 5-14, 2011. <https://doi.org/10.1093/cdj/bsr005>
10. CHECKOWAY, Barry; GUTIERREZ, Lorraine. Youth participation and community change. *Journal of Community Practice*, v. 14, n. 1-2, p. 1 -9, 2006. https://doi.org/10.1300/J125v14n01_01
11. COMISSÃO EUROPEIA. *Flash eurobarometer 455 - September 2017 “European Youth” Report*, 2018. Disponível em: https://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S2163_455_ENG
12. CORNWALL, Andrea. Locating citizen participation. *IDS Bulletin*, v. 33, p. i-x: i-x, 2009. <https://doi.org/10.1111/j.1759-5436.2002.tb00016.x>
13. CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, p. 139-67, 1989.
14. DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma L.; LEÃO, Geraldo. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? *Educar em Revista*, n. 38, p. 237-252, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000300016>

15. DAHL, Viktor et al. Apathy or alienation? Political passivity among youths across eight European Union countries. *European Journal of Developmental Psychology*, v. 15, n. 3, p. 284-301, 2018. <https://doi.org/10.1080/17405629.2017.1404985>
16. DAX, Thomas; MACHOLD, Ingrid; GERRY, Chris. "Youth spirit" – the ingredient that makes all the difference? *Voices of Rural Youth*, p. 158-178, 2002.
17. EKMAN, Joakim; AMNÅ, Erik. Political participation and civic engagement: towards a new typology". *Human Affairs*, v. 22, n. 3, p. 283-300, 2012.
18. FARRUGIA, David. Towards a spatialised youth sociology: the rural and the urban in times of change. *Journal of Youth Studies*, v. 17, n. 3, p. 293-307, 2014. <https://doi.org/10.1080/13676261.2013.830700>
19. FERREIRA, Pedro M. Associações e democracia: Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses? *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 57, p.109-130, 2008.
20. FERRIS, Kaitlyn A.; OOSTERHOFF, Benjamin; METZGER, Aaron. Organized activity involvement among rural youth: gender differences in associations between activity type and developmental outcomes. *Journal of Research in Rural Education*, v. 28, p. 1-16, 2013.
21. FLANAGAN, Constance; LEVINE, Peter. Civic engagement and the transition to adulthood. *The Future of Children*, v. 20, n. 1, p. 159-179, 2010. <https://doi.org/10.1353/foc.0.0043>
22. FREIRE, André; LOBO, Marina C.; MAGALHÃES, Pedro. *Portugal a votos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
23. FURLONG, Andy; CARTMEL, Fred. *Young people and social change: individualisation and risk in late modernity*. Buckingham: Open University Press, 1997.
24. FURLONG, Andy; WOODMAN Dan. Youth studies: past, present and future. In: FURLONG, A.; WOODMAN, D. (ed.). *Youth and young adulthood series: critical concepts in sociology*. Londres: Routledge, 2015.
25. GADEA, Carlos A. et al. Trajetórias de jovens em situação de vulnerabilidade social: sobre a realidade juvenil, violência intersubjetiva e políticas para jovens em Porto Alegre. *Sociologias*, v. 19, n. 45, p. 258-299, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-019004512>
26. HEGGEN, Kare. Marginalisation: on the fringe of the periphery: youth as a risky life stage? *Young*, v. 8, n. 2, p. 45-62, 2000. <https://doi.org/10.1177/110330880000800203>
27. HOSKINS, Bryony. *A framework for the creation of indicators on active citizenship and education and training for active citizenship*. Ipsra: Joint Research Centre, 2006.
28. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Resultados Preliminares do XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação – Censos de 28 de julho de 2021*. Disponível em: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_dados&xpid=CENSOS21&xlang=pt

29. LEVINE, Peter; YOUNISS, James. Introduction: policy for youth civic engagement. In: LEVINE, P.; YOUNISS, J. (ed.). *Engaging young people in civic life*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2009. p. 1-10. <https://doi.org/10.2307/j.ctv16f6dbw.5>
30. LIND, Tommy; STJERNSTRÖM, Olof. Organizational challenges for schools in rural municipalities: cross-national comparisons in a nordic context. *Journal of Research in Rural Education*, v. 30, p. 1-14, 2015.
31. LOBO, Marina C.; FERREIRA, Vitor S.; ROWLAND, Jussara. *Emprego, mobilidade, política e lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada*. [Relatório Apresentado à Presidência da República]. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Observatório Português da Juventude, 2015.
32. LUDDEN, Alison B. Engagement in school and community civic activities among rural adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, v. 40, p. 1254-1270, 2011.
33. MAGALHÃES, Pedro; MORAL, Jesus S. Os jovens e a política: um estudo do centro de sondagens e estudos de opinião da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: UCP, 2008. Disponível em: https://www.jpn.up.pt/pdf/Os_jovens_e_a_politica.pdf
34. MARIEN, Sofie; HOOGHE, Marc; QUINTELIER, Ellen. Inequalities in non-institutionalised forms of political participation: a multi-level analysis of 25 countries. *Political Studies*, v. 58, n. 1, p. 187-213, 2010.
35. MENEZES, Isabel; FERNANDES-JESUS, Maria; RIBEIRO, Norberto; MALAFAIA, Carla; FERREIRA, Pedro. *Agência e participação cívica e política de jovens: jovens e imigrantes na construção da democracia*. Porto: Livpsic, 2012.
36. MESSNER, Michael. *It's all for the kids: gender, families, and youth sports*. Berkeley: University of California Press, 2009.
37. METZGER, Aaron; ALVIS, Lauren; OOSTEROFF, Benjamin. Adolescent views of civic responsibility and civic efficacy: differences by rurality and socioeconomic status. *Journal of Applied Developmental Psychology*, v. 70, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2020.101183>
38. NORRIS, Pippa. *Democratic phoenix: reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
39. OPSTOEL, Katrijn *et al.* Personal and social development in physical education and sports: a review study. *European Physical Education Review*, v. 26, n. 4, p. 797-813, 2020. <https://doi.org/10.1177/1356336X19882054>
40. O'TOOLE, Therese. Engaging with young people's conceptions of the political. *Children's Geographies*, v. 1, n. 1, p. 71-90, 2003. <https://doi.org/10.1080/14733280302179>
41. PAIS, José M. *Traços e riscos de vida: abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*. Porto: Ambar, 2003.
42. PAIS, José M. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

43. PAIS, José M. A construção sociológica da Juventude - alguns contributos. *Análise Social*, v. 25, n. 105/106, terceira série, p. 139-165, 1990.
44. PANCER, S. Mark; ROSE-KRASNOR, Linda; LOISELLE, Lisa. Youth conferences as a context for engagement. *New Directions for Youth Development*, v. 96, p. 47-64, 2002.
45. PFANZELT, Hannah; SPIES, Dennis C. The gender gap in youth political participation: evidence from Germany. *Political Research Quarterly*, v. 72, n. 1, p. 34-48. 2019. <https://doi.org/10.1177/1065912918775249>
46. PORDATA. *Retrato de Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019.
47. PORTELA, Filipe T. Novas formas de participação e mobilização cívicas nas redes sociais. *Sociologia online*, n. 11, p. 22-41, 2016, 2016.
48. PORTELA, José; GERRY, Chris. Dreams, pragmatism and employment outcomes among portuguese rural youth: 6 paradoxes. In: DAX, T.; MACHOLD, I. (ed.). *Voices of rural youth: a break with traditional patterns*. Vienna: Bundesanstalt für Bergbauernfragen, 2002. p. 122-157.
49. PORTUGAL. Decreto-lei nº 85/2009, de 27 de Agosto, 2009. Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré -escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade. *Diário da República*, 1ª série, n. 166, p. 5635, Lisboa, 27 ago. 2009. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/488826>
50. PRITZKER, Suzanne; METZGER, Aaron. Facilitating civic engagement among rural youth: a role for social workers. In: GINSBERG, L. (ed.). *Social work in rural communities*. Alexandria: Council on Social Worl Education, 2011. p. 185-210.
51. PUTNAM, Robert. Bowling alone: America's declining social capital. In: CROTHERS L.; LOCKHART, C. (ed.) *Culture and politics*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2000. p. 223-234. https://doi.org/10.1007/978-1-349-62397-6_12
52. RIBEIRO, Norberto; FERREIRA, Pedro; MALAFAIA, Carla; MENEZES, Isabel. The "Europeanization" of gender policies in Portugal: Transformations in women's access to civil, political and social rights. In: BARRETT, M.; ZANI, B. (ed.). *Political and civic engagement: multidisciplinary perspectives*. Londres: Routledge. 2014. <https://doi.org/10.4324/9781315758145>
53. RIBEIRO, Norberto; NEVES, Tiago; MENEZES, Isabel. Participação cívica e política de jovens imigrantes e portugueses. *Análise Social*, n. 221, p. 822-849, 2016.
54. ROSS, Allistair. Education for active citizenship: practices, policies, promises. *International Journal of Progressive Education*, v. 8, 3, p. 7-14, 2012.
55. SAMPAIO, Marta; SILVA, Sofia M. Youth policies priorities: understanding young people pathways in border regions of Portugal. *Revista de Estudos Regionales*, no prelo, 2022.
56. SEGALEN, Martine. *Sociologia da família*. Lisboa: Terramar, 1999.

57. SHILDRICK, Tracy; MACDONALD, Robert. In defence of subculture: young people, leisure and social divisions. *Journal of Youth Studies*, v. 92, p. 125-140, 2006. <https://doi.org/10.1080/13676260600635599>
58. SILVA, Sofia M. Growing up in a Portuguese Borderland. In: SPYROU, S.; CHRISTOU, M. (ed.). *Children and borders*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2014.
59. SILVA, Sofia M. Disinheriting the heritage and the case of Pauliteiras: young girls as newcomers in a traditional dance from the Northeast of Portugal. In: BALDACCHINO, J.; VELLA, R. (ed.). *Mediterranean art and education: Navigating local, regional and global imaginaries through the lens of the arts and learning*. Rotterdam: Sense Publishers & Mediterranean Journal of Educational Studies, 2013.
60. SILVA, Sofia M. *Da casa da juventude aos confins do mundo*. Etnografia das fragilidades, medos e estratégias juvenis. Porto: Edições Afrontamento, 2011.
61. SILVA, Sofia M.; SILVA, Ana M.; CORTÉS-GONZÁLEZ, Pablo; BRAZIENE, Ruta. Learning to leave and to return: mobility, place, and sense of belonging amongst young people growing up in border and rural regions of mainland Portugal. *Sustainability*, v. 13, n. 16, e9432, 2021. <https://doi.org/10.3390/su13169432>
62. SINGLY, François. *Sociologia da família contemporânea*. Lisboa: Texto & Grafia, Lda, 2011.
63. THEODORI, Ann E.; THEODORI, Gene L. The influences of community attachment, sense of community, and educational aspirations upon the migration intentions of rural youth in Texas. *Community Development*, v. 46, n. 4, p. 380-391, 2015. <https://doi.org/10.1080/15575330.2015.1062035>
64. TEORELL, Jan; TORCAL, Mariano; MONTERO, José R. Political participation: mapping the terrain. In: VAN DETH, J. et al. (eds.). *Citizenship and involvement in European democracies: a comparative analysis*. Londres: Routledge, 2007. p. 334-357.
65. TIZA, António P. *O conhecimento mútuo das tradições etnográficas na educação espanhola e portuguesa: mascaradas e pauliteiros em terras de Zamora e Bragança*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Valladolid, Valladolid, Espanha., 2010.
66. TRIVELLI, Carolina; MOREL, Jorge. Rural youth inclusion, empowerment, and participation. *The Journal of Development Studies*, v. 57, n. 4, p. 635-649, 2020. <https://doi.org/10.1080/00220388.2020.1808194>
67. UNIÃO EUROPEIA. Estratégia da União Europeia para a juventude 2019-2027. *Jornal Oficial da União Europeia*, 2018. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42018Y1218\(01\)&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42018Y1218(01)&from=PT)
68. VAN DETH, Jan. A conceptual map of political participation. *Acta Politica*, v. 49, p.349-367, 2014. <https://doi.org/10.1057/ap.2014.6>
69. WALTHER, Andreas. Regimes of youth transitions: choice, flexibility and security in young people's experiences across different european contexts. *Young*, v. 14, n. 2, p.119-139, 2006. <https://doi.org/10.1177/1103308806062737>
70. WATTENBERG, Martin. *Is voting for young people?* Nova York: Routledge, 2016.

71. WIBORG, Agnete. Place, nature and migration: students' attachment to their rural home places. *Sociologia Ruralis*, v. 44, n. 4, p. 416-432, 2004. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2004.00284.x>
72. YNDIGEEN, Carsten. Life planning in the periphery: life chances and life perspectives for young people in the Danish-German border region. *Young*, v. 11, n. 3, p. 235-251, 2003. <https://doi.org/10.1177/11033088030113003>
73. ZUKIN, Cliff; KEETER, Scott; ANDOLINA, Molly; JENKINS, Krista; CARPINI, Michael. *New engagement?* Political participation, civic life, and the changing American citizen. Nova York: Oxford University Press, 2006. <https://doi.org/10.1017/Si537592707071150>

Recebido: 24 mar. 2021

Aceito: 16 jun. 2022

<http://doi.org/10.1590/18070337-114265>

Efeitos da raça/cor e gênero da pesquisadora ou do pesquisador na pesquisa empírica: impactos na classificação racial de respondentes de um *survey*

Bruna Cristina Jaquetto Pereira* 

João Paulo Siqueira** 

Resumo

Este artigo trata dos impactos da raça/cor ou do gênero das pessoas que conduzem a pesquisa sobre a autodeclaração de raça/cor de participantes. Para analisar o fenômeno, consideramos as respostas ao *survey* e as percepções de pesquisadores e pesquisadoras que aplicaram o *survey* em 2019 como parte da pesquisa *Percepções Raciais no Distrito Federal*. Utilizamos, para tanto, métodos qualitativos – breves relatos das pessoas que conduziram as entrevistas – e quantitativos. Os resultados sugerem a existência de um efeito complexo tanto da raça/cor das pessoas pesquisadoras quanto de seu gênero na forma como as pessoas entrevistadas designam sua raça/cor. Apresentamos algumas hipóteses provisórias para explicação das diferenças encontradas, cuja averiguação dependerá da realização de novas pesquisas.

Palavras-chave: paridade racial, interseccionalidade, classificação racial. *survey*.

* Universidad Complutense de Madrid, Madrid, Espanha.

** Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Effects of the researcher's race/color and gender on empirical research: impacts on the racial classification of survey respondents

Abstract

This article addresses the impacts of the researcher's race/color or gender on the self-declared race/color of research participants. In order to analyze the phenomenon, we consider the responses to a survey and perceptions of the researchers who applied the survey in 2019 as part of the research project *Racial Perceptions in the Federal District*. We employ qualitative methods – brief reports from the interviewers – and quantitative methods. The results suggest the existence of a complex effect of both the race/color of the researchers and their gender in the way the interviewees designate their race/color. We present some provisional hypotheses to explain the differences found, the investigation of which will depend on new research to studies.

Keywords: racial parity, intersectionality, racial classification, survey.

Introdução

Neste artigo, investigamos os impactos gerados pela raça/cor ou o gênero da pessoa pesquisadora, ou seja, verificamos se há diferenças consistentes nos resultados obtidos por agentes entrevistadores de distintos grupos raciais e de gênero ao abordarem a questão da raça junto aos grupos raciais negro e branco. De maneira específica, buscamos compreender se e como a raça/cor da pessoa que realiza a entrevista ou seu gênero influenciaram a autotransclassificação racial de participantes de um *survey* aplicado como parte da pesquisa *Percepções Raciais no Distrito Federal*,¹ realizada entre abril e dezembro de 2019 no Distrito Federal (DF).

O *survey* incluiu uma pergunta sobre a autotransclassificação racial das pessoas que responderam à pesquisa e também um campo para

¹ Coordenada pelos professores Joaze Bernardino-Costa e Emerson Ferreira Rocha e pela professora Bruna Cristina Jaquetto Pereira. Os dados desta pesquisa foram coletados no âmbito das disciplinas de graduação Sociologia das Relações Raciais (1º semestre/2019), Raça e Racismo no DF - I (2º semestre/2019) e Raça e Racismo no DF - II (1º semestre/2020) do Departamento de Sociologia da UnB, ministradas pelo professor Joaze Bernardino-Costa.

heteroclassificação, preenchido por quem realizou a entrevista. As opções de raça/cor disponibilizadas foram as cinco categorias fechadas de raça/cor utilizadas pelo IBGE no Censo: branca, preta, parda, amarela e indígena. Neste artigo, consideramos apenas os dados referentes às categorias branca, preta e parda. A amostra contou com 344 pessoas entrevistadas, número obtido depois de descartados os casos em que a auto ou a heteroclassificação não foram registradas ou em que se utilizou uma categoria distinta de raça/cor (amarela ou indígena). O material de pesquisa considerado neste artigo foi coletado em duas frentes: pela análise qualitativa de breves relatos das pessoas que aplicaram a pesquisa sobre sua experiência em campo (suas percepções foram relatadas ao autor e à autora deste artigo) e pela análise quantitativa, que tratou das semelhanças e divergências entre auto e heterodeclaração racial de respondentes, tendo em vista, num primeiro momento, apenas a raça/cor de quem realizou a entrevista, e, em seguida, o seu gênero.

No Brasil, o debate sobre efeitos da raça/cor de quem realiza a entrevista e sobre paridade racial entre pesquisadores e participantes da pesquisa nas investigações sobre raça e racismo é bastante raro. Por outro lado, nos Estados Unidos há uma tradição de estudos sobre o tema, tanto no campo das relações raciais quanto no âmbito dos estudos dos métodos de pesquisa. Desde a década de 1940, a produção acadêmica reconhece que a raça de quem conduz a entrevista tem efeitos importantes para as respostas de respondentes (Twine, 2000) – ainda que existam desacordos sobre quais são e quando ocorrem (West; Blom, 2016). Ademais, autores e autoras estadunidenses que tratam do tema não se restringem aos grupos branco e negro, abordando também outras categorias étnico-raciais e de nacionalidade. De modo geral, os estudos indicam que os efeitos da raça de quem conduz a entrevista para as respostas de participantes da pesquisa são fortemente moderados pela raça da pessoa respondente e pela sensibilidade racial da pergunta, observando-se um esforço para fornecer respostas que, em sua visão, não ofendam quem conduz a entrevista (Liu; Wang, 2016; West; Blom, 2016). Como consequência, parte da bibliografia defende a

adoção de paridade racial entre quem entrevista e quem é entrevistado (West; Blom, 2016).

Os estudos sobre os efeitos do gênero na aplicação de *surveys*, se praticamente inexistentes no Brasil, também recebem alguma atenção por parte da literatura estadunidense. De maneira geral, as investigações indicam que o gênero da pessoa entrevistadora influencia respostas a questões relativas a gênero – tais como comportamento sexual, violência física e sexual, feminismo e papéis de gênero –, mas não às demais (Liu; Wang, 2016). Além disso, as entrevistadoras tenderiam a obter resultados de melhor qualidade que os entrevistadores, pois são vistas como menos ameaçadoras; elas tenderiam a obter respostas socialmente aceitáveis em maior grau; e os entrevistadores obteriam respostas mais frequentes sobre uso de drogas (pois mais facilmente identificados como usuários) e, também, sobre doenças crônicas (já que mais facilmente associados por respondentes a profissionais da medicina) (West; Blom, 2016).

Compreender os efeitos da raça/cor e do gênero de quem realiza entrevistas se faz relevante tanto para a elaboração de resultados de pesquisa mais precisos quanto para investigar aspectos psicossociais particulares das próprias relações raciais e sua combinação com gênero no Brasil, e que se mostram relevantes para o processo da pesquisa empírica. Importar os achados sobre o contexto estadunidense para a sociedade brasileira, no entanto, não nos parece ser o caminho mais adequado. Embora a desigualdade estrutural entre pessoas brancas e não brancas esteja presente em ambas as sociedades, existem contrastes marcantes na maneira como a classificação racial e o racismo se configuram nesses dois contextos, como a clássica diferenciação entre o racismo fenotípico – característico do Brasil – e o por ascendência – típico dos Estados Unidos (Gonzalez, 1988; Nogueira, 2007). Nesse sentido, faz-se necessário promover uma interlocução com as análises e *insights* desenvolvidas por estadunidenses que seja capaz de adotar o distanciamento necessário para se pautar a construção de saberes localizados sobre a formação racial (Omi; Winant, 1994) nacional, a fim de se evitar adotar uma visão universalista sobre raça

que seja tecida a partir da generalização das particularidades do contexto dos Estados Unidos, bem como para apreender as especificidades trazidas pela colonização ibérica na invenção do Estado-nação brasileiro (Gonzalez, 1988; Grosfoguel, 2016).

Na esteira da produção acadêmica contemporânea, tomamos raça como um construto social (Guimarães, 2003), afastando-nos de noções biológica ou culturalmente essencialistas do conceito. Ao longo do estudo, buscamos levar em conta seu caráter processual, contextual e relacional, sua historicidade e operacionalização no cotidiano, ao mesmo tempo em que reconhecer sua durabilidade, sua relevância para a organização das relações sociais em nível global, seus efeitos concretos no dia a dia das pessoas e seus desdobramentos para a identidade de indivíduos e grupos (Winant, 2000). Por tomar raça como uma construção social e racismo como um fenômeno complexo, entendemos ser necessário repensar a abordagem a aspectos metodológicos para uma melhor compreensão desses eventos nos processos e resultados mesmos das pesquisas sobre o tema.

Tendo em vista a ausência de estudos sobre a questão, optamos por adicionar a análise dos efeitos do gênero de quem entrevista à investigação. Para tanto, partimos da perspectiva da interseccionalidade, que considera o imbricamento de gênero e raça (bem como de outros marcadores sociais) como articulador de fenômenos sociais (Choo; Ferree, 2010; Collins; Bilge, 2016). Como observado pelas autoras que abordam o conceito, a interseccionalidade está presente inclusive na dimensão interpessoal, a qual é mobilizada na realização de pesquisas empíricas.

O presente artigo está dividido em quatro seções. Inicialmente, discorreremos de modo breve sobre o sistema de classificação racial no Brasil, tendo em vista suas particularidades. Em seguida, apresentamos um levantamento bibliográfico sobre efeitos da raça, paridade e assimetria racial na produção nacional, no campo das Ciências Humanas e Sociais. Passamos então à análise dos relatos das pessoas que conduziram as entrevistas, para depois apresentar os resultados quantitativos e hipóteses provisórias sobre eles. Nas considerações finais, refletimos sobre as implicações dos

achados para o campo de estudos das relações raciais e indicamos possíveis caminhos futuros de pesquisa.

O sistema de classificação racial no Brasil

O tema da classificação racial no Brasil é uma questão bastante explorada dentro do campo de estudos das relações raciais. A fluidez das classificações e a multiplicidade de termos para se descrever atributos raciais mobilizados cotidianamente seriam características marcantes do sistema brasileiro. Nota-se o privilégio do uso de cor ao invés da raça, um esfacelamento da linha de cor ou das fronteiras raciais e um acentuado grau de indefinição em torno da classificação dos grupos de aparência miscigenada (Sansone, 1996, Petruccielli, 2013; Bailey, 2016). Tais características convivem com a hierarquização das pessoas não brancas de acordo com o tom da pele, textura do cabelo e da avaliação de proximidade dos demais traços fenotípicos do que se convencionou serem características próprias dos grupos populacionais brancos e negros (Telles; Perla, 2014; Dixon; Telles, 2017).

Para além da aparência, outros fatores influenciam a classificação racial atribuída a si e a outras pessoas: a região geográfica (composição racial e nível de urbanização), classe social, familiaridade, idade e geração (Wagley, 1952; Harris, 1964; Hordge-Freeman, 2015). Há também indícios de que a maneira como as pessoas se identificam e são identificadas racialmente é influenciada pelo gênero, com maior estigma na atribuição da categoria “preta” a mulheres e acionamento mais frequente da conotação negativa ao termo “negra” (Wood, 1991; Telles, 2002; Bastos *et al.*, 2009). Em específico, a autoclassificação racial é influenciada por fatores como a tradição, a cultura, a origem dos antepassados, o posicionamento político, geração, região, a origem socioeconômica ou de classe (Teixeira *et al.*, 2013). Além disso, tanto a hetero- quanto a autoclassificação são influenciadas pelas associações e significados racistas atribuídos à raça negra, o que resulta na tendência a adoção de categorias de cor mais claras (Sansone, 1996;

Telles, 2002) – parte daquilo que intelectuais como Lélia Gonzalez (1988) nomeiam de “ideologia do branqueamento” ou do embranquecimento.

Importante observar que o sistema de classificação racial, se historicamente determinado, é reconfigurado no dia a dia (Sansone, 1996), e passa por mudanças desencadeadas por transformações significativas na sociedade brasileira contemporânea. Desde a década de 1990 já se notava que a atuação dos movimentos negros e a progressiva disseminação do debate sobre raça e racismo no Brasil vinham fomentando a emergência de novas e mais complexas formas de identidade negra no país (Sansone, 1996). Além disso, ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso e subsequentes governos petistas, o reconhecimento de existência de hierarquias e de discriminação racial desdobrou-se na implementação de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial. As iniciativas buscavam consolidar direitos garantidos na Constituição de 1988 à população negra, racialmente marginalizada, e avançar no combate às fortes desigualdades sinalizadas pelas estatísticas oficiais. Alguns exemplos são a criação da SEPPIR (2003), a sanção das Leis 10.639/2003 (referente ao ensino da história e cultura africana e afro-brasileira), 11.645/2008 (referente ao ensino da história e cultura indígena) e 12.711/2012 (lei de cotas para acesso ao ensino superior). Iniciativas locais também foram observadas desde o início dos anos 2000, como a adoção de ações afirmativas (inclusive por critério racial) para acesso, por parte de instituições de ensino superior (Rodrigues, 2020).

O conjunto de medidas de promoção da igualdade racial desencadeou importantes mudanças nas próprias dinâmicas das relações raciais brasileiras. Algumas dessas transformações se referem à questão da identidade e aos padrões de classificação racial. Seguindo o discurso crescentemente visível dos movimentos negros e a necessidade de delimitação de categorias raciais para acesso a políticas públicas, o modelo de classificação racial brasileiro passou a adquirir maior consistência. Como resultado, o Brasil

vem se movendo em direção a um modelo bipolar de classificação racial, semelhante ao dos Estados Unidos (Daniel, 2006).

Além disso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica que uma maior proporção de brasileiros/as passou autodeclarar-se preta ou parda, verificando-se um aumento do grupo “negro” em decorrência de transformações culturais mais que demográficas (IBGE, 2017). Dessa forma, medidas de promoção da igualdade racial parecem ter sido capazes de reverter em alguma medida a simbologia negativa associada à negritude, levando mais pessoas com traços fenotípicos associados à afrodescendência a se identificarem como “negras”. Houve, por um lado, um aumento da consciência racial e, por outro, um aumento do reconhecimento da existência de dinâmicas raciais discriminatórias, sobretudo por parte dos indivíduos não brancos (Bailey, 2016).

Os aspectos mencionados do sistema de classificação racial brasileiro se materializam no comportamento da população investigada durante o processo de pesquisa, com consequências relevantes para os resultados encontrados. Da discussão apresentada, destacamos três pontos. O primeiro deles se refere à identidade e à percepção social sobre a pessoa que aplica a pesquisa em campo, a qual se desvela não mais como uma entidade neutra e incolor que coleta os dados de forma não enviesada, conforme tradicionalmente defendido pelo paradigma cientificista (Piza, 2002). Pelo contrário, consideramos que a raça/cor de pesquisadores, em medida significativa, determina aquilo que ele ou ela vivencia durante o trabalho de campo, assim como os dados coletados (Hanchard, 2000; Hordge-Freeman, 2015; Pereira, 2020; Twine, 1998). Nossa abordagem se alinha, assim, aos referenciais feministas, pós-coloniais e decoloniais, que destacam a inexistência de pesquisador(a) ou de conhecimento como entidade universal e neutra, uma vez que todo pensamento é localizado/situado e provinciano, sendo os sujeitos referenciados a seu contexto cultural e atravessados por seu pertencimento racial/étnico (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016) e de gênero (Collins, 2009). O segundo ponto é

a influência da interação social entre quem realiza a entrevista e a pessoa entrevistada, para a autotransclassificação racial dessa última. O terceiro ponto se refere à interseccionalidade de gênero e raça e seus impactos na classificação racial coletada pela pesquisa.

Efeitos da raça/cor de quem entrevista na pesquisa de campo: uma breve revisão da bibliografia brasileira sobre o tema

A fim de mapear as produções acadêmicas sobre os efeitos da raça/cor de pessoas entrevistadoras em pesquisas de campo, realizamos uma revisão de literatura em português em três bases de dados: Scielo, Banco de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico, considerando trabalhos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Dada a escassez de produção acadêmica sobre o tema, não adotamos um recorte temporal; no entanto, restringimos o levantamento a estudos realizados no Brasil. Para guiar a busca, utilizamos os descritores “assimetria racial”, “paridade racial”, “pesquisador racial”, “pesquisadora racial”, “pesquisador branco”, “pesquisadora branca”, “pesquisador negro”, “pesquisadora negra” e “pesquisa racial”, além das combinações “entrevistador AND raça”, “metodologia AND raça/negro”, “assimetria racial AND pesquisa”, “paridade racial AND pesquisa” e “efeito AND raça”. Verificamos também as referências bibliográficas encontradas nos artigos.

Nessa varredura inicial, encontramos 20 trabalhos, incluindo artigos, capítulos de livros, teses e dissertações. Na etapa de seleção, excluímos dez trabalhos por não tratarem de forma particular ou transversal a temática. Após uma análise detalhada de seus resumos e dos textos na íntegra, somente dez trabalhos que continham a discussão sobre os efeitos da raça/cor da pessoa pesquisadora ao longo do texto foram qualificados para análise. Na Tabela 1 é possível consultar as informações acerca dessas produções.

Como é possível verificar, há uma escassa produção sobre os efeitos da raça/cor da pessoa que entrevista em estudos sobre as relações raciais no Brasil, bem como um certo lapso temporal entre os anos 2002 e 2012. Além

disso, o debate tem sido travado principalmente no âmbito da Psicologia Social e, mais recentemente, da Antropologia. Nota-se, também, um aumento do interesse pelo tema a partir de 2018 – ainda que tímido.

Tabela 1. Revisão de literatura

Autores/as	Título	Ano
BENTO, Maria Aparecida.	Branquitude e branqueamento no Brasil	2002
PIZA, Edith.	Porta de vidro: entrada para a branquitude.	2002
SCHUCMAN, Lia V.; COSTA, Eliane S.; CARDOSO, Lourenço.	Quando a identidade racial do pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial	2012
CARDOSO, Lourenço.	O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil	2014
OLIVEIRA, Josiane Silva	As influências raciais na construção do campo etnográfico: um estudo multissituado no contexto Brasil-Canadá	2018
ARAÚJO, Patrício Carneiro	Desafios da Antropologia contemporânea: elementos para se pensar o antropólogo <i>insider</i> no campo da Antropologia das populações afro-brasileiras	2018
CAMPOS, Daniel de Souza	Trajetória, experiência e corpo negro em cena: reflexões e apontamentos de um pesquisador iniciante	2019
DOMINGUES, Bruno R. C.	Negro na universidade, branco no trabalho de campo: reflexões sobre representação e desigualdade racial na academia	2019
MEDEIROS, Jonas	Conhecimento situado, gênero e raça: uma experiência de campo na Zona Leste de São Paulo	2019
SANTIAGO, Flávio	Branquitude e creche: inquietações de um pesquisador branco	2019

Fonte: Elaboração própria.

Já na década de 1980, Alberto Guerreiro Ramos (1982/1995) questionou a produção socioantropológica brasileira sobre as relações raciais ao defender a existência de “imprecisões” (p. 236) no trabalho realizado por pesquisadores e pesquisadoras brancas, as quais seriam motivadas – ou, ao menos, potencializadas – pela “idealização da branquitude” (p. 235), ou seja, pela resistência psicológica de muitas dessas pessoas em admitir sua ascendência negra. O autor assinalava, assim, a existência de influências da pertença racial de quem realiza a pesquisa nas observações e na pesquisa de campo, segundo o contexto socio-histórico brasileiro.

Mas foi o livro *Psicologia social do racismo* (2002) que, de fato, passou a refletir sobre a raça/cor do sujeito que realiza pesquisa e as suas possíveis implicações para as respostas e reações das pessoas que dela tomam parte. A obra dedicou-se pioneiramente às discussões sobre a branquitude e à abordagem do racismo enquanto problema relacional, ressaltando a necessidade de se racializar as pessoas brancas e de compreender a branquitude para o enfrentamento das desigualdades raciais. Tal produção destaca a existência de uma potencialidade dos estudos sobre os efeitos da raça/cor de quem pesquisa e sobre paridade e assimetria racial na pesquisa. Ademais, em se observando a paridade racial entre pessoas brancas, pode-se investigar o funcionamento do “pacto narcísico da branquitude” (Bento, 2002), o qual se configura como um acordo tácito entre pessoas brancas em geral (e não apenas durante a pesquisa de campo) de não falar sobre racismo, visto que isso incorreria em reconhecer privilégios e possivelmente perdê-los.

A despeito do impacto do livro, foi apenas no ano de 2012 que Lia Schucman, Eliane Costa e Lourenço Cardoso retomaram as reflexões sobre o tema. Em seu artigo, indicam que tanto a paridade quanto a assimetria racial são importantes nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil. Para as autoras e autor, não se trata de uma relação linear: a paridade pode ser um facilitador ou um obstáculo para a realização da pesquisa de campo, a depender do contexto estudado. De toda forma, o artigo defende que a pertença racial de quem conduz a pesquisa de campo pode fazer emergir questões interessantes e ainda pouco exploradas sobre racismo e branquitude.

Nos últimos três anos, observa-se o ingresso da Antropologia nos debates sobre o tema, sobretudo no que tange à construção do campo na metodologia etnográfica. Tais trabalhos ressaltam a existência de dinâmicas racializadas (e racistas) que configuram a inserção do pesquisador ou pesquisadora no campo (Oliveira, 2018; Santiago, 2019; Domingues, 2019) e o gradual (e recente) reconhecimento do valor de pessoas negras e indígenas como pesquisadoras *insiders* (Araújo, 2018). Além disso, sob influência da abordagem da epistemologia do ponto de vista (*standpoint*) dos estudos feministas (Harding, 1995) e do feminismo negro (Collins, 2009), esses trabalhos situam a necessidade de se racializar a figura do pesquisador ou pesquisadora e de se debater a branquitude. Nesse sentido, em termos aplicados à prática de pesquisa e à própria pessoa que realiza a pesquisa, Flávio Santiago (2019, p. 325) afirma que:

As nossas pesquisas são enraizadas em nosso local de fala; a posição social que ocupamos no mundo marca diretamente as nossas interpretações dos dados e das experiências que vivenciamos em campo, pois o percurso de construção dos trabalhos científicos está diretamente interligado à nossa subjetividade. Tudo o que dizemos é sempre “situado”, “posicionado”.

Da análise exposta, pode-se inferir que, na produção acadêmica brasileira em Ciências Humanas e Sociais, o debate está presente no âmbito da Psicologia Social, e recentemente passou a desenvolver-se também na Antropologia. O silêncio por parte da Sociologia é, no entanto, notável. Frente ao caráter incipiente da produção nacional sobre a temática, mapeamos alguns argumentos da produção estadunidense sobre o tema investigado, e que consideramos importantes para a análise dos achados da investigação realizada para este estudo.

Um argumento bastante recorrente, exemplificado no trabalho de Allyson Holbrook, Timothy Johnson e Maria Krysan (2020), é o de que a paridade racial facilita, para quem conduz a pesquisa e para quem dela participa, a entrevista ou conversa sobre raça e racismo por conta do “espelho”, ou seja, da confiança que se estabelece a partir da identificação entre

pesquisador(a) e entrevistado(a). De fato, seu argumento é que a paridade racial favorece o recrutamento de participantes da pesquisa, especialmente em estudos sobre raça e racismo. De modo complementar, Patricia Hill Collins (2016) aponta a necessidade de se incorporar a perspectiva da intelectualidade negra às Ciências Sociais, visto que os grupos marginalizados pela produção acadêmica hegemônica enriqueceriam o discurso sociológico contemporâneo ao agregar pontos de vista historicamente excluídos dele.

Outros trabalhos, porém, assinalam que, por si só, a paridade racial não garante resultados de pesquisa mais precisos, uma vez que há outras dinâmicas e categorias sociais relevantes para a inserção de uma pessoa como pesquisadora em pesquisa de campo, tais como gênero e classe (Islam, 2000). Além disso, como argumentado por France Twine (2000), não há garantias de que pesquisadores(as) negros(as) entrevistando pessoas negras terão uma experiência pessoal menos difícil ou de que seus achados serão mais acertados. Por exemplo, sobre seu trabalho de campo no interior do Rio de Janeiro durante a década de 1990, a autora relata o desconforto em ter sido repreendida por pessoas negras ao fazer perguntas sobre raça e de ter sido lida também por elas pela lente de estereótipos racistas, como empregada doméstica ou prostituta – ao menos num primeiro momento. Além disso, Twine destaca os perigos de se romantizar a paridade racial em pesquisas sobre raça e racismo, na medida em que tal postura poderia marginalizar ainda mais os estudos sobre o tema e confinar acadêmicos e acadêmicas negras a tal área da investigação. Da mesma forma, argumenta, às pessoas brancas seriam convenientes tanto a desresponsabilização por tais discussões quanto o lucro em se manter intacta a estrutura racista de opressão.

De antemão, reconhecemos as potencialidades e limitações da paridade racial na pesquisa, evitando uma leitura essencialista e promovendo uma responsabilização dos sujeitos brancos na pesquisa sobre raça a partir de um prisma antirracista. Entendemos que a paridade ou assimetria podem revelar aspectos distintos das dinâmicas sociais, e que podem ser mais vantajosas ou desvantajosas a depender dos propósitos e do contexto de pesquisa. Nesse sentido, entendemos que tanto a “paridade como a

assimetria podem ser mote para a realização de pesquisas sobre relações interracialis (e intra grupos raciais) no Brasil” (Schucman *et al.*, 2012).

Na revisão bibliográfica empreendida, duas lacunas saltam aos olhos: a inexistência de estudos quantitativos e de considerações sistematizadas sobre a interseccionalidade de gênero e raça, ou seja, do impacto do gênero na pesquisa de campo – apesar de que observações pontuais sobre esse último ponto tenham sido encontradas. O presente estudo dedica-se a explorar inicialmente ambas as questões.

A literatura consultada indica que tomar a pessoa pesquisadora como alguém racializado implica reconhecer que sua raça/cor influencia tanto sua inserção no campo como a sua própria experiência da pesquisa. Por si só, tais observações sugerem a existência de efeitos significativos para os resultados dos estudos, sobretudo dos que tratam de raça e racismo. Afinal, raça é tomada como um aspecto que impacta as interações sociais. Ao mesmo tempo, notando o aspecto histórico, contextual e processual da raça, destacamos que a maior inserção de estudantes negros nas universidades brasileiras e o crescimento do discurso antirracista no Brasil possivelmente afetam a forma como pesquisadores e pesquisadoras vêm percebendo sua inserção em campo. A seguir, nos dedicamos a analisar as impressões de pesquisadores(as) que participaram da aplicação da pesquisa *Percepções Raciais no Distrito Federal*.

Percepções a partir da inserção em campo

No momento da aplicação do *survey*, as 19 pessoas responsáveis pela aplicação da pesquisa eram estudantes de graduação da Universidade de Brasília. Mapeamos suas percepções sobre sua inserção em campo, levando em conta sua raça/cor. Para tanto, solicitamos que nos fornecessem sua autodeclaração racial e um breve relato sobre a experiência em campo, incluindo percepções sobre facilidade e dificuldade de adesão de participantes à pesquisa e sobre as concordâncias e discrepâncias entre auto e heteroclassificação racial das pessoas entrevistadas. Importante notar que, embora os e as estudantes tenham

sido instruídos a tomar nota de sua experiência durante a pesquisa campo, tendo em vista a possibilidade de que surgissem dinâmicas relevantes para os resultados da pesquisa, essa não foi uma exigência, de modo que seus relatos aqui mencionados não constituem produto de um caderno de campo propriamente dito. Nos dois casos em que a pessoa pesquisadora não forneceu sua autoidentificação racial, seu perfil foi definido por heteroclassificação. Reconhecemos que a solução encontrada é apenas paliativa, tendo em vista a possível discrepância entre auto e heteroclassificação racial. Ao adotar a solução, levamos em conta o elevado grau de consistência entre auto e heterodeclaração (Petrucelli, 2013), bem como a necessidade de se investigar uma temática ainda pouco explorada no Brasil. A partir desse levantamento, chegamos ao seguinte perfil racial das pessoas que conduziram as entrevistas: sete brancas, sete pardas e cinco pretas.

Observamos que, em geral, as impressões coletadas convergiram por grupos de raça/cor das pessoas que conduziram as entrevistas. De maneira quase unânime, pessoas pretas e pardas afirmaram que a paridade racial foi um fator facilitador para aproximação e condução da entrevista; por outro lado, sentiram um maior desconforto por parte das pessoas brancas que abordaram. O achado aproxima-se dos relatados por Holbrook *et al.* (2020).

Também o grupo de pesquisadoras e pesquisadores brancos notou maior abertura das pessoas interpeladas para realizar a entrevista quando havia paridade racial. Além disso, tais pesquisadores(as) afirmaram que as pessoas entrevistadas pareciam esperar a concordância por parte de quem conduzia a entrevista, ou seja, uma validação ou aprovação de suas respostas, a partir de um pressuposto de afinidade derivada da pertença racial comum. Também Schucman (2014) observou que diversas pessoas entrevistadoras brancas perceberam que a paridade racial facilitou a algumas pessoas participantes brancas expressar ideias sobre a superioridade branca.

Já as pessoas pretas e pardas que conduziram a pesquisa notaram um comportamento de esquiva por parte de pessoas brancas entrevistadas: estas apresentaram receio de responder e pareciam ponderar suas falas a partir da tentativa de se aproximar de discursos socialmente desejáveis,

tentando assim se afastar do rótulo de “racista”. Apesar dessa tendência à autovigilância, essas mesmas pessoas não se furtaram a exprimir ideias de superioridade branca. Embora pareçam contraditórios, a atitude de recriminar o discurso abertamente racista ao mesmo tempo que se mantém e propaga ideias racistas já foi documentada por pesquisas anteriores sobre as relações raciais brasileiras.²

Pessoas entrevistadoras brancas e pardas também perceberam uma notável discrepância entre hetero- e autoclassificação das pessoas entrevistadas, com a preferência pela categoria de raça/cor “parda” e tentativa de se evitar os extremos “branca” e “preta”. Tal achado se assemelha aos encontrados por Ellis Monk (2013) no estado de Goiás – assim como o DF, localizado na região Centro-Oeste. O autor destaca a existência de lógicas classificatórias que divergem entre as regiões brasileiras, derivadas de particularidades contextuais e históricas. Com isso, observa que a probabilidade de uso da categoria de cor “parda” em Goiás seria maior do que no Rio de Janeiro, por exemplo, ou nos estados da região Sul.

O que revelam os números

O quadro de pessoas que conduziram a pesquisa apresentou o seguinte perfil quanto a raça/cor e gênero: das 19, sete eram brancas, sete pardas e cinco pretas, sendo sete homens e 12 mulheres. Nosso objetivo inicial era desagregar o quadro de pessoas pesquisadoras simultaneamente por gênero e raça. Contudo, teríamos apenas um entrevistador branco, número insuficiente para derivar conclusões generalizantes. Decidimos, portanto, realizar a desagregação apenas por raça/cor ou por gênero.³ Importante ainda mencionar que o número de entrevistas conduzidas por cada pessoa não foi o mesmo, e, de fato, apresentou grande variação.

² Citamos, nesse sentido, a constatação de Florestan Fernandes (1965) de que as pessoas no Brasil têm “preconceito de ter preconceito”, bem como as pesquisas do Datafolha (Turra; Venturi, 1995; Datafolha, 2008), que indicam o amplo reconhecimento da existência do racismo no Brasil, mas a falta de reconhecimento do próprio preconceito racial.

³ Deixamos aqui a sugestão para que futuros estudos utilizem o recorte simultâneo por gênero e raça.

Para compreender como raça e gênero impactam a autotransclassificação racial, calculamos a probabilidade de que a autodeclaração “embranquecesse”, “escurecesse” ou “convergissem” em relação à heterotransclassificação quando a pessoa que conduziu a entrevista era branca, parda ou preta (Tabela 2 e Gráfico 1). Fizemos isso da seguinte forma: calculamos o número de pessoas entrevistadas que, comparando-se autodeclaração e heterotransclassificação, embranqueceram, escureceram ou convergiram. Calculamos então a probabilidade de que qualquer pessoa da amostra embranquecesse, escurecesse ou convergissem. Em seguida, apuramos a frequência observada em termos de embranquecimento, escurecimento e convergência, para então considerarmos as diferenças entre o esperado e o que foi, de fato, observado. Depois, fizemos um cálculo semelhante levando em conta apenas o gênero da pessoa que conduziu a entrevista (Tabela 3 e Gráfico 2). A medida apresentada é a diferença entre o valor observado e o valor esperado (sob a hipótese de independência entre as variáveis) em uma tabela de contingência. Calculamos as frequências esperadas considerando as distribuições marginais de cada variável.

Os resultados indicam que a autotransclassificação racial não é necessariamente estável. Sugerimos que as variações encontradas têm raízes em dinâmicas psicossociais atreladas ao *status* racial privilegiado ou desprivilegiado atribuído aos grupos de cor e, também, a mudanças recentes no discurso racial na sociedade brasileira.

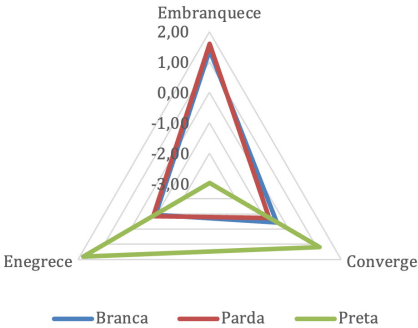
Na tabela 2 e no gráfico 1, observamos o efeito da raça/cor de quem conduziu a pesquisa sobre a autodeclaração de raça/cor da pessoa entrevistada. Quando a pessoa que conduziu a pesquisa era parda, houve um maior grau de embranquecimento da autotransclassificação, em comparação à heterotransclassificação. Ou seja, as pessoas entrevistadas por pessoas brancas e pardas tenderam a se classificar como mais claras em relação à categoria de raça/cor que lhes foi atribuída, efeito ainda mais expressivo quando quem conduziu a pesquisa era pardo. Os números para entrevistadores brancos seguiram tendência similar e muito próxima.

Tabela 2. Efeito da raça/cor da pessoa entrevistadora sobre a autodeclaração racial da entrevistada, por raça/cor da entrevistadora

Raça/cor do/a entrevistador/a	Efeito		
	Embranquece	Converge	Enegrece
Branca	1,38	-0,44	-0,94
Parda	1,60	-0,74	-0,86
Preta	-2,99	1,18	1,81

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 1. Efeito da raça/cor da pessoa entrevistadora sobre a autodeclaração racial da entrevistada, por raça/cor da entrevistadora



Fonte: Elaboração própria.

Tendo em vista a ideologia do embranquecimento vigente no Brasil (Gonzalez, 1988), levantamos a hipótese de que, frente a um pesquisador ou pesquisadora branca, as pessoas entrevistadas buscam equiparar seu *status* racial ao *status* superior de quem as interpela, ou ao menos amenizar

sua situação desprivilegiada, apresentando-se como mais claras. Frente a uma pessoa pesquisadora parda, a mesma dinâmica pode ocorrer; ao mesmo tempo, pode existir um esforço da parte da pessoa entrevistada para superar o *status* racial de quem a entrevista. Nas duas situações, sugerimos que há uma dinâmica de competição, que leva ao embranquecimento da autoclassificação racial.

Por outro lado, quando uma pessoa preta conduziu a entrevista, a autoclassificação das pessoas entrevistadas tendeu a se enegrecer em relação à categoria raça/cor que lhes foi atribuída. Ao mesmo tempo, o efeito do embranquecimento foi deveras atenuado – o efeito mais expressivo encontrado quando se considera a raça/cor de quem entrevista –, e houve um nível significativamente maior de convergências entre auto e heteroclassificação para esse grupo de entrevistadores.

Dada a preferência regional de autoclassificação pela cor parda (Monk, 2013), o grupo de cor intermediário não seria tão estigmatizado como o grupo preto, distanciando-se dele nos efeitos provocados sobre a autoclassificação das pessoas entrevistadas. Por outro lado, propomos que a presença de uma pessoa preta como entrevistadora, a quem é atribuído um *status* racial mais desvantajoso, suspende a lógica da competição, evitando que as pessoas entrevistadas recorram ao clareamento na autodeclaração. Assim, entrevistadores pretos facilitariam a autoidentificação de participantes da pesquisa segundo as categorias “parda” ou “preta”, tanto pelo efeito de “espelho”, que teria um sentido afirmativo, de “orgulho da raça”, quanto no sentido de que a pessoa entrevistada não veria necessidade de tentar se igualar ao *status* social da pessoa pesquisadora, já reduzido pela sua pertença ao grupo de cor mais estigmatizado. Entendemos que pode ainda estar vigente uma dinâmica de afinidade, que, ecoando o discurso antirracista que vem ganhando espaço na sociedade brasileira, leve a pessoa entrevistada a buscar se acerrar de quem conduz a pesquisa em sua autodeclaração racial. Nessa última dinâmica, a condição relativamente prestigiosa de pesquisador (e de estudante universitário, no caso desta pesquisa) pode contribuir para o ímpeto de aproximação.

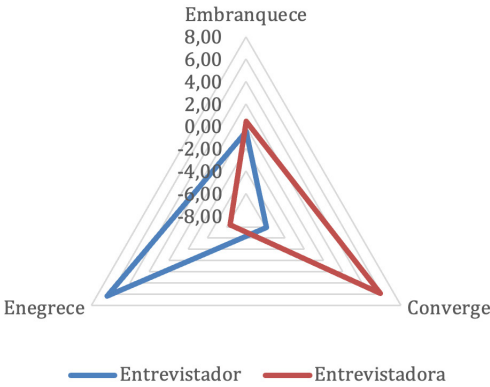
As análises quanto aos efeitos do gênero de quem realizou as entrevistas sobre a autoclassificação racial de participantes da pesquisa mostraram efeitos ainda mais significativos, como revelam a Tabela 3 e o Gráfico 2, a seguir.

Tabela 3. Efeito do gênero da pessoa entrevistadora sobre a autodeclaração racial da entrevistada, por gênero da entrevistadora

Gênero do/a entrevistador/a	Efeito		
	Embranquece	Converge	Enegrece
Homem	-0,46	-5,90	6,35
Mulher	0,46	5,90	-6,35

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2. Efeito do gênero da pessoa entrevistadora sobre a autodeclaração racial da entrevistada, por gênero da entrevistadora



Fonte: Elaboração própria.

Tendo em vista a ausência de estudos anteriores indicando a relevância do gênero da pessoa pesquisadora para a autoclassificação racial da pessoa entrevistada, não esperávamos encontrar implicações tão expressivas, e ainda mais significativas do que as verificadas tendo em vista a raça/cor de quem conduz a entrevista. As entrevistas realizadas por pesquisadores tenderam a resultar no enegrecimento da autodeclaração racial, com redução do embranquecimento e, sobretudo, da convergência entre auto e heteroclassificação da pessoa entrevistada. Aqui, no entanto, é importante considerar uma limitação da pesquisa, tendo em vista que apenas um dos entrevistadores era branco. Nesse sentido, esse resultado em particular pode estar mais associado à raça/cor do que ao gênero; pesquisas futuras são necessárias para verificar tal hipótese. Para as entrevistadoras, a tendência foi de forte redução do enegrecimento da autodeclaração por parte de participantes da pesquisa, com pequeno aumento do embranquecimento e maior consistência entre auto e heterodeclaração racial.

As dinâmicas interpessoais de gênero aparentemente tiveram implicações para a autoclassificação racial dos indivíduos. A explicação para tal efeito não é óbvia e não foi encontrada em estudos anteriores, de modo que fica aqui a questão: por que entrevistadoras, qualquer que seja seu grupo de cor, obtiveram menor nível de escurecimento do que os entrevistadores? Posto de outra forma, por que as pessoas participantes buscam parecer ou se percebem como escuras em menor medida quando interagem com uma pesquisadora, em comparação a um pesquisador? Há variações por gênero da pessoa entrevistada? É plausível imaginar que lógicas de competição entre mulheres e de sedução, bem como uma maior saliência da associação entre tez clara e beleza (Pereira, 2020), estejam envolvidas nas tendências – resta, contudo, investigar como.

A título provisório, sugerimos que, entre pessoas entrevistadas heterossexuais, a interpelação por investigadoras se desdobraria em projeções, senão em esforços, de conquista e competição, que são gendradas. Os homens buscariam se tornar mais atraentes frente a elas, o que, em uma sociedade racista, significa buscar distanciar-se dos polos mais escuros

de cor. Já as mulheres, envolvidas naquilo que Roger Bastide e Florestan Fernandes (1955/2008) nomearam de “batalha de cores”, encarando a entrevistadora como uma rival em potencial no âmbito afetivo, buscava também evitar as categorias de cor mais desprivilegiadas, afastando-se do enegrecimento. É possível ainda que as pesquisadoras negras, mais estigmatizadas por sua pertença racial do que os entrevistadores negros na situação particular da entrevista, devido ao peso da aparência para as mulheres (Pereira, 2020), suscitem nas pessoas entrevistadas a tentativa de afastamento do *status* racial desprivilegiado. Interessante ressaltar que, conquanto se verifique menor tendência ao embranquecimento quando da presença das entrevistadoras, ela não resultou em um embranquecimento significativo da autodeclaração.

Considerações finais

O estudo aqui apresentado traz duas contribuições interconectadas para o campo de estudo das relações raciais. A primeira diz respeito ao caráter contextual e variável da autoclassificação racial, que se mostrou atravessada por dinâmicas psicossociais próprias das relações interpessoais. A segunda contribuição é a constatação de que tanto a pertença racial quanto o gênero da pessoa com quem se interage provocam variações na autoclassificação racial dos indivíduos.

Nossa interpretação dos resultados considera o histórico sociocultural da raça do Brasil, tendo em vista o racismo e um de seus mecanismos de funcionamento: a ideologia do embranquecimento. Por isso, as categorias de cor mais escuras são lidas como aquelas das quais, em geral, se busca fugir. Ao mesmo tempo, levamos em conta as lentas, mas significativas transformações, recentes no discurso racial no Brasil, com o fortalecimento e valorização da identidade negra, e que vem se refletindo na maneira como as pessoas se designam racialmente.

A paridade racial emergiu na parte qualitativa deste estudo como um facilitador de aproximação entre quem conduz e quem responde

à entrevista, favorecendo mesmo a adesão à pesquisa e a expressão de opiniões. As variações entre auto e heteroclassificação racial, notadas pelos pesquisadores e pesquisadoras, ganharam contornos mais nítidos a partir do uso de métodos quantitativos. Nesse sentido, o que pudemos, de fato, constatar, foi que, se se observa entre a população brasileira um enfraquecimento da tendência em se identificar com categorias de cor mais claras que a atribuída por quem conduz a pesquisa, como já indicado por outros estudos, tal inclinação não é absoluta, mas antes está condicionada e é influenciada pelo perfil (racial e de gênero) de quem aplica a pesquisa.

Se, por um lado, as percepções das pessoas entrevistadoras pretas e pardas sobre a maior facilidade em entrevistar pessoas negras se sobrepõem, por outro, os movimentos de divergência e convergência entre auto e heteroclassificação racial das pessoas entrevistadas foram bastante próximos para os conjuntos de pesquisadores e pesquisadoras branco e pardo, divergindo do grupo de pessoas entrevistadoras pretas.

Também o gênero dispôs de um efeito importante na maneira como os participantes da pesquisa se autoclassificaram, verificando-se a tendência de que a presença de pesquisadoras significativamente evitasse o escurecimento da autodeclaração em relação ao previsto, implicando maior convergência entre auto e heteroclassificação racial do que inicialmente esperado.

Supomos que a maior convergência entre auto e heteroclassificação quando a pessoa que conduz a entrevista é branca ou parda do que para quem é preta sugere que as cores “branca” e “parda” e o gênero masculino possam ser tomados como atributos “neutros” por respondentes. A combinação entre as categorias de cor mais claras e a masculinidade talvez levante menos suspeitas e instigue menor reatividade por parte de quem responde.

Essas são, no entanto, suposições, e carecem de verificação. A partir dos resultados indicados, ressaltamos a necessidade de se incorporar sistematicamente uma abordagem interseccional aos estudos sobre classificação racial, identificando como o gênero a influencia, bem como de realizar novos estudos quantitativos e qualitativos que forneçam mais elementos para que se compreendam as lógicas que orientam as diferenças observadas.

Bruna Cristina Jaquette Pereira é pesquisadora do Programa de Pós-Doutorado UNA4CAREER (Marie Skłodowska-Curie) no Grupo de Gênero y Política (GEYPO), Universidade Complutense de Madrid.

✉ brunacjpereira@gmail.com

João Paulo Siqueira é mestrando em Antropologia Social (bolsista CAPES) pela Universidade de Brasília (UnB).

✉ joaop.307@gmail.com

Agradecimentos

Agradecemos ao professor Emerson Ferreira Rocha pelo auxílio na produção dos dados estatísticos apresentados no presente artigo, e também a todas e todos os estudantes das disciplinas de graduação Sociologia das Relações Raciais (1º semestre/2019), Raça e Racismo no DF - I (2º semestre/2019) e Raça e Racismo no DF - II (1º semestre/2020) do Departamento de Sociologia da UnB, ministradas pelo prof. Joaze Bernardino-Costa, por sua contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa. Por fim, agradecemos às pessoas que emitiram pareceres sobre o artigo por suas valiosas contribuições para a versão final do artigo.

Referências

1. ARAÚJO, Patrício C. Desafios da Antropologia contemporânea: elementos para se pensar o antropólogo insider no campo da Antropologia das populações afro-brasileiras. In: CLEMENTE, C. C.; SILVA, J. C. G. (org.). *Culturas negras e Ciências Sociais no século XXI: perspectivas afrocentradas*. Uberlândia: EDUFU, 2018. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-480-3>
2. BAILEY, Stanley. Dinâmicas raciais no Brasil contemporâneo: uma revisão empírica. *Plural*, v. 23, n. 1, p. 53-74, 2016. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2016.118385>
3. BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. São Paulo: Global, [1955] 2008.
4. BASTOS, João L. et al. Socioeconomic differences between self- and interviewer-classification of color/race. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, n. 2, p. 324-334, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102008005000005>

5. BENTO, Maria Aparecida. Branquitude e branqueamento no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-57
6. BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*. v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>
7. CAMPOS, Daniel S. Trajetória, experiência e corpo negro em cena: reflexões e apontamentos de um pesquisador iniciante. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 5, n. 2, p. 231-247, 2019. <https://doi.org/10.9771/cgd.v5i2.29273>
8. CARDOSO, Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil*. 2014. 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.
9. CHOO, Hae Y.; FERREE, Myra M. Practicing intersectionality in sociological research: a critical analysis of inclusions, interactions, and institutions in the study of inequalities. *Sociological Theory*, v. 28, n. 10, p. 129-149, 2010. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9558.2010.01370.x>
10. COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press, 2016.
11. COLLINS, Patricia H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Londres: Routledge, 2009.
12. DANIEL, G. Reginald. *Race and multiraciality in Brazil and the United States: converging paths?* State College: Pennsylvania State University Press, 2006.
13. DATAFOLHA. *Racismo cordial*. São Paulo: Consórcio de Informações Sociais, 2008.
14. DIXON, Angela R.; TELLES, Edward. E. Skin color and colorism: global research, concepts, and measurement. *Annual Review of Sociology*, v. 43, n. 1, p. 405-424, 2017. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-060116-053315>
15. DOMINGUES, Bruno R. C. Negro na universidade, branco no trabalho de campo: reflexões sobre representação e desigualdade racial na academia. *Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)*, v. 27, n. 1, p. 295-309, 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v27i1p295-309>
16. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Nacional, 1965.
17. GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de Amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.
18. GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>

19. GUERREIRO RAMOS, Alberto. Patologia racial do “branco” brasileiro. In: GUERREIRO RAMOS, A. *Introdução crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1982]1995. p. 215-240.
20. GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100008>
21. HANCHARD, Michael. G. Racism, eroticism, and the paradoxes of a U.S. black researcher in Brazil. In: TWINE, F. W.; WARREN, J. W. (org.). *Racing research, researching race: methodological dilemmas in Critical Race Studies*. Nova York: New York University Press, 2000. p. 165-186.
22. HARDING, Sandra. “Strong objectivity”: a response to the new objectivity question. *Synthese*, v. 104, n. 3, p. 331-349, set. 1995. <https://doi.org/10.1007/BF01064504>
23. HARRIS, Marvin. Racial identity in Brazil. *Luso-Brazilian Review*, v. 1, n. 2, p. 21-28, 1964.
24. HOLBROOK, Allyson. L.; JOHNSON, Timothy P.; KRYSAN, Maria. Race- and ethnicity-of-interviewer effects. In: LAVRAKAS, Paul J. et al. (orgs.). *Experimental Methods in Survey Research: Techniques that Combine Random Sampling with Random Assignment*. New Jersey: Wiley, 2020. p. 197-224. <https://doi.org/10.1002/9781119083771.ch11>
25. HORDGE-FREEMAN, Elizabeth. *The color of love: racial features, stigma and socialization in black Brazilian families*. Austin: University of Texas Press, 2015. <https://doi.org/10.7560/302385>
26. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. *Agência IBGE Notícias*, 24 nov. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>
27. ISLAM, Naheed. Research as an act of betrayal: researching race in an Asian community in Los Angeles. In: TWINE, F. W.; WARREN, J. W. (org.). *Racing research, researching race: methodological dilemmas in Critical Race Studies*. Nova York: New York University Press, 2000. p. 35-66.
28. LIU, Mingnan; WANG, Yichen. Interviewer gender effect on acquiescent response style in 11 Asian countries and societies. *Field Methods*, v. 28, n. 4, p. 327-344, 2016. <https://doi.org/10.1177/1525822X15623755>
29. MEDEIROS, Jonas. Conhecimento situado, gênero e raça: uma experiência de campo na Zona Leste de São Paulo. *Plural*, v. 26, n. 1, p. 155-179, 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2019.159748>
30. MONK Jr., Ellis P. *Color, bodily capital, and ethnoracial division in the U.S. and Brazil*. Oakland: University of California, 2013.
31. MUNIZ, Jerônimo O. Preto no branco? Mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial. *Dados*, v. 55, n. 1, p. 251-282, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000100007>

32. NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015>
33. OLIVEIRA, Josiane S. As influências raciais na construção do campo etnográfico: um estudo multissituado no contexto Brasil-Canadá. *Organizações & Sociedade*, v. 25, n. 86, p. 511-531, 2018. <https://doi.org/10.1590/1984-9250868>
34. OMI, Michael; WINANT, Howard. *Racial formation in the United States: from the 1960s to the 1990s*. Londres: Routledge, 1994.
35. PEREIRA, Bruna C. J. *Dengos e zangas das mulheres-moringa: vivências afetivo-sexuais de mulheres negras*. Pittsburgh: Latin America Research Commons, 2020. <https://doi.org/10.25154/book6>
36. PETRUCCELLI, José Luis. Autoidentificação, identidade étnico-racial e heteroclassificação racial. In: PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (org.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
37. PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 59-90.
38. RODRIGUES, Cristiano R. *Afro-latinos em movimento: protesto negro e ativismo institucional no Brasil e na Colômbia*. Belo Horizonte: Appris, 2020.
39. SANSONE, Livio. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificatório racial no Brasil que muda. *Afro-Ásia*, v. 18, p. 165-187, 1996. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i18.20904>
40. SANTIAGO, Flávio. Branquitude e creche: inquietações de um pesquisador branco. *Educação em Revista*, v. 35, n. 76, p. 305-330, 2019. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.66099>
41. SCHUCMAN, Lia. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>
42. SCHUCMAN, Lia V.; COSTA, Eliane S.; CARDOSO, Lourenço. Quando a identidade racial do pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 4, n. 8, p. 15-29, 2012.
43. TEIXEIRA, Moema P.; BELTRÃO, Kaizô I.; SUGAHARA, Sonoê. Além do preconceito de marca e de origem: a motivação política como critério emergente para classificação racial. In: PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (org.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. p. 101-123.
44. TELLES, Edward E.; PERLA. *Pigmentocracies: ethnicity, race, and color in Latin America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014.

45. TELLES, Edward E. Racial ambiguity among the Brazilian population. *Ethnic and Racial Studies*, v. 25, n. 3, p. 415-441, 2002. <https://doi.org/10.1080/01419870252932133>
46. TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo. *Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.
47. TWINE, Frances. Racial ideologies, racial methodologies, and racial fields. In: TWINE, F. W.; WARREN, J. W. (org.). *Racing research, researching race: methodological dilemmas in Critical Race Studies*. Nova York: New York University Press, 2000. p. 1-34.
48. TWINE, Frances W. *Racism in a racial democracy: the maintenance of white supremacy in Brazil*. Nova Brunswick: Rutgers University Press, 1998.
49. WAGLEY, Charles. *Race and class in rural Brazil*. Paris: Unesco, 1952.
50. WEST, Brady T.; BLOM, Annelies G. Explaining interviewer effects: a research synthesis. *Journal of Survey Statistics and Methodology*, v. 5, n. 2, p. 175-211, 2016. <https://doi.org/10.1093/jssam/smw024>
51. WINANT, Howard. The theoretical status of the concept of race. In: BACK, L.; SOLOMOS, J. (org). *Theories of race and racism: a reader*. Londres: Routledge, 2000.
52. WOOD, Charles. Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil. In: LOVELL, P. *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: MGSP Editores Ltda, 1991. p. 93-111.

Recebido: 28 maio 2021.

Aceito: 8 jul. 2022.

<http://doi.org/10.1590/18070337-113970>

Tensiones entre el movimiento indígena y el Estado a la luz de la trayectoria de las Bartolinas en Bolivia

Claudia Cecilia Arce Cuadros* 

Resumen

Las dinámicas de conflictividad entre el movimiento campesino indígena y el Estado en Bolivia son examinadas a la luz de la trayectoria política y las disputas que han conformado los periodos de vida de la Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias 'Bartolina Sisa' (1978-2018) y son interpretadas en clave de autonomía. Emergieron aprovechando una fisura en el movimiento campesino indígena, impulsaron un proyecto de representación no mediada o autorrepresentación política que derivó en la conformación de un instrumento político con el que lograron el control hegemónico del Estado. En un contexto de disponibilidad para su participación, a través de su doble militancia, transitan hacia la institucionalidad estatal pero su incorporación es contenida como un ejercicio de disciplinamiento. El desplazamiento de las organizaciones y la mayor centralidad del instrumento político durante la última década han reactualizado el dilema de la autonomía del movimiento campesino.

Palabras clave: movimiento indígena, mujeres campesinas, doble militancia, autonomía.

* Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Quito, Ecuador.

Tensions between the indigenous movement and the State in light of the trajectory of the Bartolinas in Bolivia

Abstract

The dynamics of conflict between the indigenous peasant movement and the State in Bolivia are examined in light of the political trajectory and the disputes that have shaped the life periods of the National Confederation of Native Indigenous Peasant Women “Bartolina Sisa” (1978-2018) and are interpreted in terms of autonomy. They emerged taking advantage of a fissure in the indigenous peasant movement, they promoted a project of unmediated representation or political self-representation that led to the formation of a political instrument with which they achieved hegemonic control of the State. In a context of availability for their participation, through their double militancy, they move towards state institutions, but their incorporation is contained as an exercise of discipline. The displacement of the organizations and the greater centrality of the political instrument during the last decade have updated the dilemma of the autonomy of the peasant movement.

Keywords: indigenous movement, peasant women, double militancy, autonomy.

Introducción

• Es posible entender las tensiones y contradicciones entre las organizaciones del movimiento campesino indígena boliviano, los partidos políticos y el Estado a la luz de la trayectoria política de las Bartolinas?

El propósito en este artículo es explorar las vinculaciones entre las disputas que han configurado la trayectoria política (Fillieule, 2015) de mujeres organizadas en la Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias 'Bartolina Sisa' (las Bartolinas)¹ y las dinámicas de conflictividad que se han producido entre el movimiento campesino indígena, y el Estado boliviano, en el campo político (Bourdieu, 2000) amplio.

En 1980, la organización de mujeres Bartolina Sisa emerge a partir de pulsiones de la dirigencia masculina y la efervescencia social de las mujeres de base movilizadas contra gobiernos dictatoriales. Su historia está demarcada por conflictos² en torno a los cuales se han conformado su identidad, su agenda, sus posiciones políticas en el campo sindical y

¹ Se trata de un colectivo diverso de mujeres con ciertos aspectos comunes: están afiliadas, como parte de una unidad familiar, a un sindicato campesino y a la organización de mujeres de ese sindicato. La mayoría se identifica como indígena, su primer idioma es quechua o aymara y tiene bajos niveles de escolaridad. En Bolivia, el movimiento campesino indígena asume una estructura sindical piramidal que tiene dos rasgos: i) formas de relacionamiento *orgánicas*, es decir, lazos de carácter vinculante de ida y vuelta entre las diferentes unidades y niveles, y en la construcción social de las decisiones y la autoridad; ii) deben seguir un *itinerario en el ejercicio de cargos* para llegar a ser dirigentes. Asumen el nombre de Bartolina Sisa en honor a la heroína que luchó junto a su pareja Julián Apaza (Túpac Katari) en la rebelión anticolonial de 1781 y cuya participación en el cerco a la ciudad de La Paz (que duró 109 días) fue muy destacada. Cumplió el papel de Virreina planificando las estrategias políticas y de guerra, e impartiendo justicia en igualdad de condiciones que Katari. Fue traicionada, ahorcada y descuartizada, su cabeza y sus extremidades fueron exhibidas en lugares donde luchó.

² El conflicto es entendido no solo como un factor inherente a la dinámica del campo, sino como una categoría estructurante, es decir con capacidad creativa y transformadora – un factor que está al centro de los procesos de cambio social, pues es en torno a él que se establecen alianzas y articulaciones, se conforman hegemonías y se configuran y se entienden posiciones e identificaciones de clase, género y etnicidad. Entiendo la conflictividad como la expresión de una contradicción principal que ocurre en un campo de disputa, no solo de disputas, porque los conflictos o contradicciones que encierran pueden ir cambiando de matices, de actores, de posiciones, pero los campos permanecen abiertos y solo en ciertas ocasiones se cierran (Zegada, 2011).

político general. En el despliegue de estas disputas han recogido y han proyectado las tensiones del movimiento indígena en conjunto, en relación con el Estado y el sistema de partidos.

En la década de 1990, en un contexto político en que, por un lado, se apuntaba a la profundización de la democracia y a la modernización del Estado, y por otro, una mayor presión económica y social sobre las poblaciones daba paso a la protesta de los sectores organizados, las Bartolinas junto con otras organizaciones constituyeron su instrumento político, el Movimiento al Socialismo – Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos (MAS-IPSP). Desde su creación, este ha sido su principal canal de vinculación con el Estado y el sistema partidario. A partir de esta articulación política pudieron capitalizar varios ejes de reivindicación social. Esto ha sido posible no solo por el empuje de sus propias luchas, sino por las transformaciones de los propios campos de disputa, en términos institucionales, normativos y del capital político que circula en ellos.

El argumento es que la trayectoria política de las mujeres campesinas organizadas reverbera las tensiones y contradicciones entre el movimiento campesino y el Estado en clave de autonomía. Emergieron aprovechando una fisura en la estructura sindical y se afianzaron cuando su existencia fue amenazada. Impulsaron un proyecto de representación no mediada o autorrepresentación política que derivó en la conformación de un instrumento político con el que lograron el control del Estado. En un contexto de *disponibilidad* para su participación, a través de su doble militancia, transitan hacia la institucionalidad estatal pero su incorporación es contenida como un ejercicio de disciplinamiento. El desplazamiento de las organizaciones y la mayor centralidad del instrumento político durante la última década ha reactualizado el dilema de la autonomía del movimiento campesino.

El enfoque analítico entiende la militancia en organizaciones sociales como una combinación no contradictoria de acción política contestataria y acción política institucional. Es decir, que las interacciones entre organizaciones

como las Bartolinas, el Estado y los agentes políticos son complejas y dinámicas y los cruces e intercambios entre unos y otros son contingentes.

El carácter contingente de estas relaciones ha estado marcado por las condiciones de disponibilidad (Zavaleta, 1986)³ o cierre del campo político institucional, así como por las condiciones e intencionalidades de las organizaciones y sus militantes. Por tanto, me alejo de dos presupuestos que han dominado el campo de estudio de movimientos sociales y acción colectiva: el de externalidad (los movimientos sociales, necesariamente, se constituyen y actúan externamente a los espacios estatales) y de confrontación (estos, necesariamente, se relacionan con los espacios y agentes estatales a través de repertorios de confrontación) (Silva; Oliveira, 2011).

En su lugar, encuentro que, en contextos como el boliviano, es más pertinente hablar de *tránsito institucional* (Silva; Oliveira 2011) y de *transacciones asimétricas de poder* (Zegada; Komadina, 2017)⁴ para captar mejor esos desplazamientos frecuentes entre lugares de la política y para entender que los intercambios (materiales y simbólicos) entre organizaciones, partidos políticos y Estado no han sido recíprocos sino inequitativos.

Este trabajo se desprende de la investigación de tesis doctoral, que usa técnicas cualitativas para articular tres dimensiones de análisis. El nivel macro, del campo político boliviano, fue abordado a través de la revisión bibliográfica y hemerográfica, principalmente alrededor de acontecimientos relevantes como elecciones y el proceso de la Asamblea Constituyente. Se revisó la literatura producida en torno a tres ejes y el papel de las Bartolinas en aquellos: i) la historia del movimiento campesino; ii) la conformación y consolidación del instrumento político del movimiento campesino indígena: el MAS-IPSP; y iii) el proceso de reforma estatal, a partir de la asunción

³ La disponibilidad ocurre por un desborde de lo social, que disuelve la ficticia separación entre Estado y sociedad, y expande la capacidad de creación de nuevas creencias colectivas desde las cuales se pueden transformar el orden social y la manera en que es distribuido el excedente económico (Zavaleta, 1986).

⁴ De acuerdo con estos autores “la historia de la relación entre el Estado y el movimiento campesino indígena es variable en el tiempo y bascula entre momentos de rebelión y episodios de consolidación de pactos o alianzas; en suma, variantes de reciprocidad asimétrica, mediadas por el ejercicio del poder.” (Zegada; Komadina, 2017, p. 22)

de Evo Morales a la presidencia (2005) y de la Asamblea Constituyente (2006-2008).

El nivel meso – la participación de las mujeres en las estructuras de la federación, la confederación y el MAS-IPSP – fue analizado por medio de la observación participante en tres congresos: uno departamental, uno regional y uno municipal, en dos talleres internos y en dos externos de la organización, entrevistas a informantes clave (tres miembros del personal técnico que trabajó con la federación y dos dirigentes de la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Cochabamba, además de la revisión de documentos institucionales (impresos y audiovisuales). Se logró reconstruir la historia de la organización, identificando tres periodos, 1978-1990, 1991-2002 y 2003-2018, sus hitos, dinámicas internas de organización, repertorios políticos y de movilización, dirigentes y personas que han sido un referente para la organización, entre otros.

El nivel micro de análisis, el biográfico, se basó fundamentalmente en la reconstrucción de trayectorias políticas. Se entrevistó a 25 lideresas de las tres macro-regiones que conforman la federación de Cochabamba: nueve de valles, siete de la región andina y nueve del cono sur. Las entrevistadas, cuyas edades están entre 23 y 75 años, fueron seleccionadas por su participación en las diferentes etapas de la organización: siete de la primera etapa, nueve de la segunda y nueve de la tercera y por el hecho de que todas han ejercido uno o más cargos en el Comité Ejecutivo de la federación, la instancia de mayor jerarquía en la estructura.

Autónomas o integradas: la disputa del primer periodo (1978 - 1990)

En contraste con otras interpretaciones que consideran que este periodo estuvo marcado por la definición del carácter identitario de la organización, considero que el conflicto por autonomía/integración fue el campo de disputa más relevante en la primera etapa de vida de la organización, articulado al proceso de identificación (¿quiénes somos? ¿Por qué luchamos? ¿Contra

qué o quién?), y las estrategias de alianza y lucha (¿Cómo nos organizamos y luchamos por nuestros objetivos?).

¿Por qué surge la idea de organizar a las mujeres del campo?

En medio de un periodo de represión social por parte de gobiernos autoritarios y dictatoriales (1960-80), en uno de esos breves intervalos de democracia, en 1978, la organización campesina de predominio masculino decidió promover la organización de las mujeres como una vía para fortalecer el movimiento campesino que atravesaba un proceso de gran fragmentación, persecución de sus líderes y debilitamiento político.

Como antecedente estaba que, desde la Revolución Nacional de 1952 en adelante, confluyeron dos dinámicas en el sindicalismo campesino, relacionadas con el hecho de que fue uno de los momentos de mayor apertura del Estado o de disponibilidad. Por un lado, se promovió una participación sindical en el gobierno (de arriba hacia abajo); por otro, se fue construyendo una base de representación en las comunidades y localidades (de abajo hacia arriba). Hacia 1958 se registran seiscientos mil afiliados en sindicatos campesinos, en una población de menos de tres millones.

En todo caso, la tendencia preponderante fue la primera. El gobierno del Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) propició la conformación de la Confederación Nacional de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CNTCB) y nombró a sus dirigentes del nivel nacional; estos a su vez nombraban o promovían a dirigentes de niveles departamental, provincial y cantonal. A partir de este esquema, el nacionalismo revolucionario cumplía aparentemente con su tarea de inclusión social; sin embargo, los beneficios se quedaban en pocos operadores políticos.

Estas relaciones asimétricas en términos de poder político entre Estado, campesinos y partidos políticos han sido descritas en términos de clientelismo (Pearse, 1986), prebendalismo (Dandler, 1986), pongueaje político (Albó, 1985), y contienen la idea común de ser situaciones en que la principal preocupación e interés del dirigente son los beneficios lícitos

e ilícitos del puesto público, la acumulación de poder en cierta persona y sobre un territorio, lo que le serviría para otros intercambios políticos, no así la representación de las necesidades campesinas.

El proceso de cuestionamiento a este tipo de intercambio político se extendió a partir 1964, cuando el gobierno lanzó un nuevo “único” impuesto a la tierra y producción agrícola. Entonces, algunos grupos desafiaron la legitimidad y representatividad de la oficialista CNTCB. También reclamaron un *sindicalismo campesino independiente* y se opusieron al Pacto Militar-Campesino por el que el campesinado se comprometía a apoyar a los gobiernos de facto militares (Flores, 1986). Uno de estos sectores que impugnó el rol de la dirigencia fue el grupo Tupaq Katari o Kataristas, con un discurso que combinaba la etnicidad y la clase, que fue capaz de conquistar el apoyo mayoritario.

A fines de la década de 1970, había por lo menos nueve agrupaciones campesinas compitiendo por la representatividad del campesinado. Finalmente, un congreso nacional en 1979 decidió la disolución de varios de esos frentes y la creación de la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), que hasta la actualidad es la mayor instancia aglutinadora de los campesinos del país, tal fue el propósito de la palabra “Única”.

En este contexto de cuestionamiento, unificación y recomposición del movimiento, surgió la propuesta de sumar a las mujeres campesinas a la organización sindical. De acuerdo con las declaraciones de su principal representante, la dirigencia masculina veía en las mujeres una especie reserva moral, pues se las convocó a “hacer cambiar de mentalidad a aquellos que siempre se han puesto al servicio de los gobiernos de turno y se han vendido a los partidos que representan a nuestros explotadores” (Flores *apud* Mejía *et al.*, 1984, p. 23).

Las mujeres, por su parte, llamaron la atención de sus compañeros de varias maneras. La economía familiar fue severamente afectada porque escaseaban los alimentos. El Estado había congelado los precios de los productos agrícolas, mientras que los productos procesados que complementaban la canasta subían de precio, al igual que el costo del

transporte. En ese contexto, ellas asumieron tareas que complementaron los ingresos familiares – confeccionando productos artesanales, vendiendo su fuerza de trabajo o reemplazando la del marido en el trabajo agrícola, entre otras actividades – y a través su trabajo se distribuyeron los alimentos que llegaban como donación humanitaria. Es decir, se hizo evidente su participación en la economía, en los mercados como productoras y como consumidoras, y como un soporte fundamental del hogar (Muñoz, 1986). Al mismo tiempo, muchas actuaron como medios de comunicación con los líderes que estaban en la clandestinidad, canalizando información, refugio y recursos de subsistencia.

Durante las protestas de enero de 1974 – frente a decretos que incrementaban en más del 100% el precio de ciertos productos básicos – sorprendió la participación de las mujeres de Cochabamba. Del 24 al 31 de enero, la población campesina bloqueó las carreteras que conectan a esa ciudad con el resto del país y como respuesta el gobierno dictatorial reprimió. Muchas estuvieron entre las muertas, heridas, desaparecidas de las Masacres de Tolata y Epizana.

En diciembre de 1979 otra medida económica provocó el levantamiento. Las mujeres participaron masivamente en los distintos puntos de bloqueo de carreteras, innovando en las estrategias de movilización. Ellas hicieron la vigilia durante el día y los hombres durante la noche, y se mezclaron con ellos durante los eventos de choque. “Así hemos repartido el peligro” (Mejía *et al.*, 1984, p. 17). Esta táctica, que consiste en usar los rasgos de delicadeza, fragilidad, debilidad, con que se caracteriza a la feminidad, para amortiguar la violencia de la represión policial, se replicaría durante las movilizaciones de las campesinas cocalleras en Cochabamba y en adelante.

Entre 1978 y 1980, una vez reinstaurada la democracia por tiempo breve, hubo un florecimiento de organizaciones de mujeres en el área rural, se organizaron no solo en clubs de madres, centros de promoción de la mujer, comités de amas de casa, sino también en sindicatos, principalmente en Cochabamba y el Altiplano paceño. Poco a poco ellas iban haciendo contactos, reflexionando sobre la situación del país y aprendiendo sobre

el sindicalismo en los seminarios, talleres y congresos que organizaban las organizaciones no gubernamentales (ONG).

Paralelamente, la CSUTCB promovía de arriba hacia abajo la conformación de la federación, creando primero un comité *ad hoc* que recorrió las provincias de La Paz para organizar a las mujeres. Finalmente, la Federación de Mujeres Campesinas de Bolivia 'Bartolina Sisa' nació durante su primer congreso, entre 10 y 12 de enero de 1980, con 1.128 delegadas de todos los departamentos (Sostres, 1986, p. 133).

Emergieron en un ambiente de aparente consenso, pero, a pocos años de su creación, en 1983, su existencia fue cuestionada. Su consolidación fue un proceso contestado por diferentes sectores al interior del movimiento sindical. El contenido de la disputa fue expresado por dos tendencias internas, enfrentó a dos líderes, Lucila Mejía, Secretaria Ejecutiva de la federación de mujeres (cargo más alto en la jerarquía) y Lidia Anti, Secretaria de Vinculación Femenina de la CSUTCB o la organización de predominancia masculina, y se manifestó en estos términos.

La compañera Lucila a su regreso de Holanda empezó a decir que la Federación de mujeres no tendría que seguir afiliada a la Confederación Única sino, más bien, puesto que ya era una organización nacional, debería afiliarse directamente a la COB [Central Obrera Boliviana].

Yo decía, 'si nos afiliáramos directamente a la COB ya no podríamos coordinar con los compañeros campesinos y terminaríamos luchando contra ellos'.

Pero ella decía: 'no vamos a depender siempre de los hombres; tenemos que ser autónomas'.

A eso le respondía: 'tener los mismos derechos que el marido no implica tener que desligarse de él' [...]. Yo prefiero asesorarme con un compañero de la Confederación, preguntarle qué trabajos vamos a hacer, que con una compañera de las minas por muy experta que sea.

Lucila, en cambio, cree que ser autónomas implica no consultar con la organización matriz y asesorarse con mujeres, aunque no sean campesinas (Anti *apud* Mejía *et al.*, 1984, p. 46-47).

Estas posiciones divergentes entre las dirigentes se afianzaron en dos tendencias: una quería la autonomía, o sea, tener la capacidad de tomar decisiones propias, rompiendo con el tutelaje de la CSUTCB y tener el mismo estatus de representación en la Central Obrera Boliviana (COB), y otra entendía que la autonomía significaba dividir, fragmentar, restar fuerzas, debilitar el movimiento.

Tanto autonomistas como integracionistas, influidas por el katarismo como corriente de pensamiento político dominante, basaron sus posiciones en aspectos histórico-culturales. Uno de los elementos comunes en ese sentido fue el uso de Bartolina Sisa como icono de su lucha.

Las integracionistas apelaron a la figura de Bartolina para reafirmar el valor de la complementariedad, entendida como comunión entre hombres y mujeres dados el origen étnico y la pertenencia a la misma clase social. En cambio, para la tendencia autonomista, la lucha de Bartolina por la emancipación tendría como punto de partida la independencia para tomar decisiones, reconociendo que las mujeres campesinas tienen problemas propios que las diferencian de los hombres de su misma clase. Por el contrario, para la tendencia integracionista, hablar de las particularidades de la lucha de las mujeres y del “machismo” implicaba quebrar la unidad, debilitar la lucha principal (Sostres, 1986).

En estos términos se explicitaba la contradicción de género en el movimiento campesino y así surgían las demandas de género en el entorno de la tendencia autonomista que resultó la dominante en la correlación de fuerzas del segundo congreso. Entre las resoluciones del congreso plantearon su independencia orgánica respecto de la CSUTCB, reclamaron su lugar como fuerza autónoma al interior del movimiento sindical y exigieron su incorporación directa a la COB. En definitiva, el voto mayoritario por la autodeterminación de la organización de mujeres supuso una ruptura en los imaginarios del sindicalismo campesino predominantemente masculino y abrió oportunidades a nuevas formas de participación política de las mujeres.

Esta disputa tuvo varios efectos. Sin romper los estrechos lazos que las unen con la CSUTCB, las Bartolinas legitimaron su espacio autónomo de

organización con base en una posición y condición diferenciada de género. Coincidió con Rousseau y Morales Hudon (2017) en que la participación de las Bartolinas junto a la CSUTCB, a modo de *paralelismo de género* les ha permitido canales propios de movilización y representación, que posiblemente no hubieran sido posibles de otro modo.

Desde otro ángulo, en este proceso se priorizó la igualdad política del colectivo, esto es, una organización de mujeres con voz propia, con una representación legítima, tomando decisiones por sí mismas, al lado de otra organización similar con predominio masculino, lo que contrasta con el recorrido del feminismo liberal que privilegió la igualdad a título individual. Pero siendo precisa, se trata de una igualdad política en un sentido formal, más que real pues permanecen asimetrías de poder en el campo sindical que ubican a las Bartolinas en posiciones subordinadas.

Asimismo, la disputa evidenció un proceso de diferenciación con otras mujeres organizadas, tales como los comités de amas de casa de los centros mineros. Si bien ambos colectivos podrían ser vistos como integrando el mismo campo popular, se trazaron líneas divisorias por razón de clase y etnicidad ante mujeres no campesinas.

Otro elemento que derivó de esta disputa fue que las Bartolinas actualizaron en la agenda del movimiento la cuestión de la independencia político-partidaria y el objetivo de la autorrepresentación. No solo ejercieron una crítica y cuestionamiento ante las prácticas clientelares y prebendalistas de la dirigencia campesina, sino que promovieron la autonomía ideológica y organizativa. Resultado de esta etapa de autodefinición, las Bartolinas salieron como un actor válido en la política sindical, aunque todavía necesitado de guía por la inexperiencia y la falta de destreza en el manejo de los asuntos públicos.

Ya no somos escalera de nadie: disputas en torno a la autorrepresentación (1990 - 2002)

Aquí trataré de identificar el papel que jugó la organización en un campo de conflicto en el que se disputaron nuevamente los términos de la participación de los campesinos indígenas en el Estado.

Como se vio, líderes campesinos no solo mantuvieron una estrecha relación con los gobiernos de turno y los partidos políticos, sino que muchos operaron como agentes u operadores rurales. Dado que eran el segmento poblacional más numeroso, para propósitos electorales, los partidos intentaron obtener su apoyo por medio de acuerdos y alianzas. Pero no solo se adscribieron a partidos o bloques políticos cuyo contenido de clase era distinto, los campesinos también conformaron sus propios partidos políticos de carácter étnico y participaron en los procesos electorales directamente, aunque con éxito limitado. Entre los más destacados están el pionero Partido Indio de Bolivia (PIB) de Fausto Reinaga (1970), el Movimiento Indio Tupac Katari (MITKA) (1975); el Movimiento Revolucionario Tupac Katari (MRTK) (1978); su división, el Movimiento Revolucionario Tupac Katari de Liberación (MRTKL) (1985) (Ticona, 2000).

Por tanto, la cuestión no es si los campesinos participaban o no en el Estado, sino en qué condiciones lo hacían. Las interpretaciones, en su mayoría, sugieren que se ha tratado de una participación que dependía de las intermediaciones culturales y políticas, y en ese sentido, que muchos dirigentes subordinaban sus necesidades a las del gobierno o partido, dejaban de lado sus propias reivindicaciones de clase o sectoriales y asumían la agenda política de aquellos a cambio de su continuo apoyo político.

Lo que aquí se sugiere es que se trató generalmente de una participación esporádica, reducida a ciertos individuos que no trabajaban en torno a una agenda campesina como tal, sino que se articulaban a estructuras partidarias jerárquicas o *redes de dominación* (Knoke, 1990). Estos individuos acumulaban cierto poder personal más allá de las normas burocráticas y asumían complejas funciones institucionales con base en los contactos e

intercambios entre los de la base y los de la cúpula (Pearse, 1986, p. 358-359). Sin embargo, no se puede hablar de una cooptación, habría que matizarla pues el movimiento siguió desplegando acciones de protesta y rebelión, y paulatinamente construyeron una agenda propia.

La decisión de participar en el Estado sin intermediación emergió gradualmente, a partir de varias corrientes internas del movimiento indígena campesino. Entre ellas resaltan las reflexiones indianistas y kataristas que recuperaban la memoria de las luchas indígenas contra los regímenes colonial y republicano, y donde también circulaban discursos marxistas.

El indianismo, surgido en la década de 1960 entre migrantes e hijos de migrantes aymaras en la ciudad de La Paz, expuso cómo el Estado del 52 y su proyecto nacional-popular reproducían la dominación colonial y racista (Reinaga, 1969). De estas reflexiones bebió el katarismo, pero su cuestionamiento puso énfasis en el proceso de exclusión y marginamiento económico, político y cultural, apuntando a la explotación y dominación que los indios viven no solo como clase, sino también como pueblo; planteó la lucha frente al Estado desde su identidad étnica. Ante este proyecto se erigieron dos visiones contrarias.

Un ala del katarismo, la que obtuvo más apoyo dentro de la estructura sindical campesina, apuntaba a la reforma del Estado desde dentro; es decir a la inclusión de los pueblos indígenas campesinos en el Estado por vía del reconocimiento de la pluriculturalidad o multinacionalidad; la otra, buscaría la autodeterminación de los pueblos como vía de su emancipación y desarrollo.

Los Kataristas interpelan al Estado por su no reconocimiento de Bolivia como país pluri-multicultural, planteando de esta manera la necesidad de reformar el Estado. Mientras los indianistas plantean la necesidad de la autodeterminación de las naciones originarias como la única posibilidad real de la pluri-multiculturalidad (Patzí, 2007, p. 40).

En la década de 1980, ambas tendencias decantaron en organizaciones políticas de diferente cuño. Desde el ala reformista y sujetándose a los principios liberales de la dinámica estatal, el Movimiento Revolucionario

Tupaj Katari de Liberación (MRTKL) compitió en los procesos electorales a partir de 1985. Su representante, Victor Hugo Cárdenas, llegó a la vicepresidencia a través de una alianza con el MNR, la cual resultó en el gobierno que implementó el neoliberalismo. Desde la postura de la autodeterminación de los pueblos, que reivindicaba las formas propias de organización y gobierno, operó el Movimiento Indio Tupaj Katari (MITKA), con fuerte influencia indianista. Posteriormente, esta organización creó su brazo armado: el Ejército Guerrillero Tupaj Katari (EGTK) que realizó acciones armadas entre 1991 y 1992, afectando infraestructura de la red energética principalmente.

En lo que sigue, sugiero que las Bartolinas, en articulación con la CSUTCB, de tendencia reformista – dentro del espectro indianista-katarista que acabamos de ver –, ha jugado un papel fundamental en la reformulación de los nuevos términos de relación con el Estado al plantearse y luchar por la autorrepresentación. Las Bartolinas, a partir de su acción movilizadora, promovieron la independencia ideológica y organizativa; es decir, una participación política no mediada por otras organizaciones políticas.

Mujeres cocaleras atravesando intermediaciones

Entre 1980 y 1985, la crisis de la deuda tuvo su peor expresión en la inflación acumulada de 24.000%. Para superar esta debacle, el gobierno asumió el paquete de políticas de estabilización y ajuste que significaron el repliegue estatal de la economía y su achicamiento. A través de una política de *shock* se ordenó el despido de alrededor de 35 mil trabajadores públicos, entre ellos, 20 mil mineros. De esta manera, irónicamente, el partido del nacionalismo revolucionario, el MNR junto a un partido indigenista, el MRTKL provocaban el colapso del movimiento obrero. A pesar de sus esfuerzos, la COB no pudo reposicionarse como fuerza política. A medida que iba declinando, otro sector emergía: el movimiento de campesinos de productores de coca.

Miles de extrabajadores mineros y campesinos se desplazaron al oriente del país y principalmente la provincia Chapare de Cochabamba⁵ para dedicarse al cultivo de coca principalmente. Entre 1976 y 1992 la población en esta región se incrementó de 32.836 a 108.276 habitantes, la mayor parte de origen quechua y aymara – un 81% de habla quechua (Zegada, 2002, p. 133). La producción de coca era una actividad rentable por varios factores – algunos inherentes al tipo de cultivo y la demanda interna, y porque una parte de la producción ha estado inserta en el circuito internacional del narcotráfico.

En estas condiciones, como sector económico en auge, aunque bajo la estigmatización social y una permanente represión militar en el contexto de la “Guerra contra las drogas”,⁶ proliferaron organizaciones sindicales de cocaleros. Este sector se volvió uno de los más combativos entre el movimiento campesino y popular, combinando experiencias organizativas mineras, campesinas y comunitarias.

El movimiento cocalero logró articular un eje reivindicativo fundamental que le permitió conformar alianzas importantes tanto con la CSUTCB, organización matriz de los campesinos, como con el emergente movimiento indígena del oriente y con algunos partidos políticos de izquierda. Las organizaciones cocaleras reformularon el clivaje nación/antinación al hacer de la coca un elemento propio de la cultura boliviana agredida por el “imperialismo”. Ampliando este argumento, el movimiento cocalero se asumía como defensor de la soberanía nacional y la cultura, en contraposición al gobierno de quien decían que obedecía al imperialismo yanqui (Stefanoni, 2003, p. 20-21).

⁵ Chapare es una región subtropical de grandes extensiones de selva que han operado como fronteras naturales, reservas de la biodiversidad y territorios de pueblos amazónicos. Está vinculada al oriente y occidente por la carretera panamericana, parte de un corredor bioceánico.

⁶ La Ley 1008 – Ley del Régimen de la Coca y Sustancias Controladas – del 19 de julio de 1988, constituye el marco legal que regula las políticas estatales frente a la coca. El mandato es la erradicación forzosa (con uso de la fuerza militar) de los cultivos excedentarios y en las zonas de producción ilícita.

A partir de la década de 1990, las mujeres empezaron a asumir un rol más activo⁷ en el movimiento cocalero, primero en acciones de autodefensa espontánea contra la represión. Ellas actuaron para defender su hogar y su medio de vida (el cultivo de coca) y lo hicieron primero a partir de los roles de reproducción y cuidado, en su condición de generadoras de vida, madres de los hombres que estaban siendo asesinados y guardianas de la economía familiar (Ramos, 2014). Luego se organizaron, salieron en las primeras filas de las marchas, apelando a los imaginarios de feminidad. Claro que fueron golpeadas, su cuerpo actuó a manera de escudo – para frenar la violencia hacia los hombres, arriesgaron su vida; no salieron ilesas, pero asumieron con orgullo ese sacrificio. En una relación dinámica, la estructura sindical pudo reconocer ese compromiso. Así, ellas obtuvieron por sí mismas la legitimidad de su organización, separada de la de los hombres (Ramos, 2014, p. 125-140). El 12 de enero de 1995 se conformó la primera de tres federaciones de mujeres cocaleras que se fundaron ese año. Así, las mujeres lograron trascender roles tradicionales y conformar organizaciones independientes de los hombres debido a un conjunto de necesidades sentidas tanto por hombres como por mujeres.

Con todo, el evento que marcó un antes y un después en la participación política de las mujeres fue la “Marcha por la defensa de la vida, la hoja de coca, los derechos humanos y la soberanía nacional” (diciembre 1995-enero 1996) porque fue una marcha de las mujeres – ellas tuvieron la iniciativa y la acordaron con los hombres; ellos participaron en la movilización como “apoyo”.

De manera inédita las mujeres se presentaron como *representantes* de un movimiento social para negociar con el gobierno sobre una agenda de demandas. Lo que se destaca de esta experiencia es que, para poder participar y hacer escuchar su voz en el espacio público, las mujeres cocaleras

⁷ Ellas no participaron en la organización sindical hasta que fue necesario, pues el criterio para la afiliación al sindicato era la propiedad de la tierra y esta generalmente estaba en manos de un hombre. Participaron viudas, mujeres solas que suplían al titular (abandono, migración u otro) y las pocas propietarias de tierra. Desde la década de 1980 se creó en los sindicatos la cartera de Vinculación Femenina, pero sus funciones se limitaban a atender problemas y necesidades domésticas de la organización y la comunidad.

debieron sortear distinto tipo de intermediaciones: la intermediación de los hombres de su organización, así como de los partidos políticos como monopolizadores de la representación política.

El presidente y vicepresidente, finalmente, no aceptaron dialogar con ellas; en su lugar enviaron a sus esposas. En términos bourdianos, los “políticos profesionales” consideraron a las dirigentes cocaleras “profanas” y descalificaron su papel de actor político, aunque ellas gozaban de la representatividad de su base. Y como dice Ramos, el diálogo “de mujer a mujer” reunió a un grupo de mujeres dirigentes de un sector social subordinado en términos étnicos y de clase, con otras mujeres subordinadas en términos de poder político (Ramos, 2014, p. 137-40). Así se verificaba una condición de subordinación estructural que atravesaba clases sociales pero que tenía matices innegables de acuerdo a la posición de cada persona y grupo en la sociedad.

Aunque fue una derrota política, las mujeres cocaleras abrieron las posibilidades para que otras puedan participar de manera autónoma y separada de los hombres. Poco después las cocaleras asumieron la dirección de la Federación Nacional Bartolina Sisa.

Las Bartolinas y la creación del Instrumento Político

Las mujeres campesinas, en sus propios términos, plantearon la no intermediación económica ni política ya a fines de 1970. Ellas sostenían que el intermediario, en el mercado, gana más plata por los productos que los campesinos cultivan; de igual manera, el intermediario político se beneficia del esfuerzo de los campesinos, quienes son los que bloquean, marchan, hacen huelga, dan sus vidas. En esos años ya demandaron no ser escalera de nadie (Muñoz, 1986, p. 374-376).

La metáfora de la escalera fue empleada muchas veces por las dirigentes en diversos contextos. Su trasfondo refiere a su conciencia de ser la estructura sobre la cual algunos ascienden. En otras palabras, apela al poder que son y que confieren a otros. Así se refiere una dirigente.

Analizamos quién llevaba el poder y quién hacía al poder; a quién empoderábamos. En los ampliados se hacía todo eso, entonces, veíamos que nosotros mismos dábamos el poder a alguien, y que para las elecciones nos utilizaban, y de esa forma hemos decidido; ¿Por qué nosotros no construimos nuestro propio instrumento y lo fortalecemos más? (Ramos *apud* García, 2015, p. 67).

La idea de conformar un instrumento político propio de las organizaciones indígenas-campesinas ya es mencionada en un congreso en 1988 y va madurando hasta ser una tesis promovida por el movimiento cocalero en la década de 1990. Esta tesis recoge los sentimientos de frustración acumulados por fallidos intentos de incidir en el Estado a través de la intermediación de partidos políticos de izquierda, e incluso las incursiones a través de partidos propios, que habían terminado en fracasos, frustraciones y fragmentaciones. Por tanto, la propuesta pretendía no repetir los errores del pasado.

En el congreso de marzo de 1995 se funda el instrumento. En este evento, además de la CSUTCB, participan la Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia (CSCB), la Federación de Mujeres Bartolina Sisa y la Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB) a través de la Central de Pueblos étnicos de Santa Cruz (CEPESC).

La decisión no fue unánime, tuvo resistencias. Como se ha señalado, había posiciones radicales de transformación social, incluso por medio de la lucha armada. La tesis del instrumento tuvo mayor apoyo. Este se basaría en el reconocimiento y la participación indígena dentro del Estado boliviano, asumiendo las posibilidades disponibles desde las estructuras liberales vigentes, esto es, por medio de los procesos electorales para ocupar las instituciones representativas. Eso sí, sus posibilidades de éxito para llegar al poder dependerían de dos factores: la unidad de las organizaciones campesinas indígenas en esta apuesta, y el hecho de ser una mayoría poblacional entre hombres y mujeres, militantes y afines.

La vía fue usar las mismas estructuras de base territorial (la estructura sindical) para operar políticamente, no crear una estructura distinta; es decir establecer un vínculo orgánico entre las organizaciones y el instrumento

político para mantener una adhesión permanente. De los mismos sindicatos, centrales, subcentrales saldrían las candidaturas y representantes.

A partir de la creación del instrumento, las Bartolinas militan con un pie en su organización y el otro en el instrumento. Esta doble militancia ha tenido la particularidad de permitir en ciertos casos la transferencia y validación de capitales entre el campo sindical y el político partidario. Esto ocurrió, por ejemplo, cuando hasta tres grupos se disputaron el liderazgo del instrumento entre 1999 y 2002. En ese contexto de inminente fragmentación, las dirigentes de la federación de Cochabamba lograron preservar la unidad y reconducir el proceso de manera consensuada. En reconocimiento, algunas fueron nominadas para cargos en el Estado y otras ascendieron en la estructura sindical. De igual manera, destaca el caso de Silvia Lazarte, fundadora de las organizaciones de mujeres cocALERAS que llegó a ser la presidenta de la Asamblea Constituyente.

Disputas en torno a la participación en el Estado (2002 - 2018)

Las Bartolinas, junto a otras organizaciones sociales, enfrentaron a los gobiernos del régimen neoliberal. Durante la década de 1990, desplegaron un amplio repertorio de movilizaciones que incluyeron marchas hacia la sede de gobierno, bloqueos de carreteras, huelgas, manifestaciones etc. Pero, fue entre los años 2000 y 2005 que se desplegó el proceso de cuestionamiento al Estado y al sistema de representación de mayor trascendencia – por sus efectos –, en el que múltiples luchas se articularon, emergieron y fueron transformándose.

El año 2000 opera una inédita alianza urbano/rural de campesinos, obreros, profesionales, vecinos y pobladores de Cochabamba, que logró impedir la privatización del servicio de agua y defender los derechos de usuarios en la llamada “Guerra del Agua”. En mayo de 2002, de Santa Cruz partió la cuarta marcha de pueblos indígenas de tierras bajas “Por la soberanía y la dignidad” que se unió en el altiplano a indígenas y campesinos

de tierras altas. Entre los acuerdos logrados estaba la demanda de una Asamblea Constituyente.

Bajo la conducción de las organizaciones indígenas/campesinas, se conformó un *bloque social compuesto* (García, 2005) que protagonizó una serie de protestas y enfrentamientos el año 2003, culminando en la dramática “Guerra del Gas”, que detuvo el proyecto de venta de gas por puerto chileno, y derivó en la destitución del Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada. En este contexto, las organizaciones sociales de mayor convocatoria (CSUTCB, Bartolinas, COB y otros) reactualizaron la demanda de una Constituyente.

Esta crisis permitió la manifestación de clivajes históricos no resueltos en términos de clase, etnicidad y ciudadanía y en torno a ellos la articulación de bloques antagónicos, uno conformado por sujetos colectivos del campo popular y otro de élites políticas y económicas tradicionales. Las disputas, en todo caso, trascendieron a los actores que intervinieron y se extendieron hasta la Asamblea Constituyente, siendo el nuevo texto aprobado uno de los medios de resolución.

El otro campo donde se dirimió la disputa fue el electoral. Siendo una organización política con un pie en el sistema representativo y otro en las organizaciones sociales, el MAS se proyectó como un mecanismo de institucionalización de las demandas sociales, así capitalizó la fuerza política de las luchas sociales y adscribió la agenda de construcción plural en su programa electoral. Desde el año 2002 fue ganando espacios en el Estado, ese año Evo Morales, como candidato presidencial, alcanzó el 21% de votos. La presencia del MAS en los gobiernos municipales también se incrementó exponencialmente. En 1995 había ganado en 3,5% de las alcaldías, y para 2005, dirigía 84% (García Yapur et al., 2014, p. 141). El 2005, Morales es elegido presidente con más del 50% de apoyo, y son la mayoría en el Congreso.

En esta parte sugiero que en un contexto de consecutivas victorias electorales y político-institucionales del MAS, desde 2005, y su consolidación hegemónica en 2009, copando los lugares de poder a lo largo y ancho

del territorio nacional, la disputa principal giró en torno al alcance de la participación en el Estado.⁸ Este escenario fue un gran momento de disponibilidad para la participación plena de las Bartolinas, sin embargo, han sido sujetas al disciplinamiento y contención por parte de su entorno.

Las Bartolinas, durante este periodo, desplegaron su doble militancia, como líderes de una organización de la sociedad civil y como militantes del partido de gobierno. Su rol de “guardianas del proceso” adquirió notoriedad durante el proceso constituyente tanto en las calles como en el hemiciclo (Zegada, 2011). De igual manera, se posicionaron como defensoras del gobierno durante el conflicto por la construcción de una carretera que atravesaría un parque y territorio indígena en 2010, y en 2016, a propósito de la disputa por la reelección de Evo Morales por cuarta vez consecutiva y ante los resultados de un referendo que no aprobaba ese cambio en la Constitución Política. Su compromiso con la gestión política del MAS-IPSP y del presidente llegó al punto de sacrificio, cuando algunas de sus dirigentes que ejercieron como ministras de desarrollo rural asumieron solas la responsabilidad por malos manejos económicos del Fondo Indígena, cuando otras autoridades también estaban involucradas.

Desde 1990 en adelante, las Bartolinas fueron incrementando su capital político, individual y colectivamente. En su desplazamiento por distintos escenarios institucionales fueron incorporando competencias propias de la dirigencia, como la oratoria, la conducción de eventos, mejoraron sus herramientas de reclutamiento, de gestión institucional y económica. También participaron en procesos de reflexión ideológica y formación política. Durante los eventos de protesta fortalecieron sus lazos y reafirmaron sus compromisos colectivos, soportaron persecución política, represión y violencia. Todos estos aprendizajes conformaron su *capital militante*, esto es, el cúmulo de saberes y maneras de hacer, aprehendidas e incorporadas en la forma de técnicas, de disposiciones a actuar, pasibles de conversión, en contextos de acción colectiva (Matonti; Poupeau, 2004, p. 7-8).

⁸ No significa que otras contradicciones y disputas no se hayan expresado o congregado a diferentes actores, pero lo hicieron coyunturalmente.

A partir de él, pero articulado al compromiso demostrado en todos los escenarios, las dirigentes fueron obteniendo el reconocimiento y la confianza de sus bases y de sus pares. Muchas mujeres destacaron por su sentido de servicio a la colectividad bajo un principio de reciprocidad, consiguiendo recursos diversos, informando, entrenando a otras mujeres etc. He denominado *capital orgánico* a la red de relaciones de representación y reciprocidad que se expresa en cargos, en votos, en reconocimiento social, en legitimidad, y proviene del vínculo con la base social, ya sea en el entorno de la organización social o del instrumento político.

Mientras el proceso de movilización de recursos y acumulación de capital militante gira en torno a la dirigente en términos individuales, el reconocimiento o la valoración de aquel capital es un proceso colectivo que involucra a la persona y al resto de los participantes del campo político sindical. En el caso de las Bartolinas, la base social tiene un papel fundamental, porque es la que otorga confianza, delega autoridad en las dirigentes. A su vez, esto les permite un incremento en su poder de negociación y una mejor posición en el escenario político.

A pesar de una trayectoria de empoderamiento, las Bartolinas no participaron en el gobierno con la fuerza ni en la proporción que esperaban, aun siendo la única organización exclusivamente de mujeres del MAS-IPSP. ¿Por qué?

Ellas demandaron 50% de los espacios de decisión en su propuesta *Anteproyecto Ley de Igualdad y no de Cuotas* de 2003, impugnando la cuota del 30% vigente. Pero haciendo un repaso de la participación de las Bartolinas en cargos legislativos a nivel nacional, se tiene que la mayor presencia fue en la Asamblea Constituyente (2006-2008) con un 33% en relación al total de mujeres y un 22% en relación al total de asambleístas del MAS-IPSP. Posteriormente, pese a que se incorpora la paridad como criterio de diseño de listas de candidatura,⁹ es decir la presencia de mujeres en un 50%, su participación efectiva ha sido muy escasa en relación al total

⁹ La normativa que pone en vigencia la paridad es la Ley del Régimen Electoral de 2010.

de representantes del MAS – ellas han sido el 7% en 2009 y 17% el 2014 (Órgano Electoral Plurinacional).¹⁰

Una explicación es que sus capitales militante y orgánico no fueron validados o convertidos con facilidad y, en la mayor parte de los casos, fueron considerados ilegítimos en el campo institucional. Tuvieron que disputar cada espacio y en el nivel central fueron, en general, desplazadas por mujeres urbanas con credenciales profesionales.

La incorporación de las Bartolinas al Estado, en sus diferentes niveles, ha estado enmarcada en una dinámica compleja de disputa por el poder. Al mismo tiempo que el MAS ha consolidado su posición hegemónica en los territorios, el poder de decisión se ha ido concentrando en las instancias cupulares, desplazando hacia los márgenes la intervención de las organizaciones sociales que lo componen. El estudio ha explorado los procesos de selección de candidaturas a nivel municipal en Cochabamba y estos son los hallazgos.

Son escenarios de disputa donde las dirigentes, casi en solitario, pugnan el puesto con varios hombres, nivel por nivel, en un contexto cada vez más contencioso. En muchos casos, cada grupo elige a sus candidatos y diseña su plancha. En estos casos una instancia superior del instrumento dirime el conflicto ante la ausencia de mecanismos formales, dando cabida a una permanente renegociación. El elemento común es que las instancias de decisión final son de composición casi exclusivamente masculina.

Con el desplazamiento del centro de toma de decisión desde las organizaciones hacia las instancias dirigenciales del MAS-IPSP se rompe el equilibrio que tendría que existir entre organizaciones campesinas e instrumento político. Se quiebra la lógica de los mecanismos propiamente orgánicos campesinos de elección de representantes. En ese sentido, es un intercambio desigual en detrimento de las organizaciones, y, en este marco, las piezas más débiles pueden ser eliminadas, pues ante las nominaciones de procesos ‘desde abajo’ se impone una negociación y validación desde la cúpula. Por ahora uno de los recursos en el que se apoyan las mujeres

¹⁰ <https://atlaselectoral.oep.org.bo/#/>

es en su condición de género, ya que es un requisito para la mitad de las postulaciones, a partir de las medidas de paridad.

Otro fenómeno que ha rodeado la participación de las Bartolinas en el Estado se relaciona con el acoso político como forma de disciplinamiento. Puede iniciar en el proceso de selección de candidaturas, o durante el ejercicio de funciones. El *modus operandi* es el siguiente. A media gestión el suplente moviliza a sus bases u organizaciones sociales afines, quienes presionan a las titulares a renunciar, incurriendo muchas veces en violencia física. ¿Cuál es el argumento?

Se ha manipulado el mecanismo de la alternancia, el que sirve a la organización de las listas de manera secuencial e intercalada por género. Por medio de un uso patriarcal del mecanismo de paridad, empezó a funcionar como alternabilidad en el ejercicio del cargo entre titular mujer y suplente hombre: “las mujeres media gestión y los hombres media gestión”. Este recurso es presentado como una regla del juego político para todos/as, pero su aplicación solo es exigida a las mujeres y principalmente a las mujeres campesinas indígenas, en municipios rurales. De esa manera, por medio de una articulación de violencias, se ha obligado a muchas mujeres a renunciar.¹¹ Sin embargo, llama la atención que sean principalmente mujeres y campesinas las que no han callado ante las prácticas de violencia política y, entre las entrevistadas, destaca una líder, exconcejal del municipio de Tiquipaya, cuyo caso expuesto en medios masivos fue uno de los primeros en los que la defensa de su derecho político y deber de fiscalización llegó a costarle la expulsión del instrumento;¹² posteriormente se han dado otros casos de expulsión de mujeres por discrepancias políticas.

Balance de la doble militancia de las Bartolinas

Los estrechos vínculos entre las organizaciones sociales y su instrumento político han permitido una fluidez en el tránsito de un espacio a otro. Pero

¹¹ Entre 2000 y 2009 registró 249 casos de acoso a concejalas y el 41% de ellos fue por presión para la renuncia. Solo el 28% de los casos son denunciados (ACOBOL, 2013).

¹² Para resguardar la seguridad y la trayectoria de las dirigentes, no se revelan sus nombres reales.

las dinámicas de cada uno son diferentes y emergen tensiones a propósito del dominio del instrumento en la gestión política.

Desde la federación se espera que su compromiso principal sea con las comunidades, conformando sus organizaciones de base, fortaleciendo liderazgos nuevos. Hacer el recorrido nivel por nivel, garantizaría su capital orgánico, saltar estos pasos podría significar aprovecharse de la organización. En cambio, desde el instrumento, otras competencias son requeridas y otros capitales además del orgánico son valorados. Lo que se espera de ellas es que tengan éxito en las competencias electorales para asegurar su hegemonía. Muchas mujeres son convocadas para ser candidatas y autoridades sin exigirles una trayectoria de cargos, cuando tienen otros recursos y capitales valiosos.

En el contexto de la organización social no es socialmente aceptado que las personas permanezcan en el poder indefinidamente sino solo por dos años, pero ocurre lo contrario en el instrumento político porque hay una necesidad de formación de cuadros, y una tendencia casi natural hacia la burocratización. Producto de esta burocratización y la formación de cuadros, algunas dirigentes se han quedado en el entorno del MAS y en puestos de gobierno, y solo acuden a las organizaciones para la confirmación de un poder que es delegado directamente por el instrumento. El correlato de este proceso ha sido el cambio de residencia, de estilo de vida hacia uno más ciudadano. De esta manera se han establecido las distancias entre las trayectorias orgánicas y las políticas, en términos de clase también.

Después de casi cuatro décadas, muchas dirigentes sostienen que la militancia está cambiando. La demanda de líderes de arriba hacia abajo que es una característica de las formas asimétricas de relacionamiento entre Estado y movimiento, sumada a la capacidad que supone el gobierno como fuente de empleo público o como proveedor de otro tipo de prebenda están actuando como elemento movilizador entre las mujeres. La organización y la dirigencia estarían siendo tratadas como plataformas para acceder al instrumento y de allí a la administración pública. “Ahora todas quieren ser Bartolinas”, dice Elena (ex Secretaria Ejecutiva, ex asambleísta constituyente).

La dirigencia que emerge, a diferencia de la previa al momento hegemónico del MAS, habría descuidado sus compromisos con las mujeres, las comunidades, los territorios, y con el país, a pesar de controlar el poder del gobierno, se trataría de una representación simbólica, sin un contenido sustantivo. Julia (dirigente y ex diputada) sostiene que las organizaciones han dejado de dar la línea política “no hay una propuesta, no hay proyecto político”.

Conclusiones

La trayectoria y experiencias analizadas aquí muestran que las perspectivas plantean un escenario desafiante para la organización de mujeres, sus dirigentes y el movimiento en general.

A diferencia del componente masculino, las mujeres campesinas indígenas estuvieron al margen del Estado y del sistema político hasta la década de 1990. En una primera etapa de organización, aprovecharon un resquicio para participar en el movimiento indígena con voz propia y desde su condición diferenciada de género.

En una segunda fase, esa pulsión autonomista tuvo reverberaciones y se sumó a otras corrientes indigenistas que promovieron la autorrepresentación y la conformación del propio instrumento político. En ese entorno fértil de lucha del movimiento campesino, indígena y popular contra el neoliberalismo y los modelos excluyentes de Estado nación, las mujeres transitaban hacia la política institucional en condiciones muy precarias, con sus herramientas y recursos limitados, y aun así tuvieron importantes logros por sí mismas. De a poco construyeron y acumularon su capital político, principalmente desde el componente *orgánico*.

En la última década ha ocurrido un proceso de subordinación de las dinámicas y liderazgos campesinos. A medida que el instrumento se ha consolidado en el gobierno, la atención y los intereses se han dirigido allá. La vía de acceso de las organizaciones al Estado, necesariamente, ha sido el MAS-IPSP, y en ese sentido este ha predominado en el establecimiento de las reglas de juego. Consecuentemente, los perfiles están modificándose

para incorporar cualificaciones y competencias formales del campo político partidario, en desmedro en muchos casos de trayectorias de servicio. Además, estos cuadros deben alinearse a los mandatos de la cúpula del instrumento. Muchas mujeres campesinas indígenas, aun siendo legítimas representantes, han sido desconocidas, repelidas y disciplinadas para contener su participación política cuando no ha convenido a los intereses hegemónicos partidarios.

Entonces, el empoderamiento de las campesinas se ha desarrollado en un contexto en que, por un lado, la organización y el movimiento, en general, han delegado su capacidad de mando a cambio de la posibilidad de que el copamiento del Estado les brinde algún beneficio; por otro lado, la autonomía del movimiento ha sido desarticulada en sus formas y contenidos de representación propios toda vez que los segmentos cupulares y masculinos del instrumento han restringido la autonomía de su voz.

De ahí que se ha reproducido, en otros términos, una transacción *asimétrica de poder* que ha favorecido la fuerza del segmento burocrático del instrumento político en desmedro de la base campesina cuyos líderes no logran ser reconocidos, ni sus capitales validados. En el *tránsito institucional* del movimiento campesino indígena, la disputa por la hegemonía y el poder estatal ha requerido una constante sustitución de los representantes de sectores campesinos indígenas y populares en favor de las necesidades partidarias, de ahí que la fibra que aglutinaba a las diversas partes de la organización se ha debilitado y enfrenta un proceso de fragmentación de nuevo cuño.

De manera paradójica, si bien lograron muchos de sus objetivos principales, siendo una fuerza política hegemónica, se ha producido un reflujo en su capacidad crítica e interpeladora, que también ha sido restringida desde los nuevos centros de poder. De ahí la sensación de que el rol y la misión de la organización han cambiado y hay una desorientación en el sentido de la acción política.

El dilema de la autonomía del movimiento indígena por ahora se está expresando en procesos de fragmentación. Ante una dinámica verticalista y cupular, los liderazgos que no son validados por el instrumento están

buscando otras vías de expresión. En el otro sentido, en general, las nuevas organizaciones políticas que se desprenden del instrumento apuntan a la reconducción del proceso de cambio que planteó el MAS-IPSP en un inicio, desde formas de hacer política y un contenido más cercano a la población y recogiendo la experiencia acumulada en esta trayectoria.

Claudia Cecilia Arce Cuadros es Doctora en Ciencias Sociales con especialización en Estudios Andinos (FLACSO Ecuador).

✉ claudiaarcecuadros@gmail.com

Referencias

1. ALBÓ, Xavier. De MNRistas a kataristas: campesinado, Estado y partido, 1953-1983. *Historia Boliviana*, v. 1-2, 87-128, 1985.
2. ASOCIACIÓN DE CONCEJALAS DE BOLIVIA – ACOBOL. *El acoso y la violencia política hacia las mujeres en Bolivia*. Avances formales y desafíos reales para la igualdad. La Paz: GIZ ACOBOL, 2013.
3. BOURDIEU, Pierre. *Propos sur le champ politique*. Lyon : Presses Universitaires de Lyon, 2000.
4. DANDLER, Jorge. Campesinado y reforma agraria en Cochabamba (1952-53): Dinámica de un movimiento campesino en Bolivia. In: CALDERÓN, F.; DANDLER, J. (comp.). *Bolivia: la fuerza histórica del campesinado*. Cochabamba: CERES-UNRISD, 1986. p. 205-74.
5. FILLIEULE, Olivier. Propuestas para un análisis procesual del compromiso individual. *Intersticios: Revista Sociológica de Pensamiento Crítico*, v. 2, p. 197-212, 2015.
6. FLORES, Gonzalo. Estado, políticas agrarias y luchas campesinas: revisión de una década en Bolivia. In: CALDERÓN, F.; DANDLER, J. (comp.). *Bolivia: la fuerza histórica del campesinado*. Cochabamba: CERES-UNRISD, 1986. p. 443-542.
7. GARCÍA, Álvaro. La lucha por el poder en Bolivia. In: GARCÍA, Á. et al. *Horizontes y límites del Estado y el poder*. La Paz: Muela del Diablo, 2005.

8. GARCÍA YAPUR, Fernando (coord.). *No somos del MAS, el MAS es nuestro*. Historias de vida y conversaciones con campesinos indígenas de Bolivia. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia-CIS, 2015.
9. GARCÍA YAPUR, Fernando; GARCÍA ORELLANA, Luis; SOLIZ ROMERO, Marizol. "MAS legalmente, IPSP legítimamente". Ciudadanía y devenir Estado de los campesinos indígenas en Bolivia. La Paz: PIEB, 2014.
10. KNOKE, David. *Political networks: the estructural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
11. MATONTI, Frédérique; POUPEAU, Franck. Le capital militant. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 55, p. 5-100, 2004.
12. MEJÍA, Lucila et al. *Las hijas de Bartolina Sisa*. La Paz: HISBOL, 1984.
13. MUÑOZ, Blanca. La participación de la mujer campesina en Bolivia: un estudio del Altiplano. In: CALDERÓN, F.; DANDLER, J. (comp.). *Bolivia: la fuerza histórica del campesinado*. Cochabamba: CERES-UNRISD, 1986. p. 364-99.
14. PATZI, Felix. *Insurgencia y sumisión*. Movimientos sociales e indígenas (1983-2007). La Paz: Yachaywasi, 2007.
15. PEARSE, Andrew. Campesinado y Revolución: el caso de Bolivia. En CALDERÓN, Fernando; DANDLER, Jorge (comp.). *Bolivia: la fuerza histórica del campesinado*. Cochabamba: CERES-UNRISD, 1986, p. 313-361.
16. RAMOS, Sandra. *Transformaciones en la participación política de las mujeres: formación de las federaciones de mujeres campesinas del Chapare, 1994-2000*. La Paz: IIS-UMSA, 2014.
17. REINAGA, Fausto. *La revolución india*. La Paz: Ediciones PIB 1969.
18. ROUSSEAU, Stéphanie; MORALES HUDON, Anahí. *Indigenous women's movements in Latin America*. Gender and ethnicity in Perú, México and Bolivia. Nueva York: Palgrave MacMillan, 2017.
19. SILVA, Marcelo K.; OLIVEIRA, Gerson de L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de economia solidaria no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, v. 13, n. 28, p. 86-125, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300005>
20. SOSTRES, María F. El largo camino en la búsqueda de la identidad. In: ENCUESTRO DE ESTUDIOS BOLIVIANOS, III, 1985, Cochabamba. *Historia y evolución del movimiento popular*. Cochabamba: CERES, 1986. p. 131-151.
21. STEFANONI, Pablo. *El nacionalismo indígena como identidad política: la emergencia del MAS-IPSP (1995-2003)*. In: MOVIMIENTOS SOCIALES Y NUEVOS CONFLICTOS EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, Buenos Aires, 2002. *Informe final* [...]. Buenos Aires: CLACSO, 2003.
22. TICONA, Esteban. *Organización y liderazgo aymara*. La experiencia indígena en la política boliviana 1979 -1996. La Paz: Plural, 2000.
23. ZAVALETA, René. *Lo nacional-popular en Bolivia*. México: Siglo XXI, 1986.

24. ZEGADA, María Teresa (coord.). *La democracia desde los márgenes: transformaciones en el campo político boliviano*. La Paz: CLACSO; Muela del Diablo, 2011.

25. ZEGADA, María Teresa. Dinámica Política en el Trópico: Actores, conflictos y estrategias destructivas. In: ARGANDONA, Á.; ASCARRUNZ, C. (comp.) *Seminario Futuro del Trópico de Cochabamba*. Escenarios para el Desarrollo Sostenible. Cochabamba: UMSS-CEP, 2002.

26. ZEGADA, María Teresa; KOMADINA, George. *El intercambio político, indígenas/campesinos en el Estado Plurinacional*. Cochabamba: CERES-Plural, 2017.

Recibido: 13 mayo 2021.

Aceptado: 29 jun. 2022.

<http://doi.org/10.1590/18070337-116463>

Catharine MacKinnon e o sexo como dominação

Luis Felipe Miguel* 

Resumo

O artigo discute a obra da jurista feminista Catharine MacKinnon e, em particular, sua recusa radical à noção liberal de “consentimento”. Para a autora, a sexualidade é a expressão da dominação masculina; de fato, ela se revela como “erotização da dominação”. Numa sociedade assim organizada, não há possibilidade de agência autônoma para mulheres. É necessário desfazer o trabalho de introjeção dos valores dominantes, para que uma consciência feminina genuína possa emergir. Este é o pano de fundo das polêmicas posições de MacKinnon sobre estupro, pornografia e prostituição. O artigo conclui que, embora ilumine aspectos importantes da dominação, ela simplifica em excesso a discussão sobre a autonomia na agência social.

Palavras-chave: Catharine MacKinnon, dominação, consentimento, autonomia, teoria feminista.

* Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Catharine MacKinnon and sex as domination

Abstract

The article discusses the work of feminist legal scholar Catharine MacKinnon and, in particular, her radical rejection of the liberal notion of “consent”. For the author, sexuality is an expression of male dominance; indeed, it reveals itself as “eroticization of domination”. In such society, there is no possibility of autonomous agency for women. We must undo the work of the internalization of dominant values, so that a genuine feminine consciousness can emerge. This is the backdrop of her controversial views on rape, pornography, prostitution or abortion. The article concludes that, while illuminating important aspects of domination, she simplifies in excess the discussion of autonomy in social agency.

Keywords: Catharine MacKinnon, domination, consent, autonomy, feminist theory

É incontornável a contribuição que a jurista estadunidense Catharine MacKinnon deu, nas últimas décadas, à reflexão feminista.¹ Uma contribuição polêmica, porém. A radicalidade de seu pensamento, unida à preferência por um registro exaltado e provocativo ao expressá-lo, favorece uma interpretação simplificadora e, por vezes, folclorizante. A denúncia constante da violência subjacente a grande parte das relações heterossexuais e também a campanha em favor da criminalização da pornografia fazem com que MacKinnon seja isolada no gueto do “feminismo radical”. Mas tais caracterizações não fazem jus à complexidade e à sofisticação de sua teoria política.

A obra de MacKinnon se funda numa radicalização da crítica ao liberalismo e, em particular, à categoria do “consentimento”, que não pode ser aceita sem um exame das condições de sua produção. De maneira

¹ Este artigo foi produto da pesquisa “Teorias feministas da política”, financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF). Agradeço os comentários dos pareceristas anônimos de *Sociologias* e também a leitura de Regina Dalcastagnè.

ainda mais enfática do que Pateman (1988), ela aponta que “consentir” reveste, muitas vezes, a resignação diante de algo que se julga inevitável ou o efeito da introjeção de padrões de dominação. A compreensão de que a dominação é a espinha dorsal das relações entre os sexos na nossa sociedade impede qualquer tipo de compromisso com a ordem vigente. Há, portanto, um componente significativo de radicalidade no raciocínio.

Mas “feminismo radical” é um rótulo impreciso. Em algumas versões, remete a uma forma de separatismo feminino e misandria. A heterossexualidade seria condenável e mulheres que se envolvem em relações amorosas ou sexuais com homens estariam prestando um desserviço à causa de sua emancipação; segundo a frase atribuída à ativista Ti-Grace Atkinson, “feminismo é a teoria, lesbianismo é a prática”. Por vezes, é associado à ideia de que é necessário superar a forma sexuada de reprodução da espécie, como nas provocações do “feminismo ciborgue”. Muitas vezes, essa interpretação do feminismo radical funciona com um espantalho para o discurso antifeminista, “demonstrando” a veracidade do estereótipo da feminista-que-odeia-homens por meio de um punhado de frases (algumas autênticas, em geral retiradas de contexto, por vezes abertamente manipuladas) de suas líderes e teóricas.

Raramente, no entanto, há de fato uma posição tão simplista, mesmo entre as mais radicais das feministas radicais e a despeito de eventuais formulações hiperbólicas. O ativismo lésbico foi crucial na compreensão da “heterossexualidade compulsória” (Rich, 1980) e, assim, de como a opressão sobre lésbicas e gays passa por sua definição como “desviantes” e pelas tentativas de forçar sua “normalização”. Mas o remédio para isso não é uma “homossexualidade compulsória” reversa. O que há é a compreensão de que as relações íntimas não são externas às estruturas sociais e que desejo e sexualidade não são as pulsões inatas que algumas leituras psicanalíticas poderiam sugerir (Fulgencio, 2002), mas práticas constituídas socialmente. O foco da crítica, portanto, está no fato de que a dominação masculina impregna a quase totalidade das relações heterossexuais – e,

na verdade, se manifesta também, de forma transformada, em muitas relações homossexuais.

Neste artigo, busco fazer uma apresentação crítica das ideias de MacKinnon, iluminando as potencialidades e os limites de seu rechaço à noção liberal do “consentimento”. Na primeira seção, exploro o significado de seu conceito de “sexualidade” como expressão da dominação e a estratégia libertadora de conscientização, na qual ela aposta. Na segunda seção, discuto a compreensão de MacKinnon sobre a unidade da experiência feminina e seu enfrentamento, a respeito desta questão, com diferentes tradições do feminismo. Na terceira seção, a partir sobretudo da discussão da autora sobre prostituição e pornografia, indico como ela nega a possibilidade de consentimento legítimo sob condições de dominação. Na breve conclusão, por fim, apresento os impasses que a teorização de MacKinnon gera e é incapaz de solucionar.

A dominação erotizada

A posição de MacKinnon é exposta com clareza já nas primeiras páginas de sua obra mais ambiciosa, o livro *Para uma teoria feminista do Estado*. Como outras pensadoras feministas da época, ela busca aproveitar e ao mesmo tempo subverter o instrumental analítico marxista, alcançando uma compreensão materialista, mas que não reduza gênero a classe. O caminho é estabelecer uma homologia entre sexualidade e trabalho, que seriam os conceitos centrais para entender a dominação de classe, em um caso, e a dominação masculina, em outro. O esforço teórico, portanto, é dar um estatuto político à sexualidade, retirando-a dos campos em que normalmente esteve confinada – religião, moralidade, psicologia, biologia (MacKinnon, 1989, p. 112).

Sexualidade, no entanto, não é o mesmo que sexo. MacKinnon assume uma postura crítica à divisão sexo/gênero, que se tornou crucial para o pensamento feminista. De maneira simplificada, enquanto o sexo se referiria a uma realidade biológica (o fato de que os seres humanos, tal

como muitos outros animais, se dividem em geral entre indivíduos dotados de um aparelho reprodutor feminino e outros dotados de um aparelho reprodutor masculino), o gênero se referiria às construções sociais que dotam *feminino* e *masculino* de significados estereotipados. Isso permite questionar os entendimentos convencionais e desnaturalizar a relação entre o sexo biológico e os papéis sociais associados a cada um deles.

O problema que algumas teóricas veem nessa percepção é que ela tenderia a manter um peso excessivo ao polo biológico que, dizem, precisaria perder seu caráter de “natural”, uma vez que seu sentido é também construído socialmente: “A biologia se torna o sentido social da biologia dentro do sistema de desigualdade de sexos” (MacKinnon, 1989, p. xiii). É possível questionar qual o ganho obtido com tal manobra. A distinção sexo/gênero permite uma abordagem direta e clara do caráter convencional dos papéis assumidos por mulheres e homens, o que, por sua vez, serve de base para contestar as hierarquias que eles definem. Mas os adjetivos “direto” e “claro” não se aplicam à *démarche* pós-estruturalista, muito pelo contrário. Se para o discurso conservador tudo é sexo (e as desigualdades entre mulheres e homens são simplesmente derivadas da diferença biológica), para essa nova compreensão é como se tudo fosse gênero (ao custo de anular o dimorfismo sexual da espécie).²

No caso de MacKinnon, a discussão leva a um conceito ampliado de sexualidade, que não se refere apenas às dimensões físicas e eróticas, correspondendo à “dinâmica do sexo como hierarquia social, seu prazer sendo a experiência do poder em sua forma generificada” (MacKinnon, 1989, p. xiii). A formulação, algo surpreendente pela vinculação sem mediações entre sexo e poder, revela um elemento central do pensamento da autora: a ideia de que a sexualidade (em sentido estrito) é inteiramente atravessada pelas relações de poder estabelecidas e, em particular, pelo poder que os homens exercem sobre as mulheres. É a *erotização da dominação*.

² Apesar do que identifico aqui como um aceno às vertentes pós-estruturalistas, pela convergência no questionamento à dualidade sexo/gênero, a posição de MacKinnon é muito crítica à corrente (MacKinnon, 2006, cap. 5).

Trata-se do componente fundamental do imaginário erótico de nossa sociedade, atuante tanto nas relações sexuais e amorosas quanto, de forma transformada, fora delas: cada diferente hierarquia social tende a ser “erotizada na sexualidade masculina dominante” (MacKinnon, 1987, p. 53). Provocadoramente, ela afirma que “talvez o gênero precise ser mantido como hierarquia sexual para que os homens possam ter ereções” (MacKinnon, 1989, p. 145). Nas presentes relações de gênero, dominação e excitação sexual são indissociáveis. A sexualidade deve ser entendida como conceito político porque a dominação proporciona um gozo erótico em espaços sociais que estão muito distantes da alcova.

A denúncia da violência que seria inerente às relações heterossexuais deve ser entendida nesse contexto. O problema não está no encontro sexual entre homem e mulher, em si, mas no fato de que seu sentido é constituído por essa erotização da dominação. E as mulheres exercem seu papel, uma vez que, na economia geral da erotização da dominação, cabe a elas associar o prazer sexual à posição de dominadas.

O desejo expresso por mulheres, por relacionamentos sexuais que envolvem sua humilhação e subordinação, como seriam por regra as relações heterossexuais, é lido como uma forma de compensação inconsciente. Seriam estratégias para manter o respeito próprio e o orgulho, assumindo como um ato de vontade aquilo que, no entanto, é uma imposição (MacKinnon, 1989, p. 149-150). Um exemplo gráfico é o casamento, historicamente uma relação de subordinação, no entanto obrigatório para que as mulheres desfrutassem de uma posição social. O estereótipo, que se faz presente no comportamento de muitas delas, é que as mulheres *anseiam* pelo casamento e trabalham ativamente para obtê-lo, muitas vezes tendo que superar a reticência dos homens. Esta é a forma superior da dominação, para MacKinnon: aquela em que não é necessária nenhuma forma de coação externa, já que a “vontade” do agente é a expressão das relações sociais que o colocam na posição de dominado (Schaeffer, 2001, p. 702).

Incluindo o desejo sexual na discussão, MacKinnon se opõe ao discurso, eminentemente liberal, mas partilhado por outras correntes do feminismo,

de que a permissão para que cada um vivencie suas próprias fantasias é a própria definição da libertação. Pelo contrário: essas fantasias devem estar, elas próprias, sob escrutínio, uma vez que são produtos sociais e meios de reprodução das hierarquias dominantes. Tal compreensão é essencial para entender as posições polêmicas que ela assume em debates sobre temas como pornografia, prostituição ou estupro.

Há aqui uma crítica cortante à compreensão liberal de que as preferências expressas pelos indivíduos devem ser aceitas sempre como tal, ao pé da letra. De fato, esta compreensão ignora a relação entre as circunstâncias sociais e a formação das preferências, que é influenciada pelas privações e constrangimentos que limitam o horizonte de possibilidades, pelas visões de mundo dominantes, pelos incentivos institucionais ou informais à adoção de determinadas práticas e comportamentos (Miguel, 2018, cap. 5). Mas MacKinnon produz a crítica de uma forma que a sujeita aos mesmos questionamentos dirigidos ao conceito marxista de ideologia, quando entendida como “falsa consciência”. Parece que podemos descartar liminarmente a experiência e a compreensão subjetiva das pessoas, desprezadas como equivocadas, manipuladas ou fruto de mecanismos psíquicos compensatórios. Um observador externo, dotado de conhecimento superior, determina qual é a forma certa de pensar e sentir.

A resposta que ela dá a isso é complexa. Por um lado, ela resiste à tentação de sacralizar a experiência vivida, julgando que ela traz alguma verdade em si mesma. Opõe-se, assim, às versões mais ingênuas da chamada *feminist standpoint theory*, que julgam que a vivência da dominação dá às mulheres (bem como, *mutatis mutandis*, aos integrantes de outros grupos dominados) um “privilegio epistêmico” que lhes permite entender melhor a realidade (Hartsock, 1983; Collins, 1986).³ Há, sim, um ponto de vista próprio das mulheres na sociedade machista, mas ele é fruto da própria dominação.

³ Uma versão ainda mais vulgarizada do privilégio epistêmico dos dominados aparece em alguns usos atuais da ideia de “lugar de fala”.

Ecoando a velha compreensão de que a mulher é constrangida a assumir seu corpo e sua relação com o mundo “através de consciências alheias” (Beauvoir, 1949, vol. II, p. 516), MacKinnon pergunta “o que, na experiência das mulheres, produz uma perspectiva distinta da realidade social?” E responde em seguida: “a objetificação sexual” (MacKinnon, 1989, p. 127).

Isso não quer dizer que a experiência não seja valiosa. Mas precisa ser depurada dos significados a ela colados pelas relações de dominação, a fim de que possa servir de ponto de partida para uma reflexão emancipatória. É a “conscientização” (*consciousness raising*), que MacKinnon define como sendo “o método feminista” (MacKinnon, 1989, p. 83). Ela aposta na prática dos grupos de mulheres, relativamente comuns nos anos 1960 a 1980, que partilhavam vivências e, livres da presença masculina, podiam ressignificá-las. O projeto do feminismo, diz ela, é “desvelar e reclamar como válida a experiência das mulheres, cujo maior conteúdo é a invalidação da experiência das mulheres” (MacKinnon, 1989, p. 116).

Ou seja: não é possível levar a sério a vivência das mulheres sem ter em mente que um de seus traços determinantes é a desvalorização permanente dessa mesma vivência. Afinal, seguindo a compreensão de Simone de Beauvoir, sintetizada na fórmula citada antes, as mulheres devem ver o mundo e a si mesmas a partir das lentes dominantes, masculinas. O ônus de recusá-las é sentido nos diferentes espaços sociais, levando à marginalização, à exclusão e à violência. Nos coletivos de mulheres, seria gerado um ambiente em que tais constrangimentos estariam afrouxados e as próprias mulheres encontrariam espaço para entender as relações de dominação às quais estão submetidas.

A dificuldade para escapar a esse círculo é uma característica dos sistemas de dominação vigentes, nos quais “as estratégias requeridas para a sobrevivência cotidiana são exatamente o oposto daquilo que é requerido para transformá-lo [o sistema]. Das mulheres se requer submissão sexual silenciosa, tal como dos trabalhadores se requer trabalho” (MacKinnon,

1987, p. 16).⁴ É a reflexão coletiva, em espaços protegidos das pressões dominantes, que pode desatar o nó górdio. Fica claro que, para MacKinnon, o “privilegio epistêmico” das mulheres, enquanto grupo, não reside na experiência dominada em si, mas no esforço de transcender os sentidos associados a ela.

Mas a conscientização não é um fim: não é uma forma de “autoconhecimento” que permite algum tipo de pacificação interior, como nas visões *new age* (que não poderiam estar mais longe dos objetivos de MacKinnon). Como indica outra pensadora feminista, que aliás é mobilizada por MacKinnon em apoio à sua concepção, as mulheres precisam ver a si mesmas de uma forma libertada da visão machista dominante para, a partir daí, engajarem-se numa relação diferente com o mundo (Rowbotham, 1973). O feminismo é entendido como uma política revolucionária, similar ao movimento operário para o marxismo, que reconstrói o entendimento da realidade a fim de transformá-la radicalmente.

De alguma maneira, reflexões como a de MacKinnon antecipam a noção de “contrapúblico subalterno”, apresentada por Nancy Fraser (1992) em sua polêmica com o conceito habermasiano de esfera pública. São espaços em que, ao abrigo de posições adversárias, as visões dominadas podem estabelecer suas próprias narrativas. Um possível exemplo é a tipificação do crime de assédio sexual, que nasceu quando mulheres, construindo coletivamente novos sentidos de suas experiências no ambiente de trabalho, fizeram emergir o desrespeito, a humilhação e a violência que estavam presentes em práticas antes consideradas normais, inevitáveis e inofensivas. A inclusão do assédio sexual no rol dos comportamentos inaceitáveis nas relações laborais foi a vitória de uma empreitada feminista de construção de sentido. Nela, um papel destacado, na produção do linguajar jurídico que permitiu tal avanço, foi exercido pela própria MacKinnon (1979).

⁴ Por isso, quando se diz que “se o Estado cumpre um papel na objetificação e opressão das mulheres, ele o faz por sua incapacidade de apreciar tal objetificação e opressão como formas de injustiça, mais do que por sua participação direta” (Laden, 2003, p. 136), há uma séria incompreensão de MacKinnon. Segundo ela, as instituições pressupõem e exigem a conformidade com a posição subordinada.

A unidade da experiência

O pressuposto da proposta de conscientização, tal como apresentado por MacKinnon, é o de que existe alguma unidade substantiva na experiência feminina em sociedades marcadas pela dominação masculina. Na discussão sobre o essencialismo – expressão pejorativa que já marca uma posição –, MacKinnon se alinha claramente ao lado da ideia de que há um conteúdo comum ao “ser mulher”, a despeito das diferenças entre trabalhadoras e burguesas, negras e brancas, lésbicas e heterossexuais, portadoras ou não de deficiências. Ela se opõe tanto à tradição marxista, que via a barreira de classe como intransponível, quanto ao feminismo negro, para quem a categoria “mulher” leva a um falso universalismo que anula as experiências daqueles que integram grupos minoritários.⁵

De fato, ao apresentar a categoria “sexualidade” como uma forma de dominação dotada de efetividade própria, atravessando os diferentes espaços sociais, MacKinnon é levada a tratá-la como relativamente invariante – assim como o marxismo julga que a exploração capitalista funciona de maneira mais ou menos uniforme, ainda que as condições de vida dos trabalhadores sejam sensíveis também a determinantes de gênero, raça, colonialidade ou outros. A burguesa e a trabalhadora vivem vidas muito diferentes, assim como a negra ou a lésbica enfrentam obstáculos que não fazem parte da experiência de brancas ou de heterossexuais. Mas todas se defrontam com a erotização da submissão feminina, atuando em todas as relações interpessoais e na forma à qual elas são levadas a ver a si mesmas.

Não se trata, portanto, de negar a diversidade da condição feminina, mas de aceitar que a categoria “mulher” é capaz de englobar tal diversidade,

⁵ A emergência do feminismo transgênero acrescentou novas dimensões à questão do essencialismo. O feminismo radical, ao qual MacKinnon é associada, é por vezes acusado de “transfóbico”, com uma ênfase “ginocêntrica” no sexo biológico. Feministas radicais, no entanto, reverteram a acusação, afirmando que é o transgenderismo que pressupõe uma “essência” de gênero, como psicologia e padrão de comportamento, que o feminismo sempre combateu (Jeffreys, 2014). MacKinnon, por sua vez, se posiciona como advogada dos direitos das mulheres trans. Citando a famosa frase de Simone de Beauvoir (“ninguém nasce mulher, torna-se mulher”), ela arremata: “Como alguém se torna mulher não é, acredito, nosso trabalho policial” (MacKinnon, 2015).

uma vez que “nenhuma mulher deixa de ser afetada por aquilo que cria e destrói as mulheres enquanto tais, nenhuma mulher deixa de participar da situação das mulheres” (MacKinnon, 1989, p. 38). Ou então: “constituído por todas as suas variações, o grupo ‘mulheres’ pode ser visto como tendo uma história social coletiva de desempoderamento, exploração e subordinação, que se estende até o presente” (MacKinnon, 2005, p. 25). A diversidade é apresentada como uma característica secundária, uma vez que o atributo “mulher” possui densidade suficiente para se sobrepor a ela.

No entanto, trata-se de uma questão que não se resolve por fórmulas retóricas. É uma questão empírica e, ainda mais, política. Se o foco é dirigido à violência sexual e à objetificação, como faz MacKinnon, a afirmação de uma unidade de base da experiência de todas as mulheres faz sentido. Mas se é dada atenção mais específica a temas como a divisão sexual do trabalho e as possibilidades de acesso à esfera pública, o quadro muda de figura. Por outro lado, a renúncia ao sujeito “mulher” unificado cria sérios impasses ao feminismo como movimento político, o que leva algumas autoras a defender um “essencialismo estratégico” (Spivak, 1985). Mas o risco é que os avanços na condição das mulheres sejam medidos por pautas que beneficiam algumas poucas (acesso às posições de chefia em empresas e no Estado, por exemplo), mas quase nada afetam a vida das pobres, das trabalhadoras, das negras.

Na polêmica, MacKinnon assume posições que a afastam até mesmo da ideia de opressões cruzadas ou de interseccionalidade. Pelo contrário, ela identifica um sexismo universal e bastante uniforme; e, ainda mais, que as mulheres consideradas privilegiadas revelam sua forma paradigmática. Afinal, “a mulher branca que não é pobre ou operária ou lésbica ou judia ou deficiente ou velha ou jovem não divide sua opressão com nenhum homem” (MacKinnon, 2005, p. 30, ênfase suprimida).

Se o feminismo negro aparece sobretudo como comprometendo a necessária unidade das mulheres, o marxismo é alvo de uma avaliação crítica mais aprofundada, que ocupa toda a primeira parte de *Para uma teoria feminista do Estado*. Ela concede que, do ponto de vista de uma

mulher pobre, “é difícil engolir que a dor, o isolamento e a coisificação de mulheres mimadas e acomodadas na posição de não pessoas são uma forma de opressão” (MacKinnon, 1989, p. 8). Mas isso não justifica a cegueira do marxismo à especificidade da opressão sofrida pelas mulheres, que MacKinnon atribui, ao menos em parte, à compreensão convencional e conservadora que Marx tinha das relações entre mulheres e homens. Não apenas em obras de juventude, mas mesmo em *O capital*, ele indicaria que a exploração das mulheres no trabalho assalariado teria, como uma das principais consequências negativas, seu afastamento dos filhos. MacKinnon observa que “quando os homens trabalham, tornam-se trabalhadores, os seres humanos de Marx. Quando as mulheres trabalham, permanecem sendo esposas e mães, só que inadequadas”. E arremata: para Marx, a exploração das mulheres “é um problema de moralidade” (MacKinnon, 1989, p. 17).

É possível ver tal veredito como injusto. Marx manteve um compromisso permanente com o ideal da emancipação feminina e, a despeito do que tenha falado sobre a relação entre mães e filhos, julgava que a incorporação das mulheres à força de trabalho, em condição de igualdade com o homem, era um progresso incontestável (Marx, 2013, p. 570). Ele não concedeu a atenção devida à especificidade da situação das mulheres e, também por isso, escorregou muitas vezes nos preconceitos correntes de sua época. Em especial, construiu sua teoria generalizando a partir do operário homem, sem se preocupar com os vieses que isso geraria. Mas não pode ser descrito como o defensor da conjugalidade tradicional que MacKinnon apresenta.

A interlocução crítica com *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, a obra de Engels (1985) que se tornou a pedra de toque da reflexão marxista clássica sobre gênero, é mais bem embasada. Em linhas bem gerais, Engels, apoiado no conhecimento antropológico de sua época, afirma que o desenvolvimento das forças produtivas na pré-história permitiu que os seres humanos produzissem riqueza para além do seu consumo imediato. Abriu-se, assim, a possibilidade de acumulação, que gerou a propriedade privada e, por causa dela, a família (para permitir a transmissão dessa propriedade) e o Estado (para proteger a classe minoritária dos proprietários).

MacKinnon indica que o raciocínio de Engels se apoia num conjunto de pressupostos não problematizados – de fato, a naturalização de elementos da ordem social contemporânea, como se sua emergência fosse automática e não precisasse ser explicada. É o caso da equivalência entre produção de excedente e “riqueza”, no sentido social atribuído ao termo; da busca pela apropriação individual desse excedente, que aparece como se fosse um desejo inerente às pessoas; ou, então, da vontade de legar herança para seus próprios filhos, tão forte que geraria a família patriarcal, a exigência de monogamia feminina e a obsessão pelo controle das sexualidade das mulheres, tudo para evitar que um homem, ao perfilhar o rebento de outro, transferisse a ele seus bens (MacKinnon, 1989, p. 29).

Em particular, o relato de Engels não explica por que a primitiva divisão sexual do trabalho, responsável pelo aumento da produtividade, leva a que o homem se assenhore individualmente da riqueza que gera, ao passo que o trabalho da mulher continua servindo apenas para a garantia da reprodução do lar. A compreensão convencional de que só o trabalho extradoméstico é trabalho de verdade, gerador de valor, não é desafiada. O resultado líquido é que, como “o poder de classe é a origem da dominação masculina, segue-se que apenas aqueles homens que possuem poder de classe podem oprimir as mulheres dentro da família” (MacKinnon, 1989, p. 31). Decorre daí a reticência de Engels e de muitos marxistas posteriores a investigar as relações de gênero nas famílias proletárias.

Engels não consegue superar o entendimento convencional de que as atividades “tipicamente femininas” estão mais próximas das necessidades básicas da espécie e seguem mais os ritmos naturais. Reapropriado por correntes do feminismo contemporâneo, pode levar a uma espécie de mística feminina, como na obra de Luce Irigaray (1977) e outras, ou à valorização de uma diferença moral que tal situação proporcionaria às mulheres, como nas correntes da “ética do cuidado”.⁶ MacKinnon se pronuncia de maneira

⁶ Refiro-me às correntes que, inspiradas no trabalho da psicóloga moral Carol Gilligan (1982), afirmam que as mulheres se caracterizam pela maior atenção às necessidades concretas dos outros, adotando um padrão ético diverso – ou mesmo superior – à ética masculina, dominante, baseada em imparcialidade e observância de regras abstratas. Para um resumo crítico, cf. Miguel (2001).

vigorosa contra tais ideias, que ela identifica – embora com o sinal valorativo trocado – já na obra fundadora de Simone de Beauvoir.

O *segundo sexo* atribui a origem da subordinação feminina ao fato de que, enquanto os homens foram conquistar o mundo, as mulheres não puderam “participar de sua maneira de trabalhar e de pensar” e ficaram “escravizadas aos mistérios da vida” (Beauvoir, 1949, p. 109).⁷ É a percepção, que transparece em mais de um momento na pensadora francesa, de que os processos biológicos exclusivos das mulheres, como a gravidez e o aleitamento, funcionam como uma espécie de armadilha, afastando-as das atividades que permitiram aos homens conquistar sua supremacia. Para Beauvoir e, ainda mais, para autoras inspiradas por ela, como Sulamith Firestone (1970/2003), a solução passa por anular a armadilha biológica, libertando a mulher dos “mistérios da vida” que a sujeitam. Para as feministas da diferença, ao contrário, o caminho é valorizar essa vinculação especial, que os homens não teriam como alcançar. MacKinnon recusa as duas opções. Para ela, o que é necessário é questionar o ponto de partida. Não há uma relação especial das mulheres com os processos naturais. O que há é uma significação diferente dada às atividades vistas como masculinas ou como femininas, que sustenta a construção da dominação dos homens sobre as mulheres.

Afinal, por que as atividades desempenhadas pelas mulheres não permitem a elas uma posição de supremacia ou de igualdade? As mulheres não compartilharam a maneira de pensar e trabalhar dos homens, mas o inverso também é verdadeiro: por que só no caso delas isso conta como uma carência? E o homem primitivo também está em relação íntima com a natureza, mas seus labores – a caça, por exemplo – foram interpretados como conquista, não como escravização (MacKinnon, 1989, p. 55).

Portanto, a relação das mulheres com a natureza, “tal como a do homem, é um produto social” (MacKinnon, 1989, p. 15). É necessário investigar como os sentidos atribuídos a fatos da natureza contribuem para estabelecer hierarquias sociais e padrões de dominação:

⁷ A tradução para o inglês citada por MacKinnon fala nos “processos misteriosos da vida” (MacKinnon, 1989, p. 55).

A suposta força física superior dos homens não os confina à posição de bestas de carga. Homens também se reproduzem e mulheres também trabalham. Se a abordagem de Marx sobre a classe é aplicada ao problema do sexo, deveríamos tentar entender a conexão entre um fato físico – digamos, a força física masculina e a maternidade feminina – e as relações sociais que dão a esse fato um sentido restritivo e vivido. Poderíamos tentar identificar o interesse material daqueles que ganham com tal arranjo, em vez de abandonar a tarefa da explicação social no nível da observação fisiológica (MacKinnon, 1989, p. 16).

Embora o alvo da crítica seja Marx, ela serve também para embasar a recusa de MacKinnon às correntes feministas que, embaraçadas diante da maternidade e dos sentidos socialmente atribuídos a ela, não encontram outro caminho que a recusa ou a aceitação. O “padrão neutro” presente em Beauvoir mede as mulheres por sua aproximação com o comportamento dos homens; o “padrão da diferença”, pelo distanciamento dele – mas, num caso como no outro, o referente é a masculinidade (MacKinnon, 1987, p. 24).

O “padrão da diferença” criticado por MacKinnon é o das teóricas do cuidado. Ela aponta que não é possível saber se a valorização do cuidado, pelas mulheres, não passa de um reflexo do fato de que “os homens valorizavam as mulheres de acordo com o cuidado que elas forneciam”; se as mulheres pensam relacionalmente, talvez seja porque “sua existência social é definida em relação aos homens” (MacKinnon, 1989, p. 51). Voltamos ao ponto de partida de MacKinnon: a dominação atravessa toda a experiência feminina na sociedade atual. O problema não é a diferença entre os sexos, mas a dominação de um sobre o outro (MacKinnon, 1989). Ou, dito de outra forma: gênero é diferença “apenas derivadamente”; em primeiro lugar, “é uma desigualdade de poder” (MacKinnon, 1989, p. 8).

Agência e consentimento

É nesse contexto que devem ser entendidas as polêmicas reflexões de MacKinnon sobre estupro (e sua relação com sexo heterossexual consensual) e pornografia. Ao lado de autoras como Brownmiller (1975/1993), ela contribuiu para compreender a dimensão do fenômeno do estupro, que

não é algo episódico e marginal, mas uma experiência sofrida por um enorme contingente de mulheres, nas mais diferentes sociedades e classes sociais – e que, ao menos como ameaça difusa, faz parte da vivência da quase totalidade delas. Ao identificar uma série de formas disfarçadas ou socialmente invisibilizadas de coação, essa mobilização feminista pressiona por um entendimento mais rigoroso do que deve ser entendido como uma “relação consensual”.

No entanto, a posição de MacKinnon não é isenta de problemas. Ela tende a usar os dados de uma maneira que exagera seu significado. Por exemplo, afirma que “apenas 7,8% das mulheres nos Estados Unidos nunca foram agredidas ou assediadas sexualmente” (MacKinnon, 1987, p. 6), mas só numa nota no final do livro explica que se baseia numa pesquisa feita em uma única cidade (San Francisco) e que a categoria “violência sexual” que ela usa não diferencia estupro de cantada na rua (MacKinnon, 1987, p. 232-233). Há aí enormes diferenças de grau.

É correto recusar o discurso fácil que afirma que “estupro é violência e não sexo [e assim] preserva a norma do ‘sexo é bom’ simplesmente distinguindo o sexo forçado como ‘não sexo’, ainda que seja sexo para o perpetrador” (MacKinnon, 1989, p. 135). Mas há um longo caminho para passar daí à compreensão de que o consentimento da mulher ao sexo é apenas uma “qualidade metafísica” e pressupõe “uma impotência social mais fundamental” (MacKinnon, 1989, p. 175). Na versão ainda mais imoderada de Andrea Dworkin, o ato sexual é, por natureza, um ato violento, invasivo e predatório do homem (Dworkin, A., 2007, p. 79-80).

Dworkin foi uma importante parceira de MacKinnon, sobretudo na campanha antipornografia. Muitos de seus escritos têm forte carga autobiográfica. Ela conta ter sido abusada na infância, atacada sexualmente por guardas quando foi presa num protesto contra a guerra do Vietnã, casada com um homem violento que a espancava, caído na prostituição para se sustentar depois de fugir do marido, drogada e estuprada num hotel quando já era uma famosa escritora feminista. A veracidade deste último abuso foi posta em dúvida, mesmo por comentaristas feministas, levando

a uma polêmica pública cujo foco logo passou da narrativa de Dworkin à denúncia de sua principal acusadora, a jornalista Catherine Bennett. Para uma acadêmica que se debruçou sobre a questão, as reações ao relato de Dworkin mostravam a existência de “dois diferentes padrões genéricos do ‘dizer a verdade’, um padrão legal com ênfase na verdade factual e possibilidade de verificação externa e outro feminista, com ênfase na verdade subjetiva ou experiencial e nos marcadores de autenticidade” (Serisier, 2015, p. 69).

A preocupação em preservar a credibilidade das vítimas de estupro é importante. Trata-se de um crime cometido em geral na ausência de testemunhas, em que a palavra da mulher é oposta à do seu agressor. O sistema policial e jurídico trabalha, muitas vezes, no sentido de anular a denúncia, para o que contribuem os preconceitos contra as mulheres e a identificação dos agentes da lei com os homens. A própria situação é marcada por ambiguidades, uma vez que o entendimento convencional da relação entre os sexos estipula uma coreografia em que cabe ao homem conquistar e à mulher resistir, sendo esperada uma “insistência” masculina que pode transitar para a violência. MacKinnon e Dworkin estiveram entre as feministas que contribuíram para iluminar a situação e estabelecer a regra de que o ponto de partida deve ser a aceitação da versão da vítima, não do agressor.

Mas se isso significa que a veracidade do estupro reside somente na experiência subjetiva da vítima, como afirma o “padrão feminista” da verdade apresentado por Serisier, há problemas não apenas com a possibilidade de perseguição criminal dos agressores, mas também com a própria construção teórica de Dworkin e MacKinnon. Afinal, para elas, trata-se de demonstrar o substrato de violência presente na sexualidade masculina. É uma característica dos homens – ou, ao menos, dos homens cuja masculinidade é constituída na sociedade sexista que temos –, não de como eles são lidos pela subjetividade feminina. Tanto quanto apagar a fronteira entre agressão e consentimento, abrir mão de afirmar a diferença entre agressão efetiva e sentimento subjetivo de agressão congela as mulheres na posição de vítimas e nega a elas a posição de agentes. Entender que

tais fronteiras muitas vezes são pouco nítidas não é o mesmo que julgar que elas não existem.

O mesmo tipo de questão reaparece na discussão sobre pornografia. MacKinnon foi e ainda é uma fervorosa advogada da criminalização da pornografia, que ela vê como um dispositivo central para a reprodução da sexualidade como dominação. No caminho, estabeleceu uma controversa aliança com grupos religiosos conservadores, que também se opõem à distribuição de material pornográfico, embora por outros motivos. Associou-se ainda a Linda Boreman, que ficara famosa como atriz pornô sob o nome de “Linda Lovelace” e, em suas memórias, descrevera sua participação nas filmagens como fruto de abuso e intimidação – por vezes, estaria gravando sob a mira de um revólver.

A argumentação pela criminalização se desenvolve em duas linhas. Por um lado, a indústria da pornografia é sustentada por formas de violência aberta contra as atrizes, similares à tortura, das quais a história de Boreman seria um eloquente exemplo (MacKinnon, 2006). Por outro, a pornografia é “central para a institucionalização da dominação masculina” (MacKinnon, 1987, p. 146). Embora ela indique a “ligação óbvia” entre a coerção que obriga algumas mulheres a participar da pornografia e a coerção sobre as outras mulheres, resultado de seu consumo (MacKinnon, 1993, p. 21), as duas linhas de argumentação são quase independentes.

Quanto à coerção na produção da pornografia, se o relato de Boreman é verdadeiro, evidentemente foge daquilo que é aceitável mesmo no ordenamento jurídico atual. Mas *toda* a pornografia é produzida desta forma, com as atrizes sob ameaça de morte? Se não é assim – e MacKinnon não tem como sustentar que é –, a coerção exercida sobre elas torna-se mais psíquica e econômica. No limite, a possibilidade de que uma mulher opte pela pornografia como meio de vida é descartada aprioristicamente: o fato de ela optar já é, em si mesmo, a comprovação de que já está submetida a uma vontade que não é a sua. É similar à discussão sobre prostituição. MacKinnon milita em favor da repressão à prostituição, observando, com razão, sua relação com o tráfico de mulheres e a exploração das

mais pobres (MacKinnon, 2011). Mas permanece a questão: não existe *nenhuma* possibilidade de que uma mulher escolha a prostituição ou a pornografia, a não ser sob constrangimentos tão fortes que anulam a legitimidade de sua decisão?

Feministas liberais e defensoras da legalização da prostituição em geral recusam tal conclusão.⁸ Ao negar que uma mulher, em qualquer circunstância, possa significar o comércio do sexo de uma maneira diferente, esta posição relega as prostitutas à “condição de ‘vítimas absolutas’, que as reduz ao silêncio. Enquanto a menor palavra feminina vale ouro, a da prostituta não vale nada. Desde logo, ela é considerada mentirosa ou manipulada” (Badinter, 2005, p. 35). Em linha paralela de argumentação, Martha Nussbaum compara a prostituta a mulheres empregadas em outras atividades – operárias, massagistas ou mesmo à fictícia “artista da colonoscopia”, que seria cobaia de instrumentos médicos para exame do cólon. A prostituição não guardaria nenhuma diferença que a singularizasse das outras atividades (exceto, é claro, o caráter especial que quase todas as culturas concedem à intimidade sexual, mas isso não entra no cálculo de Nussbaum). Se as mulheres possuem outras alternativas de vida e preferem a prostituição, não haveria o que objetar; proibi-la é incorrer num paternalismo indefensável (Nussbaum, 1999). O mesmo valeria para a pornografia.

Chega-se assim à segunda linha de argumentação: o que esta ampla difusão implica. Mesmo que se admita a existência de um nicho de pornografia feminina, alternativa ou mesmo “feminista”, há pouca dúvida de que o grosso da produção, incluindo aquela que mulheres consomem, opera uma sobreposição entre a gratificação sexual dos homens e a humilhação de suas parceiras. Em suma, serve de ilustração perfeita para a ideia da erotização da dominação. Pensadores liberais reconhecem tal fato, mas afirmam que é uma das múltiplas consequências desagradáveis da liberdade de expressão. Um raciocínio um pouco mais complexo foi colocado em marcha pelo filósofo Ronald Dworkin, que se envolveu em polêmica com

⁸ Para um resumo do debate, cf. Miguel (2014).

MacKinnon (e que não tinha nenhum parentesco com Andrea Dworkin). Para ele, não é a liberdade de expressão (que protege muito tenuamente discursos desprovidos de relevância pública, como seria o caso) que está em jogo e sim a independência moral dos indivíduos (Dworkin, R., 2005, 2006). De todo modo, a censura é recusada.

É difícil sustentar restrições à liberdade de expressão. De todo o conjunto de direitos e liberdades que caracterizam as democracias liberais atuais, ela é certamente a mais emblemática e uma das que possui maior relevância política direta. Ainda que o discurso da liberdade de expressão seja frequentemente mobilizado por grupos conservadores como forma de maximizar as vantagens que advêm do controle dos meios de comunicação, não há dúvida de que a possibilidade de expressar opiniões dissidentes sem sofrer punições é valiosa sobretudo para os grupos dominados. Os aliados religiosos de MacKinnon podem se apoiar na velha recusa à obscenidade, que repousa na ideia de que existe uma única maneira aceitável para que as pessoas vivenciem a sexualidade, mas é claro que este caminho não está acessível para ela.

As leis tradicionais contra a obscenidade, preocupadas apenas com “vício e virtude”, não atentam para o que realmente importa, os danos causados a mulheres e crianças pela produção e circulação do material pornográfico (MacKinnon, 2006). Ela procura, então, caracterizar a pornografia como uma forma do *discurso de ódio* – que é, hoje, a principal justificativa aceitável para impedir a difusão pública de discursos. Embora por vezes possa dirigir críticas ao princípio da liberdade de expressão em si, que funcionaria sobretudo para garantir e ampliar o poder de quem já tem acesso à fala (MacKinnon, 1993), o eixo de sua argumentação é que a pornografia não deve ser entendida primariamente como uma forma de expressão, mas como uma forma de ação e de indução de ação. Ela constrói uma forma de ver as mulheres e, assim, leva seus consumidores a tratá-las de acordo com essa construção (MacKinnon, 1987). “Proteger a pornografia significa proteger o abuso sexual *como* fala, ao mesmo tempo

em que tanto a pornografia quanto sua proteção privam as mulheres de fala, especialmente fala contra o abuso sexual” (MacKinnon, 1993, p. 9).

Há um esforço para vincular, de maneira direta, o consumo de pornografia ao abuso sexual. São mobilizados estudos psicológicos que mostram que consumidores de pornografia tendem a associar excitação sexual com violência (MacKinnon, 1989, p. 144). Ela estabelece uma relação direta entre a penetração da pornografia e o espancamento de mulheres, mas não apresenta dados que a corroborem (MacKinnon, 2006, p. 32). O ponto é menos inequívoco do que MacKinnon faz crer. Em paralelo com pesquisas que associam consumo de pornografia e propensão à violência sexual, há número equivalente de outras que afirmam o oposto (Ferguson; Hartley, 2009).

A polêmica é, em grande medida, similar àquela a respeito do efeito da violência (não sexual) na indústria cultural: incentiva atos violentos, não tem impacto no comportamento ou mesmo serve de válvula de escape, reduzindo a agressividade? E, tal como ela, parece que a discussão está sendo vencida não pelo acúmulo de pesquisas, mas pelo cansaço diante da realidade. A violência na indústria cultural se tornou tão onipresente que parece inútil apontar seus eventuais efeitos nefastos. O mesmo, quase, se pode dizer da pornografia.

Mais do que na vinculação direta entre pornografia e agressão social, o ponto forte da argumentação de MacKinnon reside no reforço da objetificação da mulher e da erotização da dominação que ela promove. Talvez não seja verdade afirmar que “cedo ou tarde, de uma maneira ou de outra, o consumidor de pornografia quer vivê-la além, em três dimensões” (MacKinnon, 1993, p. 19). Mas não há dúvida de que ela fortalece a compreensão, própria da mentalidade hegemônica, de que a mulher é mais objeto do que sujeito, avaliada por sua disponibilidade para promover a gratificação sexual do homem. Relatos sobre as relações contemporâneas entre os sexos mostram como tais percepções permanecem atuantes entre os herdeiros da “revolução sexual” dos anos 1960 e 1970, nos rapazes e também nas moças – e como a pornografia é central nesse processo (Levy, 2005).

Conclusões

A exigência de controle sobre as condições da produção da pornografia, a denúncia das implicações de sua misoginia e a recusa à crescente naturalização da presença do conteúdo pornográfico em todos os espaços (e sua disseminação em forma “suavizada” no *mainstream* da indústria cultural e na publicidade) são aspectos valiosos da posição de MacKinnon. Sua campanha pela proibição, no entanto, é vulnerável a questionamentos. Ela leva a uma tutela sobre as decisões individuais que parece exigir uma posição autoritária. Ronald Dworkin tem razão ao apontar que, de uma posição diversa, “arte homossexual ou teatro feminista” podem ser considerados tão degradantes para as mulheres quanto a pornografia que MacKinnon condena (Dworkin, R., 2006, p. 309). Em suma, não é tão fácil descartar o compromisso liberal com a autonomia moral dos indivíduos, mesmo em questões espinhosas.

Este é, de fato, o problema central de muitas das posições assumidas por Catharine MacKinnon – e que encontra uma manifestação particularmente intrincada em sua discussão sobre o direito ao aborto. Um dos muitos argumentos mobilizados pelo feminismo em favor da legalização do aborto é que sua proibição implica a negação do estatuto de agentes morais autônomos às mulheres. Elas seriam consideradas incapazes de tomar uma decisão da magnitude de prosseguir ou interromper uma gravidez, tendo que ser tuteladas pelos homens, pelas igrejas, pelo Estado. Há pontos ambíguos, como observou Anne Phillips: as feministas em geral se opõem ao aborto seletivo por motivo de sexo, que faz com que, dada a preferência por meninos em várias culturas, sejam descartados embriões do sexo feminino. Ao que parece, as mulheres seriam capazes de lidar com pressões econômicas e familiares, decidindo autonomamente quando ter ou não ter uma criança, mais tais pressões culturais invalidariam sua decisão (Phillips, 2008, p. 110).

A despeito desta inconsistência pontual, o argumento da capacidade de agência moral é um importante elemento de sustentação da demanda

pelo direito ao aborto. MacKinnon, no entanto, enquadra a questão de um modo inteiramente diverso. Na atual configuração das relações entre os sexos, o aborto aparece como uma forma de ampliar o acesso masculino ao corpo das mulheres. Defensores e oponentes do direito ao aborto “partilham uma suposição básica de que as mulheres têm um controle significativo sobre o sexo” (MacKinnon, 1987, p. 94). Como não é o caso, as mulheres precisam de estratégias para escapar do contato sexual com os homens: “A disponibilidade do aborto retira a última razão legítima que as mulheres tinham para recusar o sexo, além da dor de cabeça” (MacKinnon, 1987, p. 99). Os próprios métodos anticoncepcionais são vistos como dispositivos que permitem que a mulher esteja sexualmente disponível sem consequências e possa ser “estuprada com relativa impunidade” (MacKinnon, 1987, p. 95).

Dada a forma dominante da sexualidade, o direito ao aborto apenas “estabelece as maneiras pelas quais os homens se acertam para controlar as consequências reprodutivas do intercuro sexual” (MacKinnon, 1989, p. 188). Embora MacKinnon não enuncie sua conclusão com todas as palavras, ela é evidente: é melhor não existir a opção do aborto, ou mesmo da contracepção, a fim de ampliar o custo potencial, para os homens, da relação sexual com mulheres. E caso a igualdade sexual seja alcançada, o aborto se torna desnecessário, reduzido a números insignificantes; e a participação do pai na decisão sobre manter ou interromper a gravidez seria uma exigência razoável (MacKinnon, 2005, p. 149).

Em todo o raciocínio, fica rechaçada a ideia de que as mulheres possam ter algum grau, mesmo que mínimo, de autonomia decisional. As reflexões sobre prostituição, sobre pornografia e sobre aborto levam MacKinnon sempre às mesmas conclusões. As ações das mulheres devem ser integralmente interpretadas como produtos dos constrangimentos sociais, da violência estrutural e da introjeção da sexualidade dominante. Por isso, uma posição crítica pode desconsiderá-las. Ao que parece, a consciência individual de cada mulher, quando prévia ao desejado processo de conscientização, é desprovida de qualquer valor. Como algumas comentaristas notaram, MacKinnon se aproxima da teoria da dominação

de Pierre Bourdieu (Chambers, 2005). Mas do Bourdieu em sua versão menos complexa e mais determinista, que, talvez não por acaso, é aquele que se debruça sobre a dominação masculina (Bourdieu, 1998).

É claro que o entendimento liberal predominante, que exige uma aceitação acrítica das preferências expressas pelos indivíduos, precisa ser recusado. Afinal, tais preferências são produtos sociais, isto é, produtos de uma sociedade estruturada por relações de dominação. Mas, ao julgar que essa constatação *esgota* o problema, MacKinnon simplifica em excesso a discussão sobre a autonomia na agência social. Sua construção teórica se mostra bem menos pertinente que aquela de Pateman, cuja interpretação do consentimento no ordenamento liberal – que presume a autodeterminação dos agentes na construção das relações sociais de subordinação – permite uma crítica muito mais nuançada de como o valor da autonomia individual se realiza ou deixa de se realizar nas sociedades contemporâneas.

Luis Felipe Miguel é Professor titular livre da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisa Democracia e Desigualdades (Demodê), e pesquisador do CNPq.
✉ luisfelpemiguel@gmail.com

Referências

1. BADINTER, Elisabeth. *Rumo equivocado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
2. BEAUVOIR, Simone de. *Le deuxième sexe*. Paris: Gallimard, 1949. 2 vol.
3. BENNETT, Catherine. Doubts about Dworkin. *The Guardian*, 8 jun. 2000, p. 12. Disponível em: <http://www.theguardian.com/books/2000/jun/08/society>
4. BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Paris: Seuil, 1998.
5. BROWNMILLER, Susan. *Against our will: men, women and rape*. Nova York: Fawcett Books, 1993[1975].
6. CHAMBERS, Clare. Masculine domination, radical feminism and change. *Feminist Theory*, v. 6, n. 3, p. 325-343, 2005. <https://doi.org/10.1177/1464700105057367>
7. COLLINS, Patricia H. Learning from the outsider within. *Social Problems*, v. 33, n. 6, p. 14-32, 1986. <https://doi.org/10.2307/800672>
8. DWORKIN, Andrea. *Intercourse*. Nova York: Basic Books, 2007[1987].
9. DWORKIN, Ronald. Women and pornography. In: SPECTOR, J. (ed.). *Prostitution and pornography*. Stanford: Stanford University Press, 2006[1993]. p. 296-310.
10. DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. São Paulo: Martins Fontes, 2005[1985].
11. ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985[1884].
12. FERGUSON, Christopher J.; HARTLEY, Richard D. The pleasure is momentary... the expense damnable? *Agression and Violent Behaviour*, v. 14, n. 5, p. 323-329, 2009. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2009.04.008>
13. FIRESTONE, Sulamith. *The dialectic of sex*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2003[1970].
14. FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere. In: CALHOUN, C. (ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: The MIT Press, 1992. p. 109-142.
15. FULGENCIO, Leopoldo. A teoria da libido em Freud como uma hipótese especulativa. *Ágora*, v. 5, n. 1, p. 101-11, 2002. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982002000100008>
16. GILLIGAN, Carol. *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
17. HARTSOCK, Nancy. *Money, sex, and power*. Nova York: Longman, 1983.
18. IRIGARAY, Luce. *Ce sexe qui n'en est pas un*. Paris: Minuit, 1977.
19. JEFFREYS, Sheila. *Gender hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism*. Londres: Routledge, 2014.

20. LADEN, Anthony S. Radical liberals, reasonable feminists. *The Journal of Political Philosophy*, v. 11, n. 2, p. 133-152, 2003. <https://doi.org/10.1111/1467-9760.00171>
21. LEVY, Ariel. *Female chauvinist pigs*. Nova York: Free Press, 2005.
22. MACKINNON, Catharine A. Sex, gender, and sexuality. Entrevista a Cristan Williams. *The Trans Advocate*, online, 2015. Disponível em https://www.transadvocate.com/sex-gender-and-sexuality-the-transadvocate-interviews-catharine-a-mackinnon_n_15037.htm
23. MACKINNON, Catharine A. Trafficking, prostitution, and inequality. *Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review*, v. 46, n. 2, p. 272-309, 2011.
24. MACKINNON, Catharine A. *Are women human? And other international dialogues*. Cambridge, MA: Belknap, 2006.
25. MACKINNON, Catharine A. *Women's lives, men's laws*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
26. MACKINNON, Catharine A. *Only words*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
27. MACKINNON, Catharine A. *Toward a feminist theory of the State*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
28. MACKINNON, Catharine A. *Feminism unmodified*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.
29. MACKINNON, Catharine A. *Sexual harassment of working women*. New Haven: Yale University Press, 1979.
30. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013[1867]. Livro I.
31. MIGUEL, Luis F. *Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória*. São Paulo: Boitempo, 2017.
32. MIGUEL, Luis F. O debate sobre prostituição. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 138-145.
33. MIGUEL, Luis F. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 253-67, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100015>
34. NUSSBAUM, Martha C. *Sex and social justice*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
35. PATEMAN, Carole. *The sexual contract*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
36. PHILLIPS, Anne. Free to decide for oneself. In: O'NEILL, D.; SHANLEY, M. L.; YOUNG, I. M. (eds.). *Illusion of consent: engaging with Carole Pateman*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2008. p. 99-117.
37. RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs*, v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980.

38. ROWBOTHAM, Sheila. *Women's consciousness, man's world*. Nova York: Penguin, 1973.
39. SCHAEFFER, Denise. Feminism and liberalism reconsidered. *American Political Science Review*, v. 95, n. 3, p. 699-708, 2001. <https://doi.org/10.1017/S0003055401003082>
40. SERISIER, Tanya. How can a woman who has been raped be believed? Andrea Dworkin, sexual violence and the ethics of belief. *Diegesis*, v. 4, n. 1, p. 68-87, 2015.
41. SPIVAK, Gayatri C. Strategies of vigilance. Entrevista a Angela McRobbie. *Block*, n. 10, p. 5-9, 1985.

Recebido: 2 jul. 2021.

Aceito: 29 mar. 2022.

<http://doi.org/10.1590/18070337-118301>

Monitoração eletrônica e reincidência criminal: uma análise da literatura

Andréa Maria Silveira* 

Resumo

O uso da monitoração eletrônica (ME) pelo sistema de justiça criminal brasileiro vem se expandindo desde o final da primeira década do novo milênio e a sua aplicação está hoje presente em todos os estados da federação. Muitas polêmicas cercam a utilização da ME no Brasil e no mundo, estando no centro dos debates o seu potencial desencarcerador, o estigma que vitima as pessoas monitoradas, o direito à privacidade, e o seu papel na redução da reincidência e na reabilitação de infratores. Este artigo trata da relação entre *monitoração eletrônica e reincidência criminal*, apresentando os fundamentos teóricos utilizados por aqueles que defendem o potencial da ME em reduzir a reincidência e os achados de principais investigações internacionais que avaliaram a reincidência de pessoas monitoradas por meio de estudos de caso-controle publicados no período de 2001 a 2021. Os achados apontam estudos pouco abrangentes, que monitoraram o recidivismo dos participantes por tempo limitado. Os resultados são divergentes e não sustentam a afirmação genérica de que a monitoração eletrônica reduz a recidiva criminal.

Palavras-chave: crime, monitoração eletrônica, grupos controle, reincidência.

* Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Electronic monitoring and criminal recidivism: an analysis of the literature

Abstract

The use of electronic monitoring (EM) by the Brazilian criminal justice system has been expanding since the end of the first decade of the new millennium and its application is now present in all states of the federation. There are many controversies surrounding the use of EM in Brazil and in the world, with debates focusing on its potential to decrease the number of inmates, the stigma that victimizes monitored people, the right to privacy, and its role in reducing reoffending and in the rehabilitation of offenders. This article deals with the relationship between electronic monitoring and criminal reoffending. It presents the theoretical foundations used by those who defend the potential of EM to reduce recidivism and the findings of major international investigations that assess the recidivism of people monitored through case-control studies published in the period 2001 to 2021. The findings point to little comprehensive studies, which monitored the recidivism of participants for a limited time. The results are divergent and do not support a general claim that electronic monitoring reduces criminal recidivism.

Keywords: crime, electronic monitoring, control groups, reoffending.

Introdução

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020), a população prisional brasileira no ano de 2000 era de 232.755 internos. Em 2019, esse número atingiu a marca de 755.274 presos representando um crescimento de 224,5% no período. Deste total, 229.823 eram presos provisórios, ou seja, 35,1% desta população era composta por pessoas ainda sem condenação, e que aguardavam o julgamento.

Esse crescimento da população prisional ocorre em descompasso com a criação de vagas no sistema, cujo déficit crônico faz com que uma vaga seja ocupada por até três detentos, ou mais, dependendo da unidade prisional, sendo a razão preso/vaga média no sistema de 1,7 em 2019, ou

seja, 1,7 presos para cada vaga, estimando-se um déficit total em números absolutos de 305.660 vagas (FBSP, 2020).

Esse cenário enseja violações de direitos, com situações como unidades prisionais superlotadas e insalubres, disseminação de doenças transmissíveis, aumento da violência entre detentos (Rudnicki, 2011; Barbosa, 2013; Santos, 2017; Nogueira; Abrahão, 2009; Coelho *et al.*, 2009; Rangel; Bicalho, 2016; Constantino *et al.*, 2016); corrupção de agentes públicos, presença de drogas e do crime organizado dentro das unidades (Adorno; Salla, 2007; Adorno; Dias, 2013; Alvarez *et al.*, 2013; Manso; Dias, 2017; Dias; Manso, 2018; Varella, 2017), ociosidade entre os internos, assistência à saúde e assistência jurídica inadequadas, prática de maus tratos (abusos verbais, violência física e moral), motins, rebeliões, fugas. Destaca-se, ainda, a convivência de pessoas com diferentes trajetórias e experiências de violações penais, favorecendo o aprendizado e a articulação criminosa (Alvarenga, 2017; Varella, 2017).

A necessidade de reduzir o tamanho da população prisional e os custos do sistema têm colocado as alternativas não custodiais no centro do debate. Ademais, sabe-se que o aprisionamento apresenta efeitos colaterais e de longo prazo sobre a saúde, a estabilidade das relações afetivas, a família, o desenvolvimento dos filhos e as relações com a comunidade e o mercado de trabalho, de tal forma que a punição não finda com o cumprimento da pena (Hagan; Foster, 2012; Apel, 2016; Turney *et al.*, 2012; Alós *et al.*, 2014).

Este texto irá tratar da relação entre monitoração eletrônica e reincidência criminal. A prevenção da reincidência não constitui um objetivo da monitoração eletrônica no Brasil, mas estudiosos no cenário internacional se debruçam sobre essa relação. Apresentaremos os marcos legais que regularizam a monitoração eletrônica de pessoas e uma breve apresentação dos estudos sobre reincidência criminal no país. Em seguida apresentaremos os principais elementos do debate sobre monitoração eletrônica e a reincidência criminal tendo por referência a literatura internacional, uma vez que inexistem dados empíricos sobre o tema no Brasil. Para tal, realizamos uma revisão bibliográfica nas bases do SciELO,

Portal da Capes e Google Scholar em 15/04/2020 utilizando as seguintes palavras-chave: *electronic monitoring*, *reoffending*, *crime*, e *control groups*. Buscou-se artigos disponibilizados na íntegra, em português e inglês, publicados em periódicos com revisão por pares no período entre 2001 e 2021 que avaliassem os efeitos da monitoração eletrônica sobre a reincidência criminal por meio de estudos caso-controle ou estudos de metanálise de estudos caso-controle. Foram excluídas dissertações, teses, relatórios de pesquisa, relatórios gerenciais, protocolos, livros, e capítulos de livros. Foram avaliados os títulos e resumos de todas as publicações. No Scielo não foram encontrados artigos que atendessem aos critérios definidos. No Portal da Capes foram encontrados 2 artigos e no Google Scholar foram encontradas 9.520 publicações ordenadas por aquela plataforma pela relevância, ou seja, dos mais citados para os menos citados. Considerando o grande número de publicações, a pesquisadora optou por apreciar as 100 mais citadas. Dessas foram excluídos: três livros, quatro capítulos de livros, um protocolo, um relatório gerencial, 11 relatórios de pesquisa, uma tese de doutorado, uma dissertação de mestrado. Foram ainda excluídos 71 artigos cujo método não atendia aos critérios de inclusão. Dessa forma, sete estudos foram analisados. Os dois artigos identificados no Portal da Capes também foram contemplados na revisão realizada no Google Scholar.

A monitoração eletrônica no Brasil

Em 2021 a monitoração eletrônica está presente no Brasil em todos os estados da federação e no distrito federal. O Modelo de Gestão para Monitoração Eletrônica de Pessoas entende por monitoração eletrônica

os mecanismos de restrição da liberdade e de intervenção em conflitos e violências, diversos do encarceramento, no âmbito da política penal, executados por meios técnicos que permitem indicar de forma exata e ininterrupta a geolocalização das pessoas monitoradas para controle e vigilância indireta, orientados para o desencarceramento (Pimenta, 2017, p. 14).

A utilização desses dispositivos foi introduzida no país pela Lei 12.258 de 2010, que alterou o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal – Brasil, 1984), prevendo a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos de saída temporária no regime semiaberto e no cumprimento de prisão domiciliar. Dessa forma, no início, a monitoração eletrônica foi prevista para utilização na execução penal e, na prática, para operar como mecanismo de expansão do controle penal, aumentando o rigor do cumprimento da pena de restrição de liberdade, uma vez que, antes da publicação da Lei, esses condenados gozavam de tais benefícios sem monitoramento do seu trânsito por meio de controle georeferenciado de seus movimentos (Pimenta, 2020; Campello, 2015). Por dirigir-se a pessoas que já se encontravam no sistema prisional, a Lei 12.258 pouco contribui no sentido de redução da população carcerária.

Em 2011, a publicação da Lei 12.403, chamada de Lei das Medidas Cautelares (Brasil, 2011) modificou o Código de Processo Penal, aplicando-se a toda a persecução penal, visando a substituição ou minimização das prisões cautelares, de tal forma a propor alternativas diversas à prisão e à liberdade condicionada, colocando a prisão provisória como último recurso aplicável, apenas aos suspeitos. A Lei nº 12.403/2011 apresenta nove medidas cautelares diversas da prisão preventiva, a saber: comparecimento periódico em juízo, proibição de acesso ou frequência a determinados lugares; proibição de manter contato com pessoa determinada; proibição de ausentar-se da Comarca; recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga; suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira; internação provisória do acusado de crimes violentos quando for inimputável ou semi-imputável; fiança; monitoração eletrônica. Nos termos dessa lei, a monitoração eletrônica se coloca como uma alternativa ao cárcere apenas se não se aplicar outra medida menos gravosa.

Já a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dispõe

sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Nas situações de violência doméstica, os magistrados podem fixar o limite mínimo de distância entre o agressor e vítima como medida protetiva de urgência, ou seja, como medida garantidora da proteção a mulher, a partir de mecanismos cautelares. Contudo, a Lei Maria da Penha não garante a fiscalização da medida, o que ocorre com a aplicação da monitoração eletrônica, pois se acredita que ela pode coibir a desobediência à decisão, trazendo mais segurança às mulheres. Além disso, as mulheres podem utilizar, quando da monitoração dos agressores, a Unidade Portátil de Rastreamento (UPR). Trata-se de dispositivo que monitora em tempo real a localização de quem porta a UPR e de quem utiliza a “tornozeleira” de tal modo a identificar a aproximação entre o autor e a mulher, quando o primeiro viola o distanciamento determinado pelo judiciário (Pimenta, 2020).

Por fim, o Decreto nº 7.627/2011 regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas, com determinações específicas para a execução das Leis nº 12.258/10 e 12.403/11 com ênfase na necessidade de manutenção da integridade física e moral da pessoa monitorada (Brasil, 2011). O Decreto prevê que órgãos de gestão penitenciária devem administrar, executar e controlar a monitoração eletrônica e destaca a importância de equipes multidisciplinares para o acompanhamento da medida, articulando a monitoração com a rede de proteção social para assegurar acesso ou continuidade da vida no trabalho, escola, serviços de saúde e laços familiares e comunitários. O decreto estabelece ainda as responsabilidades de gestores e trabalhadores das centrais de monitoração na manutenção da confidencialidade de dados e informações sobre as pessoas monitoradas.

Reincidência criminal

No Brasil, do ponto de vista legal, a reincidência criminal é definida no artigo 63 que deve ser lido de forma conjugada com o artigo 64 do Código Penal (Brasil, 1941). Assim, ocorre a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença, até cinco

anos após a extinção da pena anterior. Dessa forma, do ponto de vista jurídico-penal para configurar a reincidência, é necessária uma sentença condenatória transitada em julgado, ou seja, uma condenação para a qual não se apliquem mais recursos e que o novo crime tenha ocorrido até cinco anos após o término da pena anterior.

Na literatura sociológica, a reincidência encontra vários conceitos e tipologias, tais como a reincidência autodeclarada, a reincidência identificada por meio de registro policial, a decorrente de novo processamento penal pelo mesmo crime, a decorrente de um novo aprisionamento, ou de um processamento penal por novo tipo de crime (Capdevila; Puig, 2009). Nos estudos realizados no Brasil, os conceitos mais utilizados são: o de reincidência legal, já definida em parágrafo anterior; a reincidência genérica, quando há mais de um ato criminal, independentemente de condenação ou mesmo autuação; a reincidência penitenciária, quando um egresso do sistema prisional é reencarcerado por nova condenação ou prisão cautelar; e a reincidência criminal, quando há mais de uma condenação, independentemente do prazo estabelecido pela legislação (Almeida, 2018).

No que diz respeito à quantificação da reincidência no país, temos poucos estudos. Adorno e Bordini (1986) monitoraram indivíduos egressos do sistema prisional paulista no período de janeiro de 1974 a dezembro de 1985, verificando taxa de reincidência penitenciária de 46,03%. Lemgruber (1989) estudou a reincidência no estado do Rio de Janeiro verificando reincidência de 30,7%, para os homens de 31,3% e para as mulheres de 26%. Mariño (2002) estudando o estado do Rio Grande do Sul encontrou, a partir de dados oficiais, reincidência de 26,8% entre 1986 e 1996. O IPEA (2015) estudou a reincidência a partir de dados obtidos nas varas de execução criminal dos estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Rio de Janeiro e identificou reincidência de 24,4%. Saporì, Santos e Maas (2017) estudaram as taxas de reincidência em Minas Gerais entre os libertos em 2008, durante os cinco anos que se seguiram à saída do sistema prisional, encontrando percentuais de 51,4%. Todos os quatro estudos se debruçaram ainda sobre os perfis individuais dos reincidentes encontrando

em comum o sexo masculino e baixa escolaridade. A raça dos reincidentes variou entre os estudos.

Assim, como se pode observar, às controvérsias conceituais se somam as disparidades dos percentuais de reincidência – disparidades que resultam da utilização de conceitos e de procedimentos metodológicos muito distintos entre os estudos (Adorno; Bordini, 1989; Lemgruber, 1989; IPEA, 2015; Sapori *et al.*, 2017).

Mas, se os percentuais são díspares, por outro lado, parece não ser objeto de controvérsia que o fenômeno traduz, em grande medida, o fracasso da capacidade ressocializadora/reabilitadora do sistema prisional, além de chamar atenção para o grave problema da constituição de trajetórias criminosas.

Outra linha de estudos sobre reincidência, frequente no cenário internacional, debruça-se sobre os fatores internos ao sistema de justiça criminal, particularmente as condições das prisões, que podem afetar (no sentido de aumentar) a propensão de ex-detentos ao cometimento de novos crimes. Esses estudos destacam a importância da percepção de não ser tratado de forma justa e decente (Murphy *et al.*, 2009; Sunshine; Tyler, 2003; Tyler; Jackson, 2014; Beijersbergen *et al.*, 2016; Auty; Liebling, 2020) os longos tempos de aprisionamento (Hsieh; Hamilton; Zgoba, 2018), a longa convivência com uma cultura de oposição e criminogênica que é nefasta, principalmente para infratores de baixo risco (Clemmer, 1958), e a interação entre sujeitos de diferentes trajetórias infracionais levando ao aprendizado do crime (Ferreira, 2011).

Outros fatores seriam a precariedade das condições de aprisionamento, expressa na insalubridade das instalações, superlotação e precárias condições de cuidado à saúde (Drago; Galbiati, 2011; Ferreira, 2011), a rotulação de criminosos, estigma e a degradação do capital humano com consequentes dificuldades de acesso ao mercado de trabalho quando do término do cumprimento da pena (Sherman *et al.*, 1992; Ferreira, 2011), principalmente se a atividade ocupacional pregressa exigia confiança (Waldfoegel, 1994).

Da mesma forma, níveis de segurança mais elevados dos estabelecimentos prisionais não implicaram em menor reincidência (Chen; Shapiro, 2007).

Esses estudos atribuem ao sistema prisional papel indutor/potencializador na constituição de carreiras criminosas, trazendo achados e reflexões que fortalecem as discussões em torno da necessidade de redução das penas de aprisionamento e da utilização de alternativas, pois apontam que é bastante questionável a capacidade de contenção (*deterrence*) da simples perda de liberdade, sobre o comportamento criminoso.

A monitoração eletrônica e reincidência: fundamentos teóricos

A monitoração eletrônica tem sido utilizada ao redor do mundo com múltiplas finalidades tais como: substituir penas de aprisionamento, substituir sanções não custodiais como serviço na comunidade, ou ampliar o espectro de alternativas penais, colocando-se como mais uma opção (Renzema; Mayo-Wilson, 2005; Andersen; Telle, 2016).

Os estudos brasileiros sobre monitoração eletrônica se concentram no seu processo de implementação e nos impactos que o uso da tornozeleira tem na vida das pessoas monitoradas durante o tempo de cumprimento da medida, pouco se dedicando aos eventuais desfechos no longo prazo (Bottino, 2017; Campello, 2019; Mariath, 2010; Pimenta, 2018; Souza, 2019; Zackseski, 2015). Um destes efeitos de longo prazo é a reincidência.

Nos Estados Unidos da América, os programas, que a partir da década de 1970 buscavam alternativas ao encarceramento crescente por meio de ações na comunidade, com objetivos de reabilitação e dissuasão específica, foram substituídos pelos objetivos de retribuição, incapacitação e dissuasão geral, gerando uma cultura de controle (Garland, 2001) e um debate que contrapõe duas posições – de um lado vigilância e controle e do outro lado tratamento.

Muitos, então, passaram a defender o que consideram uma solução intermediária entre o encarceramento e a liberdade, tendo a monitoração eletrônica como um mecanismo que evitaria a superlotação do sistema prisional, criaria condições de participação monitorada na vida comunitária, e propiciaria uma hipotética redução de custos.

Além disso, a ME se diferencia da prisão em seu efeito sobre as perspectivas no mercado de trabalho e na integração social do infrator, supostamente por gerar menor estigma social e menores perdas de habilidades ocupacionais do que o aprisionamento. Presume-se que a ME gera efeitos colaterais menos prejudiciais do que a prisão e tem um caráter mais humano (Baker, 2005; Black; Smith, 2003; Worrall, 2001). No cenário brasileiro, esta suposição é controversa, já que vários estudos apontam que a monitoração eletrônica pode ser muito estigmatizante e trazer problemas para a vida comunitária (Souza, 2019; Pimenta; Zackseski, 2018; Pimenta; Pimenta, 2019).

A suposição de que a monitoração eletrônica possa reduzir o recidivismo encontra seus fundamentos em pelo menos três vertentes teóricas. A primeira é a Teoria da Escolha Racional, que ampara a ideia de que a monitoração contínua, ao gerar a consciência de um maior risco de detecção, pode ter um efeito dissuasor (Cornish; Clarke, 1986), inibindo a pessoa monitorada de cometer novas infrações com base em considerações de custo-benefício. Supõe-se que o cálculo racional e a consciência da pessoa monitorada de que, com a vigilância contínua, o seu paradeiro é facilmente detectado podem dissuadi-la do cometimento de novo crime (Meuer; Woessner, 2020).

Na mesma linha argumentativa, a teoria da dissuasão específica defende que somos afetados pelos custos e recompensas que decorrem de nosso comportamento. Assim, comportamo-nos com base na expectativa de receber alguma recompensa por fazê-lo, ou de evitar algum tipo de punição por não o fazer ou por fazer outra coisa. Dessa forma, por hipótese, o sistema de justiça criminal pode reduzir a ocorrência de crimes ao prender e punir os infratores com base em dois mecanismos: a dissuasão do infrator em cometer novamente a infração (dissuasão específica) e da sociedade como um todo ao testemunhar o que ocorre com quem infringe as regras (dissuasão geral) (Paternoster; Bachaman, 2012).

Se, por um lado, estar monitorado eletronicamente, ao invés de estar encarcerado, pode gerar a percepção de que o custo da punição é baixo, implicando em uma relação positiva entre punição leve – monitoração eletrônica – e reincidência, por outro lado, este argumento se contrapõe às

várias teorias que apontam para uma relação negativa vis a vis o potencial criminogênico das prisões, por meio de suas duras condições de vida e/ou os efeitos dos pares, já descritos anteriormente, que não estão presentes ou estão menos presentes sob a monitoração eletrônica. Em particular, a monitoração eletrônica pode evitar o contato com criminosos experientes ou reduzir a percepção de que a sociedade é má e merecedora do crime que recebe (Meuer; Woessner, 2020).

A segunda teoria é a Teoria da Atividade rotineira (Felson; Clarke, 1998). De acordo com esta teoria, o crime ocorrerá quando um infrator motivado encontrar um alvo adequado na ausência de um guardião. Isso é mais provável de ocorrer quando o indivíduo realiza suas atividades rotineiras, está mais ciente das oportunidades no local em que vive e nos locais onde circula com maior frequência (Brantingham; Brantingham 2016). A monitoração eletrônica ao rastrear os movimentos e a localização de um infrator, pode dissuadi-lo de transitar em locais onde as vítimas potenciais podem ser localizadas. Além disso, a determinação da medida de monitoração pode vir acompanhada de restrições de quando e aonde a pessoa monitorada pode ir, reduzindo as oportunidades criminosas.

Outra formulação da mesma teoria poderia ser a de que a monitoração eletrônica ajudaria o infrator a manter uma agenda diária pró-social, que reduziria as oportunidades de envolvimento no crime, ao articular-se a condições como manter-se em casa ou evitar a frequência a determinados lugares, contribuindo para minimizar as oportunidades de crime. Em síntese, a tornozeleira e as outras condições impostas podem contribuir no sentido de criar uma nova rotina longe de oportunidades criminogênicas, além do fato de a tornozeleira, operar como um guardião.

Embora esses mecanismos operem no período durante o qual o indivíduo está monitorado, especula-se um efeito de longo prazo, ajudando na organização de um estilo de vida mais estruturado que levaria à internalização dos controles anteriormente assegurados pelo uso da tornozeleira (Bottos, 2007; Meuer; Woessner, 2020).

Contudo, é questionável que a ME isoladamente influencie um hábito ou personalidade. Para que a monitoração eletrônica tenha tal efeito, medidas adicionais de reintegração e reabilitação devem ser agregadas, sendo a ME idealmente um elemento que integra um conceito mais abrangente de reabilitação, estimulando a participação em outras medidas que favorecem a reinserção social (Meuer; Woessner, 2020).

Teorias criminológicas que argumentam serem os laços sociais formais e informais aspectos chaves para entender o processo de reincidência e desistência do crime (Agnew, 1992, 2001; Laub; Sampson, 2001; Sampson; Laub, 1993) permitem supor que alternativas não custodiais à prisão podem aumentar a perspectiva de construção de outra trajetória de vida, longe da criminalidade. Nesse sentido, relações sociais de apoio, suporte social, e inclusão no mundo do trabalho são fatores importantes para a reabilitação e reintegração (Hirschi, 1986).

Teoriza-se que um dos mais fortes mecanismos redutores de reincidência propiciados pela ME é o seu potencial de facilitar a liberação precoce ou evitar o encarceramento e, assim, preservar a proteção dos fatores pró-sociais, como o trabalho ou laços familiares e/ou comunitários, atenuando ou evitando os efeitos da prisão (Andersen; Telle, 2016; Fallesen; Andersen, 2017; Larsen, 2017; Yeh, 2010). De acordo com Padgett *et al.* (2006), o local de trabalho tem um efeito estruturante e melhora a estabilidade do estilo de vida, um fator que pode apoiar a desistência do crime. Além disso, a pessoa que recebe a ME em substituição à pena de restrição de liberdade não perde habilidades de trabalho, o que ocorre com frequência durante o encarceramento (Western *et al.*, 2001). Ressalta-se que, para criminosos de baixo risco, o ambiente prisional é considerado altamente criminogênico, por favorecer o aprendizado do comportamento criminoso devido às influências da subcultura criminogênica (Clemmer, 1958; Goffman, 2001; Varela, 2017; Di Tella; Schargrodsky, 2013).

Pode-se ainda identificar que a ME preserva dois elementos importantes: a autonomia e os relacionamentos (Deci; Ryan, 2000), facilita o fortalecimento pessoal e a agência, porque os infratores mantêm maior

nível de controle sobre sua própria vida (em comparação à prisão) e permite que os indivíduos mantenham contato com a família e amigos, o que contribui para a interdependência que é essencial para todas as relações humanas (Ward *et al.*, 2007).

Assim, o seu objetivo não seria apenas reduzir o risco de reincidência (o que protege a sociedade), mas também apoiar os infratores no desenvolvimento de uma vida boa (Robertson *et al.*, 2011).

Tudo isso considerado, o pressuposto para adoção da monitoração eletrônica pode ser a expectativa de que as pessoas monitoradas serão encorajadas a modificar o seu comportamento. Fundamenta-se na crença de que o controle penal pode incitar uma mudança psicológica, tendo por suposição que a contínua vigilância, combinada com a expectativa de uma punição certa e rápida diante de violações, estimulará mudanças de comportamento. O objetivo final seria a desistência do cometimento de novos crimes, a redução do encarceramento e do recidivismo.

Belur *et al.* (2020) realizaram uma revisão sistemática sobre a eficácia do Monitoramento Eletrônico (EM) na redução da reincidência. A revisão combinou os resultados de uma meta-análise de estudos com desenhos diversos e síntese qualitativa de inspiração realista, encontrando na meta-análise, que envolveu 18 estudos, que o efeito geral da ME na reincidência foi favorável. Destaca-se, contudo, que o efeito foi significativo para estudos que usavam taxas de risco, mas não significativo para aqueles que usavam dados proporcionais. Foram ainda evidenciadas reduções estatisticamente significativas na reincidência de agressores sexuais monitorados eletronicamente quando comparados àqueles que foram aprisionados. Os autores identificaram mecanismos situacionais e comportamentais que podem reduzir a reincidência. Os mecanismos situacionais referem-se às maneiras pelas quais a manipulação do ambiente imediato pode aumentar o risco, o esforço, ou reduzir as recompensas. O mecanismo situacional mais mencionado nos estudos foi que a ME aumentou o risco percebido de infratores serem pegos se violassem ou tentassem violar a lei ou as condições de seu programa de monitoração.

Os mecanismos sociais explicam como as condições sociais mais amplas e a exposição a diferentes contextos sociais e morais afetam a moralidade de diferentes indivíduos. Assim, os mecanismos comportamentais e sociais tentam influenciar aqueles hábitos e padrões de pensamento do ofensor que lhes permitem cometer crimes. Para exemplificar, o toque de recolher pode levar a tempo extra em casa e proporcionar mais contato com membros da família em ambientes pró-sociais. A necessidade de obter e manter trabalho (pré-requisito em vários programas) pode dar mais estabilidade e constituir um meio pelo qual o comportamento criminoso pode ser reduzido. Os autores também verificaram que a ME é mais barata do que a prisão, mas mais dispendiosa do que liberdade condicional.

Reincidência e monitoração eletrônica no cenário internacional

Nesta seção, apresentamos os sete estudos que atenderam aos critérios de inclusão na revisão, ou seja, estudos quantitativos cujo desenho incluiu grupos caso e controle, submetidos a revisão por pares, publicados entre 2001 e 2021 em língua inglesa.

Finn Muirhead-Steves (2002), estudando a eficácia da ME para supervisão da liberdade de infratores masculinos que cometeram crimes violentos no estado da Georgia (USA), compararam um grupo que recebeu supervisão com ME em 1996 (N = 128) com outro grupo aleatório que não recebeu tal supervisão quando libertado em 1995 (N = 158). O critério de eficácia foi o não retorno à prisão até 48 meses após a liberação. Os autores verificaram, após o controle de variáveis demográficas e de história criminal, que a ME não teve efeito direto sobre a probabilidade de um novo crime com retorno à prisão. Pessoas em liberdade condicional que relataram problemas com drogas tinham maior probabilidade de reincidir e de fazê-lo mais rapidamente. Os criminosos sexuais monitorados retornaram 18 vezes menos à prisão do que aqueles não monitorados. Os infratores em ME que eventualmente retornaram a prisão, permaneceram na comunidade mais tempo do que aqueles que não passaram pela ME.

Renzema e Mayo-Wilson (2005) são autores de um dos estudos mais citados sobre a relação entre monitoração eletrônica e reincidência criminal. Os autores realizaram revisão que investigou até que ponto o ME afeta o comportamento criminoso em populações de risco moderado a alto, por meio de meta-análise de estudos realizados entre 1986 e 2002 que incluíram pelo menos um grupo de comparação. Os autores chamaram a atenção para a escassez de informações confiáveis e concluíram que os dados existentes não suportam a afirmação de que a ME constitui uma ferramenta para reduzir crimes no longo prazo.

Marklund e Hølemberg (2009), em estudo realizado na Suécia, estudaram os casos que tiveram redução de sua pena de encarceramento por meio da aplicação da monitoração eletrônica, após aprovação da candidatura do preso para receber essa medida. A alocação dos indivíduos nos grupos caso ou controle não foi aleatória, mas ocorreu pareamento entre casos e controle segundo outras características. Os presos que concluíram suas penas com ME foram comparados com o grupo de controle correspondente, que não foi incluído no programa de liberação com ME. O grupo de pessoas monitoradas foi constituído de 260 indivíduos que completaram seu período de ME entre novembro de 2001 e junho de 2003. O grupo controle compreendeu 260 pessoas que foram liberadas da prisão entre maio de 2001 a abril de 2002. O acompanhamento dos grupos durou 12 meses. Os resultados indicaram que o grupo em monitoração eletrônica reincidiu menos do que o grupo de controle que permaneceu na prisão. No entanto, não foi possível afirmar em que medida isso foi resultado da monitoração eletrônica (ME) ou dos demais elementos incluídos no programa. As pessoas monitoradas que menos reincidiram foram aquelas com idade acima de 37 anos e aquelas que já haviam sido condenadas por uma a duas ocasiões.

Killias *et al.* (2010) realizaram experimento na Suíça, por meio do qual 240 ofensores foram aleatoriamente destinados ao serviço comunitário (120) e monitoração eletrônica (120). Os desfechos estudados foram reincidência no período de 12 a 24 meses após o início da execução da

sentença, autorrelato de delinquência, e medidas de integração social (casamentos, contração de dívidas e renda). Os achados apontaram que os sujeitos monitorados reincidiram menos ($p < 0,08$) do que aqueles aos quais foi atribuído o serviço comunitário.

Turner *et al.* (2015) estudaram a eficácia da monitoração eletrônica no estado da Califórnia (USA) comparando um grupo de 94 ofensores sexuais de alto risco (pedofilia ou múltiplos eventos) em liberdade condicional com monitoração eletrônica com um grupo de 91 ofensores sexuais com as mesmas características do grupo anterior em supervisão por oficiais da condicional. Os grupos foram acompanhados por 12 meses verificando-se a inexistência de diferenças no que diz respeito ao cometimento de novos crimes sexuais ou agressão; mas ocorreram diferenças no cometimento de violações “não criminais” da condicional e nas fugas, que foram menores no grupo monitorado.

Monnery, Hennequelle e Kensey (2016) realizaram um estudo quase experimental na França, onde a ME começou como um experimento local em quatro tribunais, em 2000-2001 e, posteriormente, foi adotada por outros tribunais (2002-2003). A amostra foi composta de 3185 ofensores condenados à prisão, dos quais 469 foram beneficiados desde o início com ME e 2716 foram mantidos encarcerados. Os achados apontaram que a conversão de sentenças de prisão em medidas de monitoração eletrônica teve efeitos de longo prazo sobre a reincidência, com redução do cometimento de novos crimes em 9-11% após 60 meses. Verificaram, também, que, quando da reincidência, ela ocorria por meio do cometimento de crimes menos graves em comparação aos crimes cometidos por quem cumpriu pena de prisão. Esses efeitos benéficos seriam maiores para as pessoas monitoradas que receberam visitas de supervisores em casa, trabalharam enquanto estavam sob a ME e já haviam passado pela prisão antes.

Meuer e Woessner (2020) realizaram estudo randomizado em Baden-Württemberg (Alemanha), entre 2010 e 2012. Naquele país, a ME é utilizada para evitar a prisão provisória e na liberdade condicional, para evitar o encarceramento de infratores de baixo risco que não puderam pagar uma

multa, e facilitar a preparação para a liberação de prisão (ou seja, detenção em casa e liberação antecipada para o trabalho). Os autores estudaram o recidivismo após o final da monitoração, por pessoas que receberam essa medida quando da liberação para o trabalho externo ou prisão domiciliar, como medida que antecedeu a liberação definitiva. Os 137 participantes do estudo foram aleatoriamente alocados nos grupos caso e controle. O estudo verificou não existirem diferenças estatisticamente significativas no recidivismo entre monitorados e não monitorados, após monitoramento de recidivas por período que variou de 12 a 36 meses.

Os estudos que foram objeto da análise neste artigo são pouco abrangentes, monitoraram o recidivismo dos participantes por tempo limitado, apresentam resultados divergentes e não sustentam a afirmação genérica de que a monitoração eletrônica reduz o recidivismo. Em sua maioria, tiveram amostras pequenas, e pouco controle das diferenças entre os indivíduos estudados, o que dificulta conclusões sobre a causalidade dos achados. Em alguns estudos, os participantes se candidataram a ME, tinham antecedentes criminais mais leves do que os controles que permaneceram aprisionados e tendiam a ter outros indicadores socioeconômicos melhores.

Ressalta-se, ainda, a possibilidade de diferenças entre os programas, principalmente no que diz respeito à rede de suporte e inclusão em outras ações, como tratamento contra alcoolismo e outras drogas, atividades de profissionalização, escolarização, inclusão produtiva etc. – o que pode impactar no desfecho. Por fim, deve-se considerar que a redução nas recidivas pode decorrer da ativação de vários fatores e não exclusivamente da ME.

Considerações finais

Reduzir o recidivismo e mudar o comportamento no longo prazo (desistência do crime) é um grande desafio. A redução da recidiva criminal nunca esteve entre os objetivos da Monitoração Eletrônica no Brasil, que teve por alvo principal a redução do encarceramento.

No Brasil, a ME é utilizada na prática como um método de controle e não como um elemento de uma proposta abrangente de reabilitação.

Além disso, devido à existência de vários esquemas de aplicação que se concentram em pessoas com diferentes níveis de risco, é difícil tirar conclusões gerais sobre o efeito da ME no país.

Os potenciais benefícios da ME devem ser pesados em relação aos custos tais como a institucionalização de novas populações, as quais, em outras circunstâncias, estariam em liberdade ou em regime aberto sem tornozeleira. Considere-se, ainda, que ter o recidivismo como objetivo pode ampliar as populações sob vigilância e expandir o alcance do sistema de justiça criminal.

Os achados dos estudos aqui analisados sugerem que a vigilância por meio da ME muda o comportamento apenas no curto prazo. Assim, deve ser acompanhada de programas fora do sistema prisional, que apoiem as pessoas no longo prazo, por meio de abordagens na comunidade. Os recursos eventualmente economizados com a ME devem ser dirigidos para investimentos na comunidade, como criação de empregos, capacitação profissional, educação etc. e não retornar ao sistema de justiça criminal.

Por fim, no nosso meio, a ME ainda carece de uma avaliação de impacto que forneça evidências que possam orientar os gestores públicos quanto à validade da continuidade e expansão dos investimentos nessa política como estratégia para o desencarceramento.

Andréa Maria Silveira é médica e Doutora em Ciências Humanas. Docente do Departamento de Medicina Preventiva e Social da UFMG e pesquisadora do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG (CRISP/UFMG).

✉ silveira@medicina.ufmg.br

Agradecimentos

A autora Andréa Maria Silveira agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), que financiou, por meio (processo APQ nº 03132-15) a execução da pesquisa apresentada neste artigo.

Referências

1. ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana. Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 9, n. 3, p. 70-94, 1989.
2. ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila N. Articulação entre o mundo interno e externo às instituições prisionais: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37, 2013, Águas de Lindóia. *Anais [...]*. São Paulo: ANPOCS, 2013.
3. ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos avançados*, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300002>
4. AGNEW, Robert. Building on the foundation of general strain theory: specifying the types of strain most likely to lead to crime and delinquency. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 38, n. 4, p. 319-361, 2001. <http://dx.doi.org/10.1177/0022427801038004001>
5. AGNEW, Robert. Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. *Criminology*, n. 30, p. 47-88, 1992. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1992.tb01093.x>
6. ALMEIDA, Vinicius. Carreiras criminais, continuidade heterotípica e genocídio: os problemas estatísticos e estruturais da reincidência no Brasil. *Boletim IBCCRIM*, n. 306, p. 15-16, 2018. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/noticias/exibir/6870/>
7. ALÓS, Ramon; ESTEBAN, Fernando; JÓDAR, Pere; MIGUÉLEZ, Fausto. Effects of prison work programmes on the employability of ex-prisoners. *European Journal of Criminology*, v. 12, n. 1, p. 35-50, 2014. <https://doi.org/10.1177/1477370814538776>
8. APEL, Robert. The effects of jail and prison confinement on cohabitation and marriage. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, v. 665, n. 1, p. 103-126, 2016. <https://doi.org/10.1177/0002716216629360>
9. ALVARENGA, Leo J. R. Liberdade vigiada: reflexões sobre o monitoramento eletrônico no Brasil. *Revista Acadêmica Escola Superior do Ministério Público do Ceará*, v. 9, n. 1, p. 107-129, 2017. <https://doi.org/10.54275/raesmpce.v9i1.6>
10. ALVAREZ, Marcos C.; SALLA, Fernando; DIAS, Camila N. Das comissões de solidariedade ao primeiro comando da capital em São Paulo. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000100004>
11. ANDERSEN, Sinove N.; TELLE, Kjetil. Electronic monitoring and recidivism. Quasi-experimental evidence from Norway. *Statistics Norway, Discussion Papers*, n. 844, ago. 2016.
12. AUTY, Katherine; LIEBLING, Alison. Exploring the relationship between prison social climate and reoffending. *Justice Quarterly*, v. 37, n. 2, p. 358-381, 2020. <https://doi.org/10.1080/07418825.2018.1538421>
13. BAKER, Melissa. Electronic monitoring. In: BOSWORTH, M. F. (ed.). *Encyclopedia of prisons and correctional facilities*. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 283-285.

14. BALES, William *et al.* *A quantitative and qualitative assessment of electronic monitoring*. [Relatório]. Washington: U.S. Department of Justice, 2010. Disponível em: <https://www.ojp.gov/pdffiles1/nij/grants/230530.pdf>
15. BARBOSA, Antonio R. Grade de ferro? Corrente de ouro! Circulação e relações no meio prisional. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 107-129, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000100006>
16. BEIJERSBERGEN, Karin A.; DIRKZWAGER, Anja J. E.; NIEUWBEERTA, Paul. Reoffending after release: does procedural justice during imprisonment matter? *Criminal Justice and Behavior*, v. 43, n. 1, p. 63-82, 2016. <https://doi.org/10.1177/0093854815609643>
17. BELUR, Jyoti; THORNTON, Amy; TOMPSON, Lisa; MANNING, Matthew; SIDEBOTTOM, Aiden; BOWERS, Kate. A systematic review of the effectiveness of the electronic monitoring of offenders. *Journal of Criminal Justice*, v. 68, 2020.
18. BLACK, Matt; SMITH, Russel G. Electronic Monitoring and the Criminal Justice System. *Trends and Issues in Crime and Criminal Justice*, v. 254, p. 1-6, maio 2003.
19. BOTTINO, Thiago, PRATES, Fernanda. Notas sobre a política de monitoração eletrônica no estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, v. 3, n. 2. p. 719-746, 2017. <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v3i2.68>
20. BOTTOS, Shauna. *An overview of electronic monitoring in corrections: the issues and implications*. Research report n. R-182. Ottawa: Correctional Service of Canada. 2007. Disponível em: https://publications.gc.ca/collections/collection_2010/scc-csc/PS83-3-182-eng.pdf
21. BRANTINGHAM, Paul J.; BRANTINGHAM, Patricia L. Crime pattern theory. In: Wortley R.; TOWNSLEY, M. (ed.). *Environmental criminology and crime analysis*. Portland: Willan Publishing, 2016. p. 78-93.
22. BRASIL. *Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011*. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12403.htm
23. BRASIL. *Lei nº 12.258, de 15 de junho de 2010*. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos em que especifica. Brasília: Presidência da República, 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12258.htm
24. BRASIL. *Decreto nº 7.627, de 24 de novembro de 2011*. Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas prevista no Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7627.htm

25. BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Presidência da República, 2006.
26. BRASIL. *Lei 7.210, de 11 de julho de 1984*. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília: Presidência da República, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm
27. BRASIL. Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. *Código de processo penal*, 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm
28. CAMPELLO, Ricardo U. O carcereiro de si mesmo. *Tempo Social*, v. 31, n. 3, p. 81-97, 2019. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.161057>
29. CAMPELLO, Ricardo U. *A implementação do monitoramento eletrônico no Brasil*. Parecer elaborado no âmbito do Programa Justiça Sem Muros do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. São Paulo: ITTC, 2015.
30. CAPDEVILA, Manoel; PUIG, Marta F. *Tasa de reincidencia penitenciaria 2008*. Barcelona: Àmbit social i criminològic, 2009. Disponível em: http://cejfe.gencat.cat/web/.content/home/recerca/catalog/crono/2009/taxaReincidencia2008_ES.pdf
31. CHEN, Keith; SHAPIRO, Jesse M. Do harsher prison conditions reduce recidivism? A discontinuity-based approach. *American Law and Economics Review*, v. 9, n. 1, p. 1-29, 2007. <https://doi.org/10.1093/aler/ahm006>
32. CLEMMER, Donald. *The prison community*. 2. ed. Chicago: Holt, Rinehart and Winston, 1958.
33. COELHO, Harnoldo. et al. Soroprevalência da infecção pelo vírus da Hepatite B em uma prisão brasileira. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 124-131, jun. 2009. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2009000200003>
34. CONSTANTINO, Patrícia; ASSIS, Simone G.; PINTO, Liana W. O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 2089-2100, 2016. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.01222016>
35. CORNISH, Derick B.; CLARKE, Ronald V. *The reasoning criminal: rational choice perspectives on offending*. Londres: Springer-Verlag, 1986.
36. DECI, Edward L.; RYAN, Richard M. The “what” and “why” of goal pursuits: human needs and the self-determination of behavior. *Psychological Inquiry*, v. 11, n. 4, p. 227-268, 2000. https://doi.org/10.1207/S15327965PLI1104_01
37. DI TELLA, Rafael; SCHARGRODSKY, Ernesto. Criminal recidivism after prison and electronic monitoring. *Journal of Political Economy*, v. 121, n. 1, p. 28-73, 2013. <https://doi.org/10.1086/669786>
38. DRAGO, Francesco; GALBIATI, Roberto; VERTOVA, Pietro. Prison conditions and recidivism. *American Law and Economics Review*, v. 13, n. 1, p. 103-130, 2011.
39. FALLESEN, Peter; ANDERSEN, Lars H. Explaining the consequences of imprisonment for union formation and dissolution in Denmark. *Journal of Policy Analysis and Management*, v. 36, n. 1, p. 154-177, 2017. <https://doi.org/10.1002/pam.21933>

40. FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-14/>.
41. FELSON, Marcus; CLARKE, Ronald V. *Opportunity makes the thief: practical theory for crime prevention*. Police Research Series Paper 98. Londres: Home Office, 1998.
42. FERREIRA, Angelita R. Crime-prisão-liberdade-crime: o círculo perverso da reincidência no crime. *Serviço Social & Sociedade*, n. 107, p. 509-534, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300008>
43. FINN, Mary A.; MUIRHEAD-STEVE, Suzanne. The effectiveness of electronic monitoring with violent male parolees. *Justice Quarterly*, v. 19, n. 2, p. 293-312, 2002. <https://doi.org/10.1080/07418820200095251>
44. GARLAND, David. *The culture of control: crime and social order in contemporary society*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.
45. GIES, Stephen V. et al. *Monitoring high-risk sex offenders with GPS technology: an evaluation of the California Supervision Program*, Final Report. Washington: U.S. Department of Justice, 2012.
46. GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira. Leite. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
47. HAGAN, John; FOSTER, Holly. Children of the American prison generation: the paradoxical “spillover” school effects of incarcerating mothers. *Law & Society Review*, v. 46, n. 1, p. 37-69, 2012.
48. HIRSCHI, Travis. On the compatibility of rational choice and social control theories of crime. In: CORNISH, D. B.; CLARKE, R. V. (ed.). *The reasoning criminal: rational choice perspectives on offending*. Nova York: Springer, 1986. p. 105-118.
49. HSIEH, Mingh-Li; HAMILTON, Zachary; ZGOBA, Kristen M. Prison experience and reoffending: exploring the relationship between prison terms, institutional treatment, infractions, and recidivism for sex offenders. *Sexual Abuse*, v. 30, n. 5, p. 556-575, 2018. <https://doi.org/10.1177/1079063216681562>
50. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Reincidência criminal no Brasil*. Relatório final de atividades da pesquisa sobre reincidência criminal. Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça e o IPEA. Brasília: IPEA, 2015.
51. KILLIAS, Martin; GILLIÉRON, Gwladys; KISSLING, Izumi; VILLETZAZ, Patrice. Community service versus electronic monitoring—what works better? Results of a randomized trial. *The British Journal of Criminology*, v. 50, n. 6, p. 1155-1170, 2010.
52. LARSEN, Britt Ø. Educational outcomes after serving with electronic monitoring. Results from a natural experiment. *Journal of Quantitative Criminology*, v. 3, n. 1, p. 157-178, 2017. <https://doi.org/10.1007/s10940-016-9287-8>
53. LAUB, John H.; SAMPSON, Robert J. Understanding desistance from crime. *Crime and Justice*, n. 28, p. 1-69, 2001.

54. LEMGRUBER, Julita. Reincidência e reincidentes penitenciários no sistema penal do Estado do Rio de Janeiro. *Revista da Escola de Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul*, v. 1, n. 2, p. 45-76, 1989.
55. MANSO, Bruno P; DIAS, Camila. N. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 11, n. 2, p. 10-29, 2017.
56. MANSO, Bruno P; DIAS, Camila N. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2018.
57. MARIATH, Carlos R. Monitoramento eletrônico: liberdade vigiada. *Revista Jus Navigandi*, n. 2601, 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/17196>
58. MARÍÑO, Juan Mario F. Análise comparativa dos efeitos da base socioeconômica, dos tipos de crime e das condições de prisão na reincidência criminal. *Sociologias*, n. 8, p. 220-244, 2002. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222002000200010>
59. MARKLUND, Frederik; HOLMBERG, Stina. Effects of early release from prison using electronic tagging in Sweden. *Journal of Experimental Criminology*, v. 5, p. 41-46, 2009. <http://dx.doi.org/10.1007/s11292-008-9064-2>
60. MEUER, Katharina; WOESSNER, Gunda. Does electronic monitoring as a means of release preparation reduce subsequent recidivism? A randomized controlled trial in Germany. *European Journal of Criminology*, v. 17, n. 5, p. 563-584, 2020. <https://doi.org/10.1177/1477370818809663>
61. MONNERY, Benjamin; HENNEGUELLE, Anais; KENSEY, Annie. Better at home than in prison? The effects of electronic monitoring on recidivism in France. *Journal of Law and Economics*, v. 59, n.3, p. 629-667, 2016. <https://doi.org/10.1086/690005>
62. MURPHY, Kristina; TYLER, Tom R.; CURTIS, Amy. Nurturing regulatory compliance: is procedural justice effective when people question the legitimacy of the law? *Regulation & Governance*, v. 3, p. 1-26, 2009. <https://doi.org/10.1111/j.1748-5991.2009.01043.x>
63. NELLIS, Mike. The electronic monitoring of offenders in England and Wales: recent developments and future prospects. *The British Journal of Criminology*, v. 31, n. 2, p. 165-185, 1991. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.bjc.a048096>
64. NOGUEIRA, Péricles A.; ABRAHÃO, Regina M. C. M. A infecção tuberculosa e o tempo de prisão da população carcerária dos Distritos Policiais da zona oeste da cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 12, p. 30-38, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2009000100004>
65. PADGETT, Katy; BALES, William; BLOMBERG, Thomas. Under surveillance. An empirical test of the effectiveness and consequences of electronic monitoring. *Criminology & Public Policy*, v. 5, n. 1, p. 61-91, 2006. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9133.2006.00102.x>
66. PATERNOSTER, Ray; BACHMAN, Ronet. Perceptual Deterrence Theory. In: Cullen, F. T.; Wilcox, P. (ed.). *The Oxford Handbook of Criminological Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

67. PIMENTA, Izabella L. *Modelo de gestão para monitoração eletrônica de pessoas*. Informativo para o Sistema de Justiça. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. [recurso eletrônico]
68. PIMENTA, Izabella L. Nem benefício, nem regalia: práticas e arbitrariedades nos serviços de monitoração eletrônica de pessoas no Brasil. In: DE VITTO, R.; DAUFEMB, A. V. (org.). *Para além da prisão: reflexões e propostas para uma nova política penal no Brasil*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
69. PIMENTA, Izabella L. *Manual de gestão para a política de monitoração eletrônica de pessoas*. Brasília: DEPEN/PNUD, 2017.
70. PIMENTA, Victor M.; PIMENTA, Izabella L.; DONEDA, Danilo C. M. Onde eles estavam na hora do crime? *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 13, n. 1, p. 59-75, 2019. <http://dx.doi.org/10.31060/rbsp.2019.v13.n1.891>
71. PIMENTA, Vitor M.; ZACKSESKI, Cristina M. Corpo delito: monitoração eletrônica para além da (des)ilusão. In: MACHADO, B. A. et al. (org.). *Criminologia e cinema: semânticas do castigo*. 1. ed. São Paulo: Marcial Pons, 2018. Vol. 1, p. 142-164.
72. RANGEL, Flávio M.; BICALHO, Pedro P. G. Superlotação das prisões brasileiras: operador político da racionalidade contemporânea. *Estudos de Psicologia*, v. 21, n. 4, p. 415-423, 2016. <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160040>
73. RENZEMA, Marc; MAYO-WILSON, Evan. Can electronic monitoring reduce crime for moderate to high-risk offenders? *Journal of Experimental Criminology*, v. 1, p. 215-237, 2005. <https://doi.org/10.1007/s11292-005-1615-1>
74. ROBERTSON, Peter D.; BARNAO, Mary T.; WARD, Tony. Rehabilitation frameworks in forensic mental health. *Aggression and Violent Behavior*, v. 16, n. 6, p. 472-484, 2011. <http://dx.doi.org/10.1016/j.avb.2011.03.003>
75. RUDNICKI, Dani. Comida e direitos humanos no presídio central de Porto Alegre. *Revista Direito GV*, v. 7, v. 2, p. 515-538, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1808-24322011000200007>
76. SAMPSON, Robert J.; LAUB, John H. *Crime in the making: pathways and turning points through life*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
77. SANTOS, Thandara (org.). *Levantamento Nacional de Informações penitenciárias: INFOPEN*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017.
78. SAPORI, Luiz F.; SANTOS, Roberta F.; WAN DER MAAS, Lucas. Fatores sociais determinantes da reincidência criminal no Brasil: o caso de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, 2017. <https://doi.org/10.17666/329409/2017>
79. SHERMAN, Lawrence; SMITH, Douglas A.; SCHMIDT, Janell D.; ROGAN, Dennis P. Crime, punishment and stake in conformity: legal and informal control of domestic violence. *American Sociological Review*, v. 57, n. 5, p. 680-690, 1992. <https://doi.org/10.2307/2095921>
80. SOUZA, Rafaelle Lopes. *Controle e punição: a monitoração eletrônica em minas gerais*. 2019. 162 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

81. SUNSHINE, Jason; TYLER, Tom R. The role of procedural justice and legitimacy in shaping public support for policing. *Law & Society Review*, v. 37, n. 3, p. 513-48, 2003.
82. TURNER, Susan; CHAMBERLAIN, Alyssa W.; JANNETTA, Jesse; HESS, James. Does GPS improve recidivism among high risk sex offenders? Outcomes for California's GPS pilot for high risk sex offender parolees. *Victims & Offenders, Policy, and Practice*, v. 10, n. 1, p. 1-28, 2015. <https://doi.org/10.1080/15564886.2014.953236>
83. TURNEY, Kristen; WILDEMAN, Christophen; SCHNITTKER, Jason. As fathers and felons: explaining the effects of current and recent incarceration on major depression. *Journal of Health and Social Behavior*, v. 53, n. 4, p. 465-481, 2012. <https://doi.org/10.1177/0022146512462400>
84. TYLER, Tom R; JACKSON, Jonathan. Popular legitimacy and the exercise of legal authority: Motivating compliance, cooperation, and engagement. *Psychology, Public Policy, and Law*, v. 20, n. 1, p. 78-95, 2014. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/a0034514>
85. VARELLA, Dráuzio. *Prisioneiros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017
86. WALDFOGEL, Joel. The effect of criminal conviction on income and the trust reposed in the workmen. *Journal of Human Resources*, v. 29, n. 1, p. 62-81, 1994. <https://doi.org/10.2307/146056>
87. WARD, Tony; MANN, Ruth E.; GANNON, Theresa A. The good lives model of offender rehabilitation: clinical implications. *Aggression and Violent Behavior*, v. 12, p. 87-107, 2007. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2006.03.004>
88. WESTERN, Bruce; KLING, Jeffrey; WEIMAN, David. The labor market consequences of incarceration. *Crime & Delinquency*, v. 47, n. 3, p. 410-427, 2001.
89. WORRALL, Anne. Community sentences. In: MCLAUGHLIN, E; MUNCHIE, J. (ed.). *The SAGE dictionary of Criminology*. Londres: Sage, 2001. p. 44-45.
90. YEH, Stuart S. Cost-benefit analysis of reducing crime through electronic monitoring of parolees and probationers. *Journal of Criminal Justice*, v. 38, n. 5, p. 1090-1096, 2010.
91. ZACKSESKI, Cristina; MACIEL, Wellinton C. Vigilância eletrônica e mecanismos de controle de liberdade: elementos para reflexão. *Revista da EMERJ*, v. 18, p. 459-466, 2015.

Recebido: 28 set. 2021.

Aceito: 8 jul. 2022.

Agências de mulheres nas independências: das lutas bolivarianas aos levantes brasileiros

Elizabeth Ruano Ibarra* 

Viviane Resende* 

Resumo

Focamos na agência de mulheres em movimentos de independência do colonialismo ibérico. Na trajetória política de Manuela Sáenz, buscamos recuperar a diversidade de papéis desempenhados por mulheres na independência da coroa espanhola. No caso brasileiro, as contribuições de Bárbara de Alencar à revolução de Pernambuco, de Maria Quitéria de Jesus Alves e de Maria Felipa de Oliveira à libertação da Bahia. Embora essas trajetórias se diferenciem temporalmente, a subordinação que lhes é atribuída na historiografia é comum, daí a relevância do debate articulado de suas agências. A apropriação de saberes proibidos aponta para os esforços individualizados pelo deslocamento das condições de subordinação patriarcal. Sua ação, contudo, foi restringida pelos padrões patriarcais, obrigando-as a travestir-se ou relegando sua relevância histórica a personagens masculinos de suas relações.

Palavras-chave: patriarcado, androcentrismo, historiografia, gênero.

* Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Women's agencies in independence fights: from Bolivarian struggles to Brazilian uprisings

Abstract

In this paper, the focus is on women's agency in movements for independence from Iberian colonialism. We begin with the political trajectory of Manuela Sáenz, also seeking to recover the diversity of the roles played by women in the wars of independence against the Spanish crown. Then, for the Brazilian case, we describe the contributions of Bárbara de Alencar to the Pernambuco revolution (in Crato), Maria Quitéria de Jesus Alves and Maria Felipa de Oliveira to the liberation of Bahia. These trajectories differ, among other aspects, by their time frame, however the subordination attributed in historical narratives is a common feature. The appropriation of knowledge then forbidden for women points to the individualized efforts to break and shift the conditions of subordination. Their performance, however, is restricted by patriarchal standards, forcing them to cross-dress, in some cases, or the relevance of their historical role is relegated to some male character in their relationships.

Keywords: patriarchy, androcentrism, historiography, gender.

Introdução

Neste artigo, voltamo-nos para a agência de mulheres em movimentos de independência do colonialismo ibérico, espanhol e português.¹ Esses processos históricos diferenciam-se, dentre outros aspectos, por seu marco temporal, entretanto, têm em comum o apagamento nas narrativas históricas. O influxo patriarcal priorizou a agência masculina, privilegiando o indivíduo biológico racializado (branquitude), elitizado (classe dominante) e racional (letrado). Essa influência, relativamente constante no tempo, desdobra-se em naturalização da subalternização

¹ Agradecemos à parecerista anônima que revisou versão anterior deste artigo nos brindando com seu tempo e suas preciosas reflexões. Pareceres como o que recebemos dão mostra de engajamento respeitoso e colaborativo. Somos gratas também à Acolhética, grupo acadêmico de afeto e amadurecimento intelectual no âmbito do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso da UnB, que desde 2019 nos presenteia com escuta ativa, observações e palpites durante o processo de escrita deste e de outros trabalhos.

das mulheres, inclusive na pesquisa social. Procuramos apresentar uma visão sociológica sobre a historiográfica das independências destacando nelas a agência de mulheres.

Uma reflexão sobre os engajamentos das mulheres nos levantes brasileiros e nos movimentos na América hispânica se justifica por serem agenciamentos contra a dominação colonial ibérica. São também expressões diversas da colonialidade de gênero que domina e vitimiza a partir de pressupostos binários, dicotômicos e hierárquicos (Maria Lugones, 2014). Resgatar a experiência histórica das mulheres e o legado de suas ações na vida social permite questionar a permeabilidade da pesquisa social a estereótipos que ratificaram a ausência infundada. Assim, o artigo visa contribuir com o debate sociológico sobre os vieses androcêntricos do conhecimento histórico e social atrelado à proximidade do Bicentenário da Independência do Brasil. Para tanto, nesta introdução, tratamos brevemente sobre os conceitos de patriarcado, de androcentrismo intelectual, de colonialidade de gênero, e problematizações do termo América Latina.

De passagem coloca-se que a intelectualidade de língua espanhola nas Américas mostrou-se em sintonia para incorporar as ideias brasileiras embora sem grande entusiasmo. Isso porque até a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, o Brasil não era considerado parte da América Latina, apesar do “Pacto ABC” de 1915 e da criação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) em 1948 (Raquel Santos, 2014). Os Estados Unidos, ao contrário, a partir de 1920 considerava o Brasil como parte do subcontinente.² No âmbito das reuniões da Cúpula das Américas, em Miami em 1994, o Brasil buscou ativamente “uma política de engajamento

² No século XIX, os Estados Unidos usaram o termo *Spanish America* no contexto político das ações imperialistas contra o México. Foi na ocasião que anexaram 1,3 milhão de quilômetros quadrados do território mexicano que correspondia aproximadamente à metade daquele país, hoje Califórnia, Novo México, Utah, Nevada, Arizona e Colorado. Essa usurpação territorial se consolidou mediante o Tratado de Guadalupe Hidalgo (1848) que encerrou a guerra binacional ocorrida entre 1846 e 1848.

econômico e político com seus vizinhos da América do Sul”. A opção por esse termo, em detrimento de América Latina, indicava certa perda de “utilidade que talvez tenha tido [durante] o século XX” (Leslie Bethell, 2009, p. 311 e 314).

A utilidade do termo América Latina requer ser analisada à luz de seu caráter polissêmico. Há quem atribua o surgimento do termo à diplomacia de Luís Bonaparte no século XIX, e outros ao poema de Torres Caicedo (Dilma Diniz, 2007). Na intervenção geopolítica estadunidense contra o comunismo, denotou o suposto de inferioridade e irracionalidade dos governos da região. Ganhou destaque com o desabrochar dos *Latin American Studies*, atividade profissional sustentada por uma extensa rede institucional composta por especialistas, currículos universitários, centros de pesquisa, periódicos, editoras, associações, conferências, subvenções e estruturas de financiamento nos centros de pesquisa e universidades estadunidenses (João Feres Júnior, 2004). De outro lado, Waldo Ansaldi e Verónica Giordano (2006) destacam as resistências políticas, econômicas e culturais que atribuem a essa expressão conotações de sentido e simbolismo enquanto unidade de pertencimento. Adiante veremos que esse senso de unidade latino-americana demarcou a experiência histórica e as ações de Manuela Sáenz (1797-1856), cujo legado revisitamos para evidenciar os silenciamentos de mulheres na história.

Segundo Damaris Elers (2016), Ligia Prado e Stella Franco (2009, p. 179), na historiografia convencional, as mulheres tiveram lugar apenas quando referenciadas ou “associadas a um homem, quer seja noivo, marido ou irmão”. Ao privilegiar os líderes dos exércitos, a historiografia ocultou as múltiplas dimensões do engajamento de mulheres (Prado; Franco, 2009). Assim como a historiografia operou esse apagamento (Judith González, 2010), também o pensamento científico (como o filosófico, político e religioso) (Elers, 2016; Carosio, 2017) atribuiu à autoria masculina as descobertas científicas (María Baeta, 2015).

O caráter sociológico deste trabalho se torna mais explícito ao demarcá-lo conceitualmente nas noções de gênero e agência. O primeiro é um conceito multidimensional que trata sobre relações de poder que dão sentido específico às concepções sobre corpo sexuado, sexualidade e diferenças – físicas, socioeconômicas, culturais e políticas – humanas em contextos socio-históricos determinados (González, 2010; Lugones, 2014). As abordagens de gênero revalorizaram as contribuições das mulheres, questionando a marginalização dos papéis de mulheres na história e apontando o androcentrismo intelectual. O androcentrismo, fruto do patriarcado, traveste-se de cientificidade e legitima práticas eficazes de marginalização da autoria feminina (Dolores Sánchez, 1999), reificando e reproduzindo perspectivas masculinas na apreensão da realidade social. Resulta desse movimento a naturalização do campo científico como um lugar masculino por excelência (Nádia Lima, 2002). Em historiografia, argumentou-se que a carência de fontes justificou a ausência de mulheres nas análises. No entanto, como denunciado pelos movimentos de mulheres, essa lacuna resulta de estereótipos de longa duração (Carosio, 2017). Segundo González (2010), exigir um lugar nessa narrativa equivale a manifestar-se contra as definições estabelecidas, por exemplo, o esforço profilático exercido sobre a noção de heroína. Enquanto a heroicidade masculina é reiterada como norma, o agenciamento das mulheres esvazia-se, embutindo-o de um caráter excepcional e irrepetível.

A escritora venezuelana Teresa de la Parra, na segunda década do século XX, destacou a “influência oculta e feliz que exerceram as mulheres durante a conquista, a colonização e a independência” (Eduardo Valdés, 2000, p. 249, tradução nossa). Para ela, as mulheres da independência tornaram-se inspiradoras pela sua capacidade de realização. Assim como no registro histórico, os apagamentos científicos são construídos socialmente, podendo servir a determinados fins em detrimento de outros (Perdia, 2012). Esse ocultamento da agência das mulheres na historiografia circunscreve-se ao paradigma

androcêntrico, dualista (homem/mulher) e hierárquico (superioridade masculina) que garante sua manutenção mediante formas específicas de dominação.

Para Selznick (1992, p. 238), a “agência denota competência, intencionalidade e calculabilidade. Ser um agente é atuar com propósito”. Segundo Giddens (1984), o poder e a habilidade de fazer são mais relevantes que a intencionalidade e a sequência de realização. O conceito de agência engloba poder decisório, processos de resistência, barganha, negociação, manipulação e rejeição. Demandam inteligibilidades, habilidades, potencialidades, escolhas e realizações, que são dimensões constituídas socioculturalmente. As propriedades distintivas da agência incidem em capacidades de ação em âmbitos específicos. Assim, os agenciamentos emergem como produtos históricos derivados de conflitos, aprendizados e cooperação, cuja legitimidade se atrela tensionando as regulações vigentes. A partir desse entendimento, delimitamos nossa abordagem da participação de mulheres nas lutas por independência da colonização ibérica.

Adrienne Rich (2007) alertou sobre as modalidades de dominação masculina em relação às mulheres: i) confinamento doméstico e restrição do acesso a espaços públicos; ii) códigos de vestimenta que limitam o movimento, p. ex., saltos e saias; iii) censura de exercícios que potencializam o desenvolvimento físico; iv) trabalho doméstico não remunerado; v) assédio sexual; vi) sexualização em transações masculinas p. ex., dote da noiva ou casamento arranjado; e vii) negação do agenciamento epistêmico. O silenciamento historiográfico sobre o agenciamento das mulheres nos movimentos independentistas bolivarianos e nos levantes brasileiros relaciona-se diretamente com a última modalidade listada. Entendemos que a pena de morte para a condenação por bruxaria, o impedimento do acesso à educação, a exploração intelectual por maridos ou representantes masculinos e o apagamento da autoria e contribuições das mulheres à história humana constituem manifestações patriarcais.

Nos debates acadêmicos, o conceito de patriarcado não é ponto pacífico. Como afirmam Marlise Matos e Clarisse Paradis (2014, p. 68),

há que salientá-lo como não monolítico, transcendental, universal ou totalizante. Como o patriarcado, efetivamente, segue ainda predominante, mantendo por vezes intactas as formas de violência cotidiana sobre as mulheres, cumpre a nós pressionar pela sua desestabilização. Para fins deste artigo, conferimos prioridade às mulheres em alinhamento com Inés Quintero (2001), para quem a historiografia da emancipação se propôs interpretar sua ação fora do marco restritivo e moralizante da categoria “heroína”, buscando recuperar sua historicidade e complexidade. Essa historiografia, inspirada nas ciências sociais, aumentou a abrangência das fontes e voltou-se para sujeitos de pesquisa e temas tidos como comuns/ irrelevantes (Amanda Rodrigues, 2007).

Indagamos sobre o que nos ensinam as transgressões agenciadas por mulheres nas independências e em quais ações se materializam esses agenciamentos. Discutiremos a partir de Jenny Londoño (2008), Francisco Hoyos (2012), Lucas Santos (2014), Jarid Arraes (2015), Damaris Elers (2016) e Ariadne Araújo (2017) para evidenciar essas agências em chave de ação política feminista.

A estrutura do artigo inclui duas seções além da introdução e da conclusão. Na primeira, analisamos as formas de engajamento, referindo brevemente a participação de algumas mulheres em movimentos independentistas da coroa espanhola. Adotamos a prática deliberada de atribuir nomes e sobrenomes para rompermos com o anonimato dessas narrativas. Na segunda parte, descrevemos os aportes de Bárbara de Alencar, Maria Quitéria de Jesus Alves, Maria Felipa de Oliveira.

Agências de mulheres nos movimentos contra a coroa espanhola

Na proximidade do bicentenário da independência da coroa espanhola, a intelectualidade se esforçou em ampliar a compreensão sobre o lugar das mulheres nesse momento histórico. Uma primeira decorrência desse trabalho

intelectual foi o desvendamento da trajetória política de Manuela Sáenz, mulher com aprimorado senso geopolítico e perspectiva transfronteiriça latino-americana, além de ser a primeira exilada política do continente. Na época, “não era assunto de mulheres conspirar contra a ordem, menos ainda comprometer-se em política” (Quintero, 2001, p. 68).

Nascida em Quito, Sáenz morou em Panamá, Lima e Paita (Peru), Bogotá, La Paz e Kingston (Jamaica). Essa vivência desdobrou-se em identidade continental: “acreditava na possibilidade de uma América do Sul livre [...] uma nação unida” (Quintero, 2001, p. 70). No conflito entre o Peru e a Grã-Colômbia, aconselhou sobre a importância cultural e comercial do porto de Guayaquil, conseguindo sua anexação ao Peru a fim de diminuir as disparidades internas. Apoiou a criação da Bolívia, na época Alto Peru, objetivando o equilíbrio de forças entre Peru, Argentina e Grã-Colômbia (Emanuella Oliveira; Mônica Martins, 2016). Foi desterrada após a morte de Bolívar, e viveu vinte e dois anos (1834-1846) no exílio, no porto peruano de Paita. Ali escreveu *El diario de Paita*, publicado em 1995 (Londoño, 2008; Heather Hennes, 2009).

Inés Quintero (2001) adverte sobre a influência da doutrina cristã na definição das virtudes exigidas às mulheres: castidade, recato, prudência, moderação, discrição, obediência, submissão, fortaleza, generosidade, sacrifício e contenção. Esses atributos contrastam com aqueles usados para referir-se a Manuela Sáenz, dentre os quais “adúltera”, “amante do libertador”, “desrespeitosa moral”, “imoral”, “interesseira”, “lésbica”, “excêntrica” e “louca”. Segundo Ligia Prado e Stella Franco (2009), a historiografia anulou a sua ação política e pendeu para a dimensão privada, explorando sua relação afetiva com Simón Bolívar. Assim, censurou a transgressão das expectativas sociais em relação às mulheres protagonizada por Manuela Sáenz, ao buscar enquadrá-la ao inaceitável, ao irregular e ao inconveniente à época.

A historiografia sobre Manuela Sáenz adquiriu valor mítico, ocultou seu valor transgressor, deixando de evidenciar as contradições entre os arquétipos de heroísmo e virtude. Episódios desconfortáveis decorrentes

de sua valentia e teimosia, e infracções às normativas morais e sociais foram atenuados, trivializando-os como extravagâncias e melindres e/ou convertendo-os em anedotas (Quintero, 2001). A história dos sucessos posteriores à morte de Bolívar não sinalizou as recomendações e juízos explícitos em sua correspondência, que indicam o inquebrantável propósito de seguir ativa na política do Equador.

Um segundo desdobramento diz respeito à visibilidade da pluralidade de contribuições das mulheres às independências: i) realizar ‘ofícios femininos’, dentre eles, aprovisionar mantimentos,³ cozinhar, lavar, costurar e cuidar de feridos.⁴ Foram apelidadas como “mulheres fáceis”, *rabonas* – mulheres indígenas ou mestiças –, tropeiras, *juanas*, *guarichas* e acompanhantes dos exércitos;⁵ ii) mulheres-oficiais⁶ e soldadas ou mulheres-soldado no campo de batalha; iii) agir como espiãs, apelidadas de *bomberas* (Perdia, 2012); iv) atuar como correio de guerra; v) elaborar e distribuir propaganda patriótica;⁷ vi) recrutar soldados;⁸ vii) adquirir material bélico;⁹ viii) alojar soldados e simpatizantes; ix) financiar a guerra; x) substituir os maridos na

³ Associadas a tropas patriotas, também serviam aos realistas, habitualmente acusadas de gastos desmedidos e consumo voraz de recursos.

⁴ Destacamos a Tía María ou “*madre de la patria*” e suas duas filhas, conhecidas como as crianças de Ayohuma.

⁵ As mulheres negras escravizadas buscavam barganhar a liberdade, aquelas empobrecidas, angariar o sustento familiar, e as elitizadas, tensionar o confinamento doméstico (Prado; Franco, 2009; González, 2010).

⁶ Manuela Sáenz e Evangelista Tamayo alcançaram o grau de capitã, Antonia Santos executada publicamente pelo exército realista (Prado; Franco, 2009) e Juana Azurduy conquistou grau de coronela (Lília Macêdo, 2017).

⁷ “*Nada puede haber más perjudicial para las tropas que las mujeres que se dedican a seducir a [...] individuos y engañarlos contándoles mentiras fabulosas*”. Essa declaração referia a ação de Carmem Gusman, quem, desde sua mercearia, divulgou ideias de emancipação aos soldados realistas. Como desdobramento, em 1820, o batalhão Numancia, desertou para integrar as tropas patriotas (Hoyos, 2012, p. 148).

⁸ Policarpa Salabarrieta, mulher alfabetizada, dona de comércio e hábil costureira, recrutou soldados, foi espiã e distribuiu correio da causa patriótica (Prado; Franco, 2009). Foi fuzilada em 1817 (Macêdo, 2017).

⁹ Vicenta Eguino, de boa posição econômica, instalou em sua casa uma fábrica de munição. Foi acusada de abandonar a religião e de “prostituir seu pudor” (Hoyos, 2012).

ausência de chefia masculina tradicional,¹⁰ e xi) promoção, mobilização e participação em encontros em mercearias para o caso de mulheres de origem menos abastada e de *tertúlias* para aquelas das elites.

Prado e Franco (2009) destacam a transgressão e a clandestinidade desses encontros, em que, segundo Perdia (2012), participavam e exerciam influência, não sempre sutil, sobre decisões de transcendência pública. Manuela Sáenz, citada em Chiriños (2012, p. 194-195, tradução nossa),¹¹ afirmou:

eu soube utilizar à perfeição [...] junto com outras mulheres limenhas de alta sociedade [...] nossos salões, encontros, reuniões, conversas, amizades [que] passaram a ser parte desse jogo de vida ou de morte, do complô, da trama, do trabalho que pouco a pouco foi esburacando os cimentos do império espanhol.

Assim, as *tertúlias*, inspiradas na sociabilidade europeia, resignificaram-se como palcos de conspiração subversiva em que se destaca, por exemplo, a liderança da condessa Petronila Arias de Saavedra de Puente (Hoyos, 2012).

Esse repertório de contribuições de mulheres aos processos de independência bolivariana revela os ganhos da chave de gênero para a compreensão das lutas independentistas. Durante esse período histórico, em fissuras na opressão da agência das mulheres, emergiram espaços de agenciamento de sua existência e formas de ação coletiva atreladas à hospitalidade e à solidariedade. Como indicou Carosio (2017), nesses âmbitos de invisibilidade surgem entroncamentos entre estratégias coletivas de sobrevivência, identidade e memória que se fundamentam na ética solidária e na reciprocidade econômica, social e cultural.

¹⁰ Magdalena Ortega, esposa de Antonio Nariño, precursor dos movimentos de independência, assumiu durante uma década as responsabilidades do marido desterrado por traduzir e divulgar o livro *Direitos do homem e cidadão* (María Ramirez, 2012).

¹¹ Original: “yo supe utilizar a perfección toda esta situación [...] junto a otras mujeres limeñas de alta sociedad [...] Nuestros salones, encuentros, nuestras reuniones y conversaciones, nuestras amistades, pasaron a ser parte de ese juego de la vida o de la muerte, del complot, de la trama, del trabajo que poco a poco iba socavando los cimientos del Imperio Español”.

Na época, houve regulamentação específica para punir o envolvimento com o movimento patriota, enquadrado como rebelião, conspiração e/ou traição à pátria. Mulheres descobertas sofriam escárnio público,¹² confisco de bens, prisão, tortura,¹³ desterro, regulamentados como mecanismos disciplinadores, e/ou condenação à morte por fuzilamento¹⁴ ou degola.¹⁵ Há registro de 44 mulheres fuziladas, 119 desterradas, 15 condenadas a trabalhos forçados etc. (Prado; Franco, 2009). Além disso, o contexto dos movimentos pela independência como conflito armado impunha também o recrutamento forçado de mulheres (María Ramirez, 2012).

Um terceiro aspecto iluminado pela perspectiva de gênero em associação com a crítica ao feminismo branco euro-estadunidense-centrado diz respeito ao ganho analítico de se incluírem as dimensões de classe e racialidade. Segundo Amor Perdia (2012), enfatizar a pluralidade de sujeitos enquadrados na categoria mulher contribui para desmascarar a injustiça narrativa que equiparou esforços díspares de mulheres com histórias e características muito diferentes. Entre as várias contribuições de mulheres à independência anteriormente listadas, apenas a substituição dos maridos, a organização de *tertúlias* e a doação de dinheiro e joias poderiam entender-se como preferencialmente elitizadas.

Nesse recorte de classe, na independência colombiana, Hoyos (2012) cita Josefa e Isabel Ogazón e Concepción Mexia como figuras femininas de maior poder econômico entre aquelas engajadas no movimento independentista, além de mulheres de outros países, como Andrea Bellido, Maria de la Encarnación Cacho, a poeta Isabel de Orbea, Andrea Ricaurte de

¹² Simona Mazaneda, mulher mestiça, teve seus cabelos cortados e exibida nua (Hoyos, 2012).

¹³ Carmen Vásquez de Acuña, Juana García e Candelaria García doaram suas fortunas à revolução além de serem espíãs ao serviço dos patriotas. Foram presas e torturadas (Hoyos, 2012).

¹⁴ Antonia Santos (Quintero, 2001) e María Parado de Bellido foram fuziladas por não detratar a causa patriota (Hoyos, 2012).

¹⁵ Rosa Zárate foi decapitada pela participação no assassinato do Conde Ruiz de Castilla na primeira tentativa de independência de Quito; Manuela Espejo, irmã do precursor Eugenio Espejo; Manuela Cañizares; Josefa Tinajero; a escritora Mariana Matheu de Ascásubia, Maria Ontaneda y Larraín; Antonia Salinas Josefa Escarcha; Maria de la Vega; Rosa Montúfar y Larrea e Maria de la Cruz Veyra (Oliveira; Martins, 2017).

Lozano, Juana Navas de Garcia Hevia, Carmen Rodriguez de Gaitán, Antonia Santos, Melchora Nieto, Simona Duque (González, 2010), Manuela Beltrán,¹⁶ Leona Vicario¹⁷ e Juana Ramírez, no movimento emancipador venezuelano (Ramirez, 2012; Lília Macêdo, 2017). Esses nomes são significativos à luz da lista de financiadores do exército patriota em que, de um total de 72, 17 eram mulheres (Hoyos, 2012).

Sobre a independência de Argentina, Chile e Peru, Amor Perdia (2012) menciona a participação de Carmen Quintanilla de Alvear, de origem espanhola e esposa de um crioulo; Estefanía Dominga Riglos, Melchora Sarratea, Casilda Igarzábal de Rodríguez Peña, María Guadalupe Cuenca e Maria de Todos los Santos Sánchez de Thompson, também conhecida como Mariquita Sánchez de Thompson. Segundo a autora, essas mulheres conseguiram se fazer audíveis e visíveis, rompendo categoricamente com o destino demarcado pela delicadeza feminina. Assim, a partir de suas ponderações políticas nos debates sobre a revolução de independência, mulheres com privilégios de classe romperam as fronteiras do confinamento doméstico.

Essas mulheres de elite tiveram as condições para aprenderem a ler e escrever, além de receberem formação política e histórica com o intuito de transformá-las em excelentes conversadoras. Com sólida formação intelectual e cultural, conspiraram e pelejaram, alcançando ativa participação junto aos seus compatriotas homens nas lutas independentistas. Destacamos a transgressão desse projeto patriarcal, consistente no investimento na formação político-intelectual dessas mulheres, porém voltado para o casamento (Quintero, 2001; Prado; Franco, 2009; González, 2010; Ramirez, 2012).

¹⁶ Com 57 anos, era proprietária de uma mercearia na praça principal de Santa Fé. Em 1810, durante o movimento dos *Comuneros*, teria incentivado a revolta ao rasgar o aviso real de reajuste de impostos.

¹⁷ Seu ativismo esteve ligado à independência do território atualmente conhecido como México, doou sua fortuna ao exército patriota e liderou a elaboração de jornais de registro das tropas e dos acontecimentos da guerra.

Mulheres menos abastadas, no entanto, como Manuela Beltrán, Melchora Nieto e Francisca Guerra, proprietárias de pequenas mercearias (Ramirez, 2012), contribuíram com quase todas as modalidades de apoio à independência. Contrastando, destacam-se também as contribuições de mulheres interioranas ou naturais dos territórios rurais, como Gregoria Pérez Denis, conhecida pelo serviço de alojamento para soldados independentistas; Tiburcia Haedo de Paz, por suas doações em ouro; Dolores Prats de Huysi, Jerónima San Martín, Martina Silva de Gurruchaga, Juana Moro de López, Gertrudis Medeiros de Cornejo, Maria Loreto Sánchez de Peón e Magdalena Güemes de Tejada, conhecida como Macacha, as três últimas envolvidas com espionagem para o exército patriota.

Buscando destacar a racialidade, citamos os nomes de sete mulheres negras que contribuíram com os movimentos de independência: Pascuala Meneses; Juana María González; Juana Agustina González, que foram descobertas travestidas de homem-soldado e expulsas pelo general Belgrano do exército de José de San Martín; La Pancha, esposa do Sargento Dionisio Hernández, que contava com autorização de San Martín para atuar como soldada; Josefa Tenório, mulher escravizada que obteve autorização do general Gregorio Las Heras para lutar, almejando sua liberdade; Juana Robles, também mulher escravizada, foi quem anunciou a rendição do exército realista, e María Remedios del Valle ou Remedios Rosas, que entrou na tropa acompanhada de seu marido e dois filhos, atuou como enfermeira, espiã e soldada, tendo alcançado o grau de capitã¹⁸ (Perdía, 2012).

A análise sociológica e a contextualização histórica das formas de ação e engajamento contra o colonialismo espanhol acima apresentadas contribuem desvirtuando a ideia errônea sobre a ausência de mulheres nas lutas pela independência do colonialismo ibérico. Extrapolando os afazeres

¹⁸ Em 1826, uma década e meia após seu envolvimento com a independência, em situação de mendicância em Buenos Aires (Argentina), foi reconhecida pelo general Juan José Viamonte, que apoiou a solicitação de seu direito à aposentadoria pelos serviços prestados ao exército patriota. Em 1830 obteve o ascenso como sargento maior. Morreu em 1847 (Perdía, 2012).

atribuídos conforme as expectativas sociais da época – cozinhar, lavar e enfermagem –, apropriaram-se de ações masculinizadas – recrutamento, ação em batalhas, espionagem, financiamento e regulação doméstica. Dados os atravessamentos de classe e étnico-raciais, esses agenciamentos também dizem respeito às desigualdades socialmente determinadas. A emergência de específica regulamentação disciplinadora para compelir essas agências revela a ação patriarcal orientada para a manutenção do *status quo*.

Agências de mulheres nos movimentos independentistas no Brasil

A discussão sobre a agência de mulheres nos levantes brasileiros, em perspectiva aos movimentos de independência da coroa espanhola, visa contribuir ao esforço pelo reconhecimento das desigualdades de gênero produzidas pelo patriarcado e reproduzidas na historiografia e na pesquisa social, na temática específica desses movimentos. A historiografia oficial compreendeu a independência brasileira como “uma transição suave, sem conflitos [...]”. Essa versão serviu para construir a legitimidade” (Miriam Santos, 2010, p. 106). No entanto, as últimas décadas do século XVIII foram marcadas por movimentos de emancipação contra o sistema colonial, com destaque para as rebeliões na Bahia, em Minas Gerais e em Pernambuco. As abordagens históricas se caracterizam pelo esquecimento proposital e um “agudo silenciamento das mulheres combatentes, rebeldes e revolucionárias” (Santos, 2010, p. 106). Na reconstituição das trajetórias de mulheres, tornou-se peremptória a memória oral para contornar a ausência relativa de fontes documentais.

O detalhamento das trajetórias e contribuições¹⁹ de Maria Felipa de Oliveira – mulher negra liberta e pescadora –, e de Maria Quitéria de Jesus Alves e Bárbara de Alencar – ambas brancas elitizadas e letradas –

¹⁹ A Lei Federal nº 13.697 de 2018 reconheceu a participação das mulheres na Independência do Brasil, incluindo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, dentre outras, a Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Maria Felipa de Oliveira e Sórora Joana Angélica de Jesus.

aos levantes pela emancipação do Brasil permitem o contraste dos limites e possibilidades de seus agenciamentos perante o “nó” (Heleieth Saffioti, 1978) indissociável entre racialidade,²⁰ classe social e gênero. A seguir, apresentamos sucintamente os perfis de cada uma dessas três mulheres.

Maria Quitéria de Jesus Alves

O regente português Dom Pedro convocou mulheres voluntárias para compor o Exército da Liberdade. Todavia, as baianas reportavam, desde 1821, modos de organização contra as ofensivas lusitanas (Eny Farias, 2010). A libertação da província da Bahia, em 2 de julho de 1823, concretizou a independência do Brasil, proclamada pelo regente português em 7 de setembro de 1822. Porém, governadores portugueses, com o auxílio de tropas lusitanas, empreenderam esforços pela retomada do território emancipado (Henriqueta Galeno, 1954).

A busca por soldadas para as tropas da Liberdade levou os recrutadores à propriedade de Gonçalo Alves, que, indiferente, afirmou não existirem voluntárias para a causa. No entanto, Maria Quitéria de Jesus (1792-1853), filha primogênita, se dispôs a vincular-se apesar da reprimenda do pai, para quem “mulheres bordam e não vão à guerra” (Galeno, 1954, p. 137). Ao saber do alistamento da filha, Gonçalo Alves a deserdou e a amaldiçoou. A ação do patriarca desvela o lugar das mulheres circunscrito ao ambiente doméstico, além da rígida segmentação sexual do trabalho. De outro lado, a manifestação de uma resolução contrária às disposições do pai adverte sobre a transgressão.

Segundo Galeno (1954), Maria Quitéria, que sabia usar armas de fogo, optou por voluntariar-se como soldada, mas disfarçada de homem, contando com o apoio de Teresa, sua irmã, que lhe emprestou roupas de seu marido, José Medeiros, de quem adotaria o sobrenome na vida como soldada. Sob o disfarce de soldado Medeiros, foi designada ao batalhão de

²⁰ Refere-se a subjetividade colonial e a interiorização do imperativo da branquitude europeia como marcadores de superioridade social.

caçadores Voluntários do Príncipe Dom Pedro, posteriormente conhecido como batalhão dos Periquitos (Lima, 2002).

Travestir-se²¹ em vestuário masculino contribuiu para confirmar a exclusividade masculina no campo de guerra. Com a identidade de gênero e os atributos de mulher mantidos sob sigilo, galgou espaço, confirmou a arbitrariedade da divisão sexual do trabalho e tensionou a desigualdade que favorece aos homens. Porém, segundo Helder Maia (2018), as “mulheres guerreiras” sobreviventes, apesar de terem exercido tarefas típicas da masculinidade, tiveram de retornar aos papéis de gênero da feminilidade.

Maria Quitéria foi a primeira mulher militar do Brasil (Lima, 2002), mas não a única, como se infere da expressão “grupo de heroicas mulheres baianas” nos relatos historiográficos de Bernardino Souza (1936), Reis Junior (1953) e Galeno (1954). Como soldada, agiu na defesa da foz do rio Paraguaçu, impedindo o desembarque de tropas portuguesas. Entrou em combate pela primeira vez em novembro de 1822 (Neuracy Moreira, 2014) e sua aptidão no uso de armas de fogo, “montaria admirável e indômita bravura” encorajaram Galeno (1945, p. 140) a qualificá-la como “varonil sertaneja”.

Como recompensa por sua coragem e desempenho, recebeu a espada e acessórios, além de um uniforme com “acréscimo de uma saia” (Lima, 2002, p. 15). O general Labatut outorgou-lhe a honraria de Primeira Cadete (Moreira, 2014) e foi condecorada com a insígnia de Cavalheiro da Imperial Ordem do Cruzeiro (Galeno, 1954). Em 1966, honraram-na como Alferes de Linha e como Patronesse do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro.

Após alcançada a pacificação da Bahia, Dona Maria de Medeiros, como passou a ser chamada, demandou de Dom Pedro uma carta de solicitação do perdão de seu pai. Retornou à Serra da Agulha com a medalha ou insígnia militar e a carta de perdão. Não permaneceu muito tempo na propriedade

²¹ Escritoras utilizaram-se de pseudônimos masculinos para terem suas obras apreciadas e/ou divulgadas. Apesar do sucesso dessa transgressão aos empecilhos retrógrados do patriarcado, isso evidencia o cerceamento epistêmico às mulheres.

familiar; com ajuda financeira do pai, foi morar sozinha. Após alguns anos, casou-se e teve uma filha (Lima, 2002). Morreu em 21 de setembro de 1853, aos 61 anos (Moreira, 2014).

Maria Felipa de Oliveira

Maria Felipa de Oliveira (1799-1873) era negra liberta, descendente de sudaneses escravizados, e nasceu na Ilha de Itaparica, onde trabalhava como pescadora de mariscos e baleias. Sua trajetória permaneceu à margem da narrativa historiográfica por quase dois séculos, porém ancorada na memória oral dos Itaparicanos. Segundo Lucas Santos (2014), reconhecida pela liderança na sua comunidade, destacou-se também na organização da resistência nas batalhas pela independência em Itaparica, sendo apelidada como a “Heroína Negra da Independência”.

Especula-se que era uma “capoeirista habilidosa” (Katiúscia Figuerôa; Marcelo Moraes, 2014, p. 19) e que, em pleno regime escravocrata, saía de Itaparica para jogar capoeira no cais de Salvador (Frederico Abreu, 2005). Teria aprendido capoeira como estratégia de defesa pessoal. Com aproximadamente 20 anos de idade, voluntariou-se como soldada da Campanha da Independência e liderou um grupo de 40 mulheres, apelidado as *Vedetas*, do qual se conhecem os nomes de Joana Soaleira, Brígida do Vale e Marçolina. Vigias das praias, sua função primordial, como sentinelas, era alertar antecipadamente sobre possíveis ataques ou desembarque de tropas inimigas (Farias, 2010).

Cabe problematizar a dupla significação do termo “vedeta”. Por um lado, designava a função de sentinela que o grupo efetivamente desempenhava, mas que, por outro lado, era usado para referir-se a artistas de cinema, teatro ou, em geral, do universo do espetáculo. Pode-se imaginar que, nesse caso, o termo estivesse imbuído de certo caráter moralizante, delimitando a segmentação sexista do trabalho, pois, à época, não era totalmente aceita essa incursão profissional das mulheres.

Lideradas por Maria Felipa de Oliveira e junto com Maria Quitéria de Jesus Alves, venceram as tropas portuguesas graças ao conhecimento da foz do rio do Paraguaçu, que, como pescadoras, possuíam (Farias, 2010). A revolução da Bahia durou 75 dias, entre 6 de março e 20 de maio de 1817 (Araújo, 2017). Segundo Lucas Santos (2014), armadas com peixeiras e galhos, as vedetas atacaram o exército português e incendiaram 42 embarcações. “Conta-se que atuava também como enfermeira, chegando a resgatar os feridos no meio da luta” (Santos, 2010, p. 109).

Liderou a tomada da Armação de Pesca Araújo Mendes, posteriormente à cerimônia de hasteamento da bandeira nacional após a independência. Essa ação denotou que os conflitos na Ilha de Itaparica não minguaram com a finalização das batalhas pela independência. No epicentro dessas disputas, havia ainda o descontentamento da população negra (Santos, L., 2014). Contudo, os levantes na Bahia foram importantes por seu pioneirismo em questionar o pacto colonial (Santos, 2010).

O apagamento e anonimato das mulheres na Independência da Bahia nas narrativas historiográficas é atribuído às questões raciais (Macêdo, 2017) e de classe que subalternizaram as mulheres negras empobrecidas. A historiografia não escapa às relações de poder, apesar da inclusão obrigatória da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” nos currículos oficiais no Brasil, através das Leis nº 10.639/2003 e nº 11. 645/2008. Por isso, é fundamental refletir não apenas sobre as práticas didáticas para abordar o tema, mas, principalmente, sobre os constrangimentos na produção desse conteúdo.

Bárbara Pereira de Alencar

A revolução de Pernambuco, ocorrida em 1817, apesar de duramente reprimida pelo exército, foi uma tentativa de mudança com moldes republicanos. Ideais separatistas e republicanos estiveram presentes e percorreram o território brasileiro em movimentos como a Inconfidência Mineira (1780) e a Conjuração Baiana (1797-1798). Pernambuco era uma

das regiões mais ricas da época, graças à produção de açúcar, e sofria com os tributos altos e o aumento progressivo. Havia também insatisfação popular porque os portugueses ocupavam quase a totalidade dos cargos públicos. De outro lado, a seca e o colapso do mercado do açúcar desencadearam uma crise econômica que provocou fome e miséria.

A revolução pernambucana também teve reflexos no interior do Ceará. Bárbara Pereira de Alencar, ou Dona Bárbara do Crato (1760-1832), como ficou conhecida, era austera nos costumes e tinha personalidade forte. Os registros históricos confirmam sua ascendência em prestigiosa família cearense e exaltam sua vida pessoal e vivência no âmbito familiar, corroborando seu confinamento restrito ao âmbito doméstico, aspecto que reforça as expectativas de gênero impostas pelo patriarcado. Casada com o comerciante português José Gonçalves dos Santos, ficou viúva e teve de assumir a administração da casa e das fazendas. Segundo Ariadne Araújo (2017), o dia a dia de uma chefe de família-matrona rica, prestigiada e poderosa incluía, cedo de manhã, a ordenha das vacas e a confecção da coalhada; de tarde, “o cochilo na rede com cheiro do massapê no canavial” (Araújo, 2017, p. 10).

No contexto da revolução, Bárbara de Alencar tinha 57 anos e compactuava com o ouvidor Rodrigues de Carvalho, quem liderava o movimento conspirador insinuando-se e atraindo famílias importantes para a causa (João Montenegro, 1995). Em abril de 1817, seu filho José Martiniano de Alencar retornou ao Sítio Pau-seco, local da residência familiar, vindo do Recife. Sua missão, “espinhosa e nada modesta”, consistia em “revolucionar o Ceará e depois libertar o país do jugo português”; para tanto, solicitou a adesão da família (Araújo, 2017, p. 15).

Em 3 de maio de 1817, dia da Santa Cruz, na igreja matriz do Crato, José Martiniano de Alencar discursou o manifesto da revolução e saudou a Revolução. Foi hasteada a bandeira branca, símbolo da independência, e “sob fogos e disparos comemoram a vitória do levante”. À noite, Bárbara de Alencar ofereceu em sua casa um banquete comemorativo aos revolucionários. Dois dias depois, o governador Manuel Inácio de Sampaio

organizou a contrarrevolução. Em 11 de maio, as lideranças do motim estavam no cárcere, incluídos os filhos de dona Bárbara do Crato – José Martiniano e Tristão Gonçalves – e seu irmão, Leonel Pereira. A revolução no Ceará teve apenas oito dias de duração, enquanto chegou a contar 75 dias em Pernambuco (Araújo, 2017, p. 16).

A presença e o engajamento de Dona Bárbara do Crato animaram os indecisos e os revoltosos contra a opressão portuguesa. Segundo Montenegro (1995, p. 147), “a mulher que fosse audaciosa, era logo atacada, cercanda de apodos, de histórias sem fundamento”. Foi acusada de amásia do padre Miguel Carlos da Silva Saldanha, vigário do Crato, amigo próximo da família e padrinho de José Martiniano de Alencar (Araújo, 2017), com quem se encontrava no momento da captura, em 1817. Essa injúria ainda teria sido repetida pelo Secretário do Instituto Arqueológico Mário de Mello durante as comemorações do centenário do movimento de 1817 (Montenegro, 1995).

Recebeu voz de prisão em outubro de 1817, após a sufocação da revolução no Ceará. Araripe Júnior (*apud* Araújo, 2017, p. 6) afirma que Barbara Alencar “tinha cogitações e deslumbramentos além do seu sexo”. Em similar sentido, Montenegro (1995, p. 147) descreve o preço de tais alcances para as mulheres da época:

A mulher que demonstrasse inteligência, suplantando, em meio ao machismo dominante, os homens; estes de imediato caíam sobre ela com mil insultos, destratando-a constantemente. Na mulher, a inteligência era comparada à insânia, à leviandade; e um sentido mais elevado de moral cheirava a libertinagem.

O Estado confiscou seus bens, foi encarcerada e torturada, sendo considerada a primeira presa política do Brasil. “Se [uma mulher] ingressava na política, o escândalo se tornava completo, principalmente quando ocupava posição de liderança” (Montenegro, 1995, p. 148). Em 1818, a única mulher do grupo vestida de saia e camisa havia percorrido aproximadamente 500 quilômetros entre a Vila do Crato e Fortaleza (Ceará). Acusada de “agitadora, revoltosa, liberal, conspiradora, conjurada” (Araújo, 2017, p.

5), foi pressa na velha fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará e foi confinada sozinha, sob ordem de falar com ela na distância de dez passos. Em 1821, foi libertada junto com outros prisioneiros após a nulidade das acusações pelo Tribunal da Relação da Bahia (Montenegro, 1995).

Ganhou lugar na narrativa histórica como heroína de Pernambuco. Apesar de constar como heroína nacional, graças a iniciativa da deputada Ana Arraes (PSB de Pernambuco), sua figura é habitualmente associada aos filhos José Martiniano de Alencar Pereira e Tristão Gonçalves, revolucionários relevantes para os desfechos da revolução. Também é frequentemente referida por ser avó do romancista José de Alencar, reconhecido na atualidade como importante autor da literatura brasileira. De acordo com Ruth de Alencar (*apud* Montenegro, 1995, p. 151), as mulheres posteriores legaram de dona Bárbara de Alencar “um novo campo, fertilíssimo onde se podia mostrar o valor cívico e patriótico do espírito feminino”.

As contribuições das mulheres aos levantes contra Portugal podem ser agrupadas em três modalidades: i) soldadas e espionagem; ii) enfermaria; e iii) mobilização político-militar. Diferentemente das independências da coroa espanhola, nos levantes brasileiros não houve registros de mulheres envolvidas com correio de guerra, propaganda, financiamento e alojamento de soldados. Inferimos que as diferenças históricas, principalmente a menor duração dos períodos de insurgência contra a coroa portuguesa, incidem nesse quadro. Contudo, as trajetórias estudadas evidenciam o caráter múltiplo do engajamento sociopolítico das mulheres contra o colonialismo português.

As formas de agenciamento mostram transgressões às imposições patriarcais da época, por exemplo, as competências como capoeiristas e no uso de armas de fogo, até então consideradas exclusivas do universo masculino. A apropriação dessas habilidades sugere tensionamentos ou negociações das condições de subordinação de gênero. Embora o contexto político englobante fosse a luta contra a colonização ibérica, as agências das mulheres tensionam o repertório de opressões patriarcais seja para subvertê-lo ou readaptando-se. O caráter revolucionário desses agenciamentos fica

evidente ao equacionar o deslocamento entre as ações permitidas pelo patriarcado, por exemplo bordar, e as proscritas e consideradas masculinas, como alistar-se no exército e galgar lugares na hierarquia militar.

Conclusão

Os agenciamentos de mulheres nos contextos aqui abordados se materializaram em um amplo repertório de ação política, militar e econômica, fundamentais para os movimentos de independência. Os engajamentos que subjazem da análise revelaram-nas como possuidoras de competências, como a capoeira e o uso de armas de fogo, exclusivas do universo masculino. A apropriação desses saberes indica esforços em prol do deslocamento da subordinação patriarcal. Sua ação, contudo, foi circunscrita pelos padrões patriarcais, obrigando-as a travestir-se, em alguns casos, ou relegando a relevância de seu papel histórico a algum personagem masculino de suas relações. Seu julgamento, frequentemente, ultrapassa os limites da rebeldia política para incluir aspectos de conduta moral vinculados ao patriarcado.

Ao nos debruçarmos sobre os desdobramentos pessoais desses engajamentos, compreendemos que, desde sua individualidade, sempre única, porém insuflada pelo meio, conseguiram tensionar o confinamento doméstico. Foi o caso de Maria Quitéria Alves, que obteve permissão para morar sozinha após a revolução. Se as dimensões individual e coletiva se interpenetram, ora em harmonia ora em oposição, cabe questionar sobre as significações desse feito para outras mulheres. A análise trouxe a pluralidade de classes sociais e pertencimentos étnico-raciais dessas mulheres. A opção por vários casos para análise se justifica em prol de uma visão geral que condicionou a compreensão verticalizada.

As transgressões agenciadas nas independências no século XIX ensinam-nos sobre a incidência política de mulheres comuns. Dois séculos depois, nos motivam a repensar nosso envolvimento pessoal com a ação política feminista

em sociedades pretensamente democráticas, porém esmagadoras da diversidade. Para tanto, este artigo soma-se ao esforço intelectual que busca a desestabilização do androcentrismo na pesquisa social. Ao recuperarmos esses agenciamentos em contextos avessos às mulheres, almejamos ampliar as possibilidades de compreensão, principalmente sobre a produção dos apagamentos no campo científico, notadamente o historiográfico. Trágicos e definitivos são os apagamentos da agência de mulheres que ocorreram e ocorrem sem deixar nenhum rastro concretamente resgatável. Eis os imponderáveis limites do arquivo, do rastro perdido, ao longo da história, de existências de seres humanos comuns como somos a maioria de nós.

Finalmente, ao reconstruirmos os agenciamentos de mulheres nas independências perante o colonialismo ibérico, mostramos as armadilhas ideológicas por vezes irrefletidas no debate intelectual. O uso irrefletido de denominações subalternizadoras, as barreiras linguísticas e as diferenças históricas operam como heranças coloniais que nos impedem de compreender o que nos diferencia e nos aproxima enquanto América do Sul “livre e unida” – anseio geopolítico de Manuela Sáenz.

Elizabeth Ruano Ibarra é Doutora em Ciências Sociais, professora Visitante do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) e Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas da UnB. É pesquisadora da Corporación Universitaria Autónoma del Cauca.

✉ elizabethruano@gmail.com

Viviane Resende é Doutora em Linguística (Linguagem e Sociedade), Professora associada do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB.

✉ resende.v.melo@gmail.com

Referências

1. ARRAES, Jarid. *Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis*. São Paulo: Pólen, 2017.
2. ABREU, Frederico. *Capoeiras*. Bahia, século XIX: imaginário e documentação. Salvador: Vogal, 2005.
3. ARAÚJO, Ariadne. *Bárbara de Alencar*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2017. Vol. 14.
4. ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. *Historia de América Latina: una perspectiva sociológico-histórica 1880-2006*. Madri: Dastin, 2006.
5. BAETA, María. Misoginia en el mundo científico: cultura androcentrista. *Revista Estudios Culturales*, v. 8, n 15, p. 71-83, 2015.
6. BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudios Históricos*, v. 22, n. 44, p. 289-321, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000200001>
7. CAROSIO, Alba. Perspectivas feministas para ampliar horizontes del pensamiento crítico latinoamericano. In: SAGOT, M. *Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 17-42.
8. CHIRINOS, Juan Carlos. Manuela, la «amable loca». In: HOYOS, F. M. *Heroínas incómodas*. La mujer en la independencia de Hispanoamérica. Barcelona: Rubedo, 2012. p. 177-207.
9. DINIZ, Dilma. O conceito de América Latina: uma visão francesa. *Caligrama*, v. 12, p. 129-148, 2007. <http://dx.doi.org/10.17851/2238-3824.12.0.129-148>
10. ELLERS, Damaris. Mujeres en las Guerras de Independencia: siempre a las órdenes de la querida patria. In: LANIER, O.; CASTILLO, D. *Emergiendo del silencio: mujeres negras en la Historia de Cuba*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2016. p. 205-222.
11. FARIAS, Eny. *Maria Felipa de Oliveira: heroína da Independência da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2010.
12. FERES JÚNIOR, João. A consolidação dos *Latin American Studies* sob o imperativo da modernização. In: FERES, J. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 79-131.
13. FIGUERÔA, Katiuscia; MORAES, Marcelo. Impressões femininas sobre a presença da mulher na capoeira. *The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport*, v. 4, n. 2, p. 16-31, 2014. <http://dx.doi.org/10.5380/alesde.v4i2.37220>
14. GALENO, Henriqueta. Maria Quitéria de Jesus, Heroína Brasileira. *Revista da academia cearense de letras*, p. 135-147, 1954.
15. GIDDENS, Anthony. *The constitution of society*. Berkeley: University of California Press, 1984.

16. GONZÁLEZ, Judith. Reimaginando y reinterpretando a las mujeres en la independencia: historiografía colombiana y género. *Procesos Históricos*, n. 17, p. 2-17, 2010.
17. HENNES, Heather. Los “diarios perdidos” de Manuela Sáenz y la formación de un icono cultural. *Kípus: revista andina de letras*, v. 26, n. 2, p. 109-132, 2009.
18. HOYOS, Francisco M. Las mujeres en la independencia peruana. In: HOYOS, F. *Heroínas incómodas*. La mujer en la independencia de Hispanoamérica. Barcelona: Rubeo. 2012. p. 125-153.
19. LIMA, Nádia. As mulheres nas ciências: o desafio de uma passagem. A passagem do privado para o público. In: COSTA, A.; SARDENBERG, C. *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p. 51-66.
20. LONDOÑO, Jenny. Manuela Sáenz: “mi patria es el continente de la América”. *Cuadernos Americanos*, n. 125, p. 67-85, 2008.
21. LUGONES, María. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, W. et al. (org.). *Género y descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2014. p. 13-42.
22. MAIA, Helder. Transgressões canônicas: queerizando as donzelas-guerreiras. *Cadernos de Literatura Comparada*, n. 39, p. 91-108, 2018. <https://doi.org/10.21747/21832242/litcomp39a6>
23. MACÊDO, Lília. O grito de independência das mulheres latino-americanas. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos: Clássicas*, v. 6, n. 11, p. 80-89, 2017. <https://doi.org/10.12957/cesp.2017.32870>
24. MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 57-118, 2014.
25. MONTENEGRO, João. Bárbara de Alencar. *Revista do Instituto do Ceará*, v. CIX, p. 135-149, 1995.
26. MOREIRA, Neuracy. Maria Quitéria. *Resgate da Memória*, n. 2, p. 34-36, 2014.
27. OLIVEIRA, Emanuella; MARTINS, Mônica. Atuação de Manuela Sáenz na Guerra de Libertação da Grã-Colômbia no Século XIX. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 3, n.1, p. 153-173, 2016. <https://doi.org/10.26792/rbed.v3n1.2016.61830>
28. PERDÍA, Amor. Mujeres visibles e invisibles en la historia de la Independencia. In: HOYOS, F. M. *Heroínas incómodas*. La mujer en la independencia de Hispanoamérica. Barcelona: Rubeo, 2012. p. 226-261.
29. PRADO, Maria L.; FRANCO, Stella. A participação das mulheres na independência da Nova Granada: gênero e construção de memórias nacionais. In: PAMPLONA, M.; MADER, M. E. (org.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas?* Nova Granada, Venezuela e Cuba. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. Vol. 3, p. 171-236.

30. QUINTERO, Inés. Las mujeres de la independencia: ¿Heroínas o Trasgresoras? El caso de Manuelita Sáenz. In: POTTHAST, B.; SCARZANELLA, E.. *Mujeres y Naciones en América Latina*. Problemas de inclusión o exclusión. Barcelona: Vervuert Iberoamericana, 2001. p. 57-76.
31. RAMIREZ, María. Las mujeres en los procesos de la independencia de la Nueva Granada. In: HOYOS, F. M. *Heroínas incómodas*. La mujer en la independencia de Hispanoamérica. Barcelona: Rubeo, 2012. p. 76-102.
32. REIS JUNIOR, Manuel P. *Maria Quitéria*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.
33. RODRIGUES, Amanda. As mulheres e as guerras de independência na América Latina no século XIX: invisíveis ou inexistentes? *Ameríndia-História, cultura e outros combates*, v. 2, n. 2, p. 1-10, 2007.
34. RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. In: PARKER, Richard; AGGLETON, P. (ed.). *Culture, society and sexuality*. Londres: Routledge, 2007. p. 225-252.
35. SAFFIOTI, Heleieth. *Woman in class society*. Nova York: Monthly Review Press, 1978.
36. SÁNCHEZ, Dolores. Androcentrismo en la ciencia. Una perspectiva desde el análisis crítico del discurso. In: BARRAL, M. J. et al. *Interacciones ciencia y género: discursos y prácticas científicas de mujeres*. Barcelona: Icaria. 1999. p. 161-184.
37. SANTOS, Lucas. Maria Felipa de Oliveira. *Resgate da Memória*, n. 2, p. 30-34, 2014.
38. SANTOS, Miriam. As mulheres nas lutas da independência do Brasil: contestando a história oficial. In: GUARDIA, S. *Las mujeres en la independencia de América Latina*. Lima: CEMHAL. 2010. p. 105-110.
39. SANTOS, Raquel. O impacto do projeto do Pacto ABC nas relações Brasil-Argentina durante o segundo Governo Vargas. *OPIS*, v. 14, p. 38-59, 2014. <http://dx.doi.org/10.5216/o.v14iEspecial.29893>
40. SELZNICK, Philip. *The moral commonwealth: social theory and the promise of community*. Berkeley: University of California Press, 1992.
41. SOUZA, Bernardino. *Heroínas bahianas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1936.
42. VALDÉS, Eduardo. Los temas de las mujeres: inferioridad y expresión. In: VALDÉS, E. *Del Ariel de Rodó a la Cepal 1900-1950* [El Pensamiento Latinoamericano en el siglo XX entre la modernización y la identidad]. Buenos Aires: Biblos. 2000. Vol. 1, p. 243-252.

Recebido: 4 nov. 2021.

Aceito: 10 ago. 2022.

<http://doi.org/10.1590/18070337-116758>

Política do vivente

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2020a. 216 p.

Kaciano Barbosa Gadelha* (*in memoriam*) 

Francisco Rômulo do Nascimento Silva** 

Resumo

Em seu ensaio, Achille Mbembe disserta acerca do modo pelo qual as políticas da inimizade se tornaram a versão mais sofisticada do exercício do poder e da dominação gestados pelo projeto moderno do Ocidente, exacerbando-se nas novas tecnologias da guerra, na fragmentação digital dos extrativismos contemporâneos, na desumanização em favor da instrumentalização de todas as relações, nos genocídios e hostilidades raciais e étnicas, na devastação do mundo – um processo histórico que se impôs em escala global através do colonialismo e do racismo, aspectos dissimulados da narrativa do humanismo iluminista. Na trilha de pensadores como Édouard Glissant e Frantz Fanon, bem como nas dobras e entranhas da história crítica da modernidade, Mbembe propõe um pensamento de Todo-o-Mundo, uma política do vivente que reorganize as relações em torno do em-comum.

Palavras-chave: políticas da inimizade, colonialismo, Frantz Fanon, descolonização, política do vivente.

* Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil.

** Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Politics of the living

Abstract

In his essay, Achille Mbembe discusses how the politics of enmity has become the most sophisticated version of the exercise of power and domination generated by the modern Western project, exacerbated in new technologies of war, digital fragmentation of contemporary extractivisms, dehumanization in favor of the instrumentalization of all relationships, genocides and racial and ethnic hostilities, and devastation of the world – a-historical process that has been imposed on a global scale through colonialism and racism, disguised under the narrative of Enlightenment humanism. In the wake of thinkers such as Édouard Glissant and Frantz Fanon, as well as in the depths of the critical history of modernity, Mbembe proposes a thought of the whole-world, a politics of the living that reorganizes relations around the in-common.

Keywords: politics of enmity, colonialism, Frantz Fanon, decolonization, politics of the living.

A arte política se transforma simplesmente em arte militar.
[...] Fazer guerra e fazer política é a mesma coisa.

Frantz Fanon,
Os Condenados da Terra, 2005, p. 154-155.

A obra *Políticas da inimizade* (2016), do filósofo e professor universitário Joseph-Achille Mbembe,¹ publicada no Brasil em 2020 pela N-1 edições (2020a), nos convida a adentrar as inúmeras abordagens de um saber em construção e a nos confrontarmos com as mil passagens de seu pensamento do devir-ilimitado.

Como um veleiro entre a poética e a política do vivente, Mbembe nos convida a caminhar e habitar infinitas dobras, “becos” e “asfaltos” íngremes de um mundo-de-cercas, ao passo que recusa a repetição colonial do tempo presente e topografa multiplicidades de saberes por meio de uma “escrita feita de espirais entrecruzadas” (Mbembe, 2020a, p. 21). Situando-se à frente da imprevisibilidade, o emaranhamento próprio das identidades em relação, o autor completa incansavelmente o índice das questões colocadas pelo presente século.

É a partir da África, onde vive e trabalha, “mas também a partir do resto do mundo” (Mbembe, 2020a, p. 25), que é possível entender sua escrita e seu pensamento. Partindo das metafísicas africanas de tudo que é vivo, do tempo espiralar e da circulação dos mundos, sua reflexão enraíza-se no princípio do diverso que difere do uno.

À semelhança de um caminhante em viagem contínua ou, se preferir, um passante em movimento sem fim que se enraíza no abismo do ar e no sagrado das águas – entre uma esquina e outra –, o pensamento de Achille Mbembe habita a abertura, a travessia e a circulação. Tal pensamento convoca-nos para o desconhecido-absoluto de “Todo-o-Mundo” – a poética do imprevisível por excelência: “a multiplicidade que entra em nós e bate

¹ O professor Achille Mbembe, nascido em Camarões, obteve seu Ph.D em História na Sorbonne em Paris, em 1989, e um DEA em Ciência Política no Institut d'Études Politiques (Paris). Além disso, recebeu o título de Doutor Honorário da Universidade de Paris VIII (França) e da Université Catholique de Louvain (Bélgica). Foi Pesquisador Sênior no Instituto Brookings em Washington, DC e Secretário Executivo do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África (CODESRIA) em Dakar, Senegal. Suas experiências docentes incluem passagens pela Universidade de Columbia, Nova York; Universidade da Pensilvânia; pela University of California (Berkeley e Irvine); Yale; Duke; Harvard; Universidade de Köln e Universidade de Augsburg (Alemanha). Mbembe recebeu vários prêmios, incluindo o Geschwister Scholl-Preis (2015), o Gerda Henkel Award (2018) e o Ernst Bloch Award (2018).

sem parar à nossa porta” (Glissant, 2014, p. 43). Ela requer que deixemos o conforto de tudo que sabemos para então nos vulnerabilizar conscientemente sobre aquilo que ameaça desestabilizar nossas verdades e certezas. Nas palavras de Mbembe (2020a, p. 25), significa rejeitar “a segregação teórica” e apoiar-se efetivamente nas mil partes dos arquivos de todo o mundo. Pensar, nesse contexto, é correr riscos e imaginar possibilidades, incluindo o risco da transparência enclausuradora e a possibilidade de habitar voos e mergulhos na opacidade dos abismos. Contrária às políticas de inimizade, a política do vivente se pauta por aquilo que agrega, pelo que se reúne, pela poética da partilha radical, pois viver é agregar.

Em face do programa de liberdade anunciado pelo pós-iluminismo, conforme Achille Mbembe em *Sair da Grande Noite* (2019), *Crítica da Razão Negra* (2018) e *Políticas da Inimizade* (2020a), determinadas identidades continuam a sofrer mais do que outras. Ao mesmo tempo, trata-se também de reinterrogar as noções de identidade-negra, interromper o trauma da repetição colonial que fixa os corpos fazendo deles paradigma cristalizado da diferença – instrumento da divisão absoluta –, e, pelo contrário, insistir na poética da relação, na semelhança e na abertura, a partir de uma teoria sobre o que ele chama de “em-comum” rumo à reparação e ao reconhecimento que desaguam em uma “relação de cuidado” (Mbembe, 2020a, p. 192). É assim que Mbembe, ao longo de toda sua obra discute simultaneamente “a tensão entre o *princípio da destruição* [...] e o *princípio da vida*” (p. 112) na experiência do mundo moderno e da universalidade da condição negra no século XXI.

Apoiando-se parcialmente na obra política e psiquiátrica de Frantz Fanon, Achille Mbembe ressalta, dentre outras coisas, que, em parte, o discurso iluminista do ideal de sujeito e de um universalismo abstrato serviram para mascarar, dissimular ou ocultar uma espécie de *força necropolítica*: “uma força que não sabe ouvir e não sabe transformar-se” (Mbembe, 2019, p. 85) ou um poder que tem a vida como “veículo da morte” (2020a, p. 68).

Se quisermos uma definição provisória do que Achille Mbembe chama de “políticas da inimizade”, podemos defini-la como uma *força muito mais*

de separação do que de vínculo. Uma força que privilegia o “eu menos o outro” ao invés do em-comum enquanto lugar de reconhecimento e partilha radical. A reflexão de toda a obra tem por questão central o “retorno da relação de inimizade”, agora em escala global, e suas “múltiplas reconfigurações nas condições atuais” (Mbembe, 2020a, p. 12).

Na introdução da obra, ao sugerir a presença de uma caveira ou de um esqueleto no interior do tema, o autor nomeia o Todo sem fixá-lo ao agora não inédito repovoamento da Terra, a saída da democracia, a sociedade da inimizade, o terror e o antiterror enquanto remédio e veneno do tempo que se segue nesse meio-dia atordoante. Achille Mbembe prevê o pior daquilo que tira possibilidade. Esse poder como farmácia (*phármakon*) possui “a capacidade de transformar os recursos da morte em força germinativa” (Mbembe, 2018, p. 233): o devir-negro do mundo ou “a miséria comum de homens diferentes” (Fanon, 2021, p. 71), como a universalização da experiência colonial antinegra, outrora exclusiva somente a determinadas existências, transmuta-se e converte-se no interior dos processos necropolíticos em capacidade de cura. A partir de uma escrita como devir-histórico, logo uma crítica a qualquer forma de universalismo histórico, e ao expor como a inimizade sempre foi a força motriz das democracias liberais, Mbembe esboça traços característicos do nosso tempo, e que merecem ser ressaltados.

No primeiro capítulo, “A saída da democracia”, Mbembe fala do estreitamento do mundo e do repovoamento da Terra no presente século a favor das existências do Sul, assim como de políticas do ódio e suas arquiteturas do terror colonial e imperial jamais estranhas à democracia. Se anteriormente o nomadismo invasor e, em seguida, a diáspora voluntária ou imposta a populações inteiras “foram eventos decisivos da nossa chegada à modernidade” (Mbembe, 2020a, p. 26), a experiência transatlântica do planeta é marcada por dois momentos significativos na expansão do capitalismo industrial, que ditaram o ritmo desse repovoamento de milhões de pessoas: a experiência da deportação dos africanos para as Américas e a colonização, que em grande medida coincidiram “com a formação

do pensamento mercantilista no Ocidente, se é que pura e simplesmente não lhe deram origem” (p. 26). Conforme Mbembe (2018), em outras palavras, o liberalismo econômico e a arte de governar foram financiadas pelo sequestro, venda e trabalho de escravos negros.

Um dos momentos significativos na ampliação do poder dos Estados europeus teve como engrenagens essenciais a *plantation* e mais tarde a colônia. A *plantation* seguia a lógica, antes de tudo, da devastação de grande extensão de florestas, das queimadas e da destruição de ecossistemas em favor de um agrossistema ou agronegócio. O sistema das plantações era caracterizado, ainda, conforme Édouard Glissant (2011), por organizações sociais piramidais, circunscritas a lugares fechados, funcionando supostamente em situação de independência e/ou autossuficiência econômica de um Estado, entretanto, em efetiva dependência deste e, por fim, possuindo uma lógica de trabalho não evolutiva, por ter como base sua estrutura escravagista. Mais do que um dispositivo econômico, era ali que mulheres e homens africanos iniciavam uma vida de acordo com um princípio fundamentalmente racial. Não simplesmente presa ao significante biológico, a raça “remetia a um corpo sem mundo e sem chão, um corpo de energia combustível” (Mbembe, 2020a, p. 27).

Se antes o drama das pessoas era ser exploradas pelo capital, a tragédia da multidão atualmente é já não poder ser explorada de nenhuma forma, é ser relegada a uma “humanidade supérflua”, despejada e entregue à própria sorte, sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital. As linhas de força, ao redefinirem os corpos, transitam entre o ser-coisa, ser-máquina, ser-código e ser-fluxo. Agora esse sujeito-digital, esse ser-plástico, “vai diretamente de encontro com inúmeras convicções tidas até recentemente como verdades imutáveis” (Mbembe, 2020a, p. 32). Em diálogo com Frantz Fanon em *Os Condenados da Terra* (2005), Mbembe (p. 32) afirma que, ao passarmos da condição humana para a condição terrestre, efetivamente nunca estivemos apartados da natureza/ecologia, pelo contrário, “o gênero humano especificamente não passa de uma parcela de um conjunto muito mais amplo de sujeitos vivos, que inclui os animais, os

vegetais e outras espécies”. Logo, por não existir uma “essência humana” que precisa ser preservada e protegida, não há praticamente nenhum limite para modificações biológicas e genéticas da própria humanidade. Essa imbricação, conforme o autor, entre o “humano”, a natureza e a tecnologia converge em uma espetacular autocriação da vida por meio da tecnomedicina.

A um só tempo, conforme Mbembe (2020a, p. 33), na era computacional “não existe mais separação estanque entre a tela e a vida. A vida se passa agora na tela e a tela se tornou a forma plástica e simulada da vida”, que, por sinal, “agora pode ser abarcada por um código”. Nesse sentido, a era do brutalismo (Mbembe, 2020b) se caracteriza pela imbricação de diferentes figuras da razão: a econômica e instrumental; a eletrônica e digital; e a razão neurológica e biológica. O autor está convencido de que não há mais distinção entre os vivos e as máquinas ou, em suas palavras, existe um “acoplamento cada vez mais estreito do humano à máquina” (2020a, p. 33). Essa imbricação e, por último, essa indistinção permitem caracterizar a era computacional como um fenômeno de ordem global, não circunstancial e nem circunscrita localmente. Não obstante, o gesto mais radical é aquele que, operando sobre a indistinção entre os vivos e as máquinas, permite delimitar esse tempo como uma prática de transformação e de gerência, portanto de cálculo de tudo e do todo (vivo e não vivo) por meio dos algoritmos, como sendo obsoleto, residual ou despejado.

Essa gerência de tudo e do todo pelo capital é, também, um marcante traço do mundo do nosso tempo. O poder pelo capitalismo atual é uma força viva, uma criação destruidora. O seu “espetacular aumento da fragilidade e da instabilidade dos mercados” e “seu poder quase ilimitado de destruição”, conforme Mbembe (2020a, p. 34), caracteriza sua prática como sendo um genocídio econômico contra não somente toda forma de vidas descartáveis à sua nova face, mas também contra o próprio ecossistema. Agora, se por um lado, definitivamente, a prática de mercado se avizinha e se equipara à prática da guerra, que, inclusive, “foi a matriz do desenvolvimento tecnológico ao longo dos séculos passados”, por outro

“essa estreita imbricação do capital, das tecnologias digitais, da natureza e da guerra” (2020a, p. 34) é uma ameaça à própria possibilidade de alguma forma de vida política.

No segundo capítulo, marcado pela multiplicação das fronteiras que visam separar e, ao mesmo tempo, criar zonas hipermilitarizadas na “sociedade da inimizade”, Mbembe afirma que, politicamente, estamos entrando num mundo novo, que se estabelece com base na ideia de “inimigo” e pela normatização de um Estado de Exceção planetário, onde foram suspensos o direito e a liberdade – noções inerentes ao programa pós-iluminista do Mundo-Moderno.

Veremos que, mesmo em sociedades ditas democráticas, essa força sem rosto sempre fixou as vidas encaradas como supérfluas, existências despejadas dignas somente de ser eliminadas. Ao recorrer a uma multiplicidade de disciplinas e de eventos sistemáticos dos diversos campos do conhecimento e da historicidade, Achille Mbembe demonstra que o brutalismo das sociedades e das suas democracias sempre foi encoberto: “irreprimíveis, o desejo de inimigo, o desejo de *apartheid* e a fantasia do extermínio constituem a linha de frente, em suma, a prova de fogo do início deste século” (2020a, p. 84). Não puramente inédito, logo, não se trata de um “problema social”, mas de toda uma arquitetura que sustenta o mundo moderno, mas não somente – o mundo como o conhecemos e como ele se constituiu só foi possível por causa dessa *força*, isto é, do projeto colonial de dominação que mascarou e se mascara de democracia e de direitos humanos, pois ambos partem de um ideal dito universal de ser humano: homem-branco-cishéteropatriarcal-sexista-cristão-capitalista. Essa força mata tudo à sua volta. Sabemos que o colonialismo não é simplesmente “apenas” um evento histórico, ele é essa força a que todas nós estamos submetidas assimetricamente (a vida e a morte distribuídas de forma desigual).

Inventor das identidades no Mundo-Moderno, devido à sua poderosa capacidade de proliferação e de metamorfose, o colonialismo, em sua forma contemporânea, faz tremer tanto o presente daquelas/es que a ele se submetem, infiltrando-se inclusive nos sonhos, enchendo-os dos

pesadelos mais horríveis e de inumeráveis adoecimentos psíquicos. Ele é complexo, uma pirâmide de certezas, umas mais ilusórias do que as outras: a potência do falso. Forças de separação: a sociedade de inimizade se define pelos “movimentos de ódio, pela hostilidade” (Mbembe, 2020a, p. 76) e, sobretudo, pelo desejo de explorar e pela tentação de eliminar o inimigo inventado.

No terceiro capítulo do livro, “A farmácia de Fanon”, Mbembe nos relembra do sentido radical da descolonização em Frantz Fanon. Tal sentido radical se faz possível como um gesto de cura, como abertura para o vasto mundo, um mundo de uma nova humanidade. Mbembe nos convida a retomar à questão da violência, um ponto muitas vezes incompreendido nas leituras de Fanon, justamente porque uma certa gramática do humanismo no Ocidente obliterou a elaboração discursiva acerca de sua face negativa: a violência absoluta que, paradoxalmente, o edificava através do colonialismo. Mbembe problematiza, porque essa imagem da violência, de uma gramática da violência pela ótica do negativo e da destruição absoluta, nos impossibilita de ver um outro gesto, uma outra força libertadora. Em Fanon, a descolonização radical implica um movimento e um trabalho violento “que tem por objetivo se abrir para o princípio da vida; tornar possível a criação do novo” (Mbembe, 2020a, p. 112). O argumento do autor nesse capítulo se desdobra em torno do estabelecimento de dois princípios: o princípio da destruição, que dá forma às políticas de inimizade contemporâneas, e o princípio da vida, o desejo de uma vida ilimitada, dimensão esta que o autor encontra na proposta de Fanon. Operando com esses dois princípios, Mbembe decanta o entendimento absoluto da violência e nos leva ao exame histórico da experiência moderna ao se perguntar sobre o princípio da destruição: como falar de uma violência que restaura, que cria o novo, se a experiência moderna na qual se inscreveram o colonialismo e as duas Grandes Guerras nos mostraram justamente a desordem, o caos e a perdição?

Na obra de Fanon, Mbembe sublinha as três grandes controvérsias do século XX: o racismo (a questão do gênero humano), o imperialismo

(a partilha do mundo) e o tema da guerra (as tecnologias da guerra e com isso uma nova relação com a destruição e a morte). O princípio da destruição, que poderia também ser lido como a pulsão de morte do Ocidente, tem mostrado sua face de diversas maneiras. No texto, Mbembe recupera uma leitura de Freud sobre a guerra e a morte (2009) e analisa o sentimento de decepção com o projeto civilizatório do Ocidente, ao vislumbrar a realidade brutal da Primeira Grande Guerra. Freud dissecou esse sentimento até encontrar no seu cerne o princípio da sua hipocrisia ou o seu recalçamento daquilo que na guerra emerge em seu máximo esplendor, a saber, a indiferença à morte do outro e o desejo de aniquilação do inimigo. Da relação entre guerra e morte, seguindo também a trilha de Aimé Césaire (2020) sobre o colonialismo, tensionando com as análises de Hannah Arendt (1989) e Michel Foucault (2005) sobre os regimes totalitários e o racismo, Mbembe lança um olhar para a experiência do colonialismo enquanto laboratório do princípio da destruição.

Colonialismo, fascismo e nazismo se articulam como formas extremas do princípio da destruição. No seu livro, Mbembe traça dois mitos que amarram essas três formas. O primeiro deles se refere ao mito da superioridade absoluta da cultura ocidental, sendo esta “entendida como a cultura de uma raça, a raça branca” (Mbembe, 2020a, p. 118). Esse mito serviu para hierarquizar a civilização ocidental e torná-la o marco a partir do qual todas as outras humanidades seriam medidas. O segundo mito seria a ideia do Ocidente como um corpo natural vivo. É sob o manto desse segundo mito, conjugado ao primeiro, que o racismo emerge enquanto prática de desumanização, de descivilização de todos aqueles encarados como outros, inimigos, empecilhos ao projeto de expansão e absorção do Ocidente. Nessa parte do texto, Mbembe examina os campos de concentração segundo os modelos coloniais na África, na Ásia e, também, ainda no século XIX, no contexto da guerra colonial em Cuba. Segundo o autor, a esses modelos coloniais, o Terceiro Reich incrementou a programação da morte em massa na forma do campo de concentração como campo de extermínio, uma forma que já havia sido ensaiada pelos alemães no atual

território da Namíbia, no começo do século XX, no genocídio do povo herero. O mundo dos campos emerge na modernidade e na sua filosofia política como o mundo no qual se abriga uma humanidade: “Foi assim que, na filosofia moderna, o mundo dos campos se tornou inseparável do mundo de um crime singular, perpetrado em aparente sigilo: *o crime contra a humanidade*” (Mbembe, 2020a, p. 125).

Em torno de uma pulsão genocida, organizou-se o processo colonial, um processo que mergulhou colonizadores e colonizados em uma atmosfera sangrenta, na qual vai se esvaziando todo o sentimento humano. Foi esse grau zero de debilitação e de destruição que Fanon encontrou no seu trabalho clínico na Argélia: relações de inimizade e de instrumentalização recíproca, a indiferença à morte do Outro, um mundo no qual o racismo desempenha a força motriz desse processo. Um racismo que se sofisticava enquanto bioeconomia e ecobiologia, para preservar sua eficácia, tal nos argumenta Mbembe. O sujeito racial é produzido como Outro, um bode expiatório dos medos e das angústias do grupo consagrado superior a todos os outros. Nesse complexo se articulam o conjunto de fantasias e medos racistas, uma economia do imaginário em que o negro é um objeto, um objeto fóbico, um objeto entranhado em um jogo de sombras. Mas esse negro objeto que habita os medos racistas resiste. O negro reduzido ao falo evidencia esse medo racista do falo do negro, medo que movimenta toda uma ordem pulsional sadomasoquista ativada pela instância mestra, diante desse significante que transgride, irrompe, enfim, o medo dessa força que não pode ser contida pela interdição; os gritos de dor, a castração do que não pode ser castrado, a resistência do objeto (Moten, 2020).

Na clínica de Fanon, estão homens e mulheres deformados pela colonização, mergulhados em uma economia do ódio e da vingança. A colonização se constitui na modalidade de uma deformação que visa descerebrar, tal como aparece nos casos clínicos tratados por Fanon, aos quais Mbembe retorna para dar conta dessa política de inimizade que o sistema colonial põe a funcionar. Onde há ódio, não há reconhecimento, mas apenas pobreza de mundo, pobreza de relação que o senhor colonial

mantinha com relação ao seu súdito. Nesse jogo, o sangue derramado se torna a moeda de uma economia fúnebre. A descolonização radical consiste em dismantelar a violência racial que, entre outras coisas, asfixia o Outro em uma forma de representação que lhe esvazia, tira a sua vida, pois essa violência racial opera por sistemas de classificação que são também sistemas de divisão e de segregação. A descolonização radical, a saída da grande noite, põe em movimento todo o corpo, implica uma decisão radical e movimenta um festival da imaginação no qual a pessoa colonizada volta a respirar, restaura sua percepção, rompendo a moldura colonial. Com todas aquelas pessoas adoecidas que a sociedade de inimizade produz, Mbembe discute a relação de cuidado em que se empenhava Fanon no seu trabalho clínico. A sua farmácia é também uma política de vida de onde a cura autêntica surge na reconstituição do vínculo, de algo que seja comum, na abertura para o vasto mundo.

No capítulo quatro, “Esse meio-dia abrasador”, miramos mais uma vez África, essa África na qual tinha os olhos Fanon, tal disserta Mbembe, e da qual se projetaria um novo mundo, uma nova humanidade. O capítulo discute a história dos negros no Ocidente não como uma história à parte, mas como parte da história do mundo. O surgimento do mundo moderno alavancado pela expansão colonial europeia fez dos negros seus sujeitos constitutivos pela diáspora forçada de africanas e africanos sequestrados em África e comercializados pelo tráfico transatlântico para servirem de mão de obra nas colônias. As faces dessa diáspora nos mostram toda uma dimensão global, cosmopolita, poliglota, que marca as culturas da diáspora africana, aproximando aqui a discussão que faz Mbembe daquilo que nos trouxe Paul Gilroy (2001) no seu trabalho acerca do atlântico negro. Mbembe coloca em xeque o projeto humanista ocidental que foi constituído na modernidade e, com isso, a ideia de “ser humano”, menos para abandoná-la e mais para fazer dela uma insistência em três proposições, apontadas por Paul Gilroy (2001), Sylvia Wynter (2003) e Glissant (2014), respectivamente: uma humanidade mais global; a humanidade como práxis, devir, e uma poética da Terra (Todo-o-Mundo). Passando tanto pelas críticas dos teóricos e das

teóricas da diáspora africana quanto pelas do afrofuturismo, Mbembe nos leva a uma imagem daquilo que a noção de arquivo dificilmente abarca, a transfiguração do escravo no espaço do museu. É no limite do arquivo que se desenha o horizonte de uma hospitalidade radical, o lugar do antimuseu.

Por fim, a obra *Políticas da inimizade* rascunha um mundo marcado pelo desejo por zoneamentos, fortificações, bodes expiatórios, partilha assimétrica de anátemas, conclaves e excomunhões de todas as espécies. É efetivamente um rascunho, processo mesmo do vivido, do tempo do agora – da figura do *passante* que, em sua ética, escreve a paisagem enquanto continua a caminhar. Mais do que o que vê, ele descreve a partir do rastro-vestígio daquilo que nos espera caso não façamos algo para mudar e transformar essa força que nos arrasta. O autor articula em sua obra aquilo que só existe por sua ausência; o corpo sem rosto, mutilado e desfigurado pelo organismo-colonial aponta para uma política do vivente que vá além do humanismo iluminista, isto é, a regeneração não somente dos seres humanos, mas de tudo e do todo por meio de uma vasta *reorganização das relações*, mais do que uma redistribuição de lugares.

Tendo saído da posição de cócoras e agora “membro de uma nova comunidade” (Mbembe, 2020a, p. 212), esse novo corpo-inumerável e questionador escreve com suas próprias mãos, rosto e pés a recriação do mundo.

Kaciano Barbosa Gadelha (*in memoriam*) era Doutor em Sociologia pela Freie Universität Berlin (FUB), Alemanha, professor adjunto de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande e coordenador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi-FURG).

Francisco Rômulo do Nascimento Silva é Mestre em Sociologia (PPGS/UECE) e doutorando pelo mesmo programa, pesquisador do Laboratório de Estudos sobre a Conflitualidade e Violência (COVIO-UECE) e pesquisador-colaborador do Laboratório de Arte Contemporânea (LAC-UFC).

✉ franromulosilva@gmail.com

Homenagem

À memória-infinita de Kaciano Barbosa Gadelha que, enquanto esteve conosco neste plano, nos inspirou a sonhar com algo que não tem fim. Ela permanece aqui [viva], em cada pessoa que continua a inventar e imaginar um mundo [im]possível e a desejar o fim deste que nos foi dado a conhecer. Tia Kaci, como muitas/es/os de nós a chamávamos, é um eco-mundo, um rastro-vestígio; por meio de cada aula, exposição, festa, falas públicas, partilhas, deboches e curadorias que incansavelmente se colocou ao lado, com e a favor de saberes e de existências despejadas. Foi professor Adjunto de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG e coordenador do Neabi (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas) da FURG. Doutor em Sociologia pela Freie Universität Berlin (2010-2014) e realizou estágio de pós-doutorado em Artes com bolsa PNPd CAPES no Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Ceará (2015-2018). Todo seu trabalho ficou marcado de forma indelével em cada discente e docente, em cada amizade, seja pela sua pretagogia dos afetos, sua capacidade de produzir coletividade e sua incansável propensão a imaginar outros mundos possíveis, seja pelo rigor teórico, pela genialidade com que abordava o incômodo em face da violência-total produzida pela matriz colonial-racial-cis-hetero-patriarcal-capitalista que sustenta e mantém esse mundo. Deixa um legado poético que continuará a inspirar e guiar as vidas e as pesquisas em diferentes áreas do conhecimento.

Referências

1. ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
2. CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução de Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.
3. FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Tradução de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
4. FANON, Frantz. *Por uma revolução africana: textos políticos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
5. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
6. FREUD, Sigmund. Considerações atuais sobre a guerra e a morte [1915]. In: FREUD, Sigmund. *Escritos sobre a guerra e a morte*. Tradução de Artur Mourão. Covilhã: LusoSofia, 2009.
7. GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34; Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
8. GLISSANT, Édouard. *O pensamento do Tremor*; La CohéeduLamentin. Tradução de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Gallimard, 2014.
9. GLISSANT, Édouard. *Poética da Relação*. Tradução de Manuela Mendonça. Portugal: Porto, 2011.
10. MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2020a.
11. MBEMBE, Achille. *Brutalisme*. Paris: La Découverte, 2020b.
12. MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2019.
13. MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
14. MBEMBE, Achille. *Politiques de l'inimitié*. Paris: La Découverte, 2016.
15. MOTEN, Fred. A Resistência do objeto: o grito de Tia Hester. Tradução de Matheus Araújo dos Santos. *Revista Eco-Pós*, v. 23, n. 1, 2020, p. 14-43. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i1.27542>
16. WYNTER, Sylvia. Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom: towards the human, after man, its overrepresentation – an argument. *CR: The New Centennial Review*, v. 3, n. 3, p. 257-337, 2003. <https://doi.org/10.1353/ncr.2004.0015>

Recebido: 13 jul. 2021.

Aceito: 25 out. 2022.

<http://doi.org/10.1590/18070337-118308>

Michel Maffesoli e as definições do contemporâneo

MAFFESOLI, Michel. *Être postmoderne*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2018. 248p. ISBN 978-2-204-12636-6

Tania Maria Rechia Schroeder* 

Claudia Barcelos de Moura Abreu** 

Fabio Lopes Alves* 

Resumo

A presente resenha analisa a obra *Être postmoderne*, de autoria do sociólogo Michel Maffesoli, publicada pela editora *Éditions du Cerf* (Paris), ainda sem tradução para a língua portuguesa. Ao longo do livro, o autor reafirma, assim como em obras anteriores, que estamos vivendo em um momento de saturação dos valores modernos e de emergência de valores pós-modernos. *Être Postmoderne* está estruturado em nove capítulos: 1. L'Oxymore; 2. Juvenoïa; 3. Métapolitique; 4. Sacral; 5. Nous; 6. Initiation; 7. Tradition; 8. Naturalisme; 9. Épinoïa. A leitura dessa obra instiga a pensarmos variadas questões sobre os valores que regem a vida cotidiana na atualidade. Desse modo, o texto examina, sem perder de vista o debate com seus críticos, os principais aspectos discutidos por Maffesoli ao longo do livro.

Palavras-chave: Modernidade, Pós-modernidade, contemporaneidade, teoria sociológica, Michel Maffesoli.

* Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil.

** Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Michel Maffesoli and the definitions of contemporariness

Abstract

This review analyzes the work *Être postmoderne*, by sociologist Michel Maffesoli, published by *Éditions du Cerf* (Paris) and still without translation into Portuguese. Throughout the book, the author reaffirms, as well as in previous works, that we are living in a moment of saturation of modern values and the emergence of post-modern values. *Être Postmoderne* is divided into nine chapters: 1. L'Oxymore; 2. Juvenoïa; 3. Métapolitique; 4. Sacral; 5. Nous; 6. Initiation; 7. Tradition; 8. Naturalisme; 9. Épinoïa. Reading the work encourages us to think about various questions about the values that govern everyday life today. Thus, this text examines, without losing sight of the debate with its critics, the main aspects discussed throughout the text.

Keywords: Modernity, Post-modernity, contemporaneity, sociological theory, Michel Maffesoli.

O livro *Être Postmoderne* do sociólogo francês Michel Maffesoli, mantendo-se fiel ao estilo adotado pelo autor em diversas outras obras, caracteriza-se por ser uma obra sedutora, densa, leve e provocante. A proposta, que é cumprida com maestria intelectual, consiste em oferecer um quadro analítico sociológico, revelando, por um lado, como tem ocorrido a saturação dos valores que foram elementos constituintes da modernidade, ao passo que demonstra o que tem emergido em seu lugar, caracterizando, portanto, a pós-modernidade.

Estamos, no entanto, diante de um livro que precisa ser traduzido para a língua portuguesa, para que o público não familiar à língua francesa possa ter acesso a essa primorosa obra publicada pela editora parisiense *Editions du Cerf*. Pela qualidade teórico-metodológica do texto é possível afirmar que, tão logo possa ocorrer sua publicação em língua portuguesa, a obra possa ser inserida em bibliografias dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Humanas que tenham a compreensão do contemporâneo

como objeto de estudo. Uma das contribuições do autor, sem cair em armadilhas de julgamento de caráter moralista, está em demonstrar que o termo pós-moderno não é um modismo, e sim uma chave de leitura capaz de nomear o mundo como ele é. Assim, o aludido estudo se constitui em uma significativa referência sociológica, tanto para aqueles que se filiam à perspectiva teórica do autor, quanto para os que a contestam, argumentando que não saímos da modernidade.

Quando se trata de compreender os fenômenos pós-modernos, “pode-se decidir acompanhar Foucault em sua jornada interna ou traçar a sua própria” (Lilla, 2017, p. 137). Nesse contexto, Michel Maffesoli optou pela segunda alternativa, ao traçar sua própria trajetória intelectual criando categorias explicativas para a compreensão da sociedade contemporânea.

A sociedade disciplinar, descrita por Michel Foucault (1987), foi caracterizada pela atuação de hospitais, asilos, presídios, quartéis e fábricas. Na atualidade, estamos assistindo ao declínio da sociedade disciplinar e, por meio das academias *fitness*, prédios de escritórios, bancos, aeroportos, shoppings, entre outros, a emergência da sociedade do desempenho. É com essa interpretação que o filósofo coreano Byung-Chul Han (2017, p. 23) nos chama a atenção para os limites da crítica da “sociedade de controle” atribuídas na descrição das dinâmicas contemporâneas e para a potencialidade do conceito “sujeito do desempenho pós-moderno” (Han, 2017, p. 80) para as análises sociais. Vejamos, nas próprias palavras do autor, como permeia essa reconfiguração:

A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais “sujeitos da obediência”, mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos. Nesse sentido, aqueles muros das instituições disciplinares, que delimitam os espaços entre o normal e o anormal, se tornaram arcaicos. A analítica do poder de Foucault não pode descrever as modificações psíquicas e topológicas que se realizaram com a mudança da sociedade disciplinar para a sociedade do desempenho. Também aquele conceito da “sociedade de controle” não dá mais conta de explicar aquela mudança” (Han, 2017, p. 24).

Portanto, ainda que uma determinada categoria analítica tenha sido de fundamental importância para a compreensão de uma época, em outro período histórico não desempenha a mesma função. Isso ocorre em função das constantes mudanças daquilo que designamos por contemporaneidade. É no âmbito desse debate que *Être Postmoderne* se insere.

Mas, afinal, como definir o contemporâneo? Michel Maffesoli defende que o ciclo da modernidade se encerrou e nos encontramos na pós-modernidade. Porém, isso não é consensual nas Ciências Humanas. Maffesoli, ao realizar um diagnóstico da pós-modernidade, paradoxalmente, tem contribuído fortemente para que outros intelectuais, ao divergirem dele, problematizem o que é modernidade.

Giorgio Agamben (2009, p. 57), ao se perguntar: “de quem e do que somos contemporâneos, e o que significa ser contemporâneo?”, nos explica que:

ser contemporâneo é, antes de tudo, uma questão de coragem: porque significa ser capaz não apenas de manter fixo o olhar no escuro da época, mas também de perceber nesse escuro uma luz que, dirigida para nós, distancia-se infinitamente de nós. Ou ainda: ser pontual num compromisso ao qual se pode apenas faltar. Por isso o presente que a contemporaneidade percebe tem as vértebras quebradas. O nosso tempo, o presente, não é, de fato, apenas o mais distante: não pode em nenhum caso nos alcançar. O seu dorso está fraturado, e nós nos mantemos exatamente no ponto da fratura. Por isso somos, apesar de tudo, contemporâneos a esse tempo (Agamben, 2009, p. 65).

Essa coragem a que Agamben se refere, o leitor encontrará em *Être Postmoderne*, na medida em que o autor se questiona: podemos afirmar que vivemos em uma época pós-moderna? Quais valores regem uma sociedade pós-moderna? Na obra em destaque, Maffesoli afirma que sim, podemos afirmar que vivemos na pós-modernidade, pois vivemos em uma época de mudança de valores sociais que, por enquanto, ele vem denominando de pós-moderna, em que é possível observar outras formas de viver e de estar junto, caracterizadas pelo autor como tribalismo, nomadismo e hedonismo.

Michel Maffesoli, nascido em 1944, é professor emérito e membro honorário do Instituto Universitário da França *ad vitam*. Tornou-se um sociólogo polêmico, um pensador da contemporaneidade (ou pós-modernidade) ou, ainda, como afirma ironicamente, um voyeur societal, que procura as palavras mais justas possíveis para descrever a atmosfera da época atual.

Seus escritos vêm exercendo significativa influência em vários países, tais como: Estados Unidos da América, Japão, Canadá, Ucrânia, Turquia, Colômbia, México, Chile, Argentina e, em especial, no Brasil. Isso ocorre por meio de colóquios e publicações que colocam em diálogo diversas áreas: sociologia, antropologia, filosofia, psicologia, comunicação social, moda, arquitetura, educação, entre outras.

As primeiras obras de Maffesoli foram publicadas no fim dos anos 1970, como, por exemplo, a *Violence Totalitaire* (1978). Seu livro *Le Temps des Tribus - le déclin de l'individualisme dans les sociétés de masse* (1988), após 30 (trinta) anos de sua primeira edição, vem sendo reeditado na França até os dias atuais. Maffesoli escreveu mais de 30 (trinta) obras e quase todas já foram publicadas no Brasil.

Assim, é possível afirmar que em sua obra mais recente *Être Postmoderne* (2018), publicada pela *Les Éditions Du Cerf*, o autor reafirma que estamos vivendo em um momento de saturação dos valores modernos e de emergência de valores pós-modernos. Suas constatações são respaldadas empiricamente pelas pesquisas desenvolvidas no *Centre d'Etudes sur l'Actuel et Le Quotidien* – CEAQ (Centro de Estudos sobre o Atual e o Cotidiano), fundado em 1982, por Michel Maffesoli e por Georges Balandier (1920-2016). O espaço recebe pesquisadores de diversas partes do mundo que se interessam por investigar novas formas de socialidade e os múltiplos imaginários contemporâneos.

Os estudos desenvolvidos no CEAQ aprofundam a metáfora “tribo” e desenvolvem as noções de “nomadismo” e o presenteísmo específico do “hedonismo” contemporâneo. A partir das pesquisas realizadas no Centro, o autor constata que os valores pós-modernos estão cada vez mais evidentes

e que, portanto, torna-se necessário pensá-los sem medo das turbulências, um pouco niilistas, como todo período em mutação. Para ele, é a filosofia que nos lembra que o niilismo não deve ser compreendido como um declínio total, mas sim como a transição para novas formas de existência e que, para compreendê-las, será necessário o rigor de um grande esforço intelectual e, ainda, um espírito livre, pois, para ele “[...] la fin D’UN monde n’est pas la fin DU monde”¹ (Maffesoli; Fischer, 2016, p. 24).

Por influência de seu mestre Gilbert Durand, Michel Maffesoli situa-se na sociologia do imaginário, que não se atém a encontrar os determinantes socioeconômicos dos comportamentos individuais, mas busca compreender a atmosfera de um tempo por meio das atividades simbólicas das sociedades humanas. Na perspectiva de uma fenomenologia compreensiva, interessa-lhe saber o que cria o liame entre os seres humanos e o que os distingue.

Em *Être Postmoderne* (2018), o autor retoma questões trabalhadas em suas obras anteriores sobre o imaginário contemporâneo, ampliando-as e atualizando-as. Para ele, a pós-modernidade se configura como uma época que sucede a modernidade e seus imaginários (os valores que estruturam a vida coletiva), rompendo, assim, com o racionalismo, o produtivismo e o desencantamento do mundo (Weber), característicos da modernidade.

A obra *Être Postmoderne* está estruturada em nove capítulos: 1. L’Oxymore; 2. Juvenoïa; 3. Métapolitique; 4. Sacral; 5. Nous; 6. Initiation; 7. Tradition; 8. Naturalisme; 9. Épinoïa. O posfácio de Hélène Strohl intitulado: “Emmanuel Macron, ícone ou fake da pós-modernidade” ilustra com vigor as noções empregadas por Maffesoli: a leitura da obra instiga a pensarmos variadas questões sobre os valores que regem a vida cotidiana na atualidade.

Os capítulos são encadeados de modo a demonstrar quais são os valores pós-modernos perceptíveis na atualidade em suas diversas expressões: econômica, política e social. De início, o autor faz referência ao que Durkheim nomeava de “conformismo lógico” para criticar os intelectuais que se recusam a admitir a saturação dos valores modernos, preferindo nomear o tempo presente como “segunda modernidade”, “modernidade

¹ O fim DE UM mundo não é o fim DO mundo (tradução nossa).

tardia”, “hipermodernidade” e outros termos, os quais objetivam, consciente ou inconscientemente, preservar o mito progressista que, a partir do século XVIII, se impôs ao mundo. Assim, em nome de “evidências teóricas”, se recusam a ver o que é “evidente” na vida cotidiana das grandes cidades.

Para Maffesoli, junto aos diversos poderes, sejam eles econômicos, políticos ou sociais, há uma potência fundadora, uma centralidade subterrânea de todo estar-junto que é o cimento estruturante da socialidade. É possível observar a importância do presente nos ideais comunitários dos compartilhamentos, das trocas próprias da pós-modernidade, visíveis, principalmente, nas novas gerações.

Diferentemente do individualismo que marcou a economia moderna, as tribos e as comunidades ressurgem nos compartilhamentos de casas, de carros, de escritórios etc. “Estar com” é uma marca fundamental de um societal participativo, colaborativo, mutualista. Em resumo: trata-se de um ideal comunitário (Maffesoli, 2018, p. 25). Desse modo, o estar-junto se nutre de sonhos, de fantasmas, de fantasmagorias das múltiplas tribos que estruturam as sociedades pós-modernas, uma vez que o real está impregnado de irreal.

O oxímoro é a expressão de uma lógica “contraditória” (Maffesoli, 2018, p. 27), uma forma de pensar dialógica (referindo-se a Edgar Morin), na qual é possível a interação de elementos contraditórios que conduzem a uma “harmonia conflitual” característica da natureza humana. Assim, o uso do “e” ao invés do “ou” levaria à predominância da ambivalência e da ambiguidade que sublinham a emergência das éticas plurais, específicas das tribos pós-modernas. Ao longo da obra, Maffesoli se vale de vários oximoros para caracterizar a pós-modernidade, tais como: enraizamento dinâmico, razão sensível, dentre outros. Outra questão instigante evidenciada em *Être Postmoderne* refere-se ao retorno da eterna criança (*puer aeternus*) à cena social. Dionísio, protótipo da eterna criança, é a figura emblemática que caracteriza as megalópoles pós-modernas.

O autor se refere à “síndrome de Tanguy” (filme Tanguy, 2001, dirigido por Étienne Chatiliez) como típica de uma época de anseio em permanecer

jovem, vestir-se como jovem, falar como jovem, comportar-se como jovem. A juventude dionisíaca contamina todo o corpo social e todas as faixas etárias na pós-modernidade, configurando o “sintoma dionisíaco” regido pelo hedonismo, numa atmosfera que só importa o aqui e o agora.

O neologismo *juvenoïa* é usado para exprimir um saber diferente da “paranoia racionalista” (Maffesoli, 2018, p. 39). Trata-se de um conhecimento encarnado, baseado em experiências vividas, e de saberes compartilhados, em que a curiosidade possui um papel essencial. Esse caminho de pensamento juvenil é uma marca pós-moderna por excelência e tem como suporte a cibercultura, que facilita o compartilhamento, a troca, a reversibilidade. Tudo pode ser estudado pela razão sensível da *juvenoïa*. Tudo o que é humano interessa. Os estudos sobre os afetos, as emoções, as paixões e as diversas vivências sociais consideram a força do imaginário nas dinâmicas que alicerçam o estar-junto.

Em “*Métapolitique*”, ele nos mostra o desinteresse em relação à vida política preocupada com futuro e a emergência de outras formas de regular o viver-junto que valoriza o presente. No capítulo “*Sacral*”, refere-se à eflorescência de religiosidades não dogmáticas e agregadoras. Em “*Nous*”, o autor assinala, assim como em outras obras, o fim do individualismo caracterizado pelo sujeito fechado em uma identidade fixa – seja ela sexual, ideológica ou profissional –, típica dos tempos modernos, apontando para as múltiplas identificações por meio da metáfora “tribo”. Assim, o que nos define é o grupo ao qual pertencemos.

Mostrando a força da “*Iniciação*”, da “*Tradição*”, e do “*Naturalismo*”, Maffesoli analisa como o sujeito pós-moderno recupera questões arcaicas com o auxílio da internet. Para tanto, basta observar a quantidade de mensagens recebidas nas redes sociais cujos conteúdos estão carregados de crenças mágicas que a ciência moderna julgava ter superado.

Dentre os oximoros utilizados para definir pós-modernidade, o autor destaca a “*synergie de l’archaïque et du développement technologique*” (Maffesoli, 2018, p. 135). Para o autor, uma das sinergias entre o arcaico e o desenvolvimento tecnológico é perceptível na iniciação, típica das

sociedades tradicionais, mas que, atualmente, está presente na cibercultura por meio dos fóruns de discussões. Assim, o compartilhamento de saberes instaura a perspectiva de horizontalidade da “lei dos irmãos ou dos pares”.

O autor assinala, também, o eterno problema da espécie animal: como socializar a energia juvenil, como poderíamos canalizar sem empobrecê-la? Para resolver essa questão, Maffesoli menciona duas formas de socialização: a educação e a iniciação. O essencial da educação é a doutrina inculcada e o ponto essencial da iniciação é o acompanhamento, compreendido como uma forma de despertar o tesouro que está em cada um como ponto de partida de uma aprendizagem infinita de “perpétuos principiantes”. Desse modo, educar consistiria em integrar, de maneira mecânica, cada indivíduo no conjunto unificado da sociedade e, para isso, é necessária a “Lei do Pai”, que se impõe, verticalmente, a todos, num poder incontestável. A iniciação, por sua vez, é regida pela lógica da “lei dos irmãos” ou a “lei dos pares”, em que prevalece a horizontalidade, essencial nessa relação. Há, portanto, um deslizamento da verticalidade para a horizontalidade, dado que a transmissão e a socialização não ocorrem pela imposição de um saber estabelecido, mas, sim, pelo acompanhamento em direção a um conhecimento concreto com o auxílio da internet. Muito embora as instituições educacionais estejam fundamentadas na ideia de verticalização, tal como o professor que sabe e transmite o conhecimento para o aluno que não sabe, o que estabelece, dessa forma, a lógica da organização pedagógica moderna. Já a iniciação baseia-se na ideia da horizontalização (como a Wikipédia, por exemplo), demonstrando que, na pós-modernidade, o que prevalece é a ideia de compartilhamento.

Maffesoli é frequentemente criticado por questionar a permanência dos valores modernos e a volta de valores arcaicos, mas ele não se intimida em divulgar em variados países suas reflexões sobre a atualidade. Para ele, o individualismo vem cedendo lugar às identificações múltiplas em pequenos grupos, o enraizamento dinâmico vem tomando o lugar do progressismo e do conservadorismo e o contrato social e o republicanismo vem cedendo lugar ao ideal comunitário.

O debate sobre pós-modernidade, além de ser controverso e profícuo, está longe de findar. Giddens (1991) já afirmara que as profundas transformações sociais, em curso, parecem estar fora do controle e ainda não as compreendemos satisfatoriamente. No entanto, não é suficiente criar novos termos como “pós-modernidade”. De maneira oposta, ele argumenta que devemos nos debruçar sobre a natureza da modernidade, pois, ao invés de adentrarmos o período de pós-modernidade, chegamos a um ponto em que as consequências da modernidade se tornaram mais radicais e universais, e o que está em curso é um período que ele entende como “alta-modernidade”.

Em que pese as polêmicas, que, mais uma vez, Maffesoli pode suscitar no debate acadêmico, a obra *Être Postmoderne* propicia ao leitor refletir sobre a emergência de valores sociais presentes no tribalismo, nomadismo e hedonismo. Valores que, como vimos acima, caracterizam, para o autor, uma sociedade pós-moderna, e que são mais visíveis em pequenos grupos de jovens, as chamadas tribos.

Portanto, *Être Postmoderne* se constitui em uma obra que já nasce clássica e, em função das discussões realizadas, trata-se de um livro que professores e estudantes utilizarão para qualificar o debate do contemporâneo. Afinal, estamos atravessando a pós-modernidade (Maffesoli, 2018), a modernidade líquida (Bauman, 2005), a nova modernidade (Beck, 2010), a modernidade tardia (Giddens, 2003), a hipermodernidade (Lipovestky, 2004) ou sequer fomos modernos (Latour, 1994)? É no bojo desse debate que *Être Postmoderne* se torna uma importante referência bibliográfica tanto para os leitores mais céticos que se filiam a crítica pós-moderna, quanto para aqueles que a utilizam para a compreensão do contemporâneo. Sendo assim, seja para refutar, ou para concordar, obrigatoriamente estamos diante de um livro que nos fará pensar, pois não é apenas mais um livro sobre pós-modernidade. Ele é, antes de tudo, um livro que oferece uma gama de argumentações para justificar o motivo pelo qual a categoria pós-modernidade se constitui em importante diagnóstico do presente.

A similaridade entre Michel Maffesoli, Zygmunt Bauman, Gilles Lipovetsky, entre outros, está no empenho que têm feito para definir o

contemporâneo. Sendo assim, essa seria a linha que os une. Por outro lado, há distanciamentos conceituais entre esses teóricos, na medida em que cada um propõe, de forma diferente, conceitos diversos, com a finalidade comum de definir e explicar a realidade social contemporânea. Gostaríamos de apresentar, sobretudo, as discordâncias entre esses autores. Porém, a limitação espacial que uma resenha impõe, não nos permite.

Entretanto, é preciso ter clareza em que

o pós-moderno não pode ser um conceito em si mesmo, mas uma categoria que trata sobre as formas concretas das sociabilidades, adquirindo conceitualização como “fenômeno” ao descrever o que se expressa nas interações sociais. [...] De todas as maneiras, pode-se entender o pós-moderno como um conjunto de categorias analíticas nômades e de sensibilidades “outras” às que foram prevalecendo durante a dinâmica da modernidade. Consistiria, portanto, em uma perspectiva ou categoria analítica que permite entender a *saturação* e perda de sentido da legitimidade de uma episteme, assim como compreender o precário momento socio-histórico no qual o moderno teve dificuldades para recriar-se (Gadea, 2007, p. 123).

Para finalizar, sugerimos a leitura de Cruz (2018); Maiorino (2019) e Rossetti (2016) aos interessados em aprofundar o conhecimento a respeito das aproximações e discordância entre esses teóricos que, independentemente da nomenclatura utilizada, possuem a mesma preocupação: oferecer chaves explicativas do momento atual.

Tania Maria Rechia Schroeder é Doutora em Educação e professora associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Educação.

✉ tania.rechia@hotmail.com

Claudia Barcelos de Moura Abreu é Doutora em educação e professora associada nível 4 da Universidade Federal de São Paulo.

✉ claudia.abreu@unifesp.br

Fabio Lopes Alves é Doutor em Ciências Sociais e Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

✉ fabiobidu@hotmail.com

Referências

1. AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó: Argos Editora, 2009.
2. BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
3. BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34, 2010.
4. CRUZ, Daniel Nery da. Pós-modernidade ou hipermodernidade? Pensando o sujeito contemporâneo sob as óticas de Lipovetsky e Bauman. *Sapere aude*, v. 9, n. 18, p. 351-371, 2018. <https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2018v9n18p351-371>
5. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
6. GADEA, Carlos. *Paisagens da pós-modernidade: cultura, política e sociabilidade na América Latina*. Itajaí: Edunivali, 2007.
7. GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
8. GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
9. HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.
10. LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
11. LILLA, Mark. *A mente imprudente: os intelectuais na atividade política*. Rio de Janeiro: Record, 2017.
12. LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.
13. MAFFESOLI, Michel. *Étrepostmoderne*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2018.
14. MAFFESOLI, Michel; FISCHER, Hervé. *La postmodernité à l'heure du numérique : regards croisés sur notre époque*. Paris: Les Éditions Nouvelles François Bourin, 2016.
15. MAIORINO, Fabiana T. Cartografia do contemporâneo: paisagem do fim e do novo? *Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem*, v. 3, n. 6, p. 25-48, 2019.
16. ROSSETTI, Micaela L. O tempo presente: diálogo sobre a pós-modernidade. *Percursos Acadêmicos*, v. 6, n. 11, p. 207-215, 2016.
17. TANGUY. Direção: Étienne Chatiliez. Produção: Charles Gassot. Intérpretes: Sabine Azéma, André Dussollier, Éric Berger et al. Roteiro: Yolande Zauberman, Étienne Chatiliez e Laurent Chouchan. França: TF1 Films Production, 2001. 108 min.

Recebido: 12 set. 2021.

Aceito: 16 fev. 2022.

Política Editorial

Sociologias é uma publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo por missão promover o intercâmbio entre cientistas sociais do Brasil e do exterior.

Sociologias é uma revista de orientação pluralista que busca ampliar os espaços para expressão das diversas correntes existentes nas ciências sociais, colocando em debate temas e abordagens que constituem o campo acadêmico da sociologia. Contempla, também, espaço para outras áreas do conhecimento como antropologia, literatura, informática, economia, entre outras, que apresentem importantes interfaces com a sociologia.

Seu projeto editorial contempla duas partes principais: um dossiê temático, específico para cada número, e uma seção diversificada que abrange artigos científicos e de atualização teórico-metodológica, resenhas, notas de pesquisa, entrevistas.

O título **Sociologias** deve ser usado em bibliografias, notas de rodapé e em referências e legendas bibliográficas.

A revista encontra-se disponível para colaboradores de todos os países, possuindo um conselho editorial diversificado em termos de regiões do Brasil e incluindo consultores internacionais e tem contado com apoio financeiro da PROPESQ-UFRGS, Capes e CNPq.

Sociologias é publicada no Brasil sob responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sociologias aceita trabalhos inéditos (não publicados em outras revistas ou como capítulos de livros) na forma de artigos, resenhas e comunicações de pesquisas em ciências sociais que apresentem relevância acadêmica e social.

A aceitação dos trabalhos para o processo de avaliação por pares está condicionada à adequação rigorosa do manuscrito às Diretrizes para Submissão. Pelo menos um dos autores do manuscrito submetido deve possuir título de Doutor. Aceitam-se manuscritos em coautoria de até quatro pessoas, sendo pelo menos uma com título de doutor. O primeiro autor deverá ter no mínimo o título de Mestre. No caso de resenhas é permitida a autoria de mestres.

A publicação dos trabalhos está condicionada a, pelo menos, duas avaliações de pares escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou colaboradores de **Sociologias** com experiência relevante na área de conhecimento. O sistema de avaliação é duplo cego. Os trabalhos são avaliados de acordo com os seguintes critérios: (i) *clareza da redação*, (ii) *qualidade e rigor dos argumentos apresentados*, (iii) *validade dos dados apresentados*, (iv) *oportunidade e relevância do artigo para a discussão de problemas na área de pesquisa envolvida*, e (v) *atualidade e adequação das referências contidas no trabalho*. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo, por parte da Editoria, são previamente acordadas com os autores.

Diretrizes para submissão

Sociologias aceita trabalhos inéditos na forma de artigos, resenhas e comunicações de pesquisas em ciências sociais que apresentem contribuições inovadoras e relevantes em sua área temática e demonstrem rigor teórico e metodológico em sua construção. As contribuições podem ser submetidas nos idiomas português, espanhol, francês ou inglês.

Artigos submetidos em inglês ou francês, uma vez aprovados no processo de avaliação, deverão ser traduzidos para o português e publicados nos dois idiomas, ficando os autores responsáveis pela tradução, que poderá ser realizada por tradutores de livre escolha dos autores ou escolhidos em lista sugerida pela revista.

Os manuscritos devem destinar-se exclusivamente à **Sociologias**, isto é, não poderão ser submetidos simultaneamente a outro(s) periódico(s). A Revista não assume responsabilidade por análises e considerações emitidas pelos autores.

Para qualificarem-se à avaliação por pares, as contribuições devem atender aos seguintes critérios:

1. Pelo menos um dos autores possuir título de Doutor e, em caso de coautoria, o primeiro autor ter pelo menos o título de mestre e o manuscrito contar, no máximo, com quatro autores. No caso de resenhas é permitida a autoria de mestres;
2. Os autores devem realizar cadastro no sistema SEER – (<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/index/user/register>) e iniciar o processo dos cinco passos para submissão, seguindo as diretrizes para submissão;
3. Os manuscritos para as seções Artigos e Interfaces deverão ter no máximo 8.000 palavras ou 22 páginas, incluindo resumo e referências.

Resenhas deverão ter no máximo 4.500 palavras ou 10 páginas. O manuscrito deve estar apresentado em formato A4, fonte Times New Roman 12, espaço 1,5 e margens superior e esquerda de 3 cm, e inferior e direita de 2 cm;

4. O arquivo submetido do manuscrito deve estar em formato editável contendo título e resumo (de até 250 palavras) no idioma em que está sendo submetido e em inglês, até cinco (5) palavras-chave que permitam a adequada indexação do artigo, e lista de referências conforme normas ABNT;
5. O resumo deve descrever de forma sucinta e clara a que se propõe o trabalho e o que será exposto no texto;
6. O texto deve estar redigido com clareza e correção gramatical e atender aos critérios da escrita científica;
7. O arquivo submetido com o texto não deve trazer qualquer identificação de autoria, para assegurar o anonimato na avaliação;
8. Desenhos, gráficos, mapas, tabelas, quadros e fotografias, devem conter título e fonte, e estar numerados. Imagens devem ter resolução de pelo menos 300 dpi. Todos os elementos gráficos devem ser submetidos em arquivo separado, com indicações claras de onde devem ser inseridos ao longo do texto;
9. Títulos de seção e subtítulos não devem utilizar caixa alta, tendo só a primeira letra capitalizada. Subtítulos de 1º nível devem usar fonte 12 e ser negritados, subtítulos de 2º nível, fonte 12 em itálico negrito; 3º nível, fonte 12 em itálico não negrito;
10. As notas devem restringir-se ao mínimo possível e, se necessárias, devem ser numeradas consecutivamente dentro do texto e colocadas ao pé da página;

11. As citações literais curtas (menos de três linhas) serão integradas ao parágrafo, entre aspas e seguidas pelo sobrenome do autor referido no texto, ano de publicação e página(s) do texto citado, tudo entre parênteses e separado por vírgulas. Citações de mais de três linhas serão destacadas do texto em parágrafo especial, em fonte 11, sem uso de itálico e com recuo de 4 cm a partir da margem esquerda;
12. Referências ao longo do texto devem utilizar o sistema autor-data, sem utilizar caixa alta para o nome de autor. Por exemplo, (Moser, 1985). Todas as obras citadas ao longo do texto devem constar da lista de referências ao final do mesmo. Obras não citadas não devem fazer parte da lista;
13. A lista de referências deve seguir a norma ABNT NBR 6023, conforme exemplos a seguir::

a) Livros

MOSER, Anita. **A nova submissão**: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre: EDIPAZ, 1985. (Coleção Debate e Crítica).

LEMONS, Carlos A. O morar em São Paulo no tempo dos italianos. In: DE BONI, Luis A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1990. p. 401-409.

CÂNDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1968.

b) Artigo de periódico

NOGUEIRA, Ronidalva. Michel Foucault numa breve visita às prisões de Pernambuco. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 269-282, jul./dez. 1990.

O REI está nú (2): adianta porém constatar o óbvio? **Isto é**, São Paulo, n. 1189, p. 15, 15 jul. 1992. Editorial.

c) Coletânea

NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

d) Teses acadêmicas

RAMOS, Eloisa Helena Capovila da Luz. **O Partido Republicano rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul – 1882/1895**. 1990. 284 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

e) Verbetes

PISTONE, Sérgio. Bonapartismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1986. p. 118-119.

PAGALLO, G. T. Democrito. In: **DICCIONARIO de filósofos**. Madrid: Rioduero, 1986. p. 321-324.

f) Informação ou texto obtido na internet

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Conheça o IBICT**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/ibict/frame.htm>>. Acesso em: 01 out. 1997.

Envio de manuscritos

Os(as) autores(as) devem realizar cadastro no sistema SEER (<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/index/user/register>) e iniciar o processo dos cinco passos para submissão, seguindo as instruções aos autores.

Guidelines for Authors

Sociologias is a triannual journal published by the Graduate Program of Sociology (PPGS) - Institute of Philosophy and Human Sciences (IFCH), Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). **Sociologias** is intended to promote the dialogue between Brazilian and foreign social scientists.

The journal accepts previously unpublished works, including articles, book reviews and research communications in the field of social sciences, which represent innovative and relevant contributions, and meet the criteria of theoretical and methodological academic rigor. Contributions can be submitted in Portuguese, Spanish, French or English.

Papers submitted in English or French, once approved following the evaluation process, should be translated into Portuguese and published in both languages (the original and Portuguese), the authors being responsible for the translation, which may be done by translators of free choice of the authors or chosen from a list suggested by **Sociologias**.

The proposed manuscripts must be submitted exclusively to **Sociologias**, that is, they should not be simultaneously submitted to other journals. The Journal does not assume responsibility for concepts expressed by the authors. Spontaneous submission of any collaboration automatically implies full cession of copyright to PPGS-UFRGS.

Publication of manuscripts is conditioned to approval by at least two reviewers among members of the Editorial Board and other contributors of **Sociologias**, who hold expertise in the relevant area of knowledge. The whole peer review process is “blind”, so that neither authors nor reviewers know each others’ identity. Manuscripts are reviewed with basis on the following criteria: *clear and correct writing, quality and accuracy of the arguments, validity of the presented data, timeliness and relevance of the article to the discussion of problems in the area of research, and the adequacy and contemporaneousness of the references*. Any suggestions from the Editorial Board for changes in structure or content of the manuscript will only be made in agreement with authors.

To be eligible for peer reviewing, contributions must meet the following criteria:

1. At least one of the authors must have a doctorate and, in case of co-authoring, the first author must have at least Master's title. The manuscript should be authored by, at most, four authors. In the case of book reviews the author(s) should hold at least a Master's title;
2. For submitting manuscripts to Sociologias authors must register at the site of the journal at: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/index/user/register>> and follow the five steps for submission, according to the guidelines for authors.
3. Manuscripts should have a maximum of 8,000 words or 22 pages, including abstract and references. Book reviews should have a maximum of 4,500 words or 10 pages. The manuscript should be presented in A4 format, Times New Roman 12, 1.5 space, with top and left margins of 3 cm, and bottom and right 2 cm.
4. The file with the submitted manuscript should be editable and should bring title and abstract (up to 250 words) in both the language of submission and in English, besides up to 5 keywords that allow appropriate indexing of the article, and list of references compliant with ABNT standards.
5. The abstract should describe succinctly and clearly the purpose of the work and the content of the article.
6. The text should be written with clarity and grammatical correctness and should meet scientific writing criteria.
7. The submission file should not contain any identification of authors, in order to ensure blind evaluation.

8. Drawings, graphs, maps, tables, charts and photographs should contain title and source, and be numbered. Images should have a resolution of at least 300 dpi. All graphics should be incorporated into the manuscript.
9. Section titles and subtitles should not use capital letters and have only the first letter capitalized. 1st level subheads should use font 12, bold; 2nd level subheads, italicized font 12 bold; 3rd level, font 12 in italics without boldface.
10. Notes should be restricted to a minimum and be placed at the foot of the page.
11. Short citations (less than three lines) will be integrated in the paragraph, put in italics, followed by the surname of the cited author, year of publication and page (s) of the quoted text. Citations of more than three lines must be indented four cm from the left margin.
12. References in the text should use the author-date system, without using capital letters for the author name. For example, (Moser, 1985). All works cited in the text should appear in the list of references at the end of it. Works not mentioned should not be part of the list.
13. 13. The list of references must follow the ABNT NBR 6023 standard, as the following examples:

a) BOOKS

MOSER, Anita. **A nova submissão**: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre: EDIPAZ, 1985. 123 p. (Coleção Debate e Crítica).

LEMONS, Carlos A. O morar em São Paulo no tempo dos italianos. In: DE BONI, Luis A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1990. 740 p. p. 401-409.

CÂNDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1968. 119 p.

b) ARTICLES IN JOURNALS

NOGUEIRA, Ronidalva. Michel Foucault numa breve visita às prisões de Pernambuco. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 269-282, jul./dez. 1990.

O REI está nú (2): adianta porém constatar o óbvio? **Isto é**, São Paulo, n. 1189, p. 15, 15 jul. 1992. Editorial.

c) TEXTS IN COLLECTIONS

NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250 p.

d) ACADEMIC THESES

RAMOS, Eloisa Helena Capovila da Luz. **O Partido Republicano rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul – 1882/1895**. 1990. 284 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

e) ENTRIES FROM A DICTIONARY

PISTONE, Sérgio. Bonapartismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1986. 1318 p. p. 118-119.

PAGALLO, G. T. Demócrito. In: **DICCIONARIO de filósofos**. Madrid: Rioduero, 1986. 1444 p. p. 321-324.

f) INFORMATION OR TEXT OBTAINED FROM THE INTERNET

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Conheça o IBICT**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/ibict/frame.htm>>. Acesso em: 01 out. 1997.

Números publicados

1	Conflitualidades	29	Sociedade e Educação: dilemas contemporâneos
2	Cidadania e Democracia	30	Participação, Cultura Política e Cidades
3	Sociedade Civil e Estado Social	31	Pesquisa Quantitativa na Sociologia
4	Trabalho	32	Desigualdade Política, Democracia e Governança Global
5	Metodologias Informacionais	33	Axel Honneth e a Teoria do Reconhecimento
6	Ciência & Tecnologia	34	Figurações da Violência
7	Saúde e Gerações	35	Ciências Sociais e a Questão Ambiental
8	Violências, América Latina	36	Sociologia da Dádiva
9	Teoria Sociológica	37	Sociedade, Conhecimentos e Sustentabilidade
10	Democracia, Sustentabilidade e Mundo Rural na América Latina	38	Sociologia Política
11	Sociedade e Território	39	Sociologia e Moral
12	Novas realidades do trabalho – Brasil e Portugal	40	Racismo e Antirracismo
13	Sociedade e Direito	41	Epistemologia das Ciências Sociais
14	Sociologias na (en) América Latina, ALAS	42	A Sociedade Urbana Contemporânea na América Latina
15	Complexidade	43	As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa: lutas, saberes e ideias de futuro
16	Sociedade e Políticas Públicas	44	Durkheim Cem Anos
17	Desafios da Educação Superior	45	Trabalhadores, sindicatos e a transnacionalização da militância
18	Riqueza e Desigualdades	46	Transformações científicas e tecnológicas e implicações econômico-sociais
19	Conhecimentos, Redes e Sociedade	47	Sociologia dos intelectuais
20	Violências, medo e prevenção	48	Literatura e conhecimento sociológico
21	Gênero, família e globalização	49	Sociologia das migrações: entre a compreensão do passado e os desafios do presente
22	Metodologia e Transdisciplinaridade		
23	Democracia, Poderes e Segurança		
24	Políticas Públicas e Cidadania		
25	Trabalho, emprego e precarização social		
26	Estudos sociais em ciência e tecnologia		
27	Ciências Sociais e Desenvolvimento		
28	Dinâmicas da ação coletiva		

Números publicados

- 50 Agendas biomédicas: interfaces do conhecimento em saúde no século XXI
- 51 Mudanças climáticas, ciência e sociedade
- 52 Corpos, emoções e risco
- 53 El protestantismo vivido
- 54 Internacionalização da educação superior
- 55 Sociologia e fronteiras
- 56 Quantificação, Estado e participação social
- 57 Trabalho em plataformas digitais
- 58 O adolescente visto como problema
- 59 Gênero e Raça: trânsitos do Sul em perspectiva

Tipologia Zapfhumnst BT, 10/14,5
Papel: Off set 75 g/m² na
Impresso: Gráfica da UFRGS

Em sua edição nº 60 *Sociologias* apresenta o **Dossiê** “Covid-19 e Sociedade”, organizado por Priscilla Ribeiro dos Santos. Reunindo artigos que analisam a pandemia sob distintas perspectivas, embora deixando latentes várias outras que ainda merecem ser exploradas, o dossiê busca estimular o debate sobre os possíveis aprendizados que a humanidade poderá extrair desta crise e as por muitos desejadas mudanças capazes de assegurar um futuro “vivível” para o planeta.

A seção **Artigos** apresenta contribuições sob variadas perspectivas sociológicas. Marcos Chor Maio e Thiago da Costa Lopes, com trabalho no campo da teoria social, examinam a dimensão política expressa na obra de Donald Pierson, quem teve papel relevante na institucionalização das ciências sociais no Brasil entre as décadas de 1930-50. Sofia Marques da Silva, Nicolas Martins da Silva e Sara Pinheiro examinam as culturas de participação juvenil entre estudantes do ensino secundário e residentes em regiões de fronteira, em Portugal, marcadas por desigualdades econômicas, sociais e culturais. Bruna Cristina Jaquetto Pereira e João Paulo Siqueira examinam os impactos da raça/cor ou do gênero da pessoa que conduz uma entrevista de pesquisa, sobre a autodeclaração de raça/cor de participantes. Claudia Cecilia Arce Cuadros analisa a relação entre movimentos sociais e Estado por meio de um estudo de caso sobre atuação da Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias ‘Bartolina Sisa’, da Bolívia. Luís Felipe Miguel discute a questão da sexualidade como expressão da dominação masculina, a partir do pensamento da jurista feminista Catharine MacKinnon, especialmente sua recusa contundente da noção liberal de “consentimento”. Andréa Maria Silveira analisa a relação entre *monitoração eletrônica* e *reincidência criminal* por meio de uma revisão da produção acadêmica sobre o tema do período entre 2001 e 2021.

Na seção **Interfaces**, Elizabeth Ruano Ibarra e Viviane Resende desenvolvem uma abordagem histórica comparativa dos movimentos de independência do colonialismo ibérico sob uma perspectiva da agência de mulheres, geralmente ignorada na historiografia hegemônica dos processos de independência. Na seção **Resenhas**, Kaciano Barbosa Gadelha e Francisco Rômulo do Nascimento Silva discutem o ensaio *Politiques de l’inimitié*, de Achille Mbembe, de 2016, publicado em 2020 no Brasil pela n-1 edições, com o título *Políticas da inimizade*. Tania Maria Schroeder, Claudia Barcelos de Moura Abreu e Fabio Lopes Alves analisam o livro *Être postmoderne*, do sociólogo francês Michel Maffesoli, publicado em 2018 pela editora *Éditions du Cerf* (Paris), ainda sem edição em língua portuguesa.

Colaboram nesta edição:

Priscilla Ribeiro dos Santos (Org.)

Leticia Schabbach
Claudia Daniel
Natalia Romero Marchesini
Cecilia Lanata-Briones
Daniel Edler Duarte
Pedro Rolo Benetti
Luri Tonelo
Leonardo Mello Silva
Ricardo Framil Filho
Alessandra Teixeira
Priscila dos Santos Rodrigues
Gabriel Ruiz Romero
Daniel Castaño Zapata
Marcos Chor Maio
Thiago da Costa Lopes
Nicolas Martins da Silva
Sara Pinheiro
Sofia Marques da Silva
Bruna Cristina Jaquetto Pereira
João Paulo Siqueira
Claudia Cecilia Arce Cuadros
Luis Felipe Miguel
Andréa Maria Silveira
Elizabeth Ruano Ibarra
Viviane Resende
Kaciano Barbosa Gadelha
Francisco Rômulo do Nascimento Silva
Tania Maria Rechia Schroeder
Claudia Barcelos de Moura Abreu
Fabio Lopes Alves